

A RESISTÊNCIA INTERNACIONAL AO GOLPE DE 2016

Copyright© Projeto Editorial Praxis, 2016

Coordenador do Projeto Editorial Praxis

Prof. Dr. Giovanni Alves

Conselho Editorial

Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP)

Prof. Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)

Prof. Dr. José Meneleu Neto (UECE)

Prof. Dr. André Vizzaccaro-Amaral (UEL)

Profa. Dra. Vera Navarro (USP)

Prof. Dr. Edilson Graciolli (UFU)

ORGANIZADORES

Carol Proner

Gisele Cittadino

Juliana Neuenschwander

Katarina Peixoto

Marilia Carvalho Guimarães

A RESISTÊNCIA INTERNACIONAL AO GOLPE DE 2016



INSTITUTO DEFESA DA
CLASSE
TRABALHADORA

Projeto Editorial Praxis

canal6 editora

1ª edição 2016
Bauru, SP

Ilustração da capa

Detalhe de “Batalha do Awaí”, Pedro Américo (1872-1877)

Escola Nacional de Belas Artes, RJ.

A11196 A resistência internacional ao golpe de 2016 / Carol Proner et al. (org).
— Bauru: Canal 6, 2016.
494 p. ; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)

ISBN 978-85-7917-378-3

1. Brasil - Direito constitucional. 2. Impeachment - Brasil.
3. Responsabilidade administrativa - Brasil. I. Proner, Carol. II.
Cittadino, Gisele. III. Magalhães, Juliana Neuenschwander. IV.
Peixoto, Katarina. V. Guimarães, Marília Carvalho VI. Título.

CDD 341.25115

Projeto Editorial Praxis
Free Press is Underground Press
www.canal6editora.com.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil
2016

PREFÁCIO

Wilson Ramos Filho

O Golpe de estado ocorrido em 2016 no Brasil pode ser enfocado de várias maneiras, todas parciais e insuficientes, já que não houve tempo transcorrido para que uma das narrativas que disputam hegemonia prevaleça. No Golpe de 1930 a narrativa que se impôs silenciou as pretensões de memorização dos derrotados. No Golpe de 1964, por mais que os reacionários tentassem fazer vingar a tese da “revolução”, restou claro que foi um reles Golpe praticado pela elite contra o povo brasileiro apoiado por militares traidores. O Golpe atual é bastante mais complexo que os anteriores, com dimensões internas e desdobramentos internacionais.

As reflexões aqui compartilhadas tentarão demonstrar que no âmbito internacional fracassaram as tentativas de justificação da substituição do programa eleitoral vitorioso nas urnas pela proposta que foi derrotada em 2014. Antes, porém, cabe uma rapidíssima tentativa de explicação da estranha aliança de setores de classe interessados em derrotar o Partido dos Trabalhadores (PT) visando a afastar, por um golpe do judiciário e do legislativo, a Presidenta reeleita.

Na Assembleia Nacional Constituinte, principalmente no ano de 1988, assistimos a uma inaudita articulação parlamentar da Direita e da Extrema Direita contra o projeto que havia sido aprovado na Comissão de Sistematização, responsável por reunir em um único texto o que havia sido aprovado nas fases anteriores. O projeto de texto que seria levado ao plenário final continha elementos que pareciam heréticos ao medíocre empresariado brasileiro como estabilidade no emprego, semana de quarenta horas laborais, horas extras com adicional de 100%, entre outras medidas dignificadoras do trabalho prestado por conta alheia.

A Esquerda, com menos de trinta deputados, dezesseis dos quais eleitos pelo PT, conseguiu avanços importantes no debate constituinte e pareceu, por algumas semanas, que o Brasil fazia uma opção por ingressar na modernidade das relações de trabalho, que a dívida histórica acumulada desde 1964 poderia ser adequadamente resgatada. Em um parágrafo cabe lembrar alguns fatos.

No início dos anos sessenta, empresários retrógrados, latifundiários oligárquicos e setores médios do funcionalismo público, apoiados pelos meios de comunicação, pela OAB, por amplos setores do Judiciário e pela Igreja Católica, recrutaram nos militares autoritários e anticomunistas a força necessária para interromper o processo de conquistas de direitos por parte da classe trabalhadora (o décimo terceiro salário, como emblemático). Deram o Golpe para atingir os direitos dos trabalhadores. Entre as primeiras medidas dos golpistas figuraram exatamente o fim da estabilidade no emprego (com a invenção do FGTS) e a contenção da massa salarial, proibindo-se as greves, afastando-se dirigentes dos sindicatos que se opunham à ruptura institucional, e impedindo-se a concessão de reajustes salariais por parte da Justiça do Trabalho. Seguiram-se mais de duas décadas de concentração de rendas nas elites econômicas, de arrocho salarial e de repressão aos movimentos contestatórios das iniquidades do regime. Com o passar do tempo os funcionários públicos, os setores de classe média e a OAB que haviam apoiado o Golpe de 1964 deram-se conta que “pagavam o pato”, que somente os empresários haviam sido beneficiados com a quebra da ordem democrática, acelerando o final da ditadura com a aprovação de uma nova Constituição para o Brasil.

Em 1988, contra o texto aprovado na Comissão de Sistematização, o que havia de pior na sociedade brasileira se rearticulou na Assembleia Nacional Constituinte em torno do que ficou conhecido como “Centrão” (a congregar deputados e senadores liberais, de Direita e de Extrema Direita) que, de modo eficaz, logrou extirpar da proposta de Constituição a maioria dos avanços obtidos nas fases anteriores: a estabilidade haveria de ser regulamentada por Lei Complementar, a carga horária semanal baixaria de 48 para 44 horas semanais, sem chegar as almejadas 40 horas, como exemplos de retrocessos em relação ao projeto original. Assim procedendo, o Centrão foi o real criador da Constituição de 1988, mais tarde miticamente apresentada como “avançada”, visando à diminuição das desigualdades sociais, sem que na realidade nada justificasse tamanho otimismo hermenêutico.

O mito de que teríamos no Brasil uma Constituição “emancipatória”, “dirigente”, a orientar agentes públicos na construção de suas políticas e a limitar eventuais tentativas de retrocesso social, foi paulatinamente implantado no imaginário jurídico brasileiro, como resultado de bem-intencionados constitucionalistas. Os juristas de esquerda, registre-se, nunca acreditaram nesta construção ilusória, mas preferiram taticamente não desvelar o caráter ideológico de tal elaboração teórica. Considerou-se melhor deixar que juízes, promotores, procuradores, políticos e técnicos da administração pública acreditassem na fantasia construída por constitucionalistas de renome,

na esperança de que, desavisados, não se dessem conta do exagerado poder que a Constituição Federal assegurou à magistratura e ao Ministério Público.

O movimento inercial que conduziu ao final da ditadura, agora já com uma nova Constituição que em seus artigos primeiro e quarto prometia ao Brasil incontornável futuro em cânones socialdemocratas, levou a uma pluralidade de candidaturas presidenciais no primeiro turno das eleições de 1989. Dois projetos políticos distintos, representando interesses de classe opostos e irreconciliáveis, se defrontaram no segundo turno daquelas eleições. Como em 1964, como na Constituinte, os setores reacionários, com apoio na mídia e com financiamento empresarial, fizeram prevalecer a proposta neoliberal que se contrapunha ao projeto popular representado pela candidatura do Partido dos Trabalhadores.

Açodados, os neoliberais com Collor de Melo foram vorazes e já naquela época evidenciaram que a “Constituição Cidadã” não limitava ou constrangia a volúpia do capital. Houve renhida resistência que culminou com a deslegitimação do governo eleito, para tristeza do empresariado. Havia feito tanto esforço para evitar a chegada do PT ao governo e agora o “*impeachment*” de Collor parecia inevitável. Novo rearranjo de forças permitiu uma saída negociada, sob a chancela do STF: o vice-presidente Itamar Franco, um quadro político que havia saído do PMDB, terminaria o mandato de cinco anos, com uma aliança de partidos conservadores com o PSDB e alguns transfugas da esquerda, como Luíza Erundina, que havia sido prefeita eleita em São Paulo pelo PT e que agora aderiu aos neoliberais.

Na época, todas as pesquisas eleitorais davam como certa a eleição de Lula nas presidenciais de 1994. Ainda uma vez a Direita se articulou para impedir a chegada da Esquerda, pelas urnas, ao governo. Foi eleito Fernando Henrique Cardoso, na esteira de um plano de estabilidade econômica, e reeleito quatro anos depois. Em todos esses anos, todavia, o movimento popular e sindical se manteve ativo e atuante, resistindo aos projetos de “reforma trabalhista” que pretendiam “enterrar o getulismo” como verbalizou o presidente da república à época.

Derrotado em 1989, 1994 e 1998 o projeto de esquerda só chegou ao governo em 2002, com a eleição de Lula tendo por vice um industrial, fiador da proposta de um governo de coalizão. Um governo que permitisse uma maior distribuição de renda, explicitada em uma “Carta aos Brasileiros”, muito criticada à época por uma parcela radicalizada da pequeno-burguesia acadêmica e universitária. Por conta da arquitetura institucional criada pela Constituição de 1988, contudo, para conseguir governar e aprovar os projetos para os quais havia sido eleito, a coalizão de partidos políticos liderada pelo PT fez concessões, algumas certamente desnecessárias e exageradas, cabendo registrar a adoção de práticas políticas até então repudiadas pelo PT, seja

aprovando algumas medidas de interesse de parcelas do empresariado, seja cedendo cargos em ministérios e em estatais a representantes das antigas oligarquias com práticas deploráveis, seja, maior equívoco, financiando com recursos não contabilizados (caixa 2) partidos políticos da base parlamentar aliada, no episódio memorizado pela imprensa como “mensalão”.

A Direita derrotada em 2002 tentou por mais três vezes voltar ao governo. Em 2006 e em 2010 com um discurso ameno, quase socialdemocrata, prometendo que não mexeria nas políticas públicas de distribuição de renda. Em 2014, todavia, a Direita muda de postura e se apresenta com dois candidatos fortes (Aécio e Marina) que se uniram no segundo turno das eleições presidenciais. Derrotada novamente, a Direita desta vez resolveu abandonar as aparências e passou a defender abertamente uma ruptura institucional, um Golpe parlamentar travestido de legalidade, pois antevia nova derrota eleitoral em 2018, com a volta de Lula à Presidência da República.

Como em 1964, como em 1988, como em 1994, como em tantas outras oportunidades na história brasileira, formou-se uma ampla aliança entre os setores reacionários da sociedade para sustentar um fraudulento processo de *impeachment* da Presidenta, sem que a mesma houvesse praticado nenhum “crime de responsabilidade”. O STF, órgão de cúpula do Judiciário, que poderia ter interrompido o processo, por incabível, acovardado e constrangido pelas empresas proprietárias de veículos de comunicação de massa, acabou chancelando e legitimando a sórdida iniciativa parlamentar. De outra parte, mediante arbitrariedades judiciárias diversas, um processo judicial que apurava corrupção na estatal Petrobras foi instrumentalizado para fazer parecer que toda a corrupção seria obra do Partido dos Trabalhadores, da Presidenta e dos parlamentares de outros partidos que a apoiavam. As investigações levaram à constatação de que centenas de parlamentares estavam diretamente envolvidos na corrupção, capitaneados por um escroque, Eduardo Cunha. Para tentar “evitar o mal maior”, exposição generalizada de corruptos deputados e senadores que representam os interesses do empresariado e dos setores mais atrasados da plural sociedade brasileira, trezentos e poucos deputados picaretas deram início ao processo de *impeachment* da Presidenta, expressando a vontade de diferentes estamentos sociais, alguns dos quais mencionados a seguir.

Como seria de se esperar o medíocre empresariado brasileiro se apressou em defender o Golpe com o sincero bordão “não vou pagar o pato”. As políticas públicas dos governos liderados pelo PT, ao ampliarem a distribuição de renda, promoveram o que Keynes chamava de “círculo virtuoso”: mais dinheiro para o consumo, mais vendas no comércio, mais pedidos para a indústria e para a agropecuária, mais empregos, mais renda para os trabalhadores que passam a consumir produtos aos quais até então

não tinham acesso. Com mais renda para a classe trabalhadora e com o quase pleno-emprego, os trabalhadores foram empoderados, já não aceitavam qualquer salário, passaram a exigir melhores condições de trabalho. Obviamente esse acréscimo de renda para os trabalhadores teria que em parte sair das margens de lucro dos empresários (quase obscenas em alguns setores da economia). De fato, os empresários estavam “pagando o pato”, tendo menos lucros, embora estes fossem mais do que satisfatórios se comparados com as margens auferidas pelos empregadores em outros países capitalistas.

As oligarquias políticas que sempre se beneficiaram dos favores do Estado e que se mantinham no poder por mecanismos diversos de “compra de votos” ou de assalariamento de “cabos eleitorais” também tinham motivos para querer derrubar o governo. As políticas públicas de aumento progressivo do salário mínimo e de estabelecimento de pisos salariais em valores superiores ao mínimo, os mecanismos de transferência de renda (dos quais a Bolsa-Família é elemento icônico), entre outras políticas públicas, permitiram aos setores mais pobres uma maior autonomia no momento da escolha em quem votar. Nos últimos 12 anos muitas oligarquias perderam poder exatamente pela ineficácia de seus métodos de constrangimento eleitoral. E isso desagradava enormemente amplos setores da Direita.

Essas mesmas políticas de distribuição de renda, juntamente com políticas de combate à discriminação, principalmente as de gênero, de orientação sexual e as raciais, debilitaram o apoio ao governo junto a diversos grupos religiosos reacionários e conservadores, muitos deles evangélicos. Muitos intérpretes do sagrado passaram a utilizar-se de seus cultos, missas e cerimônias para atacar as políticas governamentais voltadas a homossexuais, mulheres, negros, deficientes, aos muito pobres, aos usuários de drogas entre outros coletivos marginalizados.

O apoio das classes médias tradicionais, formadas por funcionários públicos, por profissionais liberais, por pequenos comerciantes, prestadores de serviços ou artesãos também foi progressivamente sendo erodido por vários motivos. Três grupos de motivos merecem destaque: a política educacional do governo, o reconhecimento de direitos aos empregados domésticos e a “invasão” dos espaços públicos historicamente destinados à classe média por uma “gente diferenciada”. As cotas nas universidades públicas, na exata medida em que possibilitaram aos pobres pardos, negros e indígenas o acesso a cursos superiores, foram experimentadas pelas famílias tradicionais como políticas que “tiravam as vagas de seus filhos”. Muito embora as Universidades públicas tenham duplicado o número de vagas no período, os eventuais insucessos de jovens de classe média nos vestibulares foi atribuído às “propostas antimeritocratas do PT”. Demais disso, com os programas governamentais de compra de vagas nas instituições de ensino

privadas destinadas aos pobres (PROUNI e PRONATEC) e com o FIES, financiamento estudantil para quem quer estudar e não conta com patrocínio familiar, milhares de pessoas pobres, negras, mestiças, gente que precisa trabalhar para viver, puderam ter acesso a cursos superiores, técnicos e tecnológicos. Todo esse contingente populacional de “ascendentes sociais” passou a disputar vagas no mercado de trabalho e nos concursos públicos, com os filhos de famílias das classes médias tradicionais. Para muitos, a cada fracasso dos seus, essas “políticas igualitaristas petistas” passaram a ser intoleráveis, expressão de um bolivarianismo a ser estigmatizado e combatido.

Políticas públicas como Mais-Médicos, a contratação de doze mil profissionais estrangeiros para trabalharem no interior do país onde médicos brasileiros não admitiam atender, serve também como exemplo de como decisões governamentais podem desagradar profundamente setores até então acostumados à reserva de mercado. Além destas, outras, como as políticas de contenção do déficit público, contingenciando e postergando reajustes salariais de funcionários públicos também contribuíram para que outros setores médios da sociedade passassem a se opor ao PT e ao Governo Dilma.

No âmbito residencial, desde tempos imemoriais, essas famílias de classe média sempre contaram com empregados domésticos para os serviços de limpeza e de cozinha. Os mais bem remunerados neste extrato social podiam ainda contar com diaristas, motoristas e uns poucos ainda com piscineiros, jardineiros, chacareiros, entre outros. Quanto maior o número de “secretários” maior o prestígio social das famílias de classe média tradicional. Para que mulheres de classe média pudessem trabalhar, na iniciativa privada ou no setor público, sempre foi naturalizada a existência de babás e empregadas às quais terceirizavam a educação de seus filhos menores. Os governos petistas, ao ampliarem as ofertas de empregos nos setores de comércio e prestação de serviços, acabaram por ampliar a concorrência, às vezes por intermédio de ferozes disputas por bons empregados domésticos, seja lá o que isso queira significar. Mas a gota-d’água que mobilizou as senhoras de classe média foi a iniciativa do Governo Dilma em reconhecer direitos para os domésticos muito similares aos já assegurados há mais de setenta anos aos demais trabalhadores. Muito embora jamais venham a admitir, um considerável contingente das “dondocas paneleiras” que desde varandas de classe média protestaram contra o PT teve por motivação profunda essa “inversão de valores” que em muitos casos conduziu a que certas famílias tivessem que assumir algumas tarefas domésticas, “porque ficou caro demais ter empregadas”.

Para finalizar esta linha argumentativa que elenca alguns dentre os principais motivos para “o PT perder a classe média”, cabe referência a alguns espaços públicos invadidos. Faz-se referência à presença de pobres “e ascendentes” em aeroportos, em

alguns shopping centers, que acabaram ficando muito “populares, lotados de gente”, em parques públicos com músicas altas de gosto duvidoso”, em salas de cinema e em restaurantes tradicionais “sempre muito ruidosos” e, “mal maior”, em clubes, nas repartições públicas com colegas e nas empresas “até como superiores hierárquicos” de tradicionais integrantes da classe média tradicional.

Com a crescente oposição dos empresários (que não queriam pagar o pato com a diminuição de seus lucros), das oligarquias tradicionais e das igrejas que sempre dependeram da existência de pobres para o exercício do poder, de setores crescentes das classes médias tradicionais, a legitimidade política do Partido dos Trabalhadores e dos governos por ele liderados debilitou progressivamente sua governabilidade. Quando o Golpe começou, já eram milhares os que acriticamente apoiavam a ruptura institucional.

Antes de focar a dimensão internacional da crise que atinge vários partidos de esquerda no poder em distintos países, três outros elementos de análise devem ser, ainda que rapidamente, convocados a nos auxiliar na reflexão.

Setores que já integraram o PT ou governos de coalizão nos âmbitos federal, estadual e municipal, por motivos diversos, passaram a hostilizar o petismo e os petistas. Faz-se referência a dois grupos principais: o de partidos pautados pelas reivindicações de funcionários públicos (PSTU) ou de reconhecimentos identitários e de liberdades individuais de escolha (PSOL), e ao grupo de ex-petistas ressentidos, atualmente próceres da oposição, nomeadamente Marina Silva, Marta Suplicy e Cristovam Buarque, que se posicionam na atualidade à direita no espectro político-eleitoral. Esses dois grupos, aliados táticos no desiderato de destruir o PT, têm tido resultados importantes em alguns setores sociais pequeno-burgueses, facilitando a aceitação do Golpe por muitos que, por tradição democrática ou por interesses corporativos, a ele deveriam resistir.

De outra parte, a naturalização de práticas de financiamento empresarial de campanhas, e a ausência de mecanismos internos de controle e de repressão a práticas de corrupção nos partidos de esquerda, deram fôlego para iniciativas moralistas que tentam atribuir exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores e ao governo deposto pelo Golpe a origem de todos os males e o monopólio das práticas condenáveis comuns à quase totalidade dos partidos políticos brasileiros, no “presidencialismo de coalizão” criado pela Constituição de 1988.

Para finalizar os elementos que priorizamos em nossa análise, um tema difícil que de certa forma já está presente nos tópicos anteriormente lembrados. A composição classista do Poder Judiciário brasileiro, principalmente, depois de 1988. Se é verdade que o Judiciário brasileiro sempre se caracterizou historicamente por ser conservador, reacionário mesmo, na atualidade algumas peculiaridades podem ser, ainda

que rapidamente, evidenciadas. Na vigência da Constituição atual o recrutamento de juizes, promotores e procuradores se dá por intermédio de concursos públicos de difícil acesso, muito concorridos. Apenas por exceção são aprovados candidatos que precisavam trabalhar, ganhar a vida, enquanto estudavam para prestar os respectivos concursos. Majoritariamente os aprovados na última década e meia puderam ficar alguns anos só “estudando para concurso”. Aprovados por méritos próprios, depois de árduos meses ou anos de dedicados treinamentos específicos, alguns destes agentes públicos (não todos, alguns) passam a sobrevalorizar o mérito e o esforço individuais. Poucos dentre estes acabam por se considerar messianicamente destinados a transformar a realidade segundo seus critérios e valores. A seletividade que caracteriza as atividades de alguns desses agentes públicos na área jurídica, perseguindo somente o PT e os filiados a esse partido, omitindo-se no tratamento isonômico a envolvidos em corrupção que sejam filiados a partidos que representam interesses das classes economicamente dominantes, constitui-se em elemento nada desprezível para a compreensão das múltiplas facetas do Golpe de Estado de 2016 no Brasil. Adende-se a isso a leniência do órgão de cúpula do Judiciário em relação a muitas das arbitrariedades judiciárias cometidas nas instâncias inferiores e se compreenderá que alguma razão parecem ter aqueles que situam o STF no centro das articulações golpistas.

Feita a análise acima, volta-se ao tema da dimensão internacional do Golpe. Como referido inicialmente, a ruptura institucional no Brasil não pode ser considerada um “ponto fora da curva” para homenagear um importante personagem sem quem este Golpe não seria possível. A Direita se fortalece em vários países e regiões.

Há uma década parecia que a América do Sul havia se transformado em paradigma de inclusão democrática para os demais subcontinentes. Falava-se, com aparente exagero, em “novo constitucionalismo sul-americano” quando se referia à coincidência histórica de governos progressistas, distribuidores de renda e das possibilidades de acesso a bens e a poder social na Argentina (Kirchner), no Uruguai (Tabaré e Mujica), no Paraguai (Lugo), no Chile (Bachelet), na Bolívia (Morales), no Equador (Correas), na Venezuela (Chavez e Maduro) e no Brasil (Lula e Dilma). Como exceções, apenas Peru e Colômbia, já que as Guianas sempre foram consideradas, pelas relações internacionais e pelo Direito como “Caribe”. Tais experiências de dar voz aos excluídos e de distribuir renda tiveram influência em Honduras, em El Salvador, na Nicarágua e motivaram reivindicações semelhantes nas eleições da Guatemala e do México. Hoje o panorama é muito distinto. A Direita chegou ao governo na Argentina e, mediante “golpes brancos” na feliz conceituação de Carol Proner, no Paraguai pós-Lugo, em Honduras, pós-Zelaya, e no Brasil com o Golpe de 2016.

Nos EUA, a Direita nunca esteve tão forte com as candidaturas do reacionário radical, Trump, e da nem tanto, Clinton, preterindo a possibilidade de Sanders representar setores de centro e liberais, no sentido estadunidense do termo.

Na Europa, o pensamento xenófobo está na base do crescimento do ideário de Direita em vários países, no Brexit e nas políticas impostas pela Troika na Grécia e em Portugal, entre outros países.

No Oriente Médio, a irracionalidade capitalista fomenta guerras nas quais não cabem discussões sobre valores de Esquerda. No sudeste asiático e na África, lamentando, impende constatar que a oposição binária entre Esquerda e Direita parece anacrônica e distópica. Na Ásia a situação é ainda mais complexa se consideradas as vicissitudes experimentadas por países saídos diretamente da tutela soviética para economias de mercado e da China, e seus satélites, mediante a combinação de super-exploração com autoritarismo estatal. Na Oceania, berço de ideais socialistas há um século, parece que definitivamente o fascismo teima em ressurgir com distintas roupagens.

Houve um Golpe no Brasil. O *impeachment* da Presidenta sem que a mesma tenha cometido qualquer crime de responsabilidade foi uma farsa praticada por um Parlamento corrupto e acobertada pelo Judiciário. Foi um Golpe, como o de 1964, contra a classe trabalhadora, como se percebe pelas primeiras medidas do governo golpista. O mundo percebeu isso. Ainda que derrotada pela bizarra aliança que busca legitimar o Golpe, a esquerda venceu quanto à memorização dos fatos, sua narrativa prevaleceu e será cruel para a biografia dos golpistas.

Em muitos países e em todos os continentes os valores igualitaristas, solidários, respeitadores da diversidade e dos Direitos Humanos estão sendo socialmente questionados. Aparentemente vivemos um retorno a valores individualistas, meritocratas, racistas, eurocentristas e exclusivistas em cada um dos continentes. Se na primeira década deste século se aludia a um “novo constitucionalismo emancipador” e promotor da igualdade, hoje se alude a um não-constitucionalismo, onde o “Direito diz o que o Juiz diz que o Direito diz”. Na mesma medida em que os pastores dizem o que a bíblia diz, que o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria, por sua sigla em inglês) diz o que o Alcorão quer dizer, o Direito é o que o juiz acha que é, e o Supremo Tribunal Federal referenda esta Nova Teoria do Direito (que não é nem nova nem teoria, mera técnica de dotar a Constituição de uma inequívoca “vontade”, já invocada por Carl Schimdt, o jurista do Reich). Nestes novos tempos em que a vontade dos magistrados se sobrepõe à dos eleitores, o papel da doutrina constitucional resta minimizada.

O Direito, tal como entendido logo após a promulgação da atual Constituição, já não é o que costumava ser. Aquele Direito de regras e princípios, de limites, de freios

e contrapesos, já não existe mais. Morreu, de morte matada, e não apenas no Brasil, como se pode verificar pela ascensão do ideário direitista em muitos países.

De outra parte, e esse livro é a evidência do que será dito a seguir, nunca um Golpe de estado, ainda que brando, branco, parlamentar e judiciário, sem a presença de armas, foi tão denunciado internacionalmente. A melhor parcela da intelectualidade de diversos países, inúmeros veículos de comunicação em editoriais e em artigos de opinião denunciam, expõem, desnudam o Golpe de 2016 no Brasil. O “Fora Temer” entoado aos milhares durante as olimpíadas não se constitui em fato isolado. Antes, se inserem no processo de resistência internacional em face da barbárie capitalista e neoliberal inspirada em valores antagônicos àqueles eleitos pelo último sufrágio brasileiro e professados pelo governo deposto pelo golpismo brasileiro.

Paris, 31 de agosto de 2016

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
<i>Wilson Ramos Filho</i>	
APRESENTAÇÃO	23
<i>Carol Proner</i>	
O TEMPO DE DILMA ROUSSEFF: A RAZÃO POR QUE RESISTIMOS	27
<i>Katarina Peixoto</i>	
MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF AO SENADO FEDERAL E AO POVO BRASILEIRO	33
<i>Dilma Rousseff (Carta)</i>	
A DEFESA JURÍDICA E POLÍTICA CONTRA O GOLPE NO BRASIL	37
<i>José Eduardo Cardozo</i>	
SENTENÇA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PELA DEMOCRACIA NO BRASIL	55
PETICIÓN Y SOLICITUD DE MEDIDAS CAUTELARES A FAVOR DE LA CIUDADANA PRESIDENTA DE BRASIL, SRA. DILMA VANA ROUSSEFF, JUNTO À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (RESUMEN EJECUTIVO)	65
<i>Petição assinada pelos Deputados Wadih Damous, Paulo Teixeira e Paulo Pimenta</i>	
ARTIGOS, ENTREVISTAS E MANIFESTOS	
1. GOLPE NO BRASIL É PARTE DE UM PROJETO DE RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA	75
<i>Adolfo Perez Esquivel (entrevista)</i>	
2. SOBRE EL IMPEACHMENT A DILMA ROUSSEFF	81
<i>Amílcar Salas Oroño Camila Vollenweider</i>	
3. CINCO PROPOSTAS PARA UM BRASIL MAIS DEMOCRÁTICO, MAIS JUSTO E MAIS SOLIDÁRIO!	89
<i>André Gonçalves Dias Pereira</i>	
4. O ESFACELAMENTO DE UM PAÍS	92
<i>Andreas Novy</i>	

5.	EXCEPCIONALIDADE POLÍTICA E NEOLIBERALISMO: EUROPA E BRASIL	96
	<i>Antonio Baylos</i>	
6.	A COISA AÍ ESTÁ FEIA, PÁ.....	101
	<i>António José Avelãs Nunes</i>	
7.	MOTIVACIÓN DEL VOTO EN LA SENTENCIA DEL TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA LA DEMOCRACIA EN BRASIL	106
	<i>Alberto Filippi</i>	
8.	A IMPLOÇÃO DA “NOVA REPÚBLICA” BRASILEIRA.....	110
	<i>Armelle Enders</i>	
9.	SALTO AL PODER EN BRASIL.....	114
	<i>Atilio A. Boron</i>	
10.	FROM HONDURAS TO BRAZIL, THE COUPS MUST BE STOPPED!.....	117
	<i>Azadeh N. Shahshahani</i>	
11.	¿IMPEACHMENT O GOLPE?	121
	<i>Baltasar Garzon Real</i>	
12.	O ASSALTO AO PODER DA TRÍPLICE ALIANÇA	125
	<i>Bernardo Kucinski</i>	
13.	THE POWER-GRAB BY THE TRIPLE ALLIANCE (REFLECTIONS ON THE COUP)	128
	<i>Bernardo Kucinski</i>	
14.	BERNIE SANDERS CONDENA GOLPE E DEFENDE RESPEITO À DEMOCRACIA NO BRASIL	132
	<i>Bernie Sanders (declaração)</i>	
15.	EU RESPEITO O PROCESSO DEMOCRÁTICO	135
	<i>Bethania Barry</i>	
16.	CONTRA O GOLPE PARLAMENTAR NO BRASIL	138
	<i>Boaventura de Sousa Santos (entrevista)</i>	
17.	ESSE BRASIL QUE RESISTE: O GOLPE A INSURGÊNCIA DAS REVOLUÇÕES PEREGRINAS.....	148
	<i>Bruno Sena Martins</i>	
18.	INSTITUIÇÕES E GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA CONTRA O GOLPE NO BRASIL	152
	<i>Carol Proner</i> <i>Gisele Cittadino</i>	
19.	GOLPE BRANCO NO BRASIL	155
	<i>Carol Proner</i>	

20.	CLÁUSULAS DEMOCRÁTICAS PARA RESISTIR AO GOLPE.....	160
	<i>Charlotth Back</i> <i>Carol Proner</i>	
21.	COMUNICADO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CLACSO	164
	<i>Pablo Gentili</i>	
22.	A VERY BRAZILIAN COUP	167
	<i>Costas Douzinas</i>	
23.	NAO VAI TER GOLPE, VAI TER LUTA	170
	<i>Edileny Tomé da Mata</i>	
24.	NÃO AO GOLPE NO BRASIL.....	172
	<i>Enrique Cabero Morán</i> <i>Marcelo Ribeiro Uchôa</i>	
25.	TEMPOS DE DESASSOSSEGO	174
	<i>Eric Nepomuceno</i>	
26.	A LUTA É DE TODOS NÓS.....	179
	<i>Esther Solano Gallego</i>	
27.	REFLEXIONES SOBRE LOS NUEVOS DISCURSOS NEOLIBERALES. EL CERTIFICADO DE DEFUNCIÓN DE LAS POLÍTICAS DE ESTADO	183
	<i>Fabiana Rousseaux</i>	
28.	PODER NO BRASIL DE CASTAS, CLÁS E OLIGARCAS DE DINASTIAS.....	186
	<i>Fernando Nogueira da Costa</i>	
29.	ERA UMA VEZ UM GOLPE.....	193
	<i>Flávio Aguiar</i>	
30.	UNIDAD, PROGRAMA POLÍTICO COMÚN E INTEGRACIÓN, CLAVES DE NUESTRO TRIUNFO Y DE NUESTRO FUTURO	196
	<i>Francisco Delgado (Entrevista realizada por Katu Arkonada)</i>	
31.	BRASIL: UM GOLPE DE ESTADO EM TRANSMISSÃO DIRETA	204
	<i>Francisco Louçã</i>	
32.	COMUNICACIÓN, DEMOCRACIA Y CORONELISMO ELECTRÓNICO EN BRASIL	209
	<i>Francisco Sierra Caballero</i>	
33.	AMÉRICA LATINA SOFRE SOB O JUGO DO CAPITAL	212
	<i>François Houtart</i>	
34.	PARA LUTAR PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988!.....	217
	<i>Friedrich Müller</i>	

35.	DEMOCRACIA Y PUEBLO ENTRE DERECHO Y POLÍTICA. EL APORTE TEÓRICO DE ERNESTO LACLAU	221
	<i>Giacomo Marramao</i>	
36.	O GRANDE ASSALTO AO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL	227
	<i>Giovanni Alves</i>	
37.	UM GOLPE DOS DONOS DE ESCRAVOS NO BRASIL?	234
	<i>Greg Grandin</i>	
38.	SOBRE EL ARTE DEL SUICIDIO COLECTIVO CUANDO LO QUE ESTÁ EN JUEGO ES “TODO”	237
	<i>Héctor Olasolo Alonso</i>	
39.	A PERCEPÇÃO DO GOLPE NO BRASIL PELA MÍDIA ALEMÃ	242
	<i>Helga Dressel</i>	
40.	AS CAUSAS ESTRUTURAIS DO GOLPE DE 2016: ÓDIO DE CLASSE, INTERESSES GEOPOLÍTICOS E CRISE POLÍTICA	247
	<i>Henrique Paiva</i> <i>Leandro Gavião</i> <i>Carol Proner</i>	
41.	LOS GOBIERNOS DE IZQUIERDA ESTÁN DEBILITADOS, NO AGOTADOS, Y REQUIEREN DE UN PROGRAMA QUE VUELVA A ILUSIONAR .	263
	<i>Ignacio Ramonet (Entrevista Agencia Andes)</i>	
42.	CARTA ABERTA AO EMBAIXADOR MICHAEL FITZPATRICK REPRESENTANTE DOS EUA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)	266
	<i>James N. Green</i>	
43.	IMPEACHMENT É VITÓRIA DE SISTEMA INÍQUO E DE DIREITA CONSERVADORA	276
	<i>Joana Mortagua</i>	
44.	DE GOLPE A GOLPE: 1964-2016. O GOLPE NÃO COMEÇOU HOJE E NUNCA FOI CONTRA A CORRUPÇÃO	279
	<i>João Ricardo Wanderley Dornelles</i>	
45.	A FLECHA / THE ARROW	289
	<i>Johnny Lorenz</i>	
46.	¿POR QUÉ SE TUMBA AL GOBIERNO DEL PT CON UN “GOLPE PARLAMENTARIO”?	298
	<i>José A. Zamora</i>	
47.	O TRIBUNAL INTERNACIONAL PELA DEMOCRACIA NO BRASIL	302
	<i>José Carlos Moreira da Silva Filho</i>	

48.	BRASIL, ARGENTINA E O CONE SUL	308
	<i>José Luís Fiori</i>	
49.	O BRASIL, OS EUA E O “HEMISFÉRIO OCIDENTAL” (1)	310
	<i>José Luís Fiori</i>	
50.	O BRASIL, OS EUA E O “HEMISFÉRIO OCIDENTAL” (2)	313
	<i>José Luís Fiori</i>	
51.	ESQUERDA SÓ PODE ENCARAR GOVERNO DE TEMER COMO PRODUTO DE UM GOLPE.	316
	<i>José Manuel Pureza (opinião)</i>	
52.	UN GOLPE BLANDO... UN GOLPE DE ESTADO AL FIN Y AL CABO	317
	<i>Juan Sebastián Medina Canales</i>	
53.	BRASIL, TRISTE HISTORIA DE OTRO ULTRAJE NEOLIBERAL A LA DEMOCRACIA	321
	<i>Julio Peña y Lillo E.</i>	
54.	LA TECNOLOGÍA ES UN PROBLEMA POLÍTICO	325
	<i>Leandro Monk</i>	
55.	DOLOR POR BRASIL	328
	<i>Leonardo Padura</i>	
56.	DENTRO-FORA-FORA-DENTRO	331
	<i>Ligia Chiappini</i>	
57.	MONIZ BANDEIRA DENUNCIA APOIO DOS EUA A GOLPE NO BRASIL	335
	<i>Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (entrevista)</i>	
58.	MANIFESTO INTELECTUAIS NORTE-AMERICANOS. A DEMOCRACIA BRASILEIRA ESTÁ SERIAMENTE AMEAÇADA	341
	<i>James N. Green</i> <i>Renan Quinalha</i>	
59.	MANIFESTO ZURICH DE INTELECTUAIS SUIÇOS CONTRA O GOLPE NO BRASIL	344
	<i>MBSocial</i>	
60.	PENSANDO EN BRASIL DESDE AMÉRICA LATINA, Y VICEVERSA (VALGA LA REDUNDANCIA)	350
	<i>Manuel E. Gándara Carballido</i>	
61.	O PROTAGONISMO DO BRASIL NO EXTERIOR NOS ANOS LULA E DILMA E O RETROCESSO EM VISTA	352
	<i>Marcelo Ribeiro Uchôa</i>	

62.	RESISTENCIA DEMOCRÁTICA FRENTE AL TOTALITARISMO QUE VIENE, BRASIL 2016	371
	<i>Maria José Fariñas Dulce</i>	
63.	DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE. HISTÓRICO E ANÁLISE DO GOLPE. . .	375
	<i>Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa</i>	
64.	O SILÊNCIO DEVERIA SER PROIBIDO QUANDO UMA DEMOCRACIA É AMEAÇADA AQUI OU EM OUTRO LUGAR	382
	<i>Marilza de Melo Foucher</i>	
65.	O GOLPE DE 2016 NO BRASIL E OS BRICS	388
	<i>Martonio Mont'Alverne Barreto Lima</i>	
66.	O GOLPE DE ESTADO DE 2016 NO BRASIL	392
	<i>Michael Löwy</i>	
67.	LA COSTITUZIONE COME VITTIMA	394
	<i>Michele Carducci</i>	
68.	EL MUNDO NECESITA EQUILIBRIO. NO SOLO DE ECONOMÍA VIVE EL HOMBRE	398
	<i>Montserrat Ponsa Tarrés</i>	
69.	DEMOCRACIA BRASILEIRA ESTÁ SOB ATAQUE	402
	<i>Naomi Klein (entrevista)</i>	
70.	BRAZIL'S PRESIDENT DILMA ROUSSEFF "IMPEACHED BY A GANG OF THIEVES"	408
	<i>Noam Chomsky (on Democracy Now!)</i>	
71.	UM NOVO DISPOSITIVO DE SUGESTÃO: OS MEIOS MASSIVOS DE COLONIZAÇÃO	412
	<i>Nora Merlin</i>	
72.	OUR LESSON	416
	<i>Oscar Guardiola-Rivera</i>	
73.	DESFILES CONTRA DILMA ROUSSEFF SÃO TAMBÉM A REAÇÃO DE UMA CLASSE MÉDIA ABASTADA CONTRA SUAS POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO	422
	<i>Par Collectif. Movimento Democrático 18 de março (MD18)</i>	
74.	PASSO ATRÁS	425
	<i>Paulo Sérgio Pinheiro</i>	
75.	BRASIL, DEMOCRACIA E FUTURA CONSTITUCIONAL	428
	<i>Pedro Carlos da Silva Bacelar de Vasconcelos</i>	
76.	LA ÓPERA DE LOS MALANDROS	432
	<i>Pedro de la Hoz</i>	

77.	MANIFESTO DE POLÍTICOS E INTELLECTUAIS BRITÂNICOS CONTRA O GOLPE NO BRASIL	434
	<i>Políticos e Intelectuais Britânicos</i>	
78.	NOTA DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA ALEMÃO PROTESTA CONTRA GOLPE NO BRASIL	436
	<i>Partido Socialdemocrata Alemão</i>	
79.	CRÔNICA DE UM GOLPE ANUNCIADO.....	440
	<i>Ricardo Franco Pinto</i>	
80.	TRIBUNAL INTERNACIONAL SENTENCIA QUE <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA É GOLPE DE ESTADO.....	445
	<i>Ricardo Lodi Ribeiro</i>	
81.	<i>IMPEACHMENT</i> , GOLPE DE ESTADO E DITADURA DE ‘MERCADO’.....	450
	<i>Samuel Pinheiro Guimarães</i>	
82.	MANIFESTO DOS SENADORES FRANCESES CONTRA O GOLPE NO BRASIL ..	455
	<i>Senadores Franceses</i>	
83.	A CRISE E AS CLASSES.....	460
	<i>Sérgio Costa</i>	
84.	O GOLPE BRASILEIRO VISTO DE LONDRES	467
	<i>Sue Branford</i> <i>Hilary Wainwright</i>	
85.	O PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA E O PAPEL (NÃO) EXERCIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO.....	474
	<i>Tânia Maria S. de Oliveira</i>	
86.	MORO E CARPENTIER DENTRO DA DEMOCRACIA	478
	<i>Tarso Genro</i>	
87.	REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS DO GOLPE DE 2016 NO BRASIL.....	481
	<i>Tatyana Scheila Friedrich</i>	
88.	CRÍTICA O FIM DO MINISTÉRIO DA CULTURA	484
	<i>Wagner Moura</i>	
89.	PELA LEGALIDADE.....	486
	<i>Wagner Moura</i>	
90.	MANIFESTO IN DEFENSE OF THE DEMOCRATIC RULE OF LAW IN BRAZIL ..	488
	<i>Yara Frateschi</i> <i>Miriam Madureira (organizadoras)</i>	

APRESENTAÇÃO

Carol Proner

“Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.”

José Saramago, em *Ensaio sobre a cegueira*.

O Brasil de 2016 tateia no escuro uma etapa dramática de sua história. Acaba de ser consolidado um crime meticulosamente tramado por parte de suas elites e que produziu uma ruptura irreversível na jovem democracia sob aparência de constitucionalidade.

Todos sabem que foi Golpe. A palavra, incômoda, o é porque expõe os responsáveis e os cúmplices. Assim como é constrangedor para os criminosos o lugar de vítima encarnado por Dilma Rousseff que até o último momento **não aceitou fazer qualquer tipo de acordo para indultar o golpismo, nem mesmo quando aconselhada por assessores “realistas”**.

Os usurpadores tomam o poder e nosso papel, dos intelectuais, da academia, é não deixar naturalizar as narrativas justificadoras para o cometimento do mais explícito atentado contra a soberania popular já produzido no país. O Golpe de 2016 produzirá consequências incalculáveis para a sociedade brasileira, para o projeto de estado autônomo e soberano, para os recursos naturais e o futuro da nação brasileira. E mais uma vez estaremos do lado certo da história, contestando os abusos e resistindo aos retrocessos.

Com a presente coletânea completamos a série de três obras dedicadas a denunciar e resistir ao Golpe de 2016, um projeto idealizado por Wilson Ramos Filho, pelo Instituto Declatra, realizado com outros colaboradores entre os quais o Instituto de Direitos Humanos Joaquín Herrera Flores e publicados pela Editora Praxis.

A primeira da série, lançada em junho e organizada no calor dos acontecimentos processuais do *impeachment*, teve como título ***A Resistência ao Golpe de 2016***, livro inaugural de denúncia, escrito por 105 autores entre juristas, economistas, artistas e que cumpriu um importante papel interpretativo e difusor da narrativa segundo a qual Sim, vivemos um Golpe, inédito, novidadeiro, branco, parlamentar, possibilitado por uma articulação corrupta midiaticizada e com o beneplácito da elite empresarial, de setores do Poder Judiciário e do Ministério Público para assaltar o poder sem disputar eleições.

A segunda coletânea, lançado no mês seguinte, ***A Classe Trabalhadora e a Resistência Internacional ao Golpe de 2016***, reuniu igualmente mais de 100 autores, especialmente juristas ligados ao mundo do trabalho, que traduziram o Golpe na faceta social de retrocessos iminentes, de liquidação do projeto de estado social inclusivo e o desmonte das conquistas dos últimos 30 anos, bem como relembrou a histórica capacidade de mobilização da classe trabalhadora para resistir e lutar.

A presente coletânea, ***Resistência Internacional ao Golpe de 2016***, teve como objetivo principal recolher as impressões sobre o processo vivido no Brasil a partir do olhar estrangeiro, da mirada distanciada dos intelectuais, juristas, jornalistas, escritores, parlamentares de outros países que, irmanados por uma preocupação comum – a preservação da democracia como valor estrutural de uma sociedade – e com a devida distância geográfica foram capazes de denunciar “aquilo que não se quis ver”.

Em organização colegiada de cinco mulheres, reunimos textos que registram as iniciativas da sociedade civil e de parlamentares para resistir ao Golpe fazendo uso de instrumentos de denúncia interna e internacional, como a sentença do *Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil* (realizado em julho/2016, na cidade do Rio de Janeiro), cópia da *Representação Perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (CIDH), cópia do documento *Defesa Jurídica e Política Contra o Golpe no Brasil*, assinado pelo advogado da Presidenta Dilma, José Eduardo Cardozo, bem como a *Mensagem da Presidenta da República Dilma Rousseff ao Senado Federal e ao Povo Brasileiro*, divulgada antes do julgamento do *impeachment*.

Também compilamos textos militantes (alguns já publicados em blogs), entrevistas, manifestos, opiniões e artigos de uma centena de autores e personalidades dedicados a revelar e refletir sobre uma espécie inédita de “golpe branco” praticada no Brasil, que se destaca acintosamente pela inidoneidade de um Congresso engolfado em processos de corrupção. Se no golpe paraguaio o destaque escandaloso foi o processo relâmpago de 24 horas que expurgou Lugo do mandato constitucional e se no caso hondurenho o destaque foi a expulsão a fórceps do mandatário em pijamas, no caso brasileiro o “Fator Cunha”, o “Fator Temer” e “um Congresso corrupto” causaram

perplexidade da comunidade internacional que reagiu fortemente em Manifestos e escritos de apoio ao mandato e à democracia. O aspecto ético foi definitivo para motivar internacionalmente a enxurrada de denúncias pela injustiça cometida contra Dilma Rousseff, reconhecida como mulher honesta e íntegra.

Mesmo a imprensa conservadora, como é o caso da revista inglesa *The Economist*, apontou o vexame internacional do *impeachment* aprovado na fase da Câmara dos Deputados no pesados 17 de abril, entendendo que os delitos fiscais atribuídos a Dilma eram muito menores que os de seus algozes e que, como tal, não constituíam “crime de responsabilidade”.

A complexidade do “golpe branco” no Brasil é imensa e demanda coragem aos que o denunciemos, pois que já se revelam diversos “golpes dentro do golpe” numa espécie de caça às bruxas de tipo constitucional e regulamentar promovidos pelas mesmas instituições que asseguram o processo maior. Há o poder judiciário atuando com um ativismo jamais visto, há o Supremo Tribunal Federal que, se eximindo de responsabilidade quanto ao momento político, limita-se ao exame legalista das matérias que lhe são atribuídas, há também a pronúncia de alguns ministros da suprema corte que, enfáticos, afirmam a constitucionalidade do processo de *impeachment*, há o ministério público com setores persecutórios enraivecidos ideologicamente, há a polícia federal mais autônoma que em qualquer outro momento da história (mérito do Governo Dilma) e que serve de engrenagem persecutória, há a grotesca manifestação do legislativo oportunista que vive o momento como se fossem novas eleições e há, por fim, o mais importante, o processo brasileiro também contém um ingrediente indispensável: a mídia golpista trabalhando diuturnamente para que chegue a bom termo da forma como seja a investidura de candidato ligado aos interesses do grande capital.

Fazemos parte de uma academia que não se eximiu do dever histórico de tomar posição diante das injustiças. Em tempos de cegueira voluntária dos que detêm o poder, o resultado do golpismo só foi e seguirá sendo possível porque mantém o povo e as ruas verdadeiramente cegos, controlados ou distantes. Esperemos que esta coletânea e os diversos livros que surgem simultaneamente para denunciar o Golpe possam servir para o contrário, para fazer ver, revelar e armar as lutas que virão adiante.

INTRODUÇÃO

O TEMPO DE DILMA ROUSSEFF: A RAZÃO POR QUE RESISTIMOS

Katarina Peixoto¹

A história é a luta pelo passado. Essa *boutade* é mais fecunda que intuitiva, pois quer dizer, entre outras coisas, que história é uma experiência sobre o presente e sempre sobre o presente, e que é por meio dessa experiência e do embate normativo que a embala que poderemos dispor dos marcos para identificar o passado. E nada dessas coisas é fácil de ver, num contexto de luta cotidiana e exaustiva, em que o Brasil foi jogado nos últimos dois anos, mesmo para democratas que não se apequenaram nem cederam à avalanche golpista que se espalha e dissemina destruição e medo pelo país. Como a leitora e o leitor poderão acompanhar, ao longo deste livro, o que consta nessas entrevistas, manifestos, sentença do Tribunal Internacional, ensaios, artigos e poema, é aquilo que Amartya Sen chama de “fundamentação plural” da denúncia de uma flagrante injustiça: a deposição ilegal de Dilma Rousseff. Há várias linhas de abordagem do que se passa no Brasil, hoje, voltadas a diagnosticar e evidenciar a destruição voraz em curso, e também com vistas a apontar caminhos de refazimento da vida dos direitos sob uma ordem constitucional.

Em todos e em cada um dos documentos aqui registrados, consta o compromisso com a temporalidade e a experiência encarnadas na figura de Dilma Rousseff. Esta-dista de envergadura incomum na história brasileira, primeira mulher eleita e reeleita presidenta, formada na luta armada contra a última ditadura, economista, herdeira do trabalhismo e do legado, como gosta de dizer, de enxergar a ideia de estado nacional, de Getúlio Vargas. Dilma Rousseff responde por todas e cada uma das iniciativas inspiradoras da grande transformação brasileira, dos últimos 13 anos. Responde pelos programas anticíclicos, pelas políticas de reconhecimento e ampliação do escopo dos direitos, e responde pelo fortalecimento e consolidação de uma certa estabilidade

1 Doutora e Mestre em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e uma das organizadoras desta coletânea.

institucional hoje violada. Impoluta e não messiânica, Dilma causou e causa desconcertos em todas as forças políticas do país e a sua tenacidade segue interpelando os golpistas e incomodando os arautos de uma perseguição sem precedentes, contra si. Na guerra política em que o país foi mergulhado, a figura da mulher jamais ocupou tamanha centralidade. De despreparada a louca, de furiosa a comunista, passando, é claro, pela acusação demencial de ter cometido algum mal feito.

A todas e a cada uma dessas vilanias, Dilma respondeu e segue respondendo com altivez, republicanismo e caráter. Dilma tem um ethos raro, de quem se entregou a uma luta maior que si: é virtuosa e, ao mesmo tempo, mergulhada na história. Assim é que, desde o início dos procedimentos golpistas, dedicou-se a uma espécie de pedagogia da resistência: em cada fala, denuncia ponto a ponto a inconsistência e eventualmente o caráter absurdo das acusações. Repete ponto por ponto, desfaz qualquer hipótese de consistência nas acusações falaciosas que compõem o enredo macabro do “crime de responsabilidade”, que não há nem nunca houve. E segue defendendo a democracia, o sufrágio, as políticas de estado voltadas à realização da ideia de estado nacional, democrático, solidário, soberano. Dizer que Dilma Rousseff é inocente é justo, mas insuficiente. Dilma é de tal maneira virtuosa, que age com a clareza que poucos têm, em meio à gigantesca instabilidade em que fomos todos jogados. Mantém o tom de sobriedade que parece estranho, até, quando não frágil.

Não nos enganemos com essa figuração, no mais das vezes, contaminada de misoginia, estranhamento e desconcerto frente a quem reconhece a república como fim em si. As oligarquias golpistas terão sobre si, para a história, a mancha de conspurcarem, de novo, contra o que Dilma significa e é. Essas coisas existem numa temporalidade que não está nos jornais e nas televisões oligopólicas, nem no jogo eleitoral espetacularizado. Estão na história, nesse tempo em que a razão se realiza. Esse tempo e essa figuração constituem e constituíram a razão por que resistimos.

Um dos maiores méritos desta coletânea consiste em contemplar, tanto em declarações distantes, como em testemunhos carregados de afetividade, o compromisso com a democracia no presente. Esse compromisso tem uma natureza moral e política sem fronteiras, e o olhar distante carrega consigo uma possibilidade de clareza muitas vezes para nós interdita, em meio à instabilidade em que fomos jogados. E há também o elo afetivo, sentimental e biográfico dos brasileiros desterrados e dos estrangeiros que acompanham e resistem à destruição da ordem constitucional brasileira e se solidarizam com a resistência. Com a força da solidariedade, do compromisso intelectual e da generosidade que constituem os valores da democracia, a nossa democracia, jovem e hoje crepuscular, será acolhida na resistência e sobreviverá ao desastre que se anuncia. Não é de pouca monta documentar o que estamos vivendo e tampouco é comum.

Esta é a terceira parte de uma trilogia de coletâneas que documentam com raro rigor e compromisso, aliados, o estado da destruição em curso no Brasil. O golpe contra a expansão do direito e das oportunidades conquistados após anos de resistência a uma ditadura torna-se cada dia mais nítido e, ao mesmo tempo, despidorado. Vencemos a batalha semântica sobre o golpe e os usurpadores contribuíram de maneira inaudita para este esclarecimento: o país hoje é governado por uma força usurpadora de ocupação que não foi eleita, que pretende realizar uma agenda reiteradas vezes rejeitada nas urnas e que é inelegível, dadas as decisões já transitadas em julgado, a respeito da elegibilidade de parte dos senhores golpistas dirigentes do golpe. Eles pretendem governar como não houvesse amanhã, porque sabem que eles não têm amanhã. Estão, portanto, prontos para liquidarem com o passado e com as condições de possibilidade da luta sobre o passado.

Para nós, que organizamos este livro e para muitos dos autores, nada parecido se viu ou viveu, no Brasil, em nossas vidas. Mas para muitos dos que estão conosco, na Resistência Internacional, esta é a história de uma variação sobre um tema perseverante, uma espécie de repetição. Como toda repetição, tem suas peculiaridades e similaridades e estas compõem na pluralidade de abordagens aqui representadas. Há elementos repetitivos como a queda nos preços das commodities. A especulação característica da crise do petróleo dos anos 70 do século passado ganhou uma nova roupagem: mais bélica, mais claramente política e intrinsecamente operadora do ataque às democracias fragilizadas economicamente da América Latina. A análise sobre o que se passa contra o Brasil e a Venezuela hoje não faz nem fará qualquer sentido se retirarmos o petróleo, sobretudo as reservas futuras e a tecnologia do Pré-Sal, de seu diagnóstico. Também vivemos, nos EUA, na Europa e no Oriente Médio, um quadro de tensão, instabilidade crescente e de avanço de forças autoritárias e obscurantistas cujos precedentes menos remotos também estão em fins dos anos 70. A grande diferença talvez resida na simultaneidade e na dinâmica interna das comunicações e da consolidação de dispositivos democráticos e intelectuais, disponíveis hoje de maneira incomparável aos processos de fechamento passados.

Não será tampouco esclarecido o escopo do atual golpe sem um olhar atento para a debilidade da nossa democracia. Esta fragilidade se tornou evidente diante de dois grandes mercados dominantes e sem o menor controle democrático, de maneira que seguem desregulados, como fossem verdadeiros mercados-sombra. Vem daí o maior ataque a nossa democracia. Trata-se de dois mercados cuja regulamentação segue adiada e menosprezada, inclusive pelas forças de esquerda, até há pouco cúmplices ou reféns das chantagens produzidas pelo jogo deles característico: o financiamento eleitoral e o mercado de informações. Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral, a

eleição presidencial de 2014, da qual Dilma Rousseff saiu vitoriosa e reeleita com mais de 54 milhões de votos ora anulados pelo golpe, custou mais de 500 milhões de reais declarados. Este é um valor que parece revelar um grande desafio para a democracia brasileira: em primeiro lugar, é preciso questionar se há e por que há e haveria a necessidade de uma campanha eleitoral com custo tão elevado. Em segundo, se este custo não deriva da fragilidade da consciência democrática e da ausência de uma cultura de disputa aberta por interesses e poder. Em terceiro lugar, cabe interrogarmos por que os governos democráticos que obtiveram, e quando obtiveram, maiorias parlamentares, não se dedicaram a regulamentar e a disciplinar (oferecer um teto de gastos de campanha, por exemplo), quando tiveram força para fazê-lo.

Há outras questões, é certo, mas estas dariam início a uma discussão democrática. O segundo mercado-sombra é o da informação, isto é, da mídia. No Brasil, não há, rigorosamente, mercado de informações. Há um peculiar e pré-moderno sistema oligárquico-familiar, que veicula e advoga um ideário a um só tempo escravocrata e ultraliberal, e que se constituiu no rastro da última ditadura, como é o caso da Rede Globo e da Rede Brasil Sul, paradigmaticamente. São sete famílias que comandam as pautas, que igualam manchetes, que detêm televisões, jornais, rádios e agências de notícias que não respondem a ninguém, que mal tributam (quando não sonegam) e que constituíram um véu de ignorância e ódio racista contra o que é democrático, popular e institucional.

Esses dois mercados-sombra são denunciados, analisados, diagnosticados e comentados nos textos desta coletânea. E a sua consideração atravessa as análises de sobreviventes da última ditadura, professores universitários, pesquisadores de renome, brasilianistas, juristas, publicistas e políticos portadores de um olhar externo sobre o estado das artes sombrias que ameaçam a nossa democracia. Esses mercados sombra permitiram que os valores da democracia sempre fossem depreciados e mesmo ridicularizados e que os valores do ultra individualismo e do ultra liberalismo financeiro fossem tomados como medida do que o Brasil merece. Esses valores, finalmente, penetraram de tal maneira as externalidades da vida intelectual de burocratas e jusnaturalistas investidos de funções legais, que passaram a circular livremente, como detivessem autonomia e pudessem vigorar a despeito de nossa ordem constitucional. E assim o país assiste a um ataque sem precedentes não apenas ao que é democrático e legítimo historicamente, como à ideia elementar de república, às prerrogativas das separações de poderes, ao artigo quinto da constituição.

Assim é que a atual força de ocupação usurpadora do Brasil evidencia que as oligarquias do país abdicaram do processo eleitoral e anularam o sufrágio como critério último de legitimação. A sua agenda, para se realizar, depende da regressão de nossa

democracia a níveis sem precedentes ao menos há quatro gerações. E a reinstalação do Gabinete de Segurança Institucional, o *soi disant* Plano Nacional de Inteligência, bem como a figuração da força de ocupação do ministério da justiça do golpe, apon- tam para a repressão instalada e coordenada, nacionalmente, a partir do palácio do planalto e do executivo federal. Destruíram o processo penal, arregimentaram direito material para a lide processual e invadiram, ilegitimamente, as esferas de exercício e controle da vida institucional do país.

É por isso que documentar a razão por que resistimos tem um sentido histórico. Nos dias que antecedem à consumação do golpe em curso, que o dão como irreversível, cabe-nos lembrar, nesta oportunidade, da razão por que temos razão em resistir. O Brasil ameaçado pelo atual golpe é um país que exterminou a fome endêmica e promoveu a maior ascensão social da história da humanidade no intervalo de tempo em que o fez. É o país que retirou da miséria e da pobreza o equivalente à população da França, num intervalo de 10 anos, talvez menos. E o fez ampliando investimentos em pesquisa, em políticas de cultura, em aumento significativo de vagas nas universidades, em ampliação dos campi universitários, em oferta de cursos técnicos e no maior programa de habitação popular da história do país. É o país que reconheceu o racismo e incluiu políticas de enfrentamento e combate ao racismo no seu arcabouço republicano. E é o país que, apesar de seu machismo atroz, repulsivo e ecumênico, em todas as forças políticas, elegeu e reelegeu uma mulher, para o mais alto cargo da república, ora ameaçada.

Trata-se de um país continental que é muito mais rico, desenvolvido, dinâmico, letrado, com mais doutores, mais médicos, mais alfabetizados e mais organizados, politicamente, do que o país golpeado pela última ditadura. Somos mais ricos, temos mais ativos, mais autoconsciência e organização política e popular do que tínhamos em 1964. Ao contrário do que se passou, então, não contamos com uma promessa de país, somente. Contamos com uma experiência de transformação, sem precedentes, na história deste país tão injusto com os seus desvalidos.

Chegará o tempo em que a luta por este passado será vencida por nós, os irredentos e resistentes, representados nesta coletânea e na trilogia de coletâneas. Chegará o tempo em que a medida da mudança, segundo o antes e o depois, como nos lembra Aristóteles, ficará clara. Aí, então, chegará o tempo de Dilma Rousseff, na história da reconquista da democracia, o princípio e o fim que nos move. Até lá, e nesse caminho, seguiremos do lado certo da história, como ela, Dilma, não para de nos dizer. Uma boa leitura.

MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF AO SENADO FEDERAL E AO POVO BRASILEIRO

Dilma Rousseff (Carta)

Brasília, 16 de agosto de 2016

Dirijo-me à população brasileira e às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores para manifestar mais uma vez meu compromisso com a democracia e com as medidas necessárias à superação do impasse político que tantos prejuízos já causou ao País.

Meu retorno à Presidência, por decisão do Senado Federal, significará a afirmação do Estado Democrático de Direito e poderá contribuir decisivamente para o surgimento de uma nova e promissora realidade política.

Minha responsabilidade é grande. Na jornada para me defender *doimpeachment* me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade e determinação para que possamos construir um novo caminho.

Precisamos fortalecer a democracia em nosso País e, para isto, será necessário que o Senado encerre o processo *doimpeachment* em curso, reconhecendo, diante das provas irrefutáveis, que não houve crime de responsabilidade. Que eu sou inocente.

No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime.

Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições.

Por isso, afirmamos que, se consumado *oimpeachment* sem crime de responsabilidade, teríamos um golpe de estado. O colégio eleitoral de 110 milhões de eleitores seria substituído, sem a devida sustentação constitucional, por um colégio eleitoral de 81 senadores. Seria um inequívoco golpe seguido de eleição indireta.

Ao invés disso, entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas. A democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social. É o único caminho para sairmos da crise.

Por isso, a importância de assumirmos um claro compromisso com o Plebiscito e pela Reforma Política.

Todos sabemos que há um impasse gerado pelo esgotamento do sistema político, seja pelo número excessivo de partidos, seja pelas práticas políticas questionáveis, a exigir uma profunda transformação nas regras vigentes.

Estou convencida da necessidade e darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral.

Devemos concentrar esforços para que seja realizada uma ampla e profunda reforma política, estabelecendo um novo quadro institucional que supere a fragmentação dos partidos, moralize o financiamento das campanhas eleitorais, fortaleça a fidelidade partidária e dê mais poder aos eleitores.

A restauração plena da democracia requer que a população decida qual é o melhor caminho para ampliar a governabilidade e aperfeiçoar o sistema político eleitoral brasileiro.

Devemos construir, para tanto, um amplo Pacto Nacional, baseado em eleições livres e diretas, que envolva todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. Um Pacto que fortaleça os valores do Estado Democrático de Direito, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e as conquistas sociais.

Esse Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social permitirá a pacificação do País. O desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões devem sobrepor-se a todo e qualquer sentimento de desunião.

A transição para esse novo momento democrático exige que seja aberto um amplo diálogo entre todas as forças vivas da Nação Brasileira com a clara consciência de que o que nos une é o Brasil.

Diálogo com o Congresso Nacional, para que, conjunta e responsavelmente, busquemos as melhores soluções para os problemas enfrentados pelo País.

Diálogo com a sociedade e os movimentos sociais, para que as demandas de nossa população sejam plenamente respondidas por políticas consistentes e eficazes. As forças produtivas, empresários e trabalhadores, devem participar de forma ativa na construção de propostas para a retomada do crescimento e para a elevação da competitividade de nossa economia.

Reafirmo meu compromisso com o respeito integral à Constituição Cidadã de 1988, com destaque aos direitos e garantias individuais e coletivos que nela estão estabelecidos. Nosso lema persistirá sendo “nenhum direito a menos”.

As políticas sociais que transformaram a vida de nossa população, assegurando oportunidades para todas as pessoas e valorizando a igualdade e a diversidade deverão ser mantidas e renovadas. A riqueza e a força de nossa cultura devem ser valorizadas como elemento fundador de nossa nacionalidade.

Gerar mais e melhores empregos, fortalecer a saúde pública, ampliar o acesso e elevar a qualidade da educação, assegurar o direito à moradia e expandir a mobilidade urbana são investimentos prioritários para o Brasil.

Todas as variáveis da economia e os instrumentos da política precisam ser canalizados para o País voltar a crescer e gerar empregos.

Isso é necessário porque, desde o início do meu segundo mandato, medidas, ações e reformas necessárias para o país enfrentar a grave crise econômica foram bloqueadas e as chamadas pautas-bomba foram impostas, sob a lógica irresponsável do “quanto pior, melhor”.

Houve um esforço obsessivo para desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos impostos à população. Podemos superar esse momento e, juntos, buscar o crescimento econômico e a estabilidade, o fortalecimento da soberania nacional e a defesa do pré-sal e de nossas riquezas naturais e minerárias.

É fundamental a continuidade da luta contra a corrupção. Este é um compromisso inegociável. Não aceitaremos qualquer pacto em favor da impunidade daqueles que, comprovadamente, e após o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa, tenham praticado ilícitos ou atos de improbidade.

Povo brasileiro, Senadoras e Senadores,

O Brasil vive um dos mais dramáticos momentos de sua história. Um momento que requer coragem e clareza de propósitos de todos nós. Um momento que não tolera omissões, enganos, ou falta de compromisso com o país.

Não devemos permitir que uma eventual ruptura da ordem democrática baseada no *impeachment* sem crime de responsabilidade fragilize nossa democracia, com o sacrifício dos direitos assegurados na Constituição de 1988. Unamos nossas forças e propósitos na defesa da democracia, o lado certo da História.

Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Tenho orgulho de dizer que, nestes anos, exerci meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi. Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os instrumentos legais de que disponho para assegurar a democracia no Brasil.

A essa altura todos sabem que não cometi crime de responsabilidade, que não há razão legal para esse processo de *impeachment*, pois não há crime. Os atos que pratiquei foram atos legais, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora.

Jamais se encontrará na minha vida registro de desonestidade, covardia ou traição. Ao contrário dos que deram início a este processo injusto e ilegal, não tenho contas secretas no exterior, nunca desviei um único centavo do patrimônio público para meu enriquecimento pessoal ou de terceiros e não recebi propina de ninguém.

Esse processo de *impeachment* é frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. O que peço às senadoras e aos senadores é que não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi. Não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente.

A vida me ensinou o sentido mais profundo da esperança. Resisti ao cárcere e à tortura. Gostaria de não ter que resistir à fraude e à mais infame injustiça.

Minha esperança existe porque é também a esperança democrática do povo brasileiro, que me elegeu duas vezes Presidenta. Quem deve decidir o futuro do País é o nosso povo.

A democracia há de vencer.

Dilma Rousseff

A DEFESA JURÍDICA E POLÍTICA CONTRA O GOLPE NO BRASIL

José Eduardo Cardozo²

O processo de *impeachment* promovido contra a Presidenta Dilma Rousseff, no Brasil, é um golpe de Estado.

Duas são as acusações que contra ela são dirigidas. A primeira, diz respeito ao fato de ter assinado três Decretos de abertura de crédito suplementar que supostamente estariam ofendendo a lei, na medida em que estariam “descumprindo” as metas fiscais (metas de gastos públicos) estabelecidas na própria legislação proposta pelo governo (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A segunda de que teriam ocorrido atrasos no pagamento da União ao Banco do Brasil no âmbito de um programa de apoio a agricultura (Plano Safra). Estes atrasos de pagamento configurariam “operações de crédito” (empréstimos) entre o governo e um banco estatal, o que seria vedado por lei (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Estas acusações não passam de ser meros pretextos jurídicos para a destituição ilegítima de uma Presidenta da República eleita por 54 milhões de brasileiros. Governos anteriores, sob a mesma legislação, editaram decretos idênticos aos editados por Dilma, e não foram sequer criticados por isso. No caso dos alegados “atrasos de pagamento”, sequer prazo estabelecido havia para que o governo federal pagasse as subvenções devidas ao Banco do Brasil. Governos anteriores também atrasaram pagamentos em contratos de prestação de serviços firmados com instituições financeiras estatais, e também aqui, jamais foram considerados “empréstimos bancários” vedados por lei. E o que é ainda pior: não houve nenhum ato da Presidenta da República determinando o não pagamento, conforme comprovado pela perícia realizada nos autos. A gestão do Plano Safra se dava pelo Ministério da Fazenda, ficando a decisão do momento em que deveriam ser pagas as subvenções ao Banco do Brasil a quilômetros de distância do gabinete presidencial.

Todos os órgãos técnicos, constituídos por servidores de carreira, antes e depois da sua prática, atestaram a validade das condutas que são imputadas à Presidenta da

2 Ex-Ministro da Justiça e ex-Advogado Geral da União. Advogado da Presidenta Dilma Rousseff.

República. Nenhuma obra acadêmica, nenhum jurista ou mesmo técnico da ciência das finanças, antes da prática dos atos invocados pela acusação, havia afirmado ou mesmo suposto remotamente que o entendimento jurídico adotado pelo governo federal fosse incorreto ou impróprio.

Acusa-se, assim, de crime uma Presidenta da República por ter praticado atos que os seus antecessores praticaram e nunca foram questionados. No processo, não há acusações de desvio de dinheiro, de corrupção, de enriquecimento ilícito. Em um país marcado pela corrupção e em que boa parte da classe política é acusada de apropriação indevida de dinheiro público, reconhecidamente Dilma Rousseff é uma mulher absolutamente honesta.

Não há, pois, dúvidas de que não houve ilegalidade no comportamento de Dilma. Não houve má-fé ou dolo em quaisquer dos seus atos. Não há, pois, crime de responsabilidade que possa justificar, nos termos do art. 85 da Constituição Federal Brasileira, o seu *impeachment*.

Isso está claramente demonstrado nos autos. Além de outras questões processuais suscitadas, a defesa da Presidenta da República demonstrou claramente a improcedência das acusações. E demonstrou também que este processo foi aberto e realizado com claro desvio de poder. Uniram-se os derrotados nas urnas em 2014 e que desejavam para o país a volta dos programas neoliberais, adotados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e os grupos políticos insatisfeitos com as investigações de corrupção realizadas com garantia de autonomia pelo governo de Dilma Rousseff.

A peça final da defesa reúne 670 páginas. Para conhecimento e registro, seguem apenas alguns de seus tópicos introdutórios e finais, atinentes aos pressupostos jurídicos e políticos que caracterizam, a partir da própria improcedência das acusações, a absoluta farsa que caracteriza este processo de *impeachment* promovido no Brasil.

1. INTRODUÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR APRESENTADA NA DEFESA: A DISTINÇÃO ENTRE A FORMA DE GOVERNO PRESIDENCIALISTA E O IMPEACHMENT PRESIDENCIAL

A forma de governo presidencial, normalmente denominada de *presidencialismo*, nasceu com a Constituição norte-americana de 1787. Historicamente, se contrapôs à forma de governo parlamentar existente na Inglaterra (*parlamentarismo*), conforme diferenciação histórica feita, originariamente, por Walter Bagehot em seus estudos sobre a constituição inglesa³.

3 The English Constitution (Cf. J.J. Canotilho, in Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7a. ed., p. 585, Coimbra: Almedina, 2003).

Embora as formas de governo *presidencialista* e *parlamentarista*, ao serem *in concreto* acolhidas por diferentes sistemas constitucionais, apresentem formulações bastante diversas, a doutrina jurídica tem buscado apontar, através dos tempos, as principais distinções que podem ser feitas entre ambas.

No sistema *parlamentarista* há uma clara distinção entre o *chefe de Estado* (o Rei, nas monarquias, e o Presidente, eleito pelo povo, nas repúblicas) e o *chefe de Governo* (normalmente chamado de primeiro-ministro). A nomeação do gabinete ou do primeiro-ministro é feita, via de regra, pelo chefe de Estado, tendo-se por pressuposto a confiança e a concordância do parlamento. Em alguns países, porém, a escolha é feita diretamente por meio de eleição parlamentar⁴.

Naturalmente, a permanência do primeiro-ministro ou do gabinete se dá enquanto perdurar a confiança e o desejo da maioria parlamentar de que devam continuar a exercer as suas funções. Configurada, porém, a perda da sustentação política no Parlamento, seja em decorrência da aprovação de uma moção de censura, seja pela rejeição de votos de confiança, haverá, por força de uma decisão política do Parlamento, a sua *destituição*⁵.

Esse controle político do Legislativo sobre o Executivo envolve uma clara *reciprocidade*. Deveras, por proposta do gabinete ou do primeiro-ministro, é possível ser determinada a *dissolução* do Parlamento. Ela é feita, normalmente, por um ato do chefe de Estado, que pode ser um decreto real (na monarquia) ou presidencial (na república).

É natural e correto afirmar-se, assim, que uma das características principais da forma de governo parlamentarista é a existência de *controles primários* entre o Poder Executivo e o Legislativo. Há, nesse sistema, uma *responsabilidade política recíproca* entre esses Poderes do Estado. O governo responde politicamente para o Parlamento, enquanto este, por sua vez, pode ser dissolvido por decisão do Poder Executivo.

A respeito, bem observa Paulo Brossard que, “com efeito, onde vige o governo de gabinete, pela expressão *responsabilidade política ou ministerial* se entende o dever, legal ou consuetudinário, de exonerar-se coletivamente o governo, isto é, o ministério, ou um de seus membros individualmente, quando deixa de contar com a confiança da maioria parlamentar, o que se verifica de modo direto ou indireto, segundo critérios puramente políticos, e de forma explícita, dispensada a instauração de processo mediante

4 É o que ocorre, por exemplo, na Alemanha. Naquele país, o primeiro ministro (Chanceler) é eleito diretamente pela Câmara dos Deputados (Bundestag).

5 Pelo regime parlamentarista alemão só se pode votar moções de censura ao chefe de governo se puder ser eleito, no mesmo contexto, um novo chanceler. É o que se costuma denominar de voto de censura construtivo, próprio daquele sistema designado por “democracia de Chanceler” (Kanzler-Demokratie). Cf. J.J. Canotilho, op. cit., p. 583

denúncia. (...) Ademais, à responsabilidade política do governo corresponde a responsabilidade política do parlamento. A dissolução da Câmara é o contrapeso necessário da moção de desconfiança.”⁶

Importante observar, por fim, que o Chefe de Estado, no parlamentarismo, em decorrência de não possuir, via de regra, relevantes funções de direção política, recebe um “*estatuto constitucional de irresponsabilidade*” perante o Parlamento⁷. Lembrando novamente as palavras de Paulo Brossard: “no sistema parlamentar, porque não governa, o Presidente é politicamente irresponsável. O governo cabe ao ministério, gabinete ou conselho de ministros, órgão colegiado, com unidade política, homogeneidade, solidariedade coletiva e corresponsabilidade na política de governo, guiado pelo Primeiro Ministro, Chefe do Gabinete, Presidente do Conselho de Ministros, *Premier* ou Chanceler, que é o chefe do governo. Politicamente responsável é o gabinete, porque o gabinete governa. O Presidente, que preside e não governa, não tem responsabilidade política: só é responsável em casos de alta traição”⁸.

Já a forma de governo *presidencialista* envolve uma realidade institucional muito diferente. Neste sistema, a chefia de Estado e de Governo é concentrada nas mãos de uma única autoridade: o Presidente da República. Sua legitimidade democrática decorre, assim, da população⁹ e não de uma escolha parlamentar discricionária.

Desse modo, “nesta forma de governo, o presidente ocupa uma posição plenamente central em relação a todas as forças e instituições políticas”¹⁰. Assim, no presidencialismo, o chefe do Poder Executivo “acabou sendo não só uma pessoa, mas uma instituição”¹¹.

Natural, assim, que no sistema presidencialista, ao contrário do que ocorre no parlamentarismo, *não existam controles políticos primários entre o Executivo e o Legislativo*. “O Presidente da República não tem poderes de dissolução das câmaras e nenhuma

6 *O impeachment: aspectos da responsabilidade política do Presidente da República*, 3a. ed., pag. 36. São Paulo: Saraiva, 1992.

7 J. J. Canotilho, op. cit., p. cit.

8 Op. cit., p. 37.

9 As constituições que adotam o presidencialismo, normalmente, estabelecem o voto direto da população para a eleição do Presidente da República. Há sistemas, porém, que adotam uma forma indireta de participação da população na escolha presidencial. É o que ocorre no Estados Unidos da América. Nesse país, o Presidente é escolhido por um colégio de representantes. Mas esse fato não retira da escolha presidencial a sua legitimação decorrente da população.

10 Gianfranco Pasquino, *Dicionário de Política*, vol. 1, p.519, apud Alexandre de Moraes, *Presidencialismo*, 2a. ed., p. 24. São Paulo: Atlas, 2013.

11 Alexandre de Moraes, op. cit., p. 22.

destas ou ambas têm a possibilidade de aprovar moções de censura contra o presidente”. Do ponto de vista político, pode-se afirmar, assim, que “o governo é irresponsável e o parlamento *indissolúvel*”¹².

Não se pode dizer, todavia, que esta ausência de controle ou de responsabilidade política seja absoluta. Nos sistemas presidencialistas, o Presidente da República pode ser destituído, em situações excepcionalíssimas, por meio de um processo de *impeachment*. Nesses processos, todavia, diferentemente do que ocorre no parlamentarismo, não será admissível uma destituição decidida por razões exclusivamente políticas. Exigir-se-á, sempre, para que ocorra a destituição, a ocorrência provada de um grave ato ilícito praticado pela autoridade presidencial.

Com isso não se afirma, naturalmente, que em um processo de *impeachment* não deva ser feita, por parte dos julgadores, uma necessária valoração política quanto à conveniência e à oportunidade da permanência do Chefe do Executivo. É indispensável que esta valoração também ocorra. Em um sistema presidencialista, a cassação do mandato de um Chefe de Estado e de Governo é vista e tratada como um ato excepcional e gravíssimo. Por isso, nessa forma de governo, a ocorrência de um ilícito grave não é compreendida, *per se*, como razão suficiente para a tomada de uma decisão de destituição presidencial. Exige-se, além da comprovação do ilícito, uma avaliação política sobre a dimensão do dano da consumação do *impeachment* para os interesses do país e da sociedade. Se realmente a destituição for avaliada politicamente como recomendável para os interesses públicos, a cassação do mandato, a partir do ilícito tipificado, poderá ocorrer. Caso contrário, se apesar da ilicitude da conduta presidencial indevida, entender-se que a interrupção do mandato presidencial acabará sendo mais nociva que benéfica, o Presidente da República deverá ser mantido no cargo.

É exatamente por força dessa necessidade de valoração política, indispensável para a consumação de um *impeachment* presidencial, que o julgamento desses processos, na Constituição norte-americana e em todas que a adotaram como paradigma, veio a ser atribuído ao Poder Legislativo. Uma dimensão política como a que se deve apreciar em tais julgamentos não pode ser, a partir da visão da tripartição dos poderes, apta a ser constitucionalmente atribuída ao Poder Judiciário. Este Poder, por missão originária, deve “dizer o direito” e não apreciar questões atinentes a conveniência política de governantes permanecerem ou não no exercício dos seus mandatos¹³. É ao Legislativo que, naturalmente, deve competir a realização desse “juízo político”.

12 J. J. Canotilho, op. cit., p. 587.

13 Com isso não se quer afirmar, por óbvio, que o Poder Judiciário, nos Estados de Direito, esteja impedido de fazer o controle de legalidade dos atos de um processo de *impeachment*. Muito pelo contrário: na

Mas — repita-se — **no sistema presidencialista de governo, o Poder Legislativo não está constitucionalmente autorizado a aprovar um impeachment de um presidente da República por razões exclusivamente políticas**. Exige-se, sempre, para garantia das instituições de Estado nessa forma de governo, a ocorrência de um **ilícito grave e comprovadamente** praticado pelo Chefe do Executivo. Este é um *pressuposto jurídico* intransponível, e, portanto, impossível de ser ignorado para a consumação de um *impeachment* presidencial.

A respeito, foi precisa a fundamentação exposta na sentença proferida, por unanimidade, pelo Tribunal Internacional pela Democracia do Brasil, realizado na cidade do Rio de Janeiro¹⁴, ao proclamar, *in verbis*:

É importante ressaltar que, no presidencialismo, diversamente do voto de desconfiança do sistema parlamentar, não se pode afastar um Chefe de Estado por questões exclusivamente políticas, porque o processo de *impeachment* está vinculado a fundamentos jurídicos estritos, consubstanciados na prática de infrações graves contra a ordem constitucional — os chamados crimes de responsabilidade —, não substituídas por argumentos de deficiência de governabilidade ou de insatisfação popular. A aprovação ou desaprovação política do governo deverá ser resolvida por meio de eleições livres e diretas e não por ato do Parlamento. A violação dessa condição implica, mais ainda, a consecução de uma drástica ruptura da ordem democrática, inadmissível em um sistema regido por uma Constituição Republicana (...).

Ou seja: **na forma de governo presidencialista, a configuração de um ato ilícito grave, praticado pela autoridade presidencial, é condição insuperável para a**

medida em que a destituição de um Presidente da República, no presidencialismo, exige a verificação da existência de certos pressupostos jurídicos, o Poder Judiciário não pode se furtar a examinar a sua ocorrência. Assim, por exemplo, os aspectos formais do procedimento (como a garantia do contraditório e da ampla defesa), bem como quaisquer outros aspectos demonstradores da ocorrência de ilegalidades manifestas, capazes de ofender direitos subjetivos da autoridade acusada, podem ser submetidos a apreciação da autoridade jurisdicional. Desse modo, devemos ter claro que a ocorrência ou não dos “motivos” para o processo de *impeachment* (justa causa), os aspectos atinentes a tipicidade dos delitos, a ocorrência de eventual abuso de poder por parte das autoridades do Poder Legislativo, bem como quaisquer outras circunstâncias fáticas ou jurídicas que possam vir a consistir, fora do âmbito discricionário de valoração política do Legislativo, situações lesivas a direitos, não podem ser retirados, sob nenhum pretexto, da apreciação do Poder Judiciário. Afinal, nos Estados de Direito, nenhuma lesão a direito, individual ou coletivo, pode ser *a priori* afastada da apreciação desse Poder.

14 V. nota 1, supra.

consumação legítima de um *impeachment* (*conditio sine qua non*). Nisso reside, repita-se, a diferença essencial entre a destituição de um governo no parlamentarismo e no presidencialismo. No primeiro, como visto, se admite a sua consumação por um mero juízo de apreciação política, como um ato de absoluta normalidade constitucional. No segundo, o juízo de apreciação política apenas poderá ser validamente realizado a partir da configuração de um pressuposto jurídico, qual seja, a ocorrência de um ato ilícito grave praticado pelo Presidente da República, na conformidade do tipificado em lei.

A Constituição norte-americana, no seu artigo II, expressamente em seus termos, corrobora esta compreensão. Após afirmar a investidura do Presidente da República no exercício do Poder Executivo pelo período de quatro anos¹⁵, determina, na sua seção IV, que o Presidente da República deve ser removido do seu cargo por meio de *impeachment* apenas nos casos de “*traição*”, de “*suborno*” ou de outros “*graves crimes ou contravenções*”¹⁶. Exige-se, pois, a demonstração da ocorrência destes atos ilícitos para que o Chefe do Poder Executivo possa ter legitimamente o seu mandato cassado. Sem estes pressupostos jurídicos, o *impeachment* não poderá ocorrer¹⁷.

Finalmente, uma importante observação deve ser ainda aqui feita, em caráter complementar. Na medida em que a forma presidencialista de governo seja adotada no âmbito de um Estado de Direito, um processo de *impeachment* deverá se dar rigorosamente

15 “The executive Power shall be vested in a President of the United States of America. He shall hold his Office during the Term of four Years (...) (Article II).

16 “The President, Vice President and all civil Officers of the United States, shall be removed from Office on Impeachment for, and Conviction of, Treason, Bribery, or other high Crimes and Misdemeanors” (Article II, Section IV). É curioso observar que durante os debates para elaboração da Constituição, houve a proposta de que fosse incluído “no texto, como motivo para o *impeachment* presidencial, além de “*traição*” e “*suborno*”, a “*má administração*”. Por ser esta expressão muito vaga e imprecisa, optou-se por “*graves crimes e contravenções*”. É o que registra Jack N. Ranove, ao anotar que “The framers initially limited impeachable offenses to treason and bribery. Late in the debates, George Mason moved to add ‘maladministration’ to the list, but this seemed so vague and subjective that the framers adopted ‘high crimes and misdemeanors’ instead (The annotated U.S. Constitution and declaration of independence. United States of America: First Harvard University Press paperback edition, 2012)

17 Interessante discussão ocorreu naquele país, durante o processo de *impeachment* do Presidente Clinton. Muitos juristas e políticos diziam que os atos por ele praticados não constituíam os “high crimes and misdemeanors” estabelecidos na Constituição para a consumação da sua destituição. Por isso os defensores de Clinton afirmavam que seu processo seria um “*coup d’état*”. A título de exemplo, podemos mencionar as palavras de um congressista, citado por Robert F. Nagel, onde afirmou que “this is indeed a Republican coup d’état. Mr. Speaker... the Republicans will couch this extremist radical anarchy and pious language which distorts the Constitution and the rule of law(...)” (in The implosion of American Federalism, Oxford University Press, 2001, posição 2215)

dentro das regras constitucionais e legais estabelecidas para a garantia do *due process of law* (devido processo legal). Não importa, para tanto, que o órgão julgador seja o Parlamento. Exige-se, como decorrência natural desta regra, que se assegure ao Presidente acusado da prática de um ilícito grave o direito ao *contraditório* e à *ampla defesa*. Sem isso, a destituição presidencial será absolutamente ilegítima.

2. SÍNTESE DA CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA FEITA NO INÍCIO DA DEFESA: A FORMA DE GOVERNO PRESIDENCIALISTA E A INSTABILIDADE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Após o nascimento da Constituição dos Estados Unidos da América, no final do século XVIII, ao contrário do que se verificou na Europa, muitos países passaram a adotar a forma presidencialista de governo. Uma das regiões do globo terrestre mais influenciadas pela experiência constitucional norte-americana, como se sabe, foi a América Latina.

Razões históricas explicam esse fato. Como ensina Giovanni Sartori:

(...) quando os Estados europeus começaram a praticar o governo constitucional, todos eles (exceto a França, que se tornou uma república em 1870) eram monarquias; e as monarquias já têm um chefe de Estado hereditário. Mas, enquanto na Europa não havia espaço (pelo menos até 1919) para os presidentes eleitos, no Novo Mundo quase todos os Estados chegaram à independência como repúblicas (o Brasil e, de certo modo, o México foram as exceções temporárias) e, portanto, precisavam eleger os chefes de Estado, isto é, seus presidentes¹⁸.

É inegável, porém, que em muitos países que adotaram a forma de governo presidencialista — com exceção feita ao próprio Estados Unidos da América —, tem sido frequente a acusação, justa ou injusta, de que ela propiciaria indesejável instabilidade, em face da dificuldade estrutural que apresenta na absorção de crises políticas mais agudas¹⁹. Não foram poucas as vezes em que governos presidencialistas democraticamente

18 Engenharia constitucional: como mudam as constituições, p. 100. Brasília: UNB, 1996.

19 Afirmar a respeito, dentre outros, Paulo Bonavides: “o presidencialismo não tem estrutura para conter ou debelar as crises que estalam por efeito das pressões políticas, sociais e financeiras senão transformando o poder num instrumento de repressão e o governo num canal obstruído por onde o Estado já não se co-

eleitos, especialmente na América Latina, sucumbiram a golpes de Estado e a situações de quebra de continuidade institucional²⁰.

Engana-se quem pensa, todavia, que esse período de instabilidade política teria sido superado, em nosso continente, nas últimas décadas do século XX, com o fim das ditaduras militares. Estudos recentes feitos por cientistas políticos têm demonstrado que a instabilidade política na América Latina, lamentavelmente, ainda não chegou ao fim.

É fato que, a partir da última década do século XX, a destituição de governos democraticamente eleitos por meio de uma intervenção militar e da implantação de uma ditadura parece ter ficado “fora de moda”. A demonstração da violência, das torturas, do pisotear de direitos, do aniquilamento e da frustração das populações que viveram “anos de chumbo” em países latino-americanos recebeu, e ainda hoje recebe, uma forte execração da opinião pública.

Desse modo, dizem os cientistas políticos, as elites e as forças políticas, descontentes com os seus governantes, não se sentem hoje mais “à vontade”, na América Latina, para tramar destituições governamentais valendo-se de forças militares. E nem os agentes que integram essas forças, diga-se, a bem da verdade, parecem entusiasmados em enganar-se, novamente, em aventuras dessa natureza.

Esse aparente “desencanto” com os golpes militares, todavia, não revela, propriamente, um apego real à democracia e à soberania popular, por parte de setores da elite latino-americana. Revela apenas a necessidade de que sejam encontradas novas formas de “destituição forçada” de presidentes legitimamente eleitos. Formas que, independentemente da sua legitimidade, possam ser apresentadas, mesmo que retoricamente e nas aparências, como mais “aceitáveis” aos olhos da população e da comunidade internacional.

É o que nos demonstra, em interessante estudo²¹, o professor da Universidade de Pittsburgh, Aníbal Pérez-Liñan. Nos dias atuais, em situações de crise econômica ou política, ou mesmo de “incômodo” com os rumos seguidos por governantes eleitos, as elites civis da América Latina têm buscado se valer de “mecanismos constitucionais” que possam permitir o afastamento de governantes que reputam “indesejáveis”, sem a desestruturação das instituições democráticas. Em outras palavras: afasta-se o governo eleito substituindo-o por outro, de modo a não se impor uma ditadura.

munica com a Sociedade para o desempenho legítimo da autoridade. Disso resultam opressões, abusos e lesão de direitos humanos”. (Teoria Geral do Estado, 8a. ed., p. 308. São Paulo: Malheiros, 2010.

20 Giovanni Sartori, op. cit., p.240

21 In Presidential impeachment and the new political instability in Latin America. New York: Cambridge University Press, 2007.

Naturalmente, nos demonstra Pérez-Liñan, o caminho constitucional encontrado para tais fins vem sendo a promoção de processos de *impeachment*²².

Seria ilusão imaginar que estes processos de *impeachment* são propulsionados, única e exclusivamente, pelas forças políticas que fazem oposição ao Chefe do Executivo. Na verdade, via de regra, eles acabam se tornando factíveis apenas a partir da ocorrência de certas situações em que, dentro de um determinado contexto de crise, o governo perde a sua sustentação política no Poder Legislativo²³.

É importante que percebamos, contudo, que esse desejo de afastamento de um Presidente da República pode partir, em alguns casos, de *atos graves* por ele praticados, na conformidade do *tipificado* na legislação disciplinadora da matéria. Nesse caso, o *pressuposto jurídico-constitucional* terá sido atendido para a destituição presidencial. E ao Parlamento, no âmbito da sua competência discricionária, caberá decidir, após a demonstração probatória da inequívoca ocorrência do ilícito, sobre o *mérito* da questão, ou seja, se deverá ser ou não, politicamente, acolhido o *impeachment*.

Todavia, a bem da verdade, é importante salientar que nem sempre é assim que as coisas se sucedem no âmbito da América Latina. A história recente nos mostra que, em face da dificuldade atual de se promoverem golpes militares, o desejo de destituição de presidentes eleitos, em alguns casos, pode se traduzir na formulação de “pretextos jurídicos” para se abrir e promover processos de *impeachment*. Criam-se falsos delitos, invoca-se retoricamente uma pretensa gravidade de condutas presidenciais ilícitas, para que, com apoio na maioria parlamentar, se proceda à cassação do mandato do Chefe de Estado e de Governo.

Desse modo, para não se expor a fratura democrática e institucional decorrente da eliminação ilegítima de um “inconveniente” mandato presidencial, são forjadas acusações, são simulados “devidos processos legais”, com cartas previamente marcadas e jogadas pela maioria do parlamento. Tudo para que, ao arrepio da realidade

22 “Because in the context civilian elites cannot invoke a military intervention, they have been forced to find constitutional mechanisms to solve their disputes. Presidential impeachment has emerged as the most powerful instrument to displace ‘undesirable’ presidents without destroying the constitutional order”. Aníbal Perez-Liñan, op. cit., posição 112-E-book.

23 “I show that impeachments are likely when the mass media systematically investigate and expose political scandals and when the president fails to keep tight control over Congress, either because the ruling party is very small or because it is under the control of an adversarial faction. At the same time, the ability of the legislature to remove the president from office ultimately hinges on the degree of popular mobilization against the government. When a broad social coalition takes to the streets to demand the resignation of the president, the fall of the administration is usually in sight”. Aníbal Perez-Liñan, op. cit., posição 117, e-book.

jurídico-constitucional, um governo seja substituído por outro, sem a desconstituição futura das estruturas democráticas existentes.

Nesses casos, os tanques e as armas dos militares, por força das circunstâncias do novo momento histórico, são substituídos pela retórica oca de juristas engajados na ação usurpadora, e das próprias lideranças políticas que desejam, a qualquer preço, e longe das urnas, a conquista do aparelho de Estado.

3. A ABERTURA DO TÓPICO EM QUE SE SUSTENTA NA DEFESA A OCORRÊNCIA DO DESVIO DE PODER, APRESENTADA APÓS A DEMONSTRAÇÃO DA IMPROCEDÊNCIA JURÍDICA DAS ACUSAÇÕES

Na sua primeira manifestação apresentada perante esta Comissão Especial de *impeachment*, a defesa da Sra. Presidenta da República sustentou a nulidade do presente processo, em decorrência de vícios que o haviam atingido ainda na sua fase de admissibilidade na Câmara dos Deputados. Com efeito, foi naquele momento arguida a nulidade do processo, em decorrência:

- a) da invalidade do ato de recebimento parcial da denúncia, em decorrência de manifesto desvio de poder do Sr. Presidente da Câmara, Eduardo Cunha;
- b) da invalidade de outros atos do procedimento praticados em sequência ao recebimento da denúncia, em decorrência de terem sido praticados em contínuo desvio de poder subsequente da mesma autoridade parlamentar;
- c) da invalidade da decisão tomada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em decorrência de vários vícios que atingiram o processo decisório dos parlamentares.

Esta arguição, todavia, não foi acolhida pela Comissão Especial do Senado, pelas razões sustentadas no relatório ofertado pelo Senador Antonio Anastasia (PSDB). Naturalmente, com a aprovação deste posicionamento pelo Plenário desta Egrégia Casa de Leis, há que se entender, que estas arguições preliminares teriam sido inicialmente recusadas, ao menos com aquele suporte fático com que foram ofertadas. Naquele momento se atribuía exclusivamente ao ex-Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, e a seus liderados mais diretos, a degenerada atuação desgarrada de qualquer legalidade.

Todavia, a cada dia, novos fatos vieram a público em relação às circunstâncias fáticas e políticas que motivaram e permeiam este processo de *impeachment*. Um novo universo fático foi revelado, possibilitando outra ótica de análise em relação a ocorrência do desvio de poder que fere de morte este processo de *impeachment*.

Por força de gravações apresentadas ao Ministério Público Federal por um delator, hoje tornadas públicas, *ficou provado que o uso degenerado da competência pública*

que marcou este processo, não foi obra exclusiva do ex-Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, e de seus aliados mais diretos. Houve uma verdadeira estratégia política imoral e ilícita, urdida e articulada, da qual participaram várias e importantes lideranças políticas do país, tanto da oposição, como da própria base governista, para que se pudesse levar a efeito a destituição de uma Presidenta da República legitimamente eleita. O objetivo era viabilizar, a qualquer custo, na verdade, um verdadeiro “golpe de Estado” travestido de legalidade.

Nesse sentido, vieram à luz recentes declarações da atual líder do governo interino no Congresso, e ex-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso, Senadora Rose de Freitas. Tendo votado pela abertura do processo de *impeachment*, ela textualmente afirmou que na condição de ex-Presidente da CMO havia estudado profundamente o tema das “pedaladas fiscais” e tinha absoluto convencimento de que a Sra. Presidenta Dilma Rousseff não tinha sido afastada das suas funções pelas razões discutidas nesse processo. Afirmou, em entrevistas a órgãos de imprensa e em pronunciamento no Plenário do Senado, que as razões do afastamento eram outras, **de natureza exclusivamente políticas.**

Assim, ao contrário do que se apregoa, o objetivo deste processo de *impeachment* não foi, e nem nunca será, aplicar à Sra. Presidenta Dilma Rousseff sanções hipoteticamente devidas em decorrência da prática de eventuais crimes de responsabilidade. Os objetivos pretendidos são outros. **Pretende-se afastar da Presidência da República uma pessoa digna e honesta, porque possibilitou que as investigações de corrupção no país (Operação Lava Jato e outras) fossem realizadas com absoluta autonomia pelos órgãos e instituições responsáveis pela sua realização. Pretende-se refazer, sem que a população seja ouvida, o segundo turno da eleição de 2014, para que um novo governo siga um programa radicalmente diferenciado, em todos os aspectos, daquele que foi escolhido nas urnas.**

Em um país onde a corrupção, em larga medida gerada por um sistema político anacrônico, é histórica e revolucionária, uma postura de governo permitindo investigações autônomas por parte da sua polícia, nomeando para chefiar o Ministério Público pessoa indicada pelos membros do próprio órgão, propondo leis e instrumentos voltados a aprimorar o combate ao desvio do dinheiro público. Isso, por óbvio, incomoda. Incomoda pessoas que querem, a qualquer custo, impedir que se apurem e ou se punam malfeitos e desmandos na área pública. Pessoas que, por vezes, tem um forte enraizamento em sistemas de corrupção que passaram a ser investigados com vigor.

Da mesma forma, um governo que se empenha na transformação do país, dando continuidade a uma radical mudança do cenário de miséria e de exclusão social, modificando a lógica dos investimentos públicos e da própria atuação do Estado, defendendo

que as conquistas do seu pré-sal permaneçam vinculadas à soberania nacional, também incomoda setores conservadores da sociedade e atinge interesses de diversas naturezas e origens.

Não pode deixar de ser vista, assim, como natural a reação contra o governo da Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff. Na democracia e no Estado de Direito há divergências, discordâncias, polêmicas, discussões, protestos e manifestações. Na democracia e no Estado de Direito, governos convivem normalmente com altos índices de popularidade ou com baixos. Na democracia e no Estado de Direito, governos sofrem com crises políticas e econômicas, ou vivem períodos de calma e prosperidade. Na democracia e no Estado de Direito, pessoas são investigadas e se submetem a julgamentos, na forma da lei, sendo coibidos os abusos policiais e judiciários.

É normal — repita-se — que assim seja.

Todavia, o que não é natural, é a busca da destituição, a qualquer preço, de um governo eleito, pelo desejo de que investigações de crimes praticados por agentes políticos e empresários sejam obstadas ou pela vontade de alguns de que um outro governo deveria ter sido escolhido pelo povo para governar. Um Presidente da República não pode ser destituído em uma sociedade democrática e em um Estado de Direito pelo simples fato de que cumpre a lei e busca garantir a impessoalidade da atuação dos seus órgãos policiais. Um Presidente da República não pode ser destituído em uma sociedade democrática e em um Estado de Direito porque setores políticos ficaram descontentes com um resultado eleitoral.

Com o *impeachment* da Presidenta da República, Dilma Rousseff, ou o “golpe”, segundo proclamaram de viva voz os seus articuladores, se abriria um espaço político “novo” para uma “pactuação nacional” pacificadora do país, envolvendo um governo politicamente diferente do anterior, a ser comandado pelo Sr. Vice-Presidente da República, Michel Temer. Este novo governo, de “pacificação” nacional, teria por responsabilidade utilizar todos os instrumentos de que poderia dispor, envolvendo todos os Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e até Judiciário) para evitar que a “sangria” da classe política brasileira continuasse a ocorrer. Haveria pacto imoral pela consagração da impunidade absoluta. Um pacto que passaria também pela mudança de rumos políticos do novo governo. Uma nova política econômica, uma nova política social, uma nova política para a classe trabalhadora e para os servidores públicos, uma nova política internacional, uma nova política cultural, uma nova política para mulheres, índios, negros e todos os excluídos ou atingidos pelo preconceito. Uma nova política governamental para o país, enfim. Definida, é claro, fora das urnas.

É fato que, nesse momento, devemos ter por impossível circunscrever o exato universo de mentores, de articuladores, de líderes políticos, de agentes públicos e de pessoas

privadas que se moveram na defesa do *impeachment* com estas finalidades torpes. Seria injusto, deveras, afirmar-se que “todos” os Deputados e Senadores que votaram favoravelmente à abertura deste processo compartilhavam destes mesmo objetivos sinistros. Todavia, é fato que a ação destinada a cassar o mandato da Sra. Presidenta Dilma Rousseff, independentemente da existência de reais razões jurídicas que pudessem justificar essa drástica medida, moveu a energia política necessária e determinante para que o processo de *impeachment* pudesse chegar até onde chegou neste momento.

Seguramente é possível afirmar-se, assim, sem qualquer constrangimento ou dúvida, que *este processo de impeachment jamais teria chegado onde chegou, se expressivas lideranças políticas, dentre as quais se inclui o Presidente afastado da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, não tivessem o imoral objetivo de destituir o governo pelo simples fato de ter dado liberdade e garantias para a realização das investigações contra a corrupção no país.* As oposições insatisfeitas com o resultado eleitoral de 2014, sozinhas, não teriam condições políticas de chegar a tanto.

Foi, sem sombra de dúvida, a somatória de forças entre os insatisfeitos com a Operação Lava Jato e os insatisfeitos com a derrota nas urnas que propiciou este quadro “golpista” no país. Desse modo, podemos dizer, ironicamente, se não tivesse existido a Operação Lava Jato, não teria sido formulada e aceita qualquer denúncia de crime de responsabilidade contra a Sra. Presidenta da República. Não porque nesta operação tivessem sido investigados e provados ilícitos graves praticados pela Sra. Chefe de Estado e de Governo legitimamente eleita. Muito pelo contrário. Como sabido por todos, apesar de toda a corrupção denunciada, a Sra. Presidenta Dilma Rousseff é pessoa reconhecidamente honesta, idônea, que não enriqueceu indevidamente e nunca desviou em seu favor quaisquer recursos públicos. Mas porque a queda foi arquitetada, planejada e executada, não por seus eventuais defeitos, mas por uma grande virtude sua: *não interferir no curso de investigações da Operação Lava Jato, e de outras, que afligem algumas forças políticas do país. Forças que preferem derrubar um governo, a ter de dar explicações das suas condutas às autoridades constituídas.*

Esta constatação faz com que a defesa da Sra. Presidenta da República venha a reapresentar a arguição de nulidade deste procedimento pela ocorrência de *desvio de poder*, agora com ainda mais força, amplitude, novos fatos e mais provas. Um desvio de poder, em que o Deputado Eduardo Cunha, sem dúvida, realizou e ainda realiza o papel de um dos atores principais da trama. Mas um desvio de poder que, segundo agora se sabe, possui muitos outros importantes protagonistas.

4. PARTE FINAL DA DEFESA: A AFIRMAÇÃO DA DEFESA DE QUE O “IMPEACHMENT” DE DILMA ROUSSEFF É UM GOLPE DE ESTADO

Por tudo o que consta destes autos, parece evidente e indiscutível que se for consumado o *impeachment* da Sra. Presidenta da República Dilma Rousseff, nós estaremos diante de uma clara violência constitucional, institucional e democrática. Teremos a destituição ilegítima de uma Chefe de Estado e de Governo legitimamente eleita por 54 milhões de brasileiros.

Não existem motivos para o *impeachment*. A denúncia por crime de responsabilidade é constituída por duas acusações absolutamente improcedentes. Tanto no caso dos 3 (três) decretos de abertura de crédito suplementar, como no caso dos supostos atrasos de pagamento das subvenções do Plano Safra no ano de 2015, não há ilegalidade no comportamento da Sra. Presidenta da República. Foram situações ocorridas durante governos anteriores, sem que nenhuma imputação lhes fosse dirigida a respeito. Os supostos crimes se baseiam em uma súbita mudança de posição do Tribunal de Contas da União. Pretende-se punir retroativamente quem agiu de acordo com a concepção absolutamente dominante no momento em que praticou os atos objeto da denúncia. Pretende-se punir que, mesmo que ilegalmente tivesse agido, não teve nenhuma conduta dolosa. Pretende-se punir até sem se saber, em uma das acusações, que espécie de ato teria sido praticado pela acusada.

A confluência de duas forças políticas, formada pelos derrotados nas eleições de 2014, e pelos atingidos pelas investigações da Operação Lava Jato, uniram-se na perspectiva de destituir a Sra. Presidenta da República. Articularam, abriram e impulsionam, com pressa, este processo de *impeachment*. O desvio de poder, indiscutivelmente, é a razão que o promove.

Assim sendo, e em face de todas as considerações de natureza política e jurídica feitas nesta manifestação, não se pode deixar de concluí-la sem dizer que, de fato e de direito, o *impeachment* da Sra. Presidenta da República é um golpe de Estado.

5. A CONCLUSÃO DA DEFESA: O DEVER DEMOCRÁTICO DE SE IMPEDIR UM GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

“Quando se cede ao medo do mal, já se nota o mal do medo”.²⁴

Beaumarchais (O Barbeiro de Sevilha)

24 “Quand on cede à la peur du mal, on ressent déjà le mal de la peur”. Pierre Augustin Caron de Beaumarchais, *Le Barbier de Séville*, acte II, scene 2. (Fígaro)

Lutas, angústias e terríveis sofrimentos pavimentaram um longo caminho percorrido para que pudéssemos chegar, finalmente, a viver sob a proteção de um Estado Democrático de Direito. Muitos morreram, padeceram nos cárceres ditatoriais, foram torturados, exilados ou tiveram suas vidas arruinadas, até que, finalmente, o império absoluto da lei e da vida democrática passou a reger e a iluminar a vida de todos os cidadãos brasileiros.

Mas, hoje “*el mundo contempla atónito la situación en Brasil*”, afirma José A. Zamora. Questiona-se o afastamento de uma Presidenta da República legitimamente eleita, “*llevado a cabo bajo la débil excusa de haber maquillado las cuentas del Estado, algo por cierto bastante corriente en un sinfín de países, también en aquellos que gozan de una reputación democrática no cuestionada*”²⁵. Parlamentares, governantes, intelectuais, jornalistas, trabalhadores e estudantes de todo o mundo acompanham perplexos os fatos que hoje atingem a nossa jovem democracia.

No Brasil e em diferentes países, pessoas se manifestam. Livros começam a ser escritos. Jornais e telejornais internacionais acompanham passo a passo os acontecimentos em nosso país. Discute-se abertamente se o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff é ou não um golpe de Estado.

Esta discussão se dá nos dias de hoje. E ocupará também a mente de muitos no futuro.

Para a história, ficarão os fatos registrados em documentários, reportagens e livros²⁶. Mas, sem dúvida, os principais registros estarão feitos nas páginas deste processo.

Nesse momento, estas páginas são escritas para o julgamento que se trava no parlamento e também para a história. Ao serem lidas hoje e no futuro, os leitores darão o seu *veredictum*.

25 O trecho citado é o seguinte: “*La suspensión en el cargo de presidenta de la Dilma Rousseff es un espectáculo grotesco o, como dicen sus críticos, un “golpe de estado parlamentario”, llevado a cabo bajo la débil excusa de haber maquillado las cuentas del Estado, algo por cierto bastante corriente en un sinfín de países, también en aquellos que gozan de una reputación democrática no cuestionada.*”. ¿Por qué se tumba al gobierno del PT con un “golpe parlamentario”? in *A resistência internacional ao golpe de 2016*, Carol Proner, Gisele Cittadino, Juliana Neueschwander, Katarina Peixoto, Marília Carvalho Guimarães (org). Editorial Praxis, no prelo. O autor integra livro que reúne artigos por personalidades internacionais para comentar o *impeachment* da Sra. Presidenta da República.

26 Já foram publicadas ou estão para serem publicadas, nos próximos dias, as seguintes obras sobre o golpe de estado de 2016, no Brasil: *Resistência ao Golpe de 2016*. Bauru, São Paulo: Projeto Editorial Praxis, 2016; *Por que gritamos golpe?* São Paulo: Boitempo, 2016 Leonardo Isaac Yarochevsky, *Tchau querida democracia, no prelo* e *A resistência internacional ao golpe de 2016*, Carol Proner, Gisele Cittadino, Juliana Neueschwander, Katarina Peixoto, Marília Carvalho Guimarães (org). Editorial Praxis, no prelo

O julgamento que será feito pelo parlamento brasileiro dará a sua sentença. Ela poderá ser coincidente ou não com a sentença que, no futuro, será dada pela história.

Qualquer pessoa isenta que venha a compulsar estes autos não terá a menor dúvida acerca de qual será o *verdictum* histórico acerca deste processo de *impeachment*.

As acusações dirigidas contra a Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff, são pífias e manifestamente improcedentes. São meros pretextos retóricos utilizados para que ela seja retirada do mandato que lhe foi outorgado pelo povo brasileiro.

Os decretos de abertura de crédito suplementar são atos comuns praticados dentro de uma rotina que existe há mais de uma década. Desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (2001), todos os governos os praticaram, com as mesmas características com que foram editados pela nossa atual Presidenta da República. Nunca nenhum técnico ou jurista levantou a mais leve suspeita de que seriam ofensivos à lei. O próprio Tribunal de Contas da União aprovou as contas dos Presidentes que os praticaram. Por isso, todos os pareceres técnicos que fundamentavam estes atos administrativos afirmavam que eram absolutamente válidos.

Foram, por isso, assinados pela Sra. Presidenta da República, sem dolo ou mesmo culpa. Assinou o que todos os que a antecederam assinaram. Assinou amparada na opinião de todos de que aqueles atos não tinham nada de irregular ou ilícito.

No caso dos atrasos de pagamento das subvenções devidas ao Banco do Brasil, no âmbito do denominado Plano Safra, impropriamente chamados de “pedaladas fiscais” a situação é idêntica. Nunca se entendeu que o procedimento adotado para o estabelecimento destas subvenções fosse ilegal, nem que eventual demora de repasses, mesmo sem prazo determinado, pudessem ser entendidas como “operações de crédito” proibidas pela lei. Nunca se imaginou que supostos atrasos de pagamento em prestações de serviços pudessem vir a ser interpretados como formas de empréstimo. Um crime de responsabilidade onde não há ilícito, segundo o Ministério Público Federal que arquivou o inquérito que cuidava da questão. Um crime, onde não há ato da acusada, posto que ela nada determinou a respeito. Um crime, sem ilícito e sem autoria, mas em que pode haver condenação.

Nas páginas deste processo tudo está registrado. Está registrado que o que era admitido pelo Tribunal de Contas da União, tanto nos casos dos decretos, como nos alegados atrasos no pagamento de subvenções, subitamente, passou a não ser mais aceito. Como também está registrado que depois que este órgão de controle mudou a sua posição, nem decretos, nem demora para pagamentos de subvenções ocorreram. Mas que se quer punir, mesmo assim, alguém pelo que fez no passado retroativamente, com clara ofensa a princípios do Estado Democrático de Direito.

As páginas deste processo estão marcadas pelo desvio de poder, pela traição, pela desonestidade, pela ilegalidade, mas também pela luta por convicções, pela resistência, pela honestidade e por Justiça.

E, por isso, estas mesmas páginas responderão à pergunta feita logo ao início destas alegações: é possível um *impeachment* presidencial ser um golpe de Estado? Sim, é possível, responderão as páginas deste processo. Demonstrarão para os cidadãos de hoje e para a história, independentemente do seu resultado, que é possível sim. Basta que pessoas que temem as urnas se unam com pessoas que perderam nas urnas, unindo seus objetivos, à revelia do povo, para que se possamos montar a farsa de uma destituição ilegítima de um governo legítimo. Uma farsa que teme ser desvelada e por isso não aceita ser chamada pelo nome que melhor a identifica na linguagem dos povos: golpe de Estado.

Por isso, tem razão a Sra. Presidenta da República quando em depoimento escrito prestado à Comissão Especial do Senado declarou:

Por isso, sigo ainda, como no passado, conclamando a todos os que acreditam na soberania nacional, na Democracia, no Estado de Direito e na justiça social, para que jamais esmoreçam ou se afastem dessa luta justa que não admite retrocessos. Independentemente da simpatia ou não pelo governo eleito no final de 2014, essa é uma luta da qual todos os que acreditam honestamente nesses valores não podem transigir, recuar por medo, por comodismo ou pela busca de vantagens pessoais. Os que forem dignos e honrados, se nessa luta capitularem, não deixarão, cedo ou tarde, de sentir o terrível peso da vergonha, ao vislumbrarem seu próprio rosto no espelho da história. Nunca poderão afastar das suas mentes a lembrança dos que morreram e foram torturados, para que pudéssemos ser um país soberano, livre e regido pelo Estado Democrático de Direito.

E por tudo isso, também tem razão o escritor Leonardo Padura, quando escreveu sobre o golpe de Estado no Brasil:

Lo que más alecciona, a pesar de su repetida presencia, es comprobar que la ingratitud humana puede ser infinita.

Y tendré alguna esperanza de que, aun en la realidad, la Justicia no sea solo el nombre de un Ministerio, sino un escudo para la verdad y una medicina eficiente para el dolor en la conciencia.²⁷

27 Dolor por Brasil, in A resistência internacional ao golpe de 2016, Carol Proner, Gisele Cittadino, Juliana Neueschwander, Katarina Peixoto, Marília Carvalho Guimarães (org). Editorial Praxis, no prelo.

SENTENÇA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

RELATÓRIO

Nos dias 19 e 20 de julho de 2016, no Teatro Oi Casagrande, situado na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, cidade do Rio de Janeiro, foi instituído o Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil, com o objetivo específico de debater e julgar o impedimento da Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, cujo procedimento, aprovado pela Câmara dos Deputados, está em fase final de julgamento no Senado da República.

Iniciada a sessão, no dia 19, às 18 horas, pelo Presidente do Tribunal, Prof. Dr. Juarez Tavares, com a presença do Secretário, Prof. Dr. Leonardo Yarochevsky e das assistentes, advogadas Gisela Baer e Roberta Miranda, foram chamados para comporem o Corpo de Jurados os seguintes membros:

ANTILLÓN MONTEALEGRE, Walter (Costa Rica), CÁRDENAS GRACIA, Jaime Fernando (México), COHEN, Laurence (França), FARINAS DULCE, Maria José (Espanha), FILIPPI, Alberto (Argentina), GÁLVEZ ARGOTE, Carlos Augusto (Colômbia), SHAHSHAHANI, Azadeh N. (Estados Unidos), TOGNONI, Giani (Itália), VERAS, Raúl (México).

Igualmente, foram convocados os representantes da acusação e da defesa, respectivamente, Prof. Dr. Geraldo Prado e Prof.^a Dr.^a Margarida Lacombe, para tomarem assento nos seus devidos lugares.

Composto o Tribunal, o Presidente informou que, segundo o ato de sua convocação, o objetivo do julgamento consistira na emissão de uma decisão declaratória sobre se o *impeachment* da Presidenta da República Federativa do Brasil constitui uma violação da Constituição da República.

A fim de dar sequência ao julgamento, o Presidente informou ainda acerca do procedimento adotado, e previamente comunicado às partes e aos jurados, e das pretensões da acusação e da defesa. A acusação se dispôs a demonstrar a ocorrência da

violação à Constituição. A defesa, por seu turno, se orientou no sentido de apresentar as razões do Congresso Nacional para afirmar a constitucionalidade do processo.

Compreendidos os objetivos e o procedimento, o Presidente deu a palavra à acusação e à defesa para a inquirição de suas testemunhas, assim nominadas:

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Ricardo Lodi, Tania Oliveira e Marcia Tiburi, pela acusação; João Ricardo Wanderley Dornelles, Luiz Moreira, José Carlos Moreira Filho e Magda Barros Biavaschi, pela defesa.

Posteriormente à oitiva das testemunhas, o Presidente concedeu à palavra, respectivamente, ao representante da acusação e da defesa, para sustentarem suas razões no tempo, cada um, de até 40 minutos.

A acusação, desenvolvida pelo Prof. Dr. Geraldo Prado, com base no que consta de documentos, pareceres, relatórios e depoimento das testemunhas, alegou haver violação da Constituição da República.

Concluiu a acusação que esses elementos de violação da Constituição da República e da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), observados no processo de *impeachment*, configuram golpe parlamentar, também definido pela doutrina como “golpe brando”, para distinguir dos golpes militares comuns na história da América Latina.

A defesa, por seu turno, na voz da Prof.^a Dr.^a Margarida Lacombe, igualmente com base em documentos, pareceres, relatórios e depoimentos, arguiu que o processo era regular de conformidade com a Constituição.

Após a exposição exaustiva da acusação e da defesa, registrada devidamente pelo Secretário do Tribunal, Prof. Dr. Leonardo Yarochevsky, foi declarada pelo Presidente encerrada a primeira parte dos trabalhos, convocando todos os membros do Tribunal para sua continuidade no dia seguinte, às 9:00 horas da manhã.

Às 9:00 da manhã do dia 20 de julho, foram reabertos os trabalhos pelo Presidente e formado o Corpo de Jurados. Antes da votação, perguntou-lhes o Presidente se estavam aptos a votar ou se desejavam mais algum esclarecimento da presidência. Sanadas as dúvidas, o Presidente convocou cada um dos jurados para pronunciar seu voto no tempo de até 20 minutos sobre os seguintes quesitos:

- a) O *impeachment* da Presidenta da República, de conformidade com os termos de sua tramitação no Congresso Nacional, viola a Constituição da República?
- b) No curso do procedimento de *impeachment* o devido processo legal, cláusula constitucional com igual respaldo na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), foi violado?

- c) O procedimento de *impeachment*, sem a demonstração da prática de crime de responsabilidade pela Presidenta da República, se caracteriza como golpe parlamentar?
- d) O procedimento de *impeachment*, caracterizado como golpe parlamentar, deve ser declarado nulo, bem como seus efeitos?

Em sequência, os jurados passaram à sua decisão, que foi proferida na ordem seguinte: ANTILLÓN MONTEALEGRE, Walter (Costa Rica), CÁRDENAS GRACIA, Jaime Fernando (México), COHEN, Laurence (França), FARINAS DULCE, Maria José (Espanha), FILIPPI, Alberto (Argentina), GÁLVEZ ARGOTE, Carlos Augusto (Colômbia), SHAHSHAHANI, Azadeh N. (Estados Unidos), TOGNONI, Giani (Itália), VERAS, Raúl (México).

DECISÃO

O Corpo de Jurados, depois de ouvir a acusação e a defesa, bem como de examinar os documentos, pareceres e relatórios constantes dos autos, e ouvidas as testemunhas, por unanimidade, respondeu SIM a todos os quesitos. Dessa forma, decidiu o Corpo de Jurados julgar procedente a pretensão da acusação para declarar que o processo de impedimento da Presidenta da República, nos termos da decisão de sua admissibilidade pela Câmara dos Deputados e do relatório do Senado Federal, viola todos os princípios do processo democrático e da ordem constitucional brasileira.

O fundamento comum de todos os pronunciamentos ofertados no Tribunal reside na vacuidade do pedido de *impeachment* e na inexistência de crime de responsabilidade ou de qualquer conduta dolosa que implique um atentado à Constituição da República e aos fundamentos do Estado brasileiro. Também ficou caracterizada a violação de cláusulas pétreas da Constituição, consagradas nas convenções e pactos internacionais, relativamente ao contraditório, à ampla defesa e à necessidade de fundamentação das decisões. Uma vez não preenchidos os pressupostos constitucionais e legais para o afastamento definitivo da Presidenta da República, o Corpo de Jurados entendeu, conforme sustentou a acusação, que o *impeachment*, nesse caso, se caracteriza como um verdadeiro golpe ao Estado Democrático de Direito e deve ser declarado nulo de pleno direito e em todos seus efeitos.

Fazendo um resumo das alegações, a Presidenta da República é acusada no Senado Federal por dois fatos:

- a) A edição de seis decretos não-numerados nos meses de julho e agosto de 2015, caracterizadores de abertura de créditos não autorizada;

- b) O inadimplemento financeiro da União com o Banco do Brasil S/A, em virtude do atraso no pagamento de subvenções econômicas no âmbito do crédito rural.

Como se depreende, porém, do art. 85 da Constituição, não há que se confundir entre violação do orçamento e violação das regras que regem sua execução financeira. Essas últimas estão vinculadas às normas de administração financeira e não à lei orçamentária. Uma vez que não são normas orçamentárias, sua violação não pode ser objeto de crime de responsabilidade. Nesse caso, a conduta será, portanto, atípica. Por seu turno, os decretos editados pela Presidenta, e contestados no pedido de *impeachment*, se destinavam à abertura de créditos suplementares, necessários à execução orçamentária e estavam todos devidamente autorizados pelo art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2015. Portanto, não se configuram como créditos abertos sem autorização. Deve-se salientar, ademais, que tais aberturas de crédito não aumentaram a despesa da União, uma vez que já elevado, naquela época, seu patamar em mais de oito bilhões de reais, suficientes para cobrir todos esses créditos suplementares. Independentemente da autorização de que gozavam, mais de 70% dos créditos suplementares obedeciam à resolução determinativa do Tribunal de Contas da União. Isso implica que a Presidenta da República, nesse caso, ao editá-los, estava no estrito cumprimento de um dever legal e, portanto, agindo licitamente. No que toca ao suposto inadimplemento da União para com o Banco do Brasil, relativamente à subvenção agrícola, ficou demonstrado não haver prazo para seu pagamento, o que elimina a alegação de atraso, se esse pagamento se der em data posterior ao balanço. Ademais, não se trata de empréstimo, ou de abertura de crédito, mas, sim, de subvenções para que se efetuassem atos imprescindíveis à consecução da política agrária brasileira. Esses atos estão de conformidade com as demandas populares, pelas quais foi eleita, o que corresponde a um dever constitucional e previsto em seu programa de governo. O fato do atraso do reembolso, porém, é irrelevante, porquanto todos os débitos foram devidamente quitados, não havendo inadimplemento por parte da União. Mesmo que o suposto atraso implicasse a exposição de perigo de lesão ao orçamento, o pagamento efetuado pela União impediu completamente o resultado lesivo, o que caracteriza nítida hipótese de interrupção voluntária do *iter criminis*, a elidir também a tipicidade da conduta. No dizer de Zaffaroni, na “*dialética do iter criminis, sempre a etapa posterior cancela a anterior, e quando a posterior seja uma desistência, o cancelamento se traduz em atipicidade da anterior e inexistência da posterior*”.²⁸ Uma vez não com-

28 ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de derecho penal, Buenos Aires: Ediar, 2005, p. 655.

provas das alegações do pedido de *impeachment*, pode-se afirmar que as imputações feitas à Presidenta da República, de fato, não constituem crime de responsabilidade. Na verdade, as alegações do pedido de *impeachment*, por não identificarem nos atos da Presidenta um grave atentado à Constituição e, portanto, um crime de responsabilidade, indicam se tratar de meros expedientes ou pretextos para promover-lhe um processo político e destituí-la do cargo. Inclusive, no caso concreto, três peritos do Senado Federal, designados pela Comissão Especial, concluíram que não se poderia imputar à Presidenta um crime de responsabilidade por conta dessas acusações.

A decisão dos jurados de caracterizar essa situação como golpe de Estado corresponde aos modernos enfoques que a doutrina jurídica constitucional tem dado a casos semelhantes, não apenas na América Latina, mas, também, em países do continente europeu e até mesmo nos Estados Unidos. Os golpes de estado não podem ser reduzidos a revoltas militares, embora essas sejam sua forma mais comum. Também são caracterizados como golpes de estado aqueles atos de destituição dos governantes eleitos, em desconformidade com as regras constitucionais, cuja violação pode se dar tanto por decisão do próprio Parlamento quanto da Suprema Corte. Na América Latina, são paradigmáticos os golpes de estado promovidos pelo Parlamento, desde 1859, quando, no Peru, o governo foi destituído porque o próprio legislativo se autoproclamara assembleia constituinte,²⁹ e, mais recentemente, em Honduras e no Paraguai, com a cassação do mandato dos presidentes eleitos, respectivamente, com o apoio da Suprema Corte, em 28/03/2009 e 22/06/2012. Mesmo no Brasil, também, em 1961, se operou uma forma dissimulada de golpe de estado, quando o Congresso Nacional decidiu, atendendo a pressões dos militares, não admitir a posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart, por ocasião da renúncia do Presidente Jânio Quadros, e resolveu transformar o sistema de governo, de presidencialista em parlamentarista, com drástica redução de poderes do, então, presidente e em afronta à vontade popular.

Fazendo uma análise dos problemas do federalismo americano, mostra Nagel, por ocasião da crise política no governo Clinton, como seus defensores no Congresso enfatizaram que seu *impeachment*, por não se enquadrar numa hipótese constitucional, se caracterizaria como verdadeiro golpe de estado republicano. Mesmo Nagel, que aceita o *impeachment* como instrumento legítimo de destituição presidencial, embora quase em desuso, igualmente admite que seu desvirtuamento, fora dos casos constitucionalmente fixados, possa ser assinalado como golpe de estado.³⁰

29 MICHELENA, Alberto Villacorta. Los limites de la reforma constitucional, Lima: Villacorta, 2003, p. 9

30 NAGEL, Robert. *The Implosion of American Federalism*, New York: Oxford University Press, 2002, p. 169.

Da mesma forma, leciona Kauppi que, na Finlândia, ao se proceder à reforma constitucional, pouco antes da virada do século, se efetivou, também, um verdadeiro golpe de estado protagonizado pelo parlamento, em tudo semelhante aos procedimentos anteriores da época da monarquia. Assim, segundo Kauppi, 228 anos depois de o rei Gustavo III, da Suécia e Finlândia, haver se tornado monarca absoluto por meio de um golpe de estado, outro golpe, no ano 2000, ainda que em outro sentido, é realizado pelo parlamento, mediante uma reforma constitucional que despe o Presidente da República de seus poderes e os transfere ao parlamento e ao governo, transformando o sistema político semipresidencialista em um sistema semiparlamentar ou mesmo parlamentarista. Essa transferência de poderes, informa Kauppi, se opera sob o pretexto de atender aos propósitos da União Europeia, os quais servem de catalizador para habilitar as elites dirigentes a promoverem e legitimarem a reforma política e a transformação do sistema.³¹

O termo “golpe de estado” não é estranho, portanto, à nomenclatura usada pela ciência política. No Brasil, esse golpe está assentado não apenas na decisão parlamentar, senão na legitimação que essa decisão política obtém no Poder Judiciário, que não enfrenta questões de fundo importantes, como a ocorrência ou não de crime de responsabilidade ou de violação de princípios constitucionais relacionados ao contraditório, à ampla defesa e à fundamentação das decisões, e ainda no reforço da desconstrução efetuada pela mídia da própria pessoa da Presidenta, evidenciando, às vezes de modo disfarçado, às vezes notório, preconceito machista. A desconstrução da imagem da governante perante os brasileiros, bem como o estímulo veiculado nos grandes meios de comunicação de massa em relação a sentimentos autoritários, sedimentados na elite da sociedade brasileira e na ideologia dominante, se refletem imediatamente nos pronunciamentos parlamentares, que deles se valem para motivar e fundamentar seus votos na defesa da tradição, da família, da ordem e de suas crenças religiosas. Por trás dessas manifestações puramente simbólicas estão também interesses econômicos, vinculados a consórcios e conglomerados internacionais, estimulados por um amplo programa de privatização. O golpe também incorpora outras motivações, como o desconforto das elites diante da ascensão social de camadas mais pobres da população aos recursos da sociedade de consumo, bem como diante da ampliação de gastos com programas sociais de integração, necessários ao cumprimento de finalidades expressas na Constituição brasileira (art. 3º, III) em relação à erradicação da pobreza e da marginalização e à redução das desigualdades sociais e regionais.

31 KAUPPI, Niilo. *Democracy, social resources and political power in the European Union*, New York: Manchester University Press, 2005, p. 82.

É importante ressaltar que, no presidencialismo, diversamente do voto de desconfiança do sistema parlamentar, não se pode afastar um Chefe de Estado por questões exclusivamente políticas, porque o processo de *impeachment* está vinculado a fundamentos jurídicos estritos, consubstanciados na prática de infrações graves contra a ordem constitucional – os chamados crimes de responsabilidade –, não substituídas por argumentos de deficiência de governabilidade ou de insatisfação popular. A aprovação ou desaprovação política do governo deverá ser resolvida por meio de eleições livres e diretas e não por ato do Parlamento. A violação dessa condição implica, mais ainda, a consecução de uma drástica ruptura da ordem democrática, inadmissível em um sistema regido por uma Constituição republicana. Inclusive, no caso concreto, sob critérios de ponderação, é clara a desproporcionalidade entre a eleição da Presidenta e a decisão de a impedir da presidência. Isto porque a Presidenta da República foi eleita em pleito livre, direto e absolutamente escorreito pela maioria dos cidadãos brasileiros, com mais de 54 milhões de votos, e essa vontade originária deve ser, em qualquer caso, respeitada. O processo de *impeachment* não pode estar fundado em uma legislação permissiva, mas, sim, dentro de uma legalidade estrita, fixada em uma lei que esteja de acordo com a norma da Constituição. A revogação do cargo da presidência só pode ser levada a cabo pela vontade popular e não por grupos guiados por interesses particulares.

A democracia, por outro lado, segundo a moderna concepção de Estado, não se resume exclusivamente à representatividade parlamentar, muitas vezes divorciada das bases reais da população, mas, sim, da capacidade de possibilitar a integração de todos os cidadãos nos procedimentos políticos e administrativos, inerentes ao seu desempenho. Integram também a ordem democrática todas as forças e segmentos sociais, ainda que não representados no parlamento, e cujo pensamento, vontade, formas de vida e opções de conduta se vejam manifestados nos setores variados da esfera pública. Numa sociedade regida por normas, “ninguém pode ser destituído da iniciativa de, ao mesmo tempo, se realizar a si próprio – e ninguém pode abrir mão da mesma iniciativa”.³² Uma vez admitidos ao âmbito do Estado democrático, como pessoas dotadas de dignidade, todos os cidadãos devem ser igualmente garantidos e protegidos em seus direitos fundamentais, entre os quais o de livremente escolher o chefe da nação. O sentido do Estado democrático é o de que os “indivíduos emancipados são

32 HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico*, tradução de Lumir Nahodil, Coimbra: Almedina, 2004, p. 227.

autores conjuntos de seu próprio destino. Nas suas mãos está o poder de decidir sobre as regras e a forma de sua vida coletiva".³³

Ademais, não basta, para a consecução de uma ordem democrática, que se obedeça apenas à divisão de poderes, ou que se confira a órgãos do Estado as funções específicas de legislar, administrar, controlar e julgar. Embora a divisão de poderes sirva a uma melhor distribuição da competência dos órgãos do Estado, não abrange, por si mesma, a complexidade da vida social moderna, que, diante do cerceamento cada mais intenso da liberdade, está a exigir uma predominância dos direitos individuais sobre as razões de estado. Se a democracia é conceituada como o regime de todos e não de uma elite, oligarquia ou de alguns segmentos privilegiados, ou mesmo de funcionários vitalícios, autocráticos e intangíveis, ainda que concursados e qualificados, deve-se assegurar a cada pessoa, como pessoa de direito, todas as condições de exprimir sua vontade como manifestação legítima de cidadania.

Como diz Forst, os cidadãos "*não se autocompreendem apenas como pessoas de direito que vivem numa comunidade jurídica, mas também como membros de um projeto político-histórico ao qual se sentem obrigados na medida em que este exprima determinados princípios que consideram dignos de serem defendidos, diante de si mesmos, de seus concidadãos e de terceiros*".³⁴

Portanto, a execução de um projeto político pelos cidadãos não se faz simplesmente mediante a imposição de regras ou normas pelo Parlamento, senão quando essas correspondam ao interesse de todos e os reconheçam como pessoas, mediante um discurso compreensível e capaz de assumir e gerar pretensões de validade. As pretensões de validade não são meros enunciados políticos, senão formas concretas de manifestação de conduta, vinculadas à veracidade dos argumentos e à sua compreensão e aceitação universais.³⁵

Se os atos políticos do Parlamento, assim como de todos os órgãos estatais, compreendidos na divisão funcional de poderes, como se dá com o *impeachment* da Presidente da República, se exprimem mediante um discurso com pretensões de validade, sua legitimidade está necessariamente condicionada a que essa pretensão possa ser, de fato, exercida e, portanto, subordinada aos fundamentos constitucionais e legais que os autorizam.

33 HABERMAS, Jürgen. *Faktizität und Geltung*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994, p. 606

34 FORST, Rainer. *Contextos da justiça*, tradução de Densilson Luis Werle, São Paulo: Boitempo, 2010, p. 317.

35 HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981, p. 68; GEIGER, Daniel. *Wissen und Narration*, Berlin: Erich Schmidt, 2006, 131.

A subordinação dos atos políticos, inclusive, das próprias leis, a essa forma de discurso possibilita o exercício da cidadania, porquanto preenche a condição de que possam ser objeto de uma crítica constante de seus destinatários e sujeitos de direito, os quais devem ser respeitados não apenas quando neles consintam, mas, também, quando expressem seu dissenso. Isso significa que, numa democracia verdadeiramente participativa, a legitimidade de um ato político não se resume à sua simples aprovação por maioria parlamentar. Ao contrário, sua validade está sempre sob controle, quer dos próprios cidadãos, quer de outros órgãos do Estado, como a Suprema Corte, com competência para os desconstituir. Dessa forma se garante, mediante um processo de ampla e permanente comunicação entre o poder e os cidadãos, sob o respeito de sua condição de pessoas humanas dotadas de liberdade de escolha, a consolidação de um Estado democrático de direito.

Em face do exposto, declaram os Jurados, por unanimidade, que o processo de *impeachment* da Presidenta da República viola a Constituição brasileira, a Convenção Americana de Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e constitui verdadeiro golpe de estado.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2016

(Documento original, entregue à Presidente da República, com a assinatura de todos os jurados)

Prof. Dr. JUAREZ TAVARES
Presidente do Tribunal

JURADOS:

ANTILLÓN MONTEALEGRE, Walter (Costa Rica),
CÁRDENAS GRACIA, Jaime Fernando (México),
COHEN, Laurence (França),
FARINAS DULCE, Maria José (Espanha),
FILIPPI, Alberto (Argentina),
GÁLVEZ ARGOTE, Carlos Augusto (Colômbia),
SHAHSHAHANI, Azadeh N. (Estados Unidos),
TOGNONI, Giani (Itália),
VERAS, Raúl (México)

PETICIÓN Y SOLICITUD DE MEDIDAS CAUTELARES A FAVOR DE LA CIUDADANA PRESIDENTA DE BRASIL, SRA. DILMA VANA ROUSSEFF, JUNTO À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (RESUMEN EJECUTIVO)

Petição assinada pelos Deputados
Wadih Damous, Paulo Teixeira e Paulo Pimenta

Brasília, 9 de agosto de 2016

Al Sr. Secretario Ejecutivo de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos
Sr. Emilio Alvarez Icaza
1889 F. Street N.W. Washington, DC20006
c/c Señores Miembros Comisionados CIDH

Ref. Resumen Ejecutivo Petición y Solicitud de Medidas Cautelares a favor de la ciudadana Presidenta de Brasil, Sra. Dilma Vana Rousseff

Estimado Sr. Alvarez Icaza, Estimados Comisionados.

Tenemos el agrado de dirigirnos a esta ilustre Comisión Interamericana de Derechos Humanos – en adelante Comisión Interamericana, Comisión o CIDH – en nuestra condición de peticionantes a favor de la Sra. Presidenta de Brasil, Dilma V. Rousseff, a fin de hacer entrega del presente Resumen Ejecutivo correspondiente a la petición formulada conjuntamente con solicitud de medidas cautelares a la Comisión.

I. ANTECEDENTE PRELIMINAR

Esta petición ante la Comisión Interamericana tiene como antecedente el procedimiento de *impeachment* ilegalmente iniciado y sustanciado en contra de la Sra. Presidenta Rousseff. Este procedimiento nace de la vocación de separar a la Presidenta de

su cargo como un modo de evitar la continuidad de investigaciones en curso contra varios parlamentarios, políticos y empresarios, en el marco del llamado “Lava Jato” o caso “Petrobras”.

Han tomado estado público y forman parte de expedientes de investigación penal conversaciones mantenidas por encumbrados diputados y senadores que reclamaban la necesidad de apartar y destituir a la Presidenta para “parar la sangría de la clase política”, emergente de tales investigaciones.

Uno de los máximos exponentes de estos hechos es el también ampliamente conocido caso del ex presidente de la Cámara de Diputados Federal, Eduardo Cunha – separado del cargo por imputaciones de corrupción –, quien manifestó que si la Presidenta no paraba los juicios iniciaría el procedimiento de juicio político y así lo hizo.

El juicio político fue promovido por la supuesta comisión de crímenes de responsabilidad (art. 51 de la Constitución), pretendiendo el apartamiento de la Presidenta y su inhabilitación. Para hacerlo, se buscó la justificación en dos líneas de supuestos hechos:

- a) La emisión de decretos suplementarios para ejecutar gastos por fuera de la Ley de Administración. Ello se hizo a pedido de diversos organismos y no por iniciativa de la Presidenta. La objeción inicial parte de una interpretación completamente adversa a la histórica posición del Tribunal de Cuentas de la Unión (TCU), también solicitante de un decreto suplementario una vez que se expidió sobre la supuesta infracción. Es de remarcar que en toda la historia de la Administración del Estado en Brasil nunca el TCU había objetado este tipo de operación de decretos suplementarios, y que la Presidencia de la Nación acató de allí en adelante la objeción. Es importante destacar además que los informes del TCU se remiten para su aprobación al Congreso Federal y que el mismo aún no se expidió al respecto.
- b) La postergación de compromisos asumidos por el Estado mediante ajustes contables – conocidos como “Pedaladas Fiscales” –, los cuales fueron considerados delictivos por los iniciadores del juicio político. Respecto de ambas cuestiones ya se ha expedido el Ministerio Público Fiscal y sostuvo que no existía delito en ninguna de ellas.

II. LOS HECHOS EN LA CÁMARA DE DIPUTADOS

La Cámara de Diputados de Brasil inició el trámite de *impeachment* declarando su admisibilidad en violación a las reglas y estándares del Sistema Interamericano.

Luego de un procedimiento plagado de irregularidades se procedió a la clausura de esa instancia, ordenándose la elevación al Senado.

Ello ocurrió tras una votación sumamente irregular que desconoció las obligaciones de control de convencionalidad (art. 1 CADH, v. gr. caso “Almonacid Arellano y otros vs. Chile”), puesto que se violaron las garantías de la víctima toda vez que:

- a) Se violó el principio de legalidad en la medida en que se inició el juicio político con un cambio de tesis sobre prácticas regulares de la Administración por parte del TCU.
- b) Se violó el principio de garantías judiciales (art. 8 CADH) en tanto:
 - b.1. Los diputados votaron en bloque y sin tomar posiciones personales (art. 8.1, imparcialidad y motivación, v. gr. caso “Tribunal Constitucional vs. Perú”).
 - b.2. Los argumentos de la votación eran ajenos al tema en cuestión. Al mismo tiempo el Tribunal Superior Federal (STF) admitió en demandas presentadas por las víctimas que los diputados pudieran no cumplir con las garantías procesales, pudieran no ser imparciales y votar según lo requerido por sus propios electores (art. 8.1, imparcialidad y motivación).
 - b.3. Los cargos formulados inicialmente no fueron los mismos por los cuales se llevó a cabo el juicio político en Diputados (art. 8.2.). No fueron informados apenas se inició el procedimiento (art. 8.2.a, principio de información oportuna y principio de congruencia, v.gr. caso “Fermín Ramírez vs. Guatemala”).
 - b.4. Se impidió a los abogados defensores interrogar correctamente a los testigos (solo se les autorizó a hacerlo durante tres minutos). Se violenta así el art. 8.2.f (v. gr. caso “Lori Berenson Mejía vs Perú”). Impidió además que prestaran testimonio expertos en derecho, comprometiendo el derecho de defensa al limitar los testigos a empleados públicos, a quienes alcanzan las presiones del contexto actual.
 - b.5. La aprobación de la elevación al Senado registra votaciones por cuestiones ajenas a los hechos supuestamente cometidos (art. 8.1, imparcialidad y motivación, v. gr. casos “López Mendoza vs. Venezuela”, “Baena Ricardo y otros vs. Panamá”, “Tribunal Constitucional vs. Perú”).
 - b.6. Imposibilidad de recurso. Cuando se requirió intervención al STF, el Tribunal respondió que no podía tomar competencia porque esto implicaría interferir en la división de poderes. Indicó que el árbitro del proceso era el Senado Federal, que rechazó todas estas denuncias.

- c) Se violentó el principio de no discriminación (art. 1.1), puesto que por razones políticas se aplicó este proceso a la Presidenta y no a su sucesor, quien enfrenta una denuncia por los mismos hechos, aun sin sustanciar.
- d) Se produjo una violación de los derechos políticos (art. 23.2), toda vez que se aplicaron separaciones de cargo por solicitud de Diputados y resolución del Senado, sin intervención de jueces competentes ni apertura de juicio penal, ni mucho menos con condena. (v. gr. caso “López Mendoza vs. Venezuela” y Resolución 5/2014 de la CIDH “Gustavo Francisco Petro Urrego respecto de la República de Colombia”).

III. LOS HECHOS EN EL SENADO FEDERAL

Pese a sus obligaciones de custodios de los derechos de la víctima -dada su condición de juzgadores del proceso -, los senadores procedieron a rechazar todas y cada una de las peticiones de la Defensa. Habilitado a obrar en tal condición por la interpretación de normas que realizó el Tribunal Superior Federal, el Senado procedió a actuar y aprobó -tras la intervención de una comisión que no reconocía las proporciones partidarias y luego del Plenario -, la suspensión de la Presidenta Rousseff.

Esta separación del cargo se adoptó también en violación a la jurisprudencia del Sistema Interamericano. En particular del artículo 23.2, en la medida en que la separación importó una restricción ostensible a los derechos políticos, tanto de la víctima como de los peticionarios que abogamos por ella ante la instancia judicial sin éxito y de los votantes, tal como el SIDH ha afirmado en los mencionados casos “Petro” y “López Mendoza”, entre otros.

En efecto, reiteramos, no ha habido imputación penal, proceso, ni condena, todos ellos requisitos de posible exigencia en el marco de las previsiones del art. 23.2 de la CADH.

A la fecha, el Senado ha seguido impulsando el proceso. A tal fin:

- a) Aprobó la admisibilidad del caso
- b) Rechazó las pericias presentadas (art. 8 2.d)
- c) Rechazó analizar las nulidades argüidas ante el procedimiento de Diputados (art. 8.1.)
- d) Aprobó en Comisión la “Pronuncia”, instancia procesal inmediatamente anterior a que el Plenario de la Cámara determine que se hará debate posterior para definir el mérito del juicio político. Esto acaba de cumplirse y solo quedan recibir los libelos finales para el debate en Pleno

- e) Aprobó un apartamiento de toda regla de derecho de defensa, sin reconocer origen alguno en normativa procesal. De este modo se fijaron en seis los testigos de cada parte, lo que es obviamente insuficiente en atención a la cantidad y complejidad de los hechos (art. 8.2.f, derecho a interrogar testigos y peritos, v. gr. caso “Lori Berenson Mejía vs Perú”).
- f) La formulación de los cargos, desde el principio, importó además de la destitución la inhabilitación por ocho años para el ejercicio de derechos políticos (no solo el de candidatearse), aún a sabiendas de que no ha existido delito (art. 23.2. casos “López Mendoza” y “Petro”).
- g) Existen expresiones públicas de los senadores indicando que la decisión está tomada y que solo se están agotando los términos de un procedimiento de rito (art. 8.1, imparcialidad y motivación, v. gr. casos “Tribunal constitucional vs. Perú”, “Chocron Chocrón vs. Venezuela”, “Reverón Trujillo vs. Venezuela”).

IV. INTERVENCIÓN DEL PODER JUDICIAL:

Se ha requerido, por parte de los peticionantes y de las víctimas, en más de una oportunidad a lo largo de este proceso, la intervención del Superior Tribunal Federal. Éste ha rechazado toda posibilidad de intervención en los hechos con la sola excepción de fijar una suerte de procedimiento a fin de interpretar la prevalencia de reglas procesales a tenor de la falta de reglamentación de la reforma constitucional que modificó las previsiones sobre juicio político. Aún así el propio STF se apartó de sus mandatos.

En forma resumida, diremos que el Superior Tribunal Federal estableció que:

- a) los parlamentarios en diputados no deben regirse por criterios de juzgamiento imparcial y respetuoso de las garantías del art. 23.2 CADH y por ello del art. 8. Así se admitió el inicio y desarrollo del proceso;
- b) el Senado es la autoridad del proceso, en virtud de lo resuelto por el STF en la Acción PDF³⁶ 378 y la Acción de Mandato de Seguridad 34.193/DF³⁷ y que, previamente autorizado por la Cámara de Diputados, asume el papel de tribunal de instancia definitiva, cuya decisión no es susceptible de ser reexaminada ni siquiera por el propio Tribunal Supremo.

36 Acción por determinación de la constitucionalidad de leyes anteriores a la Constitución de 1998.

37 Acción sumarísima destinada a proteger derechos constitucionales de poca producción de prueba.

- c) que el juzgamiento se hace por jueces investidos de la condición de políticos que producen votos de naturaleza política y que sus motivaciones son distintas de las que adoptarían los miembros del poder judicial.
- d) Como todo el proceso de *impeachment* se basa en un cambio de opinión de un órgano técnico de revisión de cuentas que ni siquiera fue aprobado por el mismo Congreso que tramitó el proceso de juicio político, el Senado resolverá sobre las consecuencias de la violación del principio de legalidad antes de haberse emitido resolución sobre la pertinencia de dicho cambio de temperamento.

Lo reseñado implica que por parte del TSF se registra el desconocimiento a las siguientes obligaciones (art. 1.1. y 2, emergentes tanto del texto de la CADH como de la jurisprudencia del SIDH):

- a) Control de convencionalidad (caso “Almonacid Arellano”, entre otros),
- b) Protección a los Derechos Políticos (casos “Lopez Mendoza” y “Petro”),
- c) Debido proceso y garantías, independientemente del fuero (casos “Baena” y “Tribunal Constitucional”, entre otros),
- d) Protección judicial (casos “Baena”, “Chocrón”, “Tribunal Constitucional”, “Velázquez Rodríguez” y “Claude Reyes”),
- e) Derecho para recurrir a tribunal superior (art. 8.1.h, caso “Barreto Leiva”).

V. AGOTAMIENTO DE RECURSOS INTERNOS:

Toda vez que el STF ya se ha expedido rechazando toda posibilidad de revisión requerida por la víctima y los peticionantes, y que cualquier otra medida pendiente resulta ineficaz para garantizar la protección de los derechos cuya violación ya se ha producido, dados los términos transcritos, no hay recursos judiciales pendientes con probabilidades de ser atendidos.

VI. PROCEDENCIA DE LAS MEDIDAS CAUTELARES:

En resumen, la situación en la que nos encontramos es la que sigue, con especial apuntamiento de los artículos y estándares comprometidos, que fueron mencionados anteriormente:

- a) La separación del cargo por suspensión está vigente y los plazos de mandato sin poder ejercerlo siguen corriendo, con lo que hay una clara restricción de derechos políticos de la víctima.

- b) Los votantes ven violentados sus derechos políticos.
- c) La acusación ha requerido en todas las instancias la separación definitiva del cargo y la inhabilitación para el ejercicio de derechos políticos. Ambos extremos obran en el texto constitucional.
- d) No hay ninguna causa penal, ni imputación ni condena ni posibilidad de que surja para ser considerada en el juicio político. Sería imposible introducirlas – de todos modos – por garantías procesales.
- e) Los juzgadores han adelantado posición.
- f) Es una profecía casi autocumplida la condena en el Senado.
- g) No hay posibilidad de revisión judicial.
- h) Se habrá de producir una destitución en clara violación a los estándares de protección a los derechos políticos, sin proceso ni condena penal.
- i) La situación compromete violaciones de derechos irreparables.
- j) La situación requiere soluciones de urgencia, puesto que de lo contrario debería reverse una destitución.
- k) Se hace presente el supuesto de serio impacto sobre un derecho protegido o sobre el efecto eventual de una decisión pendiente en un caso o petición ante los órganos del Sistema Interamericano.

En función de ello, debe admitirse lo solicitado y requerirse al Estado:

- a) La reinstalación de la víctima en su cargo.
- b) La suspensión de la totalidad del proceso hasta tantose dirima la petición.
- c) En su defecto, la suspensión del trámite en el Senado hasta tanto se demuestre a la CIDH y a los peticionantes y víctimas que el proceso se habrá de realizar cumpliendo todas las garantías establecidas en la Convención, incluyendo la nulidad de los pasos precluidos que se hubieran adoptado violando los estándares del SIDH.

Saludamos al Sr. Secretario Ejecutivo y a los Ilustres Comisionados con la consideración más distinguida.

ARTIGOS, ENTREVISTAS E MANIFESTOS

GOLPE NO BRASIL É PARTE DE UM PROJETO DE RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Adolfo Perez Esquivel (entrevista)³⁸

Adolfo Perez Esquivel, Nobel da Paz em 1980, precisou falar apenas um minuto no Senado brasileiro para sentir de perto a fúria da oposição que busca derrubar a presidenta Dilma Rousseff. O arquiteto e ativista argentino utilizou a palavra “golpe” para definir o que está acontecendo hoje no Brasil, o que levou a oposição a exigir do senador Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão, a retirada da palavra dos anais da sessão, demanda que acabou atendida. “Não falei mais de um minuto. Eles me pediram para que eu fizesse uma saudação e eu expliquei por que estava aqui no Brasil, para apoiar a democracia, a continuidade constitucional e evitar a consumação de um golpe de Estado”, relata Esquivel em entrevista ao Sul21.

Na entrevista, o arquiteto e ativista argentino chama a atenção para o fato de que o que está acontecendo no Brasil não é um ponto fora da curva, mas sim parte de um projeto de recolonização da América Latina capitaneado pelos Estados Unidos. Para Esquivel, não há acasos em tudo o que está acontecendo agora contra o governo de Dilma. “Isso faz parte de um projeto de recolonização continental. Já houve experiências piloto no continente que devem ser lembradas. A metodologia é a mesma. O que aconteceu em Honduras, com a derrubada de Manuel Zelaya, e depois no Paraguai, contra o governo de Fernando Lugo, foram ensaios de golpes de Estado de um novo tipo”, sustenta.

Sul21: *Como o senhor avalia a situação política que o Brasil vive hoje, em especial a tentativa de derrubada do governo da presidente Dilma Rousseff?*

Adolfo Perez Esquivel: Pelo trabalho que realizo, sempre olho para a realidade de um país da América Latina sob a perspectiva de uma visão continental. Não há casualidades em tudo o que está acontecendo agora contra o governo de Dilma. Isso faz parte de um projeto de recolonização continental. Já houve experiências piloto no continente que devem ser lembradas. A metodologia é a mesma. O que aconteceu em Honduras,

38 Arquiteto, escultor e ativista de direitos humanos argentino e agraciado com o Premio Nobel da Paz em 1980. Entrevista concedida pelo Sul21 em 02/05/2016 e com reprodução autorizada pelo autor. <http://www.sul21.com.br/jornal/golpe-no-brasil-e-parte-de-um-projeto-de-recolonizacao-da-america-latina/>

com a derrubada de Manuel Zelaya, e depois no Paraguai, contra o governo de Fernando Lugo, foram ensaios de golpes de Estado de um novo tipo. Golpes de Estado que não necessitam dos exércitos. Basta ter os meios de comunicação, alguns juízes e dirigentes políticos da oposição para provocar a desestabilização de um governo.

O que me assombra é que tenham escolhido o Brasil, um país líder no continente, para aplicar esse modelo de golpe. É o mesmo procedimento dos ensaios realizados anteriormente: o uso massivo dos meios de comunicação para alimentar um processo de desprestígio por meio de uma série de acusações, a cumplicidade de alguns juízes, como é o exemplo de Sérgio Moro, que chegou a vaziar escutas telefônicas privadas envolvendo o ex-presidente Lula e a própria presidente da República. O que Dilma fez de errado, afinal, para justificar um *impeachment*? Ela utilizou procedimentos que outros governos anteriores também aplicaram e não sofreram nenhum tipo de sanção por isso. Contra Dilma, bastou isso para justificar um pedido de *impeachment*. Isso é, abertamente, um golpe de Estado brando. Há alguns dias, disse isso no Senado brasileiro e houve um escândalo. Não falei mais de um minuto...

Sul21: *E pediram para retirar a palavra “golpe” das atas do Senado relativas ao seu pronunciamento...*

Adolfo Perez Esquivel: Sim. Eles me pediram para que eu fizesse uma saudação e eu expliquei por que estava aqui no Brasil, para apoiar a democracia, a continuidade constitucional e evitar a consumação de um golpe de Estado. Bastou isso para provocar uma situação conflitiva. Mas é preciso fazer uma leitura mais profunda sobre o que está acontecendo no Brasil. Essa leitura para além da superfície tem a ver com o projeto em curso de recolonização do continente. Esse projeto tem alguns objetivos estratégicos: o controle dos nossos recursos naturais e, como já disse Michel Temer, a privatização das empresas estatais. Esse é o objetivo do golpe de Estado. Caso ele se consume, o país terá um governo que não foi eleito pelo povo, que ficará marginalizado da ação democrática. Como ocorreu em Honduras e no Paraguai, isso terá como consequência uma forte repressão aos movimentos sociais. Essa é a lógica da imposição de uma política regressiva: provocar situações de conflitos sociais e usar a forma repressiva para conter esses conflitos. Já há uma lei antiterrorista aprovada pelo Congresso, como aconteceu em quase todos os países.

Há uma diferença entre o que está acontecendo no Brasil e o que vemos hoje na Argentina, onde a direita chegou ao governo por meio de eleições livres. Ganhou por muito pouco, mas ganhou e está legitimada pelo voto. Nos primeiros quatro meses de governo, Macri levantou impostos que eram cobrados de empresas mineradoras e de latifundiários, entre outras medidas. O Observatório Social da Universidade Católica argentina registrou que, neste período, o país já tem um milhão e quatrocentos mil de pobres a mais e cem mil desempregados a mais. Isso em quatro meses apenas.

Sul21: *Na sua avaliação, esse projeto de recolonização tem os Estados Unidos como centro de origem e de articulação?*

Adolfo Perez Esquivel: Sim, é uma política dos Estados Unidos, que nunca abriu mão de seu objetivo de ter a América Latina como seu quintal. A política norte-americana nos golpes em Honduras e no Paraguai ficou muito clara. É preciso ter em mente que os Estados Unidos e também a Europa estão esgotando seus recursos e necessitam dos recursos naturais de nossos países, incluindo recursos minerais estratégicos e os recursos do Aquífero Guarani, uma das grandes reservas mundiais de água, um bem cada vez mais escasso. Então, não são pequenos os interesses dos Estados Unidos na região. Não é por outra razão que eles mantêm bases militares na América Latina.

Se olharmos para a história recente da América Latina, houve outras tentativas de golpe de Estado no Equador, na Bolívia e na Venezuela que vive uma situação crítica, onde a posição ganhou o Parlamento e o governo de Nicolas Maduro está muito debilitado, com graves problemas econômicos, fundamentalmente causados pela queda do preço do petróleo, base da economia venezuelana. Então, as tentativas de golpe de Estado na América Latina não terminaram. Houve algumas muito violentas, com muitas mortes, como a que ocorreu no massacre de Pando, na Bolívia. No Equador, tivemos uma tentativa de golpe disfarçada de uma mobilização salarial da polícia. Era uma tentativa de golpe de Estado contra Rafael Correa. Esse é o panorama que temos hoje na região. Teríamos que falar ainda de Haiti, Guatemala, El Salvador e Honduras onde ocorreu uma repressão brutal, com mortes como a de Berta Caceres, uma dirigente do povo Lenca com a qual trabalhamos em Honduras.

Sul21: *Voltando um pouco à situação da Argentina, nos primeiros meses do governo Macri houve também um aumento da repressão aos movimentos sociais e um dos principais símbolos disso foi a prisão de Milagro Sala. Qual é o cenário atual desse quadro de repressão e violação de direitos?*

Adolfo Perez Esquivel: Milagro Sala é uma presa política. Ela foi presa por conta de um protesto social organizado por cooperativas e pelo grupo Tupac Amaru. Nós fomos visitá-la na prisão, na província de Jujuy, cerca de 1.500 quilômetros de Buenos Aires. Falamos também com o governador de Jujuy, Ruben Gerardo Morales. Após a prisão de Milagro Sala começaram a surgir uma série de outras acusações contra ela, envolvendo denúncias de corrupção e outras coisas. Mas ela foi condenada antes de ser julgada. Ela é uma presa política já há quatro meses e nós cobramos isso do governador. Houve também uma forte repressão policial em Buenos Aires e em outros lugares contra protestos de trabalhadores. O governo Macri vai avançando em suas políticas neoliberais. Até agora, não falou abertamente sobre isso, mas planeja a privatização de empresas do Estado.

Macri também está fazendo um acordo com os fundos abutres para o pagamento de uma dívida externa imoral e ilegítima. Aí temos um problema que vem dos governos anteriores que não fizeram uma auditoria para determinar o que é dívida legítima e o que não é. Agora, Macri necessita de recursos para enfrentar a situação do país e está tentando obter empréstimos com altas taxas de juro. Os orçamentos para educação e políticas sociais sofreram grandes cortes e as obras do Estado estão paralisadas. As universidades também sofreram um drástico corte orçamentário. De modo geral, elas têm recursos para pagar os salários do mês de junho e depois não se sabe como será.

Sul21: *Diante desse cenário de avanço conservador, qual é, na sua opinião, a capacidade de reação dos movimentos sociais e do movimento sindical na Argentina, no Brasil e em outros países da América Latina? Há força suficiente para resistir a esse projeto de recolonização?*

Adolfo Perez Esquivel: Os movimentos sociais estão muito fragmentados e isso coloca-os em uma forte situação de debilidade. Não há coesão ou força integradora entre eles. No caso da Argentina e de outros países da América Latina também, a política de direitos humanos também enfrenta sérias dificuldades já há algum tempo. Esse projeto de recolonização terá um impacto negativo muito grande para a população, especialmente para os setores mais carentes. Há uma cláusula democrática dentro de organismos regionais como Mercosul e Unasul, que já foi aplicada ao Paraguai por ocasião do golpe contra Lugo. O Paraguai foi suspenso desses blocos regionais. Não sei se isso vai acontecer com o Brasil. Se, do golpe, surgir um governo Temer penso que ele terá o reconhecimento ao menos dos Estados Unidos e da Argentina. Na Argentina, o governo Macri está rechaçando os acordos regionais.

Sul21: *Aqui no Brasil, estamos assistindo à emergência de grupos de direita e mesmo de extrema direita, com traços fascistas, que contam inclusive com representação parlamentar como é o caso do deputado Bolsonaro que, recentemente, voltou a fazer apologia de torturadores. Esse fenômeno também está ocorrendo na Argentina ou em outros países da região? Até que ponto, essa emergência preocupa?*

Adolfo Perez Esquivel: Na Argentina, isso não é muito evidente. Houve editoriais apoiando a ditadura, como o publicado pelo jornal La Nación no dia seguinte à posse de Macri, defendendo a libertação de militares condenados por crimes na ditadura. Há grupos de direita, mas, neste momento, como estão praticamente no governo, não se manifestam publicamente. Isso não significa que não existam. Aqui no Brasil me chama muito a atenção o fato de um deputado ter feito a defesa de um torturador. Isso é a apologia de um crime, um delito. Não sei como vão tratar isso, pois os deputados têm foro privilegiado. A questão importante é se haverá unidade dos movimentos sociais e populares para enfrentar essa situação.

Sul21: *O senhor acompanha a situação dos direitos humanos na América Latina há muitos anos. Após um ciclo de ditaduras houve um período de redemocratização e uma ascensão de governos de esquerda e progressistas na região. Agora, parece que estamos entrando mais uma vez em um período conservador com regressão no campo dos direitos. Parece que parcelas importantes das sociedades latino-americanas abrem mão muito facilmente de direitos. Como avalia a situação atual após um período em que ocorreram importantes avanços na área dos direitos humanos e sociais?*

Adolfo Perez Esquivel: Neste último período, nós acompanhamos com preocupação a situação dos direitos humanos mesmo em governos democráticos. Há governos que não têm políticas repressivas, mas há como que uma base já institucionalizada. Em muitos países, as torturas em prisões e delegacias de polícia, por exemplo, continuam até o dia de hoje. Na Argentina, esse problema é tremendo. Nós fizemos um trabalho de monitoramento da situação em prisões e delegacias. No ano passado registramos mais de 100 mil casos de tortura em 50 instituições penitenciárias. Não são políticas de Estado, mas sim mecanismos e práticas que seguiram vivas nas forças de segurança e que seguem vigentes.

Os direitos humanos seguem sendo violados porque há impunidade jurídica. Quem viola os direitos humanos sempre é o Estado. Fora disso, há os delitos que devem ser enquadrados na legislação vigente. A situação dos direitos humanos, considerados em sua integralidade, é preocupante em muitos países. Não estou falando apenas de torturas ou mortes, mas também de problemas ambientais, dos agrotóxicos, do impacto das grandes mineradoras. Há casos como o do Chile, onde a lei antiterrorista foi aplicada contra o povo mapuche.

Direitos humanos e democracia são valores indivisíveis. Se os direitos humanos são violados, a democracia se debilita. Estamos trabalhando para tentar uma mudança de comportamento e de mentalidade, mas há muitas consciências armadas com práticas repressivas. Antes de vir ao Brasil, estivemos no México, país que tem mais desaparecidos que a Argentina na época da ditadura, com governos constitucionais. Em Cidade Juarez, até sairmos de lá, havia a marca de 1.500 mulheres assassinadas por feminicídios. Estamos falando da fronteira com os Estados Unidos. No estado de Guerrero, temos o caso dos 43 estudantes que desapareceram e sobre os quais não há notícia até hoje. Passou um ano e meio e não se sabe absolutamente nada do paradeiro de 43 estudantes. Não estamos falando de uma ditadura.

No México, nos reunimos com o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos e ele nos relatou as muitas dificuldades enfrentadas para avançar nas investigações sobre casos de violações de direitos naquele país. Há uma situação de terror muito grande. Tanto é assim que o governo dos Estados Unidos emitiu um comunicado recomendando aos turistas norte-americanos para que não viajem ao estado de Guerrero,

em especial para Acapulco. Estivemos em Acapulco e os hotéis estão vazios. Claro que, no caso do México, penetrou com muita força o problema da droga, dos carteis do narcotráfico. Uma coisa que nós podemos comprovar na América Latina é que as guerras, hoje, são financiadas com a droga. Isso está acontecendo agora no Oriente Médio também. As guerras têm que ser financiadas de algum modo e estão sendo pelas drogas. Por isso, elas não vão desaparecer tão facilmente assim. O narcotráfico está desempenhando um papel sumamente importante hoje na economia das guerras.

Então, quando falamos da realidade da América Latina hoje supomos que todos os governos são democráticos, mas isso não é assim. Veja o caso da Colômbia também, onde agora está prestes a ser assinado um acordo de paz com as FARC. Mas o problema da Colômbia não se resume à relação entre as FARC e o governo de Santos. São quase 60 anos de guerrilha, mas também de narcotráfico, de grupos paramilitares e parapoliciais. O panorama do continente é muito complexo.

Sul21: *O senhor está pessimista em relação ao futuro?*

Adolfo Perez Esquivel: Eu sempre digo que sou um pessimista esperançoso. Eu não penso que não há saída para todos esses problemas. Sempre há saídas e possibilidades de mudança, desde que o povo se una. Na América Latina, as esquerdas estão divididas. A direita tem dificuldades, mas não está dividida porque tem objetivos claros. Mas as esquerdas estão muito divididas na Argentina, no Brasil, em qualquer país. Assim, é difícil construir frentes que possam oferecer alternativas a essa situação da qual falamos. Se o golpe se consumir aqui no Brasil o que vai ocorrer com a população. Estamos aqui acompanhados de movimentos sociais e de grupos comprometidos com a defesa da democracia, mas qual é a força real que têm?

O que me preocupa, no caso do Brasil, são as possíveis repercussões em todo o continente e no mundo inteiro. O Brasil é um país líder, com uma presença importante não só na América Latina. Para mim, com tudo o que escutei nestes dias, me parece que o afastamento de Dilma já é praticamente um fato consumado, a não ser que, de última hora, a situação atual possa ser revertida. Mas não é para se desesperar. Sempre há possibilidades de mudanças. O fato é que os Estados Unidos seguem trabalhando pela recolonização da região pois necessitam dos recursos deste continente.

Já devastaram a África, que não é um continente pobre, mas é um continente empobrecido. A África tem grandes recursos que estão sendo explorados por grandes corporações. Eu participei de uma comissão de investigação sobre a África do Sul e a Namíbia. Durante os oito meses que durou a comissão creio que não dormi em função do que vi, os indicadores de pobreza, o saqueio sem piedade dos recursos destes países. Levamos o resultado dessa investigação à Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foram aprovadas sanções que não foram cumpridas.

SOBRE EL *IMPEACHMENT* A DILMA ROUSSEFF³⁹

Amílcar Salas Oroño⁴⁰

Camila Vollenweider⁴¹

INTRODUCCIÓN

Si bien el *impeachment* es un “proceso político”, las condiciones de poder están definidas por el derecho y se someten a éste porque de otra manera no habría cómo controlar el ejercicio de poder y evitar sus abusos. Así, el “proceso político” del *impeachment* tiene que ser, necesariamente, un método “racional-legal” de *determinación de la responsabilidad política* conforme a los parámetros establecidos, en este caso, por la Constitución de la República Federativa del Brasil. Esta configuración supone: a) la exigencia de que los comportamientos que caracterizan el “crimen de responsabilidad” puedan ser demostrados empíricamente; b) la consecuente delimitación de un procedimiento que permita confirmar o refutar la tesis acusatoria con base a datos empíricos. La *infracción política* que supone la interrupción de un Presidente no puede quedar definido por intérpretes que actúan desligados de los criterios dogmáticos propios de los sistemas de tipificación.

Ciertamente hay aspectos que permiten reforzar el hecho de que la *naturaleza política* sobreimprime el instituto del *impeachment*: que no exista un posibilidad

39 Para este trabajo nos hemos basado fundamentalmente en la Constitución Federal (CFB); la Ley de Juicio Político (Ley. N° 1079/1950); el Código de Proceso Penal (Ley N° 3.689); el texto (original) de la Denuncia; el texto de la Denuncia protocolizada ante las Comisiones Especiales de ambas Cámaras; el Reglamento Interno de la Cámara de Diputados; el Reglamento Interno del Senado Federal; MEMORIAL/AGU (presentado ante el Senado Federal); los Dictámenes de la Corte Suprema de Justicia ADPF 378/SV N°24, entre otros; las Leyes N°13.119/ N°13.115/ N° 13.080/ N°13.199/ N° 10.683/ N° 8.427/ N°13.115, entre otras; la Ley (complementaria) N°101/2000; el Dictamen del TCU N° 2.461/2015, entre otros; el PLN (Proyecto de Ley) N°5/2015; etc.

40 Politólogo y Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires.

41 Historiadora, Magister en Sociología por la Universidad Autónoma de Barcelona y analista de CELAG.

de otra instancia de revisión o que se realiza en el marco de otro Poder del Estado que no es el encargado de las competencias judiciales (con lo que se comprende en esa atribución), permiten divergencias de interpretación. Pero esas divergencias, a su vez, responden a articulados constitucionales diferentes, a jurisprudencias diferentes, con lo que es preciso restringir las observaciones a lo que está inscripto en la Constitución. Por ejemplo, a diferencia de la normativa y jurisprudencia argentina, el caso brasileño (en el que el *impeachment* ha sido parte de varios momentos de su historia política) no presenta tantas posibilidades de redefinición substantiva.

Es fundamental comprender que no puede haber una flexibilización *de facto* de las hipótesis de *impeachment* para capturar situaciones no encuadrables, en este caso, en el art. 85 de la Constitución brasileña (y en las normativas conexas) –o “estirar” el concepto de “crimen de responsabilidad”. Una situación semejante supone una suerte de tergiversación jurídica, el empleo del “juicio político” como un mecanismo de responsabilización política y de control cotidiano del Presidente, algo propio de los regímenes parlamentarios pero no de los presidencialistas.

En el proceso de *impeachment* contra la Presidenta Dilma Rousseff se verifican varias características que no dejan lugar a dudas sobre la ilegalidad del mismo. Principalmente: a) la invalidez del acto de recepción de la denuncia, en función del manifiesto desvío de poder; b) la invalidez de otros actos de procedimiento del proceso de *impeachment* practicados en secuencia, en transcurso de un continuo desvío de poder subsecuente; c) la invalidez del acto definido por el Plenario de la Cámara de Diputados, en consecuencia de varios vicios que afectaron el proceso decisorio de los parlamentarios; d) la ausencia general de requisitos necesarios para la procedibilidad de la denuncia; e) la ineptitud demostrada de la denuncia respecto de la acusación a la Sra. Presidenta de la República; f) la falta fundamentada de una justa causa por parte de la acusación. Es en relación con estas características que se estructuran los comentarios siguientes:

SOBRE EL PROCEDIMIENTO DEL IMPEACHMENT HASTA LA “SUSPENSIÓN DEL CARGO” A DILMA ROUSSEFF

En su parecer ADPF N° 378, la Corte Suprema de Justicia estableció que le compete al Senado Federal emitir el juicio de validez de la denuncia por el “crimen de responsabilidad”, para que la denuncia pueda ser procesada y juzgada. Así, si es nulo el procedimiento en Diputados, nula es la autorización que fue su acto final. Por consiguiente, la denuncia debió ser rechazada por el Senado Federal, conforme al art. 395, II, del CPP (rechazo por falta de presupuesto procesal para el ejercicio de la acción).

Varias son las razones que hacen a la nulidad del procedimiento realizado en la Cámara de Diputados.

Primero, se sustenta como de indiscutible nulidad la decisión realizada por el Presidente de la Cámara, al recibir la presente denuncia, por haber incurrido en notorio desvío de poder. Ocurre esto “*cuando el agente se sirve de un acto para satisfacer una finalidad ajena a la naturaleza del acto utilizado*”⁴². En efecto, hubo desvío de poder cuando Eduardo Cunha decidió recibir la denuncia de “crimen de responsabilidad” como “retaliación” por haberse la Presidenta negado a garantizar los votos de los parlamentarios que él necesitaba para poderse librar de su proceso de separación del cargo en el Consejo de Ética de la Cámara de Diputados⁴³.

Este vicio se reproduce todavía durante todo el proceso en la Cámara de Diputados, por inúmeros otros actos decisorios de la misma autoridad parlamentaria, como: la elección de un informante para la Comisión Especial de la Cámara de Diputados en negociación con su continuidad en la Presidencia de la Cámara de Diputados; la anexión a los autos del expediente de informaciones vinculadas con el caso “Lava-Jato” (cuestión ajena al objeto del proceso); decisiones que apuraban el propio proceso del *impeachment*, entre otros.

Más allá de este desvío de poder, otros vicios también ocurrieron en la Sesión Plenaria de Diputados el 17 de abril. Antes de la votación, los partidos políticos “orientaron sus bancadas” en función de los votos que los parlamentarios deberían dar al juzgamiento sobre la materia, afectando así *la libertad decisoria de los parlamentarios en relación a sus convicciones personales*; otros parlamentarios, antes del juzgamiento, declararon públicamente sus votos a los medios de prensa. Con esto, se violaron el principio de imparcialidad y del debido proceso legal, de contradicción y de amplia defensa (art. 5, LIV y LV, de la Constitución Federal) que, conforme a lo decidido por la CIDH⁴⁴, deben ser observados en juzgamientos políticos realizados por el Legislativo. Tampoco se respetó lo decidido por la Corte Suprema de Justicia (ADPF N° 378) que afirmó que, en procesos de *impeachment*, la actuación de los parlamentarios debe darse a partir de su propio juicio “personal”.

42 Mello, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, p. 999, 31ed. Sao Paulo: Malheiros, 2014.

43 Eduardo Cunha sería separado de su cargo con posterioridad por una determinación de la propia Corte Suprema de Justicia, una vez que el proceso de *impeachment* hubiera finalizado la etapa correspondiente a la Cámara de Diputados.

44 La jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos sobre la materia se basa, fundamentalmente, en “Caso del Tribunal Constitucional Vs. Perú” y “Caso del Tribunal Constitucional (Camba Campos y Otros) Vs. Ecuador”.

En esta misma Sesión Plenaria hubo un claro vicio cuando los Diputados explicitaron, como razones de sus votos, motivos completamente extraños a este proceso. Esta circunstancia, por fuerza de la denominada teoría de los motivos determinantes, ameritaba la invalidación de estos actos. En razón de que los votos habrían estado fundamentados en motivos inadecuados, por no guardar pertinencia con los hechos alegados en la denuncia recibida, la votación sería nula.

Otro vicio observado fue el de que Cunha concedió derecho de alocución al Informante de la Comisión Especial (de la Cámara de Diputados), sin que hubiera previsión normativa para esta concesión y no permitiendo a la defensa manifestación alguna después de la exposición del parecer. Con esto se vulneró el derecho a la amplia defensa de la acusada (art. 5º, LV, de CFB) y también las reglas establecidas por la Corte Suprema de Justicia en su decisión ADPF N°378, en la que se establece que *“la defensa tiene el derecho de manifestarse luego de la acusación”*.

SOBRE EL PROCEDIMIENTO DEL *IMPEACHMENT* DURANTE LA “SUSPENSIÓN DEL CARGO” A DILMA ROUSSEFF

Desde que Dilma Rousseff queda suspendida en su cargo de Presidenta de la República y la función es ejercida por el Vicepresidente Michel Temer, deben ser descriptas otra serie de irregularidades. Por un lado, en la “etapa de pronuncia” y recolección de pruebas se aprobaron una serie testimonios específicos – técnicos especializados en los ámbitos de la denuncia- (todo acto del proceso se convierte en un “acto jurídico” y, por lo tanto, su no cumplimiento representa una alteración) que luego no fueron incorporados para sus pareceres públicos en el marco de la Comisión Especial del Senado, en vistas a que buena parte de los que sí ya lo habían hecho, refutaron aspectos centrales de la denuncia o bien coincidían con los argumentos de la defensa. A lo que debe sumarse la insistencia, por parte del Presidente de la Comisión Especial, por acelerar los tiempos del proceso del *impeachment* (en vistas a circunstancias extra parlamentarias de fluctuaciones en la estabilidad del gobierno interino de Temer). Por otro lado, los Informes periciales encargados por la Comisión Especial no fueron indicados de una forma imparcial (a los encargados en cuestión) y consensuada con todos los miembros integrantes. Circunstancias, que agregan vicios de nulidad al proceso.

SOBRE LAS CARACTERÍSTICAS DE LA DENUNCIA (LAS “OPERACIONES DE CRÉDITO”)

En cuanto a la denuncia que imputa a la Presidenta la práctica de “crimen de responsabilidad” por la supuesta “operación de crédito” pertinente al Plan Safra⁴⁵, en los términos del art.395, I, del CPP, debe ser rechazada por ineptitud. La denuncia no describe ninguna conducta que pueda ser atribuida a Presidenta, tal como exige la Ley (art. 41 del CPP). Se observa, también, que la denuncia puede ser rechazada por falta de justa causa para la acción (art. 395, III, del CPP). Consiste, en este caso, según la doctrina, en la existencia de indicios razonables de autoría y materialidad. Y la denuncia no contempla esos requisitos.

Según la denuncia, la Unión habría realizado “operaciones de crédito” ilegales al dejar de efectuar periódicamente el pago al Banco do Brasil de las subvenciones relativas al Plan Safra, a lo largo del año del 2015. Lo sucesivos pagos no efectuados constituirían una especie de *préstamos* realizados por un banco estatal a la Unión, lo que estaría vedado por la Ley de Responsabilidad Fiscal.

En primer lugar, hay que resaltar la total atipicidad de la denuncia, en razón de la más completa ausencia de indicación, en sus términos, de participación concreta de la Presidenta en los hechos narrados. Inicialmente, los denunciantes buscaron involucrarla indicando reuniones diarias con el Secretario del Tesoro Nacional lo cual no implica la autoría o participación de Rousseff. Sabiendo de la insuficiencia de tal afirmación, intentan los denunciantes, ya en otro momento, clasificar la conducta de la Presidenta como *omisiva*. Al respecto, no hay como extraer del art.84, II de la Constitución Federal una obligación de cuidado, protección o vigilancia específica, como sería exigido para que se pudiera presuponer un eventual acto ilícito practicado por la Presidenta en el caso *sub examine*. De este dispositivo apenas se puede extraer la competencia genérica de ejercer la “*dirección superior de la administración federal*”. Atribuir a aquél que ejerce la jefatura del Gobierno y del Estado la responsabilidad por todo y cualquier acto practicado por sus delegados o subordinados, debe ser considerado como un absurdo.

Segundo, no proceden tampoco las alegaciones de las referidas concesiones de subvenciones económicas, en el ámbito del Plan Safra, como “operaciones de crédito”. El 29, III, de la Ley de Responsabilidad Fiscal dispone “operación de crédito” es un compromiso financiero asumido en razón de mutuo parecer, apertura de crédito, emisión y aceptación de título, adquisición financiada de bienes, recepción anticipada

45 El Plan Safra es un Programa del Ministerio de Desarrollo Agrario, referido a la agricultura familiar.

de valores provenientes de la venta a término de bienes y servicios, alquiler mercantil y otras operaciones semejantes, incluso con el uso de derivado financieros”. Partiendo de ese presupuesto, parece claro que el Gobierno en ningún momento realizó o realiza una “operación de crédito” con el Banco do Brasil en la ejecución del Plan Safra. El financiamiento, ocurre entre el ciudadano o la empresa con la referida institución financiera. La Unión está fuera de esa relación contractual. Al Gobierno le cabe definir las reglas de financiamiento y el límite máximo de subvención para garantizar las mejores condiciones de financiamiento a los productores rurales y al banco, su ejecución, operacionalización y rendición de cuentas. No hay, por lo tanto, operación de crédito; y, por consiguiente, tampoco una ofensa a la Ley de Responsabilidad Fiscal.

En último lugar, debe observarse que incluso si hubiera una ilegalidad, no sería posible hablar de dolo de la Presidenta. En la época en que se realizaron los hechos que se denuncian –primer semestre del 2015–, la metodología de pago de esas subvenciones era considerada legal y regular (la alteración definitiva del TCU solamente ocurrió en diciembre del 2015 – en fecha incluso posterior a la propia denuncia). Es posible afirmar, respecto de las subvenciones del Plan Safra, que no se hacen presentes los elementos fundamentales para la configuración del “crimen (delito) de responsabilidad”; se impone, pues sobre este aspecto de la denuncia, también, su demérito y rechazo, por falta de causa justa.

SOBRE LAS CARACTERÍSTICAS DE LA DENUNCIA (LAS “PEDALADAS FISCALES”)

Otro de los objetos del presente proceso de *impeachment* consiste en la imputación del “crimen de responsabilidad” a la Presidenta, en virtud de la apertura de créditos/partidas suplementarios por Decreto Presidencial, “sin autorización del Congreso Nacional” (como figura en la denuncia). En rigor serían cuatro Decretos editados el 27 de julio del 2015 y dos Decretos editados el 20 de agosto del 2015, totalizando seis Decretos. Debe aclararse que los dos Decretos del día 27 de julio fueron considerados regulares en el Informe aprobado por la Cámara de Diputados. Todos estos actos (Decretos) fueron expedidos en base al art. 4 de la Ley Presupuestaria Anual (Ley N°13.115, del 20 de abril del 2015), que establecía la posibilidad de autorización de apertura de créditos/partidas suplementarios, por medio de Decretos, siempre que las alteraciones promovidas en la programación presupuestaria -tal como lo señala la Ley- sean compatibles con la obtención de la meta de resultado primario establecida para el ejercicio del 2015 y que fuera observado lo dispuesto en el parágrafo único del art.8 de la Ley de Responsabilidad Fiscal (Ley Complementaria N°101/2000). Al

respecto, la interpretación que siempre fue conferida por el TCU –hasta el 7 de octubre del 2015– era en el sentido de que la obtención de la meta fiscal solamente sería verificable al final del ejercicio, siendo legítima la edición de Decretos de suplementos presupuestarios con fundamento en la proyección de la alteración de la meta del superávit propuesto. Amparados en la interpretación hasta entonces vigente del TCU, fueron editados, el 27 de julio y el 20 de agosto, los Decretos ahora impugnados⁴⁶. Así, se demuestra que la edición de los Decretos objeto de la denuncia están plenamente adecuados al art.4 de la Ley de Presupuesto porque nunca se afirmaron como incompatibles con el alcanzar la aludida meta fiscal.

Hay que notar que las metas fiscales son establecidas por las leyes de directrices presupuestarias y son anuales en función de la expresa determinación del art.4, inc.1, de la Ley de Responsabilidad Fiscal. Dadas las circunstancias, de fuerte caída en los ingresos, el Gobierno encaminó un Proyecto de Ley (PLN) al Legislativo proponiendo la alteración de estas metas. Antes del final del año este proyecto fue aprobado, de forma tal que las metas fueron rigurosamente cumplidas en el año 2015 (Ley. N°13.199, del 3 de diciembre del 2015).

De este modo, los Decretos de créditos/partidas suplementarios no interfirieron con las metas fiscales establecidas por fuerza de los Decretos de Contingenciamiento, y estas propias metas anuales no fueron incumplidas en función de su alteración por ley regularmente aprobada (por el Congreso). En ese sentido, no hubo ninguna ilegalidad, por lo tanto, en la edición de esos Decretos.

Es importante observar que aún si alguna ilegalidad hubiese ocurrido, jamás se podría hablar, *in casu*, en una acción dolosa por parte de la Presidenta. E porque, principalmente: a) esos Decretos fueron expedidos a partir de pareceres y manifestaciones jurídicas, expresados en actos administrativos de órganos técnicos, lo que, de acuerdo con la jurisprudencia, eliminan la posibilidad de haber sido practicados con mala fe; b) fueron solicitados por diferentes órganos administrativos, incluso de otros Poderes, como el propio Tribunal de Cuentas de la Unión (TCU); c) al tener conocimiento de la nueva posición del TCU, el Poder Ejecutivo no editó más Decretos de esa naturaleza; d) sólo luego de la alteración de la meta fiscal con sanción de la Ley N°13.199, del

46 (Tal como lo requiere la fundamentación de los Decretos) en la edición de los Decretos se tuvo en cuenta: a) la utilización de recursos provenientes de un exceso en la recaudación, superávit financiero y anulación de dotaciones presupuestarias, conforme a lo comprobado por los órganos solicitantes del créditos/partidas suplementarios y exigido por los incisos del art.4 de la Ley N°13.115/2015; b) el PLN (Proyecto de Ley) N°5/2015, protocolizado en el Congreso Nacional el 22 de julio del 2015, que preveía la reducción de la meta del superávit primario, aprobado el 2/12/2015, a través de la publicación de la Ley N°13.119, que alteró la LDO (Ley de Directrices Presupuestarias) (Ley N° 13.080/2015).

3 de diciembre del 2015, fue realizado, ese mismo día, el “descontingenciamiento” de lo que se encontraba limitado en la autorizaciones presupuestarias y; e) la Presidenta, al editar esos Decretos de créditos/partidas suplementarios, apenas continuó la práctica consolidada por otros gobiernos a lo largo de los años.

Por los argumentos expuestos, esta parte de la denuncia debió ser rechazada en el Senado Federal (y, anteriormente, en la Cámara de Diputados) por absoluta ausencia de una causa justa. Su admisibilidad (realizada por ambas Cámaras) no se fundamenta a partir del respaldo jurídico necesario (según lo indicado en la Ley N° 1079/1950, el CPP y las otras normas vinculadas). El hecho que haya sido admitida va contra el “presupuesto jurídico” mencionado anteriormente, invalidando el propio proceso de *impeachment*.

CONCLUSIÓN

Todos estos elementos son lo suficientes contundentes para afirmar que la denuncia no debería haber sido recepcionada, no debería haber sido admitida por la Cámara de Diputados y tampoco debería haber sido admitida por el Senado Federal. A lo que deben agregarse los aspectos concernientes al proceso una vez que la Presidenta de la República fue “suspendida en su cargo”: durante ese período, también se verifican una serie de ilegalidades que refuerzan el carácter de nulidad del *impeachment*. De lo que se desprende de que este proceso de *impeachment* no debería estar en curso y, aún estándolo, nunca cumplió con los determinantes “presupuestos jurídicos” requeridos para este instituto constitucional. Si *de facto* lo está es a partir de una alteración de la normativa vigente, en este caso, el propio proceso de *impeachment*. Por eso puede afirmarse que lo que sucede actualmente en Brasil no es un *impeachment* sino una alteración al Estado de Derecho, lo que obliga un posicionamiento firme y claro de denuncia.

CINCO PROPOSTAS PARA UM BRASIL MAIS DEMOCRÁTICO, MAIS JUSTO E MAIS SOLIDÁRIO!

André Gonçalo Dias Pereira⁴⁷

A gosto de 2003: depois de São Paulo rumei a Londrina, uma cidade onde encontrei pessoas maravilhosas e simpáticas, mas onde estranhei o medo de deixar o automóvel na rua durante a hora de almoço e registei a falta de esplanadas onde os jovens se concentrassem ao ar livre. No Rio de Janeiro, senti medo, incríveis desigualdades sociais e zonas da cidade muito desarranjadas.

Em 2004 conheci outra região, onde senti que a noção do Estado de Direito ainda estava em afirmação e muita dinâmica social se operava por influências familiares antigas.

Tenho tido a fortuna de, ao longo destes 13 anos, ter viajado pelo Brasil. Fui descobrindo um país, de norte a sul, onde o progresso e o desenvolvimento económico e social foram pujantes e radiosos.

Clubes de vinho em São Luís, restaurantes chiques em João Pessoa, uma academia sofisticada em vários pontos do país, a criação de uma classe média vigorosa e consumidora, milhões e milhões de pessoas saindo da pobreza... Todavia, uma certa desagregação nacional manteve-se ou até se reforçou: as diferenças de classe, as diferenças regionais, a ausência do sentido de um projeto comum, o afunilamento em posições políticas muito extremadas e conflituais... até que chegou a recessão económica, causada por uma economia muito dependente dos preços das matérias primas e de uma certa saturação do consumo enquanto vetor do crescimento, tudo ‘toxicamente’ misturado com acusações gravíssimas de corrupção por parte do partido que apoia a Presidenta.

2015 foi em crescendo até ao “clímax” de 2016, no qual o regime parece querer transformar a sua natureza. De um Presidencialismo para um parlamentarismo

47 Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Artigo escrito em Coimbra, 20 de junho de 2016.

sui generis, em que a perda de confiança no Congresso leva à queda do Governo da Presidenta. Para tanto invoca-se um, até há pouco tempo, quase esquecido crime de “pedalada fiscal”, mas sobretudo constrói-se um discurso na mídia e na política que tudo confunde e obnubila. A Presidenta caiu...

Perante esta situação anômala do regime constitucional e democrático, atrevo-me a deixar cinco ideias para debate e análise:

Reequacionar o regime: de Presidencialismo para um parlamentarismo, talvez temperado por um Presidente Chefe de Estado eleito por sufrágio universal, que assegure a coesão do Estado e da Sociedade em situações de crise; mas um parlamentarismo em que o Governo fica dependente da confiança política dos Partidos do Congresso. Não tendo o Brasil caminhado no sentido do bipartidarismo, antes multiplicando as forças eleitorais, com critérios nem sempre ideológicos, deverá permitir-se uma negociação entre vários partidos para formar uma maioria estável que suporte o Governo. O Presidente deve estar acima dessa conjuntura; não deve ser o chefe de Governo; antes, ‘apenas’ o Chefe de Estado.

Reformar os partidos políticos brasileiros, exigindo cartas de princípios de raiz ideológica e promovendo a sua coesão e previsibilidade. Tal passaria pela terceira reforma:

Eleições por lista e não em concorrência aberta entre os candidatos a deputado do próprio partido. Tal iria fomentar maior lealdade e respeito às diretivas e opções dos órgãos partidários, e um maior alinhamento a projetos sociais e ideológicos e não a meros poderes pessoais.

E com isso, iríamos à raiz do problema: a política brasileira é demasiado cara! Urge tornar o processo eleitoral muito mais barato, concentrando os esforços propagandísticos em partidos com programas mais claros e coerentes e não numa multiplicação de candidaturas que (quase) sempre conduzirão à corrupção, pois o político precisa de somas extraordinárias para ser eleito.

Finalmente, visto de fora, parece-me que Brasília tem poder a mais, pelo que a implementação de um princípio da subsidiariedade nas relações Estados-União deveria ser reponderada, sem com isso afetar a necessária solidariedade econômica e financeira entre as regiões mais desenvolvidas e as outras.

Quanto ao “golpe”...

Concordo que há uma manipulação da figura do “*impeachment*” para, no fundo, alcançar um resultado semelhante a uma “moção de censura parlamentar”.

É verdade que a atuação deste Governo, nestas primeiras semanas, é um verdadeiro ataque reacionário, contra várias conquistas sociais.

Todavia, devo lembrar que Michel Temer também foi eleito e que o PMDB teve milhões de votos.... E que o procedimento (formal) da Constituição parece estar sempre cumprido.

Assim, tal como eu dizia aos amigos da direita que não bastava deitar o PT abaixo para que o Brasil caminhasse no sentido da Ordem, digo aos camaradas da esquerda que não basta acenar com a figura do “golpe” e da revolta para que seja reativado o Progresso.

É preciso encarar, com coragem, a total insanidade que é o regime eleitoral e político brasileiro; é preciso dar mais poder aos partidos e responsabilizá-los pelas suas alianças e acordos.

A verdadeira regeneração vem de pequenos passos concretos e realizáveis. Não de uma ‘metanoia’ transformadora...

Aqui deixei 5 ideias para o debate coletivo desse país-Continente maravilhoso que é o Brasil!

O ESFACELAMENTO DE UM PAÍS

Andreas Novy⁴⁸

Depois da votação unívoca na Câmara dos Deputados, prevê-se agora a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, presidenta do Brasil, no Senado. A presidenta ficará afastada do cargo até o término do processo. Tal decisão corresponde a um estado de espírito muito difundido na sociedade brasileira. Rousseff e o PT, partido governista, são responsabilizados pela atual crise econômica e política, à qual contribuíram substancialmente com uma política econômica neoliberal com simultânea manutenção dos programas sociais.

A OPOSIÇÃO VIOLA A CONSTITUIÇÃO

Ocorre que o Brasil tem um sistema presidencialista, que não permite ao parlamento a destituição de presidentes indesejados mediante o voto de desconfiança. Uma deposição somente é lícita se o presidente ou a presidenta cometem graves crimes de responsabilidade. Dilma Rousseff com certeza não se locupletou nem está envolvida no grande escândalo em torno da Petrobrás. Tampouco seu nome é citado no noticiário sobre os *Papéis do Panamá* - bem ao contrário de quase todos os seus adversários. Por isso o processo de *impeachment* baseia-se apenas na acusação de que o governo “maquiou balanços”, financiando provisoriamente os programas sociais

48 Andreas Novy é diretor do *Instituto for Multi-Level Governance and Development* na *Vienna University of Economics and Business*. Sua tese de livre-docência foi publicada em tradução brasileira sob o título “A des-ordem da periferia” pela Editora Vozes em 2002 e lançada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre do mesmo ano. Traduzido por Carlos Roberto Winckler (sociólogo) e Peter Naumann (intérprete de conferências); Andreas Novy é diretor do *Instituto for Multi-Level Governance and Development* na *Vienna University of Economics and Business*. Sua tese de livre-docência foi publicada em tradução brasileira sob o título “A des-ordem da periferia” pela Editora Vozes em 2002 e lançada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre do mesmo ano.

com realocações orçamentárias, pelas assim chamadas “pedaladas fiscais” - há décadas uma prática comum dos governos, aceita pelo Tribunal de Contas da União. Uma alteração retroativa dessa interpretação seria contrária ao direito.

Não obstante, a maioria folgada dos adversários da presidenta pôde se dar ao luxo de ignorar num primeiro momento a frágil base jurídica da acusação. No processo propriamente dito, que provavelmente será aberto em maio, presidirá o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Nessa fase, as maiorias por si só não bastarão para depor a presidenta. Juridicamente apoiado em pés de barro, o processo de *impeachment* durará meses e resultará em insegurança jurídica.

“NOVO VINHO EM ODRES VELHOS”

O vice-presidente Michel Temer provavelmente assumirá a presidência em início de maio. Seu substituto será Eduardo Cunha⁴⁹. Ambos foram eleitos em 2014: Temer na chapa vitoriosa encabeçada por Dilma Rousseff, Cunha como deputado federal. Ambos pertencem ao PMDB, partido presente em todos os governos dos últimos trinta anos. Na década de 1990, o PMDB apoiou uma política neoliberal, depois reformas sociais e agora um programa de choque neoliberal. Secundária, a ideologia. Importam os cargos e as sinecuras.

Uma das principais causas do resultado da votação dominical⁵⁰ foi o temor de muitos deputados diante do aprofundamento das investigações sobre a corrupção. 36 dos 38 deputados da comissão examinadora do pedido de *impeachment* na câmara, à frente deles o próprio presidente da casa, Eduardo Cunha, enfrentam processos judiciais. Cunha é acusado de ter transferido cinco milhões de dólares de propinas para contas na Suíça.

Por essa razão ele fará tudo para encerrar esses processos. Considerada a proximidade ideológica de muitos juízes e procuradores, tal estratégia é perfeitamente possível, embora não implementável sem a resistência de parte da magistratura. Se, de resto, as realocações orçamentárias do governo Rousseff-Temer efetivamente forem consideradas inconstitucionais no processo de *impeachment*, o vice-presidente deverá explicar que justamente nesses atos de ofício nunca representou a presidenta.

49 O presente texto foi publicado em 20 de abril de 2016 na versão *online* do jornal Wiener Zeitung, quando o deputado Eduardo Cunha ainda era Presidente da Câmara dos Deputados e sucessor constitucional do vice-presidente. [Nota dos Tradutores]

50 17 de abril de 2016. [Nota dos Tradutores]

Pouca autoridade assiste ao PT na crítica ao PMDB, durante anos seu parceiro mais estreito na coalizão governamental. Sirva uma breve evocação do passado para entender por que o PT se deixou enredar por esse modelo político. Getúlio Vargas e João Goulart, presidentes reformistas de esquerda, não conseguiram terminar seus mandatos - destino possível também de Dilma Rousseff. Vargas, o “pai dos pobres”, foi impelido ao suicídio em 1954. Goulart teve de exilar-se em 1964. Cabe citar aqui ainda o socialismo democrático no Chile, abandonado pelos partidos de centro, que terminou num sangrento golpe militar em 1973.

Luís Inácio Lula da Silva quis evitar isso e ganhou as eleições presidenciais de 2002 com o slogan “Paz e amor”. Nos anos subsequentes, a velha política, na qual o Congresso Nacional se assemelha hoje a um mercado persa de negociatas sem fim, foi utilizada para implementar um projeto social ambicioso, modernizar o país e fortalecer as suas instituições. Mais especificamente, a Polícia Federal e o Judiciário passaram a ter liberdade para combater também a corrupção “do andar de cima”.

Repentinamente florescentes, as investigações da corrupção deslegitimaram completamente esse modelo de modernização conservadora, que implementa uma política moderna por meio de um sistema político arcaico. Compreensivelmente, mas deveria estar claro também que a consequência previsível é a polarização e radicalização.

POLARIZAÇÃO E RADICALIZAÇÃO

Isso salta aos olhos no campo da direita. Pela primeira vez, os extremistas de direita têm em Jair Bolsonaro uma liderança influente nas ruas, no parlamento e provavelmente também nas urnas. No domingo passado ele dedicou seu voto ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável ao menos por 50 assassinatos e, nas palavras do próprio Bolsonaro, “o pavor de Dilma Rousseff”, torturada nas dependências do DOI-CODI chefiado por Ustra. Bolsonaro ainda comparou o processo em curso com o golpe militar de 1964. Num primeiro momento, ajudará a dar sustentação ao governo Temer, mas na primeira oportunidade radicalizará o seu discurso, em clara aliança com grupos antidemocráticos.

Assim a oposição a um eventual governo Temer de início terá como palco sobretudo as ruas. Há semanas ocorrem manifestações contra a tomada do poder pelo segmento mais corrupto do sistema político, capitaneado agora pelo PMDB. Muitas pessoas, que não têm a mínima simpatia pelo governo de Dilma Rousseff, começaram a organizar-se nas últimas semanas, especialmente os movimentos sociais, os artistas e intelectuais. Mas a maioria de mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras, que

saíram da pobreza e lograram atingir um patamar modesto de bem-estar nos últimos anos, remanesceu passiva.

Temer, porém, será obrigado a implementar um programa de choque neoliberal, mesmo ao preço da impopularidade. Terá nisso o apoio do empresariado e da mídia, que se empenharão em afirmar a inexistência de uma alternativa. Uma radicalização é inevitável, uma vez que ao menos um terço da população considera ilegal o governo Temer. Ocorre que a extrema direita hoje é forte, a polícia experiente na repressão do “inimigo interno” e o Judiciário acostumado à criminalização dos manifestantes. Por isso se teme que a violação da constituição, praticada no processo de *impeachment*, faça escola, pois golpe é todo e qualquer procedimento, no qual os donos do poder deformam o ordenamento jurídico de tal modo que o jogo das forças sociais sofre um deslocamento duradouro. Exemplos disso são a deposição do presidente José Manuel Zelaya em Honduras em 2009 e do presidente Fernando Lugo no Paraguai em 2011.

Há também cenários positivos? Um passo decisivo seria a reforma, mais que tardia, do sistema político. O financiamento privado dos partidos também deveria ser limitado, assim como o direito eleitoral quase personalista, que brindou o Brasil com um parlamento de 28 partidos. Mas é exatamente isso que a maioria do Congresso Nacional não quer. Assim é compreensível que um número crescente de brasileiros reivindique novas eleições - embora estas praticamente não poderiam limitar a compra de votos e o lobismo.

Não importa quão intoleráveis sejam as consequências da política reformista suave do ex-presidente Lula para a cultura política brasileira, tal política foi a forma da democracia liberal representativa à brasileira, na qual a democracia e a paz social durante algum tempo andaram de mãos dadas. Ainda está em aberto como essa união será assegurada no futuro. Ainda há pouco depositário de esperanças entre os BRICS, o Brasil depara-se com tempos turbulentos.

EXCEPCIONALIDADE POLÍTICA E NEOLIBERALISMO: EUROPA E BRASIL

Antonio Baylos⁵¹

Na Europa, desde o início da crise do Euro em 2010, se tem elaborado e aplicado uma série de políticas chamadas de “austeridade” coordenadas e dirigidas por um conglomerado de instituições políticas e financeiras que se situam fora da arquitetura estável e orgânica da União Europeia: a *Troika*. O principal efeito e o objetivo central destas políticas de austeridade tem sido o de dismantelar as garantias estatais e coletivas do direito do trabalho e reconfigurar em parâmetros meramente assistencialistas as estruturas da Seguridade Social, impedir os investimentos e o gasto social dos serviços públicos de ensino e saúde pública, entorpecer a atuação do Estado mediante a redução dos efetivos dos empregados públicos e de seus salários. A governança econômica se caracteriza, além disso, por um anti-sindicalismo próprio da ideologia neoliberal que o alimenta, degrada as garantias do trabalho como forma de dissolver o poder e a presença sindical, rompe a capacidade geral de representação do sindicato ao tentar entorpecer o direito de negociação coletiva e reduzir a taxa de cobertura da mesma, impede a capacidade de interlocução com o poder público e sepulta o diálogo social, além de reprimir a capacidade de pressão e de intimidação que o sindicalismo possui através principalmente da greve e do direito de manifestação pública. Grécia, Espanha, Portugal primeiro, logo Itália, Bélgica e agora França submergem-se nesse mesmo pântano. E a situação se prolonga também de modo idêntico no leste europeu.

Mas o mais significativo – e quizá no que menos se tem reparado – é que têm-se conseguido impor uma situação de exceção que justifica a emanação de normas de urgência sobre a base da excepcionalidade a qual derroga elementos essenciais dos direitos democráticos reconhecidos com de caráter fundamental nas respectivas constituições nacionais bem como em Tratados internacionais sobre direitos humanos que vinculam os Estados-membros e tornam ineficaz a Carta de Direitos Fundamentais da União

51 Professor Catedrático de Direito do Trabalho e Diretor do Centro Europeu e Latinoamericano para o Diálogo Social (CELDS) da Universidade de Castilla-La Mancha. Artigo elaborado a partir de dois “posts” no blog do autor, de 22 de março e 2 de maio de 2016). Tradução: Carol Proner e Marília Alves.

Européia. Esta situação de exceção não se materializa mediante um ato ou decisão do Estado que declara formalmente tal alteração substancial do sistema de direitos, mas se produz de maneira informal, pela via de fato, através da utilização dos canais institucionais ordinários – o uso exorbitante da legislação de urgência nas mãos do governo, a suspensão permanente dos mecanismos de participação democrática e do diálogo social com os sindicatos etc. – e se reforça midiaticamente o domínio tendencialmente completo da informação que conforma a opinião pública.

Se fosse possível sintetizar, caberia dizer que o modo de atuar das forças do privilégio econômico nesta crise tem sido o de degradar os mecanismos democráticos e sua ancoragem social mediante o emprego de uma situação de exceção permanente que os esvazia de conteúdo e anula sua eficácia ao mesmo tempo que os substitui por elementos de tipo autoritário e antissocial que se querem estabilizar como o novo quadro de referência político. A situação de exceção impede que funcionem os mecanismos garantidores da democracia e por consequência, força uma transição a um modelo neautoritário de relações trabalhistas que se quer afiançar de forma permanente, comprometendo neste novo horizonte de sentido às grandes forças políticas europeias, de centro direita e centro esquerda, que impulsionam e asseguram o chamado governo econômico europeu.

Este *modus operandi* é o que se está produzindo no Brasil de uma forma mais tosca e descarada. A teorização da situação desde a afirmação de que se criou um verdadeiro estado de exceção já a realizou lúcida e fundadamente Tarso Genro em um artigo – “Do direito e da exceção dentro do ajuste” – publicado no número 1 da *Revista de Derecho Social Latinoamérica*. O chamado *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff significa simplesmente a alteração dos resultados derivados da eleição por sufrágio universal dessa pessoa, recusando pela força os resultados da eleição.

Dilma Rousseff, portanto, não deveria ter vencido as eleições. Os brasileiros deveriam ter escolhido o candidato que liderava a coalizão de centro-direita. Este era o desígnio do poder econômico-financeiro no Brasil, que correspondia à necessidade de dar um giro político definitivo em todo o continente sul-americano e em especial nos dois grandes atores econômicos e políticos da zona, Argentina e Brasil. Na Argentina, em grande medida graças aos erros do kirchnerismo na seleção de candidatos e a conhecida patrimonialização do espaço público pelo peronismo, os prognósticos do conglomerado econômico-financeiro cumpriram-se e conseguiram a vitória de Macri e seu governo repleto de CEOs das correspondentes multinacionais. Na Venezuela, o sistema chavista encontra-se fortemente debilitado, em que pese o seu presidencialismo, ante a vitória de uma oposição eficientemente unida desde a extrema direita até uma parte da centro-esquerda, que lhe arrebatou o controle do parlamento. São bem conhecidas as dificuldades do governo democrático do Equador e a legitimidade de Evo Morales

na Bolívia se encontra muito deteriorada, depois da perda do referendo. No Chile, o programa de reformas de progresso de Bachelet se confronta a uma oposição pós-pinochetista que tem sólidos aliados no interior do bloco majoritário do governo e reproduz os esquemas básicos do neoliberalismo autoritário que se impôs em matéria econômica e social na transição à democracia. Peru se desloca até um possível cenário eleitoral no qual a sobra do fujimorismo e seu autoritarismo político e social é uma ameaça muito presente, e Colômbia, paradoxalmente, abre um espaço de debate político democrático interessante com a possível transição que leva consigo as conversas de paz e os esforços pela reinstalação dos combatentes em um tecido social lacerado pelo neoliberalismo, a privação de direitos sindicais e a guerra. Frente a esse panorama, somente o Uruguai, com a nova vitória da Frente Ampla e o Brasil, com a reeleição de Rousseff, expressavam o consenso majoritário dos cidadãos a respeito das políticas de progresso e de emancipação social em um contexto global especialmente contrário às mesmas.

Mas o Brasil é em si mesmo um continente e seu peso específico em matéria econômica e no contexto internacional, é algo decisivo. Sucede ademais que o modelo de desenvolvimento econômico e social que este país vinha construindo em dois períodos de presidência de Lula (2002-2010) e no primeiro quadriênio de Dilma (2010-2014), estava possivelmente esgotado, e a capacidade do PT gerar um novo desenho das políticas de reforma e de transformação social, se encontrava paralisada entre a divisão interna neste partido entre seus setores sociais-liberais e os que, ao contrário, mantinham de maneira mais inteligente a necessidade de dar um salto na estratégia de reforma. Esta paralisação interna do PT tem permitido, depois das últimas eleições, uma contra-ofensiva dos setores que haviam perdido as mesmas, de maneira que através de uma estratégia de mobilização social orientada midiaticamente, puderam recuperar não só a iniciativa política – obrigando o governo Dilma a concessões importantes em sua política econômica – senão a algo mais importante, a ablação desta maioria democrática conseguida mediante o peso dos votos das classes subalternas, no fim das contas superior numericamente. Um resultado que deveria ser revertido.

Este é o momento de excepcionalidade política que permitiria a recuperação do poder político e a implantação de um desenho econômico e social submetido às decisões diretas dos mercados financeiros que pudessem pôr em prática uma transição a um esquema neautoritário e liberal de forma decidida. Nesta situação, portanto, se subvertem os fundamentos democráticos e se “liberam” os aparatos estatais que podem comprometer mais diretamente a liberdade pessoal e a imagem pública sem passar pela luta política: o judiciário e a polícia.

A partir de um plano minuciosamente executado, o elemento central da acusação que permitiria a reversão do resultado democrático era a denúncia da corrupção do

PT – que já havia tido importantes precedentes em anos anteriores, quando Lula era o presidente –, a cumplicidade com os esquemas de corrupção por parte da presidência da república e, de maneira muito especial, a implicação do ex presidente Lula, questão fundamental já que é conhecido que a popularidade deste e sua capacidade de liderança impediria, caso se apresentasse como candidato nas próximas eleições, a vitória de um novo candidato conservador. De tal maneira que, através das investigações sobre os vínculos entre a grande companhia estatal de combustível, Petrobras, e uma série de dirigentes do PT em uma ampla operação de lavagem de dinheiro, surge a acusação explícita contra Lula de que possui uma cobertura espetacular em São Paulo como fruto ilícito de corrupção e subornos da companhia. A operação é dirigida pela atuação de um juiz de primeiro grau que a inicia em Curitiba (Paraná) e que em seus próprios autos se identifica com o sujeito providencial que pode acabar com Lula como nos Estados Unidos se acabou com Nixon no caso Watergate, e que desenvolve toda uma série de ações claramente vulneradoras das garantias que deve rodear a qualquer processo penal de imputação a uma pessoa, desde a condução forçada, mediante enorme dispersão policial, quando este podia perfeitamente comparecer voluntariamente, até a autorização das escutas telefônicas do ex-presidente com seus advogados e com a própria presidenta da República, violando flagrantemente a intimidade e a privacidade. Estas atuações penais, com a plena admissão do aparato policial, estão sendo retroalimentadas por uma impressionante campanha de opinião que leva a cabo o grupo midiático mais importante do país – O Globo – e que, por sua vez, mantém uma importante tensão mobilizadora mediante a convocação de atos de repulsa à corrupção e impressionantes manifestações onde já abertamente se pede não só a demissão – o *impeachment* – da Presidenta (tramitado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2015), mas também diretamente a declaração de um estado de exceção que seja gestionado pelas forças armadas e reverta a decisão democrática que elegeu Dilma Rousseff.

O desenho midiático-policial vem acompanhado pelas forças políticas de oposição, mas não o protagonizam, aparecendo como comparsas de uma operação da qual podem se beneficiar só cumprindo o papel de legitimar *a posteriori* o golpe branco que organiza e dirige o complexo econômico-financeiro brasileiro. A instabilidade política que normalmente se analisa como um elemento negativo para economia não parece importar agora, quando a instabilidade provém de uma ampla operação de desestabilização democrática. O clima de ódio entre os cidadãos – muito tingido por um preconceito de classe e de raça – forma parte desse desenho e dá por suposto que a resistência do PT e das classes populares pode ser quebrado. No entanto, as manifestações do 18 de março em todo o país – uma maré de cor vermelha frente a que ostentava as cores amarela e verde da bandeira nacional que distinguiam as efetuadas no dia 13 do mesmo

mês contra a presidenta Dilma e pelo processo do ex-presidente Lula e, mais em extenso, contra o próprio Partido dos Trabalhadores – puseram de forma manifesta que a maioria democrática tem ainda um forte arraigo das massas.

Mas o procedimento de destituição da Presidenta teve início em uma tumultuada sessão do Parlamento, o já internacionalmente célebre 17 de abril e que, pelas características específicas do arranjo pelos quais se desenvolveu, tem oferecido sérias dúvidas sobre sua própria validade e viabilidade do *impeachment* em termos democráticos. Visto de fora, essa sessão parlamentar resultou em uma ofensa democrática para um Estado como o brasileiro, que tem gozado de uma autoridade moral inegável na construção das estruturas que o regem. O absurdo carnavalesco que consiste na inculpação da presidenta por todos aqueles deputados que têm processos abertos por corrupção, começando pelo vil presidente da Câmara, unido às incompreensíveis afirmações de crenças religiosas expressadas com um fanatismo insólito, para não falar da orgulhosa reivindicação da tortura e da ditadura militar, causaram um dano enorme a imagem internacional da nação, a qual aparece deformada no espelho grotesco do fascismo social que estas intervenções põem de forma manifesta e que transformam o conjunto da sociedade.

O jogo não terminou. A situação de exceção está em marcha e vai avançando conforme um plano bem estabelecido. Está claro que o desenho desestabilizador é eficaz e está gerando um clima de enfrentamento civil extremamente forte o qual, no entanto, não se conhece em sua complexidade nem se explica pelos meios de comunicação de cobertura global, particularmente nem pelos meios espanhóis sempre propensos a reproduzir a visão de seus colegas brasileiros, e, portanto, a alimentar o projeto político que quer deslegitimar e reverter o resultado eleitoral que levou Dilma Rousseff à presidência da República. É certo que o Brasil não é Honduras – recordemos o golpe que retirou o presidente Zelaya do poder e o substituiu por governos fantoches que têm procedido à vulneração sistemática dos direitos humanos naquele país – mas o desenho de golpe branco – a destituição da Presidenta, sua substituição por outra autoridade do Estado e a tutela militar e policial desta reversão democrática – é muito semelhante. Quando a pressão midiática tem sido mais forte, em perfeita sincronia com a ação policial, se tem produzido numerosos ataques às sedes sindicais e do PT, cujos militantes estão em estado de alerta reunidos em assembleia e defendendo seus locais. É nos espaços institucionais onde de ventila agora os seguintes passos do combate. A destituição não deve ser permitida, e caso se produza, a dissolução das câmaras e a convocatória de novas eleições deveria ser o passo coerente com esta situação para que um processo eleitoral democrático possa recompor os fundamentos institucionais do sistema. Para que a situação de excepcionalidade política não consiga forçar a transição a um modelo autoritário e neoliberal desarticulando as resistências coletivas que se opõe a ele.

A COISA AÍ ESTÁ FEIA, PÁ...

António José Avelãs Nunes⁵²

1.

A corrupção é um mal endêmico, nestes tempos de capitalismo do crime sistêmico. E, no Brasil, segundo as notícias que vêm a público, ela compromete políticos de vários partidos. Eu não desculpo corruptos nem defendo que são ‘melhores’ os que se deixam corromper por pouco do aqueles que só se deixam corromper por muito. Mas a minha firme convicção é a de que, no caso brasileiro atual, o que move os ‘justiceiros’ (juízes e políticos) não é a vontade de combater a corrupção.

Fazendo fé no que diz a mídia, os que agora se apresentam como ‘justiceiros’ são mais corruptos e mais perigosos do que aqueles que eles pretendem ‘condenar’ por corrupção. Sabemos que o combate à corrupção sempre foi uma das bandeiras dos movimentos de extrema direita. O Brasil de hoje não foge à regra.

E não foge à regra também quanto a outro ponto: quase sempre, as grandes ações de propaganda contra a corrupção são organizadas e financiadas pelos corruptos de grande calibre e pelos meios de comunicação ao seu serviço e não visam a acabar com a corrupção, mas a esconder estes corruptos, que se querem fazer passar por pessoas acima de toda a suspeita. Ora, no Brasil, a campanha contra a Presidente Dilma foi sempre identificada como integrando a campanha contra a corrupção (nomeadamente no âmbito da Operação Lava Jato). No entanto, tanto quanto sei, ainda ninguém acusou a Presidente Dilma de corrupção, mas todo o mundo sabe que o ‘golpe’ para afastá-la do poder foi executado por deputados e senadores comprometidos com a grande corrupção (alguns implicados na Operação Lava Jato e em outros processos, vários deles já com acusação formulada).

52 Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra. Artigo escrito em 13 de junho de 2016.

Por razões que se prendem com estes processos, o ex-Presidente da Câmara dos Deputados acabou por ser afastado do cargo pelo STF, ficando por explicar a razão de tanta demora na tomada desta decisão, que poderia ter poupado a democracia brasileira à nódoa que representou o fato de ser ele a presidir à sessão da Câmara que abriu caminho ao processo de *impeachment*, depois de ter manobrado nos bastidores para conseguir os votos necessários para dar início ao processo no Senado.

2.

No que me diz respeito, suspeitei, desde o início, que a tentativa de afastar a Presidente da República escondia um plano que visava a conseguir um ‘resultado espetacular’, para depois ‘congelar’ a investigação da corrupção (na Petrobrás e em outros domínios) e impedir que voltassem à ribalta casos mais antigos que podem comprometer muita ‘gente de bem’. É verdade que, durante os governos liderados pelo PT, a corrupção não cessou e envolveu certamente alguns responsáveis do PT; mas, se não erro, também é verdade que, nunca como hoje, as autoridades competentes tiveram condições para investigar os casos de corrupção e levar os arguidos a julgamento. E isto pode estar a assustar muita gente que se julga acima da carne seca...

Por confissão de implicados de alto nível no golpe palaciano comandado por Eduardo Cunha, sabemos hoje, de ciência certa, que o afastamento da Presidente Dilma visava exatamente a acabar com a ‘sangria’ da investigação da Operação Lava Jato (os comentários gravados do ex-ministro Jucá e do ex-Ministro da Transparência, afastado por ser demasiado ‘opaco’, são inequívocos a este respeito).

Outras declarações destes senhores são ainda mais graves, porque pretendem associar à manobra anti-democrática contra a Presidente do Brasil altos comandos militares e mesmo Juízes do STF. Admito que não falem verdade. Mas então é necessário que as autoridades competentes chamem estes senhores à responsabilidade, como deveriam tê-lo feito relativamente ao Juiz Moro (que cometeu o crime de, à margem da lei, gravar conversas telefônicas da Presidente da República e autorizar a sua divulgação em momento ‘oportuno’ para os ‘golpistas’).

3.

Pelo que tenho lido e ouvido, não vejo que haja motivo sério para o *impeachment*. Mas a verdade é que não sei se o Senado vai ou não confirmar o afastamento da Presidente Dilma. Apesar de ser bastante crítico da sua governação (em especial das opções que tomou após a eleição para o 2º mandato), gostaria que tal não acontecesse,

por ser solidário com o voto dos 54 milhões de brasileiros que a elegeram e por recear que o seu afastamento definitivo possa abrir uma crise no País de consequências incalculáveis, no plano político, no plano social e no plano econômico. Quem semeia ventos só pode colher tempestades!

Como é próprio de um estado de direito democrático, todos os órgãos de soberania têm de exercer as suas competências no quadro da Constituição. A Câmara dos Deputados e o Senado brasileiros não constituem exceção, pelo que a sua deliberação nesta matéria não pode deixar de ser (diria que por maioria de razão) uma deliberação jurídico-constitucionalmente vinculada. Se assim não fosse, haveria o risco sério de que o processo de *impeachment* viesse a ser equiparado a uma moção de censura, sabendo nós que se trata de institutos completamente diferentes e que a confusão entre elas pode causar danos gravíssimos à estabilidade democrática da vida política no Brasil. Penso, por isso, que, em última instância, cabe ao STF (que exerce funções de Tribunal Constitucional) decidir da constitucionalidade ou inconstitucionalidade das deliberações tomadas, no âmbito do processo de *impeachment*, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

4.

O processo em curso no Brasil encerra perigos enormes para a democracia, com graves prejuízos para o Brasil, mas também para a América Latina e para todo o mundo, dada a importância do Brasil no contexto atual.

E estes perigos são hoje mais perceptíveis, à medida que vão ficando claros os objetivos do governo interino, questionáveis desde logo por ser muito duvidoso que um vice-presidente em exercício (que só ocupa o cargo porque a Presidente ganhou as eleições) tenha legitimidade para substituir o programa de governo da Presidente (que obteve o apoio da maioria dos brasileiros) por um programa que ninguém sufragou (e que, quero acreditar, a maioria dos brasileiros não sufragaria).

Os objetivos neoliberais (reacionários) deste ‘governo’ constam da Ponte para o Futuro, uma ‘ponte’ construída pelos Eduardo Cunha do PMDB, que é, em boa verdade, uma ponte para o passado (foi muito doloroso ouvir um deputado apoiante do *impeachment* glorificar ao torturadores da tempo da ditadura militar).

Esses objetivos foram anunciados nas patéticas declarações de voto proferidas por grande número de deputados na noite de 17 de abril, um *reality show* transmitido em direto pela TV para todo o mundo, para vergonha do povo brasileiro, para vergonha de todos os amigos do Brasil, para vergonha de todos os democratas (em primeiro lugar, dos democratas brasileiros).

Os objetivos deste ‘governo’ foram expostos pelo Ministro das Relações Exteriores, José Serra, em discurso proferido na tomada de posse ou pouco depois. No fundo, trata-se de destruir a atuação muito positiva no âmbito da política externa dos governos liderados pelo PT: fim do ‘protetorado’ exercido pelo FMI; reforço do entendimento, da cooperação e da solidariedade entre os povos da América Latina, enfrentando o Big Brother norte-americano (o caso da ALCA é um exemplo significativo); construção de um poder compensador à escala mundial, nomeadamente pela presença prestigiada no grupo dos BRICS; luta pela transferência de tecnologia entre países com diferentes níveis de desenvolvimento; defesa da paz e do desarmamento; intervenção no sentido da reforma e da democratização da ONU; defesa do ambiente; ação no sentido de trazer para o primeiro plano a luta contra a pobreza.

O que Serra deixou claro é que os interesses (internos e externos) que estão por detrás deste ‘governo’ querem retomar o caminho da submissão aos EUA, e da correspondente hostilidade aos regimes progressistas da América Latina.

Está hoje claro também que, se o povo lho permitir, os ‘amigos’ brasileiros do grande capital internacional se propõem privatizar a Petrobras (já fizeram o mesmo com a Vale do Rio Doce!), e os Correios, e as empresas públicas de eletricidade, e o Banco do Brasil, e o BNDES, e os recursos do pré-sal. E todos os setores estratégicos na ótica de um Brasil soberano e independente, capaz de se desenvolver autonomamente em benefício do seu povo.

5.

A democracia nunca é uma conquista definitiva: é uma flor delicada, que tem de ser cuidada todos os dias, com empenho e carinho.

A democracia brasileira vive hoje momentos muito difíceis, que exigem a intervenção organizada do povo, com estruturas capazes de fazer o diagnóstico correto da situação e de traçar os objetivos que assegurem uma solução democrática para os problemas da hora presente.

A luta de massas é um fator determinante para derrotar as manobras da direita, que quer ganhar o poder sem o ter ganho nas urnas. E, tanto quanto me é dado observar, o ‘governo Temer’ tem cada vez menos apoiantes, aumentando simultaneamente o número daqueles (com especial destaque para os jovens) que vão ganhando consciência política e se vão organizando nos movimentos de resistência popular.

Os partidos de esquerda, a começar pelo PT, têm o dever (o dever patriótico) de analisar à lupa a vida política destes últimos doze anos, sem esconder nada do que foi feito de positivo, mas sem deixar de reconhecer, abertamente, tudo aquilo que foi

negativo, tudo aquilo que foi mal feito. Fazer isto não é um sinal de fraqueza. É, em primeiro lugar, um sinal de honestidade política (não é fiável um político incapaz de reconhecer os erros próprios). É, em segundo lugar, a condição indispensável para se operarem as mudanças políticas necessárias (e muita coisa tem que mudar).

É tempo de resistência este nosso tempo. E, em tempo de resistência, é essencial a unidade de ação de todos os democratas, isto é, de todos os que querem um governo para o povo e, acima de tudo, um governo do povo. Só um governo profundamente ligado às grandes massas trabalhadoras pode ter força e autoridade democrática para realizar as profundas reformas de que o Brasil carece.

Em primeiro lugar, uma reforma que ponha de pé um estado moderno, liquidando o atual estado de *ancien régime* (verdadeiro estado feudal), ocupado e apropriado (em propriedade feudal geradora de rendas de tipo feudal) por uma elite que extrai dele, legalmente, privilégios insustentáveis e inadmissíveis.

Em segundo lugar, uma profunda reforma do sistema político (lei eleitoral, lei dos partidos...), no âmbito da qual é indispensável incluir a modificação do regime da comunicação social, cujo monopólio não pode constituir um ‘poder político’ mais forte do que o poder político democrático, legitimado pelo voto popular.

E também a reforma agrária, a valorização da escola pública, a reforma do sistema financeiro, que acabe de vez com os privilégios dos ‘investidores’ nos mercados financeiros e dos rentistas beneficiários das taxas de juro agiotas da dívida pública.

6.

Este texto é um simples gesto de solidariedade com o povo brasileiro e com todos os meus Amigos brasileiros, que lutam em defesa da democracia, contra a corrupção e contra todos os males que a enfraquecem.

É tempo de resistência, Amigos. É tempo de luta também. E não há tempo a perder, como ensina Geraldo Vandré, vítima dos torturadores da ditadura militar: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Porque – é o Chico Buarque que no-lo diz – “quem espera nunca alcança.”

MOTIVACIÓN DEL VOTO EN LA SENTENCIA DEL TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA LA DEMOCRACIA EN BRASIL⁵³

Alberto Filippi⁵⁴

Estimados colegas del jurado y amigos de la Secretaría Ejecutiva del Tribunal, del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra, del Frente Brasil Popular y del Frente Juristas para la Democracia.

Tiene usted toda la razón, estimado Presidente Tavares, argentinos y brasileros somos desde siempre hermanos de dos provincias de la patria grande, de la patria grande que espera mucho de todos nosotros, que estamos viviendo un momento histórico de gran dificultad. En el cual, a la suma de todos los problemas que tenemos se añade uno muy importante, que quiero subrayar dándole todo el relieve que tiene este Tribunal, este ejercicio de pedagogía colectiva, diría Paulo Freire, de “emancipación” y de “libertad”, que es el hacer memoria de nuestra historia. Debemos tener conciencia, personal y colectiva, del largo y dificultoso camino recorrido y garantizar el traspaso, el trasvase histórico entre los que tenemos los cabellos blancos y los que todavía tienen el futuro por delante, los jóvenes, tanto los que se encuentran aquí presentes como los que están en todas las calles de Brasil apoyando a la Presidenta Dilma.

Nosotros tenemos que juntar las fuerzas positivas de la crítica que aprendimos del pasado con una prefiguración histórica del futuro, que hay que vivirlo con fuerza sino no lo vamos a ver nunca, porque el futuro es hoy. Y el hoy del futuro comienza, como en su magnífica intervención de ayer dijo el colega Gerardo Prado, con una revisión y

53 Versión final de las palabras pronunciadas en la Sesión Plenaria del Tribunal, en el Teatro Oic Casa Grande, en Río de Janeiro el día 20 de Julio 2016.

54 Filósofo e historiador de la Universidad de Roma La Sapienza y de Camerino. Profesor en la Escuela del Servicio de Justicia del Ministerio Público de la Argentina y en la Universidad Nacional de Lanús. Sus últimos libros son *Constituciones, dictaduras y democracias. Los derechos y su configuración política*, IN-FOJUS, Buenos Aires 2015 y *Filosofía y Teoría Política. Norberto Bobbio y América Latina*, Hammurabi, editor, Buenos Aires 2016.

asunción histórica de dónde venimos: venimos de tradiciones antidemocráticas muy arraigadas y todavía fuertes, debido al poder secular del despotismo político y del despotismo económico, en nuestras sociedades y la colonialidad de nuestras culturas dominantes.

Tradiciones, respecto al menoscabo y a la violación de los derechos fundamentales, a las políticas, antiliberales y anti-igualitarias, elitistas y manipuladoras (como son los medios de comunicación de las corporaciones transnacionales), que se han encarnado, a lo largo y ancho de todo Occidente, desde Europa hasta el Pacífico americano, desde Europa hasta los países andinos, en sucesivas metamorfosis y epifanías en estos terribles años (después de la crisis de 2008) de “financiarización” planetaria, de despotismo de los mercados y de privatización de los bienes comunes. Efecto antidemocrático de las economías, las cuales a pesar de que con desvergonzada ironía se (auto) definen como “neo-liberales”, no hacen sino negar mundialmente derechos de libertad y de igualdad a los individuos y a los pueblos. Alarmados observamos todos los días cómo tanta más libertad, indiscriminada y concentrada, tienen los poderes económicos en el control monopólico de los mercados globales, tanto más se convierte en falta de libertad para los ciudadanos, porque los jurídicamente menos poderosos, no logran defender los derechos fundamentales, relegados a la siempre más cómplice e impotente “protección” de los Estados.

Retomando las palabras del colega Prado, respecto a la ambigüedad de las constituciones en el caso de Brasil, venimos de la constitución de 1824, 1891, 1934 y de 1946 y, más en general, venimos de grandes luchas para, precisamente, constitucionalizar los derechos y el concepto mismo, formal y sustancial de la democracia, que ha costado mártires y esfuerzos infinitos a nuestros pueblos. Pero como decía, con sarcástico descaro en 1935 el general citado por Prado, para combatir a los comunistas y a las clases trabajadoras, había que comenzar resolviendo un problema: “ese problema se llama Constitución”, porque el uso instrumental de la “farsa jurídica” de las constituciones puede ser muy conveniente, aunque no es nada necesaria para la antidemocracia autoritaria.

Entonces, la ardua tarea de emitir un juicio en este Tribunal, la mía como jurado, y la de todos mis colegas, es tratar de entender desde vertientes diferentes, desde puntos de vista distintos, algo que es fundamental, y es que la *democracia constitucional* es una construcción histórica. La democracia no es una fórmula, las constituciones son momentos históricos en los cuales algunos paradigmas jurídicos se escriben y los pueblos lo establecen como reglas, la regla de la democracia es su progresiva extensión, con las relativas garantías de aplicación, la utopía concreta de verificarla con la posibilidad de extenderla y no de aceptar que sea restringida.

No seamos desprevenidos, quienes conocemos la experiencia institucional de Nuestra América sabemos bien los límites que el presidencialismo oligárquico latinoamericano ha manifestado a lo largo de nuestra historia bicentenaria, que ha evidenciado como la democracia, el ejercicio conjunto de la libertad y de la justicia de la igualdad no siempre fueron posibles por la acción dominante de “presidentes fuertes”, militares o civiles.

Sin embargo, vaya paradoja, aquí y ahora no estamos asistiendo a una crítica del presidencialismo como institución. Este pseudoproceso mediático-político es un ataque directo a las políticas progresistas, sociales y culturales, para cuya realización y consolidación había ganado las elecciones de 2015 la compañera Rousseff. Es evidente la maniobra de retroguardia, reaccionaria, que significa el *impeachment* iniciado por las autoridades del parlamento brasileiro con el fin de interrumpir un proceso histórico que se había confirmado electoralmente en las últimas elecciones.

Yo estaba en Florianópolis en octubre del año pasado, la noche de la victoria de la Presidenta Dilma, participando de un Congreso Internacional sobre Derechos Humanos organizado por Paulo Abrão, Presidente de la Comisión de Amnistía, y el Instituto de Pesquisas, cuando fui testigo de la grosera indignación de la derecha derrotada, porque habían perdido las elecciones presidenciales; y esa misma noche del día 26 salieron a las calles gritando contra la recién electa Presidenta: “vamos a impedir que gobierne”. Desde ese momento hemos presenciado una aplicación aterrizante del fundamentalismo político, alimentado sistemáticamente por las corporaciones mediáticas y la “telepolítica”.

Entonces, ¿qué debe decir y decidir este Tribunal? Por lo menos, mi voto es a favor de la democracia, de no interrumpir este proceso histórico: que la Presidenta termine el período para el cual ha sido votada, que se respeten los derechos precisamente constitucionales de los que la votaron. Nosotros en los años sesenta y setenta vivimos la tragedia denunciada por los Tribunales Russell, el segundo, de manera especial, que se hizo sobre Brasil y sobre Chile, porque se interrumpió *manu militari* el proceso histórico de difícil crecimiento que estaba viviendo Brasil en ese momento, y aún más avanzado el progreso de los derechos sociales que estaba viviendo Chile.

Nosotros debemos conservar el orden constitucional y poner mano, en ocasión de esta gran dificultad que estamos viviendo, a un proceso constituyente-instituyente que mejore nuestras fórmulas constitucionales de implante decimonónico, de implante viejo, que no entienden ni las razones de los movimientos sociales, ni las nuevas exigencias de los nuevos derechos de segunda, tercera o cuarta generación, como diría Bobbio, quien también siempre nos alertó acerca de las “promesas incumplidas de la democracia”.

Desde Chile a Perú, desde Colombia a Uruguay, en diferentes contextos históricos, nos encontramos frente a un proceso que, al igual que el profesor Raúl Zaffaroni, denomino de “*refundación institucional*”, para la extensión y profundización de la democracia participativa y de la afirmación indivisible de sus garantías para los pueblos y los individuos, que son los sujetos mismos de los derechos. Por ende, este proceso constituyente, y la lucha que estamos llevando a cabo para la continuidad constitucional de Brasil, hay que inscribirlo en un proceso instituyente-constituyente nuevo que refuerce las capacidades democráticas jurídico-políticas de las instituciones de base, de los movimientos sociales, de las universidades, de los sindicatos y de la sociedad civil.

Porque esta lucha entre “sociedad civil” y Estado, para lograr un Estado que entienda y defienda las exigencias de la sociedad civil, es una lucha por una hegemonía cultural democrática. Hegemonía cultural democrática, que en el entendimiento de Gramsci nos asigna a los intelectuales (juristas o militantes sociales por los derechos) un papel esencial, que debemos ejercer con paciente constancia, como “pedagogía de los vulnerables”, como diría Freire, en la práctica cotidiana para la liberación.

Prácticas institucionales desde abajo, personales y colectivas, que deben guiar –como la acción de este Tribunal nos demuestra y enseña– la conciencia política del pueblo brasileiro, que debe guiar y acompañar a todos los pueblos de las provincias Iberoamericanas en los años difíciles que nos esperan.

También quiero hacer un recuerdo de agradecido respeto a Jean Paul Sartre, a Bertrand Russell, a Lelio Basso, los fundadores de los Tribunales de Opinión en Europa, con la diferencia, señor Presidente Tavares, que ahora no estamos en Estocolmo, en Copenhague, en Bruselas o en Roma. Medio siglo de combates por la democracia han permitido que ustedes, con gran coraje y fecunda inteligencia, hayan organizado este Tribunal aquí, en la propia casa brasileira, como momento esencial y formador de conciencia jurídico-política autónoma pero internacionalista, consciente de los límites del sádico egoísmo que está dominando negativamente al mundo actual, y de la necesidad de relanzar una concepción comunitaria, solidaria y democrática de las instituciones y de su renovación.

Cuenten colegas, amigos del jurado y todos los militantes aquí presentes en esta jornada tan especial y emocionante para mí, con todo mi compromiso, tanto hoy como después que termine el Tribunal y también en los meses próximos, para seguir trabajando por la democracia indivisible de nuestros pueblos.

A IMPLOÇÃO DA “NOVA REPÚBLICA” BRASILEIRA

Armelle Enders⁵⁵

Após a votação do Senado Federal da admissibilidade do processo de *impeachment*, a presidenta Dilma Rousseff foi suspensa de suas funções por seis meses. A presidenta, já destituída de poder há vários meses, é “carta fora do baralho”, nas suas próprias palavras.

Até o momento, a crise política brasileira, longe de ser regradada, é devastadora para todas as instituições e toda a classe política. Ela atinge os fundamentos da democracia e alarga o fosso entre os dois campos que dividem o país. Em todo caso ela marca uma virada na história da “nova república”, nascida com a devolução do poder aos civis e com a elaboração da Constituição de 1988.

TEVE GOLPE

Pouco importam as discussões bizantinas sobre a qualificação precisa dos acontecimentos políticos que se desenrolam no Brasil e do afastamento da presidenta Dilma Rousseff e, com ela, do Partido dos Trabalhadores. Para, grosso modo, uma das metades de cidadãos brasileiros, o que se passa é vivido como um golpe de estado e assim passará à posteridade.

A tomada do poder por Michel Temer e seu partido, o PMDB, tão intrinsecamente ligado à corrupção sistêmica, suscita entre eles uma mistura de desgosto, vergonha e raiva. Os autores de um golpe de estado raramente se orgulham dele. Eles preferem disfarçar o seu malfeito com eufemismos, com aparência mais gloriosa e com tergiversações.

55 Armelle Enders é professora associada de história contemporânea na Universidade Paris-Sorbonne. Artigo escrito em 13 de maio de 2016. Tradução: Katarina Peixoto, com revisão de Armelle Enders. Original foi publicado no The Conversation, neste link: <https://theconversation.com/limplosion-de-la-nouvelle-republique-bresilienne-59360>

Assim, em 1964, os militares e seus comparsas civis alegavam, ao depor o presidente João Goulart, levar a cabo uma “Revolução” para salvar a democracia ameaçada pela “subversão” e – já naquela época – a corrupção. Em 2016, a fábula da “jovem democracia” que chegou à maturidade, que se conforma às reivindicações de uma população melhor formada e mais exigente frente aos seus governantes, que respeita escrupulosamente sua constituição e cassa seus dirigentes corrompidos e ou incompetentes segundo o direito, desmanchou-se diante do currículo dos principais beneficiários pela palavra “fraude” - um dos sentidos da palavra “golpe” em português.

A maior parte dos deputados e senadores, chamados respectivamente em 17 de abril e 11 de maio a se pronunciarem sobre a saída da presidenta, desinteressaram-se pelo motivo exato da acusação – a maquiagem das contas públicas para esconder a extensão do déficit público e facilitar a sua reeleição – e se mantiveram fora do assunto, atacando o conjunto do governo ou se dedicando a manifestações surrealistas.

Uma pequena minoria da representação nacional evocou a desproporção entre a conduta reprovada da presidenta e a sanção imputada, que desestabiliza as instituições do país. “É como se aplicasse a pena de morte uma infração de trânsito”, reclamou uma senadora do PT.

UM JOGO DE MASSACRE INSTITUCIONAL

Para os observadores estrangeiros, a ligeireza com que o impedimento da presidenta da República – uma verdadeira bomba atômica num regime presidencialista – é minimizada não deixa de estarreecer. Se todos os dirigentes impopulares ou julgados incompetentes nas democracias modernas forem destituídos, poucos terminariam o mandato que lhes foi concedido pelo sufrágio universal.

Independentemente do juízo que se possa fazer sobre a política ou a personalidade da presidenta afastada, sua destituição enfraquece duramente, senão irremediavelmente, a função. A vice-presidência, manchada pela falta de lealdade de Michel Temer, que conspira, há pelo menos um ano, contra a titular mandatária, não está em melhor situação. O Congresso Nacional, cuja venalidade é proverbial, ridicularizou-se repetidas vezes.

Até o Supremo Tribunal Federal se mostrou incoerente e parcial e falhou na missão de defender a democracia brasileira. Levou mais de três meses para suspender o presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), de suas funções, investigado por corrupção, lavagem de dinheiro e obstrução da Justiça, e sem o qual não teria havido procedimento de destituição...

Os grandes grupos de imprensa, TV Globo à frente, conduziram uma campanha desavergonhada contra a presidente e contra o PT e perderam o que lhes restava de credibilidade, segundo uma parte da opinião pública que lhes conspira sem trégua. A justiça federal continua a multiplicar as investigações e as acusações de personalidades do primeiro plano do poder. Em resumo, a “Nova República” não é senão uma ruína, da qual, paradoxalmente, emergem práticas políticas mais bem ancoradas e desacreditadas.

O ASSALTO AO PODER FEDERAL

Michel Temer, que provavelmente invocará a saúde da pátria e a situação econômica catastrófica do Brasil para se justificar, começa seu governo interino com uma desonra da qual será difícil sair. O vice-presidente é visto como um traidor pelos que consideram o *impeachment* um golpe de estado. Até 2018, se ele resistir até lá, não é somente sua política que será questionada, mas sua legitimidade.

As lamentáveis negociações que ele conduziu para compor seu governo mostram que o Planalto será, mais do que nunca, submetido às pressões do Congresso, mais precisamente ainda, da miríade dos pequenos partidos que negociam seu apoio. Esse sistema, velho como a República no Brasil, é apelidado de “fisiologismo”: é “fisiologismo” a troca de sustentação política como contrapartida das liberalidades – lícitas ou ilícitas – que articulam as relações entre o governo e os partidos, o executivo e o legislativo, o nível federal e o dos estados.

O “fisiologismo”, verdadeira coluna vertebral da corrupção sistêmica, é evidentemente desprovido de qualquer conteúdo ideológico e é notável por sua compatibilidade com todas as sensibilidades. O campeão de “fisiologismo” é precisamente o PMDB de Michel Temer, o partido que tem mais eleitos, domina a Câmara e o Senado, e figura em todas as maiorias há 30 anos.

UM GOVERNO DÉJÀ VU

Depois de ter prometido um governo rigoroso e formado por “técnicos” nomeados segundo sua competência e não por indicação política, Temer teve de voltar à razão e retribuir aos seus novos e velhos amigos diversos ministérios e mais de 10 000 cargos comissionados na administração federal após a saída do PT.

Chegou-se até mesmo a cogitar a nomeação de um dos aliados no ministério da Ciência e Tecnologia que pertence a uma igreja evangélica e defende o ensino do criacionismo! O governo tem uma carga de continuidade e conservadorismo: os

ministros são velhos oportunistas que, na melhor tradição fisiológica, participaram de todos os governos anteriores, de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff, passando pelos de Lula.

Até agora, nenhuma mulher participa do governo, inteiramente composto por homens, brancos, septuagenários em média. É verdade que a revista *Veja* recentemente celebrou a esposa de Michel Temer, 42 anos mais jovem que ele, de “bela, recatada e do lar” - claramente o inverso de Dilma Rousseff. Não se poderia exprimir mais simbolicamente uma certa concepção da sociedade brasileira.

É provável que os movimentos sociais se mobilizem nos próximos dias para obter eleições antecipadas e confiar a última palavra ao povo soberano. Michel Temer, que tem somente 8% de sustentação entre os brasileiros, na semana passada, e que não soma como presidente interino mais que 3% de intenção de voto, afastou essa hipótese: uma tal eventualidade não está prevista na Constituição. Recorrer aos eleitores, disse esse jurista de reputação, seria um verdadeiro... golpe de Estado.

SALTO AL PODER EN BRASIL

Atilio A. Boron⁵⁶

Una pandilla de bandidos tomó por asalto la presidencia de Brasil. La integran tres actores principales: por un lado, un elevado número de parlamentarios (recordar que sobre unas dos terceras partes de ellos pesan gravísimas acusaciones de corrupción), la mayoría de los cuales llegó al Congreso producto de una absurda legislación electoral que permite que un candidato que obtenga apenas unos pocos centenares de votos acceda a una banca gracias a la perversa magia del “cociente electoral”. Tales eminentes naderías pudieron destituir provisoriamente a quien llegara al Palacio del Planalto con el aval de 54 millones de votos. Segundo, un poder judicial igualmente sospechado por su connivencia con la corruptela generalizada del sistema político y repudiado por amplias franjas de la población del Brasil. Pero es un poder del estado herméticamente sellado a cualquier clase de contraloría democrática o popular, profundamente oligárquico en su cosmovisión y visceralmente opuesto a cualquier alternativa política que se proponga construir un país más justo e igualitario. Para colmo, al igual que los legisladores, esos jueces y fiscales han venido siendo entrenados a lo largo de casi dos décadas por sus pares estadounidenses en cursos supuestamente técnicos pero que, como es bien sabido, tienen invariablemente un trasfondo político que no requiere de mucho esfuerzo para imaginar sus contornos ideológicos. El tercer protagonista de esta gigantesca estafa a la soberanía popular son los principales medios de comunicación del Brasil, cuya vocación golpista y ethos profundamente reaccionario son ampliamente conocidos porque han militado desde siempre en contra de cualquier proyecto de cambio en uno de los países más injustos del planeta. Al separar a Dilma Rousseff de su cargo (por un plazo máximo de 180 días en el cual el Senado deberá decidir por una mayoría de dos tercios si la acusación en contra

56 Atilio Boron é politólogo e sociólogo argentino. Artigo originalmente publicado em Página12, dia 13 de maio de 2016: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-299236-2016-05-13.html>.

de la presidenta se ratifica o no) el interinato presidencial recayó sobre un oscuro y mediocre político, un ex aliado del PT convertido en un conspicuo conspirador y, finalmente, infame traidor: Michel Temer. Desgraciadamente, todo hace suponer que en poco tiempo más el Senado convertirá la suspensión temporal en destitución definitiva de la presidenta porque en la votación que la apartó de su cargo los conspiradores obtuvieron 55 votos, uno más de los exigidos para destituirlo. Y eso será así pese a que, como Dilma lo reconociera al ser notificada de la decisión senatorial, pudo haber cometido errores pero jamás crímenes. Su límpido historial en esa materia resplandece cuando se lo contrasta con los prontuarios delictivos de sus censores, torvos personajes prefigurados en la Opera del Malandro de Chico Buarque cuando se burlaba del “malandro oficial, el candidato a malandro federal, y el malandro con contrato, con corbata y capital”. Ese malandraje hoy gobierna Brasil.

La confabulación de la derecha brasileña contó con el apoyo de Washington –¡imaginen cómo habría reaccionado la Casa Blanca si algo semejante se hubiera tramado en contra de alguno de sus peones en la región!– En su momento Barack Obama envió como embajadora en Brasil a Liliana Ayalde, una experta en promover “golpes blandos” porque antes de asumir su cargo en Brasilia, en el cual se sigue desempeñando, seguramente que de pura casualidad había sido embajadora en Paraguay, en vísperas del derrocamiento “institucional” de Fernando Lugo. Pero el imperio no es omnipotente, y para viabilizar la conspiración reaccionaria en Brasil suscitó la complicidad de varios gobiernos de la región, como el argentino, que definió el ataque que sus amigos brasileños estaban perpetrando en contra de la democracia como un rutinario ejercicio parlamentario y nada más.

En suma, lo ocurrido en Brasil es un durísimo ataque encaminado no sólo a destituir a Dilma sino también a derrocar a un partido, el PT, que no pudo ser derrotado en las urnas, y a abrir las puertas para un procesamiento del ex presidente Lula da Silva que impida su postulación en la próxima elección presidencial. En otros términos, el mensaje que los “malandros” enviaron al pueblo brasileño fue rotundo:

¡No se les vuelva a ocurrir votar a al PT o a una fuerza política como el PT!, porque aunque ustedes prevalezcan en las urnas nosotros lo hacemos en el congreso, la judicatura y en los medios, y nuestro poderío combinado puede mucho más que sus millones de votos.

Grave retroceso para toda América latina, que se suma al ya experimentado en la Argentina y que obliga a repensar que fue lo que ocurrió, o preguntarnos, en línea con el célebre consejo de Simón Rodríguez, dónde fue que erramos y por qué no inventamos, o inventamos mal. En tiempos oscuros como los que estamos viviendo: guerra frontal contra el gobierno bolivariano en Venezuela, insidiosas campañas de prensa

en contra de Evo y Correa, retroceso político en Argentina, conspiración fraudulenta en el Brasil, en tiempos como esos, decíamos, lo peor que podría ocurrir sería que rehusáramos a realizar una profunda autocrítica que impidiera recaer en los mismos desaciertos. En el caso del Brasil uno de ellos, tal vez el más grave, fue la desmovilización del PT y la desarticulación del movimiento popular que comenzó en los primeros tramos del gobierno de Lula y que, años después, dejaría a Dilma indefensa ante el ataque del malandraje político. El otro, íntimamente vinculado al anterior, fue creer que se podía cambiar Brasil sólo desde los despachos oficiales y sin el respaldo activo, consciente y organizado del campo popular. Si las tentativas golpistas ensayadas en Venezuela (2002), Bolivia (2008) y Ecuador (2010) fueron repelidas fue porque en esos países no se cayó en la ilusión institucionalista que, desgraciadamente, se apoderó del gobierno del PT desde sus primeros años. Tercer error: haber desalentado el debate y la crítica al interior del partido y del gobierno, apañando en cambio un consignismo facilista que obstruía la visión de los desaciertos e impedía corregirlos antes de que, como se comprobó ahora, el daño fuera irreparable. Por algo Maquiavelo decía que uno de los peores enemigos de la estabilidad de los gobernantes era el nefasto rol de sus consejeros y asesores, siempre dispuestos a adularlos y, por eso mismo, absolutamente incapaces para alertar de los peligros y acechanzas que aguardaban a lo largo del camino. Ojalá que los traumáticos eventos que se produjeron en Brasil en estos días nos sirvan para aprender estas lecciones.

FROM HONDURAS TO BRAZIL, THE COUPS MUST BE STOPPED!

Azadeh N. Shahshahani

On July 19th and 20th, I served as a juror for the International Tribunal for Democracy in Brazil held in Rio de Janeiro. The tribunal was organized by Via Campesina International, the Brazil Popular Front, and Brazilian Jurists Front for Democracy and was supported by several academic and grassroots organizations, such as the Landless Workers Movement – MST.

The tribunal was modeled off the Russell Tribunal, also known as the International War Crimes Tribunal, that put U.S. foreign policy and military intervention in Vietnam on trial in the 1960's.

The social movements in Brazil invited myself and eight other jurors from various European and Latin American countries in order to analyze and render a judgement on what they described as a “break in the democratic process” and “a new type of coup.”

The tribunal was tasked with examining the impeachment against President Rousseff which was unleashed in the Chamber of Deputies. On April 17, 2016 the anti-Rousseff forces secured the 2/3 vote necessary to begin the impeachment process, to be followed by a vote in the Senate whether to proceed to a trial (simple majority) and then a Senate trial which requires a 2/3 vote to remove President Rousseff from office.

As required by the process, each deputy is required to state his or her reason for their vote for or against impeachment. Only about seven percent of the deputies voting for impeachment gave as their reason the “crimes” for which President Rousseff was being impeached as the basis for their vote.

Later in August, the Senate is set to hold a final vote on whether to permanently remove Rousseff from office and install former Vice President Temer until the 2018 election.

The official reason for impeachment, that President Rousseff moved funds from a federal bank to cover cash flow shortfalls in government programs (all the funds were

repaid to the federal bank), is a practice that Brazilian presidents have used in the past and is not a crime. President Rousseff has not been accused of any personal enrichment or being connected with the widespread political corruption stemming from massive payoffs and kickbacks from Petrobras, the Brazilian national oil company.

The process of impeachment of the head of state in the presidential structure, unlike a vote of “no confidence” in the parliamentary system, should require the indisputable evidence of the commission of a crime by the President. The relevant crimes for a process of impeachment in Brazil are provided in Article 85 of the Constitution and typified in Law No. 1079 of 10 April 1950. As is clear from the wording of the Constitution, impeachable offenses are serious administrative offenses, committed intentionally against legal interests directly linked to the structure of the Constitution and, consequently, the Brazilian state. Law No. 1079 does not include budgetary accounting errors or funding shortfalls as impeachable crimes.

A recent report by the Public Prosecutor’s office in fact found that Rousseff is not guilty of any crime.

In contrast, many of the pro-coup deputies are accused of, or under indictment for, political corruption which has engulfed about 60% of the members of the lower house. Michael Temer is accused of accepting \$1.5 million in bribes from a construction company doing business with Petrobras.

Eduardo Cunha, an evangelical Christian and the president of the Chamber of Deputies, is also tainted with scandal. As sub-secretary of housing in the State of Rio de Janeiro, Cunha was forced to resign over bidding irregularities in construction contracts. Now, Cunha is accused of stashing \$40 million in bribes and kickbacks in Swiss bank accounts.

A series of leaked wiretap recordings have also revealed that some of Rousseff’s main rivals conspired with the Supreme Court to oust the sitting president and stall the corruption investigations.

In the proceedings for the tribunal, several witnesses were called for both sides. One witness, Professor Marcia Tiburi, described the misogynist attacks on the person of President Rousseff including various sexist depictions of her and pronouncements by rightwing lawmakers implicitly condoning the rape that she suffered when she was captured and tortured in the early 1970s as a leftist guerrilla.

Based on the extensive evidence we were provided with, I announced my judgement that what is happening in Brazil is a reprehensible conspiracy against democracy. Impeachment is being used for partisan purposes to dispose of a democratically-elected leftist president. The impeachment proceedings must end immediately.

This coup attempt is nothing more than Brazil's elite seeking to regain power through non-elective means in order to restore their power and re-implement the neoliberal agenda in Brazil. Rather, those who engineered this coup against President Rousseff and are guilty of massive corruption and grave crimes against the Brazilian people must be held to account.

Our panel of international jurists also unanimously found that the removal of Rousseff from office "violates all the principles of the democratic process and Brazilian constitutional order."

The democratic electoral process must be respected. As one witness reminded us, whether a democratically-elected president can continue her term should not depend on whether the majority in Congress are members of her party or not. President Rousseff was elected to her second term as president in October 2014. Impeachment is an affront to the 54 million Brazilians who voted for her.

As witnesses testified, allowing this coup to succeed will be disastrous as the interim government has already demonstrated in a program that can only be described as misogynist, racist, and capitalist. Gender equity, socioeconomic justice, racial justice, and basic principles of human dignity will be thrown under the bus.

Installed "interim" president Michel Temer and his all-white-male cabinet has swiftly moved to lay out a series of neoliberal policies and cut social programs championed by Rousseff and her Workers' Party.

The US government's stance on the coup, effectively supporting it, must also be condemned. This is similar to its position on Paraguay and Honduras when similarly process-based coups overthrew democratically-elected governments that were acting against the neoliberal interests of the US government.

The world witnessed what transpired in Honduras where the militarized brutality of the regime drove many to flee for their lives and seek refuge in the US. Several activists have been murdered, including Berta Caceres.

I was in Honduras in 2013 and met with Berta Caceres who was living underground even at that time and was on a death list because of her work. This indigenous and environmental rights activist was murdered by forces allied with the regime at least one of whom was trained in the US. Several other members of her group have since similarly been murdered.

Our delegation in 2013 documented massive electoral fraud and intimidation during the elections. However, in what can only be described as a comic statement, the US Ambassador at the time called the elections "a festival of democracy."

In his closing remarks, the tribunal prosecutor Professor Geraldo Prado stated that we as the panel of jurors may not be familiar with the legal system of Brazil and

the laws on banking for example, but some of us may be familiar with coups in our respective countries.

In fact, as an Iranian-American, I am very familiar with the impact of the 1953 CIA-engineered coup in Iran which toppled the democratically-elected Mohammad Mossadegh because he dared to nationalize Iranian oil. As a result, the Iranian people to this day have not experienced true democracy.

We must act now in support of social justice movements in Brazil to ensure that the coup in Brazil will be defeated. As was stated several times during the tribunal, the impact of this coup would not be limited to Brazil but would reverberate across Latin America and beyond.

¿IMPEACHMENT O GOLPE?

Baltasar Garzon Real⁵⁷

El 12 de mayo fue un día de recuerdo, un *déjà vu* impuesto por 55 veces, con cada voto en el Senado de Brasil que empujaba a la Presidenta Rousseff al “*abandono provisional*” de su cargo y abría un plazo de 180 días como máximo para la fase final del proceso de *impeachment* que había comenzado meses antes. Era la “crónica de una muerte anunciada” en palabras de Gabriel García Márquez. Ese día estaba en Brasilia participando en la Universidad en un encuentro con estudiantes y profesores sobre el proceso consumado horas antes en el Senado de la Republica. Lo que parecía inverosímil, se había producido. Un nuevo golpe de estado blando pero con unas consecuencias durísimas. Y me trasladaba a un mes antes en que dirigí mis preocupaciones a los brasileños por situación bajo el título “Ética Política y Justicia en Brasil” (Libro *Resistência ao Golpe de 2016*, Editora Praxis, 2016). Entonces transmití el dolor y desasosiego por un intento torticero de utilización de las instituciones democráticas para afectar el normal desarrollo de la política. Dolor y desasosiego que respondían a una preocupación cierta y fundada por los millones de brasileños y brasileñas que habían salido de la pobreza gracias a la acción responsable de Lula da Silva y Dilma Rousseff. Al igual que en ese momento y al igual que en otros lugares del mundo, y ciertamente de Latinoamérica, la economía se muestra como un juego de suma cero en el que para que la mayoría de la población mejore en sus condiciones de vida, algunos tienen que perder, y a nadie le gusta perder (aunque en términos relativos su cambio sea insustancial) y otros pocos ganan sin necesidad de que se produzca esa ganancia, que en todo caso es injusta.

55 senadores votaron a favor de iniciar el proceso de *impeachment* y 22 lo hicieron en contra. El Senado brasileño, consumaba así uno de los mayores ataques a la democracia, al apartar provisionalmente de la Presidencia a su titular Dilma Rousseff. Ha sido un proceso rápido, formalmente correcto con las previsiones normativas que

57 Jurista, magistrado e abogado español.

preside la Constitución. Sin embargo, la formalidad por sí misma no solo es insuficiente, sino que también ha de evitarse su ensalzamiento pues nos lleva al peligro de obviar la sustancia, el contenido, que no es sino lo que justifica en último término su existencia. Al continente le ha faltado el contenido. La apariencia ha sustituido a la sustancia y el golpe institucional se ha producido. El resultado final, si el pueblo no lo remedia, esta preconstituido. La voluntad de quienes se dicen sus responsables esta deslegitimada por la ominosa acción desplegada.

La aceptación y promoción de la inicial solicitud de 37 congresistas, en 2011, una de decenas, por parte del Presidente del Congreso, Eduardo Cunha, contaminado por procesos de corrupción, ocurría pocas horas después de que miembros del Partido de los Trabajadores aprobaran su sometimiento a una comisión de Ética. Actualmente se encuentra apartado de su cargo por decisión del Tribunal Supremo a petición del Fiscal General de la República, que a principio de año estimaba que Eduardo Cunha se escondía tras su cargo para escapar de las investigaciones de corrupción. Y es que el proceso político contra la Presidenta Rousseff se enmarca en una situación de corrupción extensiva y extendida de la política brasileña, en la que muy probablemente nunca se verá implicada aunque ha pagado, de momento, las consecuencias de la inacción contra dicha lacra.

Es necesario una breve parada en la exposición para recordar de qué proceso estamos hablando. El *impeachment* es una figura conocida de los ordenamientos constitucionales democráticos, con cierta edad y recorrido. Ya en 1376, el parlamento inglés apartó a William Latimer de sus funciones por abuso de poder, enajenación de inmuebles a favor del enemigo, aceptación de sobornos, entre otros, en el primer caso registrado de esta figura.

Encuadrándose en los controles y contrapesos que permiten el buen funcionamiento de la separación de poderes, su núcleo formal es la acción del poder legislativo para separar de su función a miembros del ejecutivo por graves irregularidades en el desempeño de la misma, las más de las veces relacionado con la comisión de delitos o negligente gestión de la hacienda. Los detalles operativos varían de un ordenamiento a otro, pero la idea principal es que la forma es una injerencia del parlamento en el gobierno para el control de su buen funcionamiento.

Sin embargo, no basta con que se sigan los trámites formales para convalidar una acción. Al igual que prevén controles y contrapesos entre poderes, las democracias modernas establecen sistemas para evitar que el pulcro cumplimiento de las formas legales pueda derivar en una violación del espíritu de la misma o del ordenamiento del que forma parte en su conjunto. Un ejemplo claro es la figura del fraude de ley. Esto nos obliga a plantearnos cuál es la sustancia de la figura del *impeachment*, las características de contenido que han de acompañar al procedimiento.

A los efectos de ser sintético, resaltamos dos. En primer lugar, y efecto necesario de la naturaleza de control dentro de un sistema de separación de poderes, el *impeachment* es una figura excepcional, cuya activación no debe hacerse, ni sugerirse, a la ligera pues invitar a la injerencia entre poderes sin justificación suficiente es invitar a un quiebre de los pilares del sistema democrático. En segundo lugar, el control está dirigido a una persona concreta y a unas acciones concretas realizadas en su representación de un poder público.

Por lo tanto, para valorar el juicio político al que se está sometiendo a la legítima Presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, es necesario comprobar tanto su adecuación formal como de contenidos. Las formalidades no debatibles, plazos y organismos intervinientes, se están cumpliendo a rajatabla. Las formalidades debatibles, en el caso de Brasil la existencia de un tipo tasado y limitado de causas que se imputan a quien se pretende censurar, no está tan claro. Sin embargo, el respeto y la cautela a las que me obliga mi condición de jurista y demócrata me impiden entrar en la valoración jurídica de la causa, cosa que corresponde a otros. Otros como el secretario General de la Organización de Estados Americanos, Luis Almagro, que ya en mayo indicaba el haber detectado “incertidumbres jurídicas” en el *impeachment* y anunciaba la posibilidad de solicitar la opinión consultiva de la Corte Interamericana de Derechos Humanos.

Lo que me preocupa es la sustancia del instrumento en tanto que herramienta del sistema democrático. ¿Está siendo el *impeachment* apelado de modo excepcional? Más de una treintena de solicitudes previas hacen dudar. ¿Está dirigido el *impeachment* a verificar el ejercicio de la función pública por parte de su detentador? La coincidencia en el tiempo con la investigación a Cunha, la solicitud reiterada del instrumento a la que hacíamos mención, las propias palabras de los senadores favorables a la moción - el Senador Aécio Neves de la irresponsabilidad consustancial a los gobiernos populistas - hacen pensar más en una batalla ideológica y entre agrupaciones políticas. He ahí el quid de la cuestión: el *impeachment* contra la Presidenta Rousseff no es más que otra manifestación de la lucha entre las élites económicas que ven su poder disminuido en los impulsos de reintegración de la ciudadanía a los procesos políticos. Esta lucha no es exclusiva de Brasil.

Es una lucha Latinoamericana, que bebe de su historia reciente y de la herencia que como español no puedo estar contento de que mi país haya dejado en una región que tanto aprecio y admiro. Recordemos la presunta extrema pulcritud legal con la que José Manuel Zelaya fue depuesto en junio de 2009 de la presidencia de la República de Honduras. La Suprema Corte de Justicia de Honduras ordenó tal deposición, a la que siguió el destierro cuando se obligó a abordar a Zelaya un avión a Costa Rica. La impostura fue tal que se intentó salvar con una supuesta carta de renuncia del presidente. Lo que

siguió fue la invocación de la Carta Democrática de la OEA y la suspensión de la membresía del país centroamericano por casi dos años. En aquel momento, participé de una comisión internacional que visitó este país hermano y denuncié ante el presidente de la Corte Suprema lo que consideramos un verdadero golpe de estado.

No fue muy diferente el caso de Fernando Lugo, a quien se separó de la presidencia de Paraguay en junio de 2012 mediante una moción de censura que resultó en un juicio rápido condenatorio en el que ni las más mínimas garantías procesales fueron respetadas. Una vez más, velo de pulcritud formal, ataque directo al espíritu de la norma y de la democracia en la que el *impeachment* tiene sentido. El rechazo internacional fue frontal, baste recordar la expulsión del país de MERCOSUR. También me manifesté frontalmente en contra de la “*mano negra*” que se movía y urdía una concatenación de hechos que ahora se vuelven a revelar en Brasil.

¿Estamos ante un golpe *soft*? Creo firmemente que sí, por cuanto, sin seguir las pautas tradicionales de militarización y ruptura violenta del sistema, sí hay una ruptura del sistema en fraude de ley que deriva en un cambio radical de políticas en el país que fueron votadas mayoritariamente por los ciudadanos. Por lo demás, el uso de *impeachment*, como batalla ideológica pervierte definitivamente el instrumento que se ha utilizado para salvar las elecciones. Se está traicionando la voluntad popular, que, ante esta situación, necesariamente debería ratificar esta sanción que les deja inermes frente a la acción concertada de los congresistas y senadores que no ganaron las elecciones.

Quienes promueven el *impeachment* son las élites que se niegan a perder el poder que, hasta el cambio regional por políticos sociales y de izquierdas, detentaban. Los acontecimientos de Brasil, se insertan en una tendencia regional. Quienes están contaminados por la corrupción en los órganos legislativos y los así señalados en el nuevo gobierno, están deslegitimados para promover una acción de este tipo, que en cualquier otro poder del estado les compelería al abandono del mismo o a la sanción o la abstención o recusación, que les habría impedido su participación en una votación que estaba decidida de antemano.

La pregunta que queda sin resolver, es si lo que ocurre está beneficiando a los brasileños. Un cambio de 180 grados respecto de las políticas sociales y económicas exitosas que venían desarrollándose bajo Lula y Dilma. Un gobierno que se compone solo por hombres y blancos, primero sin mujeres desde los 70 (apenas paliado por la incorporación in extremis de una viceministra, promueve un cambio total de políticas económicas. Con independencia de que nos guste o no este cambio al rancio neoliberalismo, lo importante es que al final no se ha censurado una irregularidad de un oficial público, sino que se ha cambiado todo un gobierno y líneas de política, lo que no se ha de hacer con un *impeachment*, sino con unas elecciones.

O ASSALTO AO PODER DA TRÍPLICE ALIANÇA

Bernardo Kucinski⁵⁸

Não havia baixado a poeira do golpe e já se vislumbravam suas forças motrizes pela sanha com que se lançaram ao desmonte da televisão pública, das políticas de inclusão social da era Lula e de tudo o que cheirasse a cultura e esclarecimento. À frente de todas, ainda que menos visível, a imbatível força do capital financeiro-especulativo, que, como um poder metafísico, vai derrubando mundo afora garantias trabalhistas arrancadas a duras penas pelos trabalhadores na era do capitalismo industrial. Força que dava como certa a vitória, por pouco não alcançada, de Aécio Neves.

Essa força descomunal apoia-se aqui na burguesia agrária ainda e sempre de mentalidade escravagista, e na combalida burguesia industrial dependente, parasita das isenções fiscais e, como se não bastasse, sonegadora. Essa é a tríplice aliança, disposta a restaurar a qualquer custo a sociedade da casa grande e da senzala e a economia da exportação de matéria bruta, papel que nos coube na formatação do mundo da era das descobertas, e que querem eterna.

Despudorada, a tríplice aliança exige de imediato o fim das garantias trabalhistas, o corte dos gastos públicos e o rebaixamento dos benefícios previdenciários. Querem cortar até o osso na carne do povo pobre, para manter os lucros escandalosos dos bancos, a sonegação criminosas das empresas e o patrimônio obscuro dos ricos. E querem mais: a entrega aos fundos especulativos do pouco que restou da liquidação da riqueza nacional pelo tucanato, na bacia das almas.

A natureza estratégica do golpe, há longo pensado e planejado, é dada pela Proposta de Emenda Constitucional, em elaboração pelos banqueiros que tomaram de assalto o Tesouro Nacional, e só agora revelada, de impor nada menos que 20 anos de

58 Bernardo Kucinski é jornalista, escritor e analista político brasileiro. Foi professor da Universidade de São Paulo e trabalhou como assessor da Presidência da República durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Autor, entre outros, dos premiados “K” - relato de uma busca, e Você vai voltar pra mim e outros contos e Cartas a Lula. Texto escrito em 15 de junho 2016. Tradução Johnny Lorenz.

limitação nos gastos públicos em educação, saúde, habitação e saneamento, previdência e assistência social.

No assalto estratégico ao Tesouro, roubam também a verdade, porque ocultam que o grande déficit nas contas públicas, a mãe de todos os déficits, são os R\$ 400 bilhões por ano pagos em juros da dívida, auferidos majoritariamente pelo capital financeiro - e não os meros R\$ 70 bilhões do déficit da previdência. Ao contrário do que alegam, o crescimento da economia pela ampliação do consumo e da moradia popular, demandas por séculos reprimidas, ainda está a anos luz de um esgotamento. Mentem, para manter o pagamento dos juros mais altos do planeta que une, com a poderosa solda do rentismo, as três partes da triplice aliança⁵⁹.

Numa repetição tragi-farsesca do golpe de 64, valeu-se a tríplice aliança, mais uma vez, do coro profano das classes médias, incensadas pelos tambores hipócritas do repúdio à corrupção, que elas próprias praticam cotidianamente, trocando por um desconto o recibo do dentista e recebendo por fora o aluguel do inquilino. Querem também sonegar de suas empregadas domésticas o direito à carteira assinada e ao fundo de garantia, outra ousadia do lulismo. Batem panelas que jamais manusearam, suspirando, ah, que saudades da senzala!

Seus filhotes, bem nutridos, trocaram as camisas de grife por camisetas verde-amarelas de um patriotismo que nunca sentiram e, açulados por uma mídia venal, investiram, em tropelias obscenas, contra o vermelho do PT. Embriagados pelo ódio, agrediram, vilipendiaram, xingaram. Assim se deu, ao acompanhamento das conduções coercitivas, dos vazamentos seletivos e gritos de Dilma vai tomar no cu, o assalto ao poder por uma camarilha que lembra com inquietante similitude a tomada do poder em Roma pelos bandos fascistas de Mussolini.

O lulismo precisava ser destruído!! Não só por causa de suas políticas de inclusão social que punham em risco o estatuto senhorial das elites de mentalidade ainda e sempre escravocrata ou para preservar o pagamento sacrossanto dos juros da dívida, também por causa do leque de alianças que forjou no sub-continente território tido como “quintal” das grandes potências.

Até aonde irão? Impossível prever. Os ventos, em todo o mundo, sopram para a direita. A força quase sobrenatural do capital financeiro não se detém perante nada; segue triunfante derrubando leis e governos, desmantelando sindicatos, espalhando

59 Cerca de 70% dos juros são auferidos por instituições financeiras. Ver os números em www.tesouro.fazenda.gov.br, Despesas e Receitas da União, e O Estado de S. Paulo 12/06/2016, Nota Editorial: O gasto social do PT; na mesma edição, entrevista com Edmar Bacha.. Sobre a proposta de PEC ver O Estado de São Paulo, 14 06/2016.

o desemprego, estimulando a competição que joga trabalhador contra trabalhador e semeando a insegurança, mesmo em sociedades de cultura democrática.

Seremos nós capazes de neutralizar forças tão poderosas? Forças que aqui concentram em suas mãos toda a mídia de massa? Que prostituíram o jornalismo liberal? Que controlam a parte maior da produção cultural? Enfim, forças que alcançaram a supremacia no plano da hegemonia? Acho difícil. E mais difícil ainda porque essas mesmas forças dominam os aparelhos repressivos de Estado, desde o judiciário que legitima a coerção até seus braços armados e de vigilância, que a executam.

O lulismo foi derrotado porque não conseguiu superar o horizonte estreito da consciência operária, puramente material, e abdicou da disputa pela hegemonia. Satisfez-se com o prato de lentilhas. Não entendeu que a satisfação material das demandas populares teria que se dar concomitante à eliminação da Lei de Responsabilidade Fiscal que há três décadas nos obriga ao pagamento dessa anômala taxa de juros. Lei que deveria se chamar de Irresponsabilidade Social, e que os golpistas querem tornar em cláusula pétrea do rentismo através da nova PEC.

O lulismo também foi derrotado porque optou pelo caminho fácil da acomodação promíscua com os agentes das elites e suas práticas criminosas. Em vez de lutar por mudanças estruturais no sistema político. Pensou que se fazendo como um deles seria por eles aceito. Todavia, como o escorpião da fábula, esses agentes estavam apenas à espreita do momento oportuno para nos ferir de morte com seu veneno traiçoeiro.

Há, todavia, uma brutal discrepância entre os objetivos estratégicos do golpe, manifestos na virulência dos pesos-pesados que assumiram o comando da economia, e a baixa qualidade de seus agentes políticos, que agora se digladiam como sói acontecer quando quadrilhas do crime organizado disputam novos territórios. Contudo, para explorar essas contradições e neutralizar o golpe seria preciso, por parte do que ainda resta do campo popular, toda uma nova articulação e todo um novo entendimento da política. Não basta espernear ou se rejubilar com a luta intestina dos que assaltaram o poder.

O caos serve aos interesses da tríplice aliança que fará dele, em última instância, uma nova forma de governar, descolada da política, através de decretos - leis, medidas provisórias, estados de emergência, pacotes econômicos, o escambau. E se porventura não der muito certo, darão um golpe dentro do golpe.

THE POWER-GRAB BY THE TRIPLE ALLIANCE (REFLECTIONS ON THE COUP)

Bernardo Kucinski⁶⁰

June 15, 2016

trans. Johnny Lorenz⁶¹

The dust had not yet settled, and already the driving forces behind the coup revealed themselves in the fury with which they began dismantling public television, the Lula-era measures for social inclusion and everything that carried even a whiff of culture and enlightenment. Leading them all was the indomitable if less visible force of speculative capital that moves around the world like some metaphysical power destroying the labor guarantees that had been won at very high cost by workers during the era of industrialism. This force had taken for granted the victory of Aécio Neves over Dilma Rousseff, which by a hair's breadth failed to happen.

This monstrous force relies, in Brazil, on a powerful agrarian bourgeoisie that has and has always had a slave-holder's mentality; it relies, too, on a debilitated and dependent industrial bourgeoisie, a parasite exploiting fiscal exemptions and, adding insult to injury, delinquent in paying its taxes. These forces constitute a triple alliance, disposed to restoring at any cost the society of the master and the slave as well as an economy entirely dependent on the export of raw materials in an attempt to take us back to a previous time, to the era of discovery, which they hope will last forever.

They impudently demand the immediate termination of labor guarantees, the slashing of public expenditures and the curbing of pension benefits. They want to cut

60 Bernardo Kucinski is a Brazilian journalist, author and political analyst. He taught at the University of São Paulo (USP) and worked as a presidential adviser during Luís Inácio Lula da Silva's first term. He wrote such books as the award-winning *K - relato de uma busca* (published in English as *K*), *Você vai voltar pra mim e outros contos* and *Cartas a Lula*.

61 Johnny Lorenz, translator, son of Brazilian immigrants to the US, is a professor in the English Department at Montclair State University. He received a Fulbright to do literary research in Brazil, and he has published a variety of articles, translations and poems.

to the bone the flesh of the poor in order to maintain the scandalous profits of the banks, the criminal tax evasion of private companies and the obscene patrimony of the rich. And they want even more: the surrender to speculative funds the little that remained after the scandalous liquidation of our national riches by the “*tucanato*” (the Brazilian Social Democracy Party, or PSDB), riches to be sold off in desperate foolishness.

The coup, conceived and elaborated over a long period of time, has made its strategy known by proposing amendments to the constitution, collaborating with the very banks that assailed the National Treasury, and, we now learn, imposing twenty-year limits on public expenditures in education, health, housing and sanitation, welfare and social assistance programs.

In their strategic assault of the Treasury, these forces also rob us of the truth, for they obscure the fact that our greatest public debt, the mother of all debts, is the 400 billion *reais* in annual debt interest, paid off mostly as financial capital – and not the mere 70 billion *reais* of the deficit for social security. Contrary to what they allege, the nation’s economic growth, triggered by a stimulus in domestic consumption and investments in affordable housing, public demands that had been repressed for centuries, is still light years away from being exhausted. They tell lies in order to maintain the payment of the highest interest rates on the planet, a scheme that, with the powerful solder of profiteering, unites the three parts of the triple alliance⁶².

In a tragi-farcical repetition of the coup of ‘64, the triple alliance has taken advantage once again of the profane chorus of the middle-class, incensed by the hypocritical beating of drums renouncing corruption, a corruption they themselves practice daily, asking for deductions on the dentist’s bill while collecting their tenants’ rent. They also want to withhold from their domestic servants the right to a formal contract and a Length-of-Service Guarantee Fund (*Fundo de Garantia por Tempo de Serviço*, or FGTS),⁶³ another bold measure of the Lula years. They beat their pans in

62 Approximately 70% of paid taxes are handed over to financial institutions. See the numbers at www.tesouro.fazenda.gov.br, “Despesas e Receitas da União,” and in *O Estado de São Paulo*, June 12, 2016, “Nota Editorial: O gasto social do PT”; in the same issue, see the interview with Edmar Bacha. Regarding the Proposed Constitutional Amendment (or PEC), see *O Estado de São Paulo*, June 14, 2016.

63 Translator’s note: the Length-of-Service Guarantee Fund (*Fundo de Garantia por Tempo de Serviço*, or FGTS), established in 1967, is a mandatory savings account for workers (combined with a firing penalty for dismissal without just cause). The FGTS is a fund that can be very useful to low-wage workers in a number of ways – for example, in acquiring a home. Every Brazilian worker with a formal contract is eligible for the FGTS, meaning that the employer must deposit an amount equal to 8% of the worker’s monthly earnings into a savings account under the employee’s name. Under the PT’s leadership and

protest, pans that only their servants have cooked with, all the while lamenting: Ah, how I miss the good old days when slaves knew their place!

Their well-nourished kids have taken off their brand-name shirts to put on the green-and-yellow soccer jerseys of patriotism, a patriotism they've never really felt, and, incited by a mercenary media, they resort to obscene antics against the red of the Workers' Party, the PT. Intoxicated with hate, they attack, they vilify, they insult. And that's how the coup happened here, accompanied by illegal warrants,⁶⁴ selective illegal leaks of criminal investigations⁶⁵ and cries of "Dilma, take it up the ass!" – it's a power-grab by a camarilla disturbingly reminiscent of the coup that took place in Rome by the fascist thugs of Mussolini.

Lulism needed to be destroyed!! Not only because of its politics of social inclusion putting in jeopardy the manorial rule of the elites whose mentality has always been the slave-holder's mentality, or to preserve the sacrosanct payment of interest rates, but also as a response to the array of alliances that claimed territory across the sub-continent previously understood to be the backyard of the great powers.

Where will they stop? Impossible to know. Across the world, the winds are blowing to the right. The almost supernatural power of financial capital doesn't stop for anything; it goes on triumphantly bringing down laws and governments, dismantling unions, spreading unemployment, stimulating the competition that pits worker against worker and planting the seeds of insecurity, even in societies with a democratic culture.

Are we capable of neutralizing such powerful forces? Forces that here in Brazil control the mass media? That prostitute the concept of independent journalism? That

during Dilma's presidency, Brazil extended the FGTS to domestic servants, who traditionally have been paid meager wages under the table.

64 Translator's note: On February 4th, 2016, the judge presiding over the investigation into the corruption scandal called "Car Wash" ("*Lava Jato*"), Judge Sérgio Moro, orchestrated a spectacle by ordering 200 police officers to invade (illegally) the house of former president Lula and bring him in for questioning. This action was taken after the interception of a phone conversation between Lula and President Dilma Rousseff; the eavesdropping, too, was entirely illegal and has already been deemed inadmissible by the Supreme Federal Court.

65 Translator's note: Judge Moro also leaked the text of the intercepted phone conversation between Dilma and Lula to the largest news organization in Brazil, one hostile to the Workers Party. From the start of the "Car Wash" investigations, the tactic of leaking depositions – which is illegal in Brazil – has been utilized by the perpetrators of the coup. But these leaks are only published and broadcast when they involve those individuals associated, even remotely, with the Workers Party and Lula. Such tactics reveal the biased nature of these investigations whose real aim is not so much to be impartial and root out government corruption but rather to create social turmoil.

control the lion's share of cultural production? Forces, ultimately, that have achieved supremacy through hegemony? I think it'll be difficult. And it's made even more difficult by the fact that these same forces dominate the repressive mechanisms of the state, from the judiciary that legitimizes coercion to the vigilant, armed subordinates that execute their plans.

Lulism was defeated because it wasn't able to overcome the narrow horizon of the factory worker's consciousness, one that is purely material, and abdicated itself from the dispute for hegemony. It was content with its plate of beans. It didn't understand that the material satisfaction of popular demands would have to be achieved concurrently with the elimination of the *Lei de Responsabilidade Fiscal*, the Law of Fiscal Responsibility, that for sixteen years now has obligated us to keep paying this anomaly of interest rates. It's a law that should be called the Law of Social Irresponsibility, one that the perpetrators of the coup want to institute for their own profiteering by means of the new Proposed Constitutional Amendment.

Lulism was also defeated because it opted for the easy road of promiscuous accommodation with the agents of the elites and their criminal practices, instead of fighting for structural changes in the political system. It believed that by acting like one of the elites it would be accepted by them. Like the scorpion of the fable, however, these agents were merely waiting for the opportune moment to strike us with the mortal sting of treacherous venom.

There is, however, a brutal discrepancy between the strategic objectives of the coup, manifested in the virulence of the heavyweights that have assumed command of the economy, and the ineptitude of their political agents who now squabble amongst themselves, as generally happens when criminal gangs dispute new territories. But to exploit these contradictions and neutralize the coup, we will need, as we survey what remains available to us, an entirely new articulation and an entirely new understanding of politics. It's not enough to hoot and holler or delight in watching the internal battles of the factions that perpetrated the coup.

Chaos serves the interests of the triple alliance, which ultimately will make of this chaos a new form of governing, one detached from politics, governing through decrees: laws, provisional measures, states of emergency, economic packages and the like. If by chance that doesn't quite work out for them, then they'll begin the coup within the coup.

BERNIE SANDERS CONDENA GOLPE E DEFENDE RESPEITO À DEMOCRACIA NO BRASIL

Bernie Sanders (declaração)⁶⁶

O senador dos Estados Unidos Bernie Sanders, do Partido Democrata, emitiu nota nesta segunda-feira (8) fazendo um apelo para que Estados Unidos tomem uma posição definitiva contra os esforços pela remoção da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, de seu cargo. “Estou profundamente preocupado com os presentes esforços para remover a presidente do Brasil democraticamente eleita, Dilma Rousseff. Para muitos brasileiros e observadores, o controverso processo de *impeachment* se assemelha a um golpe de estado”, afirmou Sanders, que foi pré-candidato à indicação dos Democratas para a eleição presidencial deste ano.

Sanders, na nota, enfatiza que, após suspender a primeira mulher presidente do Brasil “por motivos duvidosos”, o novo governo interino, sem mandato para governar, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. “Uma representativa e diversa administração foi substituída por um gabinete constituído apenas por homens brancos. A nova administração não eleita rapidamente anunciou planos para impor austeridade, aumentar a privatização e implementar uma agenda social de extrema direita”, observou.

“Os esforços para remover a presidente Dilma Rousseff não ocorrem através de um julgamento legal, e sim político”, reforçou o senador norte-americano na nota. E, de maneira enfática, Sanders disse que “os Estados Unidos não podem se manter em silêncio enquanto as instituições democráticas de um de nossos mais importantes aliados são comprometidas. Precisamos defender as famílias trabalhadoras do Brasil e exigir que essa disputa seja resolvida através de eleições democráticas”.

66 Senador dos Estados Unidos Bernie Sanders, do Partido Democrata, foi pré-candidato à indicação dos Democratas para a eleição presidencial de 2016.

Sanders Condemns Efforts to Remove Brazil's Democratically Elected President⁶⁷

Monday, August 8, 2016

BURLINGTON, Vt., August 8 – U.S. Sen. Bernie Sanders on Monday issued the following statement calling on the United States to take a definitive stand against efforts to remove Brazilian President Dilma Rousseff from office:

“I am deeply concerned by the current effort to remove Brazil’s democratically elected president, Dilma Rousseff. To many Brazilians and observers the controversial impeachment process more closely resembles a coup d’état.

“After suspending Brazil’s first female president on dubious grounds, without a mandate to govern, the new interim government abolished the ministry of women, racial equality and human rights. They immediately replaced a diverse and representative administration with a cabinet made up entirely of white men. The new, unelected administration quickly announced plans to impose austerity, increase privatization and install a far right-wing social agenda.

“The effort to remove President Rousseff is not a legal trial but rather a political one. The United States cannot sit silently while the democratic institutions of one of our most important allies are undermined. We must stand up for the working families of Brazil and demand that this dispute be settled with democratic elections.”

Tradução da nota por Inácio Vieira:

Segunda-feira, 8 de agosto de 2016

BURLINGTON, Vt., 8 de agosto – Na segunda-feira, o Senador dos Estados Unidos, Bernie Sanders, emitiu a seguinte nota fazendo um apelo

67 <http://www.sanders.senate.gov/newsroom/press-releases/sanders-condemns-efforts-to-remove-brazils-democratically-elected-president>

para que Estados Unidos tomem uma posição definitiva contra os esforços pela remoção da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, de seu cargo:

“Estou profundamente preocupado com os presentes esforços para remover a presidente do Brasil democraticamente eleita, Dilma Rousseff. Para muitos brasileiros e observadores, o controverso processo de impeachment se assemelha a um golpe de estado.

“Após suspender a primeira mulher presidente do Brasil por motivos duvidosos, sem mandato para governar, o novo governo interino extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Uma representativa e diversa administração foi substituída por um gabinete constituído apenas por homens brancos. A nova administração não eleita rapidamente anunciou planos para impor austeridade, aumentar a privatização e implementar uma agenda social de extrema direita.

“Os esforços para remover a Presidente Dilma Rousseff não ocorrem através de um julgamento legal, e sim político. Os Estados Unidos não podem se manter em silêncio enquanto as instituições democráticas de um de nossos mais importantes aliados são comprometidas. Precisamos defender as famílias trabalhadoras do Brasil e exigir que essa disputa seja resolvida através de eleições democráticas”.

EU RESPEITO O PROCESSO DEMOCRÁTICO

Bethania Barry⁶⁸

Como alguns dos brasileiros proeminentes que assinam neste livro, Bethania Barry é uma brasileira que viveu na carne, e ainda vive, a transformação hoje ameaçada do país de origem. Negra, filha da classe média baixa de um subúrbio do Rio de Janeiro, teve oportunidades negadas e direitos não reconhecidos, no começo da idade adulta. Foi obrigada a trabalhar ainda adolescente, trabalhou sem direitos trabalhistas reconhecidos e, por fim, apesar de ter se esforçado mais do que os que com ela trabalharam, sempre ganhava menos. Bethania saiu do Brasil há seis anos, quando Dilma Rousseff foi eleita pela primeira vez. Nesta época, Bethania passou a acompanhar da Europa o que o país passou a viver. Bethania viu a geração que a sucedeu, assim como a irmã mais nova, usufruírem de um país cuja extensão de direitos e reconhecimento do dever de concessão de oportunidades lhes ofertou um horizonte de transformação e de democracia em acepção plena, fundamental.

Este texto, cuja publicação nos foi autorizada pela autora, tem a peculiaridade de ser um post de Facebook. Tem o formato de um desabafo e contém uma estrutura e uma força testemunhal que talvez explique por que se tornou viral e inspirou a TV Poeira a fazer um vídeo no qual vários atores negros, com histórias parecidas, interpretam o que nos é dito no post original (aqui, no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=TOmok8O-E0Y>).

Bethania Barry, hoje radicada na Irlanda, é um fenômeno comunicativo brasileiro. De alvo de ataques da direita mais reacionária e racista, passou ao status de

68 Niteroiense, 35 anos, há 6 morando na Irlanda. Filha de pais separados, morou maior parte da vida com a mãe e duas irmãs em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Formada em Administração de Empresas, hoje trabalha como Analista de Exportação em uma multinacional do ramo farmacêutico. Este texto de Bethania foi um post na sua página de Facebook, que se tornou viral e, por isso, foi usada num vídeo com vários artistas negros, produzido pela TVPoeira, na sua página no Facebook: <https://www.facebook.com/tvpoeira/?fref=ts>

militante, em defesa das transformações do Brasil, em direção aos desvalidos, aos negros (a política de cotas raciais, as políticas de acesso ao ensino superior), às mulheres. A força de seu testemunho foi o que nos inspirou a convidá-la a tomar parte nesta coletânea. Bethania está conosco na Resistência Internacional ao Golpe no Brasil.

Abaixo, segue o post de Bethania Barry:

Quando eu era uma preta pobre me diziam que, para “chegar lá”, eu tinha que ter visão política.

Que quem quer “chegar lá”: quem não existir racismo no mercado de trabalho. Quando minha mãe passava anos vivendo de empréstimo atrás de empréstimo e acordávamos de madrugada pra fritar kibe (eu com 12 anos) pra conseguir nos manter, porque o governo federal passou mais de uma dezena de anos sem dar um aumento aos servidores, ninguém nunca bateu na minha porta pra perguntar se tínhamos um pão pra comer.

Quando eu tinha 16 anos e minha mãe disse que não tinha mais condição de pagar meus estudos e eu fui trabalhar (inicialmente por quase 2 anos sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas, prática muito comum na época) pra ganhar 272 reais e pagar 200 de escola e so dormia 5 horas por noite porque morava longe, ninguém nunca me deu a mão nem responsabilizou o governo pela minha miséria, governo esse que era elitista e nunca me deu oportunidades de melhorar. Quando tranquei a matrícula da faculdade, pois não conseguia mais pagar, não existiam cotas pra que eu pudesse ter o mínimo de chances que os brancos das faculdades públicas tinham.

Ninguém me ofereceu ajuda.

Quando, depois de muita luta, eu me graduei, pós-graduei, melhorei minha condição social mesmo ganhando sempre menos do que todos que trabalhavam comigo (aquele racismo que não existe, sabe?), vim estudar na Europa pra voltar e melhorar de emprego e conseguir ajudar minha mãe, aprendi inglês sozinha, pois não tinha como ir à aula porque precisava me manter e pra isso fazia faxina e cuidava de criança, fui humilhada dezenas de vezes, tive vontade de desistir... Mas não desisti! E hoje tenho um bom emprego por aqui...

Aí, agora, e somente agora, que eu tenho uma faixa de “vitoriosa” pendurada no pescoço, as pessoas dizem que eu não sei nada do Brasil, que a crise está um espanto, acham que eu tenho que ter uma visão elitista (porque agora eu sou elite) e que a melhor opção política é voltar pra aquela que me oprimia, quando eu era pobre e não me dava oportunidades. Agora eu sou elite, moro e trabalho em uma multinacional na Europa e devo esquecer meu passado e o único governo que me ajudou a sair da lama e que ajuda a tantas famílias infinitamente mais pobres que a minha, que comiam calango e barro na seca do sertão, porque nunca nenhum governo olhou pra elas.

Lá no bairro pobre que estas pessoas que me criticam nunca pisaram, tem milhões de Bethanias na mesma luta. A diferença é que hoje elas têm um mínimo de dignidade (longe do ideal), tem cotas, acesso à universidade e a cursos técnicos, Bolsa Família. Agora, trabalho só de carteira assinada. Muitas delas não precisam acordar de madrugada pra fritar kibe, como eu precisei.

Morar longe do Brasil só me fez conhecer ainda mais o Brasil, apesar de algumas pessoas acharem que eu sou necessariamente ignorante porque não estou vivendo “essa crise terrível”, em que pessoas tiram férias somente dentro do país. Não sabem nada do que passei na vida, mas dizem “muito fácil falar da Europa. Vem aqui pra ver”. Este é um péssimo argumento. A crise que eu vivi lá atrás mal dava pra comer, quem dirá tirar férias.

Não fecharei meus olhos pra quem realmente precisa, em prol de uma elite que tá incomodada porque não pode mais viajar pra Miami. Tenho um milhão de críticas ao PT, mas pra exigir melhorias eu não preciso de *impeachment*, porque respeito o processo democrático e respeitaria qualquer que fosse o presidente.

E é por isso que, no Brasil ou fora dele, sigo lutando e me manifestando sempre. Em defesa da democracia. Em defesa de quem realmente precisa de assistência.

CONTRA O GOLPE PARLAMENTAR NO BRASIL

Boaventura de Sousa Santos (entrevista)⁶⁹

A luta pela democracia é o que une as esquerdas atualmente, e só essa união e mobilização popular podem reverter o golpe parlamentar no Brasil. Esta é a avaliação do filósofo e sociólogo português Boaventura de Sousa Santos que, em entrevista exclusiva conduzida pelo Movimento Democrático 18 de Março (MD18) e a Universidade Federal do Pará, fez uma análise precisa da atual situação política brasileira. Boaventura desnuda o cenário do que ele chama de Golpe Parlamentar. Fala ainda da importância das lutas sociais, da influência dos Estados Unidos na política brasileira e também sobre as estratégias internacionais para combater o Golpe Parlamentar no Brasil. Neste contexto, o intelectual chama a atenção para a criação de uma grande frente internacional contra a política imperialista americana que, na sua leitura, está em franca ofensiva contra os países que compõem o BRICS. Membro ativo do Fórum Social Mundial, Boaventura destaca a resistência popular que toma as ruas do Brasil como a última trincheira da democracia e faz um apelo para que movimentos sociais mantenham-se ativos e as ruas continuem ocupadas. Mesmo num cenário catastrófico e desolador, seu pensamento pulsante e potente contorna todo o pessimismo.

Esta conversa, conduzida por Kalyinka Cruz-Stefani, Professora de Comunicação da Universidade Federal do Pará, Doutoranda em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e Maria Fernanda Novo dos Santos Doutoranda em Filosofia pela UNICAMP com estágio na Universidade Paris X, dá sequência à série de entrevistas do MD18⁷⁰ com grandes intelectuais de esquerda pu-

69 Entrevista especial com Boaventura de Sousa Santos, no Blog da Boitempo, 2 de junho de 2016. <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/02/boaventura-contr-o-golpe-parlamentar-no-brasil/>

70 O Movimento Democrático 18 de Março (MD18) nasceu da luta contra o golpe de Estado no Brasil. Sediado em Paris, e com grande presença de pesquisadores, professores universitários, artistas e militantes de movimentos sociais, o movimento propõe ampliar a reflexão sobre as possibilidades da esquerda na atual conjuntura de crise. É com esse objetivo que o MD18 inaugura uma série de entrevistas com

blicadas no Blog da Boitempo. Leia a primeira entrevista da série, com o sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/30/michael-lowy-o-estado-de-excecao-predomina-a-democracia-e-que-foi-excepcional/>.

MD18: Diante desta grave crise política no Brasil, nós, do MD18, assim como cada brasileiro engajado contra o golpe, buscamos entender quais ferramentas podem nos ajudar a pensar como resistir a esse governo ilegítimo. Para isso, precisamos entender a partir de diversos pontos de vista este cenário. O senhor, que se dedica há muitos anos a refletir sobre o Brasil, poderia nos dar a sua leitura deste quadro geral?

BSS: Estamos envolvidos em uma luta não só nacional, mas internacional, dada a importância do Brasil e, portanto, devemos juntar todos os esforços e ter alguma clareza sobre o momento difícil que estamos enfrentando. Em primeiro lugar, obviamente, estou absolutamente convicto de que se trata de um governo ilegítimo e de que estamos diante de um golpe parlamentar. O perfil é de um golpe parlamentar relativamente diferente daquele que aconteceu em Honduras e no Paraguai, mas tem, no fundo, o mesmo objetivo que é, sem qualquer alteração constitucional, sem qualquer ditadura militar, interromper realmente o processo democrático. É evidente que o momento é difícil porque nem toda gente pensa como nós, essa é a primeira questão. Por exemplo, neste momento que vos falo, meu coração está pesado, uma colega minha da USP, Flávia Piovesan, que colabora comigo em um projeto internacional, aceitou ser secretária dos Direitos Humanos.... Ontem lhe mandei uma mensagem dizendo-lhe que o prestígio dela não deveria de modo nenhum ser posto a serviço de um golpe parlamentar e que eles não merecem a qualidade que ela tem. Estou, neste momento, a assinar uma carta, assinada também pelos advogados populares e outras organizações sociais, me manifestando contra a decisão dela. Flávia diz que, para ela, não é um golpe parlamentar: o *impeachment* está previsto etc. Já conhecemos este tipo de argumentação, obviamente que temos muitos argumentos jurídicos contra esta posição dela, mas não deixa de ser perturbador que uma pessoa ligada aos Direitos Humanos venha emprestar a sua dignidade a este governo. Portanto, isto significa que vamos entrar num período difícil, complexo, com alguma divisão dentro do país, isto era a primeira coisa que gostaria de dizer. Certamente, vai ser muito

intelectuais, artistas e militantes de diferentes horizontes, que visam ampliar o debate sobre as formas de resistência que podem e devem advir. O projeto se inicia com a participação de grandes pensadores da esquerda como Michael Löwy, Boaventura de Sousa Santos, Nancy Fraser e Anselm Jappe, além de contar com a colaboração de inúmeros intelectuais brasileiros. As entrevistas serão disponibilizadas em português e em francês no site do MD18: <http://www.md18.org/>

importante que as forças progressistas, que inequivocamente, penso eu, são as que estão a defender a ideia de que houve um golpe parlamentar, mantenham o seu nível de mobilização para neutralizar não só aqueles que desde sempre estiveram a favor do golpe, como aqueles que acabam por legitimar o golpe, como é o caso da Flávia, se vier a se concretizar, o que parece que vai ser o caso.

Em segundo lugar, eu penso que é uma situação muito difícil porque algo que raramente se discute no Brasil, aliás que muito pouco se discute no Brasil, é a presença pesada do imperialismo norte-americano. Nós não podemos entender o que se passa no Brasil sem uma ação desestabilizadora norte-americana, inspirada e financiada pelos norte-americanos. Há duas dimensões; obviamente que uma é o financiamento de organizações que surgiram a favor do *impeachment* e que nós temos informação de que alguns dos maiores conservadores norte-americanos – como por exemplo os irmãos Koch que financiam uma das agendas superconservadoras nos EUA – têm estado a financiar estas organizações. Por outro lado, os EUA têm feito muita força para que os homens, sim homens, de fato, todos brancos, que estão do lado deles assumam o poder o mais rápido possível. Com que objetivo? Fundamentalmente com o objetivo principal de neutralizar o Brasil como um dos protagonistas dos BRICS. Os BRICS são uma ameaça extraordinária para os EUA, porque os EUA são uma economia em dependência que se aguenta fundamentalmente porque detêm importante capital financeiro e, portanto, por aceitação universal do dólar. Os BRICS chegaram exatamente a criar um banco que é uma alternativa ao Banco Mundial e, portanto, as trocas entre eles podem ou não ocorrer em dólar. Isto significa um ataque extraordinário ao dólar. Portanto, os EUA têm vindo desde algum tempo produzir uma política de neutralizar todos os países que estão nos BRICS. Começaram pela Rússia. Mas, na Rússia, o processo democrático é um pouco complexo, aí o modo de neutralizar a Rússia foi baixar o preço do petróleo. De uma semana para outra baixou para menos da metade do preço. Em segundo lugar, no caso do Brasil, como há uma democracia, uma democracia viva, aproveitaram obviamente das contradições do processo democrático; sabemos que as democracias representativas defendem-se muito mal dos antidemocratas. Aproveitaram-se disso para criar uma desestabilização muito forte. Aliás, basta ver quem está neste novo governo para ver de forma clara como houve interferência dos EUA no sentido de realinhar o Brasil pela política americana. O maior exemplo é o José Serra, que é o homem dos EUA que vai para o governo com dois objetivos: fazer com que o Brasil se alinhe completamente com os EUA, o que significa anular o banco dos BRICS, e abrir a possibilidade de o Brasil entrar na parceria Transpacífico. Logo, contra inimigos deste tipo, é muito difícil lutar.

MD18: Neste sentido, o que representa o boicote da Rússia e eventualmente da China, nesse jogo de forças internacionais? Isto é capaz de influenciar contra o que está acontecendo, desestabilizar este governo que tomou o poder?

BSS: O Brasil está agora com a oportunidade – e devemos ter consciência disso – de fazer uma luta contra o imperialismo norte-americano. Há aqui realmente, alguma oportunidade para desestabilizar este projeto global que, como sabem, não é apenas na América Latina. Vemos muito bem que no sul da Europa, na Grécia, em Portugal e na Espanha as mesmas receitas de austeridade estão a ser aplicadas. Portanto, o Brasil está, neste momento, numa posição histórica que permite ser uma frente de luta contra o imperialismo, mas isto vai depender de muitas coisas, vai depender acima de tudo do movimento popular interno do Brasil. É fundamental lançar internacionalmente a ideia de que, com vários países, o Brasil possa vir a construir um bloco que faça alguma afronta a esta intenção dos EUA e da União Europeia. Neste momento, a UE não tem nenhuma identidade autônoma em relação aos EUA.

Além disso, é também preciso que o movimento popular no Brasil continue. Principalmente agora que o golpe não está consumado, mesmo que haja uma suspensão (do Governo de Dilma) e que não haja pressa (do Governo ilegítimo) em resolver. Aliás, esta é uma outra ilegitimidade deste governo – e foi assim com Itamar Franco também – mas este Governo é um governo provisório, porque a presidente Dilma está suspensa, não foi afastada definitivamente e, portanto, este Governo não deveria ter uma política de mudança tão radical com tantas medidas que estavam na pauta do congresso e que agora vão avançar. E estas pautas são demolidoras e vão alterar todo o modelo econômico. É evidente que o processo (de afastamento de Dilma) vai avançar e certamente o golpe consuma-se. Por isso a vossa pergunta inicial faz todo o sentido, o que fazer internamente?

MD18: Os movimentos sociais e populares foram atacados diretamente com o esfacelamento de políticas que foram conquistas históricas. A extinção, ou a cisão em secretaria, de Ministérios que trabalhavam a favor de políticas públicas que atendessem às demandas populares foi a primeira canetada de Michel Temer. Como entender este ato que representa a implosão da comunicação entre governo e sociedade civil?

BSS: Obviamente, a extinção destes Ministérios é para mostrar que este Governo e este golpe sabem muito bem a que vieram. Está absolutamente claro que os cortes nos Ministérios foram exatamente em todos os Ministérios que respondem às pautas dos Movimentos Sociais. Aliás, a ministra da Igualdade Racial, Nilma Gomes, que foi minha pós-doutoranda, uma das mais brilhantes que tive e cuja políticas estive a

acompanhar de muito perto é um bom exemplo do que efetivamente acaba de passar no Brasil. Por isso, é muito importante notar que, quando a direita conservadora entra no poder, ela entra com uma violência enorme, no sentido de apagar o mais rapidamente possível a memória de tudo que se passou em tempos mais recentes. Vejam o que aconteceu com o Macri, porque a estratégia é global. Em três semanas, alterou a legislação que praticamente anulou todas as conquistas sociais que o governo peronista de Cristina tinha desenvolvido nos últimos anos. É exatamente isto que vai se passar agora. Qual o problema dos argentinos? É que o Macri ganhou as eleições e, portanto, houve uma divisão na sociedade. Isto fez com que os movimentos sociais ficassem paralisados.

No Brasil, não. Uma presidente ganhou as eleições, a direita não gosta do resultado das eleições e começa a desestabilizar. Poucos meses depois de a presidente ser eleita, pedem o *impeachment* dela. É como eu disse e tenho escrito : temos, neste caso do Brasil, talvez a política mais honesta da América Latina que foi impedida pelos políticos mais corruptos. Isto nunca tinha acontecido. É uma coisa nova e, portanto, os movimentos sociais estão a tomar conta disso. Eu acho que nós, neste momento no Brasil, temos uma série de movimentos, realmente uma frente unida, mas com suas especificidades. Tem alguns movimentos mais próximos do PT, outros estão mais independentes, no aspecto mais amplo da esquerda. De um lado, o MST; do outro, o MTST, que são distintos – eu, aliás, trabalho com ambos. Estão nesta frente também os movimentos quilombolas, os movimentos indígenas; todos estão muito ativos. E eu penso que, para efeito internacional e interno, esta mobilização deve se manter.

Qual é o nosso problema? Como sou cidadão honorário das universidades de São Paulo e Porto Alegre, eu falo como se fosse brasileiro. É assim que me sinto neste momento. Eu acho que, neste momento, realmente o grande problema que nós enfrentamos é que a mobilização popular não é sustentável ao longo de muito tempo com o mesmo dinamismo. Isto é, as pessoas a certa altura cansam, o processo do *impeachment* vai durar seis meses e não é crível que se mantenha o mesmo nível de mobilização. Não quer dizer que ela não se mantenha, mas temos que lutar muito para que ela se mantenha. Eu penso que vai ser muito importante manter esta pressão. Neste momento, quando vocês me perguntam onde estão as vias de luta política, não há outra via se não a via popular, da luta social na rua, nas organizações. Veja como alguns dos ministros e alguns dos secretários foram recebidos quando entraram: os próprios servidores os insultaram. Portanto, esta desestabilização dos desestabilizadores é fundamental. Ela tem que se manter e, portanto, acho que há várias estratégias que devem ser adotadas no sentido de manter esta mobilização em alto nível para poder continuar a fazer pressão. Não uma pressão sobre o congresso, porque realmente

como vocês dizem e muito bem, este congresso não representa de maneira nenhuma o Brasil, e isto é o que nós devemos pensar para o futuro. Ou seja, é preciso uma reforma política.

Portanto, eu acho que vai ser necessário manter acesa a luta social, mantê-la unida pela democracia. Pois, quando os movimentos se unem é pela democracia. Como sabem – e talvez vocês acompanhem o meu trabalho – eu fiz várias críticas à presidente Dilma obviamente. Acho que a presidente Dilma não estava preparada para esta situação, de maneira nenhuma. Ela foi uma escolha pessoal do presidente Lula e, portanto, não me admiro que o presidente Lula considere que está a passar por uma derrota pessoal. Porque foi realmente uma escolha pessoal de alguém que sai da presidência com 80% de aceitação e, portanto, pensa que os próximos quatro anos serão anos de bonança, serão anos tranquilos, mas não foi isso. Dilma cometeu erros enormes, sobretudo no início do segundo mandato ao fazer as políticas de austeridade que nós conhecemos e ao nomear para as finanças o Levy. Portanto, o que une os movimentos neste momento é a luta pela democracia, não é luta pelo governo do PT. E isso parece-me que é o importante, isso pode unir as pessoas.

E esperamos que esta unidade se mantenha, porque o que vem por aí em termo de legislação, pelas medidas que vocês aqui mencionam (como as pautas conservadoras do Congresso) e que obviamente têm toda razão, há muitas outras que estão na calha. Notadamente, a legislação sobre as empresas públicas. A proposta que já está no Senado é para que as empresas públicas funcionem como empresas privadas. A independência do Banco Central é outra, e fundamentalmente da proposta do pré-sal. Retirar da Petrobras o fato de ter 30% da reserva do pré-sal e abrir isso ao mercado internacional, eles querem tirar isso. Agora façam a ligação, porque os irmãos Koch são os grandes industriais do Petróleo nos Estados Unidos. São os que estão, por exemplo, por trás do cracking nos EUA e na Argentina. Portanto, eles têm muito interesse econômico em receber este recurso.

MD18: Quando o senhor afirma que a mobilização social é quase o único caminho, surge uma questão incontornável. Qual é a possibilidade de acionar recursos jurídicos internacionais?

BSS: Eu acho que várias medidas podem ser tomadas, e eventualmente estão a ser tomadas. Por exemplo, eu mesmo tomei uma iniciativa no âmbito do Fórum Social Mundial de criarmos um tribunal ético internacional. Isto está a causar muita polémica dentro do Fórum porque as correntes dominantes não querem assumir uma posição direta em nome do Fórum. É um debate que eu tenho com o Chico Whitaker, e penso que vou perder este debate. Pelas informações que tenho até hoje, a maioria

das pessoas não quer que Fórum Social Mundial apareça como criador de um tribunal ético. Eu penso que isto é uma derrota enorme. E faço aqui uma crítica porque sou uma das pessoas que esteve no FSM desde o início e sinto que é a sentença de morte do FSM se não tomar nenhuma medida nesta situação em que está o país, que, no fundo, deu ao mundo o FSM, que foi o Brasil.

MD18: Esta recusa se dá por causa das políticas do PT?

BSS: Não, é uma política que surge como medida jurídica, isto é, aparece fundamentalmente como desrespeito pela regra do Fórum. Segundo os princípios, o Fórum não toma posições políticas sobre a agenda internacional. Eu sou membro do conselho internacional e venho lutando pela mudança dessas regras. Bem, tudo leva a crer que as regras não serão mudadas. Em segundo lugar, eu penso que o Tribunal Interamericano de Direito Humanos, a corte, a comissão e o tribunal podem eventualmente ser chamados a se pronunciarem sobre a ilegitimidade deste governo. Eu penso que há uma intenção de apresentar uma queixa na comissão internacional, senão mesmo no tribunal dos direitos humanos, porque o próprio presidente da comissão já mostrou suas reservas ao que está a passar no Brasil. E por outro lado, um dos juízes mais prestigiados da corte, que é o juiz Raul Zaffaroni, da Argentina, também se mostrou completamente adepto disso.

Em terceiro lugar, eu penso que os estudantes mobilizados, os trabalhadores, os imigrantes, todos os que estão fora do Brasil deviam, neste momento, fazer dois tipos de ação. Um movimento de pressão sobre as embaixadas, manifestações na embaixada do Brasil, por todos os meios pacíficos. E, por outro lado, ações junto aos ministérios dos governos estrangeiros destes países. Ações orientadas, praticamente diárias e eventualmente um acampamento, como se faz muitas vezes. Enfim, é preciso ação que eu chamo de extra institucional neste momento. E junto das embaixadas para que isso possa trazer algum impacto mesmo midiático. Penso que as mídias internacionais estão realmente perturbadas com a agressividade do golpe e a agressividade da Globo. O Guardian deu uma matéria em que tornou claro que os jornalistas se sentiam enganados pela Globo. Na medida em que a Globo parecia que estava a transmitir distúrbios, estava efetivamente a provocar distúrbios. Vindo do Guardian, é uma grande condenação. Então, a mídia está dividida e penso que ações inteligentes aqui na Europa, sobretudo, podem ter algum impacto.

Portanto, a vossa responsabilidade aqui é manter esta dinâmica absolutamente forte para aguentar, porque nos movimentos de rua e nos movimentos extra institucionais não podemos estar todos mobilizados ao mesmo tempo. Mas, todos nos ajudamos uns aos outros na mobilização. Isto é, se souberem no Brasil que os estudantes

e imigrantes etc aqui de Paris se juntam para fazer uma ação junto à embaixada e junto aos ministérios dos governos estrangeiros, isso vai animar quem está no Brasil. Ou quem está em Portugal, quem está na Espanha, etc. Vocês têm que não só fazer estas ações como torná-las conhecidas. Portanto, acho que isso é que tem ser feito: uma rede internacional de apoio.

MD18: Frente à crise das instituições, acreditamos que o silêncio e a participação subjetiva do judiciário foram fundamentais para sustentar as bases do golpe. Qual a sua avaliação do dano que o Judiciário brasileiro causou ao Brasil?

BSS: É evidente que o judiciário é uma instância conservadora. O judiciário tem um desempenho extremamente desigual dentro do Brasil. Nós tivemos, no passado, alguns momentos em que o judiciário parecia estar ao lado dos movimentos. Vemos algumas decisões progressistas até do tribunal no que diz respeito à reintegração de posse no caso das ocupações do MST, por exemplo no passado em Pontal do Paranapanema. Mas, é evidente que a grande maioria e a instituição por si própria é conservadora. Ainda que conservadora, mantém mesmo assim alguma ideia de primado do direito. E para saber que a direita não quer o primado do direito, mesmo um primado do direito conservador, vemos o que tem sido tentado aprovar no congresso do Brasil, que a concessão da terra aos povos quilombolas e indígenas saia do STF e passe para o congresso, o que significa que nunca mais nenhuma terra será concedida. Portanto, a direita nem sequer no STF merece confiança. O STF que é, no fundo, a cúpula do sistema. Agora, o grande problema é que sendo uma instituição conservadora como é, ela é muitas vezes presa de uma politização excessiva, óbvia, repugnante, como foi o caso do Sérgio Moro. Um juiz de primeira instância que realmente assumiu como justiceiro privado a Lava Jato, tomando medidas, algumas delas ilegais e inconstitucionais. E aqui é que se nota o caráter conservador do sistema, pois ele não foi disciplinado por irregularidades que cometeu, como por exemplo grampear o telefone da presidente.

Vocês se recordam do clamor que houve no Brasil quando o presidente Obama e a NSA tinham grampeado o telefone da Dilma. Bem, agora um juizinho de Curitiba o faz e não acontece nada. Quer dizer é um escândalo o que se passou. Por outro lado, obviamente que é totalmente seletivo, porque nunca houve tanta luta contra a corrupção como nos governos do PT. A corrupção obviamente atinge sobretudo o PSDB e o PMDB, mas a seletividade da investigação está sobretudo em cima do Lula e da Dilma e de algumas pessoas do PT. E é evidente que tudo isto faz parte da jogada do império. Vocês viram que o Sérgio Moro foi considerado um dos líderes mais influentes do mundo, um dos novos líderes pela Time. Ora bem, a Time atua com a Globo. Ou seja, o imperialismo norte-americano perfeitamente organizado para criar

uma nova liderança política no Brasil. Eventualmente, um presidente daqui alguns anos, porque a própria direita sabe que a maior parte de seus políticos é corrupta. Michel Temer não será mantido, ele está ali para fazer o serviço do golpe. Depois, é evidente que o mandam embora a qualquer momento. Nós não temos de fato, neste momento no Brasil, qualquer garantia jurídica forte contra um golpe desta natureza. Portanto, só há a pressão da rua.

MD18: Sobre o tempo de vida desse golpe, nos parece que há uma expectativa por parte da população de que se realizem novas eleições para reconquistar a democracia. Na sua avaliação, qual a nossa perspectiva de futuro se não conseguirmos reverter este Golpe antes de seis meses?

BSS: É evidente que a pressão das ruas deve ser a máxima pressão durante o período do julgamento do *impeachment*, nestes seis meses. Há várias possibilidades, e todas elas têm vindo a ser discutidas pelos movimentos. Uma delas foi a possibilidade de uma emenda constitucional para novas eleições muito em breve, no outono por exemplo, depois de se criar uma situação de ingovernabilidade no país que faça com que a única solução seja realmente novas eleições. E que pode até ser que a direita ganhe. Mas se a direita é inteligente, pode ser uma direita inteligente, penso que se for as eleições provavelmente ganhe e assim se pacifica. Portanto, pode haver uma aliança não só do movimento popular, mas de algumas forças conservadoras para fazer um projeto eleitoral. Eu penso que se continuar a mobilização popular não vai ser possível aguentar até 2018 sem outra consulta popular. É o melhor que pode acontecer no Brasil.

Agora, o problema é perceber que esta é a proposta mínima, isto é, eleições antes de 2018. Acho que é fundamental para pacificar o país e restaurar a democracia. Mas é um programa mínimo, porque o programa máximo seria uma assembleia constituinte originária. Isto é, fazer uma assembleia constituinte, fazer uma eleição para uma assembleia que fizesse uma revisão da constituição, que é o que está neste momento a ser pedido para uma reforma política. Porque se vamos fazer novas eleições sem mudar o sistema político, vamos ter o mesmo. Portanto, a bala, o boi e a bíblia vão continuar a dominar porque são eles que têm dinheiro para colocar seus capangas no congresso. Portanto, deveria haver uma reforma política. Agora, há realmente espaço político para pedir esta reforma, e uma assembleia? Provavelmente não. Aliás, eu tenho dito que uma assembleia constituinte num momento de grande crise social é complicado. Portanto, o melhor é isso, a pressão, no meu entender acho que muito importante na frente popular, uma pressão para que haja eleições, um processo eleitoral antes de 2018.

MD18: Aproveitando que você está aqui em Paris para uma conferência sobre Epistemologias do Sul, gostaríamos que você nos ajudasse a pensar o que pode acontecer com a inversão das vozes que detêm o poder e o espaço de fala, como acontece com a presença dos negros nas universidades, ocupando lugares de destaque e de tomadas importantes de decisão, de quilombolas lutando pelo reconhecimento de sua ancestralidade, ou dos indígenas que se organizam para defender suas terras e seus saberes. Isso é, de algum modo, a atualização de seu conceito?

BSS: Basicamente, as Epistemologias do Sul são uma proposta que temos vindo a fazer no sentido de valorizar o conhecimento nascido na luta. É justamente disso que estamos falando até agora, dos movimentos sociais e daqueles e daquelas que se mantiveram invisíveis, ocultos, marginalizados ao longo da história. Isto é, os vencidos, digamos assim, dos três grandes modos de dominação contemporânea: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. E fundamentalmente, a minha proposta de Epistemologias do Sul é fortalecer esta resistência e lhe dar valor epistemológico, ou seja, os conhecimentos nascidos na luta são isso.

Portanto, o meu trabalho intelectual não tem nenhuma influência direta, nem quero que tenha diretamente aos movimentos. Eu sou aquele que está na retaguarda, eu aprendo com os movimentos. E, naturalmente, posso ajudar com as minhas posições. Mas é evidente que a energia, a força epistemológica que venham daí, dos movimentos indígenas, dos movimentos quilombolas, das mulheres. São eles que nos têm ensinado muito sobre aquilo que, depois, aparece como epistemologias do sul. É uma tentativa de criar um paradigma não- eurocêntrico na relação filosófica, epistemológica e teórica.

É nisto que estamos. E, hoje, cada vez mais as pessoas estão a absorver esse conceito que é central, de ecologia dos saberes, e junto aos saberes universitário, acadêmico que obviamente todos nós reconhecemos, mas que ele não é único. Há outros saberes e eles têm que se articular com outros saberes.

ESSE BRASIL QUE RESISTE: O GOLPE A INSURGÊNCIA DAS REVOLUÇÕES PEREGRINAS

Bruno Sena Martins⁷¹

Dia 17 de Abril de 2016, enquanto esperava o meu avião no aeroporto de Montes Claros (MG), assisti siderado ao início da votação na câmara dos deputados cujo resultado autorizaria a abertura do processo de destituição de Dilma Rousseff. Digo siderado porque a contagem dos votos indiciava já que o inacreditável o golpe parlamentar seguiria o seu curso; mas siderado igualmente porque as declarações de voto exprimiam um viés na representatividade parlamentar que, não sendo novidade, assumiu todo seu esplendor: longe de representar a diversidade da sociedade brasileira, a Câmara dos Deputados é uma representação tão exata como caricatural de um mundo branco, homofóbico, machista, capitalista, colonialista, normalizador e teocêntrico. Quando aterrei em Belo Horizonte (BH) estava consumada a votação e aberto o caminho para, sob pretexto de uma putativa pedalada fiscal (prática virtualmente universal na gestão do orçamento público), se proceder ao afastamento da presidente eleita em 2014, com mais de 54 milhões de votos.

Sendo um pesquisador português e vivendo em Portugal, ao longo dos últimos anos tenho tido o privilégio de viajar com frequência ao Brasil, onde tenho tomado contacto próximo com a realidade da academia e dos movimentos sociais. Nas diferentes viagens, pelas mais diferentes cidades e estados, a monumentalidade continental do Brasil tem-me exposto à centralidade das formas de desigualdade que vigoram num país ainda profundamente marcado pelo legado de um colonialismo que, naturalmente, persiste um pouco pelo mundo e no país de que sou nacional.

71 Bruno Sena Martins é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Actualmente, desempenha no CES as funções de Vice-presidente Conselho Científico e de Co-coordenador e docente no Programa de extensão académica “O Ces vai à Escola.” É ainda Co-coordenador executivo do Programa de Doutoramento “Human Rights in Contemporary Societies.” É docente no Programa de Doutoramento “Pós-colonialismos e cidadania global.” Entre 2013 e 2016, foi Co-coordenador do Núcleo “Democracia, Cidadania e Direito” (DECIDE).

No dia 18 de Abril, em plena ressaca da votação que legitimava o golpe, após 3 intensas semanas no Brasil, viajei de regresso a Portugal. Viajei, confesso, profundamente, abalado, incapaz de esconder uma outra lágrima de sincera raiva e revolta. Tratava-se de uma dor pelo Brasil, claro, mas tratava-se também de perceber com a desfaçatez do capital financeiro se permitia a humilhar governos democraticamente eleitos, nem sendo necessário que fossem governos de uma esquerda anticapitalista ou revolucionária: a mera defesa de políticas de justiça social justifica, hoje, o terror antidemocrático de um sistema tão esmagador que se posse dispensar a usar armas.

Existe uma tradição de “peregrinos de revoluções”, aqueles que ouvindo notícias do fim de uma ditadura ou de uma tirania política logo se aprestam a fazer as malas para assistir in loco ao dealbar do novo tempo trazido pela promessa de democracia, liberdade e justiça social. Nesse sentido, a minha viagem ao Brasil teria feito de mim, talvez, um “viajante melancólico”, alguém que teve o privilégio de testemunhar em primeira mão os eventos que marcaram uma desesperança política num país que tão radicalmente dependeria dela. A verdade é que na minha bagagem, junto com a cachaça e a pimenta mineira, trazia uma clandestina esperança que de modo algum me permitia cair na melancolia que o quadro governativo naturalmente inspirava. A razão dessa esperança é simples: em sentido contrário ao que pude ver representado na câmara dos deputados, onde a representação do poder hegemónico apareceu grotescamente representado nas palavras que precederam cada “sim” ao *impeachment*, passei também muito tempo com um Brasil que luta e se afirma contra-hegemónico. Um Brasil resistente e insurgente que alia o reconhecimento de extremas desigualdades históricas, a força de movimentos sociais efervescentes alargando as arenas luta e, não como esconde-lo, o papel de capacitação de grupos e sujeitos oprimidos resultantes das políticas de afirmativas encetadas, ao longo de 13 anos, pelos governos do PT.

A primeira vez que viajei ao Brasil, em 2008, tive como destino Belo horizonte. Antes de ir à UFMG, tive oportunidade de conhecer a cidade, naturalmente percebendo como a distribuição económica e racial se ligam na viagem da Savassi para a baixa da cidade, algo igualmente comum em Portugal e nas cidades europeias. Sendo eu negro descendente de avós africanas (Cabo-verde e Guiné-Bissau) e avós portugueses, um pardo na classificação brasileira, a minha atenção, municiada pela perspectiva crítica académica e política, é reforçada pelo autoconsciência sobre o lugar do meu próprio corpo. No entanto, quando cheguei à universidade não pude disfarçar o choque que se traduziu na pergunta que dirigi aos professores que me acolheram: “será possível que em tanto aluno neste campus eu não encontre um único negro?” Logo me explicaram de como a desigualdade económica assente no racismo, de como precariedade da escola pública e a injustiça fiscal concertavam um tal quadro de

ostensiva discriminação. Pois bem, 8 anos depois fui convidado para a mesma universidade numa ocasião que não poderia ter sido mais significativa dos avanços então realizados.

No quadro das ações afirmativas que a UFMG vem promovendo, tive a honra de proferir a Aula Inaugural de Formação Transversal em Relações Étnico-Sociais: História da África e Cultura Afrobrasileira. No auditório, com quase 700 pessoas assistindo, estava uma elevadíssima percentagem de alunos negros, o mesmo que pude encontrar no mesmo campus que 8 anos me havia chocado como um “espaço só para brancos.” Pude perceber a força do discurso pelos direitos dos alunos e docentes negros, o orgulho como a estética afirmando orgulhosamente uma descendência afro era exibida nos corpos (adereços, cabelos frondosos, tranças, turbantes). Ainda na UFMG, apresentei uma palestra perante uma turma constituída por estudantes indígenas. Na Universidade Federal de Ouro Preto encontrei a mesma efervescência política, movida pela força dos movimentos sociais das cotas e das ações afirmativas. Na cidade de Belo Horizonte participei em manifestações contra o golpe em que estavam os mais diversos sectores da sociedade contestatária: LGBT, mulheres, negros, sem terra, sem teto, etc. Visitei a ocupação Tina Martins no centro de BH onde o direito das mulheres contra a violência se celebrava num fervor marcado pela presença das artes de protesto. Finalmente, participei por 3 dias numa Universidade Popular dos Movimentos Sociais, em São João das Missões, no Norte de Minas gerais. Nesse encontro de troca de experiências entre grupos marginalizados, em pleno território Xakriabá, vários elementos de povos indígenas e quilombolas trocaram experiências na esteira das conquistas resultantes da demarcação de regras e do direito a uma educação intercultural. A luta social nos espaços mais recônditos em articulação como uma academia engajada. Perante tanta criatividade, luta e resistência eu não podia sentir que cumpri uma viagem de desesperança política. Sem melancolia, regresssei a Portugal a acreditar na força do Brasil para vencer as manobras de um destino que o seu povo não escolheu e contra relação ao qual, estou certo, resistirá.

Os sinais no Brasil não poderiam ser mãos contraditórios. Mas por muito que a política partidária mostre a força de uma agenda conservadora, existem hoje na sociedade brasileira forças políticas que nasceram nos movimentos sociais q eu puderam ganhar consistência e visibilidade institucional com as políticas doos governos PT. O génio insurgente, uma vez libertado, não poderá voltar a ser colocado dentro da lâmpada. A política do presente ou a ideia que tenhamos de democracia não é separável das lutas históricas pela descolonização dos saberes e dos corpos, ainda por cumprir nas diferentes latitudes do mundo. Vivemos num mundo que é “ainda-colonial”. O pensamento eurocêntrico apagou a violência colonial da história e do pensamento;

esse pensamento é hegemônico em grande parte do mundo e, crucialmente, no espaço acadêmico. Temos de entender a permanência dessa violência, tão insidiosa com incessante, para perceber os caminhos da emancipação social. Ao mesmo tempo em que valorizamos as resistências e as conquistas, cabe compreender que as lutas anticoloniais não terminaram com as independências ou com os valores consagrados – seja no regime internacional dos Direitos Humanos, seja na legislação que, nos diferentes Estados, traduziu políticas de reconhecimento. Descolonizar é, ainda, uma missão crucial para as mulheres e para os homens do século XXI. O pressuposto, nesse sentido, é o de que a herança colonial ainda define algumas das mais decisivas linhas de separação sistema-mundo em que vivemos.

A experiência colonial moderna colocou no centro do mundo colonial-racista a ideia de que corpos dos “menos humanos” são parte dos “territórios” a serem explorados pelo progresso. Por isso, ao falar da descolonização dos corpos, sublinho a urgência de confrontarmos aquilo que há de racista e colonial nas nossas sociedades – em particular, a cor da pele e os indicadores de pertença étnica, que estruturam hierarquias entre sujeitos e grupos sociais, naturalizando desigualdades e produzindo violências sobre aqueles que menos poder têm para as denunciar. Inclusivamente, temos de lutar até mesmo contra uma violência “própria”, no sentido de que, internalizando o preconceito, muitas vezes nos olhamos no espelho através dos olhos do opressor. Foi por isso que o grito “Black is Beautiful” (“O Negro é Bonito”) se tornou fulcral na luta dos negros estadunidenses.

A descolonização dos corpos só irá se cumprir quando formos capazes de nos libertar dos legados imperiais que estabelecem hierarquias econômicas, políticas e estáticas. É através dos nossos corpos que podemos sentir a subjugação ou o poder revolucionário anticolonial. A descolonização dos corpos depende crucialmente das lutas com que os habitaremos, aprendendo com as inúmeras histórias de coragem e resistência daqueles que nunca aceitaram ser tratados como menos humanos e daqueles que, enfim, nos ensinam que a ideia de humano tem muito a aprender como o espírito de cada lugar. Recuperar a democracia no Brasil, dizendo não ao golpe, é parte de uma luta histórica contra o avanço de um poder racista, patriarcal e capitalista. A efervescência social e política dos grupos historicamente oprimidos é um sinal absoluto de esperança no Brasil. Da memória dos dias tristes em que tentaram acabar com a democracia no Brasil, acredito, nascerão outras flores e outras revoluções. Estaremos cá para as viver. Não ao golpe.

INSTITUIÇÕES E GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA CONTRA O GOLPE NO BRASIL

Carol Proner
Gisele Cittadino⁷²

Diversos blogs e jornais no Brasil e na América Latina divulgaram matérias entre os meses de março e julho de 2016 nos quais que dão a conhecer as manifestações de líderes da América Latina e de representantes de organismos internacionais que têm condenado a iminência de um golpe no Brasil.

Entre as notícias mais impactantes está a opinião do próprio secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, o qual opina não haver fundamento jurídico para tirar a presidenta Dilma Rousseff do cargo. Segundo o secretário, Dilma demonstra um claro compromisso com a transparência institucional e com a defesa dos ganhos sociais alcançados pelo país na última década: “Neste momento, a sua coragem e honestidade são ferramentas essenciais para a preservação e o fortalecimento do Estado de Direito”, disse Almagro.

Outras manifestações relevantes provêm dos governos do Uruguai, da Bolívia e da Venezuela.

Em comunicado da chancelaria uruguaia, reproduzido pela agência EFE, afirma que o Uruguai, fiel defensor do princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados e ao mesmo tempo respeitoso do Estado de Direito e dos valores democráticos, confia que as diferenças internas existentes no Brasil serão resolvidas no marco do regime democrático.

Pela Bolívia, o presidente Evo Morales⁷³ se pronunciou em reunião com mineiros no povoado de Colquiri dizendo que a direita no Brasil quer voltar por meio de um

72 Carol Proner é professora de direito internacional da UFRJ; Gisele Cittadino é professora de direito constitucional da PUC/RJ. Ambas participam da organização da presente coletânea e produziram o texto relatorial apenas com o objetivo de reunir posicionamentos governamentais e institucionais diante do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff.

73 Evo Morales convoca América Latina contra “golpe no Brasil” -<http://www.jornaltornado.pt/evo-morales-convoca-america-latina-golpe-no-brasil/> ...

golpe no Congresso e um golpe judicial para castigar o Partido dos Trabalhadores, o partido do companheiro Lula, e para tirar e julgar a companheira.

Já Rafael Correa, Presidente do Equador, em entrevista veiculada na televisão estatal, denunciou que está em curso no continente latino-americano um “novo plano Condor” contra os governos progressistas da região do qual faria parte o ataque jurídico-midiático ao governo Dilma: “Já não se precisa mais de ditaduras militares, se precisa de juízes submissos, se precisa de uma imprensa corrupta que inclusive se atreva a publicar conversas privadas, o que é absolutamente ilegal”, disse Correa.

O Presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, se pronunciou em discurso no Palácio de Miraflores por entender que no Brasil há um golpe de estado midiático e judicial contra a presidente Dilma Rousseff e contra Lula da Silva, líder do Brasil e América”.

Outros países são menos claros quanto ao posicionamento. O Chile, por meio de comunicado de Michelle Bachelet⁷⁴ enviado a partir de uma viagem à Suíça, tem se firmado preocupação e atenção: “O Chile tem seguido com atenção os recentes sucedidos políticos no Brasil, país de histórica relevância econômica, diplomática e cultural para o Chile, incluindo durante o período da administração da amiga presidenta Dilma Rousseff, com a qual temos mantido excelentes relações” (...) “O governo do Chile expressa sua preocupação pelos acontecimentos dos últimos tempos nessa nação irmã, que têm gerado incertezas em nível internacional, considerando a gravitação do Brasil no âmbito regional”, continua o texto.

Quanto ao presidente argentino Mauricio Macri, em certo momento defendeu apoio institucional desde Buenos Aires à Presidência no momento em que Lula foi nomeado Ministro da Casa Civil: “Quero crer que ela fez isso para fortalecer seu governo do ponto de vista operacional, não para encobrir uma causa judicial. Desse ponto de vista, é absolutamente válido. Agora, não cabe a segunda intenção, que não me consta”.⁷⁵ No entanto, mais recentemente a ministra de Relações Exteriores, Susana Malcorra, publicou no Twitter que o governo de Mauricio Macri “respeita o processo institucional” que se desenvolve no Brasil: “Tendo em conta os acontecimentos registrados no Brasil, o governo argentino manifesta que respeita o processo institucional que se está desenvolvendo. A Argentina continuará dialogando com as autoridades constituídas para seguir avançando com o processo de integração bilateral e regional. Confiamos que o desenlace da situação consolide a solidez da democracia do Brasil”,

74 <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/05/paises-se-pronunciam-sobre-o-afastamento-de-dilma-da-presidencia-3090.html>

75 <http://openermedia.blogspot.com/2014/05/america-latina-instrumentos-de.html>

afirmam as mensagens publicada após a decisão do Senado de admitir o processo de *impeachment* e afastar a presidente Dilma Rousseff do cargo.

Vale ainda pontuar a posição da Unasul frente ao processo de *Impeachment* brasileiro. O secretário-geral da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), Ernesto Samper, afirmou que não vê, até o momento, a existência de ruptura democrática no Brasil em meio ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Mas ressaltou que se o rito seguir “nas circunstâncias atuais”, em menção à falta de isenção no julgamento e ao forte caráter político do processo, “podemos chegar a ter que consultar os demais países do bloco sobre aplicar ou não a cláusula democrática”.

Disse ainda ter esperança de que o STF (Supremo Tribunal Federal), “que terá a tutela do julgamento, já que seu presidente terá a obrigação constitucional de presidir a sessão que estabelecerá a oitiva da mandatária”, garanta o direito de defesa a Dilma.⁷⁶

76 <http://www.brasil247.com/pt/247/mundo/231919/Unasul-n%C3%A3o-descarta-usar-cl%C3%A1usula-democr%C3%A1tica-contra-golpe-no-Brasil.htm>

GOLPE BRANCO NO BRASIL

Carol Proner⁷⁷

Dilma Rousseff aproveitou a ocasião da cerimônia de assinatura do acordo de Paris sobre Clima, nas Nações Unidas, para dizer *“não posso terminar minhas palavras sem mencionar o grave momento que vive o Brasil. À despeito disso, quero dizer que o Brasil é um grande país com uma sociedade que soube vencer o autoritarismo e construir uma pujante democracia. Nosso povo é um povo trabalhador e com grande apreço pela liberdade, saberá, não tenho dúvidas, impedir quaisquer retrocessos”*.

Apesar do cuidado com as palavras e de ter escolhido não utilizar, na ONU, a palavra “golpe”, é inequívoca a intenção de trazer luz ao que acontece no país e resistir a um novo tipo de quebra da legalidade que exigirá da Comunidade Internacional formas igualmente inovadoras para preservar a democracia e a segurança dos mandatos governamentais.

A ciência política costuma diferenciar as expressões “golpe de estado” e “golpe branco”. Os primeiros são entendidos como ataque a um líder político e derrubada da ordem constitucional com o uso da força ou violência, normalmente com o apoio das forças armadas. Já o “golpe branco”, gênero do qual decorrem muitas espécies, ocorre quando a conspiração tem por objetivo a ruptura constitucional por meios parcial ou totalmente ilegais embora com aparência de normalidade.

Os “golpes brancos” são novidades, neogolpismos que não obedecem um único modelo, mas que possuem características semelhantes. São os chamados “golpes dentro da lei” feitos por setores do poder legislativo apoiados em outras instituições do Estado que dão consecução a uma série de atos de desgaste do poder constituído até o momento da ruptura da legalidade constitucional e a substituição por uma aparente legalidade.

77 Carol Proner é professora de Direito Internacional dos cursos de Defesa e Gestão Estratégica e de Direito da UFRJ. Diretora do Master Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo UPO-UNIA, Sevilla. Artigo originalmente publicado em “Resistência ao Golpe de 2016”, Editora Praxis, 2016.

A imprensa internacional vem denunciando cada dia com maior clareza o que reconhece como “golpe parlamentar” no Brasil, compreendendo que a consumação da quebra democrática se verifica na abreviação do mandato presidencial por um Congresso Nacional eivado de ilegitimidade com mais de 60% dos membros envolvidos em processos de corrupção. Apesar da complexidade dos atores e instituições que compõem a trama do processo de *impeachment*, incluindo o Supremo Tribunal Federal, não é difícil reconhecer que os mecanismos do “golpe branco” estão em curso pela inexistência de comprovação de tipicidade e autoria dolosa do cometimento de crime de responsabilidade por parte da presidência. E se ainda não está claro para alguns, a história, com o devido distanciamento, comprovará um novo tipo de golpismo, seus inúmeros responsáveis e as consequências trágicas dessa quebra democrática para a sociedade brasileira.

E o caso brasileiro se soma a outros que vem sendo vividos na América Latina. A região já foi palco de diversos “golpes de estado” violentos, com mando militar, isso durante o combate ao expansionismo comunista na Guerra Fria resultando na instalação de ferozes ditaduras no Chile, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia que deixaram não apenas feridas abertas, mas também mecanismos civil-institucionais que permaneceram atuando nas transições para a democracia, transições pactuadas e permanências autoritárias em muitos sentidos. No caso do Brasil, há diversos exemplos da legalidade autoritária da ditadura que ainda permanece vigente em forma de decretos ditatoriais, na burocracia verticalizada que rege processos públicos de gestão, entulhos autoritários que na atual crise facilitam a impetração do golpe em andamento.

Antes de destacar as características do processo brasileiro, vale mencionar outros dois casos latino-americanos que fazem parte da safra dos neogolpismos no século XXI. Trata-se do golpe de Honduras em 2009 e do Paraguai em 2012.

No caso hondurenho, recordamos que o pedido de prisão preventiva do então Presidente Manuel Zelaya foi feito pelo Ministério Público alegando irregularidades para a realização de uma consulta popular sobre a realização de uma constituinte, conduta entendida como “traição à pátria” e “subterfúgio para se perpetuar no poder”. Em ação coordenada entre membros das forças armadas, judiciário e legislativo, Zelaya foi retirado de casa ainda de pijama, levado a uma base aérea e colocado em um avião com destino à Costa Rica, ou seja, foi exilado forçosamente contrariando a Constituição do país e abrindo uma crise de grande repercussão internacional denunciada imediatamente por diversos países. Entre tantas minúcias do caso vale destacar o posicionamento dos organismos internacionais e dos Estados Unidos a respeito. O presidente Obama, diante do evidente escândalo, declarou ser um golpe

e que mesmo no exílio Zelaya ainda era o presidente de Honduras. O Estado hondurenho foi denunciado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Organização dos Estados Americanos. O desfecho é complexo, um novo presidente, Roberto Micheletti, assumiu após uma suposta carta de renúncia e a decisão da Suprema Corte hondurenha foi no sentido de que Zelaya incorrera em diversos crimes, aconselhando o Legislativo a afastá-lo do cargo com a respectiva perda de foro privilegiado. Apesar da incisiva pressão internacional para impedir o reconhecimento do novo governo, as eleições do fim de 2009 deram a vitória a Pepe Lomo que contou com o reconhecimento imediato de muitos países, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Peru. Outros países tardaram a reconhecer, como foi o caso da Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, Brasil, Equador, França, Guatemala, Nicarágua, Uruguai e Venezuela, bem como o Mercosul e a UNASUL. No caso do Brasil as relações com Honduras só foram regularizadas em 2011, ano em que Zelaya, que havia permanecido na República Dominicana, pode retornar ao país por meio de processo de Anistia.

No caso paraguaio, o golpe reuniu as forças mais conservadoras do país e mesmo faltando apenas nove meses para o fim do governo, o processo de *impeachment* sumarríssimo ocorreu em pouco mais de 24 horas com a acusação de que Fernando Lugo governou de maneira “imprópria, negligente e irresponsável”, gerando “constante confrontação e luta de classes sociais, que como resultado final trouxe o massacre entre compatriotas”. Vários eram os motivos, mas o principal foi o violento confronto entre trabalhadores sem-terra na região leste do país com o saldo de 17 mortes, sendo 6 de policiais. O Senado concedeu a Lugo o tempo de duas horas para se defender e o condenou por 39 votos contra 04. Por evidente cerceamento de defesa, o presidente ainda tentou impetrar, sem sucesso, ação de inconstitucionalidade perante a Suprema Corte do Paraguai. Mesmo com milhares de pessoas reunidas na Praça de Armas em frente ao Congresso, em discurso pós decisão Lugo figurou como um derrotado que se submeteu ao juízo colegiado entendendo-o como um “mecanismo constitucional”. Nas palavras de Lugo “Não é mais um golpe de estado contra o presidente, é um golpe parlamentar disfarçado de julgamento legal, que serve de instrumento para um *impeachment* sem razões válidas que o justifiquem.” O processo foi considerado ilegítimo pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tendo gerado crise diplomática com países sul-americanos integrantes da UNASUL, do Mercosul (suspensão do bloco) e da União Europeia. O Paraguai foi denunciando na Organização dos Estados Americanos (OEA) pelo “golpe encoberto” e a então secretaria de estado norte-americana Hillary Clinton manifestou preocupação com os acontecimentos no país. Em abril de 2013 foram realizadas eleições tendo sido empossado o empresário

Horácio Cartes e, a partir de então, os países sul-americanos passaram a normalizar a situação de reconhecimento internacional.

Pois bem, o caso brasileiro é bastante diverso em muitos aspectos, mas nem por isso afasta os elementos de uma espécie inédita de “golpe branco”, um golpe travestido de constitucionalidade. A identificação da origem da atual crise brasileira depende do ponto de vista e da ênfase que se quer dar, é complexa e vai de questões sociais, crise econômica, desgaste político até chegar a problemas de geopolítica regional, projetos na área energética e de defesa externa, mas e sem entrar nas minúcias, o que está evidente é a participação coordenada ou não de diversas instituições do Estado para colaborar com um objetivo-fim: a abreviação do mandato constitucional de Dilma Rousseff, eleita no pleito de 2014 com 51,64% dos votos válidos representando 54,5 milhões de eleitores.

Especificamente o processo de *impeachment* se alimenta de um desgaste de governabilidade que acontece por diferentes motivos (índice de popularidade em torno dos 10%) mas que se agrava pelo incessante travamento das pautas no Congresso durante os últimos dois anos, afetando principalmente a implementação do plano de austeridade para a recuperação da economia. O comportamento de traição dos partidos da base aliada, especialmente do PMDB minaram forças e aceleraram diversas contradições que eclodem agora. Ao mesmo tempo, se intensificaram os resultados parciais da Operação Lava Jato, conduzida pela polícia federal e que apura escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro. A investigação revelou uma corrupção sistêmica que envolve mais de 60% do Congresso Nacional, entre os quais o vice-presidente Michel Temer. Segundo a ONG Transparência Global, dos 513 deputados, 303 são investigados por algum crime e no Senado o número ultrapassa os 50%, chegando a 49 senadores entre os 81 envolvidos em alguma investigação.

No caso brasileiro, portanto, o destaque acintoso decorre da inidoneidade de um Congresso engolfado em processos de corrupção, liderado pelo indecoroso e já célebre presidente da Câmara o deputado Eduardo Cunha (acusado historicamente em diversos processos de corrupção e com contas comprovadas em paraísos fiscais). Se no golpe paraguaio o destaque escandaloso foi o processo relâmpago de 24 horas que expurgou Lugo do mandato constitucional e se no caso hondurenho o destaque foi a expulsão a fórceps do mandatário em pijamas, no caso brasileiro o “Fator Cunha”, o “Fator Temer” e “um Congresso corrupto e traidor” causam perplexidade da comunidade internacional. O aspecto ético é definitivo para demonstrar a injustiça cometida contra Dilma Rousseff, considerada uma mulher honesta e íntegra.

Mesmo a imprensa conservadora, como é o caso da revista inglesa *The Economist*, aponta o vexame internacional do *impeachment* aprovado pela Câmara entendendo

que os delitos fiscais atribuídos a Dilma são muito menores que os de seus algozes. A imprensa internacional já questiona a legitimidade de Michel Temer para governar o país, argumento que será suficiente para que não venha a ser reconhecido pelas nações latino-americanas, por países europeus, por membros dos BRICS e provavelmente mesmo pelos Estados Unidos em ano eleitoral.

Mas a complexidade do “golpe branco” no Brasil é imensa e demandará coragem aos que o denunciarem, pois que já se revelam diversos “golpes dentro do golpe” numa espécie de caça às bruxas de tipo constitucional e regulamentar promovidos pelas mesmas instituições que asseguram o processo maior. Há o poder judiciário atuando com um ativismo jamais visto, há o Supremo Tribunal Federal que, se eximindo de responsabilidade quanto ao momento político, limita-se ao exame legalista das matérias que lhe são atribuídas, há também a pronúncia de alguns ministros da suprema corte que, enfáticos, afirmam a constitucionalidade do processo de *impeachment*, há o ministério público com setores persecutórios enraivecidos ideologicamente, há a polícia federal mais autônoma que em qualquer outro momento da história (mérito do Governo Dilma) e que serve de engrenagem persecutória, há a grotesca manifestação do legislativo oportunista que vive o momento como novas eleições e há, por fim, o mais importante, o processo brasileiro também contém um ingrediente indispensável, a mídia golpista trabalhando diuturnamente para que chegue a bom termo a investidura de candidato ligado aos interesses do grande capital.

Por tudo isso, o discurso da Presidenta Dilma Rousseff nas ONU, ainda que pouco contundente se comparados a outros momentos nos quais denunciou abertamente sofrer um golpe, representa o sinal oficial que faltava para que o Brasil passe a receber apoios internacionais em decorrência da incidência de Cartas Democráticas e da principiologia basilar do direito internacional que reconhece a democracia representativa como indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento internacional.

CLÁUSULAS DEMOCRÁTICAS PARA RESISTIR AO GOLPE

Charloth Back
Carol Proner⁷⁸

A presidenta Dilma Rousseff concedeu uma entrevista a jornalistas estrangeiros após participar da cerimônia de assinatura do Acordo do Clima de Paris, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, no mês de março de 2016. Naquela ocasião, Dilma abriu a possibilidade de invocar a cláusula democrática do MERCOSUL em razão do processo de *impeachment* ilegítimo em curso contra ela no Congresso Federal.

“Eu alegarei a cláusula, inexoravelmente, se caracterizar-se, de fato, a partir de agora, uma ruptura do que eu considero processo democrático. Agora, quando isso ocorrerá, depende de fatos que eu não controlo”, disse a Presidenta. A invocação dessa cláusula teria como objetivo a punição do Brasil junto ao bloco regional, assim como ocorreu com o Paraguai após o processo de *impeachment* sumário do presidente Fernando Lugo, em 2012.

Dilma disse que vai lutar até o fim pelo seu mandato, legitimado pelo voto democrático do povo brasileiro. “Há um obstáculo no Brasil. Não há a harmonia e interdependência de poderes, esse é o problema da institucionalidade democrática que está sendo rompida. [...] Para além do meu mandato, tem uma luta que não parará no Brasil, a menos que os golpistas recuem e sejam derrotados imediatamente. Se isso não ocorrer, eu te asseguro que esta luta continuará”, disse Dilma.

Segundo ela, é “constrangedor” afastar uma pessoa inocente do poder; a única governante em exercício que, segundo Chomsky (2016), não esteve envolvida em escândalos de corrupção ou praticou condutas ilícitas. Dilma observou que há uma adesão crescente da população brasileira, que está cada vez mais consciente do processo golpista em curso no país. “Eu sou de fato vítima de um processo e, cada vez mais,

78 Ambas professoras de direito internacional do Curso de Defesa e Gestão Estratégica (DGEI) e do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

acho que as pessoas se conscientizam disso. Eu acho que sou muito incômoda, e não tem nada mais incômoda do que uma inocente”, completou.

A democracia e os processos democráticos são preocupações cada vez mais relevantes para a comunidade internacional. A Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993 reforça a concepção contemporânea da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, quando, em seu parágrafo 5º, afirma que os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. No mesmo documento é afirmada a interdependência entre os valores dos Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento.

Na atualidade, os direitos políticos, em razão de sua importância na garantia do exercício da democracia efetiva são reconhecidos como uma categoria pertencente à proteção internacional dos direitos humanos e, por isso, objeto de análise por parte das instituições internacionais. As organizações internacionais afirmam de maneira crescente que um compromisso com os resultados eleitorais, com a vontade popular e com o pluralismo político é essencial para assegurar uma proteção institucionalizada de todos os direitos humanos. Nesse sentido, problemas ou vícios no processo eleitoral, com relação aos princípios que o regem ou aos procedimentos que regulam seu exercício assim como procedimentos que deslegitimem a vontade popular democraticamente escolhida por meio do voto são considerados violações a direitos humanos, uma vez que maculam o livre exercício dos direitos políticos e os valores fundamentais do regime democrático.

Especificamente na região americana, a promoção, a defesa e o fortalecimento da democracia são temas prioritários da agenda hemisférica. A importância da manutenção dos processos democráticos e a vontade de se evitar rupturas na ordem democráticas foram consolidadas nas cláusulas democráticas regionais - Cláusula Democrática do Mercosul (Protocolo de Ushuaia II, 1998), Cláusula Democrática da UNASUL (Protocolo de Georgetown, 2010) e Carta Democrática Interamericana da OEA (2001). Todos estes instrumentos normativos são normas fundamentais e obrigatórias aos seus Estados-partes signatários; e o pleno funcionamento das instituições democráticas constitui um pressuposto para o ingresso e para a permanência dos países nos processos de integração da nossa região (CANÇADO TRINDADE, 2003).

As cláusulas democráticas instituem uma espécie de *accountability* dos governantes latino americanos perante a comunidade internacional. O monitoramento do que ocorre dentro de cada país é feito pelas instituições regionais e pelos Estados membros que participam de tais arranjos políticos. Sendo assim, Franck (1992) considera que a democracia se constitui como um direito a ser reclamado e reivindicado no caso de uma violação de tal obrigação.

De acordo com Bobbio (1992), a democracia surge como uma das formas de governo, na qual o poder não está nas mãos de poucos, mas sim de todos, o da maior parte; desta maneira, se contrapõe às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. O fim último da democracia seria a distribuição do poder político entre todos os cidadãos. O direito à democracia, nesse sentido, decorreria da obrigação que os governos instituídos têm de assegurarem os direitos inalienáveis dos cidadãos de escolherem e consentirem soberanamente sobre os rumos do país e sobre aqueles que devem ser investidos nos cargos representativos.

Ademais, no Direito Internacional contemporâneo, a democracia e o respeito aos processos democráticos têm condicionado a validade ou o reconhecimento dos governos no plano internacional. Existiria um poder legitimador da comunidade internacional que está condicionado pelo respeito às regras do jogo democrático e aos direitos humanos. Essa inter-relação entre o exercício efetivo da democracia e a garantia dos direitos humanos tem se convertido, nos últimos anos, em uma obrigação jurídica internacional de reclamação internacional e de responsabilização internacional por rupturas democráticas, sustentada pelo costume e pela interpretação dos tratados de Direito Internacional dos Direitos Humanos conjuntamente com as cláusulas democráticas.

Nesse sentido, existe o crescente reconhecimento no direito internacional de uma capacidade jurídica para reclamar e exigir o exercício efetivo da democracia, que tem como seu correlato uma obrigação da comunidade internacional de atuar para proteger ou para promover a democracia. Essa “habilitação democrática” (ALICE, 2004), a possibilidade de atuação internacional contra rupturas democráticas, surge da consolidação das normas internacionais e principalmente da prática dos Estados e das organizações globais e regionais, que valorizam progressivamente os processos eleitorais participativos que expressem verdadeiramente a vontade soberana do povo.

A consolidação das cláusulas democráticas do MERCOSUL, da UNASUL e da OEA e a sua utilização cada vez mais frequente para prevenir e reprimir rupturas democráticas ilegais são expressões dessa participação das organizações internacionais nos processos político eleitorais, principalmente na região latino americana. À medida que a vigência da democracia na região é afirmada, aumenta também a necessidade de os governos serem democraticamente legítimos perante os seus cidadãos e perante os organismos internacionais. Nesse sentido, afirma-se que se consolida um princípio internacional emergente de direito à democracia, que pode ser sustentado por normas internacionais de direitos humanos.

O golpe branco levado a cabo no Brasil por representantes eleitos, auxiliados pela grande imprensa, que instrumentalizam a usurpação da soberania popular,

coabrindo-a de uma roupagem jurídico procedimental de respeito à Constituição, é uma clara violação das cláusulas democráticas assinadas pelo Estado brasileiro junto ao MERCOSUL, à UNASUL e à OEA. O discurso legalista que disfarça os mais variados interesses políticos, econômicos e sociais dos grupos que planejam retirar das populações os seus direitos políticos mais fundamentais - os quais têm dado a pessoas antes excluídas do sistema político a possibilidade de ter voz, acesso e participação efetivas, seja por meio do voto ou por meio da candidatura a cargos eletivos - encobre uma patente ruptura do processo democrático brasileiro. Tal processo golpista pode ensejar uma robusta reação jurídico-política das organizações internacionais e da comunidade internacional com base no direito à democracia.

Esta reação já tem o apoio político dos representantes da UNASUL e da OEA. Luis Almagro Lemes, secretário-geral da OEA, em encontro público com Dilma, considerou preocupante o quadro político no Brasil, uma vez que o processo de *impeachment* em curso não tem base legal, uma vez que não existe nenhuma acusação contra a presidente. Ele também afirmou que dependendo de como evoluir a questão do *impeachment*, a OEA pode invocar a cláusula democrática. Em nota oficial de 15 de abril de 2016, Almagro disse que o “*impeachment* constitui um ato de flagrante ilegalidade”, e que a OEA “fez uma análise detalhada sobre o julgamento político que teve início contra Dilma e concluiu que não se enquadra nas normas que sustentam esse procedimento”. O secretário-geral da UNASUL, Ernesto Samper, por sua vez, se posicionou de maneira semelhante, dizendo que “aceitar que um mandatário possa ser tirado do cargo por supostas falhas em atos de caráter administrativo levaria a uma perigosa criminalização do exercício do governo por razões de índole simplesmente políticas”.

Esta é a motivação de fundo que levou deputados do Partido dos Trabalhadores a representarem frente à Comissão Interamericana ainda durante o processo do *impeachment* (a cópia da representação pode ser acessada no presente livro), visto que os abusos procedimentais que dão aparência de legalidade ao juízo jurídico-político contra a Presidenta Dilma não foram coibidos pela Suprema Corte do país.

O STF, enquanto guardião e último interprete da Constituição brasileira, rejeitou toda a possibilidade de intervenção no processo de acusação contra a Presidenta apenas cumprindo o papel procedimental do rito do *impeachment*. Afastou todas as petições das vítimas para interceder em nome do mandato constitucional e do interesse de 54 milhões de brasileiros que exerceram o mais universal e basilar direito das democracias modernas e, como tal, sobram razões para a petição junto à OEA e também a invocação da cláusula democrática para censurar governos ilegítimos e evitar que esta nova modalidade de interrupção da vontade popular e democrática prevaleça como forma de poder.

COMUNICADO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CLACSO⁷⁹

Pablo Gentili

Prezados/as colegas, amigos e amigas,

Hoje, no Brasil, foi dado mais um passo no processo de desestabilização institucional que tentam perpetrar um setor do Poder Judiciário, da Polícia Federal, dos monopólios dos meios de comunicação e as forças políticas que foram derrotadas nas últimas eleições nacionais. Uma desestabilização da ordem democrática que tem como objetivo principal impedir que as forças progressistas sigam governando o país e, especialmente, acabar definitivamente com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com sua figura mais emblemática, o ex-presidente Lula.

Isso é o que está em jogo e o que explica as múltiplas ações judiciais, denúncias da imprensa nunca comprovadas, insultos, ameaças, ataques públicos e uma persistente ofensiva parlamentar por parte das forças mais conservadoras e reacionárias do país.

Tenta-se criminalizar e responsabilizar o PT e o seu presidente de honra em atos de corrupção, usando fatos que a justiça ainda investiga como se fossem parte de um plano orquestrado no próprio núcleo do poder. Isto é, nos mandatos presidenciais de Lula e Dilma Rousseff. Encontrar uma conexão entre ambos os presidentes e os fatos de corrupção analisados pela Justiça é a grande obsessão e, talvez, a única carta que a direita brasileira tem hoje para voltar ao poder, destruindo os avanços democráticos da última década.

O que está em jogo é o futuro do Brasil como nação democrática.

Obviamente, a oposição tem todo o direito de aspirar ao poder. Mas, depois de 30 anos de democracia, já deveria ter aprendido que a única forma de fazer isso é pelo voto popular. Não aprendeu. Depois da última derrota eleitoral, tenta voltar pela via

79 CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CLACSO, Rio de Janeiro, 04 de março de 2016. Pablo Gentili - CLACSO / Secretário Executivo.

de um golpe judicial ou de um *impeachment*, cuja fundamentação jurídica e política não é outra senão a necessidade de retirar do povo o seu mandato soberano.

Nada foi comprovado sobre a vinculação do ex-presidente Lula ou da presidenta Dilma Rousseff com qualquer fato ilícito. Mas dezenas de calúnias foram elaboradas contra eles.

De qualquer forma, os poderes golpistas sabem como agir. E agem. Se não podem encontrar provas que confirmam as denúncias, podem criar feitos que, diante de uma opinião pública atordoada e confusa, faz parecer culpados aqueles que não são. O Estado de Direito se desmonta quando um dos princípios que o sustentam se desintegra frente às manobras autoritárias do Poder Judiciário e do sistemático abuso de poder de uma Polícia que demonstrou ser mais eficiente matando jovens pobres inocentes que controlando as principais redes do delito que operam no país.

Hoje pela manhã, um imenso operativo policial invadiu a residência do ex-presidente Lula e o deteve com um mandato de “*condução coercitiva*”.

Um mandato de condução coercitiva é um dispositivo da autoridade pública para fazer com que alguém, que não tenha recebido uma intimação devida e que cujo depoimento é de fundamental importância para uma causa penal, apresente-se diante da Justiça. O risco de fuga ou o perigo oferecido pelo sujeito, assim como seu descaso pela citação judicial, obrigam o uso deste mecanismo coercitivo.

Seria razoável aplicá-lo a um ex-presidente da república que sempre se apresentou a declarar quando foi solicitado?

Sim, se o que querem é humilhá-lo, destituí-lo de autoridade, imobilizá-lo, desmoralizá-lo diante da opinião pública brasileira e do mundo. Hoje, os diários e noticiários de todo o planeta mostrarão a um Lula sendo levado pela Polícia Federal em meio a um forte esquema de segurança. Farão isso como se fosse um delinquente. Não foi preso nem é culpado em termos jurídicos, é verdade. Mas quem se importa com isso? Parece “preso”. E com isso é suficiente, pelo menos, por agora.

Não deve surpreender que o fato aconteça menos de uma semana depois que, no festejo dos 36 anos do Partido dos Trabalhadores, o ex-presidente Lula tenha manifestado que, se fosse necessário e imprescindível, seria ele quem assumiria o desafio de se apresentar como candidato das forças progressistas na próxima eleição presidencial. Naquele momento, milhares de militantes ofereceram seu apoio e solidariedade diante dos ataques recebidos.

A resposta da justiça golpista não demorou a chegar.

Há 25 anos escolhi o Brasil como o país em que queria viver e criar os meus filhos. Aqui, passei quase a metade de minha vida. Como intelectual, como militante e como brasileiro por escolha, me sinto profundamente envergonhado e indignado. Aqui não

está em jogo nenhuma causa pela justiça, a transparência nem o necessário combate à corrupção. Aqui está em jogo um projeto de país e, não tenho dúvida também, um projeto para a região. O golpe judicial, policial e midiático que ocorre no Brasil não é alheio à situação que vive o continente e os ventos que correm a favor das forças conservadoras e neoliberais em toda a América Latina.

Tentam mudar a história, manipulando-a a favor dos seus interesses antidemocráticos. Não conseguirão.

Expresso aqui minha plena e fraterna solidariedade com o ex-presidente Lula e sua família.

Faço isso convencido de meu dever como responsável por uma das maiores redes acadêmicas do mundo. Não escrevo estas linhas representando as instituições que compõem o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) nem, muito menos, em nome das pessoas que trabalham nelas. Entretanto, tenho certeza que serão muitos os que somarão seu grito de indignação diante de uma ofensiva que não conseguirá diminuir nossa energia militante nem nosso compromisso inabalável com as lutas pela transformação democrática da América Latina.

A VERY BRAZILIAN COUP

Costas Douzinas⁸⁰

Over the last twenty years we have experienced all over the world a postmodern mutation of the classical coup d'état or putsch that "respects" our epoch's commitment to democracy-lite and human rights. Banks have replaced tanks, threats substitute bullets and parliamentarians take precedence over colonels.

This modernisation of the putsch was prophetically advertised by the Labour MP Chris Mullin in his 1982 novel *A Very British Coup*.¹ Inspired by left-winger Tony Benn's candidacy to become deputy leader of Labour, it tells the story of Harry Perkins, a working class leader winning the 1991 elections. The Labour manifesto promises to break up media monopolies, withdraw from NATO and the EU, remove American military bases, abolish the House of Lords and introduce true open government. To avoid the IMF conditionalities, the government agrees a loan with the Soviet Union. The fearful establishment organizes an elaborate conspiracy.

Media magnates, top civil servants, the financial world, the MI5 and the CIA conspire to stop the government. The stock market and the pound fall dramatically, firms close factories and relocate overseas, a bank run is orchestrated. Extramarital affairs and youthful misdemeanors are plastered all over the papers. Eventually after an accident in a nuclear plant, probably engineered by the conspirators, the government resigns.

In 1997, Turkey experienced a real postmodern coup. The Turkish Security Council published a statement on the Army website asking the politically Islamist government to change its policies. Within a couple of days, the government of PM Erbakan resigned and his party was dissolved. The resentment against the Army and the deep state led eventually to the repeated victories of Erdogan, Erbakan's political heir. Sometimes conspiracies work against the conspirators.

80 Member of Hellenic Parliament, Professor of Law, University of London.

The negotiations between the radical left Syriza government and the “troika” of European Union, European Central Bank and International Monetary Fund over the future of Greece were nothing less than a very European coup. It added new 1 Chris Mullin, *A Very British Coup* (Serpent’s Tail, 2010) dimensions to the English novel and the Turkish putsch.

The Europeans did not threaten Greece with tanks but with banks and the euro printing presses. Throughout the negotiations in 2015 and still today, the German finance Minister Wolfgang Schäuble and Donald Tusk, the President of the European Council, kept issuing hostile ultimatums. The Syriza proposals would ease the burden on the people, the Greeks have suffered a 25% GDP fall, a 30% unemployment and 40% reduction of living standards over five years. But for the European elites, these policies are naïve, a “Trojan horse”, if the “Greeks win, their disastrous ideology would contaminate the rest of Europe, starting with Spain”.

Following the German lead, the black arts of threat, blackmail and misinformation were put into overdrive. Daily anonymous briefings and hostile commentary against the government in the press were accompanied by official threats about ‘Grexit’, fiscal strangulation and switching off the standard funding of domestic banks by the ECB. An elaborate operation of “Get Syriza” was put into overdrive. Finally, in late June 2015, the government announced that it could not accept the deal the Europeans proposed. It put to the people in a referendum and advised rejection.

Immediately afterwards, the European Central Bank forced a closure of high street banks and the imposition of draconian capital controls.

Despite this unprecedented attack, 62% of the people rejected the ultimatum. But the Europeans do not care about democracy, if people vote the wrong way. “Votes cannot change the rules”, insisted Schäuble. In the ensuing 17-hours negotiation between Tsipras and the massed ranks of the rest of European leaders on July 12, the Greek PM was told that he had to concede fiscal sovereignty and accept lender tutelage for a slightly improved bail out deal. If he did not accept, Greece would immediately go bankrupt and would be ejected from the Eurozone. As a senior EU official put it, the treatment of Tsipras was an “exercise in mental waterboarding”.

The blackmail was received all over the world with the fully justified hashtag “this is a coup”. The deal, eventually accepted by Tsipras, continues the earlier method of borrowing in order to repay earlier loans and imposing a further raft of austerity measures through fiscal discipline and internal devaluation, the typical “structural adjustment” approach well-known in Latin America.

Did the coup succeed? Yes and no. The government had to abandon or water down many promises, to give up the power to legislate policies with fiscal implications and to place state assets into a fund entitled to privatize them. The government resigned,

offered the deal to the electorate and, in September 2015, people voted Syriza back into power. The battle was lost but the people accepted that the government had negotiated hard and is still committed to left policies. It should be given therefore the chance to continue the fight and potentially win the war.

The *impeachment* of Dilma completes this novel group of postmodern coups d'état. "When an elected president is suspended because of a crime she hasn't committed, the name we give is not *impeachment* but a coup," Rousseff said. For the outsider, it is rather strange that while Dilma is not directly implicated in the Petrobras scandal, many the legislators and Temer ministers are. Perhaps this may be the reason why they voted for the *impeachment*. At the normative level, we have a hybrid type of politico-legal coup. Under the Constitution, Presidents may be removed if they have lost political support and have perpetrated "crimes of responsibility". It is the perfect mechanism for a postmodern coup that "respects" the rule of law and democratic procedures.

The mechanism gives ruling elites have the chance to overthrow governments they cannot defeat at the polls. The elites do not change, the methods get updated. The same part of the establishment supported the 1964 and 2016 coups in Brazil and the 1967 and 2015 ones in Greece.

A few years ago, I gave a number of talks in Sao Paulo on revolutions and rights. The interlocutor in my last talk was a high-ranking PT legislator, who described how the media and the banks were orchestrating a huge campaign against the PT government. "You sound as if yours is a government in exile", I commented, and the politician agreed. Now a Syriza MP, I have repeatedly told the story to Greek audiences. The Greek government, like Dilma's, is held back, almost a hostage to a combination of domestic and foreign political and financial elites. It faces a concentrated campaign by media, banks and industrialists who, buoyed by the successes in Brazil, Argentina and Venezuela, use similar tactics in Greece under the slogan "Resign". They have created a 'domestic troika', which gives detailed information to the lenders and urges them to block all legislative initiatives that introduce socially just measures.

From tanks, to threats, financial boycotts and parliamentary votes: these are the new types of coup d'état adjusted to an age that pays lip service to ethics and democracy. The result is the same, the methods differ. Not only do they overthrow democratically elected governments, they claim moral legitimacy and procedural propriety. But we should not just sit back and mourn the left's defeat. This global attack on democracy gives the opportunity to create a new International of Democrats. It is high time that a new world movement for radical democracy rises up and defends the democratic decisions of people.

NAO VAI TER GOLPE, VAI TER LUTA

Edileny Tomé da Mata⁸¹

El golpe de Estado, una toma de poder inconstitucional o una inestabilidad política no genera ninguna consecuencia positiva o benévola a ninguna sociedad. Sin embargo, tal como expuso Ramos Filho, el golpe de Estado en Brasil y la inestabilidad política en este país continente, significó una recuperación del proceso de lucha por parte de la sociedad civil (Ramos Filho, 2015). Es decir, los debates en torno a cuestiones políticas, sociales, económicas, jurídicas y culturales que se limitaban en forma de representación en la Cámara de los Diputados, el Senado, la Asamblea y Cámara Legislativa, se trasladaron a los bares, gimnasios, escuelas, Universidades, entre otros espacios cotidianos de la sociedad.

Sobre el golpe de Estado en Brasil ya se han pronunciado varios intelectuales y referentes del mundo político-partidista, de los medios de comunicación, de la Universidad, de las Organizaciones No Gubernamentales, entre otros, y, además a nivel mundial, demostrando así la solidaridad para con el pueblo brasileño y, con una Presidenta democráticamente electa. Sader criticó las estrategias de un Presidente de la Cámara de los Diputados acorralado por las denuncias y la corrupción (Sader, 2015), Boff matizó dichas críticas incidiendo en la poca moral ética y política del Sr. Eduardo Cunha (Boff, 2015), Houtart conjugó la crisis política brasileña con las prácticas políticas y sociales del Movimiento de los Sin Tierra (MST) (Houtart, 2015) y, por último, Fariñas Dulce alertó sobre la regresión del Estado en Brasil tras el golpe del Estado (Proner, 2016).

Mi humilde contribución al fortalecimiento del sistema democrático en Brasil tiene como inspiración el hecho de haber vivido en Brasil en los inicios de las tácticas político-partidistas de centro-derecha y de la derecha brasileña, a fin de trajar y consolidar el golpe. Más concretamente viví de cerca las manifestaciones realizadas

81 Edileny Tomé da Mata, es Doctor CUM LAUDE por la Universidad Pablo de Olavide (España), miembro del Grupo de Investigación Social y Acción Participativa (GISAP) y, vocal del Instituto Joaquín Herrera Flores. Realizó su estancia post doctoral en UNIBRASIL, con una beca CAPES/PNPD entre mayo 2015 y mayo 2016.

en Curitiba tanto por el bando pro y contra el impeachment. Por supuesto que trataré de contar mis experiencias después de haber asistido y participado en una manifestación contra el impeachment, la otra la viví de lejos.

52 años después estoy viviendo un hecho insólito en Brasil y, más concretamente en Curitiba.

52 años cuando mi madre tendría 10 años y ni se imaginaba en concebirme.

Sé que se trata de una de las crisis políticas, partidistas, económicas, sociales y de valores de la sociedad brasileña, sí se puede referir a este país continente en términos de sociedad. Buarque de Holanda (2015), Freyre (2006), entre otros, ya se encargaron de demostrar su diversidad y sus orígenes. Sin embargo, no puede contener mi satisfacción y admiración por vivir un momento único en Brasil.

Uno de los lemas que sonaban hoy en la Praça Santos Andrade, epicentro de las manifestaciones en contra y pro del impeachment (cada uno a su turno, claro), frente al Predio Histórico de la Universidad Federal de Paraná era: *Nao vai ter golpe, vai ter luta*. Lo gritábamos al unísono miembros de Movimientos de izquierda como el MST, de Partidos políticos como el Pcdob (Partido Comunista do Brasil) y el PT (Partido dos Trabalhadores), de Movimientos sociales y de izquierda como CASLA (Casa Latinoamericana), de los Sindicatos como la CUT (Central Única dos Trabalhadores), profesores y profesoras de la Universidad Federal do Paraná y, defensores y defensoras del sistema democrático. Todo ello porque creemos que la toma ilegítima de un poder legítimamente establecido significa golpe y, Brasil ya vivió esta escena hace justo 52 años, más concretamente en el año 1964.

Pretenden realizar un impeachment, lo escribí en su momento cuando todavía no se había cuajado (31/03/2016), a una Presidenta que no solamente no ha cometido ninguna irregularidad (o por lo menos, no se ha podido probar), sino que además no es la única responsable de las irregularidades que se hayan podido cometer en el seno de un gobierno de coalición.

Pues, en este día lluvioso en Curitiba, algo común en el mes de marzo en los Estados del Sur, unos más efusivos que otros, pero todos al unísono y en defensa de la democracia gritábamos “*Nao vai ter golpe, vai ter luta*”, lucha por la presunción de inocencia, por un sistema judicial minimamente decente e imparcial y, por consiguiente, por un sistema democrático consolidado.

Termino como empecé, ese proceso de lucha recuperado por la sociedad civil brasileña, creo que deberá tener en cuenta las críticas en torno a las manifestaciones y reivindicaciones hechas por los autores de los postcolonial studies en la India y, así recuperar el grito de los años ochenta y exigir DIRETAS JÁ. Creo que tan sólo así lograremos escuchar el conjunto del pueblo brasileño en detrimento de los poderes fácticos y neoliberales que generan desigualdad, pobreza y discriminación.

NÃO AO GOLPE NO BRASIL

Enrique Cabero Morán⁸²

Marcelo Ribeiro Uchôa⁸³

É de conhecimento internacional a ostensiva campanha de mídia patrocinada contra a presidente Dilma Rousseff, desde sua vitória nas eleições presidenciais de 2014. Uma campanha sórdida e parcial, insuflada e, ao mesmo tempo, endossada, por ações jurídico-políticas, que não reconhecem e sequer se preocupam com a continuidade das inúmeras conquistas sociais que o país alcançou durante os anos Rousseff e todo período Lula da Silva.

O Brasil, até ontem reconhecido como modelo de democracia pujante, inclusiva e vibrante, vê seu recém-conquistado protagonismo na geopolítica internacional sucumbir fortemente ante uma investida antidemocrática, que não apenas renderá retrocessos para a importância do país no mundo, em razão do afastamento das parcerias internacionais estratégicas que vinha mantendo e que apoiaram seu crescimento, e consequente retorno à política da subserviência aos interesses norte-americanos, como por assentir com um desajuste em sua visão de integração multicultural, traduzida em equívocos já perceptíveis de direcionamento de direitos humanos, por exemplo, na área das mulheres, dos refugiados, da cultura, da comunicação pública, da participação social, sem citar a própria institucionalidade democrática, e as já principiadas campanhas neoliberais de desconstrução de conquistas nas áreas sociais da distribuição de renda, dos direitos laborais, da habitação popular, da saúde pública e da educação.

82 Enrique Cabero Morán, Profesor Doctor Director del Departamento de Derecho del Trabajo y Trabajo Social de la Universidad de Salamanca - USAL (España). Director del Programa de Doctorado en Derecho del Trabajo y Profesor Doctor del Programa de Doctorado en Derechos Humanos en USAL.

83 Marcelo Ribeiro Uchôa, Professor Doutor Adjunto do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Mestre e Doutor em Direito Constitucional (UNIFOR). Diplomas de Estudios Superiores, Estudios Avanzados e Grado pela Universidad de Salamanca - USAL (Espanha).

Espantado, o mundo acompanha o desenrolar dos fatos políticos no Brasil, sobretudo com a notícia dos recentes áudios tornados públicos, sem compreender como é possível um governo interino maculado em escândalos, que não se sustenta pela quantidade de membros possivelmente implicados em recebimento de propinas (inclusive o chefe do governo provisório), se impor contra uma presidente legitimamente eleita e contra quem, até o presente momento, nada de errado se ouviu dizer, muito menos comprovar.

Não, não é este o Brasil que o mundo aprendeu a respeitar. Não é esta a nação que fez a sociedade internacional parar e refletir sobre seus equívocos de construção histórica, com a expectativa de mudar sua orientação político-social. O Brasil deve abolir, sim, de suas entranhas, os males da corrupção, mas não pode fulminar o que de melhor construiu em sua história recente: a capacidade de ser uma nação crítica, voltando-se, de um lado, para o zelo com seu povo, e, de outro, à satisfação das legítimas necessidades humanas no planeta, a solidariedade universal. Que vença o povo brasileiro, e que este golpe seja o quanto antes superado e jamais repetido.

TEMPOS DE DESASSOSSEGO

Eric Nepomuceno⁸⁴

Tenho, desde o dia 22 de junho de 2016, 68 anos de idade. Tinha, em fevereiro de 1973, quando saí do Brasil, 24.

Saí porque quis. Em Buenos Aires, onde me instalei, comecei a escrever para a imprensa de lá o que vivíamos aqui. Por isso fui incluído numa lista negra, e impedido de voltar.

Vivi de perto, embora sem consequências diretas, o golpe militar do Uruguai, em junho de 1973. O golpe militar do Chile, em setembro de 1973. O do Peru, em agosto de 1975.

E, em março de 1976, o da Argentina, que acabou me levando para a Espanha e, de lá, para o México.

Voltei ao Brasil em julho de 1983, com dez anos e meio a mais e quatro golpes de Estado nas costas – um vivido por dentro, três de fora. Sem contar, claro, o nosso, o da minha adolescência daquele 1964.

Pois não pensei, jamais, que haveria de enfrentar outro golpe de Estado, muito menos no meu país – e, desta vez, insólito: não é um golpe militar, não há tanques nas ruas. Já não são necessários: basta um juiz de província, um Ministério Público mes-siânico, uma Polícia Federal que se considera iluminada pelos deuses. Basta a farsa incensada pela mídia mais cúmplice, mais sórdida.

Assim andamos, nesta nossa terra entristecida, ofendida.

De uma coisa, porém, estou certo, seguro: aprendi com Darcy Ribeiro, numa tarde absolutamente certa, que ‘nesta América, só podemos ser duas coisas: resignados ou indignados. E eu não vou me resignar jamais’.

84 Eric Nepomuceno é escritor, tradutor e contista premiado, além de autor de livros de não-ficção. Traduziu para o português obras de Julio Cortázar, Eduardo Galeano, Gabriel Garcia Márquez e Juan Carlos Onetti, entre outros.

Sinto como um dever pessoal com Darcy, amigo de meu pai, meu irmão, honrar sua lição: eu também não me resignarei, jamais.

A GENTE OLHANDO UMA COISA, E ELES DEMOLINDO TODO O RESTO

Em um 2016 de péssimos agouros, o dia 12 de junho foi um domingo. E na noite daquele domingo, justo quando se cumpria um mês de seu interino governo exercido com ares imperiais, o interino presidente Michel Temer se reuniu com seus homens de interina confiança.

Não se tratava de celebrar o Dia dos Namorados, mas de avaliar, pela enésima vez, se valia ou não a pena fazer um pronunciamento à nação, através de uma cadeia de rádio e televisão.

Naquele mês de governo interino – e de efetivo estupor – Michel Temer não tinha se atrevido a aparecer em público nem uma única e miserável vez.

Aliás, nas várias semanas seguintes tampouco. Chegou ao auge de suspender equipes da rádio e televisão públicas em suas escassas, quase inexistentes, viagens pelo país.

A razão alegada: corte de despesas. A razão verdadeira: seria, e é, quase impossível impedir que a cada aparição surgissem gritos de ‘Fora, Temer!’ ou ‘Traidor, golpista!’. Afinal, nem a Rede Globo, pilar essencial do golpe, é capaz de escapar desse tipo de intervenção. É fácil imaginar como seria desastroso mostrar essa reação através de uma emissora pública.

Enfim: desde o começo do golpe, Temer, o interino, o ilegítimo, vive prisioneiro de sua própria traição. Sua casa, em São Paulo, vive rodeada de vizinhos. Nenhum deles pertence às chamadas classes populares. E ainda assim protestam contra o traidor mesquinho, contra o golpista barato.

Nem as mesóclises ridículas, o pomposo ar de quem tenta exalar solenidade mas não faz outra coisa que exalar uma alma indecente, uma olímpica mediocridade, nada do que ele faça ou tente fazer impede que seu isolamento seja palpável, visível, concreto.

Aliás, não só ele: seus ministros, seus apoiadores, seus cúmplices, nenhum deles pode sair às ruas sem de imediato enfrentar a rejeição furiosa das gentes.

E esse isolamento repentino surpreende. Afinal, onde estão as turbas financiadas pelas federações empresariais, pelos partidos unidos no projeto do golpe que, mais que em marcha, está sendo implantado? Onde as massas ignorantes, as classes médias idiotizadas, manipuladas pelo oligopólio mediático, Organizações Globo à cabeça, que defendiam o golpe? Cadê as manifestações populares que os áulicos do golpe diziam ser ‘a voz das ruas’?

De repente, instalados no poder, Temer e seus asseclas devem se perguntar: não há mais voz? Não há mais ruas?

Será que todos entenderam que não passaram de massa de manobra de um golpe asquerosamente arquitetado?

A verdade é que, desde o dia 12 de maio, há que se reconhecer uma frase sincera – talvez a única – proferida pelo ilegítimo: ‘Por onde ando, sou cumprimentado, recebo gestos de apoio’. É verdade.

Faltou dizer que ele só anda por corredores previamente isolados, que só é cumprimentado pelos donos do capital, que só recebe apoio dos que recebem benefícios olímpicos enquanto o país é desmontado com uma voracidade nunca vista.

Voltando ao domingo, 12 de junho, Dia dos Namorados, quando Michel Temer se reuniu com seus cúmplices mais fiéis: decidiu-se que ele faria o tal ‘pronunciamento à Nação’ na sexta-feira seguinte, dia 17.

Qual o quê: nas vésperas explodiu o conteúdo da delação premiada de Sergio Machado, ex tucano de confiança do tucanato, logo homem de confiança da cúpula crápula do PMDB.

Além de mencionar diretamente Michel Temer, dizendo que ele é o que até o gramado da Esplanada dos Ministérios sabe que é – um corrupto medíocre, mesquinho, sem remédio –, Machado espetou a cúpula do PMDB, dando nomes aos nomes.

Depois vieram mais dias, mais denúncias, mais asco, mais asco, mais asco. O golpe foi despido, exibido nu, em toda sua grotesca, abjeta nudez, nas janelas mais escancaradas do país. E aí surge outro nó.

Adiantou, adiantará alguma coisa? Adianta saber que os peritos indicados pelo Senado disseram, com todas e cada uma das letras, que Dilma Rousseff não cometeu o que disseram que cometeu? Que a base jurídica desse processo não se sustenta?

Adianta constatar que senadores e senadoras envolvidos no golpe até o decote do vestido ou o nó da gravata reconhecem que a única coisa que importa é impedir que Dilma reassuma? Que estão submetendo o país a uma farsa sem limites?

Adianta saber que não há como negar que se trata, assim simples, assim direto, de um golpe encoberto por essa farsa levada adiante a partir de um pedido de *impeachment* feito, e aliás mal feito, por uma desequilibrada emocional disfarçada de advogada (e chamada de jurista), associada a um herdeiro de dinastia fascistóide, igualmente chamado de jurista, e a um ressentido secular que conspurcou o próprio passado ao ver que suas pretensões não seriam atendidas quando o primeiro governo de Lula da Silva foi instalado?

Essa a principal e mais dolorida encruzilhada em que vive o meu país. E daí minha principal e mais dolorida dificuldade para explicar aos meus amigos estrangeiros

o que está acontecendo nestas terras devastadas. Não somos apenas uma ilha cercada de corruptos por todos os lados: somos uma ilha consumida, em suas entranhas, pelos corruptos que querem se apoderar daquilo que lhes foi negado pelas urnas. Simples assim. Incrível assim. Nunca se viu tantos corruptos envolvidos num golpe de Estado feito em nome da moralidade.

Enquanto continua o gotejar incessante de denúncias, corremos o risco – nós, brasileiros – de esquecer um mal paralelo. É preciso, claro, que se investigue a fundo todos – realço: todos – os esquemas de corrupção instaurados ao longo das últimas muitas décadas.

Roubou-se muito do serviço público não apenas durante os governos do PT e seus sórdidos associados. Roubou-se também durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. E se forem feitas e atualizadas as contas, será difícil concluir em qual período se roubou mais.

A necessidade de se investigar a fundo, porém, não justifica o que se vê: um conluio messiânico entre um juiz de província, uma força extremamente corporativista, igualmente infestada de jovens messiânicos, o Ministério Público, e um braço da lei bastante conspurcado ao longo dos tempos, a Polícia Federal.

Se a esse quadro se soma outro, o de um Supremo Tribunal Federal poltrão, titubeante, entre cujos integrantes aparecem magistrados que claramente demonstram uma tendência irrefreável à militância política e ideológica, a uma parcialidade inadmissível, o que temos é um panorama francamente, irremediavelmente desolador.

Vivemos, neste inverno desesperançado, o cotidiano gotejar de denúncias contra políticos de todas as estirpes e calibres.

E isso nos distrai do foco, do fulcro, do golpe em marcha. Como admitir que o ilegítimo, o interino, exerça seu interinato com tamanhos ares imperiais? Que receba numa noite de domingo na residência oficial que lhe corresponde, a de vice-presidente, Eduardo Cunha, o bandoleiro-mor, a quem ainda deve prestar reverência? E que seus sequazes, o do ilegítimo, digam que se tratou de uma reunião para examinar o quadro político? E que em seguida o ilegítimo diga que ‘conversa com todos’?

Ora, é preciso um limite. Cunha foi avisar ao ilegítimo que, se cair, arrasta junto batalhões de heróis do PMDB e associados, fazendo do governo interino um inferno.

Isso tudo, porém, e aí está, enfim, o ponto mais desesperante do que vivemos, isso tudo é apenas um lado, o mais visível, o mais escandaloso, do assunto.

É que, repito, enquanto nos ocupamos dessas abjeções, enquanto nos distraímos com essas cenas de obscenidade explícita, o país está sendo desmontado, desarmado, peça a peça.

Enquanto o governo golpista é escancarado dia sim e o outro também, passa despercebido o que se busca no campo econômico.

A ordem do ilegítimo é clara, claríssima, e obedece às ordens do poder real, efetivo, o poder do capital: privatizar tudo. E que, por tudo, entenda-se tudo mesmo.

Não é sem razão que se escolha para presidir o Banco Central um forte acionista do maior banco privado do país, o Itaú. Não é à toa que se nomeia para presidir a Petrobras alguém que, de saída, diz que não está lá para, no momento, privatizar a estatal. Ressalte-se: no momento.

Não é à toa que acontece o que está acontecendo na sorrelfa, nos desvãos mais obscuros: estão desmantelando o país. Estão arruinando o futuro.

Jamais se viu fúria semelhante à dos que, de aliados, passaram à situação de traidores. Foram os que mais se lambuzaram, mais roubaram. E agora falam em moralidade.

Eis aí o nó dessa dor, o foco da questão: enquanto nos distraímos com a lista de denunciados, estão desmontando tudo.

Tudo rumo ao naufrágio. De jovens estudantes contemplados com bolsas de estudo no exterior e que sequer começaram a fazer seus cursos e já recebem ordens de regressar ao país, até as comunidades indígenas que correm o imenso risco de ver suas reivindicações serem postas nas mãos de um Congresso que é o de pior nível moral, ético, intelectual, desde a retomada da democracia. Da barganha imposta aos estados – a renegociação de suas dívidas está fatalmente vinculada à ordem de privatizar – ao desmonte dos sistemas públicos de saúde e educação, nada escapa. Nada.

A política externa, por exemplo, cai nas mãos de um sacripanta entreguista. De ativa e altiva, retorna aos tempos de sabuja submissão. Onde quer que se olhe, quando desviamos a mirada da maré de denúncias, o que vemos é desmantelamento, é a política mais calhorda de terra arrasada.

Enquanto nos distraímos com delações e denúncias que não sabemos em que resultarão, acabamos todos na mão de um sistema judiciário mais que duvidoso, pois enquanto isso, destroçam o país. E enterram o futuro, o futuro, o futuro.

Tempos de desassossego, tempos de temporal. Tempos tremendos.

A LUTA É DE TODOS NÓS

Esther Solano Gallego⁸⁵

O mais dramático deste ilegítimo processo de *impeachment* é o enfraquecimento da democracia brasileira e a perda de confiança social nas suas instituições. Com o falso pretexto da luta contra a corrupção, conceito que se transformou num mantra moralizante e muito útil para certas artimanhas, Brasil sofreu um processo traumático cujas consequências são muito graves. Estamos num período de nossa história em que situações anômalas e excepcionais estão se transformando em algo cotidiano. Isso é muito perigoso para o bem-estar democrático.

A academia deve se mobilizar, e deve tentar entender o que está acontecendo nos cenários político e social. Deve priorizar o debate de ideias e dados e não posições intolerantes, simplórias e de ódio como vemos a cada dia em tantos grupos sociais nas ruas e nas redes brasileiras. Precisamos de uma academia que pense, que atue e que seja um ator fundamental na transformação de Brasil. Ultimamente vemos um Brasil enfrentado onde não existem adversários políticos e sim inimigos, onde o silenciamento do outro e o autoritarismo são cotidianos. A academia deve pensar numa crítica que construa, que colabore para um debate qualificado.

É evidente que o descontentamento social que temos hoje se fundamenta com grande ênfase na percepção de perda poder de compra dos cidadãos, aumento de desemprego e a sensação da fragilidade da econômica brasileira. O fator de crise econômica aumenta muito a insatisfação política. A democracia é refém da economia. Precisamos fortalecer nossa democracia para que esta não seja eternamente dependente do desempenho econômico. Não podemos ser democratas só nos tempos de crescimento econômico. Precisamos também de originalidade e ousadia no pensamento econômico. As receitas de austeridade e ajuste fiscal já comprovaram terem

85 Espanhola, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Complutense de Madri e professora da Universidade Federal de São Paulo.

consequência graves nos países europeus. Que acontecerá no Brasil que ainda tem um contexto de direitos individuais e coletivos tão frágil?

Parece que as propostas mais heterodoxas, mais antihegemônicas não encontram espaço nenhum na macropolítica. Ai está o exemplo de Syriza na Grécia, que teve que claudicar diante das imposições europeias. O exemplo de Podemos, na Espanha, que também está sendo uma grande decepção desde o momento em que se aproximou a poder. Precisamos uma visão de esquerda (se é que ainda podemos utilizar este termo), ou pelo menos uma visão progressista, que atue dentro do paradigma dos direitos, articulada nacional e internacionalmente mas o cenário e a conjuntura atuais deixam pouca abertura para estas propostas, que nascem já como pouco futuro. O sistema atual tem a capacidade de asfixiar, de sufocar alternativas que desafiam o status quo.

Neste sentido vejo com muita preocupação a dificuldade da esquerda brasileira de pensar num projeto pós-PT. Devemos admitir que foram muitos os avanços sociais numa primeira época petista mas depois o partido abandonou sua agenda de mudança social e acabou se transformando na máquina parasitária de poder que tanto criticava décadas atrás. Faltou e falta muita autocrítica petista. Faltou e falta admitir que o partido cometeu erros gravíssimos. Devemos pensar alternativas, projetos novos para além da hegemonia petista. A decadência de um projeto partidário não pode significar a decadência de todo um projeto progressista. Direitos LGBT, direitos das mulheres, da população negra, dos indígenas, descriminalização das drogas, uma política de segurança pública mais humanizada e menos punitiva. Se o PT dos últimos anos não tratou estas demandas como deveria e o governo Temer, com seu ministério branco, masculino e conservador as destruirá ainda mais, nós não podemos esquecê-las.

A democracia transformou-se numa máquina burocrática, num instrumento de poder, excludente, rígido, que não é capaz de acompanhar as vontades da população. No coração desta crise de representatividade está a crise partidária, o partido como modelo tradicional em decadência, uma velha estrutura intransigente, autocentrada, hierárquica, personalista, que não dá conta das mudanças sociais. Ainda mais num país como Brasil com esta brutal pulverização partidária, fica mais em evidência que as siglas são instrumentos de projetos de poder personalistas. Nesse sentido é interessante começar a problematizar a necessidade do partido tradicional. Vejam bem, não estou falando de uma democracia sem partidos, mas sim de debater novas formas de representação pós-partido, ao estilo das plataformas cidadãos que ganharam as eleições de Madri e Barcelona, por exemplo. Não devemos ter medo a discutir alternativas, porém não acho que a saída sejam as candidaturas avulsas porque passam pela lógica do individualismo. Acredito firmemente que a lógica é a contrária, construir soluções coletivas de participação popular, que sejam inovadoras, inclusivas, que

realmente representem todas essa juventude que quer se engajar, mas está carente por novas formas políticas

Trouxe um exemplo muito claro desta situação de crise absoluta de representatividade. Trata-se de uma pesquisa nas manifestações pró-*impeachment* que realizei com o professor Pablo Ortellado. Em base a pesquisas de campo realizada nas manifestações pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em São Paulo nos dias 12 de abril, 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016⁸⁶, podemos afirmar que, efetivamente, a insatisfação e desconfiança destes manifestantes que apoiam a saída da presidente Dilma e oferecem legitimidade social para o *impeachment*, não se restringem ao Partido dos Trabalhadores, mas se estende ao sistema político como um todo.

Tabela 1: Confiança nos partidos políticos (%)

	Partidos	PT	PMDB	PSOL	Rede	PSDB
Confia muito	01,10	00,20	01,40	01,90	02,60	11,00
Confia pouco	25,20	03,70	16,30	16,10	14,00	41,20
Não confia	73,20	96,00	81,80	77,10	61,10	47,60
Não conhece	00,00	00,00	00,40	04,70	21,50	00,00
Não respondeu	00,50	00,20	00,20	00,20	00,70	00,20

Tabela 2: Confiança nos políticos (%)

	Políticos	Dilma Rousseff	Lula	Fernando Haddad	Eduardo Cunha	Jair Bolsonaro	Marina Silva	José Serra	Aécio Neves	Geraldo Alckmin
Confia muito	00,40	00,40	01,40	02,10	03,20	19,40	14,70	23,80	22,60	29,00
Confia pouco	28,90	02,50	02,50	08,40	17,00	18,60	44,70	42,70	48,30	41,50
Não confia	69,90	96,70	95,30	87,60	73,40	51,30	39,80	32,70	28,40	28,00
Não conhece	00,00	00,20	00,40	01,40	06,10	10,20	00,20	00,20	00,40	00,90
Não respondeu	00,90	00,40	00,50	00,50	00,40	00,50	00,70	00,50	00,40	00,50

Obviamente que por uma enorme diferença o foco de insatisfação maior é o PT, Lula e Dilma. Os manifestantes declararam serem votantes do PSDB⁸⁷, Aécio Neves e Geraldo Alckmin, o que suporia altos índices de confiança nos mesmos, mas o que os dados mostram é que o voto dista muito de ser um voto majoritário de confiança (47,60% não confia no PSDB). Quando questionados por figuras tucanas políticas em particular, a maioria diz confiar muito pouco nos seus líderes, dado que converge com

86 http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429037495_877092.html, http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html, <http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/4740756/nao-ninguem-que-pare-sergio-moro-depois-ontem-diz-pesquisadora>

87 <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/82-dos-manifestantes-de-domingo-votaram-em-aecio>

atitudes hostis como a da manifestação de 13 de março onde Alckmin e Aécio foram expulsos as gritos de “corrupto”, “vagabundo” tal como o ainda candidato Andrea Martarazzo e João Doria impedido de discursar. Por outro lado o índice de desconfiança no PMDB é gigantesco, chegando a ultrapassar o do PSOL e ou da Rede. Este dado pode parecer chocante, mas não o é se levarmos em consideração que cada vez mais políticos e partidos que não representam o mainstream se estão beneficiando deste cenário de crise política. Para muitos entrevistados não são percebidos como corruptos (“não fazem parte do jogo dos outros”) Jair Bolsonaro, por exemplo, tem um índice de confiança muito próximo ao de Aécio Neves, sendo muito mais desconhecido que o senador.

Diante do cenário de *impeachment* um PMDB na Presidência no comando de Temer com eventual apoio do PSDB, teríamos um cenário de satisfação social? O fato é que a população tampouco estaria satisfeita com este cenário. Segundo a recente pesquisa de Datafolha dos dias 17 e 18 de março⁸⁸, embora 68% dos entrevistados são favoráveis ao *impeachment* de Dilma, apenas 16% dos brasileiros apoiam um possível governo Temer.

Neste cenário de rejeição contra a política clássica, sobressaem nomes de figuras políticas que não se comprometem com a polarização atual ou são vistas como heterodoxas ou outsiders. É o caso de Marina Silva. Segundo nossa pesquisa os manifestantes confiam muito mais na Rede que no PMDB e Marina atinge patamares de confiança próximos aos dos possíveis candidatos do PSDB. Também segundo a pesquisa Datafolha de intenção de voto de 17 e 18 de março, a ex-senadora lidera os cenários eleitorais (entre 21% e 24%) e aparecem dois nomes novos, Jair Bolsonaro (PP) com 7% e o juiz Sérgio Moro com 8%.

Estes dados são preocupantes. A descrença generalizada no sistema de representação e a ausência de uma resposta por parte dos partidos a esta insatisfação faz com que o abismo entre representantes e representados seja cada vez maiores. Os riscos? Muitos. O maior, a “Bolsonarização” da política, ou seja o aumento do discurso político conservador, punitivo, moralista, antidireitos, com atitudes antidemocráticas, que ganha espaço eleitoral em momentos de crise.

O perigo de retrocesso social é enorme e a única alternativa para isso e retomar nosso caráter de agentes políticos, exigir mudanças, exigir uma democracia forte onde não caibam manobras ilegítimas. Diante de atitudes autoritárias, punitivas, cuja agenda é destruir os direitos tão dificilmente conquistados, a coletividade da luta e o aprofundamento democrático são as saídas. Não bastam atitudes passivas, a luta é de todos nós.

88 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751951-pesquisa-datafolha-mostra-marina-a-frente-em-todos-os-cenarios-para-2018.shtml>

REFLEXIONES SOBRE LOS NUEVOS DISCURSOS NEOLIBERALES. EL CERTIFICADO DE DEFUNCIÓN DE LAS POLÍTICAS DE ESTADO

Fabiana Rousseaux⁸⁹

Sin lugar a dudas América Latina atraviesa por un período caracterizado no sólo por el avance de políticas, sino también⁹⁰ de “dispositivos” neoliberales.

Para lograr implementar esas políticas en toda la región, se replican modelos similares con mayor o menor incidencia en los tiempos electorarios, pero con un modelo calcado en relación a los aliados que se encargarán de armar el “caparazón legal” o el andamiaje jurídico para tal fin: el poder jurídico y el poder mediático-empresarial, que darán un tinte de “normalidad” a estos nuevos procesos de destitución democrática.

El objetivo será el avasallamiento absoluto de los derechos de los sectores populares, adquiridos en esta última década y media, en nuestros países.

Si bien es cierto que en la situación argentina se diferencia de la brasilera en estos momentos, dado que Brasil atraviesa por un “impedimento ilegítimo” aunque con pretendidos fundamentos constitucionales, la finalización del mandato de la ex presidenta de Argentina estuvo basada en un acto similar en términos estructurales. El poder judicial también preparó un terreno ilegítimo para la finalización anticipada de un mandato elegido por el pueblo, bajo un pretendido justificativo constitucional.

Así, tanto en Argentina, como en Brasil, estos golpes institucionales se dieron bajo la fórmula infalible de concentración de poderes, disfrazados de políticas anti-corrupción, que intentan barrer no sólo con los logros alcanzados, sino que además pretenden inscribir esos logros como ecos de la corrupción de gestiones con tinte más popular.

De este modo podemos caracterizar estos nuevos actos como “golpes jurídico-mediáticos” con su autor semi-mediato: el blindaje empresarial.

89 Psicoanalista. Fundadora y ex Directora del Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos D. Fernando Ulloa, Secretaría de Derechos Humanos, Argentina. Articuladora por PNUD del Proyecto Clínicas del Testimonio de la Comisión de Amnistía, Ministerio de Justicia de Brasil (2015).

90 Tomamos teorizaciones del psicoanalista argentino Jorge Alemán.

Las nuevas leyes, entonces, tienen la exacta medida de la ausencia de derechos. Ese es el novedoso paradigma de época. Sin velos, sin tapujos, sin verdades que desentrañar más que las evidencias de lo descarnado en cada medida gubernamental que se toma, dejando por fuera de modo rotundo y sin envoltorios, a los sectores más dañados de la estructura social.

Ahora bien, las secuelas sobre los procesos de memoria, verdad, justicia y reparación, no tardarán en llegar. Así en Argentina, aún habiéndose alcanzado un proceso penal único en el mundo para el juzgamiento de militares y también de civiles involucrados con los delitos de lesa humanidad cometidos durante la década de 70, asistimos a nuevos escenarios políticos que ponen en jaque el avance de esos procesos. Por ahora no en términos procesales, pero sí en términos simbólicos donde parece ser explícita la táctica de vaciamiento de sentido en términos de la búsqueda de verdad, y de memoria. El mandato memorístico/social -para estos dispositivos neoliberales- es un problema endémico del cual hay que desprenderse lo más rápido posible. La “mal-dita herencia” de la memoria obstruye los nuevos discursos.

Ejemplo de ello, es el escenario que marcó el nuevo Secretario de Derechos Humanos de Argentina⁹¹, cuando en ocasión de la reedición del histórico documento “Nunca Más” -donde anuló el prólogo del anterior Secretario de Estado, Eduardo Duhalde “por tener aditamentos políticos”-, habló de la división entre Política y Estado.

Esta es otra de las coordenadas novedosas a tomar en consideración a la hora de analizar los dispositivos neoliberales por los que discurre la nueva política regional. La alusión a esa división, fue enunciada por el funcionario de Derechos Humanos, en términos de deuda. Así, lo estatal, ya no debe estar ligado a lo político y de este modo, tampoco las políticas deben estar ligadas al Estado. Este certificado de defunción de las Políticas de Estado, traen aparejadas múltiples consecuencias, empezando por las renuncias de los Estados Neoliberales a sus obligaciones internacionales en materia de protección de derechos a sus ciudadanos.

LO A-POLÍTICO HA DESEMBARCADO Y AL ÚNICA POLÍTICA ES MONETARIA Y PARA LAS MINORÍAS.

Esta perspectiva entonces puede aplicarse a todo, incluso a las víctimas del terror de Estado, ya que al anularse el eje puesto hasta aquí en las políticas de Estado, quedan desligados los conceptos ético-jurídicos de las responsabilidades criminales del Estado, y las víctimas quedan a merced de la inocencia o la maldad de actos privados. Así,

91 Claudio Avruj.

se podrá pensar en términos de “víctimas sin política”, en víctimas inocentes, ya que todo lo demás es político, por lo tanto no le compete más al Estado.

Este despolitizado universo de categorías vagas e inconsistentes, es central para el castigo a toda oposición, ya que la oposición pasa a definirse como toda resistencia a la moralidad inocente de los “cruzados anticorrupción”, y se hace lugar así a un discurso negacionista de la responsabilidad estatal: en todo caso las víctimas son todas, y provienen de dos bandos asimilables en sus violencias, pero no del Estado.

La aceptación de este discurso, trae otra consecuencia muy compleja y es el caudal de microdiscursos que “habilita”. Emergen así, fragmentos discursivos que salen de sus escondites, cuando todos/as pensábamos que ya estaban neutralizados.

De este modo, los dispositivos neoliberales, nos ponen de narices frente al culto de la sinceridad, que nada tiene que ver con la Verdad que se esgrime hasta el cansancio. Más bien todo lo contrario. Hay un juego de palabras en danza y es que “la única sinceridad es que vamos a mentir, y para mentir vamos a dejar caer todos los velos, así nos creen” esta parece ser la parábola neoliberal del Bien. Tras la dictadura de una verdad sin velos, y tras la persecución de la corrupción del bando popular –no de cualquier corrupción- se anida el borramiento de derechos a los sectores más vulnerables.

Así también el vaciamiento de sentido, en un intento de retorno al poder de “lo natural” donde las clases dominantes llegan para salvaguardar la seriedad de nuestros países en el escenario internacional, hacen de éste un proceso político-lingüístico que es en sí un producto del Mercado y -retomando las palabras de J. Alemán- nos enfrentan al “carácter ilimitado de la Voluntad del Capital por perpetuarse, expandirse y diseminarse por doquier,(lo cual) introduce una inevitable pobreza de la experiencia.”⁹²

Para nuestras sociedades, este proceso implica un gran duelo, en el sentido que el duelo cobra para quien lo transita, y es el de “haber sido alguien para quien ya no está”. Este punto es nodal a la hora de pensar el lazo que anuda a los gobernantes elegidos por su pueblo y la diferencia con los usurpadores del poder político. Para ellos, ese lazo es inexistente. Ya no es necesario establecer un vínculo con los sujetos a quienes se gobierna, más bien es un problema. Pero lo que el Pensamiento-Mercado no sabe, es que ese lazo es ineludible a la hora de gobernar un país atravesado por dolores de todo tipo, un continente habituado a las luchas y a las resistencias por recuperar su dignidad.

Hoy Brasil nos duele a todos/as los que conservamos esa dignidad y es por esa razón que vemos con profunda admiración la respuesta que se organiza día a día, para evitar perder todo lo constraído.

92 Jorge Alemán, <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-297662-2016-04-23.html>.

PODER NO BRASIL DE CASTAS, CLÃS E OLIGARCAS DE DINASTIAS

Fernando Nogueira da Costa⁹³

Não se julga no Congresso Nacional se é verdade que a Presidenta da República cometeu ou não crime de responsabilidade. Julga-se, simplesmente, o interesse político e econômico de cada parlamentar em maximizar as chances de sua carreira de político profissional sem investigações sobre o financiamento eleitoral corrupto. Para esse jogo de interesses pessoais oportunistas, a maioria dos deputados demonstrou que pouco lhe importa a democracia. Começamos, então, a viver uma regressão na vida pública brasileira. Tempos obscuros se avizinham.

Quando um governo golpista assume sem a legitimidade política de ter sido votado nas urnas, seus membros acham que “tudo podem”. Além da perseguição mesquinha aos adversários, pretendem implementar programas neoliberais que foram derrotados nas quatro últimas eleições presidenciais. Os “sem votos” tomaram o Poder Executivo!

A linha editorial da “grande” imprensa brasileira é falaciosa, enganadora, invejosa, confirmando a correção de sua denominação como PIG: Partido da Imprensa Golpista. O leitor culto tem que recorrer à imprensa estrangeira para ler uma análise mais isenta e não venal. A impressão que a imprensa brasileira passa é que aqui tudo pode ser vendido, a honra é vendável, a ética se corrompe por dinheiro, parece que todos brasileiros são receptivos a suborno. Na verdade, estamos imersos sim em um sistema político corrupto para o qual devemos dirigir uma crítica reconstrutiva.

O PIG faz coro para os interesses puramente mercenários daqueles que pregaram o *lockout* empresarial desde meados de 2013. Prega a volta da privatização do patrimônio público sem nenhum contraponto crítico. Em curto prazo, são aparentes bons

93 Professor Titular do IE-UNICAMP. Autor do livro “*Brasil dos Bancos*” (Edusp, 2012). Ex-VP da Caixa e Ex-Diretor Executivo da FEBRABAN (2003-2007). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>
E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com.

negócios privados. Em longo prazo, os “curtoprazistas” de O Mercado não tomam decisões estratégicas de investimentos para o País. Voltará, assim, o risco de apagão futuro da infraestrutura brasileira.

Vetado no ano passado pela presidente Dilma Rousseff, o reajuste das remunerações de todos os servidores poderosos logo após o golpe foi aprovado pelo conluio dos três Poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo), anunciando o agravamento da desigualdade social em renda e riqueza. Veja no *ranking* abaixo quanto ganhavam, em 2013, em média per capita, os “Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público”. Seria uma vingança contra a Dilma eles não cumprirem seu papel de defesa da Constituição brasileira? Após o golpe, o salário mensal de Ministro do STF vai para R\$ 39.900 em um efeito-cascata favorável a todos que têm poder para fixar a própria remuneração.

Ranking das 10 Maiores Riquezas (Bens e Direitos Per Capita) por Ocupação Principal do Declarante

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. em %	Valores em R\$ bilhões	
			Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
1 Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor)	13.665	0,1%	313.367,51	1.184.732,15
2 Titular de Cartório	9.340	0,0%	982.719,61	1.134.660,96
3 Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	20.330	0,1%	300.489,21	1.131.705,36
4 Atleta, desportista e afins	5.893	0,0%	148.978,82	816.179,64
5 Diplomata e afins	2.655	0,0%	126.852,04	793.787,10
6 Médico	318.427	1,2%	169.927,62	676.208,61
7 Agente de Bolsa de Valores, câmbio e outros serviços financ.	6.166	0,0%	57.429,30	671.583,68
8 Produtor na exploração agropecuária	358.203	1,4%	38.086,55	658.384,28
9 Ator, diretor de espetáculos	4.759	0,0%	75.826,87	633.171,88
10 Dirigente, pres., diretor emp. indust., com. ou prest. serv.	2.793.325	10,5%	33.371,66	621.832,48

Ranking dos 10 Maiores Rendimentos Anuais Per Capita por Ocupação Principal do Declarante

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. em %	Valores em R\$ bilhões	
			Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
1 Titular de Cartório	9.340	0,0%	982.719,61	1.134.660,96
2 Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor)	13.665	0,1%	313.367,51	1.184.732,15
3 Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	20.330	0,1%	300.489,21	1.131.705,36
4 Servidor das carreiras do Banco Central, CVM e Susep	5.423	0,0%	205.842,74	598.509,64
5 Servidor das carreiras de auditoria fiscal e de fiscalização	68.160	0,3%	204.803,24	521.268,89
6 Advogado do setor público, Proc. Fazenda, Cons. Jurídico etc	27.178	0,1%	203.955,09	498.155,96
7 Piloto de aeronaves, comandante de embarc., oficiais de máq.	12.056	0,0%	175.422,51	520.083,18
8 Médico	318.427	1,2%	169.927,62	676.208,61
9 Atleta, desportista e afins	5.893	0,0%	148.978,82	816.179,64
10 Diplomata e afins	2.655	0,0%	126.852,04	793.787,10
Servidor das carreiras do Poder Legislativo	44.768	0,2%	126.609,45	247.194,87

Fonte: SRF - Grandes Números DIRPF 2014 - AC 2013 (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Face à desigualdade da sociedade brasileira, há necessidade do pacto democrático para manter sua coesão sem coerção violenta. O golpe o quebrou. Confira a *estratificação social da riqueza financeira*, considerando as médias per capita de aplicações financeiras em Depósitos de Poupança, Fundos e Títulos e Valores Mobiliários no final de 2015:

- 67.415.660 depositantes de poupança com menos do que R\$ 100,00;
- 66.583.725 clientes do varejo tradicional: R\$ 12.343,00;
- 5.044.615 clientes do varejo de alta renda: R\$ 112.971,00;
- 109.894 clientes de *Private Banking*: R\$ 6,483 milhões.

Desconsiderando os depositantes de poupança, eram apenas 9.557.985 investidores em dezembro de 2015: os 6.323.376 clientes do *Varejo Tradicional* (66%), 3.124.715 clientes de *Varejo de Alta Renda* (33%), e 109.894 clientes de alta fortuna (1% do *Private Banking*). Aliás, era um número próximo ao dos 9.601.162 profissionais com Ensino Superior Completo registrados no Censo Demográfico de 2010.

No fundo, o que estava em jogo era a continuidade da desenfreada *caça à riqueza* da casta dos empresários-golpistas, que aprofunda essa desigualdade social. Tudo mais que eles dizem é discurso “para inglês ver” e justificar o golpe do “parlamentarismo de ocasião” contra a aliança eleita entre a casta dos trabalhadores-sindicalizados e a casta dos sábios-tecnocratas. A casta dos guerreiros, por ora, só observa o cenário, embora a PF (Polícia Federal) esteja ativa no processo do golpe em andamento, assim como estão os sábios-sacerdotes e os sábios-juristas. Os trabalhadores-criativos resistem, democraticamente, contra o golpe.

Os empresários industriais não apreciaram a tendência à alta do custo unitário do trabalho e à queda da taxa média de juros (Selic-mercado) entre agosto de 2011 e abril de 2013, mesmo sendo compensados por desonerações fiscais e depreciação da moeda nacional. Quando a quebra de oferta de produtos agrícolas, provocada por seca, virou motivo de ataque alarmista na mídia conservadora, devido ao terrorismo econômico realizado a partir do início do ano pré-eleitoral de 2013, houve súbita reversão da taxa de juros no mercado. A consequente marcação-a-mercado da renda fixa prefixada levou à perda de riqueza por parte de muitos desses investidores mais abastados. Para esse “povo” da FIESP e adjacências, dor-no-bolso é maior do que dor-no-coração...

“Os empresários se voltam contra o governo quando acaba o dinheiro. Isso não é ideológico. Eles mudam mesmo de lado quando acabam as benesses. Simples assim. A Dilma assinou o seu destino quando quis reduzir os juros e o *spread* bancário. Foi ali que começou. A indústria já estava sofrendo, mas é quando ela mexe com os bancos que a campanha contra que a campanha contra ela começa”, avalia uma empresária (Valor Fim-de-Semana, 15/04/16).

Março de 2016	TOTAL DE AuM - R\$ milhões		GRUPOS ECONÔMICOS		CLIENTES (CPF + CNPJ)		Grupos - Per Capita		Clientes - Per Capita
DOMICÍLIO	740.297,27	100,0%	52.203	100,0%	110.146	100,0%	R\$ 14.181.125,02	R\$	6.721.054,50
São Paulo	R\$ 420.550,61	56,8%	26.546	50,9%	56.865	51,6%	R\$ 15.842.334,61	R\$	7.395.596,84
Grande São Paulo	R\$ 356.094,38	48,1%	20.801	39,8%	44.513	40,4%	R\$ 17.119.098,85	R\$	7.999.783,77
Interior	R\$ 64.456,24	8,7%	5.745	11,0%	12.352	11,2%	R\$ 11.219.536,89	R\$	5.218.283,63
Rio de Janeiro	R\$ 120.802,30	16,3%	8.691	16,6%	16.683	15,1%	R\$ 13.899.700,47	R\$	7.241.041,59
Minas Gerais / Espírito Santo	R\$ 41.403,05	5,6%	4.182	8,0%	9.470	8,6%	R\$ 9.900.299,04	R\$	4.372.022,24
Sul	R\$ 93.381,17	12,6%	5.951	11,4%	13.040	11,8%	R\$ 15.691.677,84	R\$	7.161.133,04
Centro-Oeste	R\$ 19.294,73	2,6%	2.758	5,3%	5.742	5,2%	R\$ 6.995.915,51	R\$	3.360.281,26
Nordeste	R\$ 40.585,15	5,5%	3.579	6,9%	7.503	6,8%	R\$ 11.339.801,87	R\$	5.409.189,78
Norte	R\$ 4.280,25	0,6%	496	1,0%	843	0,8%	R\$ 8.629.529,37	R\$	5.077.398,06

Fonte: ANBIMA - Relatório do Private Banking - 1o. Trimestre de 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

É *economicismo* o uso de variáveis como faixas de renda e riqueza como determinantes diretos do posicionamento político. Se isso fosse verdade, automaticamente, lendo a tabela acima, encontraríamos a causa do antipetismo por parte da elite econômica paulistana. Cada membro dela possui em média cerca de R\$ 8 milhões em riqueza financeira, segundo dados do Relatório de *Private Banking* de março de 2016, publicado pela ANBIMA. Mesmo assim, ricos não apreciam pagar impostos para gastos sociais...

Se os 44.513 indivíduos pertencentes à classe dos super-ricos paulistanos resolvessem ir todos juntos à Avenida Paulista — hipótese absurda porque esse “povo” esnobe tem medo (e nojo) das ruas brasileiras –, só encheriam poucas quadras em torno do “pato amarelo” da FIESP golpista, para protestarem contra aquela perda de riqueza e fazerem a louvação à sonegação de impostos com base na pobre justificativa de que “não querem pagar o pato”.

Aliás, uma das maiores causas dessa desigualdade social da riqueza no Brasil é justamente essa: os acionistas têm rendimentos sob forma de lucros e dividendos isentos. Assim como são isentos os rendimentos de titular e sócios de microempresas e empresas de pequeno porte. E os ricos podem fazer transferências patrimoniais sob forma de doações e heranças isentas de imposto de renda.

Quando não o sonegam, só pagam o ITCMD estadual. Será que é por isso que sustentam o governo tucano, envolvido em corrupção do metrô e máfia da merenda escolar, em São Paulo?

A longa história da civilização humana pode ser analisada através da dinâmica do jogo de alianças, golpes e contragolpes entre as diversas castas, com ascensões e quedas de hegemonias. Veja abaixo o *ranking* das rendas e riquezas per capita das castas brasileiras.

Ranking das Castas por Riqueza Média Per Capita	Quantidade de Declarantes	Participação em %	Rendimento per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
1 Castas dos Comerciantes, Financistas e Dirigentes do Setor Privado	4.111.564	15,5%	148.441,63	504.006,69
2 Castas dos Governantes e Sábios-Tecnocratas	983.459	3,7%	147.741,15	440.374,02
3 Castas dos Sábios-Universitários	2.951.024	11,1%	76.126,63	271.686,53
4 Castas dos Sábios-Sacerdotes Pregadores	2.289.420	8,6%	50.243,15	225.850,52
5 Castas dos Guerreiros e Esportistas	838.141	3,2%	79.847,56	188.492,38
6 Castas dos Trabalhadores	6.494.863	24,5%	44.408,01	80.917,24
Subtotal (131 ocupações dos declarantes classificadas nas castas)	17.668.471	66,7%		
Inválido	3.992.423	15,1%	43.933,05	248.107,40
Outras ocupações não especificadas anteriormente	4.833.522	18,2%	31.673,23	105.643,18
Total	26.494.416	100,0%	77801,80	258134,75

Obs.: entre 26.494.416 declarantes estão 8.825.945 inválidos e outras ocupações não especificadas. (Castas - Trabalhadores)= 11.173.608
Fonte: SRF - Grandes Números DIRPF 2014 - AC 2013 (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Casta, no sistema de estratificação tradicional da Índia, é um grupo social fechado, de caráter hereditário, cujos membros pertencem à mesma etnia, profissão ou religião. Por extensão, designa qualquer grupo social, ou sistema rígido de estratificação social, de caráter hereditário.

Para entender a influência do *familismo* no Poder Legislativo (e econômico) brasileiro temos de compreender a enorme influência das dinastias. *Dinastia* é sequência de indivíduos que ocupam determinada função, cargo ou posto de poder, hereditários ou não. Refere-se à sucessão de herdeiros e continuadores de magnatas e oligarcas da casta dos governantes aristocratas, desde os rurais até os industriais golpistas da FIESP.

Clã refere-se ao agrupamento familiar comum compostos de pessoas que se presumem ou são descendentes de ancestrais comuns. Relaciona-se tanto com casta quanto com partido, facção, lado.

Oligarquia é o regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Refere-se à preponderância de um pequeno grupo no poder. Por exemplo, o PMDB é composto de oligarcas, isto é, partidários das oligarquias regionais: Barbalhos, Sarneys, Alves, Campos, Calheiros, Bornhausens, etc. Veja os oligarcas da elite branca que compõem o ministério golpista de Temer. Então, *adeus, mulheres e minorias!*

A ONG Transparência Brasil divulgou levantamento onde concluiu que 49% dos deputados federais eleitos em 2014 tinham pais, avôs, mães, primos, irmãos ou cônjuges com atuação política – o maior índice das quatro últimas eleições. Na Câmara, de acordo com esse levantamento, o Nordeste encabeça a lista das regiões com mais herdeiros (63%), seguida pelo Norte (52%), Centro-Oeste (44%), Sudeste (44%) e Sul (31%). No Senado, entretanto, Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão à frente (67%), seguidos pelo Nordeste (59%) e Centro-Oeste (42%). *Esse Congresso Nacional representa o povo brasileiro?!*

Idiotas, aqueles que “não têm consciência do mal que fazem a si e aos outros por ignorarem a coisa pública”, agiram como massa-de-manobra dos super-ricos.

Bateram “panela-vazia” (sic) em favor do golpe de Estado executado por herdeiros das dinastias políticas no Congresso Nacional!

Sem mudanças em dois dos principais sustentáculos da política eleitoral (e congressional) praticada pelas dinastias, nenhuma reforma eleitoral resolverá o problema do *familismo*. O primeiro é a relação com o poder econômico, não só o financiamento empresarial de campanha eleitoral, mas também com os lobbies e a corrupção. O segundo é o monopólio oligárquico dos meios de comunicação de massa. Na realidade, as famílias poderosas manipulam a maioria das 25 legendas com representação na Câmara – a maior fragmentação partidária do mundo – para manter o poder dinástico e/ou hereditário.

Fim da hegemonia de uma casta, seja por *crise econômica*, seja por *guerra ou revolução*, ocorre em simultâneo como uma *crise ideológica*, onde se parte para “mudanças” a qualquer custo. A ordem social desmorona quando o governante passa a acreditar que está fracassando e, sob pressão, adota o programa de adversário, indo contra o ideário de sua base de apoio político-eleitoral.

A Era Social-desenvolvimentista (2003-2014) representou, *a la* socialdemocracia europeia, a aliança entre a casta de trabalhadores e a de sábios-criativos, com apoio da casta de “comerciantes-brandos”: empresários e financistas com tolerância política e liberalismo cultural. O apoio da casta dos sábios-tecnocratas oscila de acordo com “o governo de plantão”, pois cada administrador técnico concursado, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário, sabe que “os governos passam, mas ele fica”. Os valores predominantes, nessa Era, foram solidariedade, coletivismo, regulação e igualitarismo social.

A nova Era Neoliberal em gestação se ergue sobre uma aliança golpista entre as castas dos “comerciantes firmes”, ou seja, empresários nacionais e pequeno-burgueses sob pressão da concorrência internacional que passam a sobrevalorizar disciplina fiscal (corte de gastos e impostos), regras e autoridade, com as castas de governantes oligárquicos (herdeiros de aristocratas e/ou proprietários rurais) e de guerreiros (PF, MP, TCU, etc.). Os valores culturais divulgados pela grande mídia são livre-mercado, competitividade, meritocracia e individualismo. Os intelectuais direitistas insistem no discurso da competência, eficácia e eficiência dos próprios pares: autoengano e validação ilusória...

Castas não são só organismos sociais que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica. Também constituem encarnações de ideias e estilos de vida, que procuram impor às outras. Quando tentam impor domínio irrestrito de seus valores, as ordens sociais tornam-se menos inclusivas e as alianças das castas excluídas ganham maioria em nova eleição ou partem para o golpe de Estado, seja parlamentarista, seja militar.

Então, se Dilma representou a presunção arrogante típica dos especialistas da casta dos sábios-tecnocratas, Lula liderou a casta dos trabalhadores com forte espírito comunitário ou corporativista, que excluem “os de fora” em seu culto à personalidade e na indicação política para o aparelhamento do Estado. Porém, a casta dos guerreiros atiza guerras e processos judiciais intermináveis por honra e vingança, e adota discurso de ódio que incentiva a intolerância extremista. E a casta dos mercadores, livre de regulação, logo provocará a instabilidade econômica e a elevação das desigualdades sociais.

Infelizmente, foi um erro da Dilma ao retornar à “velha matriz neoliberal” em 2015. A ética da convicção é o conjunto de normas e valores que orientam o comportamento do político na sua esfera privada. Já a ética da responsabilidade representa o conjunto de normas e valores que orientam a decisão do político a partir de sua posição como governante ou legislador. Quanto maior o grau de inserção de determinado político na *Realpolitik* – política baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas –, maior é o afastamento de suas convicções pessoais e a adoção de comportamentos orientados pelas circunstâncias. Porém, a distinção entre uma ética da convicção e uma ética da responsabilidade não significa uma “carta branca” para que políticos traiam suas promessas eleitorais.

Perguntas-chave que a esquerda brasileira terá de responder antes de almejar novamente o Poder:

1. teria sido (e será) possível governar por 13 anos um País predominantemente conservador — em ideologia e costumes — sem aliança com a direita, quando a esquerda se reduz a 99 deputados na Câmara?
2. teria sido (e será) possível ser eleito sem o financiamento corporativo que não se dá “a fundo perdido”?
3. o partido político é um instrumento para se alcançar o Poder ou apenas para fazer “denúncia do capitalismo”?!

ERA UMA VEZ UM GOLPE...

Flávio Aguiar⁹⁴

Para se legitimarem, os golpes de estado precisam explicar que não são, “propriamente”, um golpe. São outra coisa. Normalmente, se apresentam como “salvadores da pátria ou da democracia”, contra os assaltos da esquerda.

O esforço mais denodado nesta direção foi feito pelo golpe de 1964. Eles tentaram de tudo. Autoproclamaram-se “Revolução” - e de 31 de março, para evitar o 1o. de abril, embora as tropas que deram início ao golpe tivessem começado a se movimentar neste dia, às duas da manhã, e não naquele. Chamaram seu golpe de “A Redentora”. E assim por diante.

Não adiantou. Serão para sempre rotulados como “o golpe de 1964”. Apesar da censura e das perseguições que impuseram nas escolas, nas redações, nas artes, no pensamento.

Este agora, de 2016, em novo “estilo parlamentar” não deu nem para a saída. Mal começou, já viu o rótulo grudar nele: é golpe. Apesar dos esforços de suas mídias conspiratórias, Globo, Veja, Estadão, Folha de S. Paulo, et alii, em sentido contrário. Este esforço não cola. Nem dentro, nem fora do país.

Recapitulando: desde 2013 o Brasil entrara na lista das pautas negativas da mídia ocidental, com raras exceções. A gota d’água fora a vitória do diplomata brasileiro Roberto Azevêdo na disputa pelo comando da OMC, derrotando o preferido dos EUA e da U. E., um diplomata mexicano, mais afinado com a pauta neo-liberal. Com a vitória para conseguir sediar a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, mais a aproximação crescente com os demais membros dos BRICS para fundar um banco concorrente ao FMI, ao Banco Mundial, enfim, à desordem financeira mundial, o Brasil entrou na pauta dos países alvos da sementeira do descrédito internacional.

94 Flávio Aguiar é escritor, jornalista, correspondente em Berlim de várias mídias alternativas do Brasil.

Desde então o Brasil, sob a batuta dos porta-vozes das grandes praças financeiras mundiais - Londres (The Economist e Financial Times) e Nova Iorque (The Wall Street Journal), só teve direito a pautas negativas. Era o país dos eternos favelados, os sem futuro, o bolo da cereja apodrecida da corrupção mundial, etc. A realização da Copa do Mundo, em 2014, cujo fracasso se apregoava de antemão, não rendeu dividendos, embora, apesar do resultado ridículo de nossa seleção, ela tenha sido um sucesso - muito melhor organizada do que suas congêneres anteriores, inclusive a da Alemanha, em 2006.

Mas o clima negativo - que implicava negar tudo o que o Brasil conquistara em termos de avanços sociais - encontrava um importante subsídio na mídia oligárquica brasileira, desejosa de destruir a imagem dos governos Lula e Dilma. Criou-se a prática de um jornalismo “preguiçoso” relativo ao Brasil. Os correspondentes estrangeiros ficavam sediados no Rio, de onde se afastavam pouco. Citavam, quando não copiavam, a mídia oligárquica, acima mencionada. Entrevistavam, quando muito, consultores empresariais. Sempre desancando o Brasil, país de ineptos, incapazes, pobretões, vítimas de um governo populista com ideias tortas e superadas.

A impressão que deixava tudo isto era a de que esta mídia se apoiava numa espécie de banco de reserva quanto à qualidade jornalística e ao seu empenho. O coroamento desta cobertura “preguiçosa” se deu no começo das últimas manifestações *pró-impeachment*, a partir de março deste ano. De começo, prevaleceu a conversa mole de que se tratava de iniciativas do “povo” contra um governo corrupto, autoritário e demagógico. O modelo desta cobertura foi o empregado na realizada quando das “revoluções coloridas” no antigo Leste europeu. O exemplo mais próximo era a cobertura das revoltas na Ucrânia, quando os bandos de fascistas paramilitares que se concentravam na praça Maidan, de Kiev, foram chamados de “heróis da democracia”. Este foi o tom da cobertura inicial da TV norte-americana, acompanhada por gente fina, como o Le Monde e o The Guardian. Curiosamente, as primeiras vozes a destoar deste tom dominante vieram das publicações que antes eram as mais críticas do governo Dilma, Financial Times e The Economist, advertindo que a emenda (o *impeachment*) seria pior do que o soneto (o governo Dilma).

A virada veio mesmo a partir da mídia alemã e do trabalho incansável do jornalista Glenn Greenwald, através do site do The Intercept, com ajuda de seu companheiro David Miranda, no The Guardian e do Democracy Now, nos Estados Unidos, além de jornais de esquerda, como o La Jornada do México e o Pagina 12 de Buenos Aires.

A primeira nota dissonante da mídia alemã surgiu com a divulgação, no Suddeutschezeitung, da foto do banqueiro, mulher e cachorro, indo à manifestação contra Dilma, no Rio de Janeiro, seguidos servilmente pela babá de branco com o carrinho

e o bebê (de autoria do jornalista João Valadares, do Correio Braziliense). Era uma imagem rediviva da estatura da Casa Grande e Senzala! Os comentários começaram a se suceder. Logo em seguida, a revista Der Spiegel deu nome aos bois: qualificou o que acontecia no Brasil como um “kalter Putsch”, golpe frio, no que foi seguida por quase toda a mídia alemã.

Nesta altura, em outros países a ficha começava a cair. O Le Monde publicou um editorial se desculpando com seus leitores por não dar a devida atenção à complexidade da cena brasileira. Nota Bene: a gente sabe que no Le Monde, faz tempo, as páginas relativas à América Latina são editadas por conhecido ex-guerrilheiro de esquerda, hoje converso à causa neoliberal (ora, que novidade!).

O gesto do Le Monde introduziu uma cunha no pensamento sobre o que estava acontecendo. Com coisa tão grave quanto uma mudança dramática em uma das maiores economias do mundo, as mídias começaram a enviar para o Brasil quadros de primeira, que foram substituindo a cobertura morna dos do banco de reservas - ou despertaram estes aos gritos de “prestem atenção no que está de fato acontecendo”.

O marco definitivo deste processo foi a publicação do editorial no NY Times denunciando o golpe no Brasil como golpe, e como liderado por um bando de corruptos que desejavam fechar as investigações sobre suas caudas expostas. Medalha de ouro para o Brasil em termos de corrupção, dizia o editorial, fazendo referência ao futuro quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O fato é que o golpe perdeu a narrativa mundial. O interventor no Itamaraty, senador José Serra, pode espernear, a Globo pode rilhar os dentes, o Estadão pode considerar que há uma quadrilha de “delinquentes lulopetistas” envenenado a imagem brasileira no exterior (musiquinha que me lembra os tempos da ditadura de 64...), a Época pode sugerir (o tempora, o mores!) que o NY Times recebe grana do PT (!!!!), a Folha pode sofismar sobre os escombros morais do governo Temer... o fato é que o golpe e a mídia oligárquica do Brasil estão completamente desmoralizados na cena internacional.

Era uma vez um golpe. De pernas curtas e nariz compriiido...

UNIDAD, PROGRAMA POLÍTICO COMÚN E INTEGRACIÓN, CLAVES DE NUESTRO TRIUNFO Y DE NUESTRO FUTURO

Francisco Delgado⁹⁵
(Entrevista realizada por Katu Arkonada⁹⁶)

Katu Arkonada: ¿Como ves la situación política del continente tras las derrotas electorales de la izquierda en Argentina, Venezuela y Bolivia (de distintos tonos y matices, pero derrotas, al fin y al cabo), y el golpe en Brasil?

Francisco Delgado: Empezaría por decir que es necesario elevar la moral de la gente, de la izquierda en general, que, en esta lucha, inevitablemente de largo plazo, a veces se sufren derrotas, pero nuestro horizonte es de una región, a la que Martí llamó Nuestra América, donde finalmente triunfará la justicia social, la igualdad de oportunidades y la solidaridad entre los seres humanos, por solo citar algunos de los más nobles valores compartidos por todos.

Sobre tu pregunta concreta, debemos admitir que atravesamos por una situación pienso yo que coyuntural, de avance de las derechas locales. Sin embargo, esta viene a decirnos que gobernará mejor y con más ética, cuando cualquiera medianamente informado sabe que son un remedo de aquel neoliberalismo de los años 70 al 90 del siglo pasado; fíjate que algunas de las condiciones que en aquel período les permitió vendernos la idea de que serían exitosos, sencillamente hoy no existen. Como no soy economista solo te mencionó dos de ellas bastante obvias: el mundo no está para asimilar un aumento de nuestras exportaciones, de lo que da fe la conocida caída de los precios de las commodities, Y tampoco abundan los capitales ansiosos de invertir en estas tierras. ¿De dónde sacaran las divisas abundantes prometidas?, ¿de más endeudamiento?

K.A.: ¿Qué más ética nos prometen? basta repetir lo que con toda lógica decía el otro día un líder social brasileño, refiriéndose al gobierno provisional en su país,

95 Coordinador del área Sudamérica en el Departamento de Relaciones Internacionales del Comité Central del Partido Comunista de Cuba.

96 Entrevista realizada en La Paz para el semanario boliviano La Época.

cuando calificaba a las nuevas autoridades de ser un grupo de malhechores que usurparon el gobierno, sin límites morales y con muy bajos estándares de instrucción o preparación. Francamente es un desastre de corto plazo lo que les espera.

F.D.: Yo agregaría que no es lo mismo ser pobre que empobrecerse, recordando la máxima de la política. Hay que preguntarse cómo lidiarán con millones de personas que regresarán a la pobreza a partir del colosal y atropellado proceso de redistribución de la riqueza, en una nueva vuelta de descarada concentración de está a favor de las grandes trasnacionales. Quizás crean en la viabilidad a estas alturas del siglo XXI de una suerte de neo fascismo altamente represivo, ¿A dónde irá a parar todo esto?

K.A.: ¿Tenían razón los agoreros del fin del ciclo progresista?

F.D.: Lo primero que debe decirse para ajustarnos al término de ciclo, es que no se puede decretar el fin de este si no existe una alternativa que le sustituya; es lógica elemental. Por otro lado, quienes defienden esta tesis, vaya Ud. a saber conquie fines, parecen obviar la dialéctica de la política y de la sociedad, es como si vieran la realidad como una fotografía sin entender que se trata de una película en constante y dinámico movimiento. Yo tengo confianza y mucha esperanza en la insurgencia de los pueblos latinoamericanos que más allá de errores, limitaciones o avances para algunos insuficientes, han conocido por primera vez, como es el caso de Bolivia, lo que es emanciparse por sus propios esfuerzos, que adquirieron niveles inéditos de dignidad y creen en la necesidad de defender la soberanía y el proceso de genuina integración nuestro americano.

K.A.: ¿Cuál es la situación de Brasil, qué acontecimientos podemos esperar en los próximos meses, y como va a afectar esto a la coyuntura política continental?

F.D.: El proceso de destitución de la presidenta Dilma, ni siquiera ajustado formalmente a las leyes de su país, ha provocado un clima de creciente ingobernabilidad que no permite avizorar ningún final positivo para su pueblo.

Para procesar a la presidenta, víctima de un golpe legislativo, tuvieron que organizar una “cuadrilla”, término del código penal brasileño que alude a delincuentes, en este caso sin moral ni escrúpulos, totalmente subordinados a los dictados de Washington. El proceso en sí mismo está lleno de arbitrariedades, basado en supuestas ilegalidades imposibles de demostrar, que develan una trama donde predomina la mentira y espurios propósitos políticos.

Súmese a lo anterior el desenfreno de las políticas que el interino Temer anunció, por ejemplo, la entrega a las grandes corporaciones extranjeras de las abundantes reservas petrolíferas de la zona atlántica conocida como presal, o la enajenación a favor de manos foráneas de miles de hectáreas de tierra, todo lo cual provoca un coctel realmente explosivo en lo social de difícil pronóstico.

Más importante aún es la capacidad organizativa de los combativos movimientos sociales brasileños, de la propia izquierda política con una gran tradición de lucha, que si logran articularse y unirse tiene inmensas posibilidades de capitalizar el descontento y el rechazo a los golpistas.

El abanico de posibilidades para salir de este atentado a la democracia brasileña resulta variado, sin excluir desde luego el regreso de Dilma, ante las dudas que han hecho público algunos de los senadores que antes habían habilitado el proceso. Seremos testigos en las próximas semanas de una guerra de nervios, de presiones de todo tipo contra los senadores dubitativos, de elevada incertidumbre y muy probablemente del ocaso político de un partido como el PMBD, cuyo rol se limita al parecer al de instrumento para el golpe, dado que las informaciones disponibles apuntan a que toda esta jugada está concebida para que el PSDB entre a Planalto a pesar de haber perdido las elecciones en el 2014.

K.A.: ¿Qué enseñanzas podemos extraer de la victoria de Macri en Argentina? Esta victoria es, al fin y al cabo, la única derrota de un gobierno progresista en las urnas en 15 años.

F.D.: Más allá de errores cometidos por estos compañeros, que creo les toca a ellos dilucidar, lo cierto es que estas elecciones fueron una gran estafa, un gran fraude contra la voluntad soberana y la capacidad de discernimiento de al menos la mitad de los electores de este hermano país. Alguien calificó a estas elecciones como la “no campaña electoral” de la derecha vernácula, bajo el slogan de la “revolución de la alegría”; poco faltó que Macri prometiera un decreto de “necesidad y urgencia” (así se denomina allí) para que todos seamos felices sobre la faz de la tierra. No voy a hablar aquí del papel de los grandes medios, locales e internacionales, es asunto bastante conocido y en todo caso hicieron su trabajo al servicio de los intereses apátridas y entreguistas.

Hay un trabajo muy interesante de Atilio Borón donde apunta que su país se encamina rápidamente a convertirse en una semi-colonia del Imperio, y yo agregó que objeto del desborde de las corporaciones del agro negocio y la energía, sin olvidar las reservas de agua potable y otras riquezas que Macri ha dispuesto para ser saqueadas lo antes posible.

Quiero en este punto añadir una observación que tiene que ver con los tiempos políticos. Al parecer estos sectores de “lumpenburguesía decadente” tienen la convicción de que una nueva fase de despojo tiene escasa o nula legitimidad, mucho menos posibilidades de éxito en el mediano plazo; de allí la forma “aluvional” en que aplican estas decisiones, como si creyeran que tal vez en menos de un año o dos su proyecto entrará en bancarrota y será debidamente barrido.

Aclaro el término de “lumpenburguesía decadente” para que se entienda mejor la calidad de nuestros adversarios. El concepto, como conoces, se ha utilizado en el pasado y viene muy bien al caso. La mayoría de los personajes que integran el gobierno federal deben sus riquezas a fuentes mal habidas, como el lavado de dinero, la evasión sistemática de impuestos y otras formas de delito financiero. La decadencia ética es total, por ejemplo, se sabe que Mauricio Macri tiene más de 200 causas judiciales abiertas, en espera de que pierda su actual inmunidad o que alguna vez se transforme la justicia de su país.

Por último, reitero el papel que las organizaciones populares argentinas pueden jugar. De todas las variantes de la política que el Imperio y las oligarquías locales han podido controlar, sólo esta se les escapa de las manos. Podrán corromper a algún líder sindical o social puntual, la USAID y otras agencias imperiales son muy activas en estos trajes, sin embargo, no pueden acallar el clamor reivindicativo y de resistencia de las bases organizadas, que están siendo arrastradas en muy poco tiempo a la pobreza, gracias a los “tarifazos” de los servicios vitales, la postración por estanflación a la que se encamina a tropel la economía argentina y las otras consecuencias de estas recetas neoliberales.

K.A.: ¿Cómo afecta la guerra económica y mediática contra Venezuela al ciclo progresista?

F.D.: La guerra en sus diversas modalidades contra la Revolución bolivariana se recrudeció, sobre todo tras la desaparición física del Comandante Chávez. El imperio y sus secuaces locales asumieron que sin ese extraordinario liderazgo todo se vendría abajo en poco tiempo. Evidentemente subestimaron el arraigo del chavismo en las masas populares, es decir del desarrollo de una conciencia o identidad política constituida por ideas y sentimientos que perduran a pesar de las mayores adversidades, a pesar de los reveses o la hostilidad de sus enemigos. En la historia universal esto suele ser un poderoso obstáculo para los imperios.

El imperialismo parece prepararse para una intervención militar ante la incapacidad de implementar exitosamente sus planes de subversión para derrotar a la Revolución. Basta revisar los argumentos o proyecciones del llamado “Venezuela Freedom 2” documento elaborado por el Comando Sur de los Estados Unidos, o remitirnos al Decreto de Obama que declaró sorprendentemente que la patria de Bolívar era una amenaza extraordinaria a la seguridad de su país. Todavía hay mucha gente que no sale del asombro cuando se enteran de semejante despropósito, que tiene como uno de sus objetivos generar un clima de rechazo, desprestigio y aislamiento internacional de Venezuela.

Observando con detenimiento la ruta crítica en la que se despliegan estos planes, parece que estamos en una fase de agudización de la campaña mediática y de

aislamiento político a nivel internacional. El episodio de la reunión de la OEA, donde se trató de condenar infructuosamente a Caracas, no es más que una parte de este perverso guión.

Todos debemos tener claro, sin un ápice de dudas, que la suerte de los revolucionarios venezolanos es la nuestra, lo digo en el más amplio sentido latinoamericano y caribeño. En ello incluyo no solo a los gobiernos progresistas, sino también a todos los pueblos de la región, que estoy seguro no toleraran en pleno siglo XXI una nueva derrota simbólica de Bolívar.

Aunque es conocido, siempre es oportuno reiterar la solidaridad de mi país para con Venezuela y con el gobierno del primer presidente obrero, Nicolás Maduro. Hemos apoyado y seguiremos apoyando los planes sociales que los bolivarianos impulsaron y que transformaron ese país; médicos, maestros, instructores de arte y constructores cubanos estuvieron y se mantendrán allí hasta que el pueblo y las legítimas autoridades venezolanas así lo dispongan.

Aclaro este extremo porque hay quien se confundió cuando creyó que al iniciarse el proceso de restablecimiento de relaciones de Cuba con los Estados Unidos abandonaríamos a nuestros hermanos venezolanos, que bien se ve que no nos conocen en lo absoluto, que los principios no se negocian y que el apego a ellos explica en buena medida la existencia misma de la Revolución cubana.

K.A.: En qué medida la derrota en el referéndum del 21 de febrero en Bolivia nos cuestiona la importancia de los liderazgos en los procesos de izquierda y/o nacional-populares?

F.D.: El tema de los liderazgos “fundacionales” es muy complejo. Parte de nuestras propias raíces hispanas, el famoso papel del individuo en la historia y sus condicionantes culturales y un largo etc. Por todo lo anterior no se puede tomar a la ligera el asunto, mucho menos dejarnos llevar por supuestas normas de conducta política universales que hablan de la alternancia, de no eternizar a una persona al frente de determinadas responsabilidades, como si esto fuera posible simplemente porque nadie es eterno. Una solución de largo plazo de este asunto está estrechamente vinculada a la madurez alcanzada por los procesos políticos y quizás no tanto a la valía personal de los dirigentes, aunque lógicamente esto también influye y mucho. Observa como los cubanos ahora estamos estableciendo períodos delimitados para ocupar ciertos cargos, incluido la máxima autoridad del Estado.

No hay una respuesta única y debemos ser cuidadosos a la hora de juzgar o sugerir como deben actuar los revolucionarios; en todo caso en la práctica política, la historia y las necesidades coyunturales y de largo plazo de cada proceso están las respuestas a este asunto.

K.A.: ¿Qué papel juega el imperialismo en estas derrotas electorales?

F.D.: No cabe la menor duda que todos estos planes desestabilizadores, guerras económicas o de cuarta generación, subversión o golpes blandos (esto último es un contra sentido) conforman una estrategia de recuperación de la hegemonía imperial cuestionada. Nosotros la denominamos como “contraofensiva del imperialismo y las oligarquías locales” que son utilizadas para reiniciar un nuevo período de saqueo de nuestras riquezas, dejándole las trasnacionales algunas migajas a cambio de sus favores apátridas. Emplean según el caso la denominada directiva TC 1801 del 2010, emitida por el Ministerio de Guerra Imperial (el Pentágono) donde describen un recetario de acciones de subversión, desgaste y posterior ocupación de un determinado país. La han utilizado en Europa, por ejemplo, Ucrania y más recientemente en Venezuela como ya te expliqué. Otro ejemplo es la extraordinaria coordinación de los grandes medios de comunicación al servicio del imperialismo, que elaboran un relato único presentado en tiempo real, en sus inicios modificando en parte los hechos narrados y luego de forma creciente simplemente mintiendo, como se dice, en esta suerte de guerra que nos han impuesto y como suele ocurrir, la primera víctima es la verdad.

En una mirada hacia adelante, ¿qué desafíos encuentran los gobiernos progresistas y las fuerzas de izquierda en esta nueva etapa en la que parece que entra la región?

Muchos de los problemas, yo diría que la mayoría de los retos que tenemos por delante, los que ya hemos avizorado y los que vendrán después, pueden enfrentarse únicamente con la mayor unidad posible de nuestras organizaciones, fuerzas y espacios de articulación política como el Foro de San Pablo, ejemplo para el resto del mundo. Así que esta debería ser la tarea central y permanente.

La unidad ciertamente depende de nuestra voluntad política, pero la existencia de un programa político en nuestras organizaciones se constituye en un excelente vehículo unitario. Ese programa político debe ser la síntesis de nuestros valores, que identifique meridianamente que realidad queremos transformar, que establezca cuáles serán esos cambios y con qué instrumento político se impulsaran.

No debe confundirse el programa político con un proyecto electoral. Por definición el primero es de largo plazo, más estratégico en el sentido estricto del término; mediante este podemos convocar a la mayor cantidad de personas y evitar enfrentamientos intestinos por cargos efímeros, convirtiendo nuestra lucha en un esfuerzo realmente colectivo y duradero.

Reitero, no importan las tareas, ni las exigencias ni la agresividad de nuestros adversarios, la unidad y la integración nuestramericana contienen la clave de nuestro triunfo y de nuestro futuro como naciones soberanas e independientes. En este punto

insistir que esa integración y que la consolidación de la CELAC en particular, son objetivos estratégicos para la izquierda.

K.A.: Por último, una mirada a Cuba. ¿Qué balance haces del VII Congreso del PCC? ¿Cómo va a afrontar Cuba tanto la nueva etapa tanto de reformas económicas como de nueva fase de sus relaciones con EEUU?

F.D.: Lo primero que hay que dejar sentado es que el VII Congreso del Partido ratificó la decisión de continuar construyendo el socialismo en Cuba. Este socialismo se describe como prospero, sostenible y democrático. Lógicamente fue una continuidad del VI Congreso, al evaluar la implementación de los Lineamientos de la política económica y social del Partido y el Estado. Se reiteró que las misiones fundamentales del Partido serán el desarrollo de la economía nacional, junto a la lucha por la paz, la unidad y la firmeza ideológica.

El conclave revisó y decidió someter a debate público con toda la militancia y otros sectores de las organizaciones sociales, dos documentos que conceptualizan el modelo económico y social y establecen los parámetros para un plan de desarrollo de aquí al 2030.

Aunque ambos materiales son esencialmente políticos, no hay una alusión directa al modelo o sistema político cubano; obviamente es perfectible, pero no nos proponemos modificarlo.

Vale aclarar que mantenemos la convicción sobre la necesidad histórica de un partido único en nuestro país, por solo mencionarte uno de los temas que suelen generar más dudas o polémica en el exterior. Al respecto se pueden decir muchas cosas, solo te recuerdo que esta idea la enarboló y desarrolló José Martí cuando fundó el Partido Revolucionario Cubano a fines del siglo XIX, con el objetivo de unir a todos los compatriotas para desarrollar la “guerra necesaria”, que procuraba no solo independizarnos de España sino de impedir a tiempo que los Estados Unidos se expandieran, con esa fuerza más, sobre nuestras tierras de América; estoy parafraseando el concepto martiano que en rigor mantiene absoluta vigencia en tanto la lucha política a la que hoy estamos convocados sigue siendo, como entonces, por garantizar nuestra soberanía y derrotar los nuevos anexionismos que hoy nos quieren imponer y que intentan camuflajearse tras la fachada de nuevas organizaciones políticas que se hacen llamar “oposición leal”, realmente tan contrarrevolucionarias como las tradicionales.

Las relaciones con los Estados Unidos son un proceso largo y complejo; observa que no utilizo la palabra normalización porque, hasta donde conozco, ellos no tienen relaciones normales con nadie. Sin restarle un ápice de importancia y complejidad debe decirse que este asunto como cualquier otra política está subordinada al enunciado con el que abrí la respuesta a esta pregunta, es decir, nuestro objetivo central es

continuar construyendo el socialismo en Cuba; obviamente si mediante la normalización o como quieras llamarlo desaparece el bloqueo y tenemos un vecino que actúa con mayor civilidad, las posibilidades de lograr ese objetivo son mayores.

No obstante, lo anterior, debo decirte enfáticamente que nosotros seguiremos nuestra senda socialista, con bloqueo o sin bloqueo y que este debe ser eliminado como preámbulo para hablar realmente de normalización; asimismo deben devolvernos el territorio que ahora ocupan ilegalmente en Guantánamo, la única base militar en el mundo que opera contra la voluntad del gobierno y el pueblo donde está enclavada. Estamos claros de que los desafíos son enormes y estamos conscientes que muchos esperan de nosotros el éxito en estos empeños. Al respecto quiero cerrar esta entrevista recordando lo que nos decía el compañero Fidel el día que se clausuró el VII Congreso: “A los hermanos de América Latina y el mundo debemos transmitirles que Cuba vencerá.”

BRASIL: UM GOLPE DE ESTADO EM TRANSMISSÃO DIRETA

Francisco Louçã⁹⁷

A ssistimos no Brasil a um golpe de Estado em câmera lenta. É assim que se procede no século XXI: em vez de tanques nas ruas, tudo começa com um juiz que quer derrubar um governo, declarando guerra ao princípio da soberania democrática. É golpe curto, bem sei, prender para eliminar politicamente e depois deixar as coisas seguirem o seu destino.

Para este propósito monumental, vem o juiz. O juiz é um poder, e neste caso é certamente um poder especial, pois ignora a proclamada separação de poderes e actua fora da lei, mas é um poder que pode tudo, pois não será corrigido em tempo útil, se é que alguma vez o será. O mal está feito, a desconfiança semeada, o pânico nas ruas, só não sabemos como vai prosseguir a saga.

Começou com a primeira detenção de Lula que era ilegal, e era mesmo. Depois, a escuta será ilegal, e é, a sua divulgação um crime, e é, a escuta abrangia todos os advogados de um escritório, e isso é delirantemente ilegal, o juiz é suspeito de intuito partidário, e não o esconde, a própria perseguição e o pedido de prisão preventiva não têm fundamento legal, e não tem mesmo, mas o juiz é um poder inexpugnável e por isso pode desencadear uma tempestade.

Precipitado pelos magistrados golpistas, a manobra decide-se por estes dias no balanceamento dos movimentos da opinião pública, na ocupação da rua, nos ajustes de contas partidários e sobretudo na corrida contra o tempo. O que é certo é que nunca tínhamos visto um golpe de Estado assim: no Brasil, em 1964, no Chile, em 1973, na Argentina, em 1976, foi com baionetas que a ditadura avançou e não com sentenças ou acusações judiciais. Este novo tipo de golpe é mais eficaz, mobiliza a dúvida e

97 Francisco Louçã, professor catedrático de economia na Universidade de Lisboa. Foi deputado (1999-2103) e é hoje membro do Conselho de Estado. Este texto foi publicado em Abril de 2016 no jornal Público, editado em Lisboa. É aqui reproduzido com alterações menores.

espalha os ódios, disputa a aceitação e mesmo a participação de parte da população, ocupa o terreno do simbólico, que é a sede da política. Esta técnica de golpe de Estado neutraliza a argumentação e assim exclui a razão, porque se baseia na hegemonia afirmada de um poder supremo e imune à democracia. O César é o juiz, que se apresenta como um pai moralizador ou como o braço da vingança divina. Ele é o poder que pode tudo e por isso dispensa uma ditadura, se o choque e pavor tiverem como consequência a destruição eleitoral dos seus adversários, e neste caso a decapitação política de Lula, o mais temido candidato a re-presidente. O golpe tem este objectivo preciso: prender Lula, seja com que pretexto for.

O golpe está por ora a vencer, mas virá o processo de demissão de Dilma, conduzido por uma comissão parlamentar em que mais de metade dos deputados está a contas com a justiça, e esse será o segundo acto da farsa. Todos estamos a adivinhar o desfecho.

I. A VINGANÇA DA DIREITA

Esta farsa grotesca, este golpe, havemos de convir que foi preparado ao longo de muito tempo. Havia esse ódio de classe contra Lula, um torneiro mecânico feito grande do país, havia o medo social das elites urbanas contra a massa popular em cidades de quinze milhões de habitantes, havia a raiva de latifundiários contra os sem-terra, havia as listas de sindicalistas a assassinar, tudo se foi conjugando para estes dias de golpe.

Mas, ainda assim, mesmo com tanto ódio, nada fazia prever a cavalcada dos juízes e dos seus partidários. De facto, Lula governou sem beliscar os interesses dos que temem pela propriedade e pelo estatuto, o seu partido foi-se habituando aos salões e cultivando a intriga. Nem a terra foi distribuída nem a indústria e a finança foram ameaçadas ou entregues ao povo, que recebeu uns reais para que a pobreza ficasse menos pobre, umas escolas e universidades para os seus filhos e muita paciência para todos porque o Brasil ainda há-de ser um imenso Portugal. O pouco que mudou, mudou alguma coisa para muita gente dos de baixo mas nada para os de cima. E o Brasil viveu tranquilamente o encabulamento da Copa do Mundo e depois voltou à sua vida de todos os dias. Nada fazia prever o golpe, portanto.

Dilma remou na mesma maré. Inaugurou o segundo mandato cedendo tudo à direita, nomeando para postos chaves do governo o homem que seria o ministro das finanças do seu adversário e uma representante de terratenentes para a agricultura. Porque deu tudo aos adversários, o golpe parecia coisa de ficção ou de jogo de computador.

Até que chegou o Caso Petrobrás, ou Lavajato. E ele tocou no ponto frágil de toda esta construção, os partidos, tanto do governo como da oposição. O principal partido de direita que faz parte do acordo governista, o PMDB, distinguiu-se entre os que, com o presidente do Parlamento Federal, Eduardo Cunha, correm contra o tempo da acusação judicial e da prisão, depois de as suas contas no estrangeiro serem identificadas e ser exibida a mão que lhe pagou. Outra parte do PMDB, com o vice-presidente Temer, perfila-o como sucessor de Dilma se conseguir a sua impugnação. No PSDB, o principal partido de oposição, luta-se entre os que querem demitir Dilma agora (com alguma acusação derivada do Lavajato), para provocar uma eleição a curto prazo, ou os que querem demiti-la depois (com o processo rocambolesco sobre o financiamento da campanha eleitoral), conforme as conveniências de cada um, seja Serra, Alckmin ou Aécio Neves, colegas e inimigos. Todos correm contra o tempo e isso cria uma irracionalidade colectiva: os chefes partidários, apanhados na teia da corrupção e irmanados na desgraça, escolheram todos o quanto pior melhor. Quanto mais depressa incendiarem o Brasil, mais depressa esperam sentir-se aliviados da pressão sobre cada um deles.

II. A FRAGILIDADE DAS ESQUERDAS E DO CENTRO

É preciso reconhecer que o PT alimentou esta monstruosidade. Os seus dirigentes acreditaram que a composição da aliança governista criaria uma distribuição de benesses e um espírito situacionista que cimentaria esta multidão de partidos e de interesses graúdos. Chegou-se ao ponto, quanto as primeiras frestas estalaram, de agenciar a compra e venda de votos de deputados com o Mensalão, para manter o governo a flutuar entre as suas próprias piranhas. A força do PT, a sua capacidade de ter um voto eleitoral maioritário, mas num sistema eleitoral que lhe rouba a maioria e favorece o aliancismo taticista, deu lugar a um sistema de corrupção que se tornou uma marca de governo. Ao abeirar-se dos donos do Brasil, o PT pareceu-se cada vez mais com eles, nos tiques e nas ambições.

Só que essa mimetização e essas alianças nunca aplacariam o ódio de classe nem amenizariam a raiva da direita que era forçada a partilhar o poder. Por isso, a espiral da radicalização transformou ainda mais os partidos, com um parlamento em que as bancadas que cresceram são as das seitas religiosas fanáticas, os defensores do tiroteio e dos fuzilamentos policiais, ou de outras particularidades. O que agora junta esta turbamulta é o alvo Dilma e, sobretudo, o alvo Lula. Os magistrados golpistas pressentiram a oportunidade e interpretaram o momento de descontrolo, descendo à terra como anjos exterminadores. E temos golpe.

Seria ocioso dizer agora que esta esquerda nunca aprendeu nada. Que um sistema eleitoral que corrompe é um salvo-conduto para a direita. Que alianças com partidos ou políticas destruidoras são impeditivas da mobilização do povo. Que o braço dado com a finança é repressão da vida das pessoas. Mas tudo isso é a vida falhada de um governo que criou tanta expectativa e que prometeu tanto a tanta gente que já viveu tanta mentira.

O Brasil tornou-se assim um pavor de ameaças neste golpe em câmera lenta: estamos a vê-lo, adivinhamos como vai acabar, mas o filme é inacessível para quem olha. Vemo-lo, em todo o caso, e, nele, o que é insuportável é a arrogância dos golpistas, o que é execrável é a justificação justiceira para a ilegalidade e para o arbítrio sem regras, o que é triste é este fracasso político de um governo que esperava ocupar o poder e viver dele como se o tempo passasse e tudo compusesse. Como se viu, a história, que é quem tem o poder ou o assume, virou-se sobre si própria e começou a destroçar este ciclo de governação.

Mas, olhando o Brasil daqui de fora e conhecendo tanto do seu dentro, só vejo desperdício de esperança, tanta tristeza, tanta gente extraordinária que está a ser sacrificada, tanta ameaça contra a liberdade, tanta pesporrência golpista, tanta violência evocativa da ditadura militar, tanta insuportável condenação dos mais fracos: eles não têm direito. Como se este golpe avançasse e o povo ficasse parado a ver, já não acreditando em nada.

III. FAZER CONTAS NO BRASIL

A Folha de São Paulo publicou em Abril as então recentes sondagens sobre as presidenciais no Brasil, que se devem realizar em 2018.

As contas impressionam e explicam bem alguma da motivação política dos recentes acontecimentos: Lula é o único candidato de topo que sobe nas duas sondagens e está mesmo à frente numa delas, na outra fica empatado com Marina Silva (que desce). Os dois hipotéticos candidatos do PSDB, o principal partido de direita que está a liderar o movimento para a demissão, caem ambos: Aécio Neves, que já foi derrotado por Dilma, seria derrotado por Lula, e Alckmin, o outro possível candidato tucano, tem menos de metade das intenções de voto de Lula. Quanto a Michel Temer, o vice-presidente que aspira a ser presidente se Dilma vier a ser demitida, tem em ambas as sondagens 2%. Se a direita não elimina Lula da corrida, prendendo-o ou arrastando-o pelos tribunais, bem a pode vir a perdê-la.

A pergunta é então: porque é que Lula sobe, apesar da imprensa que o massacra e dos inimigos que não lhe dão tréguas? Há várias explicações possíveis. Sobe porque

as primeiras salvas da perseguição foram exuberantemente fora-da-lei, porque cheiravam demais a manobra partidária, ou porque os candidatos da direita estão tão envolvidos no escândalo que enlameia a política brasileira que não se podem apresentar como alternativa – nos Panamá Papers lá apareceu mais uma revoada de figurões desses partidos. Por tudo isso, Lula sobe, apesar da barafunda criada pela estratégia do seu partido com múltiplas alianças com os partidos mais inapresentáveis da direita. Apesar de tudo isso, sobe porque a alternativa é tão venal que Lula aparece como um amigo para uma parte importante do povo – o que é certo é que vai na frente.

Acresce que a eventual demissão de Dilma Rousseff só agravaria o imbróglio jurídico, não o resolveria. Depois da votação da sua demissão no parlamento federal, ela ficaria suspensa até decisão do Senado, seis meses depois (com Jogos Olímpicos pelo meio). Se o Senado rejeita a demissão, então ela volta a assumir a presidência. Se a confirma, temos seis meses perdidos em crise política.

Jogando contra a incerteza e sublinhando as fraquezas dos seus adversários (o processo contra Eduardo Cunha, o presidente do Parlamento e líder do grupo derubista no PMDB, o maior partido parlamentar, ainda vai dar que falar), Dilma quer recuperar a iniciativa política. O prolongamento da crise joga a seu favor, até porque Temer, o vice-presidente, tem que ser imputado pelas mesmas acusações que a atinge e que agora se resumem a ter assinado decretos com “pedaladas fiscais”, ou seja, a antecipação de pagamentos por bancos para facilitar a cosmética orçamental – o que foi igualmente subscrito por quem pede a sua demissão, o próprio Temer.

Confusão? A sondagem diz que não.

COMUNICACIÓN, DEMOCRACIA Y CORONELISMO ELECTRÓNICO EN BRASIL

Francisco Sierra Caballero⁹⁸

La libertad y los Derechos Humanos son siempre el talón de Aquiles de la Santa Alianza y la restauración conservadora. Lo son en tiempos de paz (en décadas perdidas de neoliberalismo) y en tiempos de guerra (de la Operación Cóndor a las formas sibilinas, cónicas, o simplemente silenciosas e irregulares, del nuevo golpismo mediático. En Brasil, esta estrategia contra la mayoría requiere del llamado Coronelismo Electrónico.

Escribo estas líneas de urgencia, cuando el golpista Temer acosa y cerca el sistema público de radiotelevisión brasileiro. Mientras, en Washington, no son atendidas las denuncias de la Coalición por una Comunicación Democrática de Argentina por los ataques a la libertad de expresión del gobierno de Macri. Estamos, como puede colegir el lector, ante una misma matriz o lógica de combate al Derecho a la Comunicación.

Ambos casos tienen lugar en el marco de la polémica de los Papeles de Panamá y las revelaciones de Wikileaks sobre la estrategia de Estados Unidos de desplegar un frente en la región de intervención geopolítica en la que el gobierno de Macri cumple un papel claramente instrumental y sumiso a los intereses del muro de Wall Street como los informantes de la CIA que desplegaron el asalto a la Presidencia de la República de Brasil. En esta situación, Luis Almagro y la OEA, no dicen nada con respecto a la ilegalidad de la conspiración orquestada en Brasilia, preocupada como está por seguir los lineamientos del Departamento de Estado norteamericano en contra de Venezuela.

Antes bien, aprovechando el papel preponderante de la OEA por la ausencia de una política regional en la materia y, peor aún, la inexistencia de organismos internacionales específicamente latinoamericanos, la agenda de los medios mainstream pueden hoy normalizar con la anuencia de los poderes fácticos y el capital financiero

98 Francisco Sierra Caballero (ESPANHA) é Director General do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina em Quito (CIESPAL). www.franciscosierracaballero.com

lo que vive hoy Brasil o incluso orquestar estrategias de desestabilización como ya sucediera en Venezuela. De hecho, esta ha sido una pauta o lógica sistemática en casos anteriores (léase Honduras, Haití o Paraguay). Pero las movilizaciones no van a cesar.

Cuando nos roban el derecho a la palabra, queda el derecho de reunión, manifestación y protesta y cuando se trate de cercenar estos derechos se vuelve a la palabra, pues no hay derecho humano tan fundamental como el derecho a luchar por tener derechos. Esto es lo que hoy se juega en Brasil. Ni más ni menos que la posibilidad de políticas sociales de progreso que tratan de redistribuir la riqueza de uno de los países más desiguales e injustos del planeta. Por ello la centralidad de la disputa del sentido y la importancia del coronelismo electrónico de compañías como Globo.

Sin el concurso del gigantesco monopolio informativo no es posible la imposición del modelo de acumulación por desposesión. Esta violencia original del proceso de expropiación de la riqueza requiere de la violencia simbólica y lo preocupante es que, hoy por hoy, no existe una estrategia regional que aborde la disputa comunicacional en el ámbito público ante la notoria constatación de debilitamiento de la acción de gobierno y las políticas públicas progresistas en los países inmersos en procesos democráticos revolucionarios.

La conveniencia de definir una agenda común, a nivel de América Latina, es evidente. Más aún, a la vista de la experiencia histórica, este reto debería ser identificado como una apuesta estratégica de UNASUR y CELAC en un marco y enfoque supranacional tendencialmente desfavorable a los países del Sur por la propia carencia de un enfoque adecuado e integral de la mediación a escala regional. En este escenario, parece poco o nada probable que la CIDH cuestione al hijo pródigo de Obama, pese a representar la Coalición por una Comunicación Democrática la mayoría de los actores involucrados en el derecho a la comunicación (organizaciones populares, de derechos humanos, medios comunitarios, cooperativos, PyMEs, sindicatos, trabajadores de la comunicación, universidades, pueblos originarios, etc.).

Tampoco es de prever que en Washington y la prensa hegemónica se cuestione la censura, persecución y recortes de libertades en Brasil. Nada dicen, tan respetuosos que son del formalismo jurídico. Saben bien que la memoria informativa es de corto recorrido. Ya conocen los terroristas de la información que viven en el Muro de Wall Street cómo aplicar la doctrina del shock. La historia de la lógica de actuación común de la ultraderecha liberal: de Reagan y Thatcher a Macri es dilatada y han aprendido de la izquierda a agitar las masas en la calle, por lo que previsiblemente se imponga su racionalidad de terror. A saber: la vulneración de derechos libre de consecuencia mientras los adalides de la libertad de expresión justifican el uso violento de la fuerza del Estado en favor propio y la coalición de intereses con los grupos hegemónicos de la

comunicación encubren los casos evidentes de corrupción de los golpistas y delatores de la CIA. Pero el viejo topo de la historia es sagaz y la emergencia de la palabra vuelve a imponer, la necesidad y virtud del PRINCIPIO ESPERANZA.

Es desde aquí, en defensa de la DEMOCRACIA y los DERECHOS HUMANOS que, contra el coronelismo electrónico y los macarras de la moral (evangélica o protestante) que afirmamos en Brasil, como siempre:

1. LA COMUNICACIÓN COMO UN DERECHO HUMANO QUE INCLUYE TODOS LOS SOPORTES Y PLATAFORMAS.
2. LA LIMITACIÓN DE LA CONCENTRACIÓN PARA PROMOVER LA DIVERSIDAD Y EL PLURALISMO FRENTE A OPERADORES COMO EL GRUPO CLARÍN.
3. EL ROL ACTIVO Y PRESENTE DEL ESTADO PARA UNA REDISTRIBUCIÓN EQUITATIVA DEL ESPECTRO RADIOELÉCTRICO FRENTE AL GOLPISMO DE GLOBO.
4. EL ACCESO UNIVERSAL Y NO DISCRIMINATORIO.
5. LA GOBERNANZA DEMOCRÁTICA DE LAS COMUNICACIONES E INTERNET.

Históricamente, el ADN político de la derecha no está por la labor de asumir tales principios y la propia estructura de comando de los profesionales del silencio que ahora persiguen a los movimientos sociales y los periodistas incómodos no admite veleidades democráticas cuando ha de confrontar a los enemigos de la Santa Alianza. Más pronto que tarde sin embargo los vasallos de Wall Street habrán de responder a la paz y la palabra de las multitudes. Así siempre ha sucedido en la historia, y volverá a acontecer en Brasil.

AMÉRICA LATINA SOFRE SOB O JUGO DO CAPITAL

François Houtart⁹⁹

Candidato ao prêmio Nobel da Paz de 2010, um dos arquitetos do Fórum Social Mundial e expoente do movimento antiglobalização, o padre católico, sociólogo e filósofo belga marxista François Houtart, de passagem por Brasília, foi convidado pela CUT para falar sobre *Democracia e Lutas Populares na América Latina*, no último dia 29, quinta, quando passou um pito nos governos do continente, que chama de “pós-neoliberais”, em vez de terem buscado ser “pós-capitalistas”.

Com uma vivência em países como Venezuela, Equador, Nicarágua, Bolívia, Paraguai, e Vietnã e China, François Houtart tem cacife para fazer um apanhado da crise que pegou a latino-América de calças curtas. Contou para a plateia do debate ser o único continente com prática de novas experiências no período pós-neoliberal, que envolve: a reconstrução do Estado em suas funções sociais de distribuição de riqueza, a organização dos serviços públicos de saúde e educação e investimentos públicos, e fazer essas novas políticas de luta contra a pobreza graças à conjuntura econômica mundial favorável, sobretudo nos preços de matérias-primas e dos produtos agrícolas, nos últimos 15 anos.

“A grave e agressiva crise que o Brasil vive está vinculada à crise mundial, que não é só geográfica, financeira ou econômica, mas de relação com a natureza, o sistema alimentar, energético, climático. Tem como fundo a lógica do sistema capitalista, de ganância e concentração de riqueza. A América Latina desenvolveu um capitalismo de dependência, e que se encontra agora em fase de esgotamento”, enunciou.

François Houtart apontou para a não reação mundial às *commodities*, que afetaram a maneira de pensar o desenvolvimento. Mas em crises o quadro muda. “A

99 Candidato ao prêmio Nobel da Paz de 2010, um dos arquitetos do Fórum Social Mundial e expoente do movimento antiglobalização, o padre católico, sociólogo e filósofo belga marxista.

repartição da renda nacional para os pobres é dependente da matéria-prima, que quando baixa há crise, tornando o país novamente dependente de sua exportação. Não é um plano maquiavélico mas a lógica do capitalismo, e afeta com a mudança de conjuntura”, realçou.

Ele no entanto reconhece que sair do projeto neoliberal para o socialista é tarefa nada fácil, porque o Estado, de concepção centralizadora e hierarquizada, não é adequado à mudança. China e Vietnã adotaram o pensamento do mercado, controlador do Estado. A Venezuela criou a economia solidária, a “operação milagro” financiada pelo petróleo, que atendeu mais de dois milhões de pessoas, é verdade, e houve enorme esforço de Hugo Chávez pela integração dos países do continente, enumerou.

ERROS DOS GOVERNOS LATINO-AMERICANOS

“No Brasil”, segundo analisa o padre marxista, “a saída foi fazer mais ministérios e mudar a administração do Estado, um trabalho difícilimo, porque ‘o líder carismático’ absorveu os instrumentos sociais da industrialização utilizando-os para razões políticas e eleitorais, como no Equador, gerando contradições internas”.

Houtart distingue que a luta contra a pobreza aqui também foi real, milhões saíram da miséria e passaram a ter melhor acesso a serviços públicos. Com os investimentos advindos das matérias-primas foi possível beneficiar as camadas mais pobres sem tocar muito nos ricos. “Mas o modelo de desenvolvimento não transformou a economia interna, que continuou a ser dominada pelo capital, com danos sociais. Além disso, não houve nesses países transformação alguma nos meios de comunicação controlados pelo poder internacional e, assim, novas contradições surgiram”.

François Houtart lembrou que a CEPAL dos anos 60 inspirou o desenvolvimentismo, mas sem que a transformação das estruturas sociais viesse a ocorrer no continente. Com exceção da Venezuela, os demais países não fizeram a reforma agrária. “Não se tocaram nas estruturas fundamentais, o que não proporcionou grandes mudanças. Se muitos saíram da pobreza, os ricos ficaram mais ricos. A classe média dobrou nos últimos 15 anos, mas construída no consumo, em particular no Brasil, e com isso desequilibrando a capacidade da balança comercial”, observou.

Ele também asseverou que o setor agrícola tradicional mostrou-se um desastre em termos produtivos, porque foi abandonado para serem promovidos o agronegócio e a exportação. A política de redução da pobreza foi assistencialista, de clientelismo político, em vez de transformadora. O programa Bolsa Família e outros não asseguraram as mudanças estruturais necessárias à sociedade, segundo entende.

Os novos líderes da América Latina, segundo ele, têm concepção de desenvolvimento tradicional: modernizam mas não transformam a sociedade; “no Equador fala-se em ‘capitalismo moderno’”, ironiza. Os novos líderes não absorveram os valores do mundo contemporâneo, tampouco aspectos tradicionais, como o dos indígenas, o direito da natureza. Assim, as políticas dos líderes, dos partidos e o apoio popular foram em contradição a esses princípios.

Duro, ou realista, analisou que houve falta de referência socialista, porque continuaram absorvidos pela perspectiva dessa filosofia de modernidade. O que resultou, insistiu, foram novas contradições econômicas internas que destruíram a base da experiência, com redução da capacidade de consumo da classe média e reações populares à nova situação de crise, incluindo os movimentos operário, camponês, indígena e os intelectuais, em desacordo com a política de preços estabelecidos pelos governos.

PONDERAÇÕES SOBRE O QUE SE PODIA TER FEITO

“Era possível fazer de outra maneira?”, indagou o padre marxista à plateia, e em seguida respondeu: “Uma revolução armada teria provocado intervenção militar e interferência direta dos EUA, porque a existência do império, a força do capitalismo de monopólio, as grandes multinacionais são um fato e estão em todos os países da América Latina, gerando nova dependência do capitalismo”.

Ponderou que haveria dificuldade de se criar um novo sistema monetário, pela dominação do dólar, a fuga de capital dos Panamá Papers e a força do FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, que juntos detêm juntos mais de um terço da riqueza mundial. Dar resposta do tipo liberal ao problema da crise?, tornou a perguntar à plateia. E continuou, crítico.

“Dilma Rousseff disse em Nova York: ‘O modelo que seguimos está esgotado’. E é o que ocorre agora em toda parte: os países do continente buscando encontrar dinheiro, e sem saber como atuar. A resposta foi adotar medidas liberais, senão neoliberais, com o Estado usando as reservas do seguro social, e o setor trabalhista desfavorecendo o operário.”

François Houtart contou que, no Equador, os indígenas que apoiaram o governo depois se viram como vítimas e criminalizados, “um movimento que se pretendia de esquerda, agora se pondo à direita – porque o capital nunca vai aceitar perder”. Isso foi uma enorme decepção para os movimentos sociais. A situação da Venezuela é dramática, porque não tem reservas; a Bolívia sim, constituiu reservas e pode resistir mais à crise, prevê.

No Brasil, Houtart pôs o dedo na ferida da alma brasileira de esquerda, quando disse que a direita agora tenta recuperar não só o seu poder econômico; quer também de volta o poder político. “No Equador, a oligarquia tradicional e o capital moderno têm suas contradições e fazem esforço para resgatar seu poder político; no Brasil, Michel Temer é a construção do poder da direita, suscitando no cenário uma luta nova muito importante”.

Cutucou o governo brasileiro com vara mais curta ainda quando disse que era possível fazer outra política fiscal e pegar bancos que antes não pagavam impostos. “Visitei a Vale há três anos. Ela está nos cinco continentes, mas onde eles estão mais felizes é no Brasil. Um diretor contou: aqui nossa situação é privilegiada; temos isenção de impostos. Em dois anos a Vale paga mais seus acionistas do que trabalhadores. Isso é governo progressista?”, disparou.

Houtart afirmou também que era possível pensar uma política de reforma agrária, ou seja, numa noção de desenvolvimento que não só de modernização social. Contou que os outros países do continente querem andar nessa orientação, e crê que se os movimentos progressistas quiserem, poderão recuperar e redefinir a meta do novo paradigma de vida, e não de morte que o capitalismo causa.

HÁ LUZ NO FIM DO TÚNEL

Os intelectuais podem ajudar nesse trabalho conjunto, voltado a uma economia baseada na natureza, na vida social e espiritual da população, numa construção intercultural, acredita Houtart. E recomenda ser preciso se organizar e trabalhar a meta a longo prazo, dentro e após a crise, mais do que voltados a uma eleição local ou nacional, e focalizar nesse novo paradigma: a construção de políticas concretas para o bem comum da humanidade, e não para a disfunção que o capitalismo impõe ao mundo.

Do alto de sua atuação no Fórum Social Mundial, Houtart narra que há grupos no mundo inteiro atentos a essa orientação, embora ainda não articulados para encaminhar o assunto e promover a mudança. “O Fórum precisa de atuação política em escala mundial, como construí-la?”

Ele admite ainda a enorme dificuldade de um país sozinho fazer frente ao grande capital. Por isso considera muito importante a integração pelos BRICS, “porque é um bloco anti-hegemônico, e um mundo multipolar é necessário; mas a Índia não vai ser progressista tendo à frente um *Chicago boy*”, alertou.

Para ele, a América Latina e as forças sociais, no momento em que se encontram, deixam essa lição fundamental, “porque o capitalismo não vai morrer por si. Será

sempre uma luta. Não falo de luta armada, mas não se deve perder de vista que a luta social será sempre necessária”, aconselhou.

François Houtart encerrou a palestra citando *O Informe Lugano* (Boitempo Editorial, 2002), ficção aterradora da cientista política britânica Susan George, que narra sobre o grupo de países e grupos sociais a serem excluídos para que o capitalismo do século XXI sobreviva. A atual crise internacional volta-se para o que o livro assinala como inexorável: o extermínio progressivo de 1/3 da população mundial dos excluídos, porque o extermínio está na lógica do capitalismo.

PARA LUTAR PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988!

Friedrich Müller¹⁰⁰

I.

Por “Golpe” entende-se aqui a tomada do poder do Estado por um grupo fora de um governo legitimamente eleito e, mais precisamente, sem conformidade suficiente com a Lei e a Constituição. Nesse sentido, é evidente denominar Golpe os acontecimentos no Brasil em 2016. Sendo efetuado sem violência, como acontece, então se trata de um golpe “não armado” ou “frio”. Em tempos monárquicos esse fenômeno era chamado de “revolução palaciana”.

II.

Atos relevantes para o *Impeachment* da Presidenta eleita não foram legalmente comprovados. Mesmo quando as correções orçamentárias imputadas a ela venham a ser comprovadas no futuro, ainda assim não serão fundamentos suficientes para uma exoneração pela Constituição de 1988. Até então isso parece plausível. Portanto, a suspensão pela Câmara dos Deputados e pelo Senado já é, por falta de base jurídica, inconstitucional e, com isso, ilegal.

Jornalistas e correspondentes brasileiros de conceituados jornais da imprensa internacional (como por exemplo, o New York Times, DER SPIEGEL, DIE ZEIT, Le monde diplomatique) chegaram ao mesmo parecer.

III.

O processo na Câmara dos Deputados apresentou graves erros de jurisprudência que foram, no Brasil, publicamente constatados e juridicamente não refutados. Apenas em razão desse procedimento errôneo, - adicionalmente a (II) - o resultado da votação na Câmara dos Deputados, o encaminhamento do processo ao Senado e a

100 Friedrich Müller, jurista alemão que leciona direito constitucional, filosofia do direito e teoria geral do direito na Universidade de Heidelberg. Desenvolve pesquisa em teoria e linguagem do Direito. Artigo escrito em Heidelberg, junho de 2016. Tradução do original alemão por Vanessa Moreira.

suspensão provisória por 180 dias da presidenta eleita já são insustentáveis e com isso, infecundo e inexistente.

IV.

O golpe frio foi aplicado, para trazer o poder às pessoas já no poder, para protegê-las da perseguição na investigação da “Lava Jato” da justiça brasileira e para executar às pressas as, desde então por elas iniciadas, medidas reacionárias – para enxertar “a desejada lista definitiva de investidores” (segundo o New York Times) à custa da maioria da população. Essa transformação radical da agenda política não aconteceu devido às eleições ou novas eleições, mas somente devido, de fato, à tomada de poder. Para essa pessoal¹⁰¹ e substanciosa “Virada ao avesso” da política não houve nenhuma concessão do povo. Nenhuma eleição, plebiscito ou referendo que possam justificá-la.

Justamente para um programa menos reacionário, Aécio Neves não foi eleito em 2014, mas rejeitado pela maioria dos eleitores. Os membros do governo atual são também, assim como suas deliberações, – adicionalmente a (II) e (III) – ilegítimos.

V.

Experiências próprias são, da mais recente e terrível história da Alemanha com golpe “não armado” ou “frio”, o Golpe Prussiano de 1932 contra o antigo governo social-democrata do maior estado alemão (Prússia); e um ano depois a “tomada do poder” por Hitler através da Lei de Autorização de 24 de março de 1933, que fundamentou a revogação da, até então vigente, Constituição de Weimar. Hitler ainda não havia alcançado essa posição, na qual poderia tomar suas medidas, em nenhum golpe anterior; sendo assim, ele chegou nessa posição de poder através de eleições (o Partido Nazista como maior fração no Parlamento em Berlim) e suspendeu, posteriormente e pouco a pouco, a Constituição.

A história de ambos os países deve nos servir como valioso ensinamento. A grandiosa Constituição Brasileira de 1988 é digna de que se lute por ela. Contra o golpe vale “A Luta pelo Direito” (Rudolf von Ihering) e “A Força Normativa da Constituição” (Konrad Hesse), que não deve perecer por uma questão de poder, mas se consolidar por uma questão de direito.

101 Em uma publicação comemorativa para M. Temer (Direito Constitucional Contemporâneo, 2012) contém uma contribuição minha. Eu não conheço M. Temer e fui convidado por colegas, e por motivos temáticos, a participar. À luz dos acontecimentos atuais, posso somente lamentar.

FÜR DIE VERFASSUNG VON 1988 KÄMPFEN!

Friedrich Müller¹⁰²

I.

Unter „Putsch“ wird hier die Übernahme der Staatsgewalt durch eine Gruppe außerhalb der legitim gewählten Regierung verstanden, und zwar ohne hinreichende Konformität mit Gesetz und Verfassung. In diesem Sinn ist es einleuchtend, die Vorgänge in Brasilien 2016 als Putsch zu bezeichnen. Ist er, wie hier, ohne äußere Gewalt erfolgt, so spricht man von „unblutigem“ oder „kaltem“ Putsch. In monarchischen Zeiten nannte man das Phänomen „Palastrevolution“.

II.

Impeachment-relevante Handlungen sind der gewählten Präsidentin nicht rechtskräftig nachgewiesen worden. Selbst wenn die ihr vorgeworfenen Korrekturen am Budget in Zukunft noch nachgewiesen werden sollten, sind sie kein ein ausreichender Tatbestand für eine Amtsenthebung nach der brasilianischen Verfassung von 1988. Das erscheint nach bisherigem Wissensstand plausibel. Demnach ist bereits die Suspendierung durch das Abgeordnetenhaus und den Senat mangels ausreichender Rechtsgrundlage verfassungswidrig und damit illegal.

Die Fachjournalisten und Brasilienkorrespondenten angesehener Organe der internationalen Presse (wie z.B. New York Times, DER SPIEGEL, DIE ZEIT, Le monde diplomatique) sind zu derselben Auffassung gekommen.

III.

Das Verfahren vor dem Abgeordnetenhaus wies mehrere schwere Rechtsfehler auf, was in Brasilien öffentlich festgestellt und juristisch nicht widerlegt worden ist. Allein schon aus diesem Grund der fehlerhaften Prozedur sind – zusätzlich zu (II) – das Ergebnis der Abstimmung in der Câmara dos Deputados, die Weiterleitung der Sache an den Senat und die vorläufige Suspendierung der gewählten Präsidentin für 180 Tage verfahrenswidrig, damit null und nichtig.

102 Friedrich Müller, Heidelberg, im Juni 2016.

IV.

Der kalte Putsch wurde durchgeführt, um die seither an der Macht befindlichen Personen an die Macht zu bringen, um sie vor der Verfolgung durch die Aktion „lava jato“ der brasilianischen Justiz zu bewahren und um die seither von ihnen in größter Eile begonnenen reaktionären Maßnahmen durchführen zu können - um „die definitive Wunschliste für Investoren“ (so die Formulierung der New York Times) auf Kosten der großen Mehrheit der Bevölkerung durchzupeitschen. Diese radikale Umwandlung der politischen Agenda geschah nicht auf Grund von Wahlen oder Neuwahlen, sondern ausschließlich auf Grund der de facto- Machtergreifung. Für diese personelle¹⁰³ wie inhaltliche „Verkehrung in das Gegenteil“ der Politik gab es kein Mandat des Volkes. Keine Wahlen, Plebiszite oder Referenden können sie rechtfertigen.

Für ein weniger reaktionäres Programm ist Aécio Neves im Jahr 2014 gerade nicht gewählt, sondern von der wählenden Mehrheit des Volkes zurückgewiesen worden. Das Personal der jetzigen Regierung wie auch ihre Maßnahmen sind also – zusätzlich zu (II) und (III) - auch noch illegitim.

V.

Eigene Erfahrungen aus der jüngsten fürchterlichen Geschichte Deutschlands mit „unblutigen“ oder „kalten“ Putschen sind der „Preußenschlag“ von 1932 gegen die damalige sozialdemokratische Regierung des größten deutschen Bundeslands (Preußen); und ein Jahr später

Hitlers Machtergreifung“ durch das Ermächtigungsgesetz vom 24. März 1933, das die Beseitigung der geltenden Weimarer Reichsverfassung begründete. Dabei kam Hitler nicht einmal durch vorherigen Putsch in die Position, von der aus er anschließend seine Maßnahmen durchführen konnte; sondern er gelangte in diese Machtstellung durch Wahlen (die NSDAP als stärkste Fraktion im Berliner Reichstag) und setzte die Verfassung dann anschließend Stück für Stück außer Kraft.

Die Geschichte beider Länder muss uns als ernste Lehre dienen. Brasiliens großartige Verfassung von 1988 ist es wert, dass für sie gekämpft wird. Gegen den Putsch geht es um den „Kampf ums Recht“ (Rudolf von Ihering), um die „normative Kraft der Verfassung“ (Konrad Hesse), die nicht wegen einer Machtfrage untergehen darf, sondern als Rechtsfrage behauptet werden muss.

Friedrich Müller
Heidelberg, im Juni 2016

103 In der Festschrift für M. Temer (*Direito Constitucional Contemporâneo*, 2012) steht auch ein Beitrag von mir. Ich kenne M. Temer nicht und wurde damals von befreundeten Kollegen aus thematischen Gründen zur Teilnahme veranlasst. Im Licht der heutigen Vorgänge kann ich das nur bedauern.

DEMOCRACIA Y PUEBLO ENTRE DERECHO Y POLÍTICA. EL APOORTE TEÓRICO DE ERNESTO LACLAU¹⁰⁴

Giacomo Marramao¹⁰⁵

Hablar hoy de la persona, de la obra filosófica, de la pasión y de la militancia política de Ernesto Laclau es una tarea difícil para cualquier persona, debido a la complejidad y la importancia de su trabajo, y es una tarea especialmente dolorosa para los que, como yo, era amigo y se enfrentó a él, en diferentes etapas, a ambos lados del Atlántico, desde finales de los años setenta. No puedo olvidar nuestra última reunión en París en diciembre de 2013: estábamos los dos participando en un comité de la competencia en la Sorbona con Pierre Rosanvallon y otros colegas. Ni el correo electrónico que me envió el día antes de su muerte repentina en Sevilla el 13 de abril del año pasado.

Su destacada contribución a la comprensión filosófica y política de nuestro tiempo, desde hace décadas en el centro del debate internacional, llegó ganando cada vez más notoriedad con libros innovadores como *Hegemonía y estrategia socialista* (escrito con Chantal Mouffe) y *La razón populista* y a través la intensa discusión con Judith Butler y Slavoj Žižek en *Contingencia, hegemonía, universalidad*.

En un discurso pronunciado en Roma en diciembre de 2011, en una conferencia internacional sobre “El futuro de la democracia en Europa”, Laclau presenta, en una exposición oral clara y concisa, una especie de “brazo secular” o traducción política in actu de sus principales planteamientos teóricos: orbitando las nociones de conflicto, pueblo, hegemonía y su redefinición radical en clave discursiva y anti-esencialista. En varias ocasiones, Laclau había subrayado que lo “Social” está presente en las sociedades contemporáneas con un alto coeficiente de complejidad y heterogeneidad. Esto,

104 Este texto reproduce en forma abreviada reflexiones que he expuesto en dos conferencias internacionales que tuvieron lugar en Sevilla (9-10 abril 2015) y Buenos Aires (6-8 octubre 2015).

105 Filósofo italiano, Professor de Filosofia Política na Universidade de Roma III, diretor da Fundação Lelio Basso e membro do Colégio Internacional de Filosofia em Paris.

sin embargo, no significa la desaparición del conflicto entre el capital y el trabajo que está en el centro del análisis marxista del modo de producción capitalista, sino que es una necesidad de redefinir y re-contextualizar el antagonismo clásico de Marx en relación con la emergencia de conflictos no menos radicales, como el conflicto ecológico, los conflictos sobre los bienes comunes como el agua el medio ambiente la información el saber, como las revueltas frecuentes a escala planetaria contra la exclusión y la marginación social. El problema que se plantea entonces es el problema de lo político, entendido como articulación política del conflicto como múltiple heterogéneo ya veces cacofónico. Pensar lo Político, por lo tanto, significa repensar el concepto gramsciano de hegemonía, en la perspectiva de una “práctica hegemónica” capaz de recomponer en una estrategia unificada un complejo de diferencias, polaridades conflictuales y variedades de preguntas, destinadas de otro modo a la dispersión.

Tal programa teórico de recuperación y reformulación del concepto gramsciano de hegemonía – programa desarrollado y llevado a cabo en estrecha colaboración intelectual con Chantal Mouffe, cuyas reflexiones sobre lo “Político” representan una contribución original y un complemento esencial de la obra de Laclau – este programa teórico se presenta como “post-marxista” ya en 1985 con la publicación, antes de la caída del muro de Berlín, de *Hegemony and Socialist strategy*. En este importante libro (y muy influyente en el debate internacional) la teoría de la hegemonía, desarrollada por Gramsci en los Cuadernos de la cárcel, se toma por un lado como un punto de ruptura con el “economicismo” de Marx y de revisión fundamental de la concepción leninista de la política, por otro lado como base y punto de partida para una reformulación de la cuestión de la hegemonía en términos de una “teoría del discurso”.

La reformulación del concepto de hegemonía propuesta por Laclau (y Mouffe) es el resultado de una sofisticada ars combinatoria, capaz de hibridar, no sin nudos no resueltos y tensiones internas, cuatro coordenadas teóricas diferentes: la lingüística de Saussure, el psicoanálisis lacaniano, el legado gramsciano filtrado por la *coupure épistémologique* de Althusser, el postestructuralismo (en la versión de Derrida, más que de Foucault) y el cultural turn, el giro cultural (resumido, con modificaciones sustanciales, desde la segunda fase de los estudios culturales y postcoloniales británicos, en la versión de Stuart Hall). El resultado de esta ars combinatoria es una redefinición de las parejas conceptuales clásicas economía/sociedad, comunidad/cultura, política/hegemonía en los términos de la Discourse Theory.

“Discurso” es, por lo tanto, la palabra clave del programa teórico de Laclau: asunción anti-esencialista que disuelve cualquier centralidad preconcebida y que constituye la subjetividad política dentro de un juego asignado a una lógica hegemónica de inclusión/exclusión, apertura / clausura. El desprendimiento de la perspectiva

fundacionalista (incluso en sus variantes marxistas) implica un resultado decisivo a menudo pasado descuidado por las críticas a Laclau por el mainstream de ciencia política y de la misma filosofía política. El sujeto no precede ni establece el discurso, sino que es el producto de un mecanismo de “subjetivación” operado por el mismo discurso: o, para ser más exactos, y de conformidad con el léxico laclausiano, por las prácticas discursivas. En otras palabras: en principio no hay el Sujeto sino la Relación, pero entendida no como “the name of a given relational concept”, “el nombre de un concepto relacional ya-dado” (*Hegemony and Socialist Strategy*, Verso, Londres-Nueva York 1985, p 93), sino como una constelación de acciones y prácticas relacionales mediante las cuales los sujetos se constituyen. En esta constelación, escena primaria de la sociedad, no hay identidades sustanciales (ni en el sentido individual ni en el sentido de la Comunidad), sino dinámicas conflictuales policéntricas entre irreductibles diferencias. En esto radica la razón por la cual, de acuerdo siempre con la asunción anti-esencialista, como no hay sujetos individuales pre-establecidos (en el sentido del contractualismo moderno, desde Hobbes en adelante), no puede haber incluso, según Laclau, “sociedad” como totalidad presupuesta o florecimiento espontáneo (en el sentido de Durkheim o de las diversas formas de holismo, desde Aristóteles hasta los communitarians contemporáneos). Incluso para Laclau, como para Castoriadis, la Sociedad existe sólo como “institución imaginaria”. Lo que los sociólogos y antropólogos culturales llamar “lazo social” es en realidad el resultado contingente de prácticas discursivas cuya lógica siempre coincide con una estrategia dirigida a la dominación.

La noción de “discurso”, pues, lejos de ser resuelto de una manera lingüístico-comunicativa, representa la construcción de un contexto relacional del sentido cuyo epicentro móvil y cuyas estacas están representadas por la cuestión del poder. Pero aquí tenemos otro paso decisivo de la teoría de Laclau: como ya no tiene sentido, a partir de estas premisas, para distinguir entre la lógica y la estrategia (ya que el poder no es una superestructura, sino un factor constitutivo immanente dentro del mismo lenguaje), por lo que pierde sentido la distinción de Foucault entre prácticas discursivas y no-discursivas, “palabras” y “cosas”, lenguaje y praxis. El orden del discurso se presenta, ya su gramática urdimbre y la sintaxis, como un plexo inextricable de tamaño material y esfera simbólica. En esta perspectiva, no sólo la estructura social, sino la misma “economía”, retirada de su objetividad fetichizada, aparece como una compleja articulación de diferencias relacionales y práctico-discursivas: un aspecto por un lado vislumbrado por Marx a través de la noción de “relaciones de producción”, pero por el otro cristalizado en un tópico todavía clásico, basado en la distinción entre la estructura de base y la superestructura. La teoría del discurso, jugada en

la pareja significante / significado, resuelve la aporía inherente al tópico marxiano mediante un descenso de la dimensión simbólica del “sentido” y de la “cultura” desde el plano superestructura al tejido de las prácticas constitutivas de las mismas relaciones “materiales”.

Pero – y esto “pero” debe ser enérgicamente enfatizado: pena el riesgo de banalizar con efectos de caricatura la posición de Laclau – ningún contexto discursivo puede actuar como una totalidad “saturada” en la que el “signo” se cumple en el “sentido”, y los significantes resuelven en sí todos los sentidos posibles. Reside aquí el papel decisivo en la reflexión de Laclau de un Leitmotiv particularmente sofisticado y conceptualmente difícil, al que sólo podemos mencionar: el tema del “significante vacío”. Este tema, tomado de Lacan, señala el sesgo inevitable de un “orden del discurso”, cuya lógica estratégica lo clava a la suerte de una insuperable parcialidad y contingencia.

Sólo a la luz de estas premisas es posible entender la declaración a primera vista provocativa de Laclau, que afirma como en una ecuación matemática la coincidencia perfecta entre el populismo y la política (encontramos esta afirmación ya en el último capítulo de su primera obra, *Politics and Ideology in Marxist Theory*, aparecida en 1977, y la encontramos posteriormente desarrollada en el primer capítulo de *Hegemonía y estrategia socialista*). Al igual que el Discurso, incluso el significante “Pueblo” se presenta como algo similar a lo que los matemáticos llaman una «fórmula insaturada»: un significante capaz de asumir, de vez en cuando, este o aquel significado, pero nunca capaz de totalizarse todos sus posibles significados. Y, sin embargo, mas el significante está vacío, más debe lógicamente y estratégicamente presentarse como una totalidad. Por esta razón simple pero decisiva para el significado oculto del Pueblo como construcción política siempre debe ser rastreado en su implícita – reprimida, en el sentido freudiano de la *Verdrängung* – referencia a un resto excluido: las mujeres, los esclavos y los extranjeros respecto al demos griego, en comparación con la plebs respecto al *populus romano*. Y, mirando a la democracia más antigua de la modernidad, quien podría negar la naturaleza no descriptiva sino performativa de la fórmula *We, the People*, “Nosotros, el Pueblo”?

Pero, quisiera ahora hacer un pasaje de las afirmaciones teóricas a las más estrictamente políticas de Laclau. El objetivo perseguido por Laclau es operar una soldadura entre populismo y democracia radical, a través de una estrategia hegemónica socialista para cruzar la frontera que separa el Pueblo de su “resto”. El medio de esta estrategia es la traducción de la lógica diferencial (el conjunto de preguntas dispersas que llegan al poder) en una “lógica equivalencial” que alinea esas reclamaciones en torno a un “significante vacío”. Tale acción, sin embargo, debe llevarse a cabo con la

consciencia clara de que también la operación más democráticamente inclusiva producirá siempre un resto, una parte excluida: indicador de la contingencia de cualquier práctica hegemónica y, al mismo tiempo, garantía de apertura de los conflictos y de la dinámica del cambio. Tal trabajo de traducción nunca puede conducir a una solución o neutralización del conflicto, pero siempre implica la construcción de una frontera antagónica entre el “Pueblo” y las instituciones.

“Política radical para mí es la construcción política del Pueblo”, dijo varias veces Laclau. Pero la construcción política del Pueblo es a la vez dentro y fuera del Estado: en el Estado, en cuanto conflicto por el reconocimiento de los intereses especiales; fuera del Estado, en cuanto “desafío al monopolio de la decisión política”. Por esta razón la política “populista” no debe confundirse con cualquier forma de “plebiscito”, sino postula por el contrario un entramado dinámico de democracia directa y democracia representativa: y es precisamente a esta trama que Laclau atribuye el nombre desafiante de “democracia radical”.

Por último. A menudo se ha subrayado los riesgos del abuso, la intolerancia y la reducción de la libertad implícitos en la construcción de una idea de populista de Nación. Se refiere a cualquier cosa menos infundada. A esta preocupación por nada infundada Laclau, sin embargo, ha replicado a menudo haciendo hincapié en que en los sistemas democráticos occidentales, la retórica marcada por “significantes vacíos” como la Libertad, la Civilización, la Justicia corresponde a su vez a una estrategia práctico-discursiva que, detrás de las declaraciones de universalidad, produce específicas formas de discriminación y exclusión. El verdadero riesgo de la teoría del populismo de Laclau, a menudo pasado por alto por los críticos, es en lugar de naturaleza diametralmente opuesta. Este riesgo está conectado a la fragilidad del proyecto laclausiano de reconstrucción de diferencias (movimientos y conflictos) que, en la nueva constelación global (sin embargo a interpretar o representar), parecen difíciles de encajar en una idea de Pueblo y de Política confinados en el paradigma nacional.

Pero, más allá de las reservas críticas de aquellos que, como yo, que se reconoce en la fórmula de la “razón populista”, hay que destacar dos aspectos importantes.

Primero: la disonancia cognitiva producida por el diferente background histórico y simbólico de palabras como “Pueblo” o “Patria” en Europa y en América Latina (de ahí la necesidad de distinguir entre el perfil emancipatorio del populismo político ibero-americano y el perfil xenófobo e emergencial del neo-populismo europeo).

Segundo: la complejidad teórica de la obra y la gravedad del problema planteado por Ernesto Laclau. La perspectiva antiesencialista de su programa teórico no tiene ninguna dificultad en aceptar la pars destruens de la gran tradición de pensamiento europeo que, de Hobbes a Kelsen (pero también de Max Weber a Niklas Luhmann),

niega la existencia del Pueblo como entidad sociológica, poniendo como punto de partida una multitud de singularidades y diferencias. Pero mientras que en sus *pars construens* tanto Hobbes como Kelsen derivan de esa premisa el resultado de que el Pueblo es una construcción jurídica, Laclau abastece a todos nosotros hoy, en este presente global cargo de conflictos, tentaciones autoritarias y nuevos sujetos en formación, una advertencia radical: antes de ser una construcción jurídica producida por el dispositivo neutral de la soberanía o por el sistema positivo de las normas emitidas por el Leviatán, por el “Monstruo frío”, el Pueblo es una construcción política: sin la cual la vida y la eficacia del sistema legal no tendrían ningún sentido.

Queda mucho, obviamente, para discutir.

Pero, ¿quién podría negar la relevancia anticipatoria y la inactual actualidad del mensaje de Ernesto?

O GRANDE ASSALTO AO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL

Giovanni Alves¹⁰⁶

“O capital é trabalho morto, que apenas se reanima,
à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo;
e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa.”

KARL MARX

Presenciamos hoje no Brasil com o golpe de Estado político-parlamentar que levou ao *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, perpetrado pelo Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal com apoio da Grande Mídia e da classe média conservadora, o grande assalto ao Fundo Público no Brasil. Esta é a função histórica do governo Michel Temer: diante dos limites do neodesenvolvimentismo, promover um novo “pacto fiscal” de natureza conservadora e reacionária que significa, em síntese, um grande assalto ao Fundo Público no Brasil.

Os limites do neodesenvolvimentismo que discuti em artigos anteriores no Blog da Boitempo, abriu um campo de disputa política acirrada entre as forças políticas que administram a ordem burguesa no Brasil – incluso o dito lulopetismo. O crescimento do gasto público com a Área Social via transferência de renda e programas sociais, incluindo o aumento real do salário-mínimo, incomodava há tempos setores

106 Giovanni Alves é doutor em ciências sociais pela Unicamp, livre-docente em sociologia e professor da Unesp, campus de Marília. É pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade em pesquisa e coordenador da RET (Rede de Estudos do Trabalho) – www.estudosdotrabalho.org ; e do Projeto Tela Crítica/CineTrabalho (www.telacritica.org). É autor de vários livros e artigos sobre o tema trabalho e sociabilidade, entre os quais “O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo (Boitempo Editorial, 2000)”, “Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório” (Boitempo Editorial, 2011), “Dimensões da Precarização do trabalho” (Ed. Praxis, 2013), “Trabalho e neodesenvolvimentismo” (Ed. Praxis, 2014) e “A Tragédia de Prometeu” (Ed. Praxis, 2016). E-mail: giovanni.alves@uol.com.br. Home-page: www.giovannialves.org

da burguesia brasileira rentista preocupado com o impacto no orçamento público. O projeto petista de redistribuição de renda e combate à desigualdade social por meio do gasto público naufragou diante da ação organizada dos verdadeiros donos do Poder. As forças reacionárias do bloco histórico oligárquico no Brasil uniram-se para obstruir, não pelo voto, mas pelo golpe, o *projeto petista de governar*.

O ódio visceral da classe dominante brasileira a Lula e ao PT é menos por seus vícios de conciliação de classe e mais pela sua virtude de possuir sensibilidade política para com os *pobres*. Incomoda à classe dominante, a perspectiva de comprometer quase vegetativamente – e por conta de direitos sociais adquiridos (ou conquistados) – o Fundo Público com Educação, Previdência e Assistência Social. Na verdade, ao restringir (e suprimir) o modo petista de governar, o capital escolheu a *linha de menor resistência*. Como observou István Mészáros, “a esse respeito, como em muitos outros, o capital segue a linha de menor resistência. Em outras palavras, se encontra um equivalente funcional capitalisticamente mais viável ou fácil para o curso da ação, que suas próprias determinações materiais iriam predicar de modo diferente (“diferente” significando a expansão da produção correspondendo ao desenvolvimento da “rica necessidade humana”, como descrita por Marx), ele está fadado a optar por aquele que mais obviamente está de acordo “com sua configuração estrutural em geral, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que pudesse exigir o afastamento de práticas bem estabelecidas.” (Mészáros, 2002).

Eis a questão: o modo petista de governar – apesar de sua miséria política intrínseca à administração funcional da ordem burguesa – para a classe historicamente dominante no Brasil não deixava de ser “uma estratégia alternativa” que – principalmente na gestão do orçamento público e políticas de transferência de renda e o pior: vínculos orgânicos com o movimento social das classes subalternas – afastou-se de “práticas bem estabelecidas” da nossa ordem oligárquica-senhorial.

O grande assalto ao Fundo Público no Brasil perpetrado pela quadrilha organizada que ocupa hoje o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, com o apoio da Suprema Corte Constitucional do País (STF), possui como eixo central o PL 257/2016 (em nome da responsabilidade fiscal, precariza-se o serviço público nos Estados); e a PEC 241/2016 (limitação dos gastos públicos em 20 anos, inviabilizando o Sistema Único de Saúde e a Educação Pública Gratuita); além da medida do Ministro da Fazenda Henrique Meirelles de desvincular pensões e aposentadorias dos reajustes do salário-mínimo no Brasil. Ao mesmo tempo, tramita o projeto de desmonte da CLT com a aprovação do PL 4193/2012 que permite que o negociado pelo sindicato tenha validade, mesmo que abaixo dos direitos garantidos por lei (por exemplo, fim do 13º. Salário, das férias remuneradas, da licença-maternidade, etc); e o PL 30/2015

que propõe a regulamentação da terceirização ampla e irrestrita. Enfim, o choque neoliberal abole, com urgência urgentíssima, de modo sutil e suave (como a noite), a Constituição-Cidadã (a parte dos direitos sociais da Carta Constitucional de 1988); e, ao mesmo tempo, dá um “tiro de misericórdia” na CLT. Nem os militares em 1964 tiveram tanto despudor político.

Entretanto, é preciso ver o Grande Assalto ao Fundo Público no Brasil no contexto histórico (e geopolítico) do capitalismo global no século XXI. A ofensiva reacionária dos donos do Poder no Brasil ocorreu paralela à crise do capitalismo neoliberal desde 2008/2009. Não se tratou de crise de hegemonia, mas sim crise de reprodução por conta das contradições abertas pela restauração financeira após a crise do *subprime* em 2007/2008.

Ao contrário do que dizem Gérard Duménil e Dominique Lévy no livro “A Crise do capitalismo neoliberal”, a crise de 2008/2009 não se tratou efetivamente de uma crise de hegemonia financeira. Pelo contrário, a profunda crise da economia mundial ocorrida a partir da crise do *subprime* no “núcleo orgânico” do sistema mundial do capital global, demonstrou a capacidade hegemônica do capital especulativo-parasitário em articular uma saída política para a crise financeira global, “capturando” o Fundo Público a seu dispor. Naquela época tivemos ajudas em trilhões de dólares dos Bancos Centrais dos EUA e União Européia no salvamento dos bancos debilitados pelo estouro da bolha especulativa do *subprime* (o sistema financeiro dos EUA foi praticamente estatizado, e o governo tornou-se sócio das instituições). No Brasil, as políticas anticíclicas do final do último governo Lula e primeiro governo Dilma ocorreram lastreada na renúncia fiscal a setores da burguesia brasileira. Na verdade, o Fundo Público tem sido muito generoso com as classes dirigentes no Brasil por meio das renúncias e evasões fiscais que beneficiam os endinheirados, além da *estrutura tributária regressiva* – de certo modo, apenas os pobres e a “classe média” pagam impostos no Brasil.

Logo a seguir à utilização do Fundo Público no combate às perdas e danos operados pelo capital parasitário-especulativa na economia mundial, veio o troco das classes dominantes: implementou-se *programas de austeridade neoliberal*, tanto na União Européia, quanto na América do Sul, visando repassar para os trabalhadores e trabalhadoras o preço da crise do orçamento público (por exemplo, nos EUA, a dívida pública subiu cerca de 20% em relação ao PIB). Aproveitou-se o assalto ao Fundo Público para implementar a espoliação das riquezas nacionais como o Pré-sal no Brasil. Enfim, repôs-se o sentido da colonização caracterizada pela exploração e espoliação das forças vivas da nação.

Portanto, a voracidade da ofensiva neoliberal na década de 2010 na qual se insere o golpe de Estado no Brasil em 2016, explica-se, por um lado, pelo caráter ressentido

do capital financeiro hegemônico em repor as condições de acumulação do capital predominantemente financeirizado (no caso do Brasil, os limites do neodesenvolvimentismo expunha a necessidade da oligarquia financeira local “capturar” de vez o fundo público, espoliando direitos sociais, previdenciários e trabalhistas); e por outro lado, a voracidade neoliberal se explica também pelo reordenamento da hegemonia imperial dos EUA nos pólos de influência norte-americana (União Européia e América do Sul) tendo em vista as novas condições de enfrentamento geopolítico com Rússia e China (o incomodo do Brasil compor os BRICS num cenário de disputa geopolítica mundial dos EUA com China e Rússia contribuiu obviamente para a articulação golpista contra o governo Dilma).

Deste modo, diferentemente da crise de 1929, quando o capital financeiro não conseguiu impor sua agenda política de saída para a crise da economia mundial, abrindo espaço para a hegemonia do capital produtivo, fração do capital hegemônica que, nas condições da luta de classes da década de 1930 e no pós-guerra, lastreou o compromisso fordista-keynesiano, a crise de 2008/2009 expôs a plena hegemonia do capital financeiro tendo em vista seu *enraizamento político-institucional e cultural* no bloco histórico do capitalismo global. Caso houvesse crise de hegemonia, haveria disputa entre poderes estratégicos alternativos de desenvolvimento do capital (como ocorreu em 1929). Não foi o que ocorreu. O capital financeiro abatido pelas suas próprias idiossincrasias especulativas, reorganizou-se, sem maiores disputas políticas, visando recompor sua sanha voraz contra o mundo do trabalho vivo.

Como observou Karl Marx, “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo; e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa.”. O capital financeiro, expressão suprema do fetiche-capital, incorporou em si, enquanto capital, a necessidade de *chupar* trabalho vivo. A cada crise financeira, o capital especulativo-parasitário, para se *reanimar*, à maneira dos vampiros, chupa trabalho vivo cristalizado no fundo público como anti-valor (como diria Francisco de Oliveira). Marx alertou: o capital vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. Portanto, a crise de civilização que presenciamos no mundo capitalista hoje – e no Brasil em particular com o Grande Assalto ao Fundo Público – é produto da necessidade de o capital financeiro reanimar-se e demonstra sua força hegemônica elevando o patamar de barbárie histórica.

No caso do Brasil, a operação complexa do *golpe branco* que destituiu Dilma Rousseff é *expressão de poder* da burguesia rentista e parasitária que comanda as demais frações da burguesia brasileira, em reanimar-se após a crise de 2008/2009; e não apenas isso – foi expressão da necessidade compulsiva – uma verdadeira pulsão golpista – de demonstrar sua força viva historicamente acumulada em décadas de

políticas de autocracia militar-bonapartista, neoliberalismo e conciliação de classe nos moldes do neodesenvolvimentismo (o modo contraditório de administração da ordem burguesa no Brasil).

O capital global desterritorializado que comanda o capitalismo global no século XXI opera efetivamente numa instância acima das unidades territoriais nacionais e regionais do capital, subvertendo, a partir da década de 1970, o compromisso fordista-keynesiano responsável pelos “trinta anos dourados” do capitalismo do pós-guerra. Essa nova entidade – o capital global predominantemente financeirizado – opera acima dos Estado-nações, embora se articule com eles, principalmente no caso dos Estado-nações hegemônicos, na estratégia de abrir mercados e construir novos espaços de operação do capital global (por exemplo, os acordos de livre-comércio).

Na verdade, existe uma promiscuidade entre capital financeiro desterritorializado e Estados neoliberais, na medida em que os circuitos de valorização fictícia no plano do mercado global são construções políticas de governos neoliberais inseridos no “núcleo orgânico” do sistema mundial do capital (por exemplo, EUA e Inglaterra e depois, União Européia). O poder de comando do capital financeiro sobre as demais frações do capital – capital bancário, capital produtivo e capital comercial – é um poder político constituído, por exemplo, pela desregulamentação financeira, abertura das economias nacionais e privatização de empresas estatais. O capital financeiro ou capital especulativo-parasitário se constituiu como uma entidade estranha à dinâmica da valorização de valor que ocorre nas unidades territoriais intranacionais “afetados de negação” pelo anti-valor (o Fundo Público).

O Fundo Público que se constituiu na dimensão do Estado-Nação é um elemento estrutural de desenvolvimento do capitalismo tardio, representando a capacidade que o Estado possui de mobilizar recursos provenientes dos impostos pagos pela sociedade para intervir na reprodução do capital, contribuindo deste modo para se contrapor à tendência de queda da taxa média de lucro no âmbito das unidades intranacionais.

Por exemplo, o Fundo Público tem contribuído para a reprodução do capital como fonte de recursos para investimentos, tanto por meio de subsídios, como mediante desonerações tributárias, e ainda reduzindo a base tributária da renda do capital, mediante financiamento integral ou parcial dos seus meios de produção. O Fundo Público tem contribuído para financiar a acumulação de capital (subsidiando avanços tecnológicos, agricultura, etc.) Como salientamos acima, o Fundo Público tem sido “capturado” para socorrer bancos com recursos como ocorreu em diversas crises financeiras, funcionando como instrumento de socialização de prejuízos.

Por outro lado, o fundo público tem a função de financiar a reprodução da força de trabalho (saúde, previdência, etc.), o que significa que os recursos públicos financiam

parcelas cada vez mais significativas dessa reprodução, ou seja, quem paga os direitos sociais do trabalhador é o próprio trabalhador e não seu empregador. Portanto, o que presenciamos no Brasil com o assalto ao fundo público é um modo de espoliação, traço estrutural – diríamos, ontogenético – da dinâmica histórica do capitalismo global predominantemente financeirizado. Ele assume uma dimensão catastrófica no caso do Brasil, país capitalista hipertardio com profundas desigualdades sociais historicamente acumuladas, carente de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, principalmente num cenário histórico de inversão da curva demográfica e envelhecimento populacional. Portanto, alienar o fundo público para os interesses do capital financeiro hegemônico é um crime contra a Humanidade – Adolf Hitler não faria melhor.

No século XXI, por conta do capitalismo global predominantemente financeirizado, o Fundo Público é – mais do que nunca – um campo de disputa política das classes sociais antagônicas. A crise do capitalismo neoliberal como expressão tardia da crise estrutural do capital levou o capital financeiro intrinsecamente global, em suas operações nos territórios nacionais, a “capturar” vorazmente o fundo público como elemento contratendencial à queda da taxa média de lucro que opera no plano do mercado global.

É importante que se diga que, no plano do mercado global, a lei do valor encontrou um novo território desterritorializado capaz de operar plenamente – sem obstáculos – o processo contraditório da lei geral da acumulação capitalista. É no plano do mercado global que o movimento contratendencial de financeirização da riqueza capitalista assumiu sua dimensão suprema tendo em vista a plenitude de operação da lei do valor nas condições históricas de crise estrutural da produção (formação) do valor.

No mundo desterritorializado do capital global não existe fundo público, e obviamente, Estado político do capital capaz de operar as contratendências à queda da taxa média de lucros, como ocorre no plano das unidades intranacionais. Por isso, o capital global está condenado à anarquia originária da acumulação de valor submetida às suas contradições viscerais. Ao espoliar o fundo público nas unidades territoriais do Estado-nação convertido em Estado neoliberal, a burguesia rentista-parasitária globalizada replica a espoliação do fundo público como elemento contra-tendencial à queda da taxa média de lucro que opera no plano do mercado global. Como província do capitalismo global, o Brasil à sua maneira histórica, arcaica e grotesca, repõe a capacidade hegemônica do capital financeiro por meio do grande assalto ao fundo público. Dane-se a Nação!

O Brasil é uma plataforma gloriosa das contradições viscerais da ordem caduca do capital no plano global. Não devemos mais nada à Europa e EUA como centro orgânico (e dinâmico) da miséria do capitalismo global. Em 1999, de forma visionária, o sociólogo Ulrich Beck ressaltou como traço do “novo mundo feliz” da era da globalização,

a *brasilianização* do Ocidente. Portanto, não precisamos ir para os EUA e Europa para vislumbrarmos o verdadeiro capitalismo – ele está aqui, pleno e glorioso em sua miséria humana, o que invalida efetivamente a idéia de centro e periferia. Na verdade, o capitalismo neoliberal opera um modo de colonização da totalidade viva do trabalho.

No século XVIII, tínhamos a metrópole e as colônias e um pacto colonial que organizava a espoliação e exploração das riquezas do Novo Mundo, Ásia e África pelo capital metropolitano. No século XXI, a metrópole do capital que domina as colônias se desterritorializou, e reorganizou efetivamente um “pacto neocolonial” expresso nas políticas de dominação de classe no seio do Estado neoliberal que esvaziou o sentido de Nação dos Estados políticos do capital – principalmente dos países historicamente periféricos como o Brasil. O Ocidente tornou-se uma imensa colônia de exploração e espoliação da Metrópole dos interesses do capital financeiro, o capital especulativo-parasitário, fração hegemônica que comanda o capital produtivo, comercial e bancário concentrado, cuja expressão territorial, militar, política (e geopolítica) é o Império dos EUA.

O capital financeiro globalizado inverteu a ordem das coisas e o Brasil tornou-se o espetáculo das misérias do capitalismo global do século XXI. Nele deve-se operar com maior desenvoltura a *Tragédia de Prometeu* como tragédia civilizatória: por um lado, a expansão da degradação da pessoa humana-que-trabalha por meio da disseminação da nova precariedade salarial e a constituição ampliada do *precariado* e *gerontariado*, camadas sociais de jovens e velhos altamente escolarizados inseridos em situações de trabalho e vida precária; e por outro lado, a *espoliação do Fundo Público* pelo capital rentista-parasitário num cenário de aprofundamento das necessidades sociais e carecimentos radicais.

Diante do aprofundamento das contradições orgânicas do novo patamar de colonização brasileira no século XXI, irracionalidade social e luta de classes, deve-se colocar hoje, mais do que nunca, como necessidade histórica, o surgimento de uma nova capacidade de resposta das esquerdas brasileiras, para além do *lulismo castrado* (e não necessariamente do PT); e para além do *esquerdismo fanfarrão* de extração marxista-leninista incapaz de construir uma agenda democrático-popular hegemônica como ante-sala da resistência civilizatória. Como diria o velho Marx, *Hic Rhodus, Hic Salta!*¹⁰⁷

107 Hic Rhodus, hic saltus. [Erasmus, Adagia 3.3.28] *Aqui é Rodes; dá o salto!* Ou ainda: *Aqui haveis de mostrar vossa habilidade.* Na fábula “O Fanfarrão”, Esopo conta que um atleta, conhecido por sua falta de vigor, se vangloria de ter realizado um salto extraordinário em Rodes. Um dos presentes disse-lhe: Mas, meu amigo, se isso é verdade, tu não necessitas de testemunhas: executa aqui o mesmo salto que em Rodes.

UM GOLPE DOS DONOS DE ESCRAVOS NO BRASIL?

Greg Grandin¹⁰⁸

Entre os opositores da combatida – e ameaçada de perder o cargo – presidente do Brasil, Dilma Rousseff, existe um grupo com interesses comuns que se pensava haver perdido seu poder político há cerca de um século: os donos de escravos. Há alguns dias um artigo no The New York Times, que documentou os muitos crimes dos políticos envolvidos no processo de *impeachment*, disse o seguinte acerca de Beto Mansur, um ardoroso deputado em sua oposição ao Partido dos Trabalhadores (ou PT): “Ele é acusado de manter 46 trabalhadores em suas fazendas de soja no Estado de Goiás em condições tão deploráveis que os investigadores disseram serem eles tratados como escravos modernos.”

A escravidão não é, claro, o principal eixo de conflito entre o governo do PT e seus opositores. Outros – incluindo Mark Weisbrot, Glenn Greenwald, David Miranda, Andrew Fishman, Gianpaolo Baiocchi, Ben Norton e Dave Zirin – documentaram os muitos e diferentes interesses de classe e de status que se aliaram, usando o bordão da “anti-corrupção” tanto para desviar a atenção de sua própria venalidade como para começar a reversão das políticas levemente redistribucionistas do PT, que vem governando o Brasil desde 2003. Quando se menciona a escravidão, isto é geralmente feito como uma herança. O Brasil importou mais africanos escravizados que qualquer outra nação americana, e foi o último país do hemisfério a abolir a instituição, em 1888. Como é o caso das nações historicamente fundadas sobre o colonialismo e a escravidão, a política econômica federal do PT, orientada para o alívio da pobreza e redução da desigualdade, tem um viés racial. Isto era verdade em 1964 quando um governo

108 Professor de História da New York University e membro da Academia Americana de Artes e Ciências. Escreve sobre política externa dos EUA, genocídio na América Latina e Direitos Humanos. É autor de inúmeras obras, entre elas Fordlândia: ascensão e queda de uma cidade esquecida de Henry Ford na Selva, com tradução para o português. The Nation. Veja o texto original em inglês: (<http://www.thenation.com/article/a-slavers-coup-in-brazil>). Traduzido por Anivaldo Padilha.

levemente reformista foi derrubado em um golpe (como minha colega da MYU, Barbara Weinstein, escreve em seu maravilhoso novo livro *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil - A Cor da Modernidade: São Paulo e a Formação da Raça e da Nação no Brasil*). E é verdade hoje, 56 anos depois.

Mas, na verdade, a escravidão ainda existe no Brasil, na Amazônia (como escrevi em *Fordlândia*, com base nesta investigação da Bloomberg), e cada vez mais nas plantações de soja do interior. A escravidão moderna é, como um funcionário do Ministério do Trabalho o declara, uma "parte essencial da economia globalizada, orientada para a exportação, sobre a qual o Brasil prospera." Os trabalhadores são coagidos quer por meios violentos, quer por força de seus débitos a fornecer trabalho sem compensação e forçados a suportar as condições mais desumanas. Eles forjam ferro-gusa para alimentar a indústria de aço do Brasil, colhem soja, derrubam florestas tropicais, cortam cana-de-açúcar e servem como empregadas domésticas.

Uma das primeiras coisas que o governo do PT fez quando assumiu em 2003, depois que Luiz Inácio Lula da Silva alcançou a presidência, foi criar uma "lista suja" de "centenas empresas e empregadores individuais que foram investigados por fiscais trabalhistas e descobertos como usuários de escravos. Os empregadores nesta lista estão impedidos de receber empréstimos do governo e têm restrições colocadas sobre as vendas de seus produtos." O PT também intensificou os esforços para "emancipar" os escravos modernos." Em 2003, um plano nacional de erradicação do trabalho escravo atualizou a legislação e introduziu um sistema de procuradores e juizes do trabalho. "Entre 2003 e 2015," o governo resgatou 44.483 trabalhadores do que chama "condições análogas à escravidão."

A "lista suja", juntamente com outras iniciativas abolicionistas do PT, provocou uma reação por parte daqueles interesses econômicos que lucram com a escravidão moderna. No final de 2014, a Suprema Corte do país, que tem apoiado decididamente os que desejam o *impeachment* da Dilma, emitiu uma liminar contra o Ministério do Trabalho para que este suspendesse o lançamento de uma nova lista de donos de escravos. A decisão foi tomada para favorecer a associação dos proprietários e construtoras do Brasil. E muitos desses interesses, incluindo políticos ruralistas como Beto Mansur, encontram-se entre aqueles que pressionam para a queda de Dilma e a destruição do PT. O principal grupo de lobby da agroindústria brasileira, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, que apoia a derrubada de Dilma, tem se oposto à "lista suja" há anos. Uma investigação feita pelo Repórter Brasil, uma ONG que combate o trabalho forçado, revela que os partidos políticos por trás do *impeachment* (incluindo o Partido do Movimento Democrático do Brasil, o partido de Eduardo Cunha, o líder do Congresso da Câmara dos Deputados do Brasil e que organizou

o *impeachment*) são aqueles que receberam a maior parte das doações políticas de empresas que lucraram com o trabalho escravo.

Os lucros produzidos pelo trabalho escravo no Brasil são relativamente insignificantes se comparados à riqueza dos principais promotores da crise política: as elites ligadas às finanças, à energia, à mídia e à indústria. Mas a luta em torno da escravidão no Brasil revela o que em última análise está em jogo no conflito. Muitos dos políticos agora que procuram derrubar Dilma ficaram espetacularmente ricos ou representam outros que se enriqueceram espetacularmente durante os bons tempos da primeira década dos mandatos do PT, aproximadamente de 2003 a 2013, durante os dois termos de Lula e o primeiro da Dilma. No entanto, eles jamais aceitaram a ideia de que deveriam subordinar seus interesses particulares ao projeto maior do PT, a despeito do fato de que foi este projeto – incluindo uma leve redistribuição – que impulsionou o consumo interno e os tornou espetacularmente ricos. A exportação de soja explodiu sob o governo do PT, dando origem a toda uma classe de barões no interior, alguns dos quais, incluindo homens como Mansur detêm assentos no Congresso. E apesar dos esforços agressivos do PT para erradicar a escravidão moderna, o trabalho forçado na verdade aumentou sob seu governo, na medida em que cresceram as indústrias que utilizaram trabalho forçado, entre as quais eles a da soja, a do etanol e a do açúcar.

A escravidão, conquanto relativamente pequena frente ao quadro maior do mercado de trabalho do Brasil, representa a fina borda de um princípio mais amplo: o direito das elites brasileiras de explorarem os seres humanos e a natureza tão implacavelmente quanto o desejarem. Como já está amplamente divulgado, a presidente eleita duas vezes no Brasil está hoje prestes a ser afastada do cargo, o que pode acontecer logo na primeira semana de maio. Sua destituição pode ser chamada de muitas coisas, entre elas um golpe da mídia e um golpe constitucional. Pelo menos em parte, ela é também um golpe dos donos de escravos.

SOBRE EL ARTE DEL SUICIDIO COLECTIVO CUANDO LO QUE ESTÁ EN JUEGO ES “TODO”

Héctor Olasolo Alonso¹⁰⁹

Este miércoles 20 de julio de 2016 nos hemos despertado con la noticia relativa a la decisión que el Tribunal de Cuentas de la Unión, organismo consultivo del Parlamento brasileño, ha de tomar en las próximas horas sobre la solicitud de otorgamiento de un cuarto aval al presidente interino Michel Temer, con el fin de que desde el gobierno interino de Brasil se puedan adoptar medidas provisionales para abrir créditos extraordinarios dirigidos al Ministerio de Integración Nacional. Llama, sin duda, la atención el hecho de que se trate del mismo tipo de medida que ha llevado a la apertura en los últimos meses de un proceso por responsabilidad política (*impeachment*) contra Dilma Rousseff, y a su suspensión el pasado 12 de mayo como presidenta de Brasil por un periodo de 6 meses.

Hace apenas unos días, el responsable de la Procuraduría General de la República en Brasilia, Carlos Iván Marx, determinó que no existían indicios suficientes sobre posibles responsabilidades jurídicas (ya sean penales o administrativas) en las que Dilma Rousseff hubiera podido eventualmente incurrir, decidiendo en consecuencia el archivo de las actuaciones iniciadas a instancia del Tribunal de Cuentas de la Unión. Al mismo tiempo, Eduardo Cunha, quien en su condición de presidente de la Cámara de Diputados durante los primeros meses de 2016 impulsó decididamente el juicio de responsabilidad política contra Dilma Rousseff, se encuentra procesado por el Tribunal Federal Supremo por ser uno de los principales artífices de la asociación ilícita que se dedicó durante años a “sangrar” los recursos de Petrobras.

109 Presidente del Instituto Ibero-Americano de la Haya para la Paz, los Derechos Humanos y la Justicia Internacional (IIH, Holanda); Catedrático de Derecho Internacional de la Universidad del Rosario (Colombia), Profesor Ad Hoc de la Universidad de la Haya para las Ciencias Aplicadas (Holanda); Director del Anuario Ibero-Americano de la Derecho Internacional Penal y de la Red de Investigación “Perspectiva Epistemológica Ibero-Americana sobre la Justicia”.

Remontándonos un poco más en el tiempo, nos encontramos con la, cuando menos, surrealista actuación del efímero presidente interino de la Cámara de Diputados, Waldir Maranhão, quien a los pocos días de asumir sus funciones revocó la sesión parlamentaria en que fue admitida la solicitud de juicio político contra Dilma Rousseff, para posteriormente revocar unilateralmente al día siguiente su propia decisión revocatoria, y dejar así vía libre a la votación de dicha solicitud el jueves 12 de mayo.

Se trata en definitiva de una cadena de circunstancias difícilmente comprensibles para el observador externo, para cuyo entendimiento son necesarias ciertas claves de interpretación o - como diría el profesor de ética de la Universidad de Sao Paulo, Clovis de Barros Filho - “llaves del castillo”, tales como las ofrecidas, entre otros, por Max Weber y Transparencia Internacional. El primero subraya la naturaleza de los partidos políticos (ya sean de masas, o de cuadros) como empresas de representación política que obtienen su lucro de la captura del máximo número de posiciones electivas en los ámbitos nacional, regional y local y del nombramiento de cargos de libre disposición en los cargos directivos (y a veces no tan directivos) de las distintas administraciones. La segunda asevera que el 53% de los 81 diputados de la Cámara de Representantes de Brasil se encuentra actualmente incurso en algún tipo de proceso judicial. Desde esta perspectiva, parece incluso hasta “natural” que media docena de ministros del actual gobierno interino de Brasil se encuentren afectados por distintos tipos de investigaciones, y que los ministros de Planeamiento, Romero Juca, y de la Transparencia, Fabiano Silvano, hayan tenido que renunciar por filtraciones a la prensa de grabaciones en las que parecen estar involucrados en la obstrucción y desvío de las investigaciones por corrupción en la petrolera estatal Petrobras.

Los acontecimientos que *a priori* dejan perplejos al observador externo no se limitan ni mucho menos al ámbito político, sino que se extienden a otras esferas como la judicial o la de los medios masivos de comunicación. Circunstancias como las relativas a la detención ordenada en abril de 2016 por el magistrado Sergio Moro del ex presidente Inácio Lula da Silva para realizar únicamente una diligencia de toma de declaración, o la entrada y registro de la secretaria nacional del Partido de los Trabajadores en Sao Paulo por miembros de la policía portando armas pesadas más propias de una operación militar, son significativos ejemplos de esta situación en el ámbito judicial.

En cuanto al ámbito de la comunicación basta hacer un rápido seguimiento de los medios locales para comprender que la descripción de las circunstancias que rodean la grave crisis institucional que vive Brasil depende del diario que se lea, la emisora de radio que se escuche, el programa de televisión que se vea, o el grupo con el que se interactúe en las redes sociales. Esta situación no hace sino dar, una vez más la razón, al profesor Pierre Bourdieu, quien afirmara que los medios de comunicación,

en particular si son de masas, no recogen, sino que por el contrario generan opinión pública. De esta manera, su auténtica misión es conseguir que amplios sectores de la población asuman posiciones previamente establecidas.

Otro buen ejemplo en este sentido es la experiencia histórica de que crisis institucionales como la brasileña difícilmente se producen sin la participación de influyentes actores internacionales, a pesar de lo cual los medios masivos de comunicación locales se esfuerzan por evitar todo análisis mínimamente profundo sobre el contexto internacional en el que se producen las crisis, los intereses que los principales actores en juego tienen para fomentar el debilitamiento, o cambio de rumbo, en las políticas adoptadas por los Estados afectados, y los mecanismos a través de los cuales se trata de provocar dicho debilitamiento o cambio de rumbo.

En una sociedad internacional económica y financieramente globalizada en torno a la variante neoliberal del modelo capitalista - que como Piketti ha demostrado está generando unos índices de concentración de riqueza, desigualdad social y reducción de la clase media que no se observaban desde la gravísima crisis de 1929 (que llevó a Franklyn D. Roosevelt a adoptar políticas fuertemente intervencionistas para superarla, en lo que se denominó el modelo de capitalismo Keynesiano) -, las crisis institucionales de sus miembros conllevan necesariamente la participación de sus actores más influyentes. De ahí que los análisis en clave interna, además de ser notablemente reduccionistas, generan conclusiones equívocas debido a la exclusión de factores altamente relevantes.

En otras palabras, para tratar de entender el intento de golpe de Estado en Turquía la semana pasada, tan importante es comprender el significado de las recientes operaciones del gobierno turco contra altos oficiales de las fuerzas armadas en la Operación Martillo y el caso Eregenekon, como las recientes reconciliaciones fomentadas por el presidente Erdogan con Rusia e Israel, en un intento de fortalecer su economía con el incremento del turismo y los flujos de capitales, y su aparente deseo de poner fin a la participación activa de Turquía en la guerra civil siria.

Del mismo modo, no es posible comprender adecuadamente la situación en Brasil sin analizar circunstancias, tales como el distanciamiento entre Dilma Rousseff y el gobierno de Estados Unidos a raíz de la cancelación del viaje de aquella a Washington en septiembre de 2013 (lo que se produjo tras conocerse en junio de ese mismo año las revelaciones de Edward Snowden sobre la creación desde la Agencia de Seguridad Nacional de los Estados Unidos de una red de colaboración entre diversas agencias de inteligencia dirigida a consolidar una vigilancia global, que llegaba incluso a alcanzar al propio teléfono celular de Rousseff), o la posición adoptada por el gobierno brasileño en relación al acuerdo alcanzado en 2014 por los BRICS para la creación de

un Banco de Crédito al Desarrollo (financiado en gran medida con fondos chinos), que tenía como fin establecer un sistema internacional de financiación pública de los Estados que constituyera una alternativa viable al sistema de crédito operado desde el Tratado Breton Woods por el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial.

A pesar de sus propias especificidades, la grave crisis institucional existente en Brasil, no es ni mucho menos excepcional en la actual Sociedad Internacional, como lo muestran, entre otras muchas, las situaciones en México, Siria, Turquía, Ucrania, y Venezuela, así como la creciente debilidad de las instituciones de la Unión Europea. Además, estas dinámicas, tampoco son nuevas, sino que llevan acompañando a la humanidad en diversos formatos “desde tiempo atrás”. De hecho, no son pocos los que subrayan como principal característica del modelo de pragmatismo que inspira la racionalidad política y económica de nuestro tiempo, el abandono de una violencia a gran escala en aras de la aplicación de una violencia más selectiva y limitada. Es en este contexto en el que se han acuñado expresiones como golpes de Estado “blandos” o “no violentos”, cuya idoneidad para definir el proceso de responsabilidad política contra Dilma Rousseff es sostenida por no pocos observadores, el último de los cuales es el historiador francés Laurent Vidal en un artículo publicado en el diario *Le Monde* el 15 de julio de 2016.

Más allá del grotesco espectáculo al que estamos asistiendo, su puesta en escena permite despejar toda duda sobre la asunción por las racionalidades política y económica hegemónicas de un criterio de comportamiento ético material consecuencialista que valora la idoneidad de las acciones exclusivamente en base a si las mismas han alcanzado los objetivos para las que han sido diseñadas: maximizar el lucro económico y el poder político. Pareciera que quienes dirigen nuestras sociedades no hubieran nunca escuchado jamás hablar del finalismo aristotélico, los humanismos cristiano y confuciano, la ley del karma hinduista y budista, el utilitarismo de Benthan y Mill, el idealismo de Kant, el eterno retorno de Nietzsche, el existencialismo de Heidegger y Sartre, o la ética del discurso de Habermas, para quedarse anclados en pleno siglo XXI en el paradigma del “fin justifica los medios” - propuesto por un “convencido” republicano como Niccolo di Bernardo dei Machiavelli, al monarca a cuyo servicio puso a principios del siglo XVI los consejos recogidos en su obra *El Príncipe*.

Lo paradigmático del caso es que este pragmatismo, que en el campo de los grandes sistemas de pensamiento filosófico de la humanidad se encuentra relegado a una posición marginal, ha sido, sin embargo, encumbrado por la racionalidad económica y política a la posición de único criterio válido de medición de la idoneidad de toda actuación. De hecho, a pesar de que todavía somos muchos los que nos preguntamos cómo es posible que esto haya sucedido, lo cierto es que acontecimientos como los

acaecidos durante este último año en Brasil nos recuerdan que esta situación no tiene visos de cambiar en el corto y medio plazo.

El problema es que - como el profesor de cosmología y astrofísica de la Universidad de Cambridge y ex rector del Trinity College y la Real Sociedad de Londres, Martin Rees explica -, lo que está en juego a estas alturas de la historia no sólo es mucho, sino que es “todo”, y no sólo para la denostada democracia brasileña. En su opinión, que sigue la línea de pensamiento ofrecida por numerosos científicos del más alto nivel desde las dos últimas décadas del siglo XX, las probabilidades de que el ser humano pueda superar con éxito el siglo XXI son menores del 50%, atendiendo a las múltiples amenazas que enfrenta desde ámbitos tan diversos como tecnología nuclear, la bioquímica, la nanotecnología, la manipulación genética, la aceleración de partículas o el cambio climático.

Ante estas circunstancias, resulta evidente para cualquier observador externo que dejar la determinación del curso de conducta a seguir en manos del pragmatismo que impera en la presente racionalidad política y económica, no puede sino significar un suicidio colectivo, como podemos ver que está ocurriendo con la democracia brasileña ante el espectáculo propio del mejor realismo mágico que se nos ha venido ofreciendo durante este último año.

A PERCEPÇÃO DO GOLPE NO BRASIL PELA MÍDIA ALEMÃ

Helga Dressel¹¹⁰

Os meios de comunicação da Alemanha levaram algum tempo até perceber que algo estava acontecendo naquele país distante. E quando começaram a perceber, alguns encontraram uma dificuldade enorme para interpretar aquilo que viam. Mas houve um momento em que até os olhos dos cegos se abriram ... e que deixou um monte de bocas abertas.

O espetáculo extraterrestre da votação na Câmara dos Deputados deixou o mundo pasmo. Os comentaristas ficaram sem palavras. Não cabia, na imagem que tinham do Brasil, uma bananice deste gênero. O comentarista do semanário *Der Spiegel* chamou a votação de “espetáculo de circo” e “revolta dos hipócritas”. Foi esse o momento em que o tom das matérias mudou. E foi o momento em que, finalmente, o termo “*impeachment*” deixou de soar correto, perdendo sua condição de firmeza jurídica, constitucional e expressão da vontade unânime do “povo brasileiro”.

Desde então, lemos análises bastante contundentes também naqueles veículos que até então tinham feito a sua cobertura do processo político no Brasil – pelo que parece - através do acompanhamento das pautas da mídia *mainstream* brasileira.

Alguns comentaristas, por exemplo do jornal de centro-esquerda *Frankfurter Rundschau*, já tinham entendido fazia tempo: “Difícil encontrar, no Brasil, momentos mais bizarros que o atual. Os três senhores que, segundo a hierarquia, assumiriam o mais alto cargo do estado, são todos [...] contaminados pela corrupção, como aliás também o líder da oposição e uma porção de gente em funções-chaves de quase todos os partidos. Proclamar aberta a caça à Dilma Rousseff tem algo de um arcaico ritual de sangue, onde se sacrifica a figura mais alta para, de forma simbólica, absolver da culpa a comunidade” (30/03/2016, fr-online.de). E parece ter sido o correspondente

110 A autora tem mestrado em Ciências Teatrais e Letras pela Freie Universität Berlin. Trabalha como cultural manager, e como docente e coordenadora de oficinas e seminários de aperfeiçoamento em áreas culturais e de informação. Berlim, 23 de junho de 2016.

da revista Der Spiegel o responsável pela introdução do termo “Kalter Putsch”, “golpe frio”, para descrever o que estava (e continua) acontecendo no Brasil (spiegel.de, 19/03/2016).

Mas ao se tornar visível o caráter corrupto da nova equipe do governo interino e golpista, ao chegar à tona a falta de qualificação profissional da sua equipe, e ao aumentar o número de renúncias de ministros por serem alvo de processos jurídicos, chegou-se ao consenso de estarmos assistindo não somente um golpe mas um “golpe de opereta” (taz.de, 27.04.2016), para não dizer uma peça absurda. A agência dpa falou do “pinel Brasília” e de uma “jogada de intrigas shakespeareana” (Nürnberger Nachrichten, 11/05/2016). O noticiário Heute, do segundo canal da TV pública, constatou “A grave crise política do Brasil mostra o que mais afeta o país: uma irresponsável classe política. E ao mesmo tempo, uma profunda rachadura da sociedade brasileira” (heute.de, 18/06/2016). E até o diário conservador Frankfurter Allgemeine Zeitung intitulou uma matéria “A equipe dos homens brancos” e percebeu que “o vice quer unir um país profundamente rachado – mas a sua equipe não reflete a diversidade do Brasil” (faz.net, 13/05/2016)

Por que demorou tanto chegar a uma unanimidade, entre os meios de comunicação na Alemanha, com respeito à avaliação da crise política no Brasil como “golpe frio”?

Aqui algumas teses a respeito de possíveis mal-entendidos:

PRIMEIRO MAL-ENTENDIDO: QUEM É O POVO? OU: O NOVO VERDE AMARELISMO

A imagem do Brasil fora do país, tende ser positiva: é o país do samba e do futebol, das praias e gente muito simpática, mesmo existindo, também, quadrilhas do tráfico, e tropas de elite. A bandeira do Brasil está presente pelo mundo afora, camisetas da seleção e havaianas com bandeirinha também se encontram nas lojas de cá. Ao ver as imagens de milhares de pessoas de verde-amarelo demonstrando na avenida Paulista, que mais pode se pensar além de que o povo está revoltado com a desigualdade social. À imagem transmitida pelas agências, sobrepõe-se a imagem romântica do “povo” como a maioria da nação, de faixas sociais humildes, e que sempre está do lado certo, o povo como a massa de gente humilde lutando pelos seus direitos de cidadão e melhor distribuição de bens, isto é, inclusão. A ideia do povo nas barricadas.

Ao princípio, aqui poucos entenderam que, no caso, estava sendo “a direita que tomou a hegemonia na rua” (taz.de, 27/04/2016). Daí a grande surpresa ao ver aparecerem tardiamente manifestações banhadas em cor vermelha, em defesa da

democracia, da legalidade, da presidente e política da inclusão, seja ela social, de gênero, ou de etnia.

Brincadeira à parte: não faz mal lembrar que, segundo Vilfredo Pareto, numa revolução bem sucedida quem assume o poder nunca são “as massas” mas sempre é uma “elite de reserva” que conseguiu puxar as massas para o seu lado, e, desta forma, instrumentalizá-las para chegar ao poder.

SEGUNDO MAL-ENTENDIDO: QUEM SÃO OS CORRUPOTOS? OU: A FORÇA DAS IMAGENS

E não foi só a imagem da multidão vestida de verde amarelo. Foi também a imagem de Lula sendo levado preso, naquela manhã de março. Porém, a segunda cadeia da TV pública alemã noticia: “A condução forçada de Lula para o interrogatório provocou críticas não somente por parte de seus amigos [...] Os canais de TV já não conhecem outro assunto. Imaginem: Lula, que se fez de engraxate um mundialmente cobiçado pragmático de esquerda, está suspeito de corrupção. Ele que introduziu programas sociais, tais como o Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, que deram renda e casa a milhões de pessoas; ele que era procurado tanto pelo Fórum Social Mundial como pelo Fórum Econômico de Davos” (heute.de, 18/07/2016)

Os comentaristas na Alemanha não deixam dúvida, de que “raposas foram chamadas para cuidar do galinheiro” e o jornal semanal de peso Die Zeit pergunta: “Será que os deputados querem se livrar de uma presidente que está arruinando o seu país? Ou está ela sendo vítima de uma intriga?” (Die Zeit, 18/04/2016) A resposta no artigo não deixa dúvida sobre o caráter plutocrata e ávido da manobra. O jornal de esquerda Junge Welt consta “O afastamento de Rousseff não é uma punição pelos erros políticos que ela cometeu, mas uma vingança pelo sucesso da política de esquerda nos últimos treze anos, a favor da inclusão social, na luta contra a pobreza, o racismo e a misoginia” e chega à conclusão de que o *impeachment*, na verdade, significa “uma saída para um grupo de políticos, o qual deseja segurança durante as investigações de corrupção” (Junge Welt, 04/06/2016)

TERCEIRO MAL-ENTENDIDO: O PAPEL DA MÍDIA OU: A ARMADILHA DA COBERTURA REATIVA

Na Alemanha, o Brasil parece não estar suficientemente estabelecido nas pautas dos meios de comunicação para que todos eles fizessem uma cobertura pró-ativa. Dá a impressão de que alguns destes meios cobrem os processos políticos através das

pautas da mídia *mainstream* no Brasil, e, com isso, tendem a proliferar ainda mais os falsos boatos lançados por esta. Nem sempre tendo em mente o caráter privado e oligárquico dos grandes consórcios de comunicação no Brasil, em vez de analisar a situação de forma pró-ativa, faz-se, no exterior, uma cobertura de forma reativa, seguindo as pautas oferecidas pela grande mídia no Brasil.

Como corrigir uma “falsa” experiência? Uma impressão produzida de forma incisiva e intensa, martelada na cuca das pessoas pela grande mídia, e, por consequência, tomada como “verdade natural”. Uma impressão que faz com que, o simples pronunciamento de nomes como Lula, Dilma ou PT acaba provocando a ideia de corrupção, assim como o som de sino provoca a produção de saliva no cão de Pavlov. Um reflexo condicionado. Condicionado pela martelada da mídia *mainstream*.

Devido à cobertura direta da agenda seguida pela mídia *mainstream* no Brasil, a imagem de Lula como corrupto perdurou, nalguns veículos, e por um certo tempo, também na Alemanha. As imagens da ação - mais midiática do que jurídica - da prisão do ex-presidente, ficou. Ficaram também as imagens dos bonequinhos infláveis de Lula e Dilma em trajes de prisioneiro respectivamente bandida assaltante, nas manifestações a favor do *impeachment*.

E assim, apesar das muitas e consistentes análises do golpe no Brasil, num certo momento, dava para observar a confirmação duma verdade do marketing: Uma vez consolidada, é difícil corrigir uma imagem. E isso vale também para os leitores e espectadores de mídia na Alemanha.

Porém, há uma notícia boa: o governo temerário conseguiu aquilo que no mundo da economia e dos negócios vale ouro: corrigir, em pouquíssimos dias, esta falsa imagem: a falsa imagem de Dilma e Lula como sendo corruptos e até os únicos e mais corruptos naquele país. Graças ao governo temerário, agora até o último ingênuo nas redações e nas ruas, dentro e fora do país, sabe quem é corrupto e quem não o é. Do governo temerário o mundo afora já sabe que é, e da presidente retirada a gente sabe que, apesar dos muitos esforços por parte dos golpistas, nem sombra de indício se descobriu.

CONCLUSÃO:

Pode-se criticar ou sentir a reatividade da cobertura da crise política pelos meios de comunicação na Alemanha, mas a qualidade de suas análises - e exceções confirmam a regra - não deixa a desejar.

Do jeito que anda a cobertura internacional do processo político no Brasil, ela, pelas análises e conclusões que chega, por um lado, fortalece e dá respaldo às forças

democráticas, legalistas e anti-golpe no país, e, por outro lado, aumenta a pressão crítica sobre o governo interino. Poder-se-ia rezear que o caráter inflacionário dos absurdos cometidos pelo governo temerário e o passar do tempo possam deixar cessar o interesse internacional. Mas como o governo temerário consegue surpreender, sempre de novo, pela originalidade de sua política de nomeações a cargos de primeiro escalão político, a mesquinhez de suas chantagens contra a presidente afastada temporariamente, o caráter abertamente antidemocrático, antissocial e plutocrata de suas medidas, enfim, o tamanho exorbitante do retrocesso político e social, por tudo isso podemos ter a certeza de que a mídia na bandas de cá não perderá o interesse nas manobras truculentas, fraudulentas, irrisórias, e, sim: corruptas dos golpistas. Quem quiser se informar, poderá, portanto, continuar lendo as análises publicadas pela mídia alemã.

AS CAUSAS ESTRUTURAIS DO GOLPE DE 2016: ÓDIO DE CLASSE, INTERESSES GEOPOLÍTICOS E CRISE POLÍTICA

Henrique Paiva¹¹¹

Leandro Gavião¹¹²

Carol Proner¹¹³

Esta coletânea é um marco. A importância histórica do conjunto de ensaios ora publicados revela não somente a pluralidade de ideias envolvidas no debate político nacional durante a articulação do golpe, mas também a diversidade de forças políticas participando ativamente na luta pela estabilidade institucional e pela manutenção do Estado democrático de direito. Se a análise política em meio à conjuntura é sempre um desafio, é também uma oportunidade ímpar de reflexão engajada contra o golpe em curso. Os dois volumes dessa obra assumem papel de destaque para a tentativa de compreensão da situação atual e já se apresentam como documento relevante para a pesquisa histórica das futuras gerações.

Ao examinar as razões que levaram à desestabilização de um governo de centro-esquerda que apostou suas fichas em uma estratégia de conciliação nacional, três grandes causas foram identificadas: o ódio de classe, os interesses geopolíticos e a crise política. Contudo, a análise feita chega à conclusão que essas causas, mais estruturais do que conjunturais, são condições que proporcionam um clima de instabilidade institucional, mas não necessariamente para promover um golpe.

Nesse sentido, este ensaio não pretende esgotar as razões para mais esse atentado antidemocrático contra o povo brasileiro, mas contribuir para um debate sobre as questões de fundo que organizaram esse trágico contexto, que poderia ter outro desfecho.

111 Henrique Paiva é doutorando em Economia Política Internacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e professor da graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI-UFRJ).

112 Leandro Gavião é doutorando em História Política, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e coordenador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA-UERJ).

113 Carol Proner é professora de Direito Internacional dos cursos de Defesa e Gestão Estratégica e de Direito da UFRJ.

I. ÓDIO DE CLASSE E MUDANÇA ESTRUTURAL DA SOCIEDADE

A narrativa moralista de combate à corrupção reverbera os ecos inconscientes da estrutura psíquica humana: superego, ego e id. A indignação atende ao anseio do superego por realizar o juízo moral do outro, afastando de si a mácula dessa infâmia da qual julga não participar. A repetição dos discursos elitistas com proposições autoritárias, discriminatórias e violentas confere status e honra em determinados círculos sociais, massageando o ego. Esses discursos moralistas também conferem uma suposta legitimidade para o livre exercício da pulsão por violência do id. Não à toa, as manifestações da direita são entremeadas por atos fascistas.

Sim, há um golpe em curso. Dessa vez, parece não contar com o recurso da quartelada, embora essa ideia conte com simpatizantes dentro e fora da caserna. Que fique claro que não há previsão constitucional de intervenção militar para referendar um golpe de Estado. A esperança conservadora consiste na alienação por desinformação, combinada com a manipulação do ódio e legitimada por um processo de *impeachment*, que não tem relação com as investigações da operação Lava Jato, para levar em adiante o seu projeto de golpe civil jurídico empresarial neoliberal midiático. O grande público, atônito com a diuturna cobertura espetacularizada das acusações de malversação do erário com participação direta do grande capital privado, confunde as acusações. A presidenta não é investigada, muito menos é réu de qualquer investigação por corrupção, nem cometeu crime de responsabilidade. O processo de *impeachment* é uma aberração política e principalmente jurídica.

O discurso moralista contra a corrupção revela uma indignação seletiva: afinal, muitos dos “paneiros” são autoindulgentes no tocante aos seus próprios desvios; são assombrosamente tolerantes para os casos de corrupção envolvendo seus partidos diletos; e parecem desconhecer a linha sucessória da Presidência. O nível de desinformação é tal, que há quem acredite na possibilidade de aclamação de uma liderança, possivelmente referendada por memes apócrifos de WhatsApp, cujo espectro ideológico oscila entre o sebastianismo monárquico e o bolsonarismo fascista. Percebe-se que o discurso de combate à corrupção é apenas a roupagem que confere legitimidade ao exercício da pulsão do ódio, particularmente, ao ódio de classe.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nos últimos 13 anos, foram responsáveis por retirar 36 milhões de brasileiros da situação de pobreza extrema, a partir de políticas como o Fome Zero, o Bolsa Família e o Plano Brasil sem Miséria. O Bolsa Família foi responsável por dinamizar a economia de aproximadamente 5000 dos 5570 municípios brasileiros. O programa Minha Casa Minha Vida, o maior programa de redução do déficit habitacional da história brasileira, entregou 3 milhões de

residências. Houve avanços no Sistema Único de Saúde (SUS) e milhares de municípios brasileiros, além das periferias das grandes cidades, passaram a ter atendimento médico regular com o programa Mais Médicos. As políticas educacionais foram impactadas com programas como o FunDeEB, o PNE, o SisU, o Reuni, o Ciência sem Fronteiras, o Prouni, o Fies e o Pronatec. O salário mínimo teve um aumento nominal de quase 270% e real de 75% para a média dos trabalhadores e de 106% para os trabalhadores de menor renda; gerou-se 21 milhões de empregos, sendo que 60% dos trabalhadores passaram a atuar com carteira assinada; chegou-se a uma situação próxima ao pleno emprego, com taxas de desemprego menores que 5% durante cinco anos. Dessa maneira, 42 milhões de brasileiros foram inseridos na ciranda do consumo, ascenderam à posição de nova classe média batalhadora e passaram a ocupar espaços antes exclusivos para setores muito restritos da sociedade brasileira. A vociferação do ódio “legitimado” contra a corrupção disfarça a exacerbação do ódio de classe.

O mais interessante é perceber que, como o ódio de classe opera de cima para baixo, a classe média tradicional não reconhece a nova classe média como tal, embora esta tente emular os costumes e os discursos daquela. Muitos dessa nova classe média batalhadora reproduzem um discurso de ódio que os vulnerabilizam ainda mais. Membros da nova classe média batalhadora, muitas vezes oriundos das classes populares, em vez de lutarem pela melhoria do sistema de saúde pública, de transporte público e de educação pública, dos quais, provavelmente, fizeram uso por tempo significativo de suas vidas, preferem romper com qualquer laço histórico que os remetam às classes populares e passam a reclamar do preço do seu plano de saúde privado, das taxas de financiamento de seu carro zero e dos valores das mensalidades dos colégios que seus filhos estudam. Por sua vez, a classe média tradicional, que se acreditava próxima à elite, se deu conta, com o seu relativo achatamento salarial e a ascensão da renda da nova classe média, de que sua posição social é frágil e seus privilégios estão em fase de extinção acelerada, o que acentua o seu rancor para os de baixo.

As políticas de cotas, de ações afirmativas, de promoção dos direitos humanos, da igualdade de gênero, de combate à homofobia e à misoginia, da igualdade racial e a PEC das Domésticas, mais recente ato da abolição formal da escravidão no Brasil, causaram verdadeiro furor em parcelas conservadoras da classe média brasileira, em razão da dessegregação dos espaços privilegiados de reprodução do capital simbólico.

Para além do discurso de ódio contra a corrupção, revelador do ódio de classe, há interesses maiores em jogo. Em trâmite no Parlamento nacional, nesse momento, há propostas de emenda à Constituição (PEC), projetos de lei (PL), textos substitutivos (TS) que alteram profundamente os avanços conquistados pelo povo brasileiro nos últimos anos.

Sobre a questão fundiária e a dos povos nativos, o TS ao PL 4059/2012 flexibiliza a compra de terras brasileiras por estrangeiros, contrariando parecer da Advocacia-Geral da União (AGU); a PEC 215/2000 retira do Executivo e passa para o Congresso o poder de demarcação das terras indígenas; e a PEC 71/2011 prevê a indenização a proprietários rurais cujas fazendas foram ilegalmente fundiadas em terras indígenas.

A respeito da promoção dos direitos humanos, o PL 6583/2013 define um estatuto da família excludente, criando barreiras ao casamento homoafetivo e à adoção de crianças por diferentes arranjos familiares; o PL 5069/2013 criminaliza quem preste qualquer auxílio ou orientação sobre o direito reprodutivo da mulher; a PEC 171/1993 prevê a redução da maior idade penal de 18 para 16 anos, mas não cria compromissos do Estado com políticas para a juventude; o TS à Lei nº 10.826/2003 flexibiliza o estatuto do desarmamento e facilita a obtenção de portes de armas, uma temeridade em tempos de ascensão fascista.

O retrocesso não é apenas na agenda social, mas é também na agenda soberana de autonomia política e econômica. O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 84/2007 impõe um teto para dívida pública da União e decreta o fim da autonomia macroeconômica para as políticas anticíclicas, algo impensável, uma vez que as crises cíclicas são inerentes ao sistema capitalista. Isso é criminalizar a escola econômica keynesiana. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015 deseja implantar a Lei de Responsabilidade das Estatais, submetendo as empresas estatais à lógica do mercado financeiro, permitindo a captura privada dos bens públicos de interesse geopolítico. E o mais grave de todos: o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, que pretende revogar a participação obrigatória da Petrobras como operadora do pré-sal e limitar o poder fiscalizador da empresa brasileira sobre a exploração, o que afeta tanto a segurança energética do Brasil quanto a política distributiva, que poderia fazer o país superar definitivamente a condição de eternamente em desenvolvimento.

A política de conciliação do PT parecia uma estratégia vitoriosa. Contudo, interesses maiores estão em jogo. A vociferação do ódio contra a corrupção denota a exacerbação do ódio de classe e revela um projeto hegemônico de poder em curso.

II. INTERESSES GEOPOLÍTICOS NO SISTEMA CAPITALISTA

Esse projeto retrógrado de impedimento do desenvolvimento nacional não se dá somente por um entreguismo histórico das elites tradicionais no Brasil, mas se dá também por um projeto de poder hegemônico em curso forçado. A política externa dos governos do PT obteve importantes conquistas. Mesmo diante da maior crise do capitalismo de todos os tempos, o Brasil se tornou a 7ª economia do mundo;

promoveu ascensão social de 40% da população brasileira, na base da pirâmide; suas políticas públicas para superação da miséria se tornaram referência mundial; além da projeção carismática do ex-presidente Lula como uma das maiores personalidades da história.

Nesse período, o Brasil alcançou novo protagonismo no ordenamento do sistema internacional: manteve a pauta de assento permanente no Conselho de Segurança; conseguiu eleger o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o diplomata Roberto Azevêdo e o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o professor José Graziano, idealizador do programa Fome Zero; e obteve importantes conquistas nos mais diversos fóruns multilaterais.

Na economia doméstica, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aumentou em 7 vezes o seu portfólio de investimentos, por meio da política de estímulos às “campeãs nacionais”, promovendo internacionalização do capital privado nacional – bem como as contradições inerentes ao capital, é verdade. Além dos estímulos com juros subsidiados do BNDES, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) investiu R\$ 1,9 trilhão em infraestrutura: transporte, energia habitação, saneamento e recursos hídricos, dinamizando setores estratégicos dos serviços nacionais de engenharia.

Os lucros recordes não foram apenas para o capital produtivo, mas também para o capital financeiro. Atualmente, as receitas dos bancos Itaú e Bradesco são duas vezes maiores do que a da Petrobras e a da Vale. Isso, em boa medida, se deve ao spread bancário admitido pelas autoridades brasileiras, no qual o valor final pago pelos mutuários é 5 a 20 vezes maior que o empréstimo tomado.

Estimativas calculam que a sonegação e a evasão fiscal representem uma perda de arrecadação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que os lastimáveis casos de corrupção representariam uma perda de 3%. A estratégia das campeãs nacionais do BNDES fomentou o “bolsa empresário”, pois o custo dos juros subsidiados pelo BNDES foi equivalente ao dobro dos custos do Bolsa Família para o Tesouro Nacional; sem falar nas desonerações e renúncias fiscais. Quem será que “paga o pato” da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)? O imposto sobre o patrimônio corresponde a apenas 3,9% da arrecadação tributária, enquanto que o imposto sobre a renda representa 20,7%, sendo que a maior alíquota de 27,5% diminuiu drasticamente a renda do trabalhador de classe média, mas não representa quase nada na renda da elite. Os impostos indiretos e sobre circulação tornam o valor final desproporcionalmente maior para as classes populares. No Brasil, para quem ganha até 2 salários mínimos, os impostos equivalem a 49% de suas pequenas receitas; enquanto

quem ganha em média 30 salários mínimos, tem sua renda mordida em 29%, e quem ganha acima de 70 salários quase não tem sua renda afetada por impostos. Quem “paga o pato”? As classes populares pagam o maior valor proporcional pelos produtos e serviços e as classes médias contribuem com as maiores parcelas de suas rendas para o poder público. E as elites? Vão muito bem, obrigado: pagam tributos irrisórios sobre os seus bens, suas rendas e suas heranças; sonegam impostos e evadem divisas para paraísos fiscais.

Muitos são os fatores para o baixo desempenho industrial brasileiro: os efeitos desindustrializantes da produção chinesa no mundo; o fato de o lucro financeiro das indústrias serem maiores, muitas vezes, que o lucro da produção real; e a agenda do empresariado, particularmente da Fiesp que, mesmo recebendo estímulos e renúncias fiscais, ainda assim boicotou deliberadamente o projeto de desenvolvimento industrial petista, alegando falta de “confiança”, após obterem lucros expressivos sem reinvestir quase nada.

Embora os lucros do capital produtivo e do capital financeiro tenham sido recordes, os ganhos reais do salário foram percentualmente maiores do que os ganhos de produtividade e de rentabilidade do capital, diminuindo as margens de mais-valia e aumentando o poder de negociação da classe trabalhadora. Isso instigou o ódio da classe capitalista fomentando o golpe em curso, em uma articulação explícita das elites há muito não vista. A postura do capital nacional não é apenas cínica, mas revela que interesses maiores estão em jogo.

No campo da economia internacional, a gestão do setor financeiro internacional, antes dirigida pelo grupo das 7 economias mais desenvolvidas (G7), passou a se articular por meio do grupo das 20 maiores economias (G20 financeiro), desde 2008. O Brasil converteu significativa parcela de sua dívida pública para a moeda nacional: o Real, sujeito à taxa interna de juros; aumentou suas cotas de participação no Fundo Monetário Internacional (FMI), passando de devedor para credor do FMI; tendo o nível de reservas internacionais criado um “colchão de proteção” de expressivo valor: US\$ 375 bilhões, a 6ª maior reserva do mundo, reduzindo drasticamente a restrição externa e o risco de colapso cambial.

O boom das commodities e a valorização dos termos de troca permitiram a formação dessa reserva e uma maior assertividade da projeção externa do Brasil. O baixo preço do petróleo, que chegou a custar US\$ 140 o barril, agora é mantido artificialmente pelos EUA a US\$ 50, em razão do controle da produção no Iraque e no Kuwait e do acordo de superprodução com a Arábia Saudita. Essa depreciação tem estrangulado a Rússia, a Venezuela e praticamente inviabilizado a exploração do pré-sal no Brasil. O controle financeiro dos mercados futuros e de opções da produção de

commodities na Bolsa de Chicago fez despencar os preços: a tonelada da soja, que custava US\$ 40 passou a custar US\$ 18; e a tonelada do minério de ferro que custava US\$ 180 passou a custar US\$ 55. Houve, portanto, baixa produção industrial no período e perda de receitas com a desaceleração das commodities; entretanto, ajustar as contas nacionais é muito diferente de promover um ajuste neoliberal.

No início de seu segundo mandato, em janeiro de 2015, Dilma Rousseff surpreende sua base eleitoral e nomeia um *Chicago Boy*, Joaquim Levy, ministro da Fazenda. Levy resolve reduzir a inflação e voltar a obter superávit primário, para restaurar a “confiança”. Para isso, resolve cometer o austericídio: cortar os gastos sociais; reduzir o crédito dos bancos públicos; e leiloar propriedades do Estado; enquanto o Banco Central (Bacen) aumenta a taxa básica de juros para 14,25% para conter a inflação, o consumo e o investimento. Com o austericídio, houve o agravamento da recessão: queda nos investimentos; diminuição dos salários; aumento do desemprego em duas vezes; diminuição das receitas fiscais; aumento do déficit e da dívida pública; enfim, encolhimento do PIB. A simultânea e absurda contração fiscal e monetária de Levy reduziu os gastos públicos, mas aumentou o déficit público enormemente, pois a queda de arrecadação foi estúpida. Enquanto o mundo questiona a fantasia neoliberal, que aprofundou as crises cíclicas do capitalismo, o Brasil adota esse modelo, em contradição com a campanha de reeleição de Dilma, gerando perda da base eleitoral intelectual, ativista e popular; e promovendo crescente ódio de classe e hostilidade fascista.

É importante deixar claro uma importante questão econômica: a economia do Estado não se comporta de modo análogo à economia doméstica. Os ganhos de uma família dependem das rendas e dos salários dos membros daquela família em uma atividade produtiva e só deveriam gastar dentro dos limites de sua receita mensal. O Estado não precisa necessariamente produzir para arrecadar, o Estado tributa. O Estado proclama uma moeda como unidade de conta – o Real, no caso brasileiro –, promove gastos públicos em setores prioritários, remunerando, na moeda que o próprio Estado emite, as empresas desses setores, que, por sua vez, contratam pessoas e outras empresas, pagando em Real. As famílias e as empresas precisam produzir para angariar Real, porque o Estado cobra tributos nessa moeda, e assim a economia nacional produz excedentes e acumulação de riqueza. O Estado é um ator deficitário por natureza, o seu gasto e a tributação são os motores da economia.

Em uma economia aberta para o exterior, a moeda de referência internacional produz efeitos análogos para quem a emite, conferindo poderes extraordinários, como o dólar para os EUA. Por isso, a potência que emite a moeda de referência internacional tenta bloquear as iniciativas de criação de redes de comércio compensado e de bancos com cesta de moedas paralelas. A espionagem da National Security Agency

(NSA) contra a Petrobras e as comunicações pessoais da presidenta Dilma, revelada pelo WikiLeaks, demonstra o interesse geopolítico dos EUA quanto a gestão de assuntos estratégicos pelo Brasil.

Na Política de Defesa e de Assuntos Estratégicos, os governos do PT estimularam a autonomia nacional no setor espacial, nuclear e cibernético; promoveram 26 Parcerias Estratégicas; incentivaram um programa de reequipamento das Forças Armadas, no qual optaram por caças de desenvolvimento binacional com a Suécia e por submarinos de motores de propulsão nuclear em parceria com a França; e mantiveram, a duras penas, um regime estratégico de exploração do pré-sal, que já se encontra vulnerável pelo projeto entreguista de José Serra, nomeado chanceler pelo governo interino e ilegítimo de Michel Temer.

Dilma Rousseff foi assertiva no caso de espionagem da NSA, recusando visita a Washington e impedindo a participação de empresas petrolíferas norte-americanas no leilão do Campo de Libra, porque a espionagem do governo estadunidense roubou informações privilegiadas para suas empresas privadas.

No VI Encontro de Cúpula dos BRICS (acrônimo para grupo político de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em Fortaleza, no ano de 2014, Dilma avançou no tabuleiro estratégico de projeção dos interesses nacionais. Ensaiou a articulação de maior autonomia financeira e monetária com outras potências emergentes por meio da criação do New Development Bank e do Arranjo de Contingências de Reservas, conhecido como Banco dos BRICS.

Durante os dois últimos séculos, os países desenvolvidos eram chamados de centro capitalista, porque – em razão do sistema tributário, do sistema de dívidas públicas, do sistema de crédito, do protecionismo e do colonialismo – eram o centro dinâmico do capitalismo. Acontece que, no século XXI, o centro motor do capitalismo passou a ser compartilhado com as principais potências emergentes, particularmente as potências dos BRICS e em especial a China; nesse sentido, um arranjo comercial e principalmente financeiro e monetário desses países poderia ser devastador para o papel hegemônico dos EUA no médio prazo.

Além disso, em Fortaleza, houve uma reunião inédita dos presidentes da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) com os países dos BRICS, onde questões de financiamento de projetos de parcerias estratégicas foram discutidos. Houve, também, um fórum estratégico entre a China e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), herdeiros do Grupo do Rio, que projetou a China em região historicamente vinculada à Realpolitik americana. Ainda em Fortaleza, alterando o jogo de poder global, a China articulou a entrada da Índia na Organização para Cooperação de Shanghai (OCS).

Não se trata de trocar um alinhamento automático por outro, mas de manter uma equidistância pragmática permanente, enquanto se promove os interesses nacionais de desenvolvimento autóctone, democrático e popular.

A implantação, nos anos 1990, da agenda neoliberal do Consenso de Washington – contração fiscal, privatização das estatais, câmbio flutuante, juros altos, abertura comercial e desregulamentação financeira – parecia ter bloqueado qualquer chance de atuação do Estado desenvolvimentista na América Latina. Os EUA se sentiram à vontade para atuarem mais à distância no jogo democrático da América Latina, após décadas de apoio à instauração de ditaduras militares na região durante o século XX. Com os atentados terroristas em 2001, os EUA concentraram sua agenda incisiva de atuação externa nas guerras no Iraque e no Afeganistão, durante a primeira década do século XXI. É nesse período de pouca interferência no jogo democrático que houve uma guinada à esquerda na América Latina, a despeito do pesado tratamento hostil e muita vezes calunioso dado pela grande mídia nacional e internacional a essa nova esquerda latino-americana. A mídia, ao instigar a alienação por desinformação e ao despertar o ódio de classe com mensagens moralistas, suscitou um ideário neogolpista colorido de legalismo à la Gene Sharp.

A participação da grande mídia na desestabilização política é decisiva. A grande mídia, além de ser financiada pelo grande capital, tem projeto de poder também; deixou de ser apenas porta-voz, para se tornar um ator relevante e com interesses financeiros próprios. Contudo, é importante reconhecer, para além do apoio político a um partido específico e do interesse pelo perdão de suas dívidas ativas, que há um projeto geopolítico por trás das mensagens de ódio exibidas diuturnamente: o projeto neoliberal de inserção eternamente periférica no sistema internacional.

Para além da imprensa tradicional, há as redes sociais. Boa parte da disputa ideológica pelo golpe em curso no Brasil ocorreu pelo domínio da narrativa das expressivas manifestações de junho de 2013. Manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das passagens e em favor do transporte público gratuito como ampliador dos direitos de cidadania. Manifestações que passaram a incorporar temas mais amplos de uma agenda progressista new left, mas que também passaram a atrair jovens descontentes, sem pauta definida, e que aderiram ao ideário colocado como a pauta oficial pelo oligopólio midiático e reverberado por memes de Facebook e WhatsApp, produzidos por think tanks financiados e trazidos ao Brasil: Instituto Millenium, Movimento Brasil Livre, Instituto Liberal, Instituto Ludwig Von Mises e Estudantes Pela Liberdade.

O senso comum pasteurizado, com base na opinião publicada pela grande mídia e pelos memes dos think tanks liberais, alimentou as discussões políticas de uma

classe média que, ao se sentir ameaçada em um momento de crise, orientou seu temor para o ódio de classe e contra o partido que promoveu a ascensão de 40% da pirâmide social brasileira e não contra o sistema que a oprime e a torna mera engrenagem alienada e explorada para os lucros exorbitantes dos oligopólios do sistema capitalista.

Capitalismo é antimercado, é uma estrutura oligopólica de empresas, cujos ganhos excepcionais de riqueza ocorrem devido à participação direta do Estado, seja pelo financiamento dos seus projetos, seja por renúncia fiscal e não fiscalização da corrupção, que sempre envolve um polo passivo da autoridade pública, mas também um polo ativo, raramente mencionado, do empresariado. Capitalismo não é uma estrutura de mercado de concorrência perfeita, onde os empresários são tomadores de preço, com livre entrada e saída de ofertantes e pleno acesso a informações. No capitalismo real, 737 grupos empresariais dirigem 80% do mundo corporativo, sendo que 75% desses grupos são instituições financeiras. Além disso, 28 grupos financeiros controlam boa parte da dívida dos Estados e parcela considerável dos mercados futuros e de opções. Entender os interesses capitalistas envolvidos no jogo geopolítico é fundamental para compreender a crise política interna.

III. CRISE POLÍTICA E PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

O presidencialismo de coalizão é um dos dilemas institucionais do Brasil. Resumidamente, o conceito faz referência a um regime no qual o líder do Executivo é eleito diretamente pelos cidadãos, de forma independente da composição do Legislativo. Todavia, este último encontra-se fragmentado entre vários partidos, fato que obriga o presidente a costurar alianças para lograr governabilidade.

Desde a redemocratização, a legislação eleitoral brasileira revelou-se excessivamente permissiva quanto aos critérios de acesso dos partidos ao Congresso Nacional e aos recursos do fundo partidário. Nesse contexto, conta-se nos dedos as legendas realmente preocupadas com a plataforma ideológica, uma vez que a criação de partidos virou um grande negócio e uma importante moeda de troca dentro de um sistema político profundamente fisiológico.

Na legislatura de 1986, doze partidos obtiveram representação na Câmara dos Deputados, sendo a metade deles classificável como “nanico” (1 a 10 parlamentares). No segundo governo de Dilma Rousseff, a bancada da posse da Câmara dos Deputados era composta por nada menos que 28 partidos, dos quais quatorze identificáveis como nanicos, onze considerados médios (11 a 50 parlamentares) e apenas três grandes: PT (69 deputados), PMDB (65) e PSDB (54).

Uma das consequências da pulverização de legendas é a perda de força relativa dos partidos maiores, forçando-os à organização de coligações bastante plurais. Além da incoerência ideológica e programática, esse tipo de aliança funcional tende a redundar em outros problemas, quais sejam: lentidão nas decisões, distorção dos resultados das urnas, corrupção sistêmica, cessão de cargos e favores, clientelismo, criação e negociação de ministérios e, em última análise, degeneração da democracia.

Some-se a isso o fato de o Congresso Nacional – historicamente inclinado a representar as oligarquias – ter na legislatura de 2015 a sua configuração mais reacionária desde a ditadura militar, refletindo o recrudescimento da onda conservadora. Com efeito, houve um crescimento substancial das bancadas da bala, ruralista e evangélica, em detrimento daquelas vinculadas aos sindicatos e aos movimentos sociais. A vitória de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara resultou, primeiramente, na perda do controle das pautas no Legislativo pelo PT e, posteriormente, nos choques constantes entre os dois poderes.

A paralisia no Congresso, a recessão econômica, o descumprimento das promessas feitas na campanha da reeleição, os escândalos de corrupção e a atuação sensacionalista e seletiva da grande mídia são fatores que convergiram e propiciaram o declínio vertiginoso da popularidade da presidenta. Ressentidas, as esquerdas retiraram seu apoio ao governo. Paralelamente, grandes manifestações de rua – apoiadas pelo PSDB e pela FIESP – adotavam o lema do *impeachment*, enquanto a imprensa oligopolizada transformava a atuação da Polícia Federal em espetáculo e o juiz Sérgio Moro em herói. O contexto, que por si só era suficientemente desfavorável, agrava-se ante a peculiar inabilidade política de Dilma Rousseff. O governo desmorona, revelando o esgotamento do presidencialismo de coalizão.

Apesar de ter flertado com o socialismo nos primeiros anos de existência, o PT sempre apresentou orientações oficiais inspiradas num reformismo ao estilo social-democrata europeu. Em linhas gerais, o petismo visa a estabelecer um pacto capital-trabalho, “domesticando” o capitalismo para erigir uma sociedade majoritariamente de classe média. Engana-se quem acredita que a abolição da propriedade privada dos meios de produção mediante coletivização estatal faça parte de sua agenda, especialmente em tempos mais recentes.

Nesse sentido, é interessante atentar para o simbolismo que envolve a aliança das duas figuras que encabeçaram a coligação vitoriosa em 2002: Lula da Silva (PT) e José Alencar (PL). De mãos dadas, o sindicalista e o empresário encarnavam de maneira quase literal o projeto da conciliação de classes. Ainda em 2002, a publicação da Carta ao Povo Brasileiro tratou de involucrar a candidatura de especulações midiáticas negativas, assegurando comprometimento com a manutenção do tripé

macroeconômico herdado do governo de Fernando Henrique Cardoso – metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. Ao custo do sacrifício de parte de seu programa original, imprimiu-se uma imagem de “esquerda responsável” ao partido. Na verdade, o PT cede para se tornar uma “esquerda tolerável” perante a estrutura política brasileira.

A despeito das restrições impostas pelo tratado assumido com o capital, algumas iniciativas para a ativação do deprimido mercado interno começam a ser colocadas em prática. É possível compreender o reformismo petista a partir de quatro diferentes fases.

A primeira engloba quase um mandato inteiro (2003-2005), sendo marcada principalmente pelo lançamento do Bolsa Família, pela expansão do crédito popular e pela política de valorização do salário mínimo. Esse conjunto de medidas promoveu alívio entre os mais pobres e propiciou alguma dinamização da economia.

A segunda fase (2006-2008) é caracterizada pela guinada ao desenvolvimentismo. A queda da taxa de juros e a execução do Programa de Aceleração do Crescimento apontam na direção da redução do componente liberal, ao mesmo tempo em que o aprofundamento da geração de empregos formais e a política de ganhos reais do salário mínimo começam a dar resultados mais sensíveis. Esse é o momento de consolidação do “Estado logístico”, que planeja e induz o desenvolvimento, mas deixa a realização das obras nas mãos de grandes empresas privadas. O crescimento acelerado cria um círculo virtuoso no qual o aumento do poder de compra dos mais pobres gera um incremento correspondente dos investimentos empresariais para o mercado interno, que por sua vez redundando em mais empregos.

A terceira fase (2008-2010) tem como referencial a Crise de 2008 e as respostas do governo para reduzir seus impactos no Brasil. Sendo assim, adotam-se medidas anticíclicas para ampliar o consumo popular – desonerações fiscais, utilização dos bancos públicos e alongamento do crediário. Por outro lado, é inaugurado o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, responsável pelo tripé: incremento das vagas de trabalho, estímulo ao setor de construção privado e acesso à casa própria. A classe C emerge como protagonista, entrando no mercado de consumo ao adquirir carros e eletrodomésticos desonerados e imóveis financiados por bancos públicos.

A quarta fase compreende os governos de Dilma Rousseff (2011-2016). A presidenta mantém as conquistas sociais e atinge a almejada meta do pleno emprego. Os avanços são bastante moderados. Dilma não logra o mesmo êxito de seu antecessor. Em meados do primeiro mandato, tem início um ciclo recessivo – marcado pelo fim do boom das commodities, excesso de concessões tributárias, aumento da inflação e desvalorização do Real –, sinalizando os limites do reformismo tímido adotado pelo PT. Apesar das dificuldades, Dilma se reelege com uma margem estreita de votos.

Nota-se que os governos do PT colocaram em prática políticas públicas de natureza distributiva a partir do reordenamento orçamentário, sem confrontar diretamente o rentismo, sem realizar reformas estruturais e tampouco desarticular o arcabouço da corrupção. Não obstante, o neopopulismo petista – a essa altura, muito distanciado de suas bases originais – foi suficiente para potencializar a inclusão, ainda que numa vertente consumista. De fato, houve melhoras na configuração socioeconômica brasileira em muitos aspectos, conforme mencionado anteriormente nesse texto.

Um dos grandes erros do PT foi tentar implementar um Estado de bem-estar social sem realizar as reformas profundas que permitiriam custeá-lo e viabilizá-lo politicamente. Há pelo menos cinco grandes entraves de natureza sistêmica atuando como impeditivos das plataformas progressistas nessa direção:

- I) O sistema político. Tendo em vista os problemas já discutidos, nota-se que o modelo atual desfavorece os partidos ideologicamente situados à esquerda, haja vista o predomínio de forças de direita e de centro-direita no parlamento brasileiro. A decisão do STF, que prevê a proibição do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, significa um avanço interessante, mas ainda insuficiente para aperfeiçoar a totalidade da democracia brasileira.
- II) A economia dependente de commodities e da expansão do consumo doméstico. Tal vulnerabilidade se evidenciou quando a tendência de queda dos preços internacionais dos produtos primários teve como contrapartida um refluxo do mercado interno, comprometendo a economia e, indiretamente, o próprio programa do PT.
- III) O sistema tributário regressivo e indireto, que inviabiliza uma arrecadação maior e onera os mais pobres e a classe média. Quem ganha até dois salários mínimos paga 49% de sua renda em impostos, enquanto quem recebe mais de trinta salários paga 25%. Previsto na Constituição de 1988, mas sem regulamentação até hoje, o imposto sobre grandes fortunas renderia um acréscimo de arrecadação próximo dos 100 bilhões de reais por ano.
- IV) A vigência de uma dívida pública insolvível e repleta de irregularidades. Cerca de metade do orçamento da União é exclusivamente tragado pelo pagamento dos juros e amortizações. A experiência equatoriana provou que a auditoria cidadã da dívida é possível e necessária.
- V) O oligopólio midiático. Seis famílias controlam 70% da imprensa nacional, possuindo poderes quase extraordinários para interferir de maneira decisiva no jogo político. Ao contrário do que é vulgarmente divulgado nas redes sociais e na imprensa tradicional, a regulamentação da mídia não é a mesma coisa que censura.

Partindo de uma abordagem histórica, verifica-se que todas as tentativas de estabelecer algo próximo de um Estado de bem-estar social no Brasil foram boicotadas. A primeira iniciativa, durante o governo de João Goulart, foi interrompida de forma criminosa pelo Golpe Civil-Militar de 1964. A segunda oportunidade, durante as eleições de 1989, foi obliterada a partir da ação subterrânea da Rede Globo a favor do candidato Fernando Collor de Mello. A terceira ocorre após a vitória do PSDB, partido que em teoria almejava ser o legítimo representante da social-democracia brasileira, mas que na prática assumiu-se liberal-democrático. Finalmente, houve o esforço do PT – o mais longo, diga-se de passagem. Apesar de todos os obstáculos e limites sistêmicos apontados, houve progressos em termos sociais que não foram tolerados por alguns segmentos das elites.

Sendo assim, nota-se que o golpe em curso fecha o ciclo supracitado. O projeto de edificação de uma sociedade mais justa foi interrompido (1964), boicotado (1989), traído (1995-2002) e, agora, é novamente obstruído (2016). Essa repetição não é fortuita. Pelo contrário, é o sintoma mais evidente de uma cultura política fundamentada em desigualdades que remontam à tenebrosa dicotomia casa-grande e senzala. Para as direitas brasileiras, a igualdade é admirável quando ocorre em algum país europeu, bem longe daqui.

CONCLUSÃO

Todos os três fatores levantados para explicar o golpe em curso no Brasil – o ódio de classe, os interesses geopolíticos e a crise política – são condições necessárias, mas nenhuma delas isoladamente, ou mesmo em conjunto, são suficientes para afirmar a inevitabilidade da conversão de uma situação instável em golpe de Estado.

O ódio de classe não é exclusividade do Brasil. O recrudescimento da direita é um fenômeno mundial. O baixo nível da informação divulgada pela grande mídia também não é característica exclusiva daqui. Isso sem falar do conteúdo compartilhado nas redes sociais. Sobre esse fenômeno, Umberto Eco disse: “As mídias sociais deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora eles têm o mesmo direito à fala que um ganhador do Prêmio Nobel. O drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade”. Donald Trump avança nos EUA, mas não há ameaça de golpe contra Obama.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o Brasil alcançou novo protagonismo internacional e suas políticas públicas o desenvolvimento e a superação da miséria se tornaram referência mundial. É importante destacar que a política externa

brasileira não deseja uma mudança da ordem internacional, mas apenas uma mudança na ordem, com sua incorporação aos processos decisórios dos órgãos colegiados dos fóruns multilaterais de governança. A ascensão do Brasil não altera o equilíbrio de poder internacional, somente eleva o seu perfil de atuação diplomática ao expandir seu poder de barganha e de se posicionar soberanamente em questões de interesse nacional. Ao contrário do que conclui o senso comum, a política externa do PT jamais rompeu com os EUA.

Sobre a crise política, enquanto houver o financiamento privado das campanhas pelos oligopólios do capital produtivo, do capital financeiro e da grande mídia, a democracia brasileira estará sequestrada. Com efeito, as direitas já se articulam para tentar reverter a recente conquista popular da interdição ao financiamento empresarial. Sem mencionar a multiplicação de partidos fisiológicos e o domínio da máquina eleitoral pelas oligarquias regionais, que formam um Congresso permanentemente conservador e que prejudica bastante a governabilidade no caso eventual de eleição de um partido de esquerda. No entanto, os governos petistas, mediante tentativa de conciliação nacional, não ameaçaram os interesses do capital, nem das oligarquias locais. Não é só no Brasil que as instâncias de representação democrática estão em crise e novas forças políticas começam a aparecer no jogo: Podemos (Espanha), Syriza (Grécia) e Bernie Sanders (EUA) ganham cada vez mais destaque internacional e a agenda progressista tem conquistado novos e importantes adeptos. Nota-se que a falência de estratégias de conciliação nacional e os atuais desafios da democracia representativa não justificam soluções golpistas.

Se, por um lado, essas três condições não explicam o golpe por si só; por outro lado, no caso brasileiro, elas criaram um caldeirão que, por uma sucessão imprevisível de fatos, se tornou insustentável. O golpe de Estado contra Dilma Rousseff reflete o avanço conservador no planeta; traduz o ódio de classe de setores médios cada vez mais ameaçados e esgotados por jornadas de trabalho extenuantes; ecoa a alienação provocada pela desinformação dos oligopólios da grande mídia e dos memes das redes sociais produzidos por think tanks liberais; repercute a crise de representação dos sistemas formais de democracia usurpada pelas campanhas financiadas pelo grande capital. O golpe, enfim, é resultado da crise global do capitalismo, cujas consequências manifestam-se em três dimensões: na organização do modo de produção, provocando desemprego; na estrutura política, estimulando a corrupção; e na vida social, instigando o ódio de classe.

Romper a lógica hostil em que está impregnada a disputa política é fundamental. Responder ódio com ódio é rebaixar os termos da disputa política e do debate democrático, que exigem enorme empreitada intelectual e incansável esforço diário.

Contra o veneno do ódio, talvez o antídoto do afeto seja uma estratégia de sensibilização interessante nesse momento. Os que destilam ódio estão sofrendo e essa é a reação instintiva quando se sentem ameaçados. A miséria do mundo não é somente a pobreza em si, mas também a perda da capacidade humana de se sensibilizar com a dor do próximo. Por isso, optar por uma estratégia que privilegie o afeto e o intelecto como formas de fazer política pode surpreender e trazer conquistas no médio e no longo prazo.

Talvez a retomada da questão psicanalítica, apresentada no início desse ensaio, ofereça a explicação suficiente que procuramos: todo avanço civilizacional carrega em si o germe da barbárie. Os progressos inegáveis dos governos do Partido dos Trabalhadores e as conquistas da classe trabalhadora revelam o avanço civilizacional conquistado nos últimos 13 anos. Tais melhorias devem ser mantidas e ampliadas por meio da participação política.

Resistir ao golpe é defender eticamente um Brasil mais justo, democrático, popular, respeitador da diversidade e comprometido com a solidariedade entre os povos. A chama da luta jamais se extinguirá. Vida é luta!

LOS GOBIERNOS DE IZQUIERDA ESTÁN DEBILITADOS, NO AGOTADOS, Y REQUIEREN DE UN PROGRAMA QUE VUELVA A ILUSIONAR

Ignacio Ramonet¹¹⁴
(Entrevista Agencia Andes)

Quito, 23 jun (Agencia Andes) – Con la llegada al poder de la derecha en Argentina y, de forma temporal, en Brasil, y con una mayoría legislativa en Venezuela, se vislumbraría el supuesto fin de un ciclo político en América Latina que estuvo marcado por gobiernos de tendencia progresista que promovieron derechos, la reducción de la pobreza, un rol estelar del Estado y una fuerte inversión social.

El periodista y escritor español radicado en Francia, Ignacio Ramonet, y el sociólogo y periodista brasileño, Emir Sader, analizaron los retos de la izquierda en la región en la actualidad en el programa Ecuador No Para, transmitido por El Ciudadano TV en coproducción con ANDES.

Ramonet dijo que no todo está perdido, pues si bien la derecha gobierna en Argentina, Brasil, otros países como Venezuela, Ecuador, Bolivia y Uruguay tienen al frente regímenes de izquierda. Él catalogó a estos gobiernos como un ciclo virtuoso que ha logrado transformaciones muy importantes y sintonizaron con la esperanza popular de saldar la deuda social.

El articulista de Le Monde Diplomatique identifica dos factores para el debilitamiento de la tendencia: la baja demanda de China de los productos primarios que exportan los países de Latinoamérica y el desplome de los precios del petróleo lo que resta recursos para llevar a cabo las ambiciosas políticas sociales.

Sader sostuvo que la situación actual es el debilitamiento del primer capítulo de la nueva izquierda latinoamericana, pero no necesariamente su agotamiento.

114 Ignacio Ramonet é semiólogo do cinema e jornalista, antigo diretor do Le Monde Diplomatique e atualmente editor da edição espanhola, presidente da Associação Memória das Lutas e editorialista de política internacional de diversos veículos de comunicação como *Kyodo News* (Tokyo), *Inter Press Service* (IPS)³, *Radio Nederland* (Amsterdam), *Eleftherotypia* (Athènes) e o jornal de informação *Hintergrunden* Allemagne.

“Las circunstancias virtuosas han dejado de existir. Hay que ver que todo lo que se ha hecho se logró a contramano de la hegemonía neoliberal del mercado mundial, que no solo disminuye por la recesión europea, disminuye también la demanda de nuestros productos, pero además, nos exportan elementos muy negativos; lo que es hegemónico a escala mundial del capital financiero bajo su forma especulativa”, reflexionó.

A su criterio, el capital se fortalece en la crisis porque vive, no de fomentar la producción, ni la investigación, sino del endeudamiento de los estados, de empresas y de personas, una situación que no se ha logrado cambiar.

Sader hace énfasis en su idea de que los gobiernos de izquierda no atraviesan por un agotamiento total pues las alternativas no están a la izquierda sino a una derecha que no avanza y ms bien retrocede hacia modelos que ya han fracasado, lo que –bajo su punto de vista- es evidente en Argentina y Brasil.

Ramonet cuestionó que los países de América Latina no hayan variado su modelo que se caracteriza por ser rentista, exportador de materias primas.

“En cierta medida, la situación actual está incitando y debe incitar a algunos gobiernos a transformar el modelo (entre ellos Venezuela y Ecuador) pasar de un modelo de rentabilidad de materias primas a un productivista no se hace en uno o dos años, es un largo proceso estructural”, opinó.

El periodista español sostuvo que no es la derecha la que llevará a cabo ese cambio porque, más bien, esa tendencia vive de la exportación y de la importación.

Sader dijo que el neoliberalismo tiene una responsabilidad grave en la falta de industrialización de los países de la región, pues los gobiernos de esa tendencia abrieron aceleradamente los mercados internos produciendo un proceso de desindustrialización.

“Cuando los gobiernos progresistas llegan a la presidencia no retoman la economía como estaba antes sino una economía desindustrializada, con apertura al mercado externo; el rol de la exportación de productos primarios fue producto de esa transformación regresiva que el neoliberalismo dejó”, subrayó.

Volviendo al debilitamiento de los gobiernos de izquierda, el catedrático brasileño identificó al rol preponderante que han jugado los medios de comunicación privados y del capital especulativo.

De acuerdo a Sader, tras la homogeneidad que hubo, por ejemplo, en Mercosur (Mercado Común del Sur), con el ingreso de Venezuela, Bolivia y Ecuador, se perdió la oportunidad histórica de construir un modelo regional de integración que buscara nuevas formas de industrialización.

EL VOTANTE QUIERE PROYECTOS, NO BALANCES

Ramonet sostuvo que no se gana una elección con un balance sino con un proyecto y, en ese sentido, dijo que el reto de los gobiernos progresistas es presentar un programa que vuelva a ilusionar a la población.

“Proponer un programa no consiste únicamente en anunciar un balance; no se puede ganar una elección futura diciendo lo que ya se hizo. El balance es muy importante, y probablemente el balance de estos gobiernos progresistas sea el más espectacular, con eso no se gana una elección. No se gana una elección diciendo ‘esto es lo que he hecho’; no. Se gana una elección diciendo ‘esto es lo que voy a hacer’”, planteó.

Es necesario que las izquierdas reflexionen sobre lo que no funcionó durante estos años para proponer soluciones de futuro que haga apostar a los nuevas generaciones en mantener lo que se ha conseguido, que “es enorme y ningún gobierno consiguió en dos siglos en América Latina”, añadió.

Un ciclo de 10 o 15 años, en cualquier parte del mundo, agota a cualquier gobierno, apostilló Ramonet.

Planteadas así las cosas, entonces ¿cómo ilusionar a los votantes en América Latina, en muchos casos jóvenes profesionales que salieron de la pobreza, que están en un mejor estatus y que quieren más cosas, nuevas y diferentes?

“Estos gobiernos ganaron las elecciones porque el modelo neoliberal fracasó, pero la ideología neoliberal, el modelo de consumo, sobrevivió. No fuimos capaces de disputar la hegemonía cultural de esos valores, de ahí que los jóvenes no fueron protagonistas fundamentales de esos gobiernos; en algunos países, sí, pero no es la regla general”, respondió Sader.

Ramonet opinó que si bien los jóvenes han sido beneficiados de la obra pública de los gobiernos de izquierda, debe haber un sentimiento crítico sobre el funcionamiento del servicio público.

“Por una parte hay causas internas, no se entró en revolución dentro de la revolución. Por otra parte, no se consiguió una calidad de servicios que respondiera a la cantidad de servicios: hubo esfuerzo cuantitativo, no hubo esfuerzo cualitativo. Todo esto ha llevado a esta situación que no es para nada irreversible”, anotó.

En todo caso, añadió, algunos gobiernos necesitan regenerarse en la oposición y las sociedades necesitan tener la experiencia de una derecha que no va a saber responder a los problemas que se plantean en la actualidad.

CARTA ABERTA AO EMBAIXADOR MICHAEL FITZPATRICK REPRESENTANTE DOS EUA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

James N. Green¹¹⁵

19 de maio de 2016.

Caro Embaixador Fitzpatrick,

Fiquei extremamente desapontado ao ler que você afirmou que, inequivocamente, o processo de *impeachment* atualmente em curso no Brasil é democrático e legítimo. Mesmo considerando os perigos existentes na comparação histórica de eventos ocorridos em diferentes períodos, digo que o governo dos EUA está correndo o risco de repetir o trágico erro feito em Abril de 1964, quando o Presidente Lyndon B. Johnson reconheceu a ditadura militar que havia tomado o poder e que terminou governando o país por 21 anos.

Você declarou o seguinte: “Há um claro respeito pelas instituições democráticas e uma clara separação de poderes. No Brasil, é claramente a lei que prevalece,

115 Um dos maiores brasilianistas da atualidade, o professor James N. Green da Brown University (EUA), enviou hoje uma carta aberta ao Embaixador Michael Fitzpatrick, representante dos EUA na Organização dos Estados Americanos (OEA), contestando as declarações deste no sentido de que o processo de impeachment no Brasil seria legítimo por estar conforme os procedimentos constitucionais e as regras democráticas. Green começa a carta afirmando: “Fiquei extremamente desapontado ao ler que você afirmou que, inequivocamente, o processo de impeachment atualmente em curso no Brasil é democrático e legítimo. Mesmo considerando os perigos existentes na comparação histórica de eventos ocorridos em diferentes períodos, digo que o governo dos EUA está correndo o risco de repetir o trágico erro feito em Abril de 1964, quando o Presidente Lyndon B. Johnson reconheceu a ditadura militar que havia tomado o poder e que terminou governando o país por 21 anos”. Após examinar detidamente como o golpe de 1964 “respeitou” alguns procedimentos formais e legais para manter sua aparência de legitimidade, James Green analisa diversos aspectos do atual processo do impeachment que, guardadas as devidas proporções, em muito se aproximam do golpe que deu início à ditadura militar. E conclui assim sua carta: “Em 1964, o governo dos EUA estava no lado errado da história. Ele nunca pediu desculpas para o povo brasileiro por ter apoiado uma ditadura militar. Agora, cinco décadas depois, eu receio que, mais uma vez, ele esteja endossando um processo ilegítimo. Aqueles que não aprendem com a história são levados a repeti-la”. O conteúdo integral da carta segue em anexo na sua versão original em inglês e também traduzida ao português. O contato do professor James N. Green é: james_green@brown.edu.

emergindo com soluções pacíficas para as disputas”. Você também afirmou: “Nós não acreditamos que isso seja um exemplo de um “golpe brando” ou, para esse efeito, um golpe de qualquer tipo. O que aconteceu em Brasil cumpriu rigorosamente o procedimento legal constitucional e respeitou totalmente as regras democráticas”.

Esses são precisamente os argumentos que o Embaixador Lincoln Gordon usou, 52 anos atrás, quando ele insistiu que a administração Johnson imediatamente endossou a tomada do poder pelos militares, que foi legitimada pela aplicação formal da Constituição e pela votação majoritária do Congresso.

Tenho certeza de que você esteja familiarizado com a história recente do Brasil. Mesmo assim, vale certamente a pena uma revisão, dada a situação atual. Peço desculpas se minhas observações são extensas. Eu sou um historiador e, honestamente, acredito que o entendimento do passado é importante para compreender o presente. E, como o compositor brasileiro Tom Jobim uma vez gracejou, “o Brasil não é para principiantes”.

Em 1960, Jânio Quadros, um candidato de centro-direita, foi eleito presidente. João Goulart, um político de centro-esquerda, tornou-se vice-presidente, porque se votava separadamente para presidente e vice presidente. Sete meses depois, Quatroos repentinamente renunciou do cargo. Setores militares tentaram, sem sucesso, impedir Goulart de assumir a presidência.

A direita, infeliz com o fato de que Goulart assumiu o cargo, organizou uma ampla coalização para retirá-lo do poder. Ela incluiu a Igreja Católica, empresários, grande mídia e grandes setores das classes médias. Esses eventos ocorreram em um contexto de uma crise econômica, inflação e movimentos de base de trabalhadores, camponeses e marinheiros clamando por maior inclusão econômica e social.

Como já foi largamente documentado e revelado pelos documentos liberados do Departamento de Estados dos EUA, o Embaixador Lincoln Gordon e o seu adido militar Vernon Walters ativamente apoiaram a conspiração para depor Goulart. Eles usaram os argumentos da Guerra Fria segundo os quais Goulart estava sendo manipulado pelo Partido Comunista Brasileiro, que ele era corrupto e que ele queria assumir um poder ilimitado. Eles garantiram aos generais brasileiros que, caso eles forçassem a saída de Goulart do cargo, o governo norte-americano daria apoio ao novo governo que assumisse. A administração de Johnson chegou a organizar a Operação Brother Sam, que mandou porta-aviões, armas, suprimentos, para apoiar as tropas rebeldes caso uma guerra civil eclodisse.

No dia 31 de março, tropas marcharam no Rio de Janeiro para depor Goulart. No dia seguinte, o presidente voou do Rio de Janeiro para Brasília para mobilizar apoio político contra essa tomada ilegal do poder. Ele queria evitar o derramamento

de sangue, então ele não convocou seus apoiadores a resistir ao golpe de Estado. Assim que o avião decolou, o Presidente do Senado e o Presidente da Corte Suprema, argumentando que eles estavam seguindo os procedimentos constitucionais, empossaram Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, como Presidente em exercício. De acordo com a Constituição, o Congresso tinha trinta dias para escolher um novo presidente. Hoje, todo mundo, exceto os que defendem a ditadura militar, chamam esses eventos de *golpe de Estado*, o golpe de 1964.

Em vários telegramas com a Casa Branca, o Embaixador Gordon argumentou que o que se passou no Brasil cumpria perfeitamente com os procedimentos legais constitucionais e respeitava totalmente as regras democráticas. Ele trabalhou duro para convencer o Presidente Johnson a reconhecer o novo governo, o que foi feito no dia 2 de abril, legitimando o golpe e colocando o selo de aprovação do governo dos EUA nessa mudança ilegal de poder que foi implementada de acordo com “os procedimentos legais constitucionais”.

No dia 11 de abril, os 295 membros do Congresso elegeram o General Castelo Branco como Presidente do Brasil. Isso completou a transição “democrática” de um governo legalmente eleito para uma ditadura militar ilegítima.

Imediatamente depois de reconhecer o governo de Mazzilli, no dia 3 de abril, o Presidente Johnson chamou os líderes do Congresso para a Casa Branca para convencê-los que o governo dos EUA estava apoiando a democracia no Brasil. O senador democrata Wayne Morse, de Oregon, deixou o encontro e declarou para a imprensa: “os acontecimentos no Brasil não resultaram da ação de uma junta militar ou de um golpe. Ao invés disso, a deposição da presidência do Brasil resultou de um desenvolvimento no qual o Congresso do Brasil, agindo sob a Constituição, foi a força condutora e foi reforçado por um grupo militar que garantiu a preservação do sistema constitucional brasileiro.”

Em comentários para seus colegas senadores mais tarde naquele mesmo ano, Morse reiterou suas conclusões: “Nesta noite, nenhum senador pode citar o Brasil como um exemplo de ditadura militar, porque ele não é. O autogoverno por parte do povo brasileiro continua progressuindo. Se alguém pensa que não, deixe-o olhar ao que está acontecendo no Brasil com o respeito ao intercâmbio de pontos de vista no Parlamento, na imprensa e em muitas fontes e forças da opinião pública.

Um ano depois, em outubro de 1965, quando o governo militar aboliu as eleições presidenciais, Morse chegou a uma conclusão diferente. Percebendo que as armadilhas do regime democrático eram só para manter as aparências, ele afirmou: “novidades da captura do poder ditatorial pela junta militar brasileira assinala uma reversão para a liberdade na América Latina. O que é ainda pior é a continuidade do

apoio financeiro americano a esse regime (...) As semânticas de Washington e da trama brasileira, buscando acalmar os receios pelas instituições democráticas naquela grande nação, não vão enganar qualquer um, mas aqueles que querem ser enganados”.

Muitos que lutaram contra o regime militar e muitos outros que lembram ou que estudaram sobre o regime autoritário têm sustentado que a manobra política em curso para expulsar o governo eleito democraticamente da Presidenta Dilma Rousseff é *um outro* golpe de Estado. Você afirmou, vigorosamente, que “há um claro respeito pelas instituições democráticas e uma clara separação de poderes” no Brasil hoje. Mas será mesmo isso? Estaria você, como o Senador Wayne Morse em 1964, talvez sendo enganado pelas aparências de procedimentos democráticos e separação de poderes no processo de *impeachment* porque não há tanques nas ruas e nem generais no comando do governo?

Como pode ter havido procedimento democrático na Câmara dos Deputados quando Eduardo Cunha, que controlava totalmente essa instituição, foi afastado do seu cargo um semana após a votação de admissão do processo do *impeachment*? Um pedido para seu afastamento dessa posição havia sido feito em dezembro do ano passado por desvio de finalidade e abuso de poder, mas o membro da Suprema Corte sentou sobre esse pedido até que Cunha tivesse garantido que a oposição teria os dois terços necessários para aprovar o seguimento do processo do *impeachment* da Presidenta Dilma. Quantos congressistas Cunha e seus aliados compraram ou ganharam com suas promessas de um novo governo? Como um processo conduzido por uma pessoa que é processada por lavagem de dinheiro e por recebimento de suborno pode ser legitimado?

Como pode haver separação de poderes quando integrantes da Suprema Corte fazem afirmações públicas sobre casos que estão sob sua alçada, revelando suas opiniões políticas na mídia, pre-julgando casos e, com isso, influenciando o debate público e os atores políticos? Além disso, a Suprema Corte tem sido excessivamente arbitrária em decidir quais casos analisar, levando quase seis meses para julgar o afastamento de Eduardo Cunha e proferindo uma decisão veloz contra a indicação de Lula para um cargo no governo Dilma. Esses casos são exemplos, dentre tantos outros, das maneiras perversas como o Judiciário se enredou com a política, ao invés de permanecer separado dela.

Como você pode dizer que houve procedimentos democráticos quando agentes da polícia e do sistema de justiça vazam seletivamente informações da Operação Lava Jato para criar um clima hostil ao governo e aos seus aliados? Por que era um desvio de finalidade a Presidenta Dilma nomear o ex-Presidente Lula como seu ministro da Casa Civil sob alegação de que ele estaria supostamente esquivando-se das

investigações, quando o Presidente interino Michel Temer indicou sete pessoas sob investigação para ministérios? Não estaria ele abusando do seu poder em um esforço para proteger seus aliados?

Por que a Presidenta Rousseff está sendo acusada de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal pela prática de pedaladas, sendo que o Presidente interino Michel Temer fez exatamente a mesma coisa enquanto substituiu a presidenta em viagens desta? E os antecessores, presidentes Lula e Cardoso, que também praticaram atos semelhantes, para não falar de pelo menos 16 governadores, incluindo Aécio Neves, que também fizeram as pedaladas?

Você também falhou em assinalar no seu discurso outra deficiência na situação política atual do Brasil, ou seja, a liberdade de imprensa (e das mídias de massa em geral) apenas para os que são proprietários delas. Hoje, as forças conservadoras que controlam os maiores jornais, revistas e canais de televisão sistematicamente apresentam visões parciais dos acontecimentos apenas para influenciar a opinião pública. É como se a Fox News pudesse controlar todos os canais da grande mídia dos EUA. Felizmente, as mídias sociais estão servindo como uma fonte alternativa de informação, mas elas não têm o mesmo peso da mídia hegemônica.

A primeira semana do novo governo revelou uma agenda radicalmente nova, mas verdadeiramente antiga, para o Brasil, que pretende retroceder todos os avanços sociais que tiveram lugar nos últimos 30 anos desde o fim da ditadura. Aqueles que se sentiram ultrajados pelo fato de Michel Temer não ter indicado nenhum mulher ou pessoa negra para posições ministeriais não estão clamando por demagogia. Esse ato não é trapalhada de relações públicas. Isso simboliza a intenção desse governo. Temer culpou seus aliados por não indicarem nomes de mulheres e negros, em um esforço para se eximir da responsabilidade. Ao menos seus comentários falam alto sobre a natureza dos seus aliados que o levaram ao poder e sobre a natureza desse novo governo “democrático”. Na primeira semana de sua gestão, ele já anunciou que vai reduzir direitos sociais, com cortes no sistema de seguridade social, educação e moradia, que afetam largamente os setores mais pobres da sociedade brasileira.

Em 1964, o governo dos EUA estava no lado errado da história. Ele nunca pediu desculpas para o povo brasileiro por ter apoiado uma ditadura militar. Agora, cinco décadas depois, eu receio que, mais uma vez, ele esteja endossando um processo ilegítimo. Aqueles que não aprendem com a história são levados a repeti-la.

Respeitosamente,

James N. Green

Carlos Manuel de Céspedes Chair in Latin American History, Brown University
Director of the Brown-Brazil Initiative

AN OPEN LETTER TO AMBASSADOR MICHAEL FITZPATRICK

James N. Green

U.S. Representative at the Organization of American States

May 19, 2016

Dear Ambassador Fitzpatrick:

I was extremely disappointed to read today that you have unequivocally argued that *impeachment* process currently taking place in Brazil is democratic and legitimate. While acknowledging the dangers of comparing historical events from different time periods, the U.S. government is running the risk of repeating a tragic mistake it made in April 1964 when President Lyndon B. Johnson recognized the military dictatorship that had taken power, which ended up ruling the country for twenty-one years.

You have declared that: “There is a clear respect for democratic institutions and a clear separation of powers. In Brazil it is clearly the law that prevails, coming up with peaceable solutions to disputes.” You have also stated: “We don’t believe that this is an example of a ‘soft coup’ or, for that matter, a coup of any sort. What happened in Brazil complied perfectly with legal constitutional procedure and totally respected democratic norms.”

These are precisely the arguments that U.S. Ambassador Lincoln Gordon used fifty-two years ago when he insisted that the Johnson administration immediately endorse the seizure of power by the military, which was legitimized by the formal application of the Constitution and a majority vote in Congress.

I am sure that you are familiar with the recent history of Brazil; nevertheless, it is certainly worth reviewing, given the current situation. I apologize if my remarks are extensive. I am an historian, and I honestly believe that understanding the past is important for comprehending the present. And, as Brazilian composer Tom Jobim once quipped, “Brazil is not for beginners.”

In 1960, Jânio Quadros, a Center-Right candidate, was elected president. João Goulart, a Center-Left politician, became vice president on a split ticket. Seven months

later, Quadros suddenly resigned from office. Sectors of the military unsuccessfully tried to block Goulart from assuming the presidency.

The Right, unhappy with the fact that Goulart had taken office, organized a broad coalition to overthrow him. It included the Catholic Church, entrepreneurs, the major media, and large sectors of the middle classes. These events took place within the context of an economic crisis, inflation, and grassroots movements of workers, peasants, and sailors clamoring for greater economic and social inclusion.

As has been widely documented and revealed in declassified U.S. State Department documents, U.S. Ambassador Lincoln Gordon and his military attaché Vernon Walters actively supported the conspiracy to overthrow Goulart. They used Cold War arguments that Goulart was being manipulated by the Brazilian Communist Party, that he was corrupt, and that he wanted to assume unlimited power. They assured Brazilian generals that if they forced Goulart out of office, the U.S. government would back the regime that replaced it. The Johnson administration even organized Operation Brother Sam, which sent aircraft carriers, arms, and supplies to back rebel troops should a civil war breakout.

On March 31, troops marched on Rio de Janeiro to overthrow Goulart. The next day, the president flew from Rio de Janeiro to Brasília to mobilize political support against this illegal seizure of power. Realizing that he would be unsuccessful, he took his family to his ranch in southern Brazil. He wanted to avoid bloodshed, so he did not call on his supporters to resist the coup d'état. As soon as his airplane took off, the President of the Senate declared that he had abandoned his office. The President of the Senate and the President of the Supreme Court, arguing that they were following constitutional procedures, swore in Ranieri Mazzilli, President of the Chamber of Deputies, as Acting President. According to the Constitution, Congress had thirty days to choose a new president. Today everyone, except defenders of the military dictatorship, call these events a *golpe de estado*, the coup d'état of 1964.

In numerous cables to the White House, Ambassador Gordon argued that what happened in Brazil complied perfectly with legal constitutional procedure and totally respected democratic norms. He lobbied hard for President Johnson to recognize the new government, which he did on April 2, legitimizing the *golpe* and placing the U.S. government's seal of approval on this illegal change of power that was implemented with "legal constitutional procedures."

On April 11, the 295 members of Congress elected General Castelo Branco as President of Brazil. This completed the "democratic" transition from a legally elected government to an illegitimate military dictatorship.

Immediately after recognizing the government of Mazzilli, on April 3, President Johnson called leaders of Congress to the White House to convince them that the U.S. government was supporting democracy in Brazil. Democratic Senator Wayne Morse of Oregon left the meeting and declared to the press: “The developments in Brazil did not result from action by a military junta or from a coup by a military junta. Instead, the overthrow of the presidency of Brazil resulted from developments in which the Congress of Brazil, acting under the Constitution of Brazil, was the guiding force, and was reinforced by a military group which backed up the preservation of the Brazilian constitutional system.”

In comments to his fellow Senators later that year, Morse reiterated his conclusions: “Tonight no Senator can cite Brazil as an example of a military dictatorship, because it is not. Self-government on the part of the Brazilian people continues to proceed. If anyone thinks not, let them look at what is happening in Brazil with respect to an exchange of points of view in Parliament, in the press, and in many sources and forces of public opinion.”

A year later, in October 1965, when the military government abolished direct presidential elections, Morse came to a different conclusion. Realizing that the regime’s democratic trappings were for appearances’ sake only, he stated: “News of the seizure of dictatorial power by the Brazilian military junta marks a disastrous reversal for liberty in Latin America. What is even worse is the continuation of American financial backing of such a regime... The semantics from Washington and from the Brazilian cabal, seeking to allay fears for democratic institutions in that great nation, will not fool any but those who want to be fooled.”

Many who fought against the military regime and many others who remember or have studied about its authoritarian rule have argued that the current political maneuvers to oust the democratically elected government of President Dilma Rousseff is *another* coup d’état. You have forcefully argued that “there is a clear respect for democratic institutions and a clear separation of powers” in Brazil today. But is that the case? Are you, like Senator Wayne Morse in 1964, perhaps being fooled by appearances of constitutional procedures and separation of powers in the *impeachment* process when there are no tanks in the streets and no generals heading the government?

How can there have been a democratic procedure in the Chamber of Deputies, when Eduardo Cunha, the president of that body, who entirely controlled that house, was removed from his office a week after the vote to recommend to the Senate *impeachment* proceedings? An appeal had been made to remove him from that position last December for abuse of power, but a member of the Supreme Court sat

on the request until it was clear that Cunha had ensured that the opposition had the necessary two-third vote to favor the *impeachment* of President Rousseff. How many Congresspersons did Cunha and his allies buy or win over with promises to be in the new government? How can a process overseen by a person who had been indicted for money laundering and taking bribes be legitimate?

How is there a separation of powers when members of the Supreme Court make public statements about cases that are under consideration, reveal their political opinions in the media, pre-judge cases that have not yet been tried, and with this influence the public debate and political actors? Moreover, the Supreme Court has been excessively arbitrary in deciding which cases to review, taking six months to issue an injunction against Eduardo Cunha and then making a speeding decision against the appointment of Lula to a post in Rousseff's government. These cases are examples, among many, of a perverse ways in which the judiciary has become enmeshed in politics, rather than remaining separate from it.

How can you say that there have been democratic procedures when agents of the police and justice systems selectively leaked information from the Lava Jato (Car Wash) corruption investigations to create a climate hostile to the government and its allies? Why was it an alleged charge of a misuse of a function for President Rousseff to appoint ex-President Lula as her Chief of Staff because she was supposedly shielding him from corruption investigations, when Interim President Michel Temer has appointed seven people under investigation for corruption to ministerial positions? Isn't he abusing his power in an effort to protect his allies?

Why is President Rousseff being charged with violating the Law of Fiscal Responsibility for *pedaladas*, when Interim President Michel Temer did the *exactly the same thing* when he was acting President during times that Rousseff was out of the country? And what about her predecessors, Presidents Lula and Cardoso, who engaged in similar budgetary actions, to say nothing of at least sixteen Brazilian governors, including Aécio Neves, President Rousseff's rival in the 2014 election.

While you did not mention it in your declarations, you also failed to point out another shortcoming in the current political situation in Brazil, namely, a situation in which there is freedom of the press (and the mass media in general) only for those who own it. Today conservative forces, which control the major newspapers, magazines, and television stations, systematically present partial reporting on events in order to influence public opinion. It is as if Fox News were to control all of the major media outlets in the United States. Fortunately, social media has served as an alternative source of information, but it doesn't have the weight of the mainstream media.

The first week of the new government has revealed a radical new, but actually old, agenda for Brazil that intends to rollback all of the progressive social changes that have taken place over the last thirty years since the end of military rule. Those who were outraged by the fact that Michel Temer did not appoint a single woman or a person of African-descent to ministerial positions were not clamoring for tokenism. That act was not a public relations blunder. It symbolized the intent of a government. Temer blamed his allies for not provided names of women and Afro-Brazilians, in an effort to free himself of responsibility for the appointments. Yet his comments speak loudly about the nature of his allies that brought him to power and the nature of the new “democratic” government. In the first week of his governance, he has already announced that he is going to reduce social rights in the countryside and introduce cutbacks in the social security system, education, and housing, all of which will largely affect the poorest sectors of Brazilian society.

In 1964, the U.S. government was on the wrong side of history. It never apologized to the Brazilian people for supporting a military dictatorship. Now, five decades later, I fear that it is once again endorsing an illegitimate process. Those who don’t learn from history are forced to repeat it.

Respectfully,

James N. Green

Carlos Manuel de Céspedes Chair in Latin American History, Brown University
Director of the Brown-Brazil Initiative

IMPEACHMENT É VITÓRIA DE SISTEMA INÍQUO E DE DIREITA CONSERVADORA

Joana Mortagua¹¹⁶

No meio do degradante espetáculo a que assistimos na madrugada do passado domingo,¹¹⁷ esta declaração de voto resume com honestidade o momento em que o *impeachment* da Presidente do Brasil se revelou como um golpe contra um Governo democraticamente eleito.

Na manhã seguinte os títulos da imprensa internacional traduziram em ridículo a farsa de domingo: “deus e netos dos deputados derrubaram a Presidente do Brasil” foi o resumo feito pela maioria dos jornais como o New York Times ou a Newsweek.

Depois das declarações de voto de 367 deputados a favor do *impeachment* já não é possível branquear o que aconteceu:

Pela esposa Paula, pelo neto Gabriel, pela sobrinha Helena, pela tia que me cuidou quando eu era criança, pelos corretores de seguros do Brasil, pelos evangélicos, pelo petróleo, para acabar com a Central Única dos Trabalhadores e os seus marginais, pela Ditadura Militar de 1964 e em homenagem ao torturador Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff.

Quem em Portugal se prestou ao papel de claque dos golpistas da direita brasileira agora só pode calar-se com vergonha. E percebe-se porquê: Entre deus e o mundo, tudo foi razão para derrubar a presidente do Brasil. Tudo menos o tal crime de responsabilidade que seria a única justificação legal para o *impeachment*.

116 Joana Rodrigues Mortágua (Alvito, 24 de Junho de 1986) é uma deputada portuguesa do partido político português Bloco de Esquerda. Esta é a transcrição da *Declaração Política na Assembleia da República a 21 de abril de 2016* (site: <http://www.esquerda.net/opiniao/brasil-impeachment-e-vitoria-de-sistema-iniquo-e-de-direita-conservadora/42387>).

117 Referência à votação pela admissibilidade do *Impeachment* em trâmite na Câmara dos Deputados do Brasil, dia 17 de abril de 2016.

O debate correu, e dos fundamentos formais do *impeachment* nem sinal. Foram esquecidos até pelos organizadores do golpe como desculpas esfarrapadas que eram. E só podemos esperar que o combate à corrupção não vá pelo mesmo caminho.

Nunca nos ouvirão branquear o pântano de corrupção que domina a política brasileira. Nunca nos ouvirão negar envolvimento de altos responsáveis do PT no Mensalão, no Lava Jato ou noutros escândalos de favorecimento pessoal ou partidário em prejuízo do povo brasileiro. No Brasil, como em Portugal, a corrupção deve ser combatida e os corruptos devem ser sujeitos à justiça mais incompaciente.

Mas não foi isso que aconteceu no domingo. Se assim fosse, todo o sistema político brasileiro teria de ser alvo de *impeachment* por ser feito para favorecer a compra de votos, o financiamento privado de partidos, a troca de favores e a corrupção do poder político.

Se alguma coisa poderia ter evitado o desfecho inconstitucional desta história, era a reforma política e a democratização do sistema político que próprio PT prometeu e falhou em cumprir.

É que, ao contrário de Dilma Rousseff, 60% dos deputados que votaram SIM à sua destituição estão a braços com a justiça. Correu mundo o caso da deputada Raquel Moniz do PSD (brasileiro) que dedicou o seu voto ao marido Ruy Moniz, Prefeito de Montes Claros, exemplo de gestor público de mãos limpas mas que na manhã seguinte foi preso pela Polícia Federal por envolvimento em corrupção.

O argumento da transparência não tem credibilidade na boca dos corruptos. Façamos dos organizadores do Golpe: Michel Temer, atual vice e pretensão sucessor à presidência é suspeito em investigações da Lava Jato.

Já Eduardo Cunha, pai do *impeachment* e Presidente da Câmara de Deputados, é réu no Supremo Tribunal Federal no caso Lava Jato e está em risco de perder o mandato por ter mentido numa Comissão Parlamentar de Inquérito para esconder contas bancárias no estrangeiro.

A verdade é que o processo de cassação do mandato de Eduardo Cunha corre muito mais lento do que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, e veremos se o agradecimento da direita brasileira a Eduardo Cunha não será a amnistia e a impunidade.

No final de 72h de discussão na Câmara de Deputados há uma pergunta que é obrigatória: O *impeachment* resolve algum problema de corrupção? Não. Mas, a confirmar-se, o *impeachment* é a vitória da corrupção.

O *impeachment* é a vitória de um sistema iníquo e de uma direita conservadora que viu uma oportunidade para assaltar o poder.

É verdade que o *impeachment* é um instrumento legal, mas as suas regras estão constitucionalmente previstas. Quando as causas que o justificam são falsas, quando o seu motivo é político e não judicial, quando falham as provas, quando se forjam argumentos, então estamos perante uma farsa, um puro golpe de oportunistas.

Para encobrir o nepotismo e proteger os seus próprios interesses os golpistas não se limitaram a opor-se ao Governo, atiraram à Constituição e, com ela, à democracia. Falta saber se avançam para a revisão da Constituição de 1988, afinal basta que uma maioria de deputados se junte pelos mesmos netos e esposas.

O Bloco de Esquerda não vem hoje a esta Tribuna discutir Governos, Governantes ou as suas opções políticas. Aqui levantamo-nos pela democracia, a par de tantos democratas, para lamentar que no Brasil um Governo democraticamente eleito povo possa cair não pelo voto do povo mas às mãos de um golpe feito em nome de interesses corruptos e corrompidos.

Aqueles que nos acusaram de ingerência por defendermos a democracia em Angola não tiveram pudores em defender o golpe no Brasil. Por isso, e antes que a hipocrisia dos interesses nos perturbe a razão, aqui estamos para lembrar que o papel dos democratas é defender a democracia, seja onde for.

Há poucas semanas, quando o Bloco de Esquerda se pronunciou claramente contra o golpe do *impeachment*, não faltou quem saltasse a terreiro para nos acusar de cumplicidades e encobrimentos.

Como já disse, ninguém espere nunca do Bloco o silêncio e a complacência sobre privilégio e abuso de poder. Mas hoje, depois de tudo o que o mundo viu nas últimas desgraçadas semanas no Brasil, pergunto aos senhores deputados de todas as bancadas e em particular aos deputados das bancadas da direita parlamentar: acham mesmo que é pela democracia e pela transparência que se move a direita golpista do Brasil?

DE GOLPE A GOLPE: 1964-2016. O GOLPE NÃO COMEÇOU HOJE E NUNCA FOI CONTRA A CORRUPÇÃO

João Ricardo Wanderley Dornelles¹¹⁸

O golpismo no Brasil tem sido uma das práticas utilizadas quando as elites oligárquicas não tem mais o controle direto sobre a economia, sobre a política, sobre o aparelho de Estado, sobre a vida e morte das pessoas.

Foi o que ocorreu em 1964, com o golpe empresarial-civil-militar. Está sendo agora, em 2016, com o golpe empresarial-civil-midiático-judicial.

Os atores golpistas de 2016 são os mesmos de 52 anos antes. Uma aliança entre o capital financeiro internacional, os interesses do Departamento de Estado estadunidense, elites oligárquicas brasileiras colonizadas, atrasadas submissas aos interesses do capital hegemônico por Wall Street, meios de comunicação oligopolizados e sob o domínio de poucas famílias, classes médias em histeria absoluta, um Poder Judiciário constituído por uma casta privilegiada, um Supremo Tribunal Federal acovardado.

Em 1964, os golpistas contaram também com as Forças Armadas. Em 2016, o Estado Policial Punitivo, especialmente através da Polícia Federal e de segmentos significativos dos Ministérios Públicos (Federal e estaduais), cumpre bem o papel sujo a eles destinado.

Enfim, dois golpes, dois momentos históricos mas com os mesmos personagens e os mesmos objetivos, encerrar um ciclo governamental com base na soberania nacional, desenvolvimento regional, ampliação de direitos, inclusão social, diminuição da pobreza, respeito aos direitos humanos, reconhecimento da diversidade social e cultural e na construção de um aparato público de bem-estar social.

118 Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio; Coordenador-Geral do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da PUC-Rio; Ex-Membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Escrito em Rio de Janeiro, 18 de junho de 2016.

Se do lado golpista os personagens são os mesmos, do lado democrático, também se verifica uma composição de forças composta pelos que lutam por uma sociedade mais justa, mais solidária, com base nos princípios de direitos humanos, com inclusão social, democracia, fim das práticas e valores discriminatórios, racistas e sexistas. Uma grande diversidade de pessoas, segmentos sociais, classes que almejam a emancipação social, que acreditam que a democracia se constrói nas práticas sociais e políticas do cotidiano, nas ruas e que as instituições devem refletir esta construção social pela base. Aqueles que foram golpeados em 1964, como os que estão sendo golpeados agora, são compostos por esta multidão dos “de baixo”, das classes trabalhadoras, dos moradores de periferia, da gente das favelas, dos trabalhadores sem terra, dos indígenas, da população negra, dos operários das fábricas, dos trabalhadores urbanos, das mulheres, jovens, artistas, dos pequenos camponeses mas também de setores das classes médias que não serão contemplados com as políticas neoliberais de concentração do capital. Enfim, os derrotados pelo golpe de 2016, como foram os de 1964, são a grande maioria da população brasileira, os seus anseios, os seus sonhos, os seus projetos de convivência em uma sociedade mais igual, mais democrática, mais livre, mais justa e, principalmente, mais generosa e solidária. Também fazem parte dos derrotados outros povos, da América Latina, da África, da Europa, da América do Norte, da Ásia e Oceania, amplas majorias que compõem os povos do “Sul Global”, dos excluídos e vulneráveis de todas as partes do mundo.

Portanto, o que se passa no Brasil não interessa apenas aos brasileiros. Interessa aos latino-americanos e a todos os povos do mundo, afinal, aqui se trava uma das mais importantes batalhas do capital internacional contra as forças contra-hegemônicas que se alinham com projetos de um outro mundo possível, construídos não apenas nas experiências de governo, como o ciclo dos governos Lula-Dilma, mas também com base nas amplas discussões dos Fóruns Sociais Mundiais.

Um outro personagem também está presente nos dois golpes. O capital internacional e a sua expressão política através dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

Em 1964, o mundo vivia a guerra fria, a bipolarização entre bloco ocidental e bloco oriental. Naquele momento, o esforço dos Estados Unidos, através de financiamento e apoio político e militar visando a desestabilização do governo Jango foi fundamental para o sucesso dos golpistas.

Em 2016, o mundo não vive mais a conjuntura da guerra fria. Mas vive um conflito que se dá em uma conjuntura de crise do capitalismo global e, neste contexto, uma disputa intensa entre o bloco hegemônico dirigido por Wall Street e o bloco das economias emergentes, os BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia, África do Sul). O Brasil, nesta luta geopolítica, aparece como o elo mais fraco.

Este é o cenário que associa um golpe ao outro. E, como em 1964, o golpe não se deu da noite para o dia. Um longo período de preparação foi necessário para o seu amadurecimento. Os atores golpistas principais já existiam e começaram a sua ação conspiratória no mesmo dia da posse do Presidente Lula, em janeiro de 2003.

O golpe de 2016 se dá como auge de um longo processo que se iniciou ainda nos primeiros momentos do primeiro mandato do Presidente Lula. A partir de 2005, o episódio do mensalão e os julgamentos sem provas e sem base jurídica daqueles anos atingiu parte da cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) e golpeou fortemente o governo. Naqueles anos foram criadas instituições como o Instituto Millenium, com o mesmo papel cumprido pelo IPES nos anos anteriores ao golpe de 1964, a formação de opinião pública, a construção de uma narrativa nas áreas acadêmica, política, da cultura e das artes que combatesse o projeto realizado pelos governos do PT e que criasse no imaginário social a sensação de que o Brasil estava dominado por governantes incompetentes e corruptos e caminhava para o caos. Naqueles anos, no entanto, pouco sucesso teve o movimento golpista, apesar de conseguir prender lideranças importantes do PT, como José Dirceu e José Genoíno. As forças da direita e dos golpistas perderam as eleições de 2006, 2010 e 2014. Os índices de popularidade do Presidente Lula eram altíssimos, os dados da realidade social e econômica do país apontavam para uma situação de estabilidade, de crescimento, de cumprimento de metas sociais, concluído, simbolicamente, com a saída do Brasil do “Mapa da Fome” da FAO.

O ano de 2013 foi o marco da virada e ofensiva do movimento golpista. As chamadas “jornadas de junho de 2013”, no momento em que o desemprego era baixo e o crescimento se dava de forma contínua, foi o sinal para que as forças conservadoras passassem a disputar as ruas e construísse uma narrativa política de luta contra “tudo o que está aí”, indicando uma expressão de despolitização preocupante que abriu caminho para que as forças mais reacionárias, algumas com traços fascistas, passassem a ocupar a cena política. Posteriormente revelou-se que parte desses movimentos, como também ocorreu nas manifestações da chamada “Primavera Árabe” e na “Revolta dos Guarda-Chuvas”, na China, foram financiados por grandes corporações econômicas dos Estados Unidos, onde se destaca o papel dos irmãos Charles e David Koch, magnatas do setor do petróleo que financiam no mundo todo organizações de direita, como o “Students for Liberty” (Estudantes pela Liberdade) e o Movimento Brasil Livre (MBL).¹¹⁹

119 Os irmãos Charles e David Koch são os maiores financiadores da extrema-direita nos Estados Unidos, como o Tea Party. Possibilitaram a criação de *think-tanks* como o Cato Institute. Nos anos de 1950 e

Aqui entra outra variável do golpe, ligada à crise do capital internacional e ao conflito geopolítico de recomposição do capitalismo sob hegemonia estadunidense. A variável do petróleo e das fontes energéticas e riquezas naturais. Nos anos de 2007 e 2008 o Brasil anunciou ao mundo a descoberta de um imenso campo petrolífero em uma região do pré-sal em águas profundas. Foram descobertas reservas de petróleo e gás natural que ultrapassam 50 bilhões de barris, ou o equivalente à mais de 17 trilhões de dólares (curiosamente o mesmo valor da dívida dos Estados Unidos). E a Petrobrás sempre foi uma das únicas empresas de energia com conhecimento e tecnologia para a exploração em águas profundas. Em 2007, o Presidente Lula estabeleceu o monopólio parcial da Petrobrás sobre petróleo brasileiro, orientando os seus lucros para os programas sociais do governo, em especial na educação e saúde. Exatamente nesse momento a Petrobrás estabeleceu parcerias com empresas petroleiras estatais da China e da Índia.¹²⁰ O Brasil entrou na rota de disputa internacional. O golpe ganhava um impulso a mais, no contexto da crise global do capital, a partir de 2008.

Com este novo quadro, as grandes petroleiras Chevron, Shell e ExxonMobil passaram a ter interesse direto nas reservas recém descobertas. Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado e a Energy Information Agency – EIA (Agência de Informação de Energia – AIE) passaram a formar seu lobby com funcionários, jornalistas, políticos e empresários brasileiros no sentido dos interesses das empresas estadunidenses.

Em 2010, o Wikileaks revelou telegramas diplomáticos secretos dos Estados Unidos preocupados com a presença de empresas estatais chinesas nas parcerias com a Petrobrás. Também no ano de 2010 o processo eleitoral de sucessão do Presidente Lula indicou, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff como sua candidata. O partido da oposição neoliberal, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), indicou José Serra, que sempre apoiou a privatização da Petrobrás e que é o porta-voz dos interesses das grandes petroleiras dos Estados Unidos. Através de documentos do Wikileaks são reveladas conversas entre José Serra com o lobby internacional do Petróleo. Com a derrota de Serra, assume a presidência Dilma Rousseff e mantém-se a Petrobrás como única operadora dos campos de petróleo no Brasil, com seus rendimentos voltados para os programas sociais, em especial para educação.

1960, seu pai financiava organizações anticomunistas e era radicalmente contrário a luta pelos direitos civis.

120 Reportagem do jornalista indiano Shobhan Saxena, no The Wire, em março de 2016, dá conta do processo que levou a parcerias entre a Petrobrás e as petroleiras indianas ONGC e Bharat Petroleum, como também com a chinesa Sinopec.

No ano de 2013 entra em cena a NSA (Agência de Segurança dos Estados Unidos da América). Em junho daquele ano, Edward Snowden, funcionário e administrador de sistemas da NSA, fugiu para Hong Kong com uma grande quantidade de documentos sigilosos. Tais documentos davam conta de como o governo estadunidense espionava políticos, governos, empresas, movimentos sociais em todo o planeta. O Brasil, a presidenta Dilma e a Petrobrás apareciam de forma destacada entre os alvos da espionagem da NSA. Logo após apareciam informações sobre a China, Rússia e Índia. Quatro países que compõem a cúpula dos BRICS. As denúncias apontam que o telefone oficial, o celular pessoal e os e-mails da presidenta estavam sendo monitorados pela NSA. Imediatamente o governo brasileiro denunciou a espionagem no mundo inteiro, inclusive na ONU, deixando claro que a mesma era feita pelo interesse dos Estados Unidos no petróleo e gás do Brasil.

A mesma espionagem atingiu também a Petrobrás, sendo os Estados Unidos acusados de roubar informações sobre as jazidas petrolíferas visando colocar as grandes corporações estadunidenses em posição privilegiada nos leilões marcados. As informações e segredos sobre os seus ativos já estavam sob domínio da NSA, portanto do governo dos Estados Unidos e das grandes empresas petrolíferas estadunidenses. Neste mesmo momento começou o bombardeio da grande mídia internacional e nacional sobre “dificuldades”, “má-gestão” e “irregularidades” na Petrobrás. Era o início da propaganda de desprestígio e desmonte da imagem da maior empresa brasileira.

Ao mesmo tempo era preparada a ofensiva no campo judicial.

Através de informações do Wikileaks, sabe-se que em outubro de 2009 o Departamento de Estado dos Estados Unidos realizou, no Rio de Janeiro, o seminário de cooperação chamado “Projeto Pontes: construindo pontes para a aplicação da lei no Brasil”, com a presença de membros “escolhidos a dedo” da Polícia Federal, do Poder Judiciário, do Ministério Público brasileiros, juntamente com autoridades estadunidenses. O objetivo do evento era o treinamento bilateral para aplicação da legislação no combate ao terrorismo. O evento contou com participantes do Brasil, Estados Unidos, México, Panamá, Argentina, Costa Rica, Uruguai e Paraguai. A maior delegação era de brasileiros e a escolha do país para a sua realização também era significativa. Dentre os participantes encontrava-se o juiz federal Sérgio Moro e membros do Ministério Público Federal que, posteriormente, se destacaram na chamada “Operação Lava Jato”. O golpe seguia no seu processo de preparação e na configuração da sua natureza judicial com o treinamento e adestramento de quadros do judiciário e da polícia federal para “técnicas de interrogatório, confisco de bens, métodos para extrair provas, negociação de delações, como lidar com organizações não-governamentais (ONGs) suspeitas serem usadas para financiamento ilícito etc” (Informe final do Seminário).

Assim, a formação dos quadros do golpe, no âmbito do Poder Judiciário se completa com a atuação do próprio Supremo Tribunal Federal (STF) e da Procuradoria Geral da República (PGR), na figura do seu Procurador Geral, Rodrigo Janot.

A outra frente das forças golpistas se encontra no âmbito dos meios de comunicação, tendo à frente as Organizações Globo, cujo desenvolvimento que a tornou um conglomerado gigantesco e poderoso, vem do envolvimento no golpe de 1964. A frente golpista da mídia hegemônica conta também com órgãos como a VEJA, grupos empresariais, como Rede Bandeirantes, entre outros. Cumprem o papel de formadores de opinião pública, desinformação e distorção da realidade, além de capacidade de mobilização social pró-golpe.

Assim, as forças golpistas, articulando a FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), o grande capital financeiro, os meios de comunicação hegemônicos, os partidos políticos de orientação neoliberal, setores significativos do Poder Judiciário, da Polícia Federal, as classes rentistas e mobilizando a ampla maioria das classes médias, conseguem o seu intento em dois momentos: na votação realizada na Câmara dos Deputados, em 17 de abril, sob os olhares atônitos e perplexos de todo o mundo e, posteriormente, no Senado Federal, na madrugada de 11 para 12 de maio, concluindo com o afastamento da Presidenta eleita Dilma Rousseff.

O processo de golpe seguiu o clássico caminho de mobilizar população das classes médias com a ideia de uma cruzada contra a corrupção e pela moralidade, de construir um clima de caos, de iniciar um boicote na economia. E para levar adiante este projeto golpista, a operação “Lava Jato” cumpriu um papel exemplar. No pretense combate à corrupção atacou grandes empresas brasileiras na área da engenharia, além de fragilizar a posição da Petrobrás no mercado internacional. Uma coisa é efetuar acusações contra dirigentes destas grandes empresas brasileiras, outra coisa é inviabilizar a própria empresa. E aqui o adestramento pelos estadunidenses de juizes como Sérgio Moro, membros do Ministério Público Federal (MPF) e agentes da Polícia Federal foi fundamental, pois forjou os instrumentos não apenas para “combater” seletivamente a corrupção como desmontar o aparato empresarial que servia de base para o modelo de desenvolvimento e as grandes obras de infraestrutura do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Dilma. Com certeza o mercado internacional e as grandes empreiteiras da China e dos Estados Unidos, como a Halliburton, estariam à postos para ocupar o lugar das grandes empresas nacionais. Estava claro o processo de desmonte da economia brasileira e a preparação para um futuro processo de sua desnacionalização. Ao mesmo tempo a chamada “República de Curitiba”, sob comando do juiz Sérgio Moro e membros do MPF do Paraná, em um dos desdobramentos da operação “Lava Jato” que atingiu a Eletrobrás, atingiu

também outros projetos estratégicos, como o desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro, com a prisão do Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, chamado de “pai do programa nuclear brasileiro”.

Ninguém consegue imaginar investigações contra dirigentes de grandes empresas estratégicas dos Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, Rússia ou China onde, além prisão dos acusados, fosse admissível a inviabilização das suas atividades econômicas. No Brasil, prendeu-se os acusados e os negócios das empresas também foram afetados. O resultado é óbvio, a paralização de projetos em andamento, a suspensão das atividades produtivas, a fragilização das grandes empresas brasileiras, o desemprego em massa, com consequências que se estendem por toda a cadeia do processo produtivo, atingindo em cheio toda a economia nacional.

O governo interino de Temer toma posse com apoio da mídia corporativa, dos partidos de direita, do capital nacional e internacional. E é apresentado um novo ministério, formado de homens brancos, muitos com acusação formal de envolvimento em crimes de diversas naturezas, além de corrupção. São extintos os ministérios da área dos direitos humanos, da igualdade racial, dos direitos das mulheres, da cultura, da ciência e tecnologia.

Em menos de um mês do governo ilegítimo de Temer, diversos programas sociais e de desenvolvimento foram suspensos, apontando para um ajuste com base em um forte arrocho contra os trabalhadores, atingindo diretamente os mecanismos de proteção social e programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, “Bolsa Família”, “FIES” etc. Por outro lado, começam as exonerações de funcionários, um processo de “despetização” do aparelho de Estado e de toda a sociedade através de uma versão tropical do macarthismo que atinge diretamente o conjunto das esquerdas (não apenas o PT) e os movimentos sociais.

No âmbito internacional, o Itamaraty, sob comando de José Serra, representante das grandes petroleiras internacionais, exonera diplomatas que se posicionaram pela legalidade democrática. Também retira o apoio brasileiro na ONU para a criação do Estado Palestino, ataca as articulações do Mercosul e busca a volta de um alinhamento automático aos Estados Unidos.

Uma nova etapa de luta se inicia e mobiliza as forças democráticas e populares sob a consigna do “Fora Temer”, “Fora Globo”, “Fora PMDB-PSDB”.

Enfim, o golpe de 2016, como o de 1964, representa um golpe que tem definição de classe, dos “de cima” contra os “de baixo”, um golpe empresarial, um golpe financiado pelo grande capital financeiro sob hegemonia de Wall Street.

Algumas observações são significativas na caracterização do golpe de 2016. A embaixadora estadunidense no Brasil até o início de junho de 2016, Liliane Ayalde, foi

a embaixadora dos Estados Unidos em Honduras até 2008, pouco antes de se consumir o golpe contra o Presidente Manuel Zelaya, em 2009. Com o golpe encaminhado em Honduras, foi transferida para o Paraguai, onde esteve à frente da Embaixada dos Estados Unidos em Assunção até pouco antes do golpe parlamentar contra o Presidente Fernando Lugo, em 2012.

Documentos vazados pelo Wikileaks revelaram mensagens trocadas entre a embaixadora e o Departamento de Estado onde ela expressa suas ressalvas em relação ao governo Lugo e sobre o “apoio” de milhões de dólares investidos pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) em empresas paraguaias e organizações não governamentais.

Consumado o golpe no Paraguai assume a Embaixada do seu país em Brasília.

Coincidências? Teoria da Conspiração? A sorte que temos é que as ações de conspirações engendradas pelos estadunidenses sempre são tão previsíveis que não é preciso muita elucubração para a sua compreensão. Talvez o Departamento de Estado se sinta tão à vontade para agir impunemente que nem se preocupe em manter as aparências.

A chegada da Senhora Liliane Ayalde em terras brasileiras se dá logo após o início da manifestações “contra tudo o que está aí”, em junho-julho de 2013. Ela assume a embaixada no dia 10. de agosto daquele ano.

A novidade é que consumado afastamento da Presidenta Dilma, a embaixadora Liliane Ayalde é substituída por um novo embaixador, Peter McKinley, que antes servia no Afeganistão. O Itamaraty, agora sob o comando do golpista José Serra (PSDB), aceitou o nome sem pestanejar no dia 25 de maio de 2016.

Algumas curiosidades, não coincidências, sobre o Senhor McKinley. Antes de servir como embaixador no Afeganistão, a partir de 2015, esteve na Colômbia e Peru. É considerado o diplomata responsável pela articulação dos tratados de livre-comércio entre os vizinhos sul-americanos e os Estados Unidos. Além de especialista em livre-comércio, o embaixador é um expert em conflitos internos. Talvez a Senhora Ayalde seja especialista em golpes. Na Colômbia e Peru a sua embaixada também foi ponta de lança das políticas de guerra antidrogas levadas à cabo pela DEA (Drug Enforcement Administration).

Possivelmente a chegada do embaixador Peter McKinley não seja apenas uma troca de quadros diplomáticos do governo dos Estados Unidos. Nada como a previsibilidade estadunidense. A América Latina está sob ataque na luta geopolítica e econômica global. A eleição de Macri na Argentina mudou os rumos do país vizinho no sentido da debilitação do Mercosul e da reconfiguração no campo dos interesses econômicos do capital financeiro global e das necessidades geopolíticas de um outro

realinhamento da América do Sul sob o comando dos Estados Unidos. Agora, após a passagem de Obama por Buenos Aires, é anunciada a possível construção de bases dos Estados Unidos em território argentino. Busca-se desmontar o Mercosul (ou coloca-lo à serviço das políticas de livre-comércio) e desmontar a articulação que levou ao multilateralismo e à formação do bloco dos BRICS.

Segundo o jornalista Pepe Escobar, citado no artigo de Tereza Cruvinel “Anatomia do golpe: as pegadas americanas” (www.brasil247.com/pt/blog/terezacruvinel/234933/Anatomia-do-golpe-as-pegadas-americanas.htm), “o golpe em curso no Brasil é sofisticada operação político-financeira-jurídico-midiática, tipo guerra híbrida. E será muito difícil deslindá-la”.

Como sugere o título do artigo de Tereza Cruvinel, as pegadas, as digitais, enfim, todos indícios do envolvimento do governo dos Estados Unidos estão presentes no golpe de 2016. Nenhuma novidade, já o fizeram em 1964. Em 18 de abril de 2016, no dia seguinte da vergonhosa votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, o senador Aloysio Nunes (PSDB), candidato à Vice-Presidente na chapa derrotada de Aécio Neves em 2014, viajou para Washington para reuniões previamente agendadas com autoridades do governo dos Estados Unidos, incluindo Thomas Shannon, do Departamento de Estado. Shannon, simplesmente, é o número três no Departamento de Estado para assuntos da América Latina e é o responsável para encaminhar junto ao Secretário de Estado John Kerry todos os procedimentos que os Estados Unidos devem adotar no caso de afastamento definitivo da Presidenta Dilma. Outra curiosidade também revelada através dos documentos vazados sobre o golpe de Honduras, o nome de Thomas Shannon aparece envolvido, como também foi um dos funcionários de alto escalão do Departamento de Estado envolvidos no frustrado golpe de abril de 2002 contra Hugo Chavez, na Venezuela. Na época do golpe contra Lugo, no Paraguai, Shannon era o embaixador no Brasil.

Não apenas os indícios, mas documentos e fatos revelam a natureza do golpe de 2016 no Brasil. Jamais foi uma ação contra a corrupção, jamais foi apenas um capítulo da luta política interna. Todos os fatos e provas indicam a natureza de classe, de interesses geopolíticos e da reconfiguração do capitalismo internacional na essência do golpe.

Como disse Boaventura de Sousa Santos, “estamos envolvidos em uma luta não só nacional, mas internacional, dada a importância do Brasil e, portanto, devemos juntar todos os esforços e ter alguma clareza sobre o momento difícil que estamos enfrentando. (...) Sérgio Moro foi considerado um dos líderes mais influentes do mundo pela Time, que atua com a Globo. Ou seja, o imperialismo norte-americano perfeitamente organizado para criar uma nova liderança política no Brasil”.

Assim, o golpe tem a participação direta dos Estados Unidos, tanto no financiamento por grupos empresariais da área do petróleo, como os Koch Brothers, como pelo interesse do governo Obama em destruir a experiência dos BRICS, assumida pelo governo golpista ilegítimo de Temer pelo seu Ministro das Relações Exteriores, José Serra, agente dos interesses das grandes petroleiras internacionais.

Como em 1964, o golpe de 2016 não foi contra a corrupção.

A FLECHA / THE ARROW

Johnny Lorenz

A flecha é arma antiga.
Oxóssi, majestoso caçador,
caça com uma flecha.
Uma flecha só,
porque não erra.
Eu, com essas minhas muitas palavras,
erro sempre:
não alcanço o alvo,
as palavras
não me obedecem.

The arrow is ancient.
Saint Sebastian was tied to a tree
and shot through with arrows.
And did not die.
When I write, I study precision
by being imprecise.
I'm the Roman soldier
who lets his single arrow fly
and misses the mark.

Gostaria que a palavra fosse flecha,
mas ela se transforma em nuvem,
vira espuma,
sonho, miragem:
a palavra *lei* de repente não é legal,

a palavra *corrupção* já é corrupta,
a palavra *família* virou mandinga
contra qualquer ameaça inventada,
a palavra *Deus* tem perdido toda a luz que tinha,
a palavra *Brilhante* está escrita com sangue,
lá no pé do monumento nacional.
A palavra *comunismo* é só palavrão
atirado pelos não-leitores de Marx.

They've been asking me:
What's going on in Brazil?!
The finch that departs
arrives a finch.
The arrow at rest
is the same arrow whistling.
But my words change on me
even as they sleep in my quiver.
The word *communist* is just an insult
tossed about by people
who've never read Marx.
The word *family* is a spell
against any invented threat.
There isn't any parrot
on the *parrot's perch*.
The *telephone* was ringing
but no one was calling.
They say *waterboarding*,
but the victim says: *I'm drowning*.
Freedom is *capitalism*, and *capitalism*
is *natural*, the way a crocodile is natural
as it quietly watches the children playing
on the bank of the river.
I want to be sincere
even when I'm being ironic.
I want to be sincere
even when I'm telling the truth.

Ler também é um exército,
recortar é viver.

E o *pau de arara*
não tem pássaro nenhum,
e o *telefone* tocou
mas ninguém estava chamando.
Estou falando para ninguém,
que é todo mundo.
Estou tentando traduzir um silêncio
que existe dentro de mim.
Quero ser sincero mesmo na ironia,
quero ser sincero mesmo na mentira.

I'm the son of Brazilian immigrants.
I write from the center of the empire.
I became lost in the labyrinth of words;
I was even more lost when I got out.

Sou da america do norte,
sou filho da sorte:
escrevo do centro do império,
sou filho de imigrantes,
sou filho da roda de chimarrão,
sou filho da Globo Internacional,
e da saudade, e da amnesia:
sou filho dos anos de chumbo.
Dos anos de Xuxa em vez de Oxúm
e do camarão ensopadinho com chuchu.
Me perdi no labirinto das palavras,
me perdi mais ainda quando saí do labirinto.

Estou procurando uma terceira margem
que não é a raiva,
nem a raiva dessa raiva desmedida.
Uma terceira margem
que não é a indiferença,

que não é a violência dos homens.
Mas entendo que a linguagem
já é uma violência.

I'm looking for a third bank of the river
that isn't hatred
or the hatred for this immoderate hatred.
A third bank
that is not indifference
and not the violence of men.
But I understand language itself
to be a violence.

O cuspe não é flecha,
e a flecha não é bala,
e bala não gosta de ficar sozinha:
onde tem uma,
tem mais vinte.
Bala não empoleira-se,
dorme na rua do corpo.

Spit isn't an arrow,
and an arrow isn't a bullet,
and a bullet doesn't like to be alone:
where there is one,
there are twenty more.
Bullets do not perch;
they fall asleep in the street of the flesh.

Existem uns que cospem
nas ofensas mais brutais
porque a linguagem não permite contra-ataque:
veado não tem resposta,
e quem *não merece ser estuprada*
não encontra a palavra que serve
para a vingança.
Tem piada que não alcança a risada.

Son of a bitch ou *filho da puta* -
ele é o inocente, afinal;
a mãe é sempre a culpada.

There are those who spit
on the most brutal insults
because language doesn't allow a counter-attack:
faggot has no counter-attack;
someone who "doesn't deserve to be raped"
can't find the word that will serve as vengeance.
Some jokes never reach laughter.
Son of a bitch or *filho da puta* -
he's innocent, in the end;
the mother's always the guilty one.

Mais fácil gritar do que conversar;
mais fácil ofender do que escutar.

It's easier to yell than to converse;
it's easier to offend than to listen.

A história de uma nação
está escrita nas paginas do mar,
na pele de um corpo.
Eu tinha 19 anos,
fiquei três anos na cadeia
e fui barbaramente torturada, senador.
E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade
para interrogadores
compromete a vida dos seus iguais....
Eu me orgulho muito de ter mentido, senador.
Porque mentir na tortura não é fácil.
Na tortura, quem tem coragem e dignidade
fala mentira.

The history of a nation
is written on the pages of the sea,
on the flesh.
*I was 19 years old,
I spent three years in prison
and was savagely tortured, senator.
And whoever dares to say the truth
to interrogators
puts at risk the lives of her comrades...
I take pride in having lied, senator.
Because to lie while being tortured isn't easy.
Under torture, the ones
who are courageous and have dignity
are the ones who lie.*
When Dilma was being tortured as a teenager
for standing up to the thugs
running the country,
what were her current political enemies
doing for the people?

Escute: não conheço a coragem,
sou honesto
porque não arrisco nada em ser honesto.
Pois quando está sempre fácil,
um sujeito acaba sendo honesto.

Mais ou menos.
O sabiá é mais honesto
que uma pessoa:
ele canta sem palavras.

Listen: I don't know courage;
I'm honest
because I risk nothing in being honest.
Because when things are always easy,
a person ends up being honest.

More or less.
The thrush in the palm tree
is more honest than a person:
it sings without words.

Então, eles têm me perguntado:
What's going on in Brazil?!
Vi a efígie da presidente enforcada,
vi a efígie da presidente vestida de prisão,
vestida de dor.
Vi o adesivo da presidente penetrada
pela bomba de gasolina.
Vi um novo governo festejando, vitorioso,
vi um novo começo,
vi um retrocesso,
vi um governo sem mulheres e sem negros,
vi um novo governo marchando.
Cada um com a sua bengala retorcida.
Eles têm me perguntado:
what's going on in Brazil?!
O que vou dizer?
As minhas palavras erram sempre,
as minhas palavras nem são minhas.

So they've been asking me:
What's going on in Brazil?!
I saw the effigy of the president hanged,
I saw the effigy of the president
dressed in prison, dressed in pain.
I saw the adhesive of the president:
she was being penetrated by a gas nozzle.
I saw a new government celebrating, victorious;
I saw a new beginning;
I saw a regression;
I saw a new government without women,
without black people;
I saw a new government on the march,

each one of them leaning on a twisted cane.
They've been asking me:
What's going on in Brazil?!
But my words miss the mark,
my words are not even mine.

Mas eles têm me perguntado:
what's going on in Brazil?!
Ódio, muito ódio.
Ou: é a saudade dos anos de chumbo,
ou: batem panelas mas não fazem samba,
ou: é a romantização da pobreza,
ou: é o sonho acorrentado;
a onça e seu travesseiro de sangue.

Ou: não confie em mim, não sei de nada.
O Facebook é muito promíscuo.
Todo mundo virou *expert*.
O jornal é feito de manchetes.
Para ler uma árvore tem que matá-la;
os aneis escuros dizem: tempo, tempo.
O vento é intraduzível.

But they've been asking me:
what's going on in Brazil?!
Hatred, so much hatred.
Or: the backlash of the right;
or: a longing for the years of lead;
or: the naturalization of inequality;
or: they beat their pans but don't make samba;
or: the outrage of the grammarians;
or: the jaguar's dreaming on a pillow of blood,
or: don't trust me, I know nothing.
Facebook is promiscuous.
Everyone's an expert.
Newspapers are made of headlines.
I don't know how to read

the calligraphy of water.
The pages turn by themselves.
At night, the silences are more visible.
The wind cannot be translated.

Johnny Lorenz, norte americano e filho de imigrantes brasileiros, é professor no departamento de inglês na Universidade Estadual de Montclair, EUA. Recebeu uma bolsa Fulbright para fazer pesquisa no Brasil, e ele tem publicado artigos literários, traduções e poemas. Traduziu para inglês o romance *Um sopro de vida* de Clarice Lispector (New Directions).

Johnny Lorenz, son of Brazilian immigrants to the US, is a professor in the English Department at Montclair State University. He received a Fulbright to do literary research in Brazil, and he has published a variety of articles, translations and poems. He translated Clarice Lispector's novel *A Breath of Life* (New Directions).

¿POR QUÉ SE TUMBA AL GOBIERNO DEL PT CON UN “GOLPE PARLAMENTARIO”?

José A. Zamora¹²¹

El mundo contempla atónito la situación en Brasil. El PT pasa por la crisis más aguda de toda su historia. Algo difícilmente predecible al final del período de gobierno del presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dejó el cargo con un grado de popularidad del 86%. Ahora millones de brasileños ocupan las calles en protesta contra la presidenta Dilma Rousseff, el expresidente Lula y el PT. Unas manifestaciones a las que se une una campaña de acoso tanto mediático como judicial, que más se asemeja a una “caza de brujas”, tanto por los métodos empleados como por la intensidad del odio con el que se lleva a cabo.

La suspensión en el cargo de presidenta de la Dilma Rousseff es un espectáculo grotesco o, como dicen sus críticos, un “golpe de estado parlamentario”, llevado a cabo bajo la débil excusa de haber maquillado las cuentas del Estado, algo por cierto bastante corriente en un sinnúmero de países, también en aquellos que gozan de una reputación democrática no cuestionada. Realmente nadie termina de creerse, ni dentro ni fuera de Brasil, que los 367 diputados que votaron contra ella, lo hayan hecho llevados por un impulso de acabar con la corrupción y de iniciar una nueva etapa de regeneración política. Sobre todo si tenemos en cuenta que buena parte de ellos están inmersos en procesos judiciales a causa de la corrupción. Aunque en honor a la verdad, tampoco se puede ocultar que es con esos mismos diputados corruptos con los que han venido pactando tanto el expresidente Lula como la presidenta Rousseff durante todo el período de gobierno del PT. ¿Qué está ocurriendo verdaderamente?

Lo que se está produciendo es, a todas luces, un “golpe de estado parlamentario” con colaboración sincronizada de las viejas élites de la política, de ciertos grupos mediáticos (especialmente Globo), de los periódicos y las revistas de mayor tirada, así como de una parte del empresariado y de la justicia. Hasta el Supremo Tribunal

121 Instituto de Filosofía (CSIC)/Madrid.

Federal ha ratificado el procedimiento contra Rousseff. Este golpe de opereta representa un primer paso de un retroceso de consecuencias nefastas para Brasil y para toda Latinoamérica.

Los sectores implicados en la operación desean arrancar el resto de poder que le queda al PT y relegarlo a la insignificancia, dado que en realidad nunca han perdido aquellas cuotas más decisivas del poder económico, político, mediático y judicial que se remontan, al menos, hasta el tiempo de la dictadura. Poder, por cierto, que el PT y sus presidentes -Lula y Rousseff- prácticamente dejó intacto en los 13 años de ejercicio del gobierno. Es bien conocido que Lula probablemente no hubiera llegado a presidente sin realizar algunas concesiones previas a los sectores que están implicados en la operación de acoso y derribo en marcha. Esas concesiones y una política económica que no se alejó nunca de las sendas convencionales y ortodoxas fue entendida como la condición de posibilidad de la puesta en marcha de programas sociales y de lucha contra la pobreza extrema. Se confió en el crecimiento económico y en el aumento del consumo como vía principal de transformación y mejora social, pero lo que verdaderamente permitió llevar a cabo los programas sociales y de lucha contra la pobreza extrema fue el boom de las materias primas, no una transformación sustancial de las estructuras sociales y de la distribución de la riqueza nacional. Y donde antes había un boom, ahora hay un desplome. Aquello que permitió a Lula recuperar la popularidad tras los primeros escándalos, sobre todo entre las capas más pobres de la población, cuando las clases medias que habían apoyado al PT le empezaban a dar la espalda, hoy ya no está a disposición de Rousseff. Lo único que ella parece poder ofrecer a las capas más pobres de la población es un programa de recortes como el que aplican los gobiernos conservadores en casi todo el mundo para hacer frente a la recesión y a la falta de ingresos del Estado.

La última victoria electoral de Dilma Rousseff contra el candidato conservador Aécio Neves (PSDB) y la ex-Verde Marina Silva en octubre de 2014 dio paso a una política económica de marcado carácter neoliberal que contrastaba con las promesas de la campaña electoral. En realidad, la presidenta solo había mantenido unas políticas nekeynesianas en los dos primeros años de su primer período presidencial. El curso neoliberal de su segundo mandato, representado en la figura de su ministro de finanzas Joaquim Levy, sellaba la incapacidad de los gobiernos de Lula y Rousseff para aprovechar la bonanza económica propiciada por el boom de las materias primas para reducir la gran dependencia de la exportación, llevar a cabo un profundo cambio de las estructuras productivas y ordenar la planificación de las infraestructuras a la realización de ese cambio. Al contrario, se favorecieron los grandes eventos como el Mundial de fútbol o las Olimpiadas, los mega-proyectos faraónicos en los que se

enterraban sumas astronómicas de dinero, proyectos que favorecían claramente los vínculos entre la clase política y las grandes empresas constructoras, una conocida y probada fuente de corrupción. Cuando las protestas de 2013 al menos ponían el dedo en la llaga del contraste entre esas prioridades y las insuficiencias estructurales de los sistemas educativo y sanitario, también en la llaga de la corrupción, no se produjo un giro a la izquierda. Frente a la alianza natural de PT con los movimiento sociales se favoreció el tacticismo parlamentario y la política de pactos con el PMDB. De modo retrospectivo podría decirse que las protestas de 2013 señalaron el camino a la movilización de la derecha para ganar la hegemonía en las calles. Pero mientras que las protestas con una orientación de izquierdas no lograron una articulación política propia ni consiguieron cambiar el curso pragmático del PT, sin embargo, las movilizaciones de la derecha si han conseguido articularse en torno al objetivo político de echar al PT del gobierno.

Los escándalos relacionados con la corrupción no son nuevos, han acompañado la vida política brasileña de modo continuado. El hecho de que el PT y su líderes más importantes estén involucrados en ellos, desde que en 2005 se descubriera el pago de sobornos a los parlamentarios conservadores por José Dirceu (mensalão) hasta los escándalos más recientes en torno a la empresa paraestatal Petrobras (Lava Jato) o los macroproyectos como el de presa de Belo Monte, genera una decepción de hondo calado, que desmoviliza a las fuerzas sociales de la izquierda que pueden ser decisivas en la confrontación en torno al futuro de Brasil. La denuncia que el propio Lula realizaba en 1993: “en el Congreso se sienta una mayoría de 300 estafadores que solo representan sus propios intereses”, dejó paso tras la primera victoria electoral al politiquero de la negociación con esos estafadores para mantener el poder, negociación que pasaba naturalmente por dar cumplimiento a dichos intereses. El PT nunca acometió un reforma en profundidad del sistema político y de la financiación de los partidos y las campaña electorales. A nadie extraña en Brasil hoy que políticos como Michel Temer o Eduardo Cunha cambiaran sus alianzas y se pasasen al bando que promueve la operación de acoso y derribo a Rousseff comandada en la sombra por el ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Era solo una cuestión de oportunidad. De lo que se trata es de conservar un sistema político que no ha sufrido cambios sustantivos desde la dictadura militar y que ha favorecido la reproducción de una clase política claramente volcada en alimentar sus intereses personales en alianza con las élites económicas, mediáticas y judiciales del país. El objetivo de la esta alianza de derechas es tomar las riendas de la política del país para garantizar un curso neoliberal de la política económica, de la que se sienten legítimos representantes. El PT se encuentra atrapado en un callejón sin salida por un doble motivo: por las políticas de pactos

practicadas hasta aquí y, sobre todo, porque no parece capaz de ofrecer una política económica alternativa en un momento de fuerte recesión y de crisis. Que en este contexto incluso los diputados del sector más reaccionario de la política, los llamados boi, biblia e bala, saquen provecho para sus objetivos ultraconservadores, no hace sino añadir un elemento más a lo que parece configurarse como una “tormenta perfecta”.

No solo estamos ante la amenaza de una marcha atrás en las conquistas sociales de los 13 años de gobiernos del PT, sino ante el final de un ciclo en importantes países de Latinoamérica que parecían representar una posibilidad de políticas de izquierdas en un mundo globalizado dominado por políticas neoliberales. Todo parece indicar que se ha perdido una oportunidad y que en esa pérdida tienen responsabilidad los propios gobiernos de izquierda. El descrédito del concepto y el proyecto político que representa el socialismo será una pesada carga en los intentos de recomponer y movilizar los movimientos sociales de la izquierda en Latinoamérica. Lula, Rousseff y el PT no sólo prescindieron de ese concepto y de ese proyecto, ni siquiera pudieron materializar un proyecto coherente de reformas para Brasil, más allá de la idea de progreso y crecimiento. Tampoco han podido hacer frente, de momento, al golpe de fuerza protagonizado por la alianza de las viejas élites (conservadoras), de la que forman parte, junto a la mayoría reaccionaria en el congreso, una parte importante del empresariado y las finanzas, los grandes grupos mediáticos y un sector relevante del aparato judicial. Sin embargo, el camino que ha conducido a esta derrota lo han abierto ellos mismos a través de sus propios fallos estratégicos.

O TRIBUNAL INTERNACIONAL PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

José Carlos Moreira da Silva Filho¹²²

Por mais frágeis que os movimentos de resistência política possam parecer, eles sempre estão alimentados pela memória e pelos sonhos daqueles que no passado tiveram a coragem e a ousadia de nadarem contra a maré, de afirmarem as liberdades públicas, o respeito à diversidade e à pluralidade e os projetos de sociedades mais justas, igualitárias e fraternas.

O Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil, ocorrido nos dias 19 e 20 de julho de 2016 no Teatro Casagrande em pleno Leblon, alimenta-se da memória dos célebres Tribunais Russell. O primeiro deles foi instalado em 1966 a partir de uma iniciativa do Nobel da Paz Bertrand Russell e do filósofo Jean Paul Sartre que reunindo um invejável time de intelectuais e notáveis do mundo todo colocou a Guerra do Vietnã e os crimes internacionais praticados pelos Estados Unidos da América no banco dos réus.

Quase uma década depois, nos anos de 1974, 1975 e 1976, por iniciativa e protagonismo dos exilados brasileiros e chilenos e do humanista italiano Lelio Basso, que também havia participado ativamente do primeiro Tribunal Russell, aconteceram em Roma e em Bruxelas os Tribunais Russell II para a América Latina, que com a presidência de Jean Paul Sartre e a participação de um outro igualmente invejável time de jurados, colocou as ditaduras latino-americanas no seu devido lugar: o banco dos réus¹²³.

Tais tribunais integram um tipo de evento internacional chamado de “Tribunais de Opinião”, que atuam à margem da institucionalidade, organizados e realizados

122 Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS e Vice-Presidente da Comissão de Anistia do Brasil.

123 A editora da Universidade Federal da Paraíba em parceria com a Comissão de Anistia traduziu e publicou em 2014 os três livros sínteses produzidos nos Tribunais Russell II, intitulados: “Brasil, violação dos direitos humanos”, “As multinacionais na América Latina”, “Contrarrevolução na América Latina”.

pela própria sociedade civil organizada. O que se julga é um evento de grandes proporções que tenha implicado na violação de direitos básicos da sociedade, frequentemente comandado e executado pelo Estado, que atua de modo ilegítimo, irregular ou ilegal em ações massivas de violações de direitos.

Os participantes do Tribunal de Opinião têm um lado, pois já partem do pressuposto da inexistência de paridade de armas e da completa instrumentalização das instituições públicas e da violação das cláusulas mais elementares do Direito Internacional dos Direitos Humanos ou do Direito Internacional Humanitário. Se os Tribunais de Opinião acontecem é justamente por não existirem espaços justos, isentos e democráticos na institucionalidade dos Estados violadores para o conhecimento amplo dos fatos e das violações que estão sendo praticadas, como ocorre por exemplo quando se tem um Supremo Tribunal Federal que procura atribuir um verniz de legalidade a um golpe de Estado parlamentar e abre mão do seu papel de limitar o poder desvirtuado em benefício da soberania popular e da cláusula democrática.

De todo modo, não se elimina a possibilidade de que o Tribunal de Opinião apresente a defesa de quem está sendo julgado. Esta defesa se apresenta com a exposição da narrativa oficial adotada pelos governos e grupos que estão praticando as violações em questão na tentativa de negá-las, explicá-las ou justificá-las, evidenciando as razões jurídicas, políticas e econômicas que estão sendo arguidas pelos violadores.

Neste Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil, coube a mim, juntamente com @s grandios@s juristas Luis Moreira, Magda Barros Biavaschi e João Ricardo Dornelles, tod@s testemunhas de defesa do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e conduzid@s e orientad@s pela advogada de defesa, a magnífica Margarida Maria Lacombe Camargo, fazer o papel de Advogado do Diabo.

Ao encarnar a canhestra lógica jurídica dos golpistas, tendo lido todas as peças de acusação que tramitam no Congresso Nacional, beneficiei-me duplamente. Permiti a mim mesmo um exercício de desprendimento e compreensão do outro, mesmo que ele me ameace e me violento. E ao fim e ao cabo me deparei com uma miragem, com uma farsa jurídica insustentável, raciocínios mirabolantes, uma completa perversão e vilipêndio da legalidade democrática e das mais elementares regras do Direito.

A denúncia e as alegações finais escritas por Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr, além do relatório do Senador Antonio Anastasia, constroem uma doutrina absolutamente permissiva do *impeachment* no Direito brasileiro, que abre espaço a uma indevida fiscalização ordinária dos atos d@ President@ eleit@, quando deveria ser um processo excepcionalíssimo e rigoroso, adstrito às hipóteses constitucionais.

Como bem frisou a Dra. Margarida em sua manifestação no Tribunal, o próprio ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que quanto à Lei 1.079 de 1950,

que trata dos impedimentos por crime de responsabilidade, “cabia tudo ali”, que ela poderia servir de pretexto para criminalizar qualquer ato d@ President@ da República se assim o Congresso Nacional o desejasse.

Margarida também lembrou que esta lei de 1950 foi redigida pelo gaúcho Raul Pilla, conhecido por ser o “papa do parlamentarismo”, e que havia sido previamente derrotado em sua campanha para que a Constituição de 1946 adotasse o sistema parlamentarista. Interessante notar que foi Raul Pilla quem redigiu a emenda que adotou o sistema parlamentarista pra retirar os poderes presidenciais de João Goulart em 1961 diante da pressão dos inumeráveis grupos golpistas daquela época, militares e civis.

Vê-se que o espírito que animou esta lei foi o parlamentarista. É curioso notar que sempre que quando algum governo no Brasil começa a desenvolver políticas populares voltadas ao combate da desigualdade social ele sofre golpes adornados por propostas parlamentaristas. Dada a história do nosso sistema político, é fato que o nível de representatividade popular no Poder Legislativo não condiz com a realidade da sociedade, e que é muito mais factível a vitória representativa do voto popular para eleger os chefes do Executivo no sistema presidencialista.

Ora, submeter @ President@ da República a dispositivos de constante fiscalização dos seus atos de gestão com poderes de interromper o seu mandato é perverter por completo o valor da soberania democrática resultante do voto direto, universal e periódico. É diminuir o valor do voto justamente onde ele é mais forte e poderoso: nas eleições para President@ da República. Não é à toa que esta foi a bandeira que unificou todo o país no período da redemocratização durante as Diretas Já.

Anular esse poder desfazendo o seu resultado em favor dos parlamentares ou de outros agentes públicos que nem sequer são eleitos, como é o caso de procuradores e juízes, significa simplesmente perverter a cláusula democrática, verdadeira pedra de toque do Estado Democrático de Direito, significa favorecer os interesses oligárquicos, plutocráticos, elitistas, gananciosos e autoritários, historicamente hábeis em manipular esses espaços institucionais.

O jurista mexicano Jaime Cárdenas Garcia, um dos jurados no Tribunal, observou em sua manifestação que o golpe no Brasil é a terceira etapa de uma nova estratégia do imperialismo na América Latina, já testada em Honduras e no Paraguai, o de interromper o processo soberano popular de construção de projetos sociais de igualdade, justiça social e aprofundamento democrático fazendo uso dos mecanismos jurídicos formais instrumentalizados pela exacerbação da esfera dos poderes institucionais em desfavor do princípio da soberania democrática. É a prevalência autoritária do projeto elitista, segregador e predatório do capitalismo neoliberal, que por razões óbvias encontra maiores dificuldade em chegar ao poder pelo voto.

Cárdenas também assinalou que na América Latina o impedimento não deveria estar previsto nas Constituições, pois ele se presta às manipulações institucionais da soberania popular. Deveríamos ter apenas a possibilidade de revogação do mandato, operada pelo mesmo princípio: o voto popular, de que tal decisão não deveria jamais ser terceirizada aos funcionários do Estado.

Em vez disso, o Brasil alarga ainda mais a brecha sabotadora da soberania popular ao submeter a Constituição de 1988 à lógica parlamentarista de uma Lei editada em 1950, e mesmo após o sistema parlamentarista ter sido rejeitado no plebiscito de 1993 por quase 70% da população. Como se não bastasse isto, mesmo considerando a existência da Lei de 1950, o processo ora em curso não consegue de modo consistente identificar qualquer crime de responsabilidade. Ter lido as peças da acusação de modo detalhado mostrou isto de maneira incontestável.

No caso das célebres “pedaladas fiscais” o malabarismo é bisonho: o inciso VI do Art.85 da CF de 1988 afirma que são crimes de responsabilidade atos que atentem contra a “lei orçamentária”. As peças da acusação no processo de *impeachment* afirmam que nesta expressão dever-se-ia incluir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ora, a questão fiscal é uma coisa, a orçamentária é outra, ainda que estejam relacionadas. Querer incluir uma lei que não é orçamentária em um dispositivo excepcional e com consequências drásticas para o mandato presidencial é dar uma amplitude que o constituinte não quis dar.

Mas não para por aí o alargamento. Indo além, o Senador Anastasia afirma que como a Lei de Responsabilidade Fiscal diz no seu Art.73 que as infrações a esta lei serão punidas com base, entre outras leis, na Lei de 1950, daí ele opera um mortal triplo carapado para afirmar que violar qualquer dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal implica em crime de responsabilidade. É quando surge resplandecente o Art.36, que veda a realização de empréstimo entre o ente da federação e instituição financeira por ele controlada. No entanto, em nenhum lugar da lei se diz que a infração a este artigo é um crime de responsabilidade! Ah! E outro salto triplo carapado: atrasar o pagamento de recursos aplicados para subvenção de programas que garantem direitos sociais, como ocorreu no Plano Safra, transformou-se magicamente em uma operação de crédito. Digo magicamente porque até então no Brasil nenhum livro de Direito Financeiro ou jurisprudência havia assim considerado.

Com base na fantasia criada, partiu-se para a identificação do que seria outro crime de responsabilidade: a edição de decretos de crédito suplementar fora da meta fiscal, já que se a fantasia fosse considerada realidade não haveria superávit a autorizar os créditos, condição prevista na Lei de Orçamento de 2015. Deixando a fantasia de lado, a edição desses decretos seguiu rigorosamente as condições exigidas em lei, e é recurso comum utilizado costumeiramente pelos governos anteriores.

Pra agravar ainda mais esta farsa, é estarrecedor notar que todos os atrasos de pagamentos do tesouro às instituições financeiras federais foram quitados em janeiro de 2016 e que 2015 fechou com a meta compatível aos gastos realizados, tendo a meta sido alterada em dezembro diante dos efeitos recessivos da crise econômica mundial. No entanto, isso parece não ter qualquer relevância para os denunciadores do *impeachment* e os que os apoiam, sob o pretexto de que se a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei que protege a precaução, então qualquer ato considerado temerário vira um crime de responsabilidade, ainda que não tenha havido prejuízo aos cofres públicos e os passivos tenham sido saldados. É um “crime formal de mera conduta”, dizem eles, não interessa o resultado.

Então vejamos, amplia-se o que não deve ser ampliado, transforma-se orçamento em fiscal, qualquer violação ao fiscal passa a ensejar impedimento, atraso no pagamento de subvenção operada por bancos vira operação de crédito e resultado sem violação ao orçamento do ano dá lugar à crime de mera conduta. Como registrou no Tribunal Internacional o jurado Carlos Augusto Galvez Argote, especialista em Direito Penal e ex-juiz da Corte Suprema de Justiça na Colômbia, em homenagem aos princípios mais elementares do Direito Penal e da cláusula democrática, exige-se que o crime ensejador da perda do mandato presidencial popular seja estritamente previsto na Constituição ou a partir dela, restando vedado qualquer juízo de analogia ou alargamento. Querer afastar essa condição para que o Parlamento decida o que quiser, com a desculpa de que se trata de um juízo eminentemente político é violar a lógica e rasgar a Constituição. *Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe.

Não só o crime identificado é fruto de um verdadeiro estupro hermenêutico à Constituição e à legislação financeira como também não se consegue apontar sua autoria com clareza e coerência. A Presidenta Dilma é ao mesmo tempo acusada por ato omissivo e comissivo. Ora, ou alguém praticou um crime por ter agido ou por ter se omitido. Como afirmou o advogado de acusação no Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil¹²⁴, o magistral Geraldo Prado, um dos maiores penalistas brasileiros, os autores da peça inicial do *impeachment* teriam sido reprovados sumariamente caso fossem seus alunos. Somente restou aos defensores do *impeachment* invocar a “personalidade energética e controladora” da Presidenta para afirmar que ela foi autora dos crimes criados, ou atestar que a Presidenta era “íntima” do Secretário do Tesouro, a ponto de não se saber “onde começava um e terminava o outro”.

124 As testemunhas de acusação que apoiaram o trabalho do Geraldo Prado foram excepcionais: Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Ricardo Lodi, Tania Oliveira e Marcia Tiburi.

O processo de *impeachment* da Presidenta Dilma é, portanto, uma rotunda farsa, desnudada em detalhes por este Tribunal Internacional, disponível a quem assistir o vídeo ou ler a já divulgada sentença, da lavra do inigualável Juarez Tavares, juiz do tribunal. Esta sentença é seguramente a peça escrita mais forte até o momento em demonstrar que, na verdade, não temos um processo constitucional de impedimento da Presidenta, mas sim um golpe de Estado. Os jurados internacionais (da França, Espanha, Estados Unidos, Colômbia, México, Itália, Argentina, Costa Rica, todos pessoas respeitadas e reconhecidas por seu trabalho acadêmico e institucional) foram unânicos e suas manifestações foram verdadeiras aulas de Direito e conjuntura internacional, reveladoras do crescimento ameaçador da sombra neoliberal que mais uma vez assombra o nosso continente, comprometida em golpear a soberania popular, extinguir direitos, aumentar os fossos da desigualdade e submeter nossas sociedades às vontades de um capitalismo predatório e excludente.

Parabenizo a todos os que se envolveram nesse importante ato de resistência democrática, em especial à Carol Proner e ao Ney Strozake, também Conselheiros da Comissão de Anistia como eu, e que de modo incansável e competente foram decisivos para que este evento histórico ocorresse, com o apoio de inúmeros movimentos sociais, em especial a Via Campesina e o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra.

Participar do Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil foi uma experiência que me deu ainda mais forças e ganas de resistir e lutar sempre pela democracia e um projeto popular para o Brasil. Temos que resistir sempre, continuar lutando pelo retorno da democracia. Não importa quanto tempo leve. Guardem bem as pessoas que hoje resistem, mas ainda mais aos que se omitiram e aos que estão patrocinando esse golpe. Não surpreendem os autoritários de sempre, mas não nos enganemos novamente com esses golpistas que imaginávamos serem democratas. A história não esquecerá o papel ao qual cada um se prestou.

BRASIL, ARGENTINA E O CONE SUL

José Luís Fiori¹²⁵

A extensão da bacia hidrográfica Rio do Prata, e a imensa fertilidade de suas terras, explicam, em boa medida, a importância estratégica do Cone Sul, dentro do sistema internacional. A Bacia do Prata, constitui uma região geoeconômica plana, contínua e relativamente homogênea, que atravessa fronteiras e integra partes importantes dos territórios, argentino, uruguaio, paraguaio e boliviano, e do próprio território brasileiro, banhado pelo Rio Paraná, e pelos seus afluentes, Parnaíba, Grande, Tietê e Paranapanema. Essa região de enorme potencial econômico, foi transformada num só tabuleiro geopolítico, pelas “guerras de independência”, e pelas “guerras platinas”, que se sucederam até a segunda metade do século XIX, culminado com a Guerra do Paraguai, que marca o início da competição secular entre a Argentina e o Brasil, pelo controle do Cone Sul. Um século, exatamente, em que a Argentina se transformou no primeiro grande “milagre econômico” da América do Sul, entre 1870 e 1940; e em que o Brasil se transformou no segundo grande “milagre econômico” do continente, entre 1937 e 1980, completando ao final, mais de cem anos de alto crescimento contínuo, dentro de uma mesma região, algo absolutamente incomum na história do desenvolvimento capitalista.

O “take off” do “milagre econômico” argentino ocorreu logo depois da Guerra do Paraguai, e da unificação definitiva do estado argentino, na década de 1860, e obedeceu a uma estratégia geopolítica claramente expansiva e de disputa pela hegemonia do Cone Sul, com o Brasil e o Chile. Essa estratégia orientou, desde o início, as guerras argentinas de conquista territorial do oeste e do sul, assim como seu desenvolvimento econômico e sua aliança quase incondicional com a Inglaterra. Entre 1870 em 1930, a economia argentina cresceu a uma taxa média anual de cerca de 6%, e no início do século XX, a Argentina havia se transformado no país mais rico do continente sul-americano, e na sexta ou sétima economia mais rica do mundo, com uma renda per capita que era quatro vezes maior que a dos brasileiros, e quase o dobro da dos

125 Professor de Economia Política Internacional no Instituto de Economia da UFRJ. Texto escrito em março de 2014.

norte-americanos, naquele momento. Nessa hora, a Argentina teve todas as condições para se transformar na potência hegemônica da América do Sul, e numa importante potência econômica mundial. Mas não foi isto que aconteceu, depois de 1940, quando a Argentina entrou num longo processo entrópico de divisão social, e crise política crônica, ao não conseguir se unir em torno de uma nova estratégia adequada ao contexto geopolítico e econômico criado pelo fim da II Grande Guerra, pelo declínio da Inglaterra, e pela nova supremacia mundial dos Estados Unidos. Como se fosse uma sequência ou consequência quase direta dessa desaceleração argentina, o Brasil viveu o seu próprio “milagre econômico” - entre 1937 e 1980 - orientado por uma estratégia igual e contrária, de resposta e superação do desafio argentino, através de uma política de rearmamento das Forças Armadas, e de desenvolvimento e industrialização da economia brasileira. Essas ideias foram elaboradas e amadurecidas durante as duas primeiras décadas do século XX, mas só foram implementadas de forma sistemática e consistente a partir da década de 30, quando a economia brasileira cresceu à uma taxa média anual de 7%, ultrapassando a Argentina e transformando-se na principal economia da América do Sul. Mas esse quadro favorável e de crescimento contínuo foi alterado pela crise econômica e pelas mudanças geopolíticas da década de 70, quando o governo brasileiro foi obrigado a redefinir sua estratégia de inserção internacional, e sua própria política de desenvolvimento econômico. Foi nesse momento que governo militar do General Geisel propôs a transformação do Brasil numa “potência intermediária”, e num “capitalismo de estado”. Mas esse projeto dos militares brasileiros foi atropelada pela política externa, e pela política econômica internacional dos Estados Unidos, e pela oposição de uma parte das elites que haviam apoiado o regime militar.

Nessa história, o importante entender que os “milagres econômicos” da Argentina e do Brasil, nos séculos XIX e XX, foram orientados por duas estratégias opostas de competição econômica e militar, pela hegemonia do Cone Sul. Essas estratégias foram formuladas internamente, mas acabaram sendo estimuladas e instrumentalizadas pela Inglaterra e pelos EUA, como forma de equilibrar as forças e neutralizar o poder expansivo do próprio Cone Sul. Desse ponto de vista, o novo projeto do Brasil e da Argentina, de construção de uma “zona de co-prosperidade” e de um bloco de poder sul-americano, é, de fato, uma revolução, na história do Cone Sul. Mas trata-se de uma estratégia que só poderá ter sucesso no longo prazo, e que enfrentará uma oposição externa e interna, ferrenha e permanente, dos EUA e dos partidários locais do “cosmopolitismo de mercado”. Nesse ponto não há como enganar-se: todo e qualquer sucesso dessa nova aliança, e dessa nova política do Brasil e da Argentina, será sempre considerado como uma “linha vermelha”, para os interesses dos EUA e de sua rede de apoios dentro continente, defensora da submissão estratégica e econômica da América do Sul à política internacional dos Estados Unidos.

O BRASIL, OS EUA E O “HEMISFÉRIO OCIDENTAL” (1)

José Luiz Fiori¹²⁶

“As terras situadas ao sul do Rio Grande constituem um mundo diferente do Canadá e dos Estados Unidos. É uma coisa desafortunada que as partes de fala inglesa e latina do continente tenham que ser chamadas igualmente de América, evocando similitudes entre as duas que de fato não existem”

N. Spykman, “America’s Strategy in World Politics, Harcourt, Brace and Company, New York, 1942, p: 46

Tudo indica que Estados Unidos será o principal contraponto da política externa brasileira, dentro do Hemisfério Ocidental, durante o século XXI. E quase ninguém tem dúvida, também, que os EUA seguirão sendo, por muito tempo, a principal potência militar, e uma das principais economias do mundo. Por isto é fundamental compreender as configurações geopolíticas da região, e a estratégia que orienta a política hemisférica norte-americana, deste início de século.

Ao norte do continente, o poder americano foi, é, e seguirá sendo incontestável, garantindo-lhe fronteiras continentais absolutamente seguras. Além disto, a assimetria de poder dentro da América do Norte, é de tal ordem, que o Canadá e o México tendem a convergir cada vez mais, atraídos pela força gravitacional do poder econômico e militar dos EUA. O que não significa, entretanto, que o Canadá e o México ocupem a mesma posição junto aos EUA e dentro do tabuleiro geopolítico e econômico regional, apesar dos três países participarem do “Tratado Norte-Americano de

126 Professor de Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colabora regularmente com várias revistas e jornais brasileiros e já publicou doze livros, dois deles premiados com o Jabuti: “Poder e dinheiro” (1º lugar em 1998); e “Polarização mundial e crescimento” (2º lugar em 2002). Foi eleito, em 2001, Homem de Ideias pelo Jornal do Brasil. Seu mais novo livro, “O poder americano”, foi editado em 2004. Texto escrito em Janeiro de 2014.

Livre Comercio” (NAFTA), desde 1993. O Canadá ocupa uma posição única, como ex-colônia e ex-domínio britânico, que depois da sua independência, e da II Guerra Mundial, transferiu-se para a órbita de influência direta dos EUA, transformando-se em sócio comercial, aliado estratégico e membro do sistema de defesa e informação militar dos povos de “língua inglesa”, comandado pelos EUA, e composto pela Inglaterra, Austrália e a Nova Zelândia. Neste contexto, o México ocupa apenas a posição de enclave militar dos EUA, uma espécie de “primo pobre”, de “fala latina”, ao lado das potências anglo-saxônicas. Mais do que isto, o México é hoje um país dividido e conflagrado por uma verdadeira guerra civil que escapa cada vez mais ao controle do seu governo central, mesmo depois do acordo de colaboração militar assinado com os EUA, em 2010. E mesmo com relação ao NAFTA, a economia mexicana se beneficiou em alguns poucos setores dominados pelo capital americano, como automobilística e eletrônica, mas ao mesmo tempo, neste últimos vinte anos, o México foi o único dos grandes países latino-americanos em que a pobreza cresceu, atingindo hoje, 51,3% da sua população. Hoje a economia mexicana é inseparável da norte-americana, e a política externa do país tem escassíssimos graus de liberdade, atuando quase sempre como ponta de lança da política econômica internacional dos EUA, como no caso explícito da “Aliança do Pacífico”.

Do ponto de vista estritamente geográfico, a América do Norte inclui o istmo centro-americano, que Nicholas Spykman coloca ao lado dos países caribenhos, e da Colômbia e Venezuela, dentro de uma mesma zona de influência americana, “onde a supremacia dos EUA não pode ser questionada. Para todos os efeitos trata-se um mar fechado cujas chaves pertencem aos EUA, o que significa que ficarão sempre numa posição de absoluta dependência dos EUA” (N.S, p: 60). O que explica as 15 bases militares dos EUA, existentes na América Central e no Caribe. Foi uma região central na 2ª Guerra Fria de Ronald Reagan, e será muito difícil que se altere a posição americana nas próximas décadas, muito além da das “dissidências” cubana e venezuelana.

Por último, a política externa americana diferencia claramente os países situados ao sul da Colômbia e da Venezuela, onde seu principal objetivo estratégico foi sempre impedir que surgisse um polo alternativo de poder no Cone Sul do continente, capaz de questionar a sua hegemonia hemisférica. Com relação a estes países, os EUA sempre utilizaram a mesma linguagem, com duas tônicas complementares: a dos acordos militares bilaterais, e a das zonas de livre comércio. Os acordos militares começaram a ser assinados no fim do século XIX, e a primeira proposta de uma zona pan-americana de livre-comércio foi apresentada pelo presidente Grover Cleveland, em 1887, um século antes da ALCA, proposta em 1994 e rejeitada em 2005, pelos principais países sul-americanos. Não existe uma relação mecânica entre os fatos, mas chama

atenção que pouco depois desta rejeição, os EUA tenham reativado sua IV^o Frota Naval, com objetivo de proteger seus interesses no Atlântico Sul. A este propósito cabe lembrar o diagnóstico e a proposta de Nicholas Spykman (1893-1943), o teórico geopolítico que exerceu maior influência sobre a política externa dos EUA, no século XX: “fora da nossa zona imediata de supremacia norte-americana, os grandes estados da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile) podem tentar contrabalançar nosso poder através de uma ação comum[...] e uma ameaça à hegemonia americana nesta região do hemisfério (a região do ABC) terá que ser respondida através da guerra”(N.S p: 62 e 64). Estes são os termos da equação, e a posição norte-americana foi sempre muito clara. O mesmo não se pode dizer da política externa brasileira.

O BRASIL, OS EUA E O “HEMISFÉRIO OCIDENTAL” (2)

José Luiz Fiori¹²⁷

“A new form of nationalism may emerge, seeking national or regional identity by confronting the United States. In its deepest sense, the challenge of Western Hemisphere policy for the United States is whether it can help bring about the world envisioned by Free Trade Area of the Americas, or whether the Western Hemisphere, for the first time in its history, will break up into competing blocs; whether democracy and free markets will remain the dominant institutions or whether there is a gradual relapse into populist authoritarianism.”

H. Kissinger, 2001, *Does America Need a Foreign Policy*, Simon&Schuster, New York, p: 84

Em grandes linhas, foi a visão estratégica de Nicholas Spykman¹²⁸, formulada na década de 1940, que orientou a política externa dos EUA, para a América do Sul - democrata e republicana - durante toda a segunda metade do século XX. Nesse período, só Henry Kissinger teve - dentro dos EUA - uma visão geopolítica do mundo tão ampla e inovadora mas, apesar disso, ele não mudou uma vírgula, com relação à visão hemisférica de Spykman. Com a diferença, que Kissinger foi também um executivo, e ocupou cargos de importância crescente, dentro das administrações republicanas, a partir do primeiro governo de Dwight Eisenhower, em 1953, até o final das administrações de Richard Nixon e Gerald Ford, de quem foi Conselheiro de Segurança,

127 Professor de Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colabora regularmente com várias revistas e jornais brasileiros e já publicou doze livros, dois deles premiados com o Jabuti: “Poder e dinheiro” (1º lugar em 1998); e “Polarização mundial e crescimento” (2º lugar em 2002). Foi eleito, em 2001, Homem de Ideias pelo Jornal do Brasil. Seu mais novo livro, “O poder americano”, foi editado em 2004. Texto escrito em Janeiro de 2014.

128 J.L.Fiori, “Brasil, EUA e o Hemisfério Ocidental ” (1), Valor Econômico, 29/01/2014.

e Secretário de Estado, respectivamente. Nesse tempo, participou de conjunturas e decisões internacionais que o transformaram numa das figuras mais importantes da política externa norte-americana, da segunda metade do século XX. Sobretudo durante as administrações de Nixon e Ford, quando deu uma contribuição decisiva para a formulação da nova estratégia dos EUA, de resposta à crise econômica mundial dos anos 70, e à derrota americana no Vietnã, em 1973. Ele participou diretamente das negociações de paz, no Vietnã, que levaram à assinatura dos Acordos de Paris, em 1973; e das negociações secretas com Chou en Lai e Mao Tse Tung, em 1971 e 1972, que levaram à reaproximação dos Estados Unidos com a China, e a reconfiguração completa da geopolítica mundial, antes e depois do fim da Guerra Fria. Mas ao mesmo tempo, Kissinger tomou várias decisões “sangrentas”, que também foram cruciais, como foi o caso da ordem de bombardeio aéreo do Camboja e do Laos, sem a autorização do Congresso Americano, em 1969; do apoio à guerra do Paquistão com a Índia, no território atual de Bangladeshi, em 1971; do apoio e financiamento ilegal da invasão do Chipre, pela Turquia, em 1974; do apoio à invasão sul-africana de Angola, em 1975; e finalmente, também em 1975, do apoio à invasão do Timor Leste, pela Indonésia, que se transformou numa ocupação de 24 anos, e custou 200 mil vidas.

Sobre a América do Sul, entretanto, Henry Kissinger inovou muito pouco, com relação à visão de Spykman, sobre o potencial de ameaça para os EUA, dos países do Cone Sul. Já haviam passado três décadas da publicação da sua obra clássica, “America’s Strategy in World Politics”, em 1942, mas Kissinger seguia considerando inaceitável o surgimento de um poder hemisférico alternativo nessa região, e ainda mais, se fosse da parte de um governo de esquerda, ou comunista. Razão pela qual, apoiou e sustentou os violentos golpes militares¹²⁹ que derrubaram os governos eleitos da Bolívia, em 1971, do Uruguai e do Chile, em 1973, e da Argentina, em 1976. E existem evidências inapeláveis de que também teve injunção na Operação Condor¹³⁰, que

129 Na França, Henry Kissinger foi chamado a depor, pelo juiz Roger Lê Loire, no processo sobre a morte de cidadão franceses na Operação Condor, e sob a ditadura militar chilena. O mesmo ocorrendo na Espanha, com a investigação do juiz Juan Guzman, sobre a morte do jornalista americano Charles Horman, sob a ditadura chilena. E também na Argentina, onde Kissinger foi investigado pelo juiz Rodolfo Canicoba, por envolvimento na Operação Condor, assim como em Washington, onde existe um processo na corte federal com acusação, contra Kissinger, de haver dado a ordem para o assassinato do Gal Schneider, Comandante em Chefa das Forças Armadas Chilenas, em 1970.

130 Vide Christopher Hitchens, *The Trial of Henry Kissinger*(2003); e também a resenha de Kenneth Maxwellll, do livro de Peter Kornbluh, *The Pinochet file: a Declassified Dossier on Atrocity and Accountability*, publicado na Revista Foreign Affairs, de Dezembro de 2003, sobre as relações de Kissinger com o regime de Augusto Pinochet, em particular com o assassinato do diplomata chileno Orlando Letelier, em Washington, 1976.

integrou os serviços de inteligência das Forças Armadas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para sequestrar, torturar e assassinar personalidades políticas de oposição, nesses países.

Nas décadas de 80 e 90, Henry Kissinger afastou-se da diplomacia direta, mas manteve uma influência pessoal e intelectual muito grande dentro do establishment americano, e entre as elites conservadoras sul-americanas. Em 2001 - uma década depois do fim da Guerra Fria e da “ameaça comunista” - Kissinger publicou um livro¹³¹ que marcou época, discutindo o futuro geopolítico do mundo, e sintetizando os novos consensos da política externa dos EUA, para o século XXI. Chama atenção, de novo, nesse livro, sua posição com relação à América do Sul: para Kissinger, o continente sul-americano segue sendo - no novo século - uma “zona de influência” onde os EUA não podem admitir nenhum tipo de contestação à sua supremacia estratégica e econômica. Da mesma forma que no século anterior, só que agora, a grande ameaça à supremacia americana já não vem do comunismo, vem do “populismo autoritário”, e do “nacionalismo” dos governos que rejeitam as propostas norte-americanas de integração econômica, do tipo ALCA, na década de 90, e do tipo Aliança do Pacífico, nos anos mais recentes. Ou seja, desse ponto de vista dominante nos EUA, nesse momento, todos os governos da América do Sul representariam uma ameaça aos interesses norte-americanos, que deve ser contida e derrotada, com exceção da Colômbia, do Peru, e do Chile.

131 H. Kissinger, 2001, *Does America Need a Foreign Policy*, Simon&Schuster, New York.

ESQUERDA SÓ PODE ENCARAR GOVERNO DE TEMER COMO PRODUTO DE UM GOLPE

José Manuel Pureza (opinião)¹³²

Da parte da Esquerda portuguesa têm sido várias as críticas à forma como o processo de destituição foi levado a cabo. José Manuel Pureza, antigo líder da bancada parlamentar do Bloco de Esquerda, junta-se aos críticos.

A opinião surge no Facebook do bloquista (Bloco de Esquerda) e professor universitário, e em resposta a Seixas da Cosa, que escreveu no Diário de Notícias que “em regra, a Direita brasileira é bastante mais favorável ao reforço dos laços com Portugal do que a Esquerda”.

Para Pureza, esta perspectiva “confirma que a realpolitik enaltece os alinhamentos mais espúrios”. E vai mais longe nas suas críticas.

“Eu prefiro outra lógica: a esquerda portuguesa, para ser coerente com o primado da democracia e da luta contra a corrupção, só pode, para todos os efeitos, encarar o Governo Temer como aquilo que ele é - o produto de um golpe antidemocrático no Brasil.

132 José Manuel Marques da Silva Pureza é professor universitário e político português.

UN GOLPE BLANDO... UN GOLPE DE ESTADO AL FIN Y AL CABO

Juan Sebastián Medina Canales¹³³

Ecuador retornó a la democracia a finales de la década de los setenta, es más es uno de los primeros países que logró decidir que el Estado debía construirse en base de la soberanía del pueblo como salida o respuesta a cualquier crisis o problema, sin embargo, este país no estuvo exento de episodios que han causado dolor y malestar a la ciudadanía y como en todo sistema político los errores incontables y que marcan la historia de un país son aquellos relacionados con la violación de derechos humanos misma que tuvo lugar en la presidencia de Febres Cordero (1984-1988), líder de la derecha y conocido como mensajero de la oligarquía del país, tal fue la magnitud de los hechos que para el 2007 se conforma una Comisión de la Verdad.

En el informe que documentó 119 casos y 456 víctimas directas de graves violaciones de derechos humanos. El Nobel de la Paz, Alfredo Pérez Esquivel, mencionaba como a nivel continental se impuso el terror como herramienta de dominación política y económica, sin olvidar que fueron hechos expresos de la Doctrina de Seguridad Nacional para controlar y amedrentar a la población civil mediante el uso de la coerción de la fuerza pública.¹³⁴

Las consecuencias del Plan Cóndor que marcaron las décadas de los setenta, ochenta y noventa sobre todo en las cruentas dictaduras del Cono Sur parecían que, entrado el Siglo XXI, quedaban como lecciones aprendidas, como parte de esa historia que no debería repetirse y que obligaba a los Estados a cumplir con: la investigación, el derecho a la verdad y la reparación, conocidos como los Principios de Chicago y así dar paso a la justicia transicional.

133 Doctorando en Ciencias Jurídicas y Políticas de la Universidad Pablo de Olavide

134 PÉREZ ESQUIVEL, Adolfo. *Informe de la Comisión de la Verdad Ecuador 2010*. Tomo 1: Violaciones de los Derechos Humanos, Ediecuatorial, Quito-Ecuador, p.11

En el continente, los esfuerzos por reforzar la democracia y participación han sido valiosos, pero sobre todo entendidos como espacios de poder ciudadano, el mismo que implicaba un papel más activo de la sociedad y el empoderamiento en sus distintos niveles.

Sin embargo, los paulatinos retornos a la democracia en América tenían grandes deudas, puesto que los gobiernos de facto no solo violaron derechos humanos como la vida, dignidad, libertad y seguridad, sino que condenaron sistemáticamente a un sector de la población a la pobreza, a un acceso limitado o nulo de servicios básicos; teniendo como única vía de comunicación con el Estado, en muchos casos, la cárcel.

Estas marcadas desigualdades políticas, económicas y culturales acrecentaron las brechas sociales, pues cada vez que la gente pedía salud, educación o vivienda, las posturas neoliberales que lo consideraban como gasto.

Bajo estas realidades se van replanteando los modelos de representatividad de tal manera que, en el continente americano, se construyen propuestas que cada vez surgen desde las bases, desde esas comunidades olvidadas y de aquellos colectivos empobrecidos. Es así que por ejemplo en el caso de Brasil, la elección de Lula marca un hito histórico en la región.

Estos nuevos espacios que intentan dar respuesta en virtud de las obligaciones de los Estados mediante la garantía de los derechos sobre todo de los sociales, irrumpen en el escenario de políticas de austeridad, pues van cimentando bases de humanidad, con el principio claro de igualdad material, pues “los nadies” de aquellos que nos habló Galeano, por primera vez empiezan a tener las condiciones para vivir dignamente y también son escuchados.

Sin embargo estos líderes con aciertos y tropiezos se ven enfrentados por nuevos mecanismos de desestabilización, ahora ya no son los militares los encargados de irrumpir contra el Estado de Derecho, sino que se encuentran otros procedimientos menos visibles pero que a fin de cuentas destruyen la institucionalidad y juegan en contra de las decisiones democráticas de los pueblos. Tenemos los casos de Honduras con el expresidente Zelaya o lo sucedido con Lugo en Paraguay.

Estos funestos antecedentes, no son más que crónicas de lo sucedido en Brasil entre abril y junio de 2016, donde los congresistas se olvidaron de legislar y fiscalizar, al poder judicial se le desvaneció su rol de garantista de derechos y a los medios de comunicación les quedó grande el rol de informar de tal manera que permitan, a las personas que los leen o escuchan, contar con las herramientas para crear sus propios criterios ante los hechos relatados.

Los poderes hegemónicos que han concentrado el poder político y económico heredado por vías familiares o sectoriales, ven cómo sus espacios cada vez se reducen

y no por cuestiones atentatorias a su derecho de propiedad, sino que cada año más personas salen de la extrema pobreza, accediendo a trabajos justos, educación pública de calidad y servicios gratuitos de salud.

Las políticas de los terratenientes y esclavistas no tienen más eco en una sociedad que pide justicia. Estos parecen ser los detonantes de un juicio político a la Presidenta Dilma Rousseff, que, siendo fiel a los preceptos de su antecesor, siguió apostando por los sectores sociales.

El plan de golpista Temer, tuvo que readecuarse toda vez que el candidato de derecha, Neves no pudo vencer en las urnas a la candidata del PT en el año 2014. A partir de eso, sus esfuerzos se centraron en calentar las calles, en desinformar a la población y finalmente llevando a cabo un show en el Congreso donde 367 de los 513 diputados, votaron a favor de la existencia de un delito.

Fue doloroso ver como personas con una falta de ética intentaban dar argumentos dispersos para iniciar el juicio contra la Presidenta Dilma, muchos de ellos con procesos de corrupción abiertos... básicamente nos encontrábamos ante la gráfica del adagio popular que dice, los pájaros disparando a las escopetas.

Un proceso lleno de violaciones a los derechos humanos entre esos el debido proceso, algo que fue inobservado nuevamente por la mayoría de 55 senadores que dieron paso a un gobierno de 180 días de Temer.

Este periodo en el que el Senado analiza la existencia de un crimen contra la República al alterar las cuentas Estatales mediante el balance obtenido a raíz del pedido de capital a los bancos públicos. Argumento que se acaba de caer hace un par de días donde los peritos del Senado ya mencionaron que no existe tal delito.

Es así, que Brasil y en sí el continente americano se enfrenta a la ruptura de la institucionalidad y la democracia, sin la existencia del delito, elemento que no fue impedimento para los procesos orquestados por las mayorías en el Congreso como en el Senado para iniciar un impeachment.

Estas primeras semanas de los 180 días de Temer, han mostrado como su sed por llegar al poder tiene grandes alcances. Además, deben ser interpretados como la única vía que la derecha encontró ante sus derrotas democráticas y el intento por no perder su status quo. Sin importar las consecuencias que se puedan dar en el ámbito del Sistema Interamericano de Derechos Humanos que cuenta jurisprudencia condenatoria contra los países que por cuestiones políticas olvidaron de cumplir sus obligaciones internacionales, así se puede citar el caso Quintana Coello y otros versus Ecuador, cuando los Magistrados de Corte Suprema de Justicia fueron anticipadamente cesados de sus funciones por el Congreso Nacional que acataba el pedido del ex presidente Gutiérrez quién había incidido en la Orden del Día.

Tantos años de avances en políticas sociales parecen desaparecer en manos de golpistas y corruptos, sin que se les sea fácil pues la población cada vez va tomando las calles, haciendo escuchar su voz contra quienes quieren robarles sus sueños, robarles su Patria.

En el contexto latinoamericano y en particular desde el Ecuador, lo sucedido ahora llama la atención puesto que nuestras democracias con ciudadanía ampliada, no solo deben fortalecer el derecho al voto y al ser elegido sino que también deben enfrentarse a los nuevos mecanismos de desestabilización orquestados por los medios de comunicación y el calentamiento de las calles. Esto acompañado en el caso de Brasil por discursos claramente machistas y patriarcales.

América Latina ha tenido muestras de estos nuevos golpes de Estado que no usan armas, sin embargo siguen siendo quebrantamientos a los derechos y a la democracia que tanto esfuerzo nos ha costado tenerla.

BRASIL, TRISTE HISTORIA DE OTRO ULTRAJE NEOLIBERAL A LA DEMOCRACIA

Julio Peña y Lillo E.¹³⁵

En situaciones históricas de importantes transformaciones en materia de política social, como las que hemos atravesado en algunos de los países en Sudamérica, es importante llevar a cabo un análisis sobre el accionar político de las fuerzas de oposición al cambio, sobre todo, cuando sabemos que estas se encuentran directamente relacionadas con los grandes intereses nacionales y transnacionales del capital.

Si bien las contiendas democráticas tienen al proceso electoral como termómetro de la voluntad de los pueblos, ahora, vencer en ese espacio ya no es suficiente. En el hermano país de Brasil hemos podido apreciar como a falta de una mayoría electoral, la oposición se ha organizado alrededor del control de Instituciones (como el Parlamento y el Senado) para bloquear el desarrollo y desempeño del proceso político nacional-popular, llegando incluso a plantear la destitución de una Presidenta democráticamente electa, como es el caso de Dilma Rousseff.

Como latinoamericanos resulta imprescindible tener claro que lo que acaba de suceder en Brasil, como sostiene Lowy (2016)¹³⁶, es un golpe de Estado. Un golpe de Estado blando, un golpe pseudo-legal, “constitucional”, “institucional”, “parlamentario”, como los liberales deseen llamarlo, pero ni más, ni menos, un golpe de Estado que atenta contra la democracia y la voluntad popular. Todo deja entrever que a falta de votos y de respaldo en las urnas, las fuerzas de oposición apuestan hoy en día por estos llamados golpes de estado “(i)legales”.

135 Julio Peña y Lillo E. Es Master en Ciencias Políticas por la Universidad de FLACSO-Ecuador. Actualmente es Presidente del Consejo de Administración del Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina en Quito (CIESPAL). Quito, 27 de junio 2016.

136 Lowy, Michael (2016): “Brasil: el golpe de Estado (95-98)”. En Golpe en Brasil genealogía de una farsa. Comp. Pablo Gentili. Ed. CLACSO. Argentina. Ver: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160624045419/GolpeEnBrasil.pdf>

Para poder justificar este golpe a la democracia, la oposición parlamentaria aprovechó las dificultades y los descuidos que tuvo Dilma Rousseff para contener o transformar la cultura política brasileira, que se ha caracterizado a lo largo del tiempo por un alto índice de corrupción. Esto hizo que Boaventura dos Santos Sousa (2016)¹³⁷ manifestará: *que una política honesta estaba siendo retirada del cargo y suspendida de sus funciones por los políticos más corruptos de Brasil.*

Resulta completamente inadmisibles que de los 21 senadores de la comisión especial que determinó que Dilma debía ir a juicio político, ocho de ellos aparecen implicados en el caso de corrupción de Petrobras. Ellos son: Antonio Anastasia, Donald Caiado, Dario Berger, Gladson Cameli, Fernando Becerra, Aloysio Nunes, Cassio Cunha y Zeze Perrilla (López, 2016).

Según la ONG anticorrupción Transparencia Brasil, de los 594 miembros de las dos cámaras, el 59 % registra cargos y condenas en los tribunales, incluso por lavado de dinero o tortura. De los 513 congresistas, 303 tienen procesos o condenas judiciales por diferentes motivos. En cuanto a los 81 senadores, 49 figuran con procesos o condenas en la justicia y tribunales de cuentas.

Al día de hoy, ya son tres los ministros del presidente golpista Michel Temer que han caído a solo un mes de la salida de Dilma: el de Transparencia, Fabiano Silveira; de Planificación, Romero Jucá y de Turismo, Enrique Eduardo Alves. Se sabe que estos tres ministros chantajeaban a jueces y políticos para que no continúen las investigaciones sobre los actos de corrupción en la empresa petrolera (Petrobras). Por otro lado, el presidente de la Cámara de Diputados, Eduardo Cunha, fue suspendido del cargo al ser acusado por varios delitos como mentir sobre sus cuentas secretas tanto en bancos suizos como en bancos uruguayos.

Como vemos entonces, no es la corrupción la que mueve a la destitución de la compañera Presidenta Dilma Rousseff, el trasfondo de este Golpe Blando o su verdadero objetivo es que los sectores económicos de poder (élite capitalista, financiera, industrial, agrícola, latifundista, medios de comunicación) que aúpan y favorecen estos golpes, puedan recuperar todo el poder y eliminar de un plumazo, como sucede en Argentina con Macri, todos los programas sociales llevados a cabo desde 2003 por el gobierno del Partido de los Trabajadores (PT), para reposicionar nuevamente al sistema neoliberal en la región.

137 Sousa Santos, Boaventura de (2016): "Impeachment" a Dilma Rousseff: ¿hubo un "golpe de Estado" en Brasil?. En BBC mundo noticias http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/05/160513_brasil_es_golpe_estado_impeachment_presidenta_dilma_rousseff_paraguay_fernando_lugo_honduras_manuel_zelaya_lv

Si bien el PT pudo llegar al poder con Lula en 2003, gracias a una atractiva combinación de retórica soberanista y un programa popular -enfocado en el beneficio de las grandes mayorías-, no obstante, como señala Wallerstein (2016)¹³⁸, el resultado de la aplicación de sus políticas tanto con Lula como con Rousseff, terminó siendo bastante menos radical de lo que sus partidarios esperaban y de lo que sus oponentes temían.

Sin embargo, desde el punto de vista tanto de los partidos tradicionales pro *establishment*, como de los grandes sectores del capital en Brasil, el PT sigue siendo una fuerza política peligrosa, puesto que es una amenaza que puede ir ganando terreno a las anquilosadas estructuras conservadoras económicas y sociales del país, así como también, resulta un estorbo para los intereses de Estados Unidos, porque consideran que las políticas llevadas a cabo por el PT están cargadas de anti-imperialismo, al pretender contrarrestar el papel dominante de los Estados Unidos en la política de América Latina.

En efecto, como lo ha señalado Bourdieu (2013)¹³⁹, el discurso neoliberal no es simplemente un discurso más, como vemos actualmente en nuestro continente, la reactivación de la Restauración Conservadora neoliberal, deriva su poder del control de la economía y de los emporios mediáticos que prestan sus grandes portadas y noticieros para celebrar la tan anhelada victoria de las minorías, medios y pantallas que esparcen por el continente acusaciones que carecen de todos los requisitos mínimos legales (Sader, 2016), espacios de comunicación privados, donde al fin y al cabo se configuran y reproducen a diario los sentidos y la cultura de esa sociedad egoísta caracterizada por el: consumo luego existo, o el salvase quien pueda que luego dios nos salva a todos.

Lo que estas fuerzas políticas neoliberales plantean para nuestro continente es volver a dar su lugar al reino absoluto de la flexibilidad laboral, a los contratos basura o temporales, a la tercerización, a la privatización y fuga de capitales; de forma que los que vemos nuevamente emerger en el escenario político con Macri y con Temer, es ese mundo despiadado y darwiniano del todos contra todos, esas sociedades del miedo, de la angustia, del sufrimiento, de la migraciones y el estrés generalizado.

Vemos reaparecer en nuestro continente esos vientos que santifican el poder de los mercados en nombre de la “eficiencia” económica, que buscan a toda costa

138 Wallerstein, Immanuel (2016): “¿Golpe de estado o fiasco?”. En Golpe en Brasil genealogía de una farsa. Comp. Pablo Gentili. Ed. CLACSO. Argentina. Ver: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160624045419/GolpeEnBrasil.pdf>

139 Bourdieu, Pierre (2013): “La esencia del Neoliberalismo”. En <http://sociologos.com/2013/06/16/pierre-bourdieu-la-esencia-del-neoliberalismo/>

eliminar aquellas barreras administrativas, cuando estas obstaculizan la maximización del lucro sin compromiso de solidaridad para con la sociedad. Soplan vientos que reclaman nuevamente por bancos centrales independientes, por Estados nacionales subordinados a los requerimientos del libertinaje de la economía especulativa, vientos nefastos para las grandes mayorías, vientos de la acumulación por despojo, conocida en nuestros días como privatización general de los servicios públicos y bienes comunes, o bien como reducción o supresión de la inversión en los sectores sociales.

Las fuerzas progresistas deberán entonces, trabajar obstinadamente no sólo para combatir y erradicar la corrupción generalizada, sino también, para asegurar una gestión eficiente, democrática, participativa e incluyente, que permita mantener la confianza y el respaldo de los sectores populares. Como nos recuerda García Linera (2016)¹⁴⁰, la base de cualquier proceso revolucionario, demanda de sus representantes políticos un Estado que brinde las posibilidades de asimilar la presencia de lo popular y lo plebeyo en su diversidad de clases sociales al interior de la gestión del Estado y del sector público, con políticas claras de transparencia y rendición de cuentas.

Porque aún nos queda mucho por transformar y democratizar. ¡NO PASARÁN!

140 García Linera, Álvaro (2016): "Disertación del Vicepresidente de Bolivia, Álvaro García Linera, en la Universidad de Buenos Aires". En <http://bit.ly/1WZaYor>

LA TECNOLOGÍA ES UN PROBLEMA POLÍTICO

Leandro Monk¹⁴¹

Los que trabajamos todos los días militando el software y la cultura libre partimos de la base de que todos merecemos vivir en una sociedad justa y democrática; y que las tecnologías abiertas y el conocimiento libres son condiciones necesarias para lograr ese objetivo.

Para ello definamos el software Libre: que se refiere a la libertad de lxs usuarixs y puede pensarse en cuatro claves: la libertad de ejecutar un programa, con cualquier propósito (libertad 0);

la libertad de estudiar cómo funciona el programa, y adaptarlo a sus necesidades (libertad 1); la libertad de distribuir copias, con lo que puedes ayudar a tu vecinx (libertad 2); y la libertad de mejorar el programa y publicar sus mejoras, de modo que toda la comunidad se beneficie (libertad 3). Lo opuesto al Software Libre es el Software privativo, es decir, aquel que priva de libertades al usuarix y no permite que tenga acceso al código y por ende no puede conocerlo, modificarlo, etc.

Los gobiernos populares elegidos en América del Sur durante las últimas décadas coincidieron temporalmente con una revolución en las comunicaciones que llegó de la mano de internet. En ese sentido, fue el gobierno de Dilma Rousseff en Brasil el que mejor entendió las particularidades de internet: un medio de comunicación y una herramienta poderosísima a la vez. También fue el que estuvo más atento y legisló, poniendo blanco sobre negro, lo que estaba en juego: la neutralidad¹⁴²[1] de la red y el uso político de la tecnología.

Lxs activistas del software libre deberíamos estar abiertamente en contra del proceso de destitución a todas luces ilegal que sufrió Dilma Rousseff, partiendo del convencimiento que el mismo tiene que ver con silenciar y obstaculizar una serie de

141 Leandro Monk [mailto:monk@gcoop.coop].

142 Neutralidad, ese termino que usamos para entendernos pero que no nos gusta, no somos neutrales.

medidas de corte popular, que trajeron al centro del debate cuestiones como la redistribución de la riqueza,

la democratización de los medios de comunicación y yendo a lo que nos convoca, el convencimiento de que la tecnología no es neutral, sino que representa un problema político.

Puestos a recapitular cuáles fueron los principales logros que el gobierno de Dilma Rousseff pudo concretar en materia tecnológica, aparece en primer lugar, la denuncia de Dilma Rousseff en la ONU, en septiembre de 2013, de que EE.UU. “quebró el derecho internacional” con su programa de espionaje, violando “los derechos humanos, la libertad civil y la soberanía” de su país. Se refería al programa de espionaje diplomático y económico por parte de Estados Unidos en su país, trama que develó el ex empleado de la CIA, Edward Snowden. En esa oportunidad, Dilma agregó: “El ciberespacio no puede ser utilizado o manipulado como arma de guerra a través del espionaje. (...) La soberanía de un país no puede basarse en una acción que sea en detrimento de la soberanía de otro”, señaló Dilma, que agregó, “sin derecho a la privacidad no se tiene una real libertad de expresión y de opinión, entonces no hay democracia. Estamos ante una grave violación de los derechos humanos y las libertades civiles”. Barack Obama, que habló después que Dilma en esa conferencia, no respondió a sus dichos.

La comunidad internacional que trabaja por la cultura libre y que apuesta a hacer realidad una internet verdaderamente libre y democrática, de pronto escuchaba sus postulados en la voz de una de las mandatarias más importantes del mundo. Coincidentemente, en Brasil sucedieron cosas realmente innovadoras en materia de tecnología.

Por lo pronto, se aprueba una propuesta para establecer un marco civil multilateral que garantice la eficaz protección de los datos que viajan por Internet. El Marco Civil de Internet se crea en 2014 (aunque estaba en proyecto desde 2012) y lo que hace es introducir el respeto a los derechos civiles en el uso de internet en Brasil. Se incorporan allí los derechos más importantes en materia de libertad de expresión y garantías de privacidad de los usuarios de internet. Se trata de los derechos de neutralidad de la red y de limitación de responsabilidad para los intermediarios (ISPs).

El principio de neutralidad de la red establece, entre otras cosas, quien es responsable de la transmisión tiene el deber de tratar de forma isonómica (igualitaria) cualquier paquete de datos, sin distinción por contenido, origen y destino, servicio, terminal o aplicación. En 2010 esta ley empezó a llamarse Constitución de Internet y se realizó una consulta pública sobre los contenidos de la Ley, así como diversos foros de discusión.

Parte de la responsabilidad de que estos temas tengan en Brasil un trato privilegiado, pasa por la aparición de organizaciones militantes que trabajan para informar a los gobiernos y a las personas sobre estas temáticas. Tal es el caso de la Asociación SoftwareLivre.org (ASL), una organización civil sin fines de lucro, con sede en Porto Alegre que desde 2003 reúne a empresarixs, profesionales, estudiantes y funcionarixs, que tiene el objetivo de hacer que el software libre se conozca y brindando espacios para la discusión, el apoyo y la organización de iniciativas en diversas áreas relacionadas. Dentro de los objetivos de la ASL se encuentran la difusión de Software Libre, la experimentación con nuevos modelos socio educativos y sistemas alternativos de producción y distribución de software libre;

La ASL organiza cada año el Foro Internacional de Software Libre (FISL), el mayor evento de software libre en América del Sur. Desde hace 17 años, allí se realiza un seguimiento de los cambios en la tecnología y se proponen soluciones a las problemáticas más urgentes. El FISL se ha establecido como un lugar de discusión y exposición de lo último en tecnologías libres. Allí se dio forma, entre otras cosas, al Marco Civil de Internet. Desde la primera edición se postulan como valores fundamentales mantener la transparencia en la tecnología, los estándares abiertos y la lucha por una libre y neutral Internet.

Como si fuera una oleada, hoy los gobiernos de América Latina viran hacia una derecha conservadora, que atenta contra las conquistas sociales de las últimas décadas. En el caso de Brasil, el panorama es aún peor porque la derrota no fue en las urnas, sino a través de un proceso político teñido de sospechas. Y el gobierno entrante disolvió el Ministerio de Cultura como una de sus primeras medidas. Desde lo concreto esto trae innumerables consecuencias dolorosas, y desde lo simbólico, la pérdida es más total, ya que implica la renuncia a entendernos, conocernos y moldearnos del modo que cada uno de elija. Sin necesidad de esquemas y moldes importados o creados por empresas y corporaciones transnacionales, que poco entienden o le interesan las particularidades de nuestro pensamiento y nuestro quehacer diario.

La confianza hoy está puesta en las personas y agrupaciones que agitan las banderas de la cultura libre y que tan bien transmitieron el mensaje hasta ahora, para que sigan trabajando y vuelvan a llevar su voz hasta los representantes políticos. Y armar, a su vez, un frente territorial unido y fuerte que replique en todos los países de la región la misma consigna: “Software Liberador, para pueblos soberanos”.

DOLOR POR BRASIL

Leonardo Padura¹⁴³

Un turista europeo viene a Cuba y, luego de una semana en la isla, regresa a su país y le comenta a un amigo: “Estuve en La Habana y en Santiago de Cuba; tomé ron, mojitos, daiquirís hasta por los codos; paseé por el Malecón en un auto americano de 1948; me tiré una foto frente a la imagen del Che en la Plaza de la Revolución; bailé una conga en Santiago y... ¡me acosté con una mulata cubana!... Ya me lo sé todo de Cuba”.

Los cubanos tenemos una larga experiencia en este tipo de conocimientos del país... y de otros juicios que se parecen. Porque si el del hipotético y típico turista europeo resulta superficial e inocente, el que más molesta por su proyección es el de los analistas que sientan cátedra sobre su conocimiento de la realidad de la isla desde sus pedestales extranjeros y, más aun, se atreven a decirnos a los cubanos que residimos en Cuba cómo debemos vivir, comportarnos, pensar. Incluso, que podemos decir y como debemos escribir sobre nuestra sociedad... Y esas anatomías de una realidad tan peculiar, y como es lógico tratándose de Cuba, pueden venir desde las posiciones de la izquierda o desde las posturas de la derecha... pero siempre desde el sitio común de la prepotencia.

Tal vez como reacción alérgica a tal manifestación de intrusismo, que sufro como cubano, por lo general no emito opiniones sobre las realidades de los países en donde no vivo, trabajo, pienso. Creo firmemente que para tener una idea de una sociedad determinada y atreverse a expresarla públicamente hay que ser parte de ella, pero no como observador, sino como participante. Más aun, como sufriente.

Ha sido por esta razón que durante días, semanas, he controlado mi indignación y mi dolor y no he expresado, en cualquiera de las tribunas periodísticas que se me

143 Escritor cubano, La Habana, junio 2016.

ofrecen, mis impresiones sobre los recientes acontecimientos ocurridos en Brasil. Y cuando digo impresiones lo hago con toda conciencia de mi capacidad y el alcance de mi conocimiento, que solo me permite moverme en ese subjetivo plano de la conciencia.

Pero no haber expresado esas impresiones no ha aliviado el dolor ni calmado la indignación. Porque si algo me provoca todo el proceso político seguido en Brasil durante los últimos meses, coronado con la apertura del juicio político de la presidenta constitucional Dilma Rousseff, es exactamente dolor e indignación: en el alma o en la conciencia, donde quiera que esté el centro de las convicciones, los afectos, las cercanías y hasta las fobias de un ser pensante.

Desde mi balcón cubano he seguido con asombro cómo se trenzó una cadena de acontecimientos que llegaron al fin que han llegado: sacar del poder a un presidente electo por la mayoría de sus conciudadanos. Como si se tratara de un viejo western, o de una telenovela brasileña, he visto el desarrollo del drama con la esperanza de que, al final, se impusiera la justicia. Pero, con dolor y más asombro, he comprobado otra vez que las tramas de la realidad pueden ser más complicadas que las de cualquier ficción y que en la política los grandes poderes, visibles o invisibles, saben ejercer su cualidad y que pocas cosas son tan fáciles de realizar como la manipulación de la verdad y, con ella, de las mentes.

Con independencia de mis cercanías sociales y afectivas, que por supuesto pesan en la conformación de mis impresiones, lo ocurrido y lo que está ocurriendo en Brasil es doloroso, indignante y asombroso pero, a la vez, aleccionador. Pero creo que debe ser aleccionador sobre todo para los brasileños. Porque si la gestión de los años de gobierno del PT terminan por arrojar unos resultados políticos y sociales en los que se constata la existencia de un país dividido, con un por ciento notable de sus ciudadanos esgrimiendo posturas críticas hacia el gobierno que más ha hecho y que mejor lo ha hecho para las grandes masas de la nación, la gran lección que volvemos a recibir no es que los poderosos ejerzan su poder y que la venganza política sea un arma siempre al acecho. Eso lo sabemos todos, y todos lo asumimos como una realidad. Lo que más alecciona, a pesar de su repetida presencia, es comprobar que la ingratitud humana puede ser infinita.

Mientras el proceso contra la presidenta constitucional Dilma Rousseff avanza en sus laberintos, lo que más me interesa saber, como el espectador interesado que soy, es si realmente la mandataria cometió los pecados que se le achacan. Como muchas personas en el mundo, espero que no los haya cometido, por el bien de Brasil y de la verdad. Pero también espero que, por el bien de Brasil y de la verdad, cada uno de los culpables de corrupción, componendas políticas ilegales, manipulaciones de

la verdad, si es que existen –y creo que existen- sean juzgados con el mismo ensañamiento que ha sufrido Dilma Rousseff y todo lo que ella representa y que, si es posible, paguen el precio por lo que han hecho. Por el bien de Brasil y de la verdad que son dos realidades que están por encima de las convicciones políticas y, por supuesto, de mis simpatías y cercanías. Si algo así ocurre sentiré cómo se alivia el dolor que hoy siento por Brasil. Y tendré alguna esperanza de que, aun en la realidad, la Justicia no sea solo el nombre de un Ministerio, sino un escudo para la verdad y una medicina eficiente para el dolor en la conciencia.

DENTRO-FORA-FORA-DENTRO

Ligia Chiappini¹⁴⁴

No momento e nas circunstâncias em que me encontro¹⁴⁵, não poderia escrever um texto de caráter mais analítico e circunstanciado, razão pela qual este se apresenta como uma espécie de depoimento de quem viveu intensamente, na juventude, tanto a campanha pela legalidade, no Rio Grande do Sul, em 1961, quanto a instalação do governo ditatorial, com o golpe militar de 1964, e seus sinistros desdobramentos, voltando a enfrentar-se hoje com um outro golpe, desta vez apresentado como constitucional. É a história repetindo-se como farsa, nem por isso menos sinistra, sob o comando da quadrilha Cunha-Temer S.A. Aí se juntaram políticos de diferentes partidos, entre os quais, mais ostensivamente, o PMDB e mal disfarçadamente, o PSDB, para usurpar o poder da presidente Dilma Rousseff, legitimamente eleita pelo voto de mais de 54.000.000 de brasileiros.

Como em 64, o governo ilegítimo precisa apelar para métodos violentos, mesmo que se esforce para apresentá-los como fazendo parte da ordem democrática. Delações, grampos, traições, prisões, perseguição a brasileiros dentro e fora do País e até a volta da censura, embora também tentando novas estratégias, como ocorreu recentemente com o artigo da Wikipédia sobre o grande educador e pensador Paulo Freire, que foi covarde e anonimamente alterado, com o objetivo de caracterizar seu pensamento e sua prática como sendo sectários e autoritários. Como se isso fosse possível, em se tratando do criador da pedagogia do oprimido, da pedagogia da liberdade, da pedagogia da pergunta, pedagogia que é exatamente o oposto de qualquer doutrinação de um marxismo dogmático que lhe foi atribuído na grosseira copidescação feita no texto da Wikipédia, ela sim doutrinária, sectária e transpirando ignorância a cada

144 FU-Berlin-USP-São Paulo.

145 Escrevo este texto na Clínica de Boltenhagen, no Noroeste da Alemanha, onde estou internada para recuperar-me de recente radioterapia.

frase. Tão mais evidente ficou o absurdo dessa tentativa, quando, logo após os primeiros comentários críticos publicados na internet e fora dela, sem nenhuma explicação e com a mesma covardia do anonimato, sumiram os tais trechos de repente, voltando o artigo a ser o que era antes deles.

Minha longa experiência na docência e na pesquisa, dentro e fora do Brasil, inclusive no trabalho junto à escola pública, antes e depois da gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação do Município de São Paulo - com a qual tive a honra de colaborar, juntamente com outras e outros colegas da USP, que prestaram assessoria ao programa de reformulação curricular e à formação dos professores das escolas municipais -, ensinou-me a encarar as misérias, mas também as grandezas do nosso país. Essa aprendizagem enriqueceu-se e diversificou-se com as oportunidades que tive para atuar como docente e pesquisadora nos Estados Unidos e Europa, a partir dos anos 1980, mais especialmente na Alemanha, desde a queda do muro de Berlim, que tive o privilégio de testemunhar in loco, quando era professora visitante da *Freie Universitaet Berlin*.

Nos mais de 20 anos que se seguiram, vivendo entre dois mundos - Alemanha e Brasil - pude observar e comparar as visões positivas e negativas que brasileiros e estrangeiros tinham do País do Carnaval e do Futebol, e fui acompanhando como, à medida que novas e inéditas políticas públicas foram sendo implantadas, por meio de programas que conseguiram tirar milhões de pessoas da pobreza e outras tantas da miséria, a percepção do país ia mudando dentro e fora dele, tornando-se muito mais complexa e muito menos estereotipada.

Na Alemanha, vi o Brasil ir crescendo e se impondo aos poucos, mas solidamente, como parceiro global na economia, na política, na cultura. Em alguns casos, virou exemplo a ser seguido, como ocorreu com o orçamento municipal participativo e com os programas de combate à fome, entre outros. A visão positiva do país foi-se aprofundando quando os resultados das políticas sociais começaram a aparecer, como os mais de vinte milhões de pobres que deixaram de sê-lo. Também contribuiu muito para essa visão positiva a orientação adotada nas relações internacionais, predominando uma atitude igualmente respeitosa tanto para com os países mais ricos, como para com os países mais pobres, sem a tradicional submissão aos primeiros e tampouco sem recorrentes preconceitos em relação aos últimos. Essa atitude respeitosa, aberta à cooperação com uns e com outros, bilateralmente, mas sobretudo no âmbito de organizações regionais e transnacionais, como o Mercosul, a Unasul e o G20, foi ficando cada vez mais evidente, sendo discutida e avaliada em várias instâncias, entre elas, na Academia, em que grupos de pesquisa e congressos internacionais de brasilianistas, nas universidades e nas associações como BRASA, LASA, ADLAF

e outras congêneres, discutiram princípios, práticas, métodos e resultados dessa política, sem deixar de apontar limites e possibilidades a desenvolver.

Nesse meio tempo também pude perceber como a cultura brasileira, na sua diversidade étnica e regional e em suas distintas manifestações artísticas, conquistou o mundo - do teatro ao cinema, da dança à capoeira, da música popular e erudita à literatura. São apenas alguns dos elementos que, nos últimos 15 anos, concorreram e muito para o fortalecimento da autoestima dos brasileiros dentro e fora do País. Mas tudo isso está indo rapidamente e literalmente para o brejo, com o desmanche que os golpistas estão promovendo para voltar ao Brasil do passado.

Também do passado é a imagem que me volta nitidamente, de quando saí à rua em Porto Alegre, logo depois do golpe de 64, de cabeça baixa e infinitamente triste. Pois no dia seguinte à votação do *Impeachment* na Câmara dos Deputados, depois de passar a noite em claro, acompanhando o deplorável espetáculo pela internet, saí à rua em Berlim, também profundamente triste e muito, muito envergonhada. Não do Brasil nem dos brasileiros e brasileiras, mas daqueles nossos “representantes” sem nenhum espírito público, ignorantes e cafonas, que miravam apenas o próprio umbigo, com suas declarações de voto em nome (em vão) de Deus, da família e de sua aldeia, escancarando o seu machismo, o racismo e a homofobia antes apenas covardemente escondidos. E havia de ser ainda pior, com o que iria ocorrer depois do afastamento da presidente legitimamente eleita, pela votação, também vergonhosa, embora menos circense, do senado federal. Está mais do que evidente que o governo Temer, com sua equipe de homens velhos, brancos, ricos e de reputação nada ilibada, está destruindo a democracia a galope e instaurando uma nova ditadura. Esta, principalmente agora, depois do decreto que ressuscita a doutrina da Segurança Nacional para justificar o arbítrio absoluto, não se pode mais dizer que seja disfarçada. Na verdade, cada vez vai ficando mais claro que o deputado Bolsonaro, ao elogiar o torturador Ustra, no seu voto pelo *Impeachment*, estava expressando um pensamento e uma articulação mais geral e mais bem concertada, que hoje estamos vendo aflo-
rar sem pejo algum por parte dos que defendem um governo autoritário, aparatado “legalmente” para prender, matar, espionar, torturar, como nos “velhos” (?) tempos. Longa duração, como diria Braudel, duração longa do colonialismo, nacional, transnacional, moderno, capitalista e imperialista, como diria Pablo Casanova.

Muito já se comentou a respeito do nível mais crítico e mais verdadeiro da imprensa internacional, na cobertura do golpe. Ela reconheceu o golpe enquanto tal, mesmo que, em alguns casos, como o do jornal *Le Monde*, depois de algumas hesitações. Mesmo que, na maior parte das vezes, conservasse um certo ar de superioridade e de quase satisfação, com o que chamaram da regressão do Brasil, transformando-se

na nova e maior república das bananas do mundo, pela ação e pela palavra dos golpistas.

Mas não esqueçamos que o grito de “Fora Temer” se espalha de sul a norte no Brasil e no mundo. Por aqui ele reverbera de várias formas. Uma delas é nas ações, faixas, manifestos, passeatas, cantos e slogans de coletivos como um de que tenho a honra de fazer parte, denominado *Berlim contra o golpe*, que tem divulgado informações e aproveitado várias manifestações e festas de rua, como foi o caso do já internacionalmente famoso *Festival das Culturas*, para esclarecer as cidadãs e os cidadãos da Alemanha, interessados em saber mais e melhor o que ocorre num país que muitas e muitos aprenderam a respeitar e admirar. O interesse demonstrado pelo tema e a solidariedade que nos prestaram nessas ocasiões são dignos de nota.

As manifestações contra o golpe e em defesa da democracia, que ocorrem no Brasil, aqui e no resto do mundo, muitas delas promovidas por grupos ou coletivos que se conectam em rede para sincronizar ao máximo suas ações, trocando experiência, indignação e esperança, mostram o outro lado da longa duração: o lado do anticolonialíssimo, do anti-golpismo, da resistência de quem votou e quer ver quem elegeu governando, de quem conquistou direitos e não aceita regressão, de quem ganhou autoestima e exige respeito, de quem gritou conosco: “Nein zum Putsch in Brasilien. Dilma ist unsere Presidentin”¹⁴⁶.

146 Frase repetida em vários tons e por muitas vozes no Carnaval das Culturas e que significa: “Não ao golpe no Brasil. Dilma é nossa presidente”.

MONIZ BANDEIRA DENUNCIA APOIO DOS EUA A GOLPE NO BRASIL

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira¹⁴⁷
(entrevista)

O cientista político e historiador Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira alertou hoje (14) que por traz do processo golpista no Brasil, que levou à ascensão do presidente interino Michel Temer no lugar da presidenta legítima Dilma Rousseff, há poderosos interesses dos Estados Unidos, para ampliar sua presença na América do Sul.

“Esse golpe deve ser compreendido dentro do contexto internacional, em que os EUA tratam de recompor sua hegemonia sobre a América do Sul, ao ponto de negociar e estabelecer acordos com o presidente Mauricio Macri para a instalação de duas bases militares em regiões estratégicas da Argentina. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não se tratou, portanto, de um ato isolado, por motivos domésticos, internos do Brasil”, afirmou Moniz Bandeira, em entrevista concedida por e-mail ao PT na Câmara.

Moniz, que é autor de mais de 20 obras, entre elas “A Segunda Guerra Fria - Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos” (2013, Civilização Brasileira) e está lançando agora “A Desordem Internacional”, entende que o processo golpista no Brasil recebeu apoio dos EUA e de outros setores estrangeiros com interesse nas riquezas do país.

Ele critica também setores da burocracia do Estado (como Procuradoria-Geral da República, Polícia Federal e Judiciário) por atuarem para solapar a democracia brasileira, prejudicar empresas nacionais e abrir caminho para a consolidação de interesses estrangeiros no País, em especial dos EUA. “Muito dinheiro correu na campanha pelo *impeachment*. E a influência dos EUA transparece nos vínculos do juiz Sérgio Moro, que conduz o processo da Lava-Jato. Ele realizou cursos no Departamento de Estado, em 2007”, disse.

147 Professor, cientista político e historiador, especialista em política exterior do Brasil. Cônsul Honorário do Brasil em Heidelberg.

Leia a entrevista completa:

PT: Como o senhor avalia o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff?

M.B.: O fato de que o presidente interino Michel Temer e seus acólitos, nomeados ministros, atuam como definitivos, mudando toda a política da presidenta Dilma Rousseff, evidencia nitidamente a farsa montada para encobrir o golpe de Estado, um golpe frio contra a democracia, desfechado sob o manto de *impeachment*. Esse golpe, entretanto, deve ser compreendido dentro do contexto internacional, em que os Estados Unidos tratam de recompor sua hegemonia sobre a América do Sul, ao ponto de negociar e estabelecer acordos com o presidente Mauricio Macri para a instalação de duas bases militares em regiões estratégicas da Argentina. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não se tratou, portanto, de um ato isolado, por motivos domésticos, internos do Brasil.

PT: Onde seriam implantadas tais bases?

M.B.: Uma seria em Ushuaia, na província da Terra do Fogo, cujos limites se estendem até a Antártida; a outra na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), antiga ambição de Washington, a título de combater o terrorismo e o narcotráfico. Mas o grande interesse, inter alia, é, provavelmente, o Aquífero Guarani, o maior manancial subterrâneo de água doce do mundo, com um total de 200.000 km², um manancial transfronteiriço, que abrange o Brasil (840.000 km²), Paraguai (58.500 km²), Uruguai (58.500 km²) e Argentina (255.000 km²). Aí os grandes bancos dos Estados Unidos e da Europa - Citigroup, UBS, Deutsche Bank, Credit Suisse, Macquarie Bank, Barclays Bank, the Blackstone Group, Allianz, e HSBC Bank e outros - compraram vastas extensões de terra.

PT: A eleição de Mauricio Macri significa que a Argentina vai voltar ao tempo em que o ex-presidente Carlos Menem, com a doutrina do “realismo periférico”, desejava manter “relações carnavais” com os Estados Unidos?

M.B.: Os EUA estão a buscar a recuperação de sua hegemonia na América do Sul, hegemonia que começaram a perder com o fracasso das políticas neoliberais na década de 1990. Com a eleição de Mauricio Macri, na Argentina, conseguiram grande vitória. E, na Venezuela, o Estado encontra-se na iminência do colapso, devido à conjugação de desastrosas políticas dos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro com a queda do preço do petróleo e as operações para a mudança de regime, implementadas pela CIA, USAID, NED e ONGs financiadas por essas e outras entidades. A implantação de bases militares em Ushuaia e na Tríplice Fronteira, além de ferir a soberania da Argentina, significa séria ameaça à segurança nacional não só do Brasil

como dos demais países da região. Os EUA possuem bases na Colômbia e alguns contingentes militares no Peru, a ostentarem sua presença nos Andes e no Pacífico Ocidental. E com as bases na Argentina completariam um cerco virtual da região, ao norte e ao sul, ao lado do Pacífico e do Atlântico.

PT: Que implicações teria o estabelecimento de tais bases na Argentina?

M.B.: Quaisquer que sejam as mais diversas justificativas, inclusive científicas, a presença militar dos EUA na Argentina implicaria maior infiltração da OTAN, na América do Sul, penetrada já, sorrateiramente, pela Grã-Bretanha no arquipélago das Malvinas, e abrogaria de facto e definitivamente a resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que, em 1986, estabeleceu o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação (ZPCAS). E o Brasil jamais aceitou que a OTAN estendesse ao Atlântico Sul sua área de influência e atuação. Em 2010, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, o então ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim (do PMDB, o mesmo partido do presidente provisório Temer), atacou a estratégia de ampliar a área de ingerência da OTAN ao Atlântico Sul, afirmando que nem o Brasil nem a América do Sul podem aceitar que os Estados Unidos “se arvorem” o direito de intervir em “qualquer teatro de operação” sob “os mais variados pretextos”, com a OTAN “a servir de instrumento para o avanço dos interesses de seu membro exponencial, os Estados Unidos da América, e, subsidiariamente, dos aliados europeus”.

PT: Mas estabelecer uma base militar na região da Antártida não é uma antiga pretensão dos EUA?

M.B.: Sim. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial esse é um objetivo estratégico do Pentágono a fim de dominar a entrada no Atlântico Sul. E, possivelmente, tal pretensão agora ainda mais se acentuou devido ao fato de que a China, que está a construir em Paraje de Quintuco, na província de Neuquén, coração da Patagônia, mais moderna estação interplanetária e a primeira fora de seu próprio território, com poderosa antena de 35 metros para pesquisas do “espaço profundo”, como parte do Programa Nacional de Exploração da Lua e Marte. A previsão é de que comece a operar em fins de 2016. Mas a fim de recuperar a hegemonia sobre toda a América do Sul, na disputa cada vez mais acirrada com a China era necessário controlar, sobretudo, o Brasil, e acabar o Mercosul, a Unasul e outros órgãos criados juntamente com a Argentina, seu principal sócio e parceiro estratégico, a envolver os demais países da América do Sul. A derrubada da presidente Dilma Rousseff podia permitir a Washington colocar um preposto para substituí-la. A mudança na situação econômica e política tanto da Argentina como do Brasil afigura-se, entretanto, muito difícil para os EUA. A China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, com investimentos previstos superiores a US\$54 bilhões, e o segundo maior parceiro comercial da

Argentina, depois do Brasil. O Brasil, ao desenvolver uma política exterior com maior autonomia, fora da órbita de Washington, e de não intervenção nos países vizinhos e de integração da América do Sul, conforme a Constituição de 1988, constituía um obstáculo aos desígnios hegemônicos dos EUA, que pretendem impor a todos os países da América tratados de livre comércio similares aos firmados com as repúblicas do Pacífico. Os EUA não se conformam com o fato de o Brasil integrar o bloco conhecido como BRICS e seja um dos membros do banco em Shanghai, que visa a concorrer com o FMI e o Banco Mundial.

PT: Como o senhor vê a degradação da democracia no Brasil, com a atuação de setores da burocracia do Estado (Ministério Público, Polícia Federal e Judiciário) que agem de modo a rasgar a Constituição, achicanando o país?

M.B.: A campanha contra a corrupção, nos termos que o procurador-geral Rodrigo Janot e o juiz Sérgio Moro executam, visou, objetivamente, a desmoralizar a Petrobrás e as grandes construtoras nacionais, tanto que nem sequer as empresas estrangeiras foram investigadas, e elas estão, de certo, envolvidas também na corrupção de políticos brasileiros. Ao mesmo tempo se criou o clima para o golpe frio contra o governo da presidente Dilma Rousseff, adensado pelas demonstrações de junho de 2013 e as vaías contra ela na Copa do Mundo. A estratégia inspirou-se no manual do professor Gene Sharp, intitulado *Da Ditadura à Democracia*, para treinamento de agitadores, ativistas, em universidades americanas e até mesmo nas embaixadas dos Estados Unidos, para liderar ONGs, entre as quais Estudantes pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre, financiadas com recursos dos bilionários David e Charles Koch, sustentáculo do Tea Party, bem como pelos bilionários Warren Buffett e Jorge Paulo Lemann, proprietários dos grupos Heinz Ketchup, Budweiser e Burger King, e sócios de Verônica Allende Serra, filha do ex-governador de São Paulo José Serra, na sorveteria Diletto. Outras ONGs são sustentadas pelo especulador George Soros, que igualmente financiou a campanha “Venha para as ruas”.

PT: Os pedidos de prisão de próceres do PMDB e do presidente do Senado, encaminhados pelo procurador-geral da República, podem desestabilizar o Estado brasileiro?

M.B.: Os motivos alegados, que vazaram para a mídia, não justificariam medida tão radical, a atingir toda linha sucessória do governo brasileiro. O objetivo do PGR poderia ser de promoção pessoal, porém tanto ele como o juiz Sérgio Moro atuam, praticamente, para desmoralizar ainda mais todo o Estado brasileiro, como se estivessem a serviço de interesses estrangeiros. E não só desmoralizar o Estado brasileiro. Vão muito mais longe nos seus objetivos antinacionais. As suspeitas levantadas contra a fábrica de submarinos, onde se constrói, inclusive, o submarino nuclear, todos

com transferência para o Brasil de tecnologia francesa, permitem perceber o intuito de desmontar o programa de rearmamento das Forças Armadas, reiniciado pelo presidente Lula e continuado pela presidente Dilma Rousseff. E é muito possível que, em seguida, o alvo seja a fabricação de jatos, com transferência de tecnologia da Suécia, o que os EUA não fazem, como no caso do submarino nuclear. É preciso lembrar que, desde o governo de Collor de Melo e, principalmente, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil foi virtualmente desarmado, o Exército nem recursos tinha para alimentar os recrutas e foi desmantelada a indústria bélica, que o governo do general Ernesto Geisel havia incentivado, após romper o Acordo Militar com os Estados Unidos, na segunda metade dos anos 1970.

PT: O sr. julga que os Estados Unidos estiveram por trás da campanha para derrubar o governo da presidente Dilma Rousseff?

M.B.: Há fortes indícios de que o capital financeiro internacional, isto é, de que Wall Street e Washington nutriram a crise política e institucional, aguçando feroz luta de classes no Brasil. Ocorreu algo similar ao que o presidente Getúlio Vargas denunciou na carta-testamento, antes de suicidar-se, em 24 de agosto de 1954: “A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de liberdade e garantia do trabalho”. Muito dinheiro correu na campanha pelo *impeachment*. E a influência dos EUA transparece nos vínculos do juiz Sérgio Moro, que conduz o processo da Lava-Jato. Ele realizou cursos no Departamento de Estado, em 2007. No ano seguinte, em 2008, passou um mês num programa especial de treinamento na Escola de Direito de Harvard, em conjunto com sua colega Gisele Lemke. E, em outubro de 2009, participou da conferência regional sobre “Illicit Financial Crimes”, promovida no Rio de Janeiro pela Embaixada dos Estados Unidos. A Agência Nacional de Segurança (NSA), que monitorou as comunicações da Petrobras, descobriu a ocorrência de irregularidades e corrupção de alguns militantes do PT e, possivelmente, passou informação sobre o doleiro Alberto Yousseff a um delegado da Polícia Federal e ao juiz Sérgio Moro, de Curitiba, já treinado em ação multi-jurisdicional e práticas de investigação, inclusive com demonstrações reais (como preparar testemunhas para delatar terceiros). Não sem motivo o juiz Sérgio Moro foi eleito como um dos dez homens mais influentes do mundo pela revista Time. Ele dirigiu a Operação Lava-Jato, coadjuvado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, como um reality show, sem qualquer discricção, vazando seletivamente informações para a mídia, com base em delações obtidas sob ameaças e coerção, e prisões ilegais, com o fito de macular e incriminar, sobretudo, o ex-presidente Lula. E a campanha continua.

PT: Aonde vai?

M.B.: Vai longe. Visa a atingir todo o Brasil como nação. E daí que se prenuncia uma campanha contra a indústria bélica, a começar contra a construção dos submarinos, com tecnologia transferida da França, o único país que concordou em fazê-lo, e vai chegar à construção dos jatos, com tecnologia da Suécia e outras indústrias. Essas iniciativas dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff afetaram e afetam os interesses dos Estados Unidos, cuja economia se sustenta, largamente, com a exportação de armamentos. Apesar de toda a pressão de Washington, o Brasil não comprou os jatos F/A-18 Super Hornets da Boeing, o que contribuiu, juntamente com o cancelamento das encomendas pela Coreia do Sul, para que ela tivesse de fechar sua planta em Long Beach, na Califórnia. A decisão da presidente Dilma Rousseff de optar pelos jatos da Suécia representou duro golpe na divisão de defesa da Boeing, com a perda de um negócio no valor US\$4,5 bilhões. Esse e outros fatores concorreram para a armação do golpe no Brasil.

PT: E qual a perspectiva?

M.B.: É sombria. O governo interino de Michel Temer não tem legitimidade, é impopular e, ao que tudo indica, não há de perdurar até 2018. É fraco. Não contenta a gregos e troianos. E, ainda que o presidente interino Michel Temer não consiga o voto de 54 senadores para efetivar o *impeachment*, será muito difícil a presidenta Dilma Rousseff governar com um Congresso, em grande parte corrompido, e o STF comprometido pela desavergonhada atuação, abertamente político-partidária, de certos ministros. Novas eleições, portanto, creio que só as Forças Armadas, cujo comando do Exército, Marinha e Aeronáutica até agora está imune e isento, podem organizar e presidir e presidir o processo. Também só elas podem impedir que o Estado brasileiro seja desmantelado, em meio a esse clima de inquisição, criado e mantido no país, em colaboração com a mídia corporativa, por elementos do Judiciário, como se estivessem acima de qualquer suspeita. E não estão. Não são deuses no Olimpo.

MANIFESTO INTELECTUAIS NORTE-AMERICANOS. A DEMOCRACIA BRASILEIRA ESTÁ SERIAMENTE AMEAÇADA

James N. Green¹⁴⁸

Renan Quinalha¹⁴⁹

Um manifesto online, assinado por acadêmicos especializados em estudos sobre o Brasil em universidades estrangeiras, diz que a democracia brasileira encontra-se “seriamente ameaçada” pelo atual clima político.

Idealizado pelo historiador James Green, da Universidade Brown, em Rhode Island, nos Estados Unidos, e o sociólogo brasileiro Renan Quinalha, pesquisador convidado na Brown, o manifesto reconhece a legitimidade e a necessidade do combate à corrupção por meio de inquéritos como os da Operação Lava Jato, mas acusa o que seriam abusos na condução da investigação e afirma que “setores do judiciário, com o apoio de interesses da grande imprensa, têm se tornado protagonistas em prejudicar o Estado de Direito”.

“Tomamos a iniciativa de organizar esse abaixo-assinado por conta da grave situação política que o Brasil atravessa hoje. Recebemos uma chamada de acadêmicos brasileiros pedindo solidariedade na defesa da democracia e atendemos prontamente a esse chamado”, disse Green, por e-mail, à **Agência Brasil**. “Nossa intenção foi somar a comunidade acadêmica internacional às diversas iniciativas que estão se proliferando pelo Brasil.”

Green é autor dos livros *Além do Carnaval – A Homossexualidade Masculina no Brasil do Séc. XX* (Unesp, 2000) e *Apesar de Vocês – Oposição à Ditadura Brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985* (Companhia das Letras, 2009), que analisa as relações Brasil-EUA no período e conta a história de pessoas que combateram o regime militar brasileiro a partir do país norte-americano.

148 James_Green@brown.edu

149 renanhq@gmail.com

BRAZILIAN DEMOCRACY IS SERIOUSLY THREATENED

Organized by James N. Green and Renan Quinalha

We, the undersigned academics, students, and scholars, living and working in the United States, Europe, and other parts of the world, who are specialists in Latin American studies, are alarmed at the current political situation in Brazil, which poses a serious threat to democracy. Since 1985, Brazil has been enjoying the longest period of democratic stability in its history, following a coup d'état in 1964 and a violent military dictatorship that lasted twenty-one years. Under the aegis of the 1988 Constitution, which guarantees a wide range of social and individual rights, Brazil has become a more democratic society, with greater political participation, broader and more inclusive notions of citizenship, and the strengthening public institutions. In spite of these advances, corruption remains endemic. A series of scandals involving politicians of different party affiliations have outraged the public. As a result, there have been widespread mobilizations demanding an end to illicit practices. There have also been bold actions by state institutions, such as the Federal Police, the Federal Prosecutors Service, and the Judiciary. The combat against corruption is legitimate and necessary to improve the responsiveness of Brazilian democracy. But in the current political climate, we find a serious risk that the rhetoric of anti-corruption has been used to destabilize the current democratically-elected government, further aggravating the serious economic and political crisis that the country is facing. Instead of retaining political neutrality and respecting due process, sectors of the Judiciary, with the support of major media interests, have become protagonists in undermining the rule of law. During their investigations, some public officials have violated basic rights of citizens, such as the presumption of innocence, the assurance of an impartial judiciary, attorney-client privilege, and the guarantee of the right to privacy. The Lava Jato Operation, led by the federal judge Sérgio Moro, has centralized the principal corruption investigations over the last two years. These investigations have been marred by repeated excesses and unjustified measures, such as arbitrary preventive

detentions, dubious and problematic plea-bargaining agreements, selective leaking of information to the media for political purposes, and the illegal wiretapping of both the current President of the Republic and the most recent former president. All of this has taken place with the sustained support of powerful sectors of the media in an unprecedented effort to influence public opinion for specific political ends. The combat against corruption must be carried out within strict legal limits that protect the basic rights of the accused. The violation of democratic procedure represents a serious threat to democracy. When the armed forces overthrew the government of President João Goulart in 1964, they used the combat against corruption as one of their justifications. Brazil paid a high price for twenty-one years of military rule. The fight for a democratic country has been long and arduous. Today, all those who believe in a democratic Brazil need to speak out against these arbitrary measures that threaten to erode the progress made over the course of the last three decades.

MANIFESTO ZURICH DE INTELLECTUAIS SUIÇOS CONTRA O GOLPE NO BRASIL

MBSocial¹⁵⁰

Em evento que reuniu jornalistas, intelectuais e artistas suíços e brasileiros foi lançado o “Manifesto de Zurique”, documento lançado no início de julho de 2016 por intelectuais suíços contra o golpe no Brasil.

O documento conta com o apoio e a assinatura de um dos principais escritores e políticos da Suíça, **Jean Ziegler**, sociólogo, professor durante 30 anos da Universidade de Genebra e deputado no parlamento Suíço. Ziegler é um dos mais importantes intelectuais de esquerda da Europa, crítico do neoliberalismo internacional, autor de livros polêmicos como “A Suíça, o Ouro e os Mortos”, “A Suíça Lava Mais Branco” e “Os Senhores do Crime” e é hoje membro permanente do Conselho Consultivo da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Manifesto de Zurique já conta com mais de 500 assinaturas, sendo os primeiros a assinarem o documento 55 líderes sindicais de diversos países presentes em Genebra no XXII Encontro Internacional dos Sindicalistas por ocasião da sessão anual da OIT, quando foi realizado o ato “Somos Todos Contra o Golpe”, organizado pela Central Única dos Trabalhadores CUT-UNIA no último junho.

Abaixo o manifesto na íntegra traduzido ao português, disponível em versão original no site: <https://www.change.org/p/manifesto-da-su%C3%AD%C3%A7a-contra-o-golpe-no-brasil-manifest-gegen-den-staatsstreich-in-brasilien>

150 Zürich, 6. Juni 2016 . MANIFESTO BRASIL SOCIAL – MBSocial. info.mbsocial@gmail.com

Manifesto da Suíça contra o Golpe no Brasil- Manifest Gegen den Staatsstreich in Brasilien

Português / Deutsch

O grupo *Manifesto Brasil Social MBSocial*, criado por brasileiros residentes na Suíça, tem como objetivo atuar direta e indiretamente no processo político do país, engajando-se na luta pelo resgate do sistema democrático, colocado em risco recentemente através do golpe parlamentar ocorrido em maio de 2016.

Compreendemos a gravidade deste momento histórico e nos comprometemos a desenvolver ações de curto, médio e longo prazo, que visem aprofundar o debate político fora e dentro do país. Escrevemos o Manifesto de Zurique, e gostaríamos de contar com a sua assinatura para enviar ao Senado Brasileiro antes da votação definitiva do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Manifesto de Zurique

Nós, brasileiros residentes na Suíça, pedimos seu apoio ao exercício de nossa plena cidadania, denunciando o Golpe Parlamentar ocorrido recentemente no Brasil, e aos nossos esforços para fortalecer um Brasil democrático e social.

1. Condenamos a suspensão temporária da Presidenta Dilma Rousseff do governo no dia 12 de Maio de 2016, através do uso irregular do instrumento jurídico de *Impeachment*, sob a alegação do uso de “pedaladas fiscais”, sem configurar crime de responsabilidade, como regulamentado no Art. 85 da Constituição Brasileira de 1988.
2. Denunciamos como Golpe Parlamentar a ação que permitiu ao Vice-Presidente Michel Temer assumir o governo no lugar de Dilma Rousseff, eleita em 2014 pela maioria do povo brasileiro, violando a Constituição, a legalidade institucional e parlamentar brasileira, contando com o apoio de uma grande mídia partidária e oligárquica.
3. Declaramos como ilegítimo o governo do Presidente Interino Michel Temer, assim como a constituição de um novo Ministério, composto majoritariamente por políticos envolvidos em processos

por irregularidades administrativas, corrupção e violação dos direitos humanos.

4. Registramos nossa indignação diante da omissão do Supremo Tribunal Federal (STF), ao permitir que processos irregulares sejam julgados de forma seletiva, representando interesses privados e empresariais, e que sejam aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.
5. Protestamos contra o desmantelamento das políticas econômicas, sociais, educacionais e culturais, que nos últimos 14 anos, permitiram 40 milhões de brasileiros de saírem da miséria e levaram o Brasil a se afirmar como uma nação modelo de inclusão social, servindo de exemplo a outros países, principalmente na América do Sul.
6. Denunciamos como um grave risco à democracia brasileira e aos direitos fundamentais da sociedade civil, os ataques feitos pelo governo interino ao Ministério da Cultura, ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, ao Ministério da Justiça, à Controladoria Geral da União (CGU), à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e aos projetos em prol da Educação para todos, ao direito universal à Saúde e reiteramos a defesa da laicidade, da ecologia, dos direitos dos povos indígenas, do programa Minha Casa Minha Vida, do Bolsa Família, dos investimentos em Ciência e Tecnologia, das quotas nas Universidades, do fortalecimento da previdência social, do desenvolvimento agrário e de todos outros projetos de inclusão social eliminados recentemente de forma arbitrária, provocando um retrocesso histórico ao país.
7. Repudiamos em especial as agressões feitas às mulheres, ao movimento feminino e às políticas de gênero, em forma de ofensas, calúnias e expressões machistas direcionadas à Presidenta Dilma Rousseff por grupos religiosos, parlamentares e movimentos populistas de direita.
8. Condenamos o uso da violência policial na repressão aos protestos recentes contra o Golpe e contra o Governo ilegítimo, como uma grave agressão aos Direitos Humanos Universais, assim como a violência endêmica e sistemática sofrida por jovens negros nas periferias dos grandes centros.

9. Rejeitamos a entrega de riquezas brasileiras a potências estrangeiras, a exploração do Pré-Sal por grupos internacionais, a desvinculação brasileira do Mercosul, o cancelamento das parcerias com o BRICS e todo desvio de recursos anteriormente comprometidos com a Educação, Saúde e Infraestrutura.
10. Defendemos a Soberania Nacional Brasileira, a Democracia, a Justiça Social e uma Ordem Política Internacional plural e diversificada.

Zurique, 6 de junho 2016

MANIFESTO BRASIL SOCIAL – MBSocial

info.mbsocial@gmail.com

Die Gruppe *Manifesto Brasil Social MBSocial* wurde von Brasilianern, die in der Schweiz wohnen, gegründet. Unser Ziel ist es, an der aktuellen politischen Diskussion in Brasilien teilzunehmen und das demokratische System im Land zu stärken – besonders in diesem Moment, in welchem ein „kalter Putsch“ die politische und soziale Stabilität Brasiliens in Gefahr gebracht hat. Wir haben das Zürcher Manifest geschrieben, welches wir mit Euren Unterschriften an den Senat in Brasilien senden möchten vor der Abstimmung über die definitive Amtsenthebung der Präsidentin Dilma Rousseff.

Zürcher Manifest

Ein parlamentarischer Staatsstreich hat vor kurzem in Brasilien stattgefunden und zur vorübergehenden Absetzung der demokratisch gewählten Präsidentin geführt. Wir, eine Gruppe in der Schweiz lebender Brasilianerinnen und Brazilianer, brauchen Ihre Unterstützung, damit wir unsere Bürgerrechte und ein demokratisches und soziales Brasilien stärken können.

1. Wir verurteilen die am 12. Mai 2016 von der Landesregierung durch einen unverhältnismässigen Gebrauch des Rechtsinstrumentes der Amtsenthebung erfolgte, vorübergehende Absetzung der Präsidentin Dilma Rousseff. Ihr wird vorgeworfen, die Staatsrechnungen geschönt zu haben, was kein kriminelles

Vergehen gemäss Artikel 85 der brasilianischen Verfassung von 1988 darstellt.

2. Wir verurteilen den Amtsantritt des Vizepräsidenten Michel Temer als Regierungschef, der nur aufgrund eines parlamentarischen Staatsstreiches erfolgen konnte. Dilma Rousseff wurde 2014 von der Mehrheit des brasilianischen Volkes gewählt. Dieser Staatsstreich verstösst gegen die Bundesverfassung und entbehrt jeglicher institutioneller und parlamentarischer Rechtmässigkeit. Die grossen Medien spielten dabei eine äusserst parteiische Rolle und vertraten immer wieder die Interessen der brasilianischen Oligarchen.
3. Wir bezeichnen sowohl die Regierung des interimistischen Präsidenten Michel Temer als auch die neu eingesetzten Minister als illegitim. Diese bestehen hauptsächlich aus Politikern, gegen die Prozesse wegen Korruption, Unregelmässigkeiten in der Verwaltung und Verletzung der Menschenrechte laufen.
4. Wir sind empört über die Tatenlosigkeit des Obersten Gerichtshofes, der es zulies, dass sowohl das Parlament als auch der Senat Gerichtsverfahren anstrengen durfte, welche nur Partikular- und wirtschaftlichen Interessen dienten.
5. Wir protestieren gegen den Abbau der wirtschaftlichen, sozialen, bildungs- und kulturpolitischen Errungenschaften der vergangenen 14 Jahre. Diese Errungenschaften haben es 40 Millionen Brasilianerinnen und Brasilianern ermöglicht, aus der Armut herauszufinden. Dank dieser Politik galt Brasilien als Vorzeignation – insbesondere in Südamerika.
6. Wir verurteilen die Abschaffung wichtiger Ministerien durch die interimistische Regierung und erachten dies als ernste Bedrohung für die brasilianische Demokratie und für die Grundrechte der Zivilgesellschaft. So wurden das Ministerium für Frauen, das Ministerium für Rassengleichstellung und das Ministerium für Menschenrechte abgeschafft. Weiter stehen Kürzungen bei vielen sozialen Projekten im Bereich der Bildung und der Gesundheit bevor. Wir bekräftigen die Notwendigkeit der Trennung von Kirche und Staat (der Verteidigung des Laizismus), der Ökologie, der Rechte der indigenen Bevölkerung, die Wichtigkeit von sozialen Programmen, Investitionen in Forschung und Entwicklung sowie die

Beibehaltung von Quoten an Universitäten für sozial Schwache. Im Weiteren fordern wir die Stärkung der Sozialversicherungen, der Agrarentwicklung und Projekte im Bereich der sozialen Eingliederung, und verurteilen die auf willkürliche Weise beendeten sozialen Programme. All diese Attacken der interimistischen Regierung stellen einen historischen Rückschritt für Brasilien dar.

7. Wir verurteilen insbesondere die Aggressionen gegen Frauen, gegen die Frauenbewegung und gegen die Geschlechterpolitik in Form von Beschimpfungen und Verunglimpfungen, sowie die sexistischen Angriffe auf die Präsidentin Dilma Rousseff seitens religiöser Gruppen, Parlamentariern und Rechtspopulisten.
8. Wir verurteilen die Polizeigewalt gegen friedliche Demonstranten, die sich gegen den Staatsstreich und gegen die illegitime Regierung wehren, als einen schweren Angriff auf universelle Menschenrechte. Auch verurteilen wir die andauernde und systematische Gewalt gegen junge Schwarze in den grossen Ballungsräumen.
9. Wir lehnen die Ausbeutung der brasilianischen Ressourcen durch ausländische Mächte sowie die Ölgewinnung der „Pré-Sal-Ölreserven“ durch internationale Gruppen ab. Wir sind entschieden gegen den Exit Brasiliens aus dem Mercosul, die Aufhebung der Partnerschaften mit den BRICS-Staaten sowie die Zweckentfremdung und Neuverteilung von Haushaltsmitteln, welche zuvor für die Bildung, Gesundheit und Infrastruktur bestimmt waren.
10. Wir verteidigen die Souveränität, die Demokratie und die soziale Gerechtigkeit Brasiliens.

Zürich, 6. Juni 2016

MANIFESTO BRASIL SOCIAL - MBSocial

info.mbsocial@gmail.com

PENSANDO EN BRASIL DESDE AMÉRICA LATINA, Y VICEVERSA (VALGA LA REDUNDANCIA)

Manuel E. Gándara Carballido¹⁵¹

Me invitan a pronunciarme sobre cómo percibo la situación brasileña, sus riesgos y desafíos. He tenido el regalo de ser latinoamericano, de vivir en Brasil y de acompañar de cerca la lucha de su pueblo por condiciones de vida digna. Y es desde esa doble condición que escribo. Lo hago, además, desde mi opción ética, política e ideológica contra toda forma de subordinación que implique explotación, dominación, exclusión, discriminación.

Como la lucha sigue, quiero hacer de este texto un espacio para dialogar y pensar en lo que el proceso por el que atraviesa Brasil nos puede decir sobre las luchas en las que estamos implicados todos los latinoamericanos.

¿Qué podemos percibir y qué desafíos nos pone de manifiesto lo que está ocurriendo en Brasil?

Percibo que la democracia brasileña está siendo atacada; percibo que ese ataque se hace (entre otros sectores) desde dentro de las propias instituciones del Estado; que ese ataque tiene detrás una agenda concreta de retroceso en diversos ámbitos en los que, en medio de muchas contradicciones, se había ido avanzando: políticas sociales

151 Activista de derechos humanos, dedicado a la educación popular en derechos humanos en Venezuela, donde acompañó procesos de formación y organización con comunidades de base y organizaciones sociales. Miembro de la Red de Apoyo por la Justicia y la Paz y del Instituto Joaquín Herrera Flores. Es Licenciado en Filosofía por la Universidad Santa Rosa de Lima, Caracas, Venezuela; Magister en Filosofía de la Práctica por la Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, Venezuela; Magister en Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo por la Universidad Pablo de Olavide en Sevilla, España. Doctor en Derechos Humanos y Desarrollo por la Universidad Pablo de Olavide, en Sevilla, España. Profesor de “Teoría tradicional y teoría crítica de los derechos humanos” en el Programa Oficial de Máster en “Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo” de la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla, España. Profesor en la Maestría de Psicología Social de la Universidad Central de Venezuela. Ha participado como docente en programas de postgrado en universidades de Portugal, Costa Rica y Brasil.

y de derechos humanos, democratización económica, construcción de la integración desde el sur, reconocimiento de la diversidad cultural, etc.

Viendo el proceso brasileño, queda claro que no basta la racionalidad burocrática para controlar la función de las instituciones; es necesario el ejercicio ciudadano de control democrático de esas instituciones.

Percibo que Brasil ha sido testigo de una descarada manipulación por parte de los más importantes medios privados de comunicación e información (y de producción de opinión), marcando agenda, ocultando hechos, tergiversando versiones, sobre-representando parte de la realidad en el imaginario social.

Atendiendo a lo que pasa en Brasil, queda claro que necesitamos rediscutir el papel de las empresas privadas de comunicación en el quehacer democrático, identificando en qué medida el uso que éstas hacen de las libertades no es más que una inversión ideológica de los derechos. Se confirma que necesitamos avanzar en la regulación pública y democrática del poder de los medios de comunicación social.

Percibo en Brasil a un Poder Judicial y un Ministerio Público que actúa de manera selectiva en función de una agenda distinta de la que exige el mandato que le ha sido encomendado. Hemos constatado cómo algunos de sus representantes disfrazan su actuación de legalidad, y, en nombre del necesario combate a la corrupción, atentan contra los valores democráticos y el orden constitucional.

Con la vista puesta en Brasil, necesitamos problematizar el papel que cumplen algunos operadores del derecho a la sombra de una supuesta formalidad que encubre su actuación corporativista y orientada según sus intereses de clase y de grupo.

Pero en Brasil también percibo la fuerza de la movilización popular en defensa de la democracia. En las calles, en la plaza pública, en las universidades, en los movimientos culturales, en los más diversos espacios, el pueblo ha dicho y sigue diciendo “Fora Temer”, resistiendo los ataques que se van asestando sobre los derechos conquistados. Hemos presenciado, incluso, un proceso de repolitización (de vuelta a la política), en la que el pueblo, manifestando su compromiso con el sistema democrático, ha devuelto al quehacer político su horizonte de sentido.

Con el corazón puesto en Brasil, con el corazón puesto en América Latina, necesitamos valorar los avances en cultura democrática que nuestros países han ido gestando; necesitamos reconocernos en nuestra diversidad, dialogar desde nuestras diferencias, apoyar las diversas luchas y aprender de ellas, para mantenernos firmes en la construcción de un mundo más justo, más libre, más solidario.

¡Fuerza Brasil!

¡Fuera Temer!

O PROTAGONISMO DO BRASIL NO EXTERIOR NOS ANOS LULA E DILMA E O RETROCESSO EM VISTA

Marcelo Ribeiro Uchôa¹⁵²

Friedrich Hayek inaugurou, em 1944, com seu texto *O Caminho da Servidão*, o neoliberalismo enquanto reação teórica e política veemente contra o intervencionismo, em especial, a expansão do trabalhismo na Grã-Bretanha e o socialismo em todo mundo. Seus estudos foram aprofundados nos anos seguintes pela Sociedade de Mont Pèlerin, a qual envolvia, além do próprio Hayek, pensadores liberais, como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, dentre outros. O objetivo era evitar a perpetuação do estado de bem-estar social, keynesiano, o qual, a pretexto de ser solidário, supostamente redundaria em um estado intervencionista, suscetível de arrastar o homem à servidão. O neoliberalismo propunha uma intervenção mínima do Estado na economia. Afinal de contas, a livre concorrência, a mão invisível que move o desejo individual e o mercado, supostamente superaria em justiça e adequação¹⁵³ à economia planificada.

A grande depressão da década de 1970, que atingiu fortemente os modelos estatais de bem-estar social, instituídos no pós-II Guerra Mundial, repercutindo em baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, pôs o discurso neoliberal na ordem do dia. A tônica, a partir de então, seria estabelecer um Estado capaz de contingenciar o poder corporativo dos sindicatos e facilitar, segundo sua ótica, os ajustes necessários de mercado, mas ao mesmo tempo parcimonioso para evitar dispêndios sociais

152 Professor Doutor Adjunto de Direito Internacional Público do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Mestre e Doutor em Direito Constitucional (UNIFOR). Diplomas de Estudios Superiores, Estudios Avanzados e Grado pela Universidad de Salamanca – USAL (Espanha)

153 Em justiça, porque se fundaria no princípio fundamental da liberdade, e, em adequação, porque possibilitaria, através da livre concorrência, uma maior adaptação às complexas necessidades do mercado, o que não seria possível numa economia com fins determinados como a planificada.

desnecessários e intervenções indevidas na economia¹⁵⁴. A integração dos mercados - melhor ainda, o sistema comunitário - também serviria para ampliar a capacidade de investimento em produção e tecnologia, além de majoração de oferta de bens, serviços e consumo.

A chegada de Margareth Thatcher ao poder, na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan, nos EUA, em 1980, e, ainda, Helmut Kohl, em 1983, na Alemanha, desencadearam um processo de expansão neoliberal que se projetou para os mais diversos países, em todos os continentes. Entretanto, a retomada do crescimento nos países eurocêntricos e nos EUA não implicou no desenvolvimento econômico dos países periféricos do mundo capitalista, situação desvantajosa que se projetou no Brasil, na América do Sul. No continente sul-americano, a exemplo de boa parte da América Latina, cujas bases da economia historicamente jamais acompanharam o mesmo grau de desenvolvimento industrial e tecnológico dos países capitalistas hegemônicos, o que se viu foi a consolidação de economias inteiramente dependentes do capital financeiro internacional, impotentes em competitividade com o resto do mundo, e fortemente manchadas pelos altíssimos níveis de desigualdade social, com grotões acentuados de miséria. A ausência de um desenvolvimento econômico simultâneo na América Latina não foi um acaso ou um disparate do destino. Tratou-se de um fato histórico inserido numa conjunção de movimentos que tiveram no capitalismo internacional sua mola propulsora. Leciona Bresser Pereira (2006, pp. 21-22) que, na segunda metade do século XVIII, alcançaram um desenvolvimento econômico original, estimulado pela Revolução Industrial, países que já haviam unificado seus territórios em torno de Estados nacionais, os quais já estavam comprometidos com uma lógica de acumulação de capital e apropriação de excedentes para investimento em progresso técnico advinda da antiga Revolução Comercial (Inglaterra, França, Bélgica e EUA, por exemplo). Um século após, foi a vez do desenvolvimento econômico tardio de nações como Alemanha, Rússia, Áustria, Suécia e Japão. Já após a II Guerra Mundial, desencadeou-se o movimento que o autor batiza de desenvolvimento nacional-dependente, que vinculou Estados como o Brasil.

De uma forma ou de outra, o certo é que, em 2002, a capacidade do Estado brasileiro de conduzir de modo autônomo e independente sua participação na estrutura do comércio internacional estava bastante limitada, pois o país vivia o que Gilberto

154 Nesta concepção, o Estado deve possuir “*legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei*” (PEREIRA, 2006, p. 7), a fim de proporcionar condições de planejamento e implementação de uma estratégia de desenvolvimento econômico adequada ao alcance dos objetivos políticos das sociedades em geral: segurança, liberdade, desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ao meio ambiente. (PEREIRA, 2006, p. 22)

Bercovici convencionou chamar de *estado de exceção econômico* (BERCOVICI, 2006, p.97). Isto é, o poder soberano do Estado brasileiro e de boa parte das economias latino-americanas sequer estava dentro das respectivas fronteiras, senão nas diretrizes das instituições financeiras (FMI, Banco Mundial e BIRD¹⁵⁵) sediadas em Washington, com o suporte dos EUA¹⁵⁶.

Este cenário de subsunção aos interesses norte-americanos já vinha aquecendo-se desde o final da I Guerra Mundial, quando os EUA conseguiram, após a maciça destruição da Europa, impor sua força financeira e sua ideologia liberal ao planeta, deslocando o poder decisório soberano do eixo eurocêntrico, trasladando-o para o entorno de si, tomando as rédeas da política econômica internacional. Foi sob esta forte influência nortista que se deu o processo de desenvolvimento tardio dos países da América do Sul, e, em paralelo, a estruturação de suas estratégias econômicas, inclusive, no caso brasileiro.

MACROECONOMIA SUL-AMERICANA E BRASILEIRA NOS ANOS 90

Apenas para situar-se no tempo, vale relembrar que, no final dos anos 1980, boa parte das economias sul americanas, recém-saída de regimes ditatoriais, estava em franca bancarrota. Estados pouco competitivos - se comparados a homólogos da América do Norte e da Europa -, rigidamente aprisionados na primariedade de seus estágios industriais, na burocracia excessiva de seus mercados internos, e na passiva convivência com a má distribuição de renda e a hiperinflação, curvavam-se diante do endividamento público e da dependência financeira exterior, especialmente da economia norte-americana, condicionando-lhes a permanecer em situação de absoluta subserviência aos ditames político-econômicos dali oriundos.

Com efeito, durante o curso dos anos 1990, com o aprofundamento da influência neoliberal, em especial na economia dos Estados Unidos, a macroeconomia da América do Sul foi completamente rendida ao novo *animus*, sendo estimulada pelo *Consenso de Washington*¹⁵⁷, que, por sua vez, irradiava-se sobre todas as nações, mediante

155 Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

156 “Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas), e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal...” (SANDRONI, 1999, p. 123).

157 Segundo Noam Chomsky (2002, p.22), “os “grandes arquitetos” do *Consenso* [neoliberal] de Washington são os senhores da economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da

a promessa de obtenção de aceleração econômica, a viabilizar-se com a aplicação do quadrinômio: abertura de mercado, reforma administrativa, equilíbrio fiscal com controle inflacionário e financiamento internacional. Num período açodado por forte globalização da economia, a abertura internacional do mercado consistia, por um lado, quase necessidade, por outro, em grande desafio para os países da América do Sul. E para acompanhar a velocidade da ampliação dos mercados do norte, unificados em torno dos EUA e da União Europeia, entendeu-se necessário aplicar aqui os mesmos princípios, supostamente exitosos, efetivados lá¹⁵⁸, inclusive os relacionados à política de expansão comercial integradora, em âmbito internacional regional. Nesse sentido, tomando como precedentes de integração econômica regional a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), instituída em 1948, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), de 1960, e a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), de 1980, Argentina e Brasil firmaram, em 06 de julho de 1990, o Tratado de Buenos Aires, instituindo um bloco bilateral de integração econômica. Menos de um ano após, em 26 de março de 1991, sob o governo do então presidente Fernando Collor de Mello, o Brasil assinou o Tratado de Assunção, integrando-se, ao lado de Argentina, Paraguai e Uruguai, ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), instituído sob a forma de união aduaneira. O objetivo era progressivamente avançar para um estágio de mercado comum, “*a fim de gerar maior desenvolvimento da cadeia produtiva interna através de aumento do potencial consumidor e de ampliação de canais de captação de recursos externos.*” (UCHÔA, 2013, p.154). Entretanto, no que pesem as medidas instauradas (abertura de mercado incrementada pela instituição do Mercosul, reforma administrativa, equilíbrio fiscal com controle inflacionário e financiamento internacional), o fato é que o desenvolvimento econômico brasileiro não deslanchou, porque o aquecimento da economia não chegou a repercutir numa elevação substancial da renda por habitante, isto é, inexistindo melhora no padrão geral de vida da população.

Ressalte-se que essa tônica negativa não foi apenas do Brasil. Salienta Sandroni (2006, p.123) que nas nações que aderiram ao *Consenso de Washington*, inclusive as nações sul americanas, mormente alcançar-se um controle inflacionário, “*no plano social as consequências foram desalentadoras: um misto de desemprego, recessão e baixos salários, conjugado com um crescimento econômico insuficiente, revela a outra face*

economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião”.

158 Da era Reagan e Thatcher.

dessa moeda”¹⁵⁹. Nunes (2003, p.80), citando estudo da Cepal, aponta que, “em 2000 viviam, só na América do Sul, 220 milhões de pessoas abaixo do limiar da pobreza, uma situação pior do que a registrada em 1980”. Se a dependência financeira sufocava um lado do mundo, no outro lado, a riqueza tinha lugar certo: *Wall Street*. Segundo Robert Reich (2008, pp.72-73): “o setor financeiro dos Estados Unidos transformou-se num dos mais lucrativos do mundo. Sua fatia total aumentou cerca de um quinto do lucro do total das empresas não-financeiras dos Estados Unidos, durante as décadas de 1970 e 1980, para mais ou menos metade, depois de 2000.” Esta ambiência inequivocamente desproporcional não foi circunstância impeditiva para que os protagonistas do neoliberalismo na América do Sul, sendo um dos principais quadros o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁶⁰, descreditassem no eldorado da abertura das fronteiras comerciais até o limite do máximo possível. Até mesmo porque, no caso brasileiro, o sucesso da política de estabilização financeira¹⁶¹ e o bom encaminhamento do ajuste fiscal no período inicial do mandato executivo legitimavam o aprofundamento da estratégia comercial. Em dezembro de 1994, na Cúpula de Miami, os EUA propuseram a instituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)¹⁶², reunindo 34 nações, com intenção de ser o bloco comercial hegemônico do continente. A ideia era eliminar as barreiras de comércio e viabilizar a transferência de investimentos em toda região, ligando especialmente os países integrantes do Nafta (Canadá, EUA e México) aos países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai¹⁶³), situação que objetivamente favoreceria o poder comercial norte-americano nas três Américas,

159 E prossegue Sandroni (2006, p123): “Na medida em que alguns países, como a China, por exemplo, têm combinado inflação baixa com crescimento econômico acelerado, sem ter seguido a cartilha do Consenso de Washington, alguns autores vêm criticando, ultimamente, a rigidez dessas políticas e tentando encontrar alternativas de tal forma a combinar um vigoroso combate à inflação com o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento. Esta última tendência vem sendo denominada Pós-Consenso de Washington”.

160 Cujo governo teve início em 1º janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998 (primeiro mandato) e 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002 (segundo mandato).

161 Encontrada com o Plano Real, cujas bases foram definidas por Fernando Henrique Cardoso, quando Ministro da Fazenda do ex Presidente Itamar Franco, a quem sucedeu.

162 O acordo, que teve fase preparatória materializada entre os anos de 1994 e 1998, e cujas negociações foram oficialmente lançadas em abril de 1998, pretendia alcançar progressos substanciais até o ano 2000, concluindo-os até 2005.

163 Naquela época o Mercosul não contava, ainda, com a presença da Venezuela.

ampliando-o ainda mais¹⁶⁴, ¹⁶⁵. A intenção do governo brasileiro, porém, não se viabilizou, porque um evento marcou profundamente o destino político-macroeconômico recente do país, a troca da visão neoliberal clássica, por uma visão à moda *keynesiana*, a orientar, doravante, a economia nacional, provocada pela alternância de governos entre os ex presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva¹⁶⁶.

Ao contrário do antecessor, Lula da Silva imprimiu em sua gestão uma notável e benfazeja diferença de conotação política, o que resultou em dividendos econômicos e sociais amplamente distintos dos alcançados durante o governo sucedido. Fabio Giambiagi (2011, p.230) comenta que nos anos FHC houve uma modificação significativa no tocante à economia em relação ao que era nos anos 1980. Porém, os indicadores sociais deixaram a desejar. Além do crescimento e da geração de empregos terem sido tímidos, a dívida pública, de 30% do PIB em 1994, dobrou até 2012. “A dívida externa aumentou substancialmente e no final da gestão foi necessário recorrer ao FMI para não ficar sem reservas internacionais”. Mas quando entra em comparação o governo Lula, o mesmo pesquisador (2011, p.229) não enxuga palavras para ressaltar o avanço econômico aferido no período. Na era Lula, além de ter havido recuperação de crescimento e investimento, melhorando os níveis de emprego, “a dívida líquida do setor público diminuiu em 1/3; o país tornou-se credor líquido do exterior, uma vez que a dívida externa líquida tornou-se negativa; e as reservas atingiram quase US\$290 bilhões em 2010”.

Lavínia Castro (GIAMBIAGI, 2011, p. 229) comentando sobre o mesmo tema aponta que “as melhoras verificadas na equidade e nos indicadores sociais ao longo

164 Mormente os compromissos internacionais no plano formal estabelecerem que: “o processo de negociações da ALCA seria equilibrado, amplo e congruente com a OMC e constituiria um compromisso único. Também concordaram que o processo de negociação seria transparente e levaria em conta as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias das Américas a fim de facilitar a plena participação de todos os países. Além disso, acordaram que as negociações deveriam visar a contribuir para elevar os níveis de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente”. (ALCA, 2016).

165 A economia brasileira, já em excessiva dependência norte-americana, certamente sucumbiria, situação que seguramente seria agravada durante os anos de 1998 e 1999, quando o Brasil, a exemplo de países como México (1994), os tigres asiáticos (1997-1998), a Rússia (1998-1999), e, eventualmente, a Argentina (2001-2002), atravessou severa crise fiscal, da qual se sobressaiu, mas não sem antes adquirir um estratosférico endividamento acertado com os bancos internacionais. Apesar do malogro dos índices socioeconômicos do Brasil, sensivelmente piorados após a crise de 1998-1999, e mesmo com todos os riscos que uma eventual abertura comercial desenfreada poderia importar para a economia já enfraquecida, a política exterior brasileira estava tendente a seguir no caminho de investimento na formação e fortalecimento da Alca, não fosse a ascensão de Lula à presidência da República.

166 Cujo governo teve início em 1º janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006 (primeiro mandato) e 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010 (segundo mandato).

da década de 2000 representam um avanço civilizatório para o país”. A pesquisadora baseia sua afirmativa na observação dos seguintes avanços: a) redução da distância entre os mais ricos e os mais pobres, já que entre 2001 a 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,5% ao ano, enquanto a dos mais pobres 6%, havendo ganho proporcional bem mais elevado relativamente aos últimos, em função de várias políticas públicas, entre elas o programa Bolsa Família; b) o índice Gini¹⁶⁷ caiu de 0,57, em 2001 para 0,52 em 2009, face a elevação real do salário mínimo, do aumento do número de empregos formais, da melhora nos padrões de escolaridade e da queda do trabalho infantil; c) considerando-se o Brasil dividido em cinco classes sociais (A, B, C, D e E), 29 milhões de brasileiros saíram das classes D e E e ingressaram na classe C, isto é, mais de 5% da população total, em razão do aumento salarial, da facilitação do acesso ao crédito, significando redução da desigualdade; d) O IDH¹⁶⁸ nacional saltou de 0,65 em 2000 para 0,69 em 2010, deixando o país na 73ª posição dentre 169 países avaliados, na condição de possuidor de desenvolvimento humano alto. (GIAMBIAGI, 2011, pp.229-230)

Giambiagi (2011, p.229) chega à conclusão de que a substancial elevação dos índices econômicos, combinada com a não menos expressiva melhora dos índices sociais propiciaram a Lula uma alta popularidade, mas a verdade social aferida pelo pesquisador, conquanto a popularidade de Lula tenha chegado aos índices mais elevados já obtidos por algum Presidente da República na história do Brasil e do mundo¹⁶⁹, não esconde a verdade econômica: houve, inegavelmente, um desenvolvimento econômico do país no período 2003 e 2010, à medida que, consoante já se disse, o desenvolvimento econômico é aferido pela combinação de aumento de renda *per capita* com crescimento do PIB¹⁷⁰.

Eis, na comparação, as diferenças econômicas e sociais deixadas pelos governos FHC e Lula. (IPEA, 2013):

167 Índice que indica desigualdade quanto mais se aproxima de 1 (um) e de equidade quanto mais se aproxima de 0 (zero).

168 IDH é o índice de desenvolvimento humano, que é aferido com base em quesitos de renda, educação, saúde, dentre outros.

169 Leia-se notícia veiculada no Jornal Sul21: “*Nunca antes na história deste país (e do mundo) um presidente em final de mandato obteve, em uma pesquisa de opinião pública, aprovação popular igual à obtida por Lula. Segundo o coordenador da pesquisa do Instituto Sensus, realizada para a Confederação Nacional do Transporte (CNT), os 87% alcançados por Lula ficam acima do índice obtido pela a presidente chilena Michelle Bachelet ao final de seu mandato, que chegou a 84%. Tabaré Vázquez, ex-presidente do Uruguai, com 80% de aprovação, assim como Nelson Mandela, com 82%, e Frankling Delano Roosevelt, com 66%, ficaram todos abaixo do patamar do Lula*”. (SUL21, 2013)

170 Vide Bresser Pereira (2006, p.9).

	FHC	LULA
Dívida do setor público (em PIB%)	(herdou em 12/94) 30,11	(herdou em 12/02) 60,38
	(deixou em 12/02) 60,38	(deixou em 12/10) 39,15
PIB real anual (em %). Média em 8 anos	(de 01/95 a 12/02) 2,36	(de 12/02 a 12/10) 4,07
PIB per capita anual (em mil US\$). Média em 8 anos	8,81	10,05
PIB nominal (em milhões de R\$)	(deixou em 12/2002) 346.218,00	(deixou em 12/2010) 1.023.981,00
Taxa Selic (% ano). Média em 8 anos	26,83	14,73
Balança Comercial (em milhões de US\$). No mês	(herdou em 12/94) – 810	(deixou em 12/02) 1.800
	(deixou em 12/02) 1.800	(deixou em 12/10) 5.344
População ocupada (x mil). Ao final do governo	(em 12/02) 18.147	(em 12/10) 22.450
Taxa de desemprego (em %). Ao final do governo	(em 12/02) 10,50	(em 12/10) 5,30
Rendimento principal da população ocupada (em R\$). Ao final do governo	– ¹⁷¹	(herdou em 12/02) 1.815,99
	(deixou em 12/02) 1.815,99	(deixou em 12/10) 2.203,40

A NOVA POLÍTICA EXTERIOR

Não sendo proposta do presente artigo analisar o conjunto de medidas microeconômicas que fizeram do governo Lula um sucesso em termos de avaliação popular, passa-se a analisar de que maneira sua política exterior corroborou com o avanço de seu sucesso interno. Em primeiro lugar, é importante relembrar que a chegada de Lula ao poder, em 2003, revestiu-se de grande preocupação nos cenários nacional e internacional. Pelo histórico político associado à causa dos trabalhadores, havia receio de que o novo presidente não mantivesse as bases econômicas consolidadas no governo anterior, que rejeitasse o endividamento contraído em função da grave crise nacional de 1998/99 e, pior, que até mesmo retrocedesse nas políticas anteriormente pactuadas de combate à inflação e de ajuste fiscal. Em razão disso, tanto em discursos como em práticas, o ex-Presidente Lula passou a demonstrar que o caminho que doravante trilharia não

171 Neste ponto, a tabela do IPEA não apresenta números de 12/94, mês imediatamente anterior ao primeiro mês de mandato de FHC. Dessa maneira, não é possível apresentar a renda mensal média da população nos dois governos comparados. Por isso, mostra-se, apenas, os números no final de cada governo.

seria propriamente um caminho de ruptura, mas, tão-somente, de afastamento com a ortodoxia anterior¹⁷², malgrado fossem os que desejassem algo mais radicalizado¹⁷³.

Contudo, ao mesmo tempo em que buscou aplacar os mercados, a política exterior brasileira se desenvolveu no sentido de reconfigurar o eixo da orientação programática posta em prática até então, para, em um só tempo, diminuir a dependência comercial com os EUA e aumentar o protagonismo do país em todo globo. Houve, portanto, um considerável direcionamento das ações da chancelaria nacional em dois sentidos diferentes, simultaneamente trabalhados: a combinação de *relações assimétricas*, mantidas com potências mais fortes, por exemplo, os EUA¹⁷⁴ e a União Europeia (UE), a fim de com estas equilibrar os interesses e possibilidades nacionais, e *simétricas*, firmadas com países em desenvolvimento, por exemplo, as nações sul e latino-americanas, além de outros blocos comerciais formados em razão de interesses estratégicos, a partir do convencimento de que os interesses brasileiros, pelas similitudes históricas, culturais, econômicas e/ou sociais do Brasil e os países relacionados, também aos anseios destes se assemelhavam, podendo ser postulados em fórum integrado¹⁷⁵. Com essa política de dupla vertente, balanceando interesses comerciais, possibilidades políticas, força regional e global, o Brasil passou a sedimentar relações nem totalmente assimétricas (verticais), nem totalmente horizontais (simétricas), ou seja, consolidando relações diagonais, instituindo uma força centrípeta permanente, no entorno de seu eixo.

Não sem razão, Almeida (2004) *apud* Medeiros *et al* (2009, p. 14) afirma que “a eleição de Lula provoca algumas transformações. A política externa tornou-se mais criativa...”. Na toada do que se afirmou anteriormente, receando um eventual fortalecimento do poder comercial norte-americano nas Américas, e, por via oblíqua, a

172 Segundo Werner Baer (2009, p. 248): “A crescente preocupação dos investidores às vésperas da eleição é bem ilustrada pelo alargamento do *spread* das taxas de juros entre títulos públicos brasileiros e seus equivalentes nos Estados Unidos. (...) A diferença dos juros diminuiu logo após a eleição do presidente Lula. Tal fato foi resultado de declarações tranquilizadoras feitas por ele e o futuro gabinete referente aos temores acima mencionados. Além disso, consciente da suscetibilidade dos mercados financeiros internacionais e do perigo que eles representavam para a estabilidade monetária, o governo recém-eleito se apressou em aplacar a ansiedade dos investidores e instituições multilaterais. A principal característica da estratégia do governo nesse aspecto foi a reafirmação do compromisso de cautela fiscal firmado por seu antecessor”.

173 Segundo Vitor Schincariol (2012, p. 93), “as políticas fiscal e monetária da administração Lula foram menos “ortodoxas” e “inflexíveis” que a política da administração FHC, porém mais “ortodoxas” e “inflexíveis” do que gostariam alguns de seus críticos mais radicais”.

174 A propósito, as relações assimétricas mantidas com os EUA formavam, até então, a base da orientação diplomática brasileira.

175 (MEDEIROS *et al*, 2009, pp. 14-15).

acentuação da situação de dependência econômica do Brasil com os EUA, a política do governo Lula deu, a partir de 2003, uma guinada vertiginosa em seu direcionamento político-econômico. Mesmo reconhecendo que FHC buscou o reconhecimento do Brasil como potência média, MEDEIROS *et al* (2009, p.14) salientam que: “...o tema que tem atenção prioritário no seu governo é a melhoria da relação com os Estados Unidos via um avanço na consolidação do Mercosul. As negociações da ALCSA são usadas como ponto de partida da lógica do building blocks proposta essencialmente pelo Mercosul a fim de constituir um bastião no diálogo para a consecução da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”. Ou seja, no governo FHC, a materialização do Mercosul serviria fundamentalmente para arregimentar a consolidação da Alca, integração esta que, consoante já se disse, ampliaria mais ainda o poder comercial dos EUA no continente americano. Já para a política exterior do governo Lula, o fortalecimento do bloco do Cone Sul serviria como degrau fundamental para esquivar-se da dependência única do mercado do norte e, principalmente, do fantasma da Alca¹⁷⁶.

O futuro provaria que a aposta do Itamaraty fora a correta, pois o poder de barganha do Brasil na região sul-americana era infinitamente superior que a força que detinha num cenário composto com a presença dos EUA, lembrando-se que, àquela época, o país estava economicamente enfraquecido. Eventualmente, com economia mais fortalecida, o Brasil procurou aproximação mais efetiva do Mercosul com a União Europeia, na tentativa de deslocar-se de vez das intenções da Alca¹⁷⁷. Porém, sobre esta iniciativa em específico, torna-se relevante esclarecer que, após a Rodada de Doha, de 2004, da Organização Mundial do Comércio (OMC), declinaram as nego-

176 O Itamaraty teve papel decisivo na configuração desta estratégia, pois sequer internamente havia consenso sobre a importância do afastamento do bloco proposto pelos norte-americanos. É o que revela o ex embaixador do Brasil nos EUA, entre 1999 e 2004, Rubens Barbosa (2011, p. 183), que participou diretamente na organização das mesas de negociação: “No Brasil, aumentavam as polêmicas internas a respeito da Alca. Os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e da Agricultura, Roberto Rodrigues, favoráveis às negociações, manifestaram-se publicamente contrários à política do Itamaraty de crescente reserva em relação aos entendimentos. O presidente Lula teve que pedir aos ministros que o desacordo não continuasse a transparecer e o chefe da Casa Civil, José Dirceu, informou que o presidente acompanharia de perto as negociações”.

177 Pinto (2004) *apud* (MEDEIROS *et al*, 2009, p. 25), destaca que: “Existem alguns motivos que fazem com que a União Europeia tenha interesse em se aproximar da América Latina e mais especificamente do Mercosul. Primeiro, os países desses dois blocos compartilham raízes históricas, culturais e políticas, o que cria laços de identidade e solidariedade entre as regiões. Segundo, um acordo de livre comércio com o Mercado Comum do Sul abre espaço para a criação de uma aliança estratégica e possibilita uma maior barganha da União Europeia na região face aos Estados Unidos. Por outro lado, para os países do Mercosul a aliança é importante no sentido de ampliar os fluxos comerciais e de investimento com a UE a fim de alijar a pressão dos Estados Unidos para a criação da ALCA.”

ciações entre Mercosul e União Europeia em função, sobretudo, da não retração da UE em sua política protecionista relacionada à agricultura, o que conflitava com os interesses do Cone Sul, cuja balança comercial era sustentada fundamentalmente pela exportação de matéria prima oriunda da agricultura e pecuária, da extração mineral e importação de produtos industrializados e tecnologia^{178, 179}. Por isso, o Brasil passou a buscar o fortalecimento de novas parcerias que fortalecessem sua intenção de diversificação comercial e estratégica, buscando projetar-se para o mundo de maneira diferente^{180, 181}.

178 O Brasil excepciona-se neste íterim, porque possui significativa industrialização, o mesmo, de certo modo, ocorrendo com a Argentina, mas tampouco este era o caso dos demais membros do Mercosul (à época, Paraguai e Uruguai, já que Venezuela não fazia parte), sem falar que mesmo dotado que grandes parques industriais a balança comercial brasileira dependia, como de fato ainda depende, e muito, do agronegócio.

179 Ainda assim, no ano de 2007, o Brasil procurou arregimentar uma aliança estratégica direta com a UE, passando, inclusive, a ser considerado sócio chave. A intrepidez da estratégia chegou a ser questionada internacionalmente, leia-se o que afirmou Susane Gratius (2009, p. 49): “Hay una cierta paradoja entre la asociación bilateral con la UE y el reforzado compromiso que asumió Brasil bajo el gobierno del Presidente Lula. Por un lado, ejerce un liderazgo en la región y promueve la integración, pero por el otro tiende a descuidar la relación con el MERCOSUR – un claro ejemplo es su imparcialidad en el conflicto argentino-uruguayo sobre las papeleras – negocia su propio acuerdo de asociación (política) con la UE”.

No mais, o país estabeleceu sintonia direta com Portugal, com quem os laços de amizade comercial são históricos, sobretudo nas áreas de turismo e imobiliária, com Espanha, que buscava aproximação científica e novos mercados para telefonia e energia renovável, com Alemanha, que já mantinha fortes laços comerciais com São Paulo, e com a França, de olho no interesse brasileiro pela aviação militar.

180 Aloízio Mercadante (2010, pp.81-82), ao analisar os resultados do comércio internacional brasileiro nos dois períodos de governo, FHC e Lula, demonstra, de forma clarividente, que a política externa aplicada durante a gestão do último foi um sucesso. Leia-se: “O comércio com o Mercosul, que vinha definhando no quinquênio 1998/2002, aumentou espetacularmente. As exportações brasileiras para a sub-região passaram de US\$ 3,3 bilhões, em 2002, para US\$ 22 bilhões, em 2008, puxadas pela intensificação do intercâmbio com a Argentina, o principal destino de nossas exportações na América Latina. Com os demais países da ALADI (México exclusive) sucedeu algo parecido, com elevadas taxas de crescimento das exportações brasileiras (particularmente espetaculares no triênio 2004/2006, que saltaram de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 17,1 bilhões. Nesse mesmo período, as exportações para a China subiram de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 16,4 bilhões.

Em resumo, dos US\$ 137,5 bilhões adicionais que o Brasil exportou em 2008 em comparação com 2002, o aumento do comércio com a América Latina e a China respondeu por 33%, a União Europeia por 22%, os demais países asiáticos por 10,5%, os Estados Unidos por 8,8% e o Oriente Médio por 4%. Ou seja, reduziu-se substancialmente a dependência do mercado norte-americano e expandiu-se fortemente o intercâmbio com o Mercosul e a América Latina, em geral, e com novos parceiros comerciais, além da China”.

181 Na mesma senda, está a análise de Schincariol (2012, p.104): “De fato, houve uma aproximação maior das políticas do governo com Mercosul, e um posicionamento mais autônomo quanto aos Estados Unidos, por parte de Celso Amorim e seus assessores. Quer dizer, o governo buscou diversificar os

Dentro das parcerias estratégicas firmadas durante o governo do ex-presidente Lula, além do fortalecimento do Mercosul, cabe destacar a cooperação dentro do núcleo de países “baleias¹⁸²”, que redundou na instituição do bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul¹⁸³). Estes países, juntos, ocupam 25,91% da área terrestre do planeta, e, até 2012, reuniam 43,03% da população mundial, respondiam por 18% do PIB mundial (25% do PIB *per capita*), com projeção de contribuição para crescimento anual do PIB mundial na ordem de 56% contra apenas 9% de todo G7¹⁸⁴.

Destacando a altivez brasileira na política econômica internacional, leciona Maria Edileuza Reis (2012, p.36) que a ideia de composição do BRICS, formalmente estabelecido em 18 de maio de 2008, em Ecaterimburgo (Rússia), não se originou de recomendações de Ministros de Finanças, senão “*da iniciativa de dois experientes e brilhantes diplomatas, especialistas em relações internacionais: o então Ministro das Relações Exterior do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Chanceler da Rússia, Embaixador Sergey Lavrov*”. Na verdade, a aproximação do Brasil com os países *baleias* se intensificou desde 2003, a partir da instituição do fórum IBAS (Índia, Brasil, África do Sul). O aprofundamento dos laços comerciais existentes entre Brasil e China e entre Brasil e Rússia fizeram com que convergissem, a partir de 2006, os entendimentos para a eventual criação do bloco. Importante comentar que a existência do BRICS

compradores de *commodities* e outros produtos brasileiros. Olhando os dados sob a perspectiva dos meros volumes em dólares exportados, segundo os dados da SECEX, o comércio com o Mercosul estava em franco declínio antes de Lula assumir, caminho este interrompido depois de 2003.” E acrescenta (SCHINCARIOL, 2012, p.104): “ (...) O comércio com o Mercosul, em especial, auxiliava no desafogo de bens manufaturados do cinturão industrial da região Sudeste, cuja colocação em outros mercados tornava-se cada vez mais dura, na presença da pressão chinesa em nível sistêmico. Trabalhando de forma muito afinada com os setores exportadores (nacionais e estrangeiros instalados no país), traçando novos acordos comerciais, a administração Lula compensava o real valorizado com novas oportunidades de colocação de bens cujas vantagens comparativas não estivessem sob ameaça direta da China e que dependiam também de acordos políticos. O sucesso da política brasileira era em parte responsável pela própria valorização do real”.

182 Gigantes geograficamente, porém em situação de desenvolvimento. Apesar dos membros do BRICS se situarem em continentes diversos, há certas semelhanças que os fazem interagir de modo convergente: por exemplo, todos possuem mais de 100 milhões de habitantes, PIB nominal maior que US\$ 1 trilhão, área territorial superior a 2 milhões de metros quadrados. Além disso, segundo Reis (2012, p.35): “A despeito de suas credenciais, Brasil, Índia, China e África do Sul não eram, até recentemente, chamados a participar do principal diretório econômico mundial G8 (agrupamento formado pelos países do G7, com participação adicional da Rússia)”.

183 South Africa.

184 REIS, 2012, p.34.

difere, na essência, da existência política de outros blocos dos quais o Brasil participa, em razão de inexistir motivação de ordem territorial (como o Mercosul e a Unasul, por exemplo), identificação cultural (o caso, por exemplo, da CALC/CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), tampouco fim específico, como possuem o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha), que busca reformular a composição do Conselho de Segurança da ONU, ou o BASIC (Brasil, África dos Sul, Índia e China), que busca convergir em torno de interesses climáticos, ou o G20 (G8 acrescido das 11 potências emergentes e mais a União Europeia), cujo escopo é discutir pauta econômica global (REIS, 2012, p.36)¹⁸⁵.

Evidentemente, que o não apoio à consolidação da ALCA e o redirecionamento das exportações brasileiras para continente diverso frustrariam os interesses norte-americanos¹⁸⁶. Por isso, a política externa brasileira passou a trabalhar com uma nova

185 Para se ter uma ideia do sucesso da composição do novo bloco no tocante aos interesses brasileiros, tanto pela diversificação em si da parceria como pela redução da dependência norte-americana, é válido registrar o que mencionou Giambiagi (2011, p. 226): “O fato de a China ter a) altas taxas de crescimento. b) um peso crescente na economia e na demanda mundiais; c) ser forte demandante de produtos exportados pelo Brasil, fez com que os efeitos do dinamismo daquela economia sobre o nosso país se tornassem cada vez maiores com o passar do tempo... Na crise externa do Brasil durante 1998-1999, quando a China crescia em termos anuais em torno de 10%, o peso da demanda daquele país nas exportações brasileiras era ínfimo, da ordem de 1%. Já em 2010, ele foi mais de 15% de nossas exportações, significando que a capacidade de influenciar variáveis relevantes da economia brasileira era muito maior. Cabe destacar que, enquanto isso, as vendas brasileiras para os Estados Unidos, que ainda em 2002 eram de mais de 25% do total exportado pelo Brasil diminuíram para menos de 10% do total em 2010, reflexo em parte das mudanças geopolíticas que ocorreram no mundo no período.

O segundo ponto é essencial para entender por que algumas economias emergentes tiveram melhor desempenho que outras na década de 2000. Com a emergência, não só da China, mas também de outros países da Ásia e, principalmente, da Índia, com seu potencial de consumo devido à sua população de dimensões bilionária, passou a haver uma procura muito grande por produtos dos quais o Brasil tornara-se um fornecedor-chave no mercado mundial. As elevadas taxas de investimento de vários países asiáticos, com destaque para a China, catapultaram a demanda por minério de ferro, onde a empresa brasileira Vale se destaca como uma das grandes “players” no mundo. Ao mesmo tempo, a emergência de – literalmente – centenas de milhões de pessoas ao mercado de consumo de massas na Ásia, e, em particular, nos dois grandes – China e Índia – abriu um horizonte de expansão enorme para muitos de nossos produtos básicos. Isso vale tanto para itens da nossa pauta exportadora como a soja, como também para produtos com algum grau de elaboração onde, por dotação natural ou em função do resultado de investimentos anteriores, o Brasil tinha grande vantagem comparativa. Foi o caso, por exemplo, de papel e celulose ou do complexo de carnes, setores em que o Brasil tinha assumido um papel de liderança mundial”.

186 Rubens Barbosa (2011, p.17), embaixador brasileiro nos EUA, de 1999 a 2004, relata que, desde o primeiro encontro com o ex presidente norte-americano George W Bush, em 10 de dezembro de 2002, Lula, ainda como presidente eleito, já deixou claro que “queria estabelecer um novo patamar de relações com os Estados Unidos”. Segundo aduz, teria afirmado o recém-eleito presidente brasileiro: “Venho a Washing-

estratégia específica visando reoxigenar os ânimos dentro da relação bilateral com o gigante do norte, dessa vez fortalecendo a compra e venda em torno do etanol e do biodiesel, fontes de energias renováveis¹⁸⁷, o que se mostrou imensamente proveitoso à época, em face da elevação dos preços do petróleo, em razão da escassez da produção e das guerras mantidas no golfo pérsico, associadas às cobranças ambientais, cada vez mais obstinadas.

As importantes alianças incrementaram o comércio brasileiro, não apenas em perspectiva amplamente mais otimista que o quadro vivido anteriormente a 2003, como elevaram o protagonismo do país na geopolítica internacional credenciando-o a novos desafios. Aproveitando seu grande potencial de agronegócio, o Brasil trouxe para perto de si os 20 maiores Estados periféricos dependentes da agricultura

ton trazendo do Brasil uma mensagem de amizade. Pretendo dar início a quatro anos de convivência franca construtiva e benéfica entre os nossos países (...)

A história nos ensina que não soubemos aproveitar, no passado, alguns momentos propícios para construirmos uma parceria mais abrangente. Poderíamos ter tirado maiores benefícios do impulso resultante da luta que travamos juntos contra o nazismo na Europa, para criarmos, em tempos de paz, uma cooperação à altura de nossos países. Estou convencido, no entanto, de que o nosso vínculo pode melhorar. Se as nossas sociedades se conhecerem mais... Se nos livramos de estereótipos e preconceito... Se aprendermos a valorizar as afinidades e respeitar as diferenças que existem entre nós.”

Nesta senda, afirma o ex embaixador, analisando as relações Brasil e Estados Unidos com Lula já investido na presidência: “... se num primeiro momento houve o reconhecimento da centralidade das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos por parte do governo que se iniciava, a realidade que se seguiu não foi aquela expressa nas palavras do presidente Lula em Washington quando das suas duas primeiras visitas. A partir de 2003, as prioridades da política externa brasileira sofreram alterações que se refletiram nas relações com os Estados Unidos. A visão de mundo do governo Lula passou a contrapor os países em desenvolvimento aos países desenvolvidos. (...)”

A prioridade atribuída ao relacionamento Sul-Sul, com a intensificação da atuação na América do Sul, na África e no oriente Médio em termos políticos e comerciais e as novas parcerias com os países emergentes acabaram por deixar os países desenvolvidos em segundo plano”. (BARBOSA, 2011, p.18)

- 187 Giambiagi (2011, p.227) salienta que “No que se referem aos biocombustíveis, eles se tornaram muito relevantes no debate mundial na década de 2000, devido à combinação de três fenômenos. Um, o repique dos preços do petróleo na década, flertando frequentemente com o nível de US\$ 100, em claro contraste com os níveis baixos de preço que perduraram durante muitos anos, o que estimulou a procura de fontes alternativas. Dois, a crescente percepção de que o mundo padecia de um “risco ambiental” associado a uma civilização excessivamente poluente. E três, a preocupação, americana na Guerra do Iraque, com o fato de que os grandes produtores de petróleo se encontravam em países vistos, sob a ótica das potências ocidentais, como problemáticos. A isso se adicionou, no caso do Brasil, o amadurecimento de pesquisas de longa duração realizadas pela Embrapa. Todos esses fatores, combinados com o benefício natural decorrente do fato de que, pelas condições do solo e do clima, o país encontrava-se em situação privilegiada como produtor de combustíveis derivados da cana-de-açúcar com grande rendimento e baixo custo, colocaram o Brasil no centro dessa discussão de interesse mundial, com o aparecimento de um horizonte de perspectivas muito promissoras para a exploração dos biocombustíveis”.

(G-20)¹⁸⁸, iniciando uma luta por mudança setorial no âmbito do comércio internacional, em especial pela retirada de subsídios norte-americanos e europeus em suas agriculturas. E aproveitando a condição de porta-voz destes 20 países, o Brasil avançou para o G-77¹⁸⁹ dos países em desenvolvimento, buscando, também sobre estes, imprimir uma liderança. Enfim de norte a sul, leste a oeste, vertical ou horizontalmente, a chancelaria brasileira durante o período do ex-presidente Lula buscou reforçar a posição do país.¹⁹⁰ O sucesso da estratégia internacional brasileira, ancorada em parcerias diversas e variadas, sem proselitismos político-ideológicos e conclaves que pusessem em questão a transparência do interesse nacional, foi o passaporte para que o Brasil atravessasse ileso, a dura crise hipotecária norte-americana (2007-2008), que, até os dias correntes, vêm empurrando a economia do Planeta para um regime de caos, a um custo de salvaguarda social elevadíssimo: *“aumento do desemprego, a baixa dos salários reais, a redução dos direitos sociais, a asfixia financeira dos sistemas públicos de segurança social”*. (CHOMSKY, 2002, p.51) Para júbilo geral, porém, a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada em 27/09/13, ponto crítico da crise global e da desaceleração do ritmo da economia nacional, manifestada num PIB real de apenas 0,9%, em 2012, o país ainda revelava crescimento anual de 8% na renda dos brasilei-

188 Criado em 2003, no México, para fazer frente aos países excessivamente protecionistas na Rodada de Doha.

189 Bloco instituído na década de 60, hoje integrado por mais de 130 nações.

190 Numa breve análise conjuntural destacando apenas a triangulação brasileira com Estados Unidos, União Europeia e Rússia, por exemplo, assim comentou Cristina Pecequillo (MARTINS, 2009, p.123): “Avaliando as relações do Brasil com EUA, UE e Rússia, é patente que o país possui relações positivas e não conflituosas com os três polos, existindo interesses econômicos comuns e assimetrias em todos os casos. Com EUA e UE, o Brasil possui diálogo estratégico declarado e em constante progresso de ampliação, mas que não elimina choques econômicos ou traz concessões ao país neste campo ou da reforma do atual sistema multilateral. Trata-se de relações clássicas e tradicionais da diplomacia, via bilateral e via Mercosul, e que se encontram no eixo vertical de nossa agenda, ou seja, o Norte-Sul;

No que se refere à Rússia, relações clássicas e tradicionais comerciais já eram travadas com a URSS e mantiveram-se com a queda do Muro. Entretanto, a Rússia, por sua condição de poder atual, encontra-se no eixo horizontal desta agenda Sul-Sul, sendo classificada como país emergente e zona de oportunidade. (...)

Em qualquer um destes três níveis, a dimensão do entorno regional eurasiático sobrepõe-se aos de parcerias com o Brasil, que, por sua vez, projeta seu poder a América do Sul. No caso dos EUA, a Eurásia é ainda a “primeira prioridade” da agenda hegemônica global. Hoje, e de 2010 a 2020, o cálculo de oportunidades da política externa nacional diante de EUA, UE e Rússia passa pela compreensão das triangulações estratégicas e regionais destas potências, com o Brasil atuando em múltiplas parcerias de Norte a Sul, passando por todos os continentes e reforçando o poder de barganha nacional e a autonomia em seu espaço, a América do Sul.”

ros, angariando, desde 2003, crescimento de renda acumulada de 40,5%, e aumento de PIB per capita, de 27,7%, devido à oferta constante de empregos (AGÊNCIA BRASIL, 2013), situação que somente viria a negatar-se, anos após, em razão dos argumentos que serão expostos a seguir.

O PERÍODO DILMA E O GOLPE DE JURÍDICO-MIDIÁTICO-PARLAMENTAR

A política externa do governo Dilma não foi afinada quanto a do período Lula da Silva, bastando dizer que, enquanto o ex-presidente manteve Celso Amorim, um único chanceler durante seus dois mandatos, a presidenta contou com três Ministros de Relações Exteriores: Antônio Patriota, Luiz Alberto Figueiredo (com interinidade de Eduardo dos Santos) e Mauro Vieira. Ainda assim, a presidenta Dilma consolidou os laços de aproximação com os grandes parceiros do país, fortalecendo a ampliação do Mercosul, via fomento do ingresso da Venezuela, que entrou no bloco durante a suspensão temporária do Paraguai, punido pelo golpe parlamentar proposto contra o presidente Fernando Lugo, em junho de 2012. Apostou, também, no fortalecimento do BRICS, protagonizando em julho de 2014, em Fortaleza, criação do Banco comunitário, além do significativo fundo de reservas. Também apoiou incansavelmente o pleito de que brasileiros galgassem altas posições em estruturas estratégicas da sociedade internacional, fato que ungiu, por exemplo, Paulo Vannuchi e Roberto Figueiredo Caldas, respectivamente, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos, José Graziano à direção da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Roberto Azevedo à direção-geral da Organização Mundial do Comércio, além de importantes postos relacionados à defesa dos direitos humanos e do direito humanitário em geral, por exemplo, José Augusto Lindgren Alves como membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, Gilberto Saboia para a Comissão de Direito Internacional, Silvia Pimentel para o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, Maria Margarida Pressburger para o Subcomitê de Prevenção da Tortura, Marcelo Kós Silveira Campos para diretor de Inspeções da Organização para a Proibição das Armas Químicas, Luiz Loures para diretor executivo adjunto do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, Wanderlino Nogueira Neto para o Comitê dos Direitos da Criança, Leonardo Sakamoto para o Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão.

Se a política externa da presidenta Dilma Rousseff não foi *hors concours*, tal situação pode ser explicada pela intensidade do boicote político-social que sofreu internamente durante seus mandatos, por obra das forças conservadoras brasileiras, que,

sobretudo após perderem as eleições presidenciais de 2014, ensaiaram protagonizar *lockout* nacional, estimularam a proposição de pautas bombas no Congresso, mobilizaram recursos e meios, até o ponto em que conseguiram coagir a presidenta a ter que responder a um processo parlamentar fraudulento de *impeachment*, sem razões jurídicas plausíveis¹⁹¹. Tal oposição antipatriótica, que para destituir uma presidenta aceitava até mesmo destruir o país, contou com o apoio aberto dos cartéis econômicos de mídia e de setores importantes do Judiciário, amplificando, portanto, sua força impediante do curso político do governo e até do crescimento nacional.

Mesmo assim, a presidenta Dilma manteve aceso o protagonismo do Brasil perante a sociedade internacional, sendo relevante destacar, por exemplo, ademais de tudo já dito, o convenio firmado com a Organização Pan-Americana de Saúde, em 2014, permitindo a entrada de dezenas de milhares de médicos estrangeiros no país, para ajudar a contornar o grave problema de saúde pública nacional, assim com a não menos importante conclusão do porto de Muriel, em Cuba, com seus acordos de exploração econômica, que permitirão ao país concorrer na dianteira comercial do eixo atlântico-pacífico, via Canal do Panamá, à frente de um sem número de países.

Infelizmente, o golpe jurídico-midiático-parlamentar ora em curso já põe em xeque tudo o que foi construído no Brasil em termos de avanços em negociações exteriores, nos últimos 14 anos. O novo chanceler, apesar da interinidade, vem usando e abusando de insultos a países da América Latina que se mostram legitimamente apreensivos com os eventos de instabilidade institucional no Brasil; demonstra, outrossim, pouquíssima cautela diplomática ao não aceitar que o não reconhecimento internacional do governo golpista advenha, não apenas dessa ruptura institucional abrupta, mas do perfil politicamente questionável e conservador do novo governo, composto por implicados nos mais variados crimes contra o patrimônio e a administração pública, e que já se adiantou negativamente ao mostrar-se pouco afeito à participação de mulheres na política, ao reconhecimento do Estado palestino, à entrada de refugiados sírios no país; além de indisposto com as políticas gerais de cultura e direitos humanos havidas no Brasil até então, para não dizer das insossas declarações relacionadas ao futuro das relações com o Mercosul, Unasul, Alba, CELAC, OEA, e até mesmo o BRICS, tudo levando a crer que o Brasil voltará a ser um servo fiel dos interesses norte-americanos, a ponto de adotar a imposição de uma agenda neoliberal, permeada de privatizações, retrocessos sociais e concessões nas políticas do pré-sal. Com efeito, espera-se que logo seja revertido o golpe em curso, sob pena de

191 Recentes perícias no Senado comprovaram isso.

malograr-se todo esforço diplomático empreendido positivamente pelo país, ao longo dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Pnad mostra que Brasil cresceu em ritmo chinês, diz ministro de Assuntos Estratégicos**, 27/09/13. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-09-27/pnad-mostra-que-brasil-cresceu-em-ritmo-chines-diz-ministro-de-assuntos-estrategicos>>. Acesso em 01/07/16.

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. **O processo ALCA**. Disponível em: <http://www.ftaa-alca.org/View_p.asp>. Acesso em 01.07.16.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 3ª edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Ed. Nobel, 2009.

BARBOSA, Rubens. **O dissenso de Washington. Notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. **O estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo**. Revista Pensar. V. 11. Fortaleza: Unifor, fev/2006, pp. 95-99.

BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - **IPEA**. Ipeadata. Sinopses macroeconômicas. 1. Atividade Econômica (PIB real, PIB per capita e PIB nominal); 2. Emprego e Renda nas Áreas Metropolitanas (População ocupada, Taxa de desemprego e Rendimento médio real); 4. Balanços de Pagamento (Balança Comercial e Dívida externa total) . Disponível in < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em 01/07/16.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Tradução Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 2002.

GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2ª edição. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

GRATIUS, Susanne. **La Unión Europea y Brasil: entre el birregionalismo y el bilateralismo**. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende e SARAIVA, Miriam Gomes (orgs.). **Brasil – União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp. 40-52.

MARTINS, Estevão C. de Rezende *et al* (orgs.). **Brasil – União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MEDEIROS, Marcelo *et al.* **Bridge over trouble waters: Brasil, Mercosul e União Europeia (1980-2008)**. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende *et al* (orgs.). **Brasil – União Europeia, América do Sul: anos 2010-2010**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp. 12-52.

MERCADANTE, Aloizio. **Brasil: A construção da retomada**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2010.

NUNES, Antônio José Avelãs. **A crise atual do capitalismo. Capital Financeiro. Neoliberalismo. Globalização**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Estados Unidos, UE, OTAN e Rússia: unidade e divisão estratégica**. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende *et al* (orgs.). **Brasil – União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020**. Rio

de Janeiro: Ed. Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp: 108-124.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Bresser-Pereira Website. Trabalhos de Bresser. Papers. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7--ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf> >. Acesso em 20/10/13.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2008.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. **BRICS: surgimento e evolução**. In: FUNAG. O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012, pp. 31-47.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1999.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. **Crescimento Econômico no Brasil 2003-2010: um balanço da política econômica e do padrão acumulativo**. São Paulo: Ed. LCTE, 2012.

SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: A política externa brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2009.

SUL21. **Lula sai do governo com a maior aprovação da história**. (30/10/10), disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/todas-as-noticias/editorial/lula-sai-do-governo-com-a-maior-aprovacao-da-historia/>>. Acesso em 26.09.13.

RESISTENCIA DEMOCRÁTICA FRENTE AL TOTALITARISMO QUE VIENE, BRASIL 2016

María José Fariñas Dulce¹⁹²

IMPEACHMENT VERSUS GOLPE: NEOLIBERALISMO Y NEOCONSERVADURISMO

Los acontecimientos políticos sucedidos en Brasil durante los dos últimos años y que han culminado en el *impeachment* o juicio político contra la Presidenta constitucional Dilma Rousseff están evidenciando, y así se está percibiendo internacionalmente, un preocupante ataque a la democracia, a los derechos sociales adquiridos, a las libertades y a las bases estructurales del Estado de Derecho. Representan la puesta en escena de una renovada iniciativa y/o *golpe* del neoliberalismo económico global (desregulaciones, privatizaciones, supresión de políticas sociales, antisindicalismo, bajada de salarios, conversión de lo público en negocio, ataque a los derechos de los trabajadores...) y el neoconservadurismo político (regresión hacia supuestos valores tradicionales: familia tradicional, Dios, patria, patriarcado...), con el objetivo de controlar las estructuras socioeconómicas en Latinoamérica.

En esta ocasión, en Brasil, el *golpe* a la democracia se ha hecho a través de la *perversión* de las propias instituciones democráticas, el Parlamento y el Poder Judicial, junto con la manipulación de la opinión pública por los grandes monopolios mediáticos brasileños. Todo lo cual supone una grave regresión en el Estado democrático de Derecho. No olvidemos que la democracia (aun imperfecta) solo funciona cuando se mantiene un cierto equilibrio de poderes.

¿Cómo se ha llegado a producir esta nueva modalidad de *golpe institucional y mediático*? La corrupción endémica del sistema político brasileño aparece siempre como elemento común de referencia. Pero, en mi opinión hay algo más, que la favorece: la opacidad y el secreto que siguen existiendo en el funcionamiento de las administraciones públicas, así como la persistencia de las oligarquías económico-financieras en

192 Catedrática de Filosofía del Derecho, Universidad Carlos III de Madrid.

la estructuración democrática de la sociedad brasileña. Esto ha impedido, y lo sigue haciendo, un verdadero desarrollo democrático de las instituciones políticas, jurídicas y económicas. Esto ha impedido, además, que la izquierda siguiera gobernando en Brasil. No se quería que Dilma ganara las últimas elecciones. Ganó y hubo que buscar “atajos” para impedir su continuidad y sus políticas sociales.

El diagnóstico de la corrupción del sistema político brasileño no es que esté equivocado, es que es un diagnóstico interesado para imponer una determinada política económica y social de acumulación económica sin límite: un modelo privatizado en todo y asistencial en la pobreza, con libertades formales y sin derechos sociales, que rompe las bases de la solidaridad orgánica y destruye la moralidad cívica. Ahora ya se puede ser libre hasta para esclavizarse, mercantilizar las relaciones sociales y el propio cuerpo o, incluso, para ser pobre. Esta es la falacia neoliberal de la libre elección o de la libertad sin límites. Pero, cuando no existen límites, impera la ley del más fuerte, donde siempre gana el más fuerte.

AUSTERIDAD ECONÓMICA Y AUTORITARISMO POLÍTICO: EL PEOR ESCENARIO POSIBLE

En el trasfondo de lo que está ocurriendo en Brasil, y en algunos otros países de Latinoamérica, existe un *golpe* oligárquico y clasista o un asalto neoliberal en lo económico y neoconservador en lo político a las instituciones democráticas del Estado de Derecho. La tendencia, y ya lo estamos viendo también en Europa, es hacia la *ideología* de la austeridad económica y del autoritarismo político. Una zona gris entre la democracia formal y el totalitarismo, que no duda en criminalizar sin ambages a la disidencia política y a la protesta social como si fueran una amenaza para la seguridad ciudadana, hasta el punto de militarizar los conflictos sociales presentándolos como simples problemas de orden público.

Este es el peor escenario posible para la democracia, la igualdad, los derechos y la emancipación social. Un escenario que deja huérfanos a los ciudadanos de los vínculos democráticos de la integración social y de la emancipación, fundamentalmente, el trabajo y los derechos a él asociados, derechos de emancipación y de redistribución social. Un escenario que privatiza y fragmenta el vínculo social e impide una respuesta colectiva y organizada frente al propio sistema neoliberal que fomenta la fragmentación. El contexto es difícil, porque sin disidencia política no hay democracia; y sin la posibilidad de construir acciones colectivas no cabe la resistencia, ni los cambios sociales.

Este es el caldo de cultivo perfecto para agitar irracional y visceralmente (la *política de las vísceras*) los sentimientos colectivos de la ciudadanía y sus frustraciones

individuales. Es el escenario perfecto para utilizar el miedo, la angustia y la depresión colectiva de la gente como mecanismo justificador de políticas públicas autoritarias de control social, que con el correcto funcionamiento de las instituciones democráticas nunca se podrían alcanzar, ni siquiera plantear.

Brasil está viviendo tiempos de (des)democratización de la democracia, de involución institucional y de regresión en el Estado de Derecho. Es un aviso para navegantes. El sistema político y económico brasileño está siendo cooptado por los monopolios de las grandes corporaciones económico-financieras. Su objetivo es la consolidación de un Estado Corporativo y una sociedad de individuos libres, paradójicamente, sometidos bajo el mito/trampa de la “libre elección”: las distopías neoliberales o el fundamentalismo de la liberalización.

RESISTENCIA DEMOCRÁTICA CRÍTICA

Los ciudadanos brasileños están en la calle, con una cierta polarización, que no es baladí. Han de ser conscientes de qué sociedad quieren y cómo articularla y, sobre todo, no desenfocar el objetivo final: la lucha por la igualdad, los derechos y la dignidad moral de todos. Si no participan *todos* es la propia estructura democrática la que se debilita.

¿Estamos dispuestos a que la democracia siga siendo una cuestión de élites y de “apocalípticos”, parafraseando a Umberto Eco? ¿O, por el contrario, creemos con Castoriadis, que la democracia es la integración de todos, un sistema político de integrados? El momento es de lucha, de tensión, de *guerra democrática*. Es preciso construir hegemonía democrática frente a la hegemonía neoliberal de los grandes poderes financieros y mediáticos. Para ello, necesitamos buscar mecanismos políticos y jurídicos que frenen este sistema neoliberal generador constante de desigualdades de todo tipo. El objetivo sigue siendo, pues, la igualdad, política, social, cultural y económica.

La tarea no es fácil. Pasa por una opción política de establecer sistemas de regulación y de control político que sean capaces de limitar los centros de poder coactivo, tanto arcanos, como los nuevos polos de poder surgidos tras la irrupción del proceso de globalización. Por ello, los ciudadanos han de ser conscientes de su fuerza movilizadora, porque no se puede organizar una sociedad prescindiendo de la moralidad cívica de sus ciudadanos. Sin solidaridad social, sin un orden moral legítimo, los individuos no pueden comportarse como ciudadanos en tanto que sujetos morales, sino simplemente como individuos sistémicos que rechazan la política como acción colectiva y acuden al sistema sólo para obtener ventajas privadas.

La democracia nos obliga a ser muy exigentes con nosotros mismo como ciudadanos, y no sólo con los políticos gobernantes. Estos y los partidos políticos tradicionales no puede, ni deberían, convertirse sin más en la cabeza de turco de todos los males de las democracias actuales. Ellos tienen su responsabilidad e, incluso, su culpa. Pero todos nosotros somos responsables de una necesaria renovación de las políticas democráticas y de ejercer una *resistencia democrática crítica*. Brasil se juega ahora la democracia y su proyecto integrador.

DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE. HISTÓRICO E ANÁLISE DO GOLPE

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa¹⁹³

Em 1914, Kafka escreveu: “2 de agosto: a Alemanha declarou guerra à Rússia. À tarde, tenho natação”. Foi desse modo, misto de estupefação e indiferença, que a população brasileira enfrentou o dia 12 de maio de 2016, quando o Senado Federal, por 55 votos a favor e 22 contrários, deliberou pelo afastamento provisório da Presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff. A primeira votação havia ocorrido na Câmara dos Deputados em 17 de abril, quando a discussão do processo de *impeachment* na casa baixa do Congresso nacional revelou cenas de total descompromisso republicano.

Naquele momento, o Brasil foi apresentado aos seus parlamentares federais e conheceu seus despropósitos, fato que chamou a atenção da imprensa mundial. Para o *The Guardian*: “Dilma Rousseff sofre grande derrota em um Congresso hostil e contaminado pela corrupção”; para o argentino *El País*: “Deus derruba a Presidente do Brasil”, em referência irônica aos que votaram “sim”, em nome de Deus; o impresso colombiano *El Espectador* mencionou um “festival de agressões verbais” e ausência de base real, fato revelador de que “a política na América Latina é, também, um jogo de retórica que pretende ocultar a falta de argumentos”; o jornal *La Nación*, da Argentina, destacou que “Dilma Rousseff ficou à beira do julgamento político”; o *Le Monde* qualificou a votação como “ambiente de fatos e gestos insólitos”, no artigo intitulado “Os 10 segundos de celebridade dos brasileiros”. Nada poderia ser mais deprimente.

Na sequência do afastamento, ante a abertura do processo de *impeachment*, sem que tivesse havido renúncia da Presidenta eleita, afloraram dúvidas e incertezas jurídicas sobre o inteiro procedimento. O artigo 86 da Constituição Federal determina o

193 Palestra apresentada pela autora, docente titular da Universidade Federal da Paraíba, com doutorado em Ciências Jurídico-Econômicas pela Universidade de Coimbra, para estudantes do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em maio de 2016, e para doutorandos brasileiros e de outras nacionalidades na sala do Instituto Camões, da Universidade de Hamburgo, Alemanha, em junho de 2016.

afastamento por até 180 dias do Presidente da República, caso o processo de *impeachment* seja admitido pelas duas casas congressuais. Ocorre que, no processo em curso, como a Presidenta não renunciou antes, permanecendo apartada provisoriamente do cargo durante o julgamento, restava saber os limites dos poderes o mandatário interino em questões que abrangiam principalmente os direitos e deveres de um e de outro, afastado e ocupante.

No que tange à composição do Ministério, por exemplo, pelo teor do inciso I do artigo 84 da Constituição, compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado. Para parte dos constitucionalistas nacionais, a manutenção temporária do corpo ministerial preservaria o princípio da continuidade do serviço público, desse modo, as políticas públicas, o programa de governo e o corpo administrativo do governo afastado deveriam ser mantidos¹⁹⁴. No entanto, houve quem defendesse a possibilidade do Presidente em exercício compor sua própria equipe e nomear novos ministros¹⁹⁵. Em todo caso, ninguém consegue resguardar a possibilidade de alteração ou completa subversão do programa de governo chancelado pelas urnas.

Quando da substituição do governante, a expectativa geral era a de que o governo interino de Temer implantasse medidas emergenciais para tirar o país da crise econômica e política. O Vice-Presidente em exercício adotou medidas econômicas de pouca austeridade econômica e fraca aceitação popular, ao preferir eliminar os Ministérios da área social, por cancelamento ou fusão, culminando com a extinção do Ministério da Cultura. O Ministério da Presidente mulher, que expressava diversidade, foi substituído por uma equipe composta por homens, brancos e ricos, todos políticos ou politicamente envolvidos com os partidos de oposição, nenhum notável por sua técnica ou perícia, como havia sido a promessa, ao contrário, dos 22 novos ministros, 15 apresentavam envolvimento com processos abertos de corrupção. Grampos e gravações recentes envolvendo ministros novos e personalidades influentes do governo não deixam dúvidas de que o impedimento da Presidenta era cortina de fumaça, fato que confirma a versão de um golpe frio.

Para a correspondente Claire Gatinois, do jornal *Le Monde*, após mais de um mês de gestão, o governo interino enfrenta uma sociedade revoltada e sua governabilidade continua frágil, especialmente por ter abraçado parte da elite política implicada na operação

194 Podem ser citados Ricardo Lodi Ribeiro e Nina Pencak. Disponível em: <http://www.osconstitucionalistas.com.br/conrado-hubner-mendes-o-stf-e-refem-do-capricho-dos-seus-ministros>

195 O constitucionalista Lênio Streck afirma que a Constituição não traz limite expresso ao poder do Presidente em exercício. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-mai-02/poderes-temer-durante-afastamento-dilma-geram-divergencia>

Lava Jato e em outras. Na prática, o suposto governo de “união nacional” revelou-se indeciso, marcado por recuos e pressões - da sociedade por mudanças; dos aliados, por cargos; dos empresários, por menos impostos e mais cortes nos direitos sociais e trabalhistas; da mídia, para impor sua pauta, que inclui a mudança do próprio governo por outro efetivamente comprometido com a agenda liberal, assim, o programa de governo que elegeu Presidente e Vice-Presidente foi descartado. A jornalista do Le Monde observa que, entre idas e vindas, a população acabou percebendo que a corrupção não afetava somente o PT, partido da Presidenta, mas “todo o sistema político”, afirmando que hoje “até mesmo a probidade do Supremo Tribunal Federal está sendo questionada”¹⁹⁶.

É este, em suma, o cenário político, como diziam os romanos, de pouca virtude e má fortuna. Do ponto de vista econômico, o desmonte do Estado social e das conquistas alcançadas pelos governos populares (dois mandatos do Presidente Lula e os mandatos da própria Dilma) estão na pauta do dia. O plano econômico do interino Temer, denominado “Uma Ponte para o Futuro”, afeta o sistema de aposentadorias, pela ampliação da idade mínima; prega a redução da política de juros (embora a reunião do COPOM - Conselho de Política Monetária do governo provisório a tenha mantido inalterada); anuncia o ajuste fiscal das contas do governo (sem medidas efetivas até o momento); reduz o poder do Banco Central; pode cortar os programas estatais (restringindo a cobertura de medidas contra a desigualdade para apenas 10% da população); permitirá que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais trabalhistas e ampliará a terceirização; pede participação mais efetiva do setor privado na construção e operação de ações de infraestrutura (fato pouco crível de ser esperado do empresariado nacional); proclama maiores Acordos comerciais (mas afastou o país do Mercosul e dos BRICs), entre outras medidas e desacertos.

HISTÓRICO DO GOLPE

OS MOTIVOS INICIAIS E APARENTES

Em junho de 2013, no rastro de alguns movimentos internacionais, como a Primavera árabe (2011) e outros, eclodiram no Brasil atos que extravasavam as formas tradicionais de ação coletiva. As manifestações de rua, marcadas pela presença maciça de jovens, reuniram no mesmo espaço público integrantes de movimentos que defendiam a manifestação como ação política e uma massa dispersa de indignados com a política, com os partidos e com o governo, em meio à rejeição de algumas

196 Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/236993/Le-Monde-Diante-de-caos-pol%C3%ADtico-Dilma-pode-voltar.htm>

pautas específicas. Os protestantes eram contrários ao aumento das passagens urbanas; à repressão policial; à qualidade dos serviços públicos; aos gastos com a Copa do Mundo de 2014 e à corrupção. Atente-se para este último motivo porque é ele que irá se sobressair ao longo do tempo, devidamente alimentado por alguns fatores, tendo na grande mídia seu principal aliado.

As reivindicações que se popularizaram nas ruas do país, marcadas pela ausência de partidos, de lideranças políticas e de propostas claras, ao tempo em que despertaram na sociedade (organizada ou não) o seu potencial de ação, geraram também, nas elites, a oportunidade de ouro para provocar o sentimento de que tudo estava em frangalhos e que era preciso tirar o PT do governo. Merecem registro no relato do inteiro processo porque irão resultar, mais adiante, no motor dos movimentos que passaram a pedir o *impeachment* da Presidenta reeleita¹⁹⁷.

Ainda assim, a Presidenta Dilma foi reconduzida em outubro de 2014, com mais de 54 milhões de votos, tomando posse em 01 de janeiro de 2015. Os perdedores começaram por questionar o sistema de votação eletrônica (pedindo o retorno do voto em papel, para eles, mais seguro); o resultado das eleições e finalmente a legitimidade do governo, alegando que as medidas do governo contrariavam o discurso eleitoral. A vontade de derrubar o governo pelo golpe, vez que não conseguiram derrotar nas urnas, mostrava-se cada vez mais evidente e fortalecida, havendo entidades congêneres ao fascismo que passaram a propagar intervenção militar, disseminando a intolerância, com práticas xenófobas, racistas, sexistas e machistas.

Uma derrota enorme para o governo deu-se um mês depois da posse, em fevereiro de 2015, com a eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados. Cunha passou a liderar o bloqueio sistemático às proposições do governo, a sabotagem aos encaminhamentos do Executivo, as chamadas “pautas-bomba” e a chuva de pedidos de *impeachment*. Todo o tempo o Vice-Presidente Michel Temer aparecia como figura sombria, liderando conchavos com os setores oposicionistas e com o empresariado e coesionando o reacionarismo nacional na cruzada da restauração neoliberal-conservadora. No campo midiático, doses diárias de veneno eram administradas, provenientes principalmente das ações da Operação Lava Jato, desdobrada, pelo Juiz federal Sergio Moro, em tantas etapas quantas fossem necessárias para manter aceso o mote da corrupção petista. Tudo isso deságua no espetáculo dantesco ocorrido na Câmara dos Deputados, quando acatou a abertura do processo de *impeachment*.

197 Como os movimentos denominados *Vem pra Rua*, *Movimento Brasil Livre* e *Revoltados on line*.

A MOTIVAÇÃO DE FUNDO E OS BRAÇOS DO GOLPE

Todo o tempo o que está em pauta é o retorno da tensão estrutural entre capital e trabalho. O confronto está entre a crise de acumulação do capital, representada pelo fim do ciclo favorável das commodities, e a ofensiva para abaixar o custo da força de trabalho, com impactos sobre os salários, aposentadorias, previdência e outros. É o retorno da agenda neoliberal, especialmente revigorada pela crise econômica internacional, no novo paralelo entre o capital industrial, com seu viés desenvolvimentista, adotado pelos governos populares de Lula e Dilma, e o capital financeiro, de feição rentista, que prefere as políticas de austeridade, típicas do governo do ex-Presidente FHC. Na América Latina, acrescente-se a volta do imperialismo das empresas transnacionais, com olhos postos sobre setores econômicos estratégicos, como a geração de energia e a exploração do petróleo (caso do pré-sal).

Outro fator importante está na crise de representação política, fenômeno mundial que tem colocado em dúvida a legitimidade dos partidos como agentes legítimos de representação de interesses, na relação com as demandas societárias. No contexto da emergência de formas alternativas de participação política, ante as mudanças estruturais que estão ocorrendo nas economias capitalistas, o aumento do descrédito dos cidadãos comporta o risco do crescimento de movimentos totalitários, conforme alertava Hannah Arendt, chamando a atenção para o perigo que representa sua aparente neutralidade¹⁹⁸. O fato é que o Brasil elegeu em 2014 o pior Parlamento de todos os tempos, em termos de conservadorismo de valores “morais” e de envolvimento em atos de corrupção, com foco especial nos casos de financiamento empresarial das campanhas eleitorais.

Assim, a crise de representação política não tardou em atingir o equilíbrio entre os Poderes, com proeminência do Poder Judiciário para controlar os excessos ou as ausências dos demais. O recurso constante aos Tribunais e o protagonismo do Judiciário gerou no país o fenômeno conhecido como judicialização da política ou politização da justiça, em sua versão mais distorcida, representada pela partidarização do Judiciário federal, do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos de controle e fiscalização, como a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, em processo que Boaventura Santos denomina “hiperativismo judicial anárquico”¹⁹⁹. A Operação Lava Jato, levada a efeito pela Justiça Federal, e sua estranha parceria com a grande mídia, com vazamentos seletivos, exibidos com estardalhaço nos noticiários televisivos, com destaque para a TV Globo, transformou seus atores, membros do Judiciário federal, em heróis

198 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Companhia das letras, 2012.

199 Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/boaventura-no-brasil-havera-tempo-contra-o-golpe/>

nativos, justiceiros e vingadores, que, em nome do combate à corrupção, poderiam cometer excessos processuais e legais, chegando-se ao cúmulo de realizar pesquisas de opinião para divulgar a popularidade do juiz Sérgio Moro.

A distorção de condutas jurídicas releva de maneira expressiva. Para o constitucionalista Conrado Hübner Mendes, o STF - Supremo Tribunal Federal brasileiro, guardião da Constituição, por sua vez, funciona como “onze ilhas”, cada Ministro no seu mundo, constatada a ausência do colegiado em noventa por cento de suas decisões, assemelhando-se, pois, a um “tribunal monocrático”, fato que representa o ápice de suas patologias institucionais, sem mencionar a conduta pública partidarizada de alguns Ministros. Para esse autor, na atualidade, “preocupa menos o poder do STF enquanto Tribunal do que o poder de cada um dos seus ministros”²⁰⁰.

No caso do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma, as fragilidades reais são evidentes. Pela Lei 1079/1950, no regime de governo presidencialista, o presidente eleito somente poderá ser destituído do cargo pela prática direta e dolosa de ato tipificado como crime de responsabilidade ou crime comum. Atribuem à Presidente irregularidades representadas por práticas contábeis (que chamaram de “pedaladas fiscais”), ocorridas através de decretos de suplementação de crédito, assinados pelos órgãos executivos como adiantamento do pagamento de benefícios sociais. Esta era uma prática seguida pelos governos anteriores, sem que o TCU - Tribunal de Contas da União, órgão de controle, tivesse adotado qualquer recomendação em sentido contrário. Na verdade, os decretos assinados até 2014 faziam parte do governo passado e os decretos de 2015 foram chancelados pela Câmara Federal que, no último dia do exercício, aprovou a mudança da meta fiscal, autorizando o Governo a fechar o ano com déficit nas contas públicas.

Na verdade, o caldo geral antes da votação do *impeachment* era um governo fraco, limitado pelo Parlamento conservador e corrupto, sob a presidência de um político hábil e inescrupuloso, e pela mídia, que, em parceria com órgãos de polícia e justiça, noticiava o caos, em meio a crises de variadas naturezas (impopularidade da Presidenta, crise de representação política, demasias judiciais e processuais, para além da crise econômica). Nesse contexto, como assevera Mendes, a existência de crime de responsabilidade passou a ser mero detalhe, havendo quem afirmasse, no Parlamento, que a Presidenta deveria ser afastada “pelo conjunto da obra”. Estes são, em suma, os braços do golpe: econômico-financeiro internacional; parlamentar; midiático e judicial-policial.

Os governos populares (especialmente os de Lula) erraram quando, no auge de sua popularidade, optaram por renovar o pacto com as classes dominantes, não

200 Disponível em: <http://www.osconstitucionalistas.com.br/conrado-hubner-mendes-o-stf-e-refem-do-capricho-dos-seus-ministros>

atacando as causas estruturais da desigualdade social. Erraram ao não combater o financiamento empresarial das campanhas, tendo, ao contrário, lançado mão da mesma prática corrupta, não para abrir contas pessoais do exterior, mas para garantir os gastos das campanhas eleitorais do PT, motivação que não os redime. Cometeram falhas graves quando, ao estimular os órgãos de policiamento e controle, permitiram excessos não-republicanos, não confrontando, quando podiam, a partidarização de suas hostes e a criminalização da política. A grande ambiguidade foi o pragmatismo e a aposta na ausência de conflitos entre as classes sociais, desprezando o velho slogan bolchevique “nem guerra entre os povos, nem paz entre as classes”. Na prática, por sua vez, Dilma errou ao pactuar com o empresariado a desoneração fiscal, ao acatar as pautas econômicas da direita, aumentando os juros e reduzindo os investimentos, pondo em risco os avanços sociais do seu próprio governo.

CONSIDERAÇÕES

No conjunto geral da crise, vem à baila um texto do jurista Fabio Comparato que, invocando o conto *O Espelho*, de Machado de Assis, lembra que cada pessoa tem duas almas, sendo uma exterior, para ser exibida aos outros, e outra interior, com a qual convive e se encara no dia a dia doméstico²⁰¹. Para Comparato, é assim o direito brasileiro, havendo um lado oficial, publicado, e outro não-oficial, latente, mesma comparação feita por Eros Grau entre o direito posto e o direito pressuposto, com desdobramentos diferentes entre as análises. Para Comparato, desde sempre, o Brasil teria um direito escrito, que exhibe orgulhosamente aos outros e um direito oculto, que camufla nas entrelinhas. Esse caráter dúplice e dissimulado teria gerado Constituições que se apresentam como indumentárias de gala, mas que internamente, no cotidiano, se revelam maltrapilhas, podendo ser dilaceradas pelos operadores e aplicadores, em nome de interesses poderosos, sempre com justificativas pouco críveis.

É o que se passa hoje no país. O caráter retórico do processo irregular de afastamento da mandatária eleita, na verdade, mascara a ocorrência clara de um golpe político-judicial-midiático, que cumpre o objetivo de retirar o PT do governo, mas não afeta somente o mandato presidencial. Atinge o espírito da Constituição Federal, a democracia e o Estado de Direito, por isso, a reação internacional ao golpe no Brasil. Nossa Constituição Federal nunca se mostrou tão vilipendiada e farroupilha como agora. Não sabe o mundo que, para nós, internamente, tudo é possível.

201 COMPARATO, Fabio. O sistema jurídico brasileiro e a Missão das Nossas Universidades. In: COUTINHO, A. L. C.; BASSO, A. P.; CECATO, M. A. B.; FEITOSA, M. L. P. A. M. *Direito, Cidadania e Desenvolvimento*. Florianópolis: Conceito, 2012.

O SILÊNCIO DEVERIA SER PROIBIDO QUANDO UMA DEMOCRACIA É AMEAÇADA AQUI OU EM OUTRO LUGAR

Marilza de Melo Foucher²⁰²

Pela primeira vez, a jovem democracia brasileira é maculada por um processo político sem fundamento jurídico, que viola seus princípios constitucionais. O processo de destituição contra Dilma Rousseff criou um precedente perigoso na história política brasileira.

Desde 12 de maio o Brasil tem dois presidentes: uma eleita via sufrágio universal, com mais de 54 milhões de votos, e injustamente destituída; o outro, presidente interino, assumiu a chefia de governo em seguida ao assim chamado “*impeachment*”. Ávido por poder, o presidente interino Michel Temer começou a agir precipitadamente: nomeou ministros designados por deputados e senadores que lhe permitiram tomar o poder e que estão, na maior parte, envolvidos no escândalo de corrupção da operação “Lava Jato”. Os ministérios simbolicamente representativos foram suprimidos, como é o caso do Ministério da Cultura, da Mulher e da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em menos de uma semana, desmantelaram os programas de inclusão social em matéria de direitos de moradia, de educação, da saúde e do trabalho. Isso representa uma enorme injustiça para as populações desfavorecidas. Esses programas de inclusão social projetaram a reputação de Lula e Dilma internacionalmente.

O presidente interino é dotado de uma enorme sede de vingança, ao ponto de ordenar medidas que confinam a presidenta Dilma Rousseff numa espécie de exílio político dentro do próprio palácio presidencial, ao ponto de suprimir o financiamento de suas viagens, fora das visitas familiares, e de lhe retirar o financiamento dos alimentos e dos seguranças.

202 Marilza Foucher é doutora em economia (Sorbonne), trabalhou na cooperação internacional dos aposentados da França, atualmente é jornalista e blogueira, colabora com o Mediapartee – Paris e, no Brasil, com os jornais Brasil 247 e Correio do Brasil. Tradução: Katarina Peixoto

A jovem democracia brasileira vive, portanto, no seio de uma anomalia institucional que levanta questões e preocupa o mundo inteiro. Algumas instituições como ONU, a CEPAL e a OEA partilharam sua inquietação, como nos dão a ver as declarações de Luis Almagro, da OEA: “estou preocupado com o processo contra Dilma, ela não foi acusada do que quer que seja” e porque “aqueles que a acusam são membros do Congresso acusados e culpados de corrupção”.

O chefe da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL - Ernesto Samper, declarou, por sua vez, que a acusação contra Dilma é “uma razão séria para se inquietar quanto à segurança do Brasil e da região”.

Os governos dos Estados Unidos e da União Europeia mostraram certa prudência, no entanto, e não reportaram nenhuma sustentação ao presidente interino.

A situação de crise institucional e a maneira segundo a qual o presidente interino age provocou estupefação na imprensa nacional, até então aliada e cúmplice do golpe de estado. Denunciados esses atos anormais, a presidenta Dilma Rousseff deve se beneficiar de todas as suas prerrogativas de chefe de estado até o fim do processo.

As consequências da crise brasileira

É preciso sublinhar que o golpe parlamentar no Brasil terá uma incidência sobre todos os governos progressistas na América Latina. Sem dúvida alguma não se pode negar o papel dos governos Lula e Dilma na estabilidade da América Latina num contexto de crise política e econômica e na construção de relações multilaterais – na Bolívia em 2003 e em 2006 ; na Venezuela, em 2003 e em 2012, e na Argentina em 2003. Não há dúvida quanto ao desempenho de sua ação diplomática e quanto à solidariedade prestada nesses períodos de crise econômica e política, tampouco no que concerne aos acordos multilaterais da América Latina. Tudo isso foi e permanece essencial para a estabilização da paz e da democracia.

A diplomacia brasileira fez esforços consideráveis para a integração regional e participou de maneira ativa numa nova configuração geopolítica mundial. O novo presidente da OMC – Organização Mundial do Comércio -, o embaixador brasileiro Roberto Azevedo, declarou em 2011 que a escolha do Brasil pelo multilateralismo, a um só tempo político e econômico, foi um elemento permanente da continuidade da ação diplomática brasileira. Com um interesse especial pelo sistema representativo multilateral, democrático e dotado de mecanismos para promover uma cooperação fundada sobre o direito internacional.

Sua diplomacia construiu um discurso responsável, sem o sectarismo de um discurso antiamericanismo. Simplesmente, os governos Lula e Dilma quiseram ter uma cooperação fundada na reciprocidade para romper com a hegemonia imperialista. Ao fazer um certo contrapeso à política americana, a diplomacia brasileira buscava

um equilíbrio geopolítico equânime na América Latina. O Brasil se tornou um ator importante na cena internacional. Participou ativamente da criação dos BRICs, que se situa no quadro da política de aproximação com países como China, Índia, Rússia e África do Sul. Isso marca uma nova via na história da cooperação internacional. E essa estratégia não impediu o Brasil de buscar seu engajamento em favor de acordos bilaterais com os Estados Unidos e com a Europa. A política de cooperação internacional brasileira também foi igualmente alargada, de maneira intensa, com os países do continente africano, e com o conjunto da América do Sul e do Caribe, instituindo a solidariedade Sul-Sul, assim como a Sul-Norte.

Com efeito, a questão do golpe de estado parlamentar no Brasil não está isolada do contexto internacional da crise do capitalismo financeiro. Houve uma retomada das políticas neoliberais, quando as grandes potências viram suas economias afundarem a partir de 2008. Mesmo que o neoliberalismo tenha sido largamente responsável, a sua ideologia não foi abalada pela crise, pois ela se tornou objeto de uma reorganização, e os estados intervieram para evitar a depressão e a falência do sistema. Keynes rapidamente foi ressuscitado e enterrado. O continente sul-americano não podia seguir seu caminho fora do neoliberalismo...

Sem aderir às teorias do complô, existem elementos que lhes dão uma certa credibilidade, por exemplo, na organização do apoio logístico aos militantes da direita em solo brasileiro para a preparação do golpe. Desestabilizar um rival potencial é a regra para manter a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina e, por extensão, reduzir a capacidade de ação conjunta com a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul, no continente. O Brasil jogou um papel muito importante na agregação das forças dos países em via de desenvolvimento, seja no que respeita à abertura, seja à democratização das instituições multilaterais.

Os Estados Unidos jamais aceitaram a aliança feita por Rousseff com os países dos Brics e, tampouco, o papel perturbador do Brasil na geopolítica anglo-americana do petróleo e do gás. A plataforma continental do Brasil é de mais de cem milhões de barris de petróleo, o que faz do país uma potência petroleira e de gás. Exxon e Chevron, as gigantes petrolíferas americanas, estão empenhadas em tomar o seu controle. A presidenta brasileira ousou enfrentar os Estados Unidos quando a empresa brasileira Telebrás anunciou os planos para a construção de um cabo submarino de telecomunicações por fibras óticas com Portugal, através do Atlântico. Estava previsto o prolongamento do cabo entre Fortaleza e Portugal, aproximadamente 5600 quilômetros. Isso representa uma ruptura maior nas comunicações transatlânticas com a União Europeia, com o domínio da tecnologia estadunidense. Trata-se de neutralizar a vulnerabilidade à vigilância eletrônica da NSA de Washington. Além disso,

o Brasil sempre privilegiou os acordos multilaterais entre os países e isso não deixou o Estados Unidos, que pretende continuar sua dominação comercial na América Latina e em outros países, satisfeito: seus acordos transatlânticos com a União Europeia e o acordo Trans-Pacífico, TPP (na sua sigla em inglês), um acordo comercial histórico entre Estados Unidos, Japão e dez outros países do Pacífico. Toda a questão é de saber por que a presidenta Dilma Rousseff foi grampeada e posta à escuta se tornou, então, um alvo de desestabilização política.

Diz-se que os Estados Unidos são o berço da democracia – mas o país não parece apreciar a vitalidade da participação das organizações sociais brasileiras no quadro da democratização dos organismos multilaterais, como é o caso da OMC, com seus acordos gerais sobre comércio e serviços. Houve uma forte mobilização dos organismos internacionais que avaliam que esses acordos fazem parte de uma agenda neoliberal, a qual, no caso particular dos serviços, passa a ter prioridade em relação ao bem estar real das populações implicadas, na medida em que se concentram unicamente na mercantilização dos serviços públicos essenciais (como é o caso da educação e da saúde). O fato que setores considerados de domínio estatal possam se tornar objeto de negociações não democráticas seriam um presságio, segundo eles, do desaparecimento do poder de regulação dos estados e, portanto, de seu papel histórico.

É preciso notar que nos países da América do Sul como o Brasil, que conheceram ditaduras durante mais de duas décadas, a democracia repousa sobre a responsabilidade de cidadãos de um país e não há democracia sem a consciência do pertencimento a uma coletividade política, a um território, a uma região. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é a primeira a consagrar um conjunto de princípios que guiam o Brasil na cena internacional. Essa orientação internacionalista traduz os princípios da primazia dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, a recusa do terrorismo e do racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, conforme ao artigo 4, parágrafos II, III, VIII e IX. O artigo 4, em seu conjunto, simboliza a reinserção do Brasil na cena internacional. Reconhecendo a prevalência dos direitos humanos em suas relações internacionais, o Brasil reconhece igualmente a existência de limites constrangimentos relativos à soberania de cada estado, a qual está submetida às regras jurídicas, critério instituído pela prevalência dos direitos humanos. É por isso que não podemos deixar perecer os valores comuns e os princípios democráticos. A União Europeia está fundada sobre valores de respeito à dignidade da pessoa humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito, assim como do respeito aos direitos humanos e sobre o compromisso com os direitos das pessoas pertencentes às minorias.

A Comissão Europeia ajudou muito às organizações sociais brasileiras na luta pela democratização. Ela financiou vários projetos de educação cidadã no desenvolvimento inovador da democracia participativa, na luta contra a exclusão, na defesa dos direitos humanos. E, graças às Ongs europeias, uma nova sociedade civil emergiu no Brasil, plena de vitalidade. Foi ela que reinventou a governabilidade local fundada sobre a democracia participativa das municipalidades brasileiras governadas pelo PT. Esse processo interessou à esquerda francesa e europeia e ela buscou conhecê-lo melhor e compreendê-lo. Os governos municipais de esquerda na França e na Europa buscaram construir fraternidades, parcerias com os municípios brasileiros, visando a renovar a velha democracia francesa cada vez mais respeitada pelos cidadãos. É interessante notar que a candidata do partido socialista, Ségolène Royal, utilizou a democracia participativa como tema de sua campanha presidencial. Ninguém pode esquecer que Porto Alegre se tornou a capital da democracia participativa e o berço do Fórum Social Mundial, onde a alternativa à esquerda, os altermundistas vociferaram que um outro mundo era possível.

Em resposta à crise política institucional, a ameaça e suas hipóteses, que pesam sobre a democracia e suas conquistas sociais, afirmamos que é inconcebível que o junto da esquerda europeia e sobretudo a francesa não prestem solidariedade a Dilma Rousseff, aos movimentos sociais, aos artistas, aos intelectuais que estão nas ruas ocupando as escolas, as universidades, os teatros. Por essas razões, os brasileiros, os franco-brasileiros que moram nos países europeus estão mobilizados para esclarecer a opinião pública sobre esse momento sombrio que a democracia brasileira vive, e denunciar esse golpe de estado em toda parte, pois hoje em dia todas essas conquistas estão ameaçadas por um golpe de estado parlamentar, e isso exige solidariedade de toda a esquerda internacional e de todas as mulheres e homens engajados na defesa dos direitos.

Não é preciso perder a capacidade de pensar as questões de ordem política e geopolítica mundiais, pois num mundo global estamos todos implicados. O espírito do internacionalismo não pode desaparecer das lutas políticas. É suficiente observar o que se passa na União Europeia. Esse espaço geopolítico poderia ser um lugar formidável de integração regional das lutas sociais contra a expansão da ideologia neoliberal. Esse desinteresse é paradoxal num mundo globalizado e num espaço geopolítico completamente submisso às regras da ideologia neoliberal.

A governança mundial foi criada para defender os interesses do mercado globalizado, isso é quase uma estratégia de guerra econômica em que os com melhor desempenho dominam ao impor suas regras. Diante a perda de autonomia política de uma sociedade cada vez mais dominada pelos interesses econômicos de um mundo global,

é impossível se tornar um cidadão passivo. Essa realidade deveria exigir, ao contrário, bem mais solidariedade, e incitar a esquerda e o conjunto das organizações sociais a uma maior reatividade, face a uma ideologia que deixa as democracias cada vez mais vulneráveis. Uma minoria governa sem legitimidade para uma maioria. Aqui e no Brasil o fenômeno é o mesmo.

Hoje, estamos confrontados com um grande desafio: nossas sociedades podem funcionar democraticamente sem valores comuns? Não há dúvida de que a destituição da presidenta Dilma Rousseff foi planejada nacionalmente e, é provável, com ajuda internacional. Com o apoio do quarto poder e de setores conservadores do poder judiciário, uma mulher honesta foi posta de lado. A imprensa brasileira e seus cúmplices internacionais deram a imagem de uma presidente implicada nos escândalos de corrupção e definitivamente em posição de acusada. O jornal Folha de São Paulo lançou, na segunda 23 de maio, uma verdadeira bomba político-midiática, ao publicar a transcrição das gravações de uma conversa que datava de março, entre o ministro interno do planejamento, Romero Jucá, e um antigo senador de seu partido, Sergio Machado. Nessa conversa telefônica, os dois homens se mostram angustiados com o avanço inexorável das investigações sobre o desvio de recursos na Petrobrás, que implodiu a classe política brasileira. Romero Jucá propôs então um “pacto”, passando pela destituição da presidente de esquerda Dilma Rousseff, para esconder o escândalo da Petrobrás no qual ele mesmo está implicado. “A destituição é necessária. Não há outra questão. É preciso resolver essa merda. É preciso mudar o governo para parar a hemorragia”. “É preciso um acordo, pôr Michel Temer no poder, um grande acordo nacional”, responde-lhe o senador, que parece ter gravado essa conversa sem que o seu interlocutor soubesse, a fim de usá-la em acordo de delação com a justiça, em troca de uma redução da pena. A revelação das gravações demonstra a verdadeira razão do golpe de estado praticado contra a democracia e contra o mandato legítimo de Dilma Rousseff. “O objetivo é frear a investigação sobre a Petrobrás e encerrá-la” reagiu o ex-ministro de esquerda Ricardo Berzoini.

É por essa razão que eu digo a todos os movimentos sociais, a todos os partidos de esquerda na Europa, que o silêncio deveria ter proibido quando uma democracia está ameaçada aqui ou em qualquer parte.

O GOLPE DE 2016 NO BRASIL E OS BRICS

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima²⁰³

Ao que tudo indica, o governo do Presidente interino Michel Temer vem perdendo a disputa internacional na tentativa de dizer que seu exercício da Presidência da República não é produto de um golpe contra a Constituição e democracia brasileiras. Mesmo jornais conhecidamente conservadores, como o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, da Alemanha, afirmam que o ocorrido no “Manicômio Brasil” em março e maio de 2016 seria no mínimo “controverso”, ainda que na avaliação de seu correspondente no Brasil o processo contra a Presidenta tenha transcorrido legalmente²⁰⁴. Jornais da Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra deram ampla cobertura ao assunto a envolver a sétima maior economia mundial, sempre questionando a legalidade do movimento que conduziu Michel Temer à Presidência da República. Autoridades do governo interino enfrentaram manifestações contrárias no estrangeiro, logo nos primeiros quinze dias de governo. O Ministro das Relações Exteriores do governo interino, Senador José Serra, bem conheceu estes humores quando de seus deslocamentos para a França e Argentina.

O que chama a atenção no caso brasileiro? Como ficará o País com o redirecionamento de sua política externa e quais as consequências destes novos rumos? Procurarei enfrentar estas perguntas rapidamente neste escrito, embora mereçam atenção mais acurada, a partir da formação do grupo econômico e político chamado BRICS, a reunir Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Em 2001 o economista do grupo Goldman Sachs, Jim O'Neil, escreveu um estudo intitulado *Building Better Global Economic BRICs*. A definição original incluía apenas Brasil, Rússia, Índia e China. A África do Sul seria incorporada quase dez anos

203 Doutor em Direito pela Universidade de Frankfurt. Professor Titular da Universidade de Fortaleza. Procurador do Município de Fortaleza.

204 O termo em original alemão utilizado pelo *Frankfurter Allgemeine Zeitung* foi “umstritten” (edição de 10.05.2016). O título da matéria é “Tollhaus Brasilien”, e está disponível em <http://www.faz.net/aktuell/politik/ausland/brasilien-chaos-umdimla-rousseffsamts-enthebu-ngsverfahren-14224381.html>.

depois, em 2011, no que se acrescentou o “S” ao final da sigla. O grupo não forma ainda uma organização internacional, como a União Europeia ou o Mercosul. Trata-se de uma reunião de grandes economias mundiais, a procurarem seus caminhos para o desenvolvimento humano e tecnológico para suas grandes populações. Os dois países mais populosos do mundo, China e Índia, abrigam quase a metade da população da Terra, e estão presentes no grupo. Em 2006, por ocasião da 61ª Reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, os chanceleres dos quatro países formalizaram a existência dos BRICS. A 1ª Cúpula dos BRICS deu-se em Ecaterimburgo em 2009. Em julho de 2014, em Fortaleza, o grupo criou o Banco de Desenvolvimento, com sede em Xangai. Os BRICS respondem por 18% do PIB mundial. Seu PIB, com 11 trilhões de dólares, supera o dos Estados Unidos e da União Europeia. Para o Banco de Desenvolvimento estão previstas cotas iguais de 20% para cada membro, até atingirem um valor total de 50 bilhões de dólares. Esses recursos financiarão projetos em infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Além do Banco, foi criado um fundo de reserva para auxílio a alguns dos membros em caso de dificuldades, no valor de 100 bilhões de dólares.

De 2001 até os dias atuais os BRICS tornaram-se atores globais na economia e na política. China, Índia e Rússia já eram portadoras de forte influência no cenário mundial, decorrente de suas forças bélicas e do domínio da energia nuclear, a integrar suas defesas. Como signatárias do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), China e Rússia controlam seus arsenais e podem mantê-los. A Índia, que explodiu sua primeira arma atômica em maio de 1974 (após a existência do TNP), acha-se em situação legal: não é signatária do TNP, portanto não pode ser acusada de violação das regras de direito internacional.

As tensões com a instabilidade política na Ucrânia realocaram a Rússia para o centro de uma disputa que não prece ter fim com a União Europeia e com os Estados Unidos. Quem apostou na possibilidade de relações amigáveis entre Rússia e União Europeia e entre Rússia e Estados Unidos com o fim da chamada guerra fria parece ter errado o alvo de suas observações. Óbvio que este complexo xadrez internacional resvala nos BRICS, onde o Brasil está presente. Juntamente com Alemanha e Índia, o Brasil adquiriu força diplomática nos governos do Presidente Lula quando já se criou quase o consenso internacional de que estas três nações serão incorporadas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas na qualidade de membros permanentes, ainda que sem direito ao veto das grandes potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina a posição brasileira, especialmente de 2002 a 2010, tem sido de destaque econômico e político. A aproximação com países africanos, as boas relações com os governos sul-americanos, o protagonismo internacional até mesmo em diálogos com países distantes, como o Irã, levaram o Brasil a um destaque não conhecido. A permanência nos BRICS deu-se mais como uma confirmação de uma vocação que

já estava latente, causando preocupação à política externa dos Estados Unidos, a engargarem no Brasil e nos BRICS rivais a serem acompanhados com cuidado.

Diante desse cenário e da posterior mudança de governo recente no Brasil, não surpreende quando em 13.06.2016 a agência chinesa de notícia tenha expressado sua desconfiança relativamente ao tratamento que o novo governo brasileiro daria aos BRICS²⁰⁵. O Banco de Desenvolvimento dos BRICS, além da iminente possibilidade das transações comerciais darem-se não mais em dólares, mas nas respectivas moedas, traduz a mais significativa novidade para a política financeira e monetária mundial desde 1948, quando se acertou a criação do Fundo Monetário Internacional. Não é sem razão que a hegemonia dos Estados Unidos e da União Europeia são sempre céticas quando se referem aos BRICS. Demais, não interesse à “troika” econômica e financeira internacional competidores que podem oferecer algo diferente a países desesperados com suas contas internas, e sem que estes desesperados sacrifiquem suas populações. O tratamento da imprensa brasileira aos BRICS, à sua atuação e capacidade geopolítica é majoritariamente negativo. Em outras palavras: temos uma imprensa nacional dominada pelas versões hegemônicas de política financeira e monetária, a jogarem abertamente contra a autonomia das relações internacionais brasileiras e também contra os projetos de expansão econômica fora do eixo tradicional, controlado pelos Estados Unidos e União Europeia.

A formação do BRICS foi um gesto de teimosia e insistência. Sua consolidação será, antes de mais nada, um ato de coragem e firme decisão política. A participação brasileira no BRICS é decisiva não somente para o sucesso do grupo, mas para o Brasil, interna e externamente. O freio que o governo interino e golpista de Michel Temer pretende impor aos BRICS traduz a retomada da política externa dependente, de retorno do Brasil às pressões tradicionais da geopolítica mundial, além de consistir na diminuição do Brasil no cenário internacional.

Qual o significado do Brasil no BRICS e o fortalecimento do grupo? A primeira das respostas ao saltar os olhos é o receio dos Estados Unidos com um grupo de países agindo fora de sua influência; num grupo que conta com a presença das duas principais forças bélicas, econômicas e políticas abertamente a disputarem influência regional e mundial com os Estados Unidos. Falamos aqui de China e Rússia. A segunda resposta diz respeito ao Brasil. Os Estados Unidos não aceitam diretrizes que não as suas na América Latina, menos ainda no subcontinente sul-americano. A política de Washington para o subcontinente tem sido marcada, nos últimos quinze anos, de pouca simpatia

205 A Agência Xinhua no Brasil fez publicar matéria intitulada *Political change in Brazil tests capability of BRICS*. Na visão da Agência, os BRICS terão um secondary placeo no governo interino de Michel Temer. http://news.xinhuanet.com/english/2016-06/13/c_135432496.htm

pelos governos chamados populistas, quando não de confronto, como é o caso da Venezuela. No que pese as boas relações entre Brasil e Estados Unidos, desde 2002 Washington não nutre a menor simpatia pelos governos do Partido dos Trabalhadores, e não gostaria de ver o protagonismo brasileiro disputar influência com outros países da América Latina. Uma terceira resposta reforça a necessidade dos BRICS pelo Brasil: seu mercado e a abertura para novos mercados entre BRICS e países do Mercosul. Novamente, a consolidação do Mercosul, para além de uma simples união alfandegária, também atinge interesses norte-americanos, que não desistem de sua área livre de comércio para a região latino-americana, onde suas indústria e complexidade e diversidade econômicas trariam forte impacto negativo nas indústrias da América Latina.

Do ponto de vista político, a formação efetiva dos BRICS diminuirá o poder da moeda americana, base de quase todas as trocas comerciais do mundo. Ao optar por usarem suas próprias moedas, os BRICS podem promover uma mudança no cenário financeiro internacional, obrigando o sistema bancário internacional à diversificação e divisão de sua capacidade econômica: vale dizer, poderá implicar na divisão geopolítica de poder político de pressão sobre governos e nações frágeis, os quais disporão de outras alternativas financeiras e bancárias para seus momentos de crise e dificuldade. Grandes bancos e investidores terão que se adequar a parâmetros outros, o que os obrigará a negociar noutros patamares que não aqueles a que já estão acostumados e dominados por seus pares. Sem dúvida que tal mecânica significará perda de poder econômicos e políticos dos Estados Unidos e do FMI.

É verdade que todas estas afirmações compõem um cenário incerto, já que não se sabe o futuro dos BRICS. Por outro lado, porém, há no horizonte a possibilidade de, no mínimo, alterações desse cenário em desfavor de quem hoje domina o mercado financeiro. Se o Brasil muda sua rota e adere às mudanças, a consequência não será outra senão a de maior prestígio internacional. O desdobramento não será somente para o Brasil. Uma eventual bem sucedida posição brasileira trará resultados para a América Latina, o que poderá encorajar outras economias da região a optarem por caminhos diferentes, forjados por si mesmos. Se o Brasil, como quer o governo interino, sucumbe mais uma vez ao centro financeiro do mundo, a resposta não será tão complexa: estaremos a fortalecer o dependencismo cultural, econômico e financeiro. Em outras palavras: não haverá nada de novo no nosso front da emancipação enquanto povo e nação.

Se o Brasil, por outro lado, decide apostar na formação dos BRICS, e na consolidação do Mercosul, confirmando a tese desenvolvimentistas tão bem estudada por Celso Furtado, encontrará seu próprio caminho para o desenvolvimento, mostrando que o subdesenvolvimento econômico não é caminho natural para o capitalismo e que a superação do mesmo subdesenvolvimento dependerá, antes de mais nada, das escolhas que as nações que desejam superá-lo tomem.

O GOLPE DE ESTADO DE 2016 NO BRASIL

Michael Löwy²⁰⁶

Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir. Mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contabilísticas, “pedaladas fiscais”, para cobrir défices nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! Não há dúvida de que vários quadros do PT estão envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras, mas Dilma não... Na verdade, os deputados de direita que conduziram a campanha contra a presidente são uns dos mais comprometidos nesse caso, começando pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (recentemente suspenso), acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal etc.

A prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Testada nas Honduras e no Paraguai (países a que a imprensa costuma chamar de “República das Bananas”), ela mostrou-se eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda. Agora foi aplicada num país que tem o tamanho de um continente...

Podemos fazer muitas críticas a Dilma: ela não cumpriu as promessas de campanha e faz enormes concessões a banqueiros, industriais, latifundiários. Há um ano a esquerda política e social cobra uma mudança de política económica e social. Mas a oligarquia de direito divino do Brasil – a elite capitalista financeira, industrial e agrícola – não se contenta mais com concessões: ela quer o poder todo. Não quer mais negociar, mas sim governar diretamente, com seus homens de confiança, e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos.

206 Michael Löwy um pensador marxista brasileiro radicado na França, onde trabalha como diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique*. É um relevante estudioso do marxismo, com pesquisas sobre as obras de Karl Marx, Leon Trótski, Rosa Luxemburgo, Georg Lukács, Lucien Goldmann, Walter Benjamin. Artigo enviado pelo autor diretamente ao Blog da Boitempo, autorizada a republicação pelo autor. A tradução, a partir do original em francês, é de *Mariana Echalar*.

Citando Hegel, Marx escreveu no 18 de Brumário de Luís Bonaparte que os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Isso aplica-se perfeitamente ao Brasil. O golpe de Estado militar de abril de 1964 foi uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de “irregularidades” contabilísticas. A principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como “a bancada BBB”: “Bala” (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), “Boi” (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e “Bíblia” (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos). Entre os partidários mais empolgados com a destituição de Dilma destaca-se o deputado Jair Bolsonaro, que dedicou o seu voto aos oficiais da ditadura militar e nomeadamente ao coronel Ustra, um torturador notório. Uma das vítimas de Ustra foi Dilma Rousseff, que no início dos anos 1970 era militante de um grupo de resistência armada, e também o meu amigo Luiz Eduardo Merlino, jornalista e revolucionário, morto em 1971 sob tortura, aos 21 anos de idade.

O novo presidente, Michel Temer, entronizado por seus acólitos, está envolvido em vários casos suspeitos, mas ainda não é alvo de investigação.

O novo presidente, Michel Temer, entronizado por seus acólitos, está envolvido em vários casos suspeitos, mas ainda não é alvo de investigação. Uma pesquisa recente perguntou aos brasileiros se eles votariam em Temer para presidente da República: 2% responderam que sim...

“Ódio à democracia”

Em 1964, grandes manifestações “da família com Deus pela liberdade” prepararam o terreno para o golpe contra o presidente João Goulart; desta vez, multidões “patrióticas” – influenciada pela imprensa submissa – mobilizaram-se para exigir a destituição de Dilma, em alguns casos chegando a pedir o retorno dos militares... Formadas essencialmente por brancos (os brasileiros são em maioria negros ou mestiços) de classe média, essas multidões foram convencidas pelos média de que, nesse caso, o que está em jogo é “o combate à corrupção”.

O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular.

O golpe de Estado “legal” vai transcorrer sem grandes obstáculos, como nas Honduras e no Paraguai? Isso ainda não é certo... As classes populares, os movimentos sociais e a juventude rebelde ainda não deram a última palavra.

LA COSTITUZIONE COME VITTIMA

Michele Carducci²⁰⁷

Come costituzionalista straniero che vive e conosce la realtà costituzionale brasiliana, esprimo profonda preoccupazione per gli accadimenti politico-istituzionali di questi mesi e auspico un recupero di dignità e decenza da parte di tutti i soggetti coinvolti nella discussione e decisione sull'Impeachment della Presidente Dilma Rousseff.

In gioco non è la contingenza di un destino politico di una persona o di un partito.

In gioco è la credibilità della classe politica come protagonista matura e lungimirante del futuro costituzionale del suo paese, in quanto la vittima di questa contorta vicenda è la Costituzione brasiliana, il suo processo di concretizzazione, la sua forza normativa come limite della politica e dell'abuso.

Mi permetto di richiamare, a sostegno di questa valutazione, l'insegnamento di Silvano Tosi, il più importante studioso italiano di diritto parlamentare, che esordì negli studi costituzionali con una fondamentale monografia, ancora oggi insuperata, proprio sul tema del "Colpo di Stato"²⁰⁸, collegandone l'analisi alla dinamica dei parlamenti.

Per Tosi, il diritto parlamentare identificava una "assise di legittimità per la metodologia del potere". Naturalmente, in questa impostazione si rifletteva una filosofia costituzionale del diritto parlamentare e non solo una semplice rappresentazione tecnica e dogmatica dei suoi istituti. Si trattava e si tratta di quella filosofia che identifica la semantica storica della democrazia nella centralità della parola e della

207 Professore ordinario di Diritto costituzionale comparato nell'Università del Salento – Italia. Dottore in Diritto costituzionale nell'Università di Bologna e Münster. Pos-Doc Cardozo School of Law New York. Coordinatore del Centro Didattico Euroamericano sulle Politiche Costituzionali dell'Università del Salento.

208 Roma, Athenaeum, 1951.

discussione²⁰⁹, la stessa per cui “il linguaggio della democrazia è la parola e la democrazia è la parola del linguaggio”²¹⁰.

Ecco allora che la “ragione storica” (e istituzionale) della validità della Costituzione non può non coincidere con tutti gli istituti parlamentari che “consentono la parola”, e dunque, per ciò stesso, impediscono alle parti di “sovvertire costituzionalmente la Costituzione”²¹¹.

Questa prospettiva, apparentemente formale, non è di natura procedimentale: rivela in realtà un’esigenza ineludibile nella comprensione dei fenomeni costituzionali, che sappia andare oltre la capacità di giudizio della compatibilità logico formale delle norme e riesca a non confondere il giudizio di merito delle politiche dalla considerazione del metodo, identificando in quest’ultimo la premessa di tutte le (pre)-comprensioni costituzionali.

Anche per questo, il grande filosofo Widar Cesarini Sforza, nell’introdurre lo studio di Tosi su Il colpo di Stato, ammoniva sulla gravità della perdita di orientamento intorno alle regole costitutive di competenza e alle riserve di decisione. Le vedeva come un’anticamera per l’abdicazione delle forme e dei procedimenti costituzionali al contingente *jus dispositivum* del potere.

Analogamente, Manuel Atienza, molto più recentemente, ha parlato in proposito di “sviamento di potere”, come valutazione non delle forme deducibili dalla testualità costituzionale, bensì dei fini e del valore che le regole costituzionali sui procedimenti decisionali significano rispetto alla disponibilità incontrollata e incontenibile dei suoi destinatari²¹².

In Brasile, mi pare che si assista proprio a questo contingente *jus dispositivum* del potere, fondato sullo “sviamento” dei fini costituzionali; e se ha senso parlare di “colpo di Stato”²¹³, è solo nella prospettiva di Tosi e Cesarini Sforza, come perdita del “senso comune” della Costituzione o di luoghi costituzionali “abusati” nella loro disponibilità. Insomma si avverte l’impressione di un vero e proprio “abuso” della

209 Il riferimento ormai classico è N. Achterberg, *Die parlamentarische Verhandlung*, Berlin, Duncker & Humblot, 1979. Sulla sua *Rechtsverhältnistheorie*, mi permetto di rinviare a M. Carducci, *Controllo parlamentare e teorie costituzionali*, Padova, Cedam, 1996, 12 ss.

210 A. Pichierri, *Matrici filosofiche e religiose del Costituzionalismo*, Lecce, Pensa, 2005. Ma su scrittura, parola e democrazia, si v. D. Musti, *Democrazia e scrittura*, in *Scrittura e civiltà*, 1986, 26-30.

211 G. Guarino, *Lo scioglimento delle assemblee parlamentari*, Napoli, Jovene, 1948, 136 ss.

212 M. Atienza, J. Ruiz Manero, *Illeciti atipici. L’abuso del diritto, la frode alla legge, lo sviamento di potere* (2000), trad. it. Bologna, il Mulino, 2004, 71-78.

213 C. Proner, G. Cittadino, M. Tenenbaum, W. Ramos Filho, *A resistência ao Golpe de 2016*, Projeto Editorial Praxis, 2016.

Costituzione da parte dei suoi soggetti, le cui dinamiche, siano esse di negoziazione in autonomia che di funzionalizzazione utilitaristica e contingente²¹⁴, appaiono sempre meno inseribili in un orizzonte di senso duraturo²¹⁵.

Ma l'assillo della congiuntura promiscuamente intreccia e confonde Begründungsdiskurs e Anwendungsdiskurs sulla Costituzione.

Il trionfo della contingenza e della utilità politica immediata trasforma qualsiasi discorso costituzionale in un esercizio di "simulazione" costituzionale²¹⁶.

Di conseguenza, la sensazione è quella di una "doppiezza costituzionale" della e nella politica brasiliana, che duplica, a seconda delle circostanze e delle convenienze, l'uso e abuso della Costituzione, riconoscendola come vera e propria Zwischenverfassung²¹⁷ a disponibilità maggioritaria – di un parlamento ieri, di un giudice oggi – e a mutamento costante a seconda di luoghi, tempi, necessità e urgenze: quindi costantemente "provvisoria"; una pericolosa vorläufige Verfassung.

La Costituzione brasiliana non sembra più "di tutti", bensì "contro" qualcuno e confermata "da" qualcuno.

Con queste premesse, il ruolo della Costituzione si scolorisce, diventa eminentemente pratico, una sorta di regola "ancillare" per le "esigenze del caso politico concreto", ancorché il "caso" sia il gioco politico incerto e "rischioso" di questi mesi in Brasile.

Di riflesso, lo "sviamento di potere" diventa "elemento" esso stesso dei meccanismi attraverso cui la legittimità, da un lato, e la legalità, dall'altro, sostengono la Costituzione, minando alla base il System-Vertrauen²¹⁸ che ha identificato il costituzionalismo come congiunzione tra politica e diritto. Ma una Costituzione "sviata" non è più in grado di dire "io a se stessa"²¹⁹, privata com'è di quella sua fondamentale

214 Tesi presente in G. Zagrebelsky, *Manuale di diritto costituzionale. I: il sistema delle fonti*, Torino, Utet, 1990, 259 ss.

215 L'efficace immagine dell' "orizzonte costituzionale" si deve a L. Elia, *La Costituzione nel suo svolgimento*, in S. Labriola (a cura di), *Cinquantenario della Repubblica italiana*, Milano, Giuffrè, 1997, 107 ss.

216 Non a caso i cit. M. Atienza e J. Ruiz Manero discutono dei nessi tra simulazioni e frodi. E di "simulazione costituzionale" parlava già, con non poca lungimiranza, P. Barile, *La Costituzione come norma giuridica*, Firenze, Barbera, 1951, *passim*.

217 Per una sintesi sul concetto, sia consentito il richiamo a M. Carducci, *Il problema esplicativo delle trasformazioni costituzionali*, in A. Spadaro (a cura di), *Le "trasformazioni" costituzionali nell'età della transizione*, Torino, Giappichelli, 2000, 149 ss.

218 Nelle comprensioni di N. Luhmann, *Vertrauen. Ein Mechanismus der Reduktion sozialer Komplexität*, Stuttgart, UTB, 2000⁴, 57 ss.

219 "Die Verfassung sagt ich zu sich selbst" è l'efficace formula di sintesi coniata sempre da N. Luhmann (*La Costituzione come acquisizione evolutiva* (1990), trad.it. in in G. Zagrebelsky, P.P. Portinaro, J. Luther (a

identità tautologica di proclamare “io decido come io decido”. Non a caso, questo paradosso, che è il paradosso della necessità della Costituzione come morfologia giuridica dei rapporti tra poteri costituiti²²⁰, cede il passo al puzzle della politica²²¹.

La Costituzione non più Notbau, per la prevaricante priorità di un’urgenza “necessaria” ancorché “incerta” del politico sul diritto.

È importante soffermarsi su questa rilevante confluenza della “normatività” costituzionale con la “normalità” delle contese politiche. Nel pensiero del giurista weimariano Hermann Heller, ideatore dell’accoppiamento concettuale “normalità”/“normatività” costituzionali, è la Costituzione a indirizzare l’acquisizione di normalità, cioè a segnare l’uscita dall’Ausnahmestand proprio al fine di consentire non solo il coordinamento tra i poteri costituiti, ma anche la loro stessa sopravvivenza²²².

Se viceversa lo “sviamento di potere” transita attraverso l’abuso della parole e delle forme parlamentari e costituzionali, ancorché in nome di ragioni politiche contingenti, il “rischio” prodotto è letale²²³. Nella persistenza dell’Ausnahmestand – nel senso di “eccezione” non necessaria bensì indotta e volontaria, quindi non corrispondente ad un Staatsnotrecht²²⁴ – si estinguono i poteri costituiti proprio come soggetti giuridici, ancorché “politicalmente corretti”.

Una Costituzione senza l’intelligenza onesta e coraggiosa dei suoi soggetti è una Costituzione senza vita.

cura di), *Il futuro della costituzione*, Torino, Einaudi, 1996)

220 Cfr. A. Giovannelli, *Dottrina pura e teoria della costituzione in Kelsen*, Milano, Giuffrè, 1983, 119 ss.

221 In merito, P. Suber, *The Paradox of Self-Amendment*, New York, Peter Lang Publishing, 1990 e soprattutto l’approccio, meritevole di considerazione anche per il costituzionalista, di N. Luhmann, *The third question: the creative use of paradoxes in the law and legal history*, in *Journal of Law and Society*, 15, 2, 1988.

222 Cfr. su questo H. Heller, *Freiheit und Form in der Reichsverfassung* (1930), ora in H. Heller, *Gesammelte Schriften*, Tübingen, Mohr, 1992, Bd. I, 371-377.

223 Una “clausola di suicidio”, si potrebbe dire, “politicalmente condivisa”. Sulla plausibilità di simili scenari, si v. il breve ma denso scritto di O. Bachof, *Verfassungswidrige Verfassungsnormen?*, Tübingen, Mohr, 1951.

224 H. Boldt, *Ausnahmestand*, in O. Brunner, W. Conze, R. Koselleck (hrsg.), *Geschichtliche Grundbegriffe*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1972-1992, Bd. I, 356-357.

EL MUNDO NECESITA EQUILIBRIO. NO SOLO DE ECONOMÍA VIVE EL HOMBRE

Montserrat Ponsa Tarrés²²⁵

Quienes no estamos de acuerdo en cómo manejan el Planeta gobiernos y magnates, en cuyo poder tienen los Medios de Información, consideramos que es preciso que, los gobernados, hagamos un alto en el camino, y digamos ¡BASTA! so pena de perecer-desaparecer, tras caer en una elipse de la que nadie escapará indemne ni, nada podrá detener.

Danielle Mitterrand entrañable amiga a la que acompañé hasta su último aliento pregonaba, desde que la conocí, “la Paz en el mundo llegará a través de América Latina. Su gente ha sufrido mucho, ha sido humillada, vejada, considerada inferior. Saben lo que quieren: Justicia Social para todos”. Confiando en ella, por la que siento gran admiración, creí que aquel futuro se vislumbraba cercano, pero los grandes “manipuladores” atentos a sus economías, no lo quieren permitir. Pero, no lo duden, llegará i, como aseguraba Túpac Amaru, ¡seremos millones!...

Justamente en Bolivia, acompañando a Evo Morales en la campaña que le llevó a la Presidencia, escuché, en boca de uno de los muchos desalmados que incitaban al miedo y al odio que, “los indígenas no tienen alma, son como los perros. En tanto que animales, se les puede matar”. Y ¿saben? Nadie se movió, estaban acostumbrados a escuchar aquella falacia. Lo escribí horrorizada multitud de veces, hoy lo hago de nuevo. Amigos de las distintas comunidades, “NO se dejen comprar por un plato de lentejas que NUNCA les darán.” Atiendan la voz de sus corazones, siempre alerta a la verdad. Vuestros pueblos corren peligro, no permitáis que manos indignas los manejen de nuevo.

Ustedes, los Pueblos originarios tenéis una palabra maravillosa: EQUILIBRIO, compendio de lo que debe ser la vida sobre la tierra, equiparable a lo que significa DEMOCRACIA. Igualdad, todo para todos, que a nadie le falte lo elemental para vivir, empezando por un techo bajo el cual compartir la vida junto a sus familias, escuelas

225 Periodista. Fundación Cultura de Paz.

donde aprender, hospitales donde curarse cuando una enfermedad acecha, trabajo digno, espacios donde discutir lo que cada pueblo-ciudad-Nación precisa, eligiendo a los más sabios y preparados para que dirijan su futuro.

Equilibrio con la Madre Naturaleza, de ella salen alimentos, aves, peces, hierbas, frutos, AGUA. NO permitamos que nadie viole su vida: petroleras, o quienes devastan selvas para aprovecharse de su madera.

Pero, ¿Cuál es la situación actual? Son largos los Compromisos éticos que es preciso impulsar, exigir desde todos los ámbitos. No nos callemos, aunque intenten cerrar nuestra boca.

Tristemente, en el mundo, solo cuenta la Economía y el Mercado. Vean lo que sucede en Europa, aquel ente por el que todos luchamos, y que, unos pocos, han manipulado.

La Europa de las Naciones, La Europa de los Ciudadanos todos, se ha convertido en la Europa del Mercado, la Europa de la Economía. No más... Fronteras cerradas a quienes huyen de guerras y hambre, Fronteras abiertas a las Mercaderías que llegan de no importa que parte del mundo.

Los Gobiernos neo liberales deciden. Compran y venden voluntades, obvian a los “pequeños” que somos la mayoría. Nos exigen pagar grandes impuestos, que usan a su albur, algunos a beneficio propio en y, NO pasa nada. Quienes deben controlar no lo hacen, tal vez aspiran a lo mismo. NO tienen en cuenta la palabra EQUILIBRIO, la de nuestros ancestros.

Escribí este largo preámbulo porque considero que los problemas son parejos no importa qué lugar del mundo. NO invoco la violencia pero, es preciso saber qué es lo que indujo a aquellos países que siguen en conflictos y aspiran a vivir en paz, acabar con aquella Virulencia nacida de una obligatoriedad, cuando defender la vida es lo único que nos queda. Sendos caminos de conciliación están en marcha, aunque a algunos magnates no les interese. Por suerte, la Razón se impone ya.

Conozco Latinoamérica y a algunos de los que hoy dirigen sus países. Han hecho una dignísima labor, con un punto de mira que, personalmente me emociona: el ser humano.

Fidel Castro, Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa, Zelaya, Lugo, Kirschner, Lula, Dilma Rousseff, mandatarios que han trabajado, algunos sin medios, solo gracias a su empeño y destreza. Me refiero al pueblo cubano, a pesar del Bloqueo. Otros que han seguido sus conocimientos y disciplinas como Chávez, emulando la filosofía de Fidel Castro.

Pero, la derecha NO perdona, difama, mata, prevarica con mentiras y patrañas para recuperar su poder, el que nunca usó para el bien común de los más necesitados que, en aquellos países son muchos.

Ahora le toca el turno a Brasil, la mayor economía de América Latina. Es uno de los casos más flagrantes de convivencia entre una reducción de la pobreza y un aumento de la desigualdad. A finales de 2015, Brasil había reducido la pobreza extrema en un 63%, respecto a los últimos diez años

Recuerdo que, cuando la victoria de Lula me encontraba en Porto Alegre en el Foro Social-, sus primeras palabras fueron de compromiso: intentaré dar de comer a todos los brasileños al menos una vez al día. Y cumplió, dio un nuevo rumbo al país con políticas sociales, para atender a las necesidades generales y profundas que nunca antes, fueron atendidas.

Llegó Dilma y siguió con las mismas ilusiones que su predecesor pero, cual alud, de forma estrepitosa, la derecha comienza a destilar veneno, a confundir a los humildes que no entienden qué sucede.

Comienzan oscuras luchas difamatorias, suenan embustes, los “poderosos” son capaces de todo para derrocarla, no importa el precio en vidas humanas. Las mentiras y amenazas les confunden incluso a ellos, a quienes las prodigan.

¿Qué puede hacer un pueblo comprometido, ahora atacado por las patrañas que propagan los medios de comunicación que, como siempre, están al servicio del poder del dinero, no, de la razón y la verdad? ¿Existen los golpes de Estado democráticos?

Nos preguntamos cómo serán los 180 días de suspensión de Dilma Rousseff durante el “impeachment”, aunque sí tenemos claro de que están acabando con muchos de los logros conseguidos con sudor y sangre por Lula y Dilma.

Esta denuncia, que trata de un golpe de Estado, recuerda a las declaraciones que hicieron Manuel Zelaya en 2009 y Fernando Lugo en 2012, cuando fueron destituidos de sus respectivos cargos al frente de los gobiernos de Honduras y de Paraguay. ¿Recuerdan quienes lo hicieron?

¿O cómo vivió Evo Morales los ataques de propios y extraños cuando echó fuera de su país—entre los cuales a españoles-, a los que venían a sangrarlo llevándose sus bienes, los que les pertenecen a toda la Comunidad?

¿O Correa, por sus grandes logros, según manifestaciones de algunos a beneficio propio, recriminándole los impuestos que debe pagar la clase pudiente, los que nunca antes pagaron? Sepan, los ecuatorianos, que todos contribuimos con nuestros impuestos en cualquier lugar del mundo.

En solo unas semanas de estar en el poder, el Presidente usurpador de Brasil —del que no quiero recordar su nombre—

Ha dictado restricciones de ayuda a quienes la necesitan.

La policía actúa a sus órdenes duramente, para acallar voces, reducir a quienes solo les queda la calle para manifestarse

En pocos días se iniciaran los Juegos Olímpicos en unas ciudades donde la alegría y la samba han dado paso al miedo, a la penumbra total, por lo que respecta a los derechos de las personas.

Las Favelas sufren las acometidas de las autoridades, en un intento de esconderlas mientras el mundo tenga Rio y Brasil en el punto de mira.

Pero yo canto: Amigos ¡VIVA LA LIBERTAD!

Somos seres humanos con Derechos y Deberes. Nos exigen mucho respecto a los Deberes, aunque ellos no atiendan nuestros Derechos. Hemos luchado mucho en su consecución, ya nadie nos los puede robar.

Exigimos:

- Discutir juntos el futuro, sin imposiciones.
- Decir NO, a la guerra e ignominia del capital.
- Una Economía controlada para todos, sin Corrupción.
- Castigos ejemplares para quienes roben-defrauden.
- Trabajo para todos, sin amiguismos ni prebendas.
- Apertura de fronteras en todos los lugares del mundo. Nadie es dueño de la Naturaleza, son derechos adquiridos por unos sin escrúpulos desde tiempos remotos. Todos somos nómadas.
- Control riguroso de los beneficios de la Banca.

¿Nuestras armas?

Educación y Palabra. Son de expansión masiva. Lo saben quienes gobiernan de ahí que sean limitadas, reservadas a algunas élites.

DEMOCRACIA BRASILEIRA ESTÁ SOB ATAQUE

Naomi Klein²²⁶ (entrevista)

A Doutrina do Choque, publicado em 2007, marcou uma geração ao apresentar como, ao contrário do que se afirmava, a implementação do neoliberalismo tinha poucas relações com o avanço da democracia liberal pelo mundo. A jornalista canadense Naomi Klein, autora da obra, afirmava: as visões da Escola de Chicago foram primeiramente postas em prática em regimes autoritários, justamente porque contrariam as necessidades da maior parte da população.

As ideias neoliberais, para Klein, se aproveitariam de momentos de crise para avançar. Ela concedeu uma entrevista exclusiva para o Brasil de Fato, na qual analisou o momento vivido por nosso país à luz dos debates de seu livro.

Segundo ela, o programa defendido pelo governo interino de Michel Temer teria poucas condições políticas de ser implementado através de eleições. “Não há dúvida de que a democracia brasileira está sob ataque. É um tipo diferente de golpe”, afirma. “Eles estão explorando uma situação de caos, uma falta de democracia, para impor algo que eles não conseguiriam sem crise e com uma democracia real”, completa.

Confira a entrevista abaixo.

Brasil de Fato - Em seu livro, você denuncia o que considera a falsa relação entre neoliberalismo e democracia política. As ditaduras militares latino-americanas ocupam um papel importante no seu argumento. Você poderia explicar isso para nós?

Naomi Klein: O argumento que eu desenvolvo neste livro é o de que nos contamos um conto de fadas sobre como esta forma extrema do capitalismo colonizou o mundo. Essa versão fantasiosa é a de que ela se espalhou pacificamente através das democracias, que a teriam escolhido. Entretanto, se olharmos para a história dos

226 Naomi Klein é uma jornalista, escritora e ativista canadense. Entrevista exclusiva para Brasil de Fato, a autora de “Doutrina do Choque” também debate alternativas às crises econômica e ambiental. Rafael Tatemoto, São Paulo, 01 de Junho de 2016 às 10:48. Edição na versão original: Simone Freire. <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/01/democracia-brasileira-esta-sob-ataque-afirma-naomi-klein/>

primeiros lugares onde o neoliberalismo foi imposto, ele foi imposto exatamente no oposto [do que nos é dito]: foi necessária uma derrubada da democracia para que ele se desenvolvesse.

As raízes do pensamento neoliberal estão na Universidade de Chicago, que recebeu muito apoio dos industriais norte-americanos, que estavam bastante preocupados com uma virada à esquerda nos EUA. Ela recebeu apoio, por exemplo, do presidente do Citibank. Havia muita preocupação de que, nos anos 1960, o espectro ideológico estivesse se movendo muito à esquerda.

O que é muito interessante é que quando houve um presidente [norte-americano] de direita no final dos anos 1960 e início dos 1970, Richard Nixon, apesar de ele ter contratado conselheiros que vieram da Universidade de Chicago, eles não conseguiram impor essas mesmas ideias neoliberais extremas em uma democracia, porque essas ideias eram muito impopulares. É famoso o fato de que Nixon foi contra os conselhos dados pelos economistas da Escola de Chicago, como Milton Friedman. Ele introduziu uma série de regulações ambientais e medidas de controle de salários e preços, porque a inflação estava muito alta. Friedman disse que “Richard Nixon foi o presidente mais socialista dos EUA” [risos]. O que é importante é que enquanto este projeto falhou nos EUA naquele momento, esses mesmos economistas introduziram as ideias neoliberais na América Latina durante a década de 1970, mas apenas após a realização de golpes de Estado.

O exemplo mais famoso é o Chile: após a queda do [presidente Salvador] Allende, quando os militares fizeram uma parceria com os economistas da Escola de Chicago, tornando o país um laboratório para essas ideias. Friedman sempre afirmou que a implementação dessas ideias através da brutalidade não tinha relação com as ideias em si, mas pessoas como Orlando Letelier [diplomata chileno durante o governo Allende] diziam que eram dois lados da mesma moeda: nunca é possível introduzir, através da democracia, esse tipo de ideias em países com uma grande população pobre que se beneficia de políticas redistributivas.

Brasil de Fato: Você demonstrava esperança sobre a resistência aos “choques”, já que as pessoas teriam aprendido com experiências anteriores. Como você vê, por exemplo, o que aconteceu na Europa após 2008, quando a crise financeira internacional estourou e políticas de austeridade foram implementadas nos países do sul daquele continente?

Naomi Klein: Esta é uma pergunta muito boa. Eu publiquei A Doutrina do Choque em 2007, pouco antes do colapso financeiro. Honestamente, eu diria que quando escrevi, eu era ingênua. No meu entendimento de como resistir a esta tática, eu acreditava que se as pessoas realmente entendessem a tática - as crises e o caos sendo

aproveitados pelas elites para defender políticas inaceitáveis que as enriquecem e empobrecem a maioria - e dissessem “não”, a resistência funcionaria. Mas eu acho que o que nós vemos com a experiência do que ocorreu na Grécia e na Espanha, e, na verdade, em todo o sul da Europa, é que resistir somente dizendo “não” - “não queremos a austeridade” - é apenas o primeiro passo, não é suficiente.

O caso do Syriza é exemplar: mesmo quando governos antineoliberais ganham, há maneiras de cercá-los. É necessário haver um “não” forte à “doutrina do choque”, mas, especialmente em momento de grandes crises econômicas, também deve haver um “sim” no qual acreditar: deve haver uma articulação simultânea das alternativas à “doutrina do choque”, que devem ir além do status quo. Esses momentos de crises demandam uma reposta. As crises dizem que alguma coisa está errada com o sistema. Nós sabemos que a direita tem a tática do choque, mas também deve haver o que eu chamo de “choque popular”: uma forma alternativa de responder às crises.

Essa é a razão pela qual eu escrevi *This Changes Everything* [Isto Muda Tudo, sem edição em português], porque vivemos em um tempo de múltiplas crises, nas quais o sistema está falhando em várias dimensões. Está falhando economicamente, mas também ecologicamente. O que eu acredito é que nós precisamos responder a essas múltiplas crises desenvolvendo uma visão corajosa sobre como a próxima economia deva ser, que possa nos tirar dessa situação de crises em série.

A falha da centro-esquerda, em geral, foi a de não conseguir articular uma alternativa audaciosa o suficiente não só ao neoliberalismo, mas à economia extrativista de forma ampla.

Brasil de Fato: Como você analisa o *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff? Alguns analistas brasileiros utilizam suas ideias para explicar o que está ocorrendo. Você concorda com eles?

Naomi Klein: Eu vi essas análises aplicando a doutrina do choque ao que está acontecendo neste momento no Brasil, e eu penso que elas são convincentes. O fato de que ela [Dilma] foi reeleita certamente frustrou as elites brasileiras. Também está claro que há temores [dos políticos] em serem investigados nos escândalos [de corrupção], o que também impulsionou este desejo [de ver Dilma fora do governo]. Eu não sei qual é a grande motivação, mas há diversas coisas acontecendo: o desejo de se livrar das acusações de corrupção e o oportunismo de “nunca desperdiçar uma crise”. Esta é uma frase de Rahm Emanuel, prefeito de Chicago. Ele impôs uma série de políticas neoliberais que foram incrivelmente destrutivas, particularmente para a educação e para a habitação.

O PT, sob nenhum aspecto, foi perfeito. Entretanto, a redistribuição levou a uma redução da desigualdade e se combateu a pobreza extrema. Isso é significativo e criou as condições para a reeleição.

Eu realmente não sei qual foi a força motriz, mas a reeleição de Dilma certamente desmoralizou as elites brasileiras e as fez entender que não tinham as condições [políticas] de impor essas políticas lucrativas para elas.

Responder a crises não é algo novo. O que eu argumento no livro *A Doutrina do Choque* é que o neoliberalismo foi uma maneira oportunista de fazer isso, não para resolver as causas das crises, mas apenas para impor políticas que enriquecem as elites e causam mais crises. É isso que estamos vendo no Brasil.

O FMI [Fundo Monetário Internacional] acabou de publicar um relatório há alguns dias no qual diz que o neoliberalismo falhou completamente: não produziu crescimento, produziu desigualdade massiva e instabilidade. E essas são precisamente as políticas que estão sendo impostas no Brasil como uma suposta solução à crise econômica, ainda que saibamos que não funciona. Isso não ocorre porque as elites brasileiras não leram o relatório do FMI, mas sim porque são políticas incrivelmente lucrativas para uma minoria da população. Eles estão explorando uma situação de caos, uma falta de democracia, para impor algo que eles não conseguiriam sem crise e com uma democracia real.

Brasil de Fato: Você concorda com a ideia de que se trata de um golpe?

Naomi Klein: Não há dúvida que a democracia brasileira está sob ataque. O combate à corrupção foi apenas um pretexto para se livrar da presidenta eleita democraticamente. É um tipo diferente de golpe. Não se trata de um golpe militar, com tanques nas ruas - e nós não devemos dizer que são a mesma coisa -, mas, efetivamente, há um profundo ataque à democracia acontecendo.

Brasil de Fato: A “história oficial” do neoliberalismo aponta os governos Reagan [EUA] e Thatcher [Reino Unido], em países tidos como democráticos, como a origem dessas políticas. Em seu livro, porém, você cita como Thatcher combateu os sindicatos. Até mesmo em democracias, o neoliberalismo é autoritário? Devemos esperar a mesma situação no Brasil?

Naomi Klein: O que eu argumento em *A Doutrina do Choque* é que Thatcher não foi capaz de impor a agenda neoliberal no Reino Unido no seu primeiro mandato. Ela até escreveu uma carta a [Friedrich von] Hayek que eu cito no livro: em uma democracia, é impossível fazer o que foi feito no Chile. O que aconteceu é que a Guerra das Malvinas [da Inglaterra contra a Argentina] estourou e ela explorou o sentimento hipernacionalista e se reinventou como a “primeira-ministra para tempos de guerra”, tal como Churchill, e conseguiu ganhar sua reeleição, e então atacou os sindicatos.

Os sindicatos são sempre uma grande barreira à implementação da agenda neoliberal. Eu conto a história do que ocorreu na Bolívia nos anos 1980, quando líderes

sindicais eram sequestrados para que não pudessem se organizar, enquanto o choque neoliberal era imposto.

Obviamente, haverá algum tipo de estratégia para desmobilizar. Mas eu acredito que, no Brasil, o jogo ainda não terminou. As histórias estão mudando a todo momento, as pessoas estão fazendo exatamente o que elas deveriam fazer, resistindo nas ruas. Os vazamentos das conversas revelando a trama antes do golpe continuam a criar uma crise [política]. Isso precisa ser divulgado fora do Brasil, colocando pressão sobre governos estrangeiros. Nós não precisamos aceitar a ideia de que tudo vai continuar como está.

Recentemente, tivemos um grande desastre ambiental no Brasil. Em sua última obra, *This Changes Everything*, você coloca que o capitalismo não só aumentou as desigualdades, mas, hoje, também representa um risco para a própria existência da humanidade. Pode nos explicar isso?

O que sabemos é que se continuarmos fazendo o que estamos fazendo, alcançaremos um nível de aquecimento insustentável. Estamos em um momento em que o capitalismo e a busca pelo crescimento perpétuo estão em guerra contra a vida na Terra. Estamos chegando a um nível em que boa parte do planeta será inabitável por humanos. Está acontecendo mais rápido do que o imaginado. O branqueamento dos corais ano passado foi em uma escala sem precedentes. A Índia e o Paquistão estão passando por ondas de calor de 51° C - algo que os humanos não conseguem aguentar. E isso representa, na média global, um aumento de apenas 1° C - e nós estamos caminhando para um aumento de 6° C, a não ser que ações governamentais diferentes das que estão sendo implementadas até agora sejam tomadas.

As crises são sinais nos dizendo que há algo errado na forma como organizamos nossa sociedade. As crises econômicas apontam para o fato de que é algo sistêmico. Quando nós pensamos nas décadas de 1920 e 1930, quando ocorreu a Grande Depressão, a esquerda respondeu com alternativas muito fortes: propostas sobre como reinventar aquele sistema. Quando nós enfrentamos um choque climático - enchentes, incêndios, grandes tempestades - nós devemos responder tentando mudar o sistema para que nós paremos de enfrentar esses choques.

O Acordo de Paris [sobre o clima] não está próximo o suficiente das nossas necessidades, ele não tem poder vinculativo - é por isso que Donald Trump disse que cancelaria [a participação dos EUA no acordo].

Isso está ocorrendo porque temos um sistema que nos encoraja a empreender uma busca pelo crescimento infinito a qualquer preço. Nós temos economias extrativistas, e vemos que governos de esquerda também falharam em confrontar essa lógica. Isso é verdade para a Venezuela, o Equador e para o Brasil também.

É por isso que digo que, nesses momentos de crise, o sistema revela a si mesmo como irrealizável. Nós devemos dizer «não» à doutrina do choque, mas também devemos ir além, propor um «sim». Temos que elaborar uma visão que vá até a raiz, tanto da instabilidade econômica, como da ecológica. Nesse momento, esse é o verdadeiro desafio para as brasileiras e os brasileiros. O que nós sabemos de outros países é que o «não» sozinho não é suficiente, porque em crises econômicas, as pessoas querem soluções. Elas não querem a doutrina do choque, então a pergunta é: Qual a solução? Qual o plano?

Brasil de Fato: Essa era minha próxima pergunta...

Naomi Klein: Eu não posso responder para o contexto brasileiro, mas eu posso dizer que no Canadá, onde vivo, estive envolvida em um processo com diversos movimentos sociais que culminou no Manifesto do Salto [Leap Manifesto]. É uma antevisão da sociedade que queremos: como passar de uma economia extrativista - que explora sem fim a Terra, os corpos e a sociedade - para um modelo que respeite o planeta e que garanta o respeito pelo outro. Nós elaboramos 15 demandas por políticas que nos fariam chegar lá. Foi um processo maravilhoso de conectar movimentos - ambientalistas; organizações contra austeridade, contra tratados de livre comércio como o TTPP; a favor dos direitos indígenas.

Nossa perspectiva se fundamentou na visão de mundo dos povos originários, aprendendo com as primeiras nações do nosso país. Defendemos, por exemplo, o uso de energia 100% renovável, mas queremos também mudar a forma de propriedade: nem o controle das grandes corporações, nem do grande poder estatal, queremos controle comunitário. Além disso, os primeiros beneficiários desse novo modelo devem ser as comunidades atingidas pela indústria suja. Assim, [no Canadá], em primeiro lugar os indígenas e, logo em seguida, os latinos e negros.

É o que chamamos de transição justa para a próxima economia. Nós tentamos elaborar isso, talvez seja útil para as pessoas no Brasil conhecerem e se inspirarem a realizar um processo semelhante: se juntar e imaginar o desenho de uma economia pós-extrativista.

BRAZIL'S PRESIDENT DILMA ROUSSEFF "IMPEACHED BY A GANG OF THIEVES"

Noam Chomsky (on Democracy Now!)²²⁷

O título foi usado pelo linguista e ensaísta estadunidense Noam Chomsky em entrevista concedida à jornalista Amy Goodman²²⁸ do Democracy Now! ao defender Dilma Rousseff como uma líder política que não roubou para enriquecer a si mesma, sendo acusada por uma gangue de corruptos, que fizeram isso (roubaram para enriquecer. Ele afirma ser uma espécie de golpe branco. O vídeo²²⁹ com as declarações de Chomsky foi compartilhado amplamente nas redes sociais e a gravação foi produzida por Charlott Back especialmente para esta coletânea:

Degração em Português

AMY GOODMAN: E sobre o que está acontecendo agora no Brasil, onde continuam os protestos contra a votação do Legislativo para suspender a presidenta Dilma Rousseff e colocá-la em julgamento? Agora El Salvador recusou-se a reconhecer o novo governo brasileiro. O brasileiro - o presidente de salvadorenho, Céren, disse que o afastamento de Rousseff teve "a aparência de um golpe de Estado". O que está acontecendo lá? E quanto à diferença entre - parece que talvez Bush poupou a América

227 Noam Chomsky is world-renowned political dissident, linguist and author. He is institute professor emeritus at Massachusetts Institute of Technology, where he has taught for more than 50 years. His latest book is titled *Who Rules the World?* Texto publicado em Democracy Now! dia 17 de maio de 2016. Amy Goodman is the host and executive producer of *Democracy Now!*, http://www.democracynow.org/2016/5/17/noam_chomsky_brazils_president_dilma_rousseff

228 Amy Goodman is the host and executive producer of *Democracy Now!*, a national, daily, independent, award-winning news program airing on over 1,400 public television and radio stations worldwide.

229 <http://www.apocalipsenews.com/brasil/noam-chomsky-defende-dilma-e-diz-que-ela-e-acusada-por-gangue-de-corruptos/>

Latina simplesmente por não se focar lá, por estar totalmente focado no Iraque e no Afeganistão. Parece que o governo Obama está prestando mais atenção.

NOAM CHOMSKY: Bem, eu não acho que seja apenas o caso de não prestar atenção. A América Latina tem, em grande medida, se libertado do domínio estrangeiro - principalmente a dominação dos EUA - nos últimos 10 ou 15 anos. Este é um desenvolvimento considerável nas relações mundiais. É a primeira vez em 500 anos. É uma mudança significativa. Então essa chamada falta de atenção é, em parte, devido ao fato de que os EUA estão focados para fora do hemisfério, menos do que podiam fazer. Estavam acostumados a serem capazes de derrubar governos e realizar golpes à vontade e assim por diante. Eles tentam. Houve três - talvez dependa de como você os conta - golpes, tentativas de golpe neste século. Um, na Venezuela em 2002, teve sucesso por alguns dias, com o apoio dos EUA, e foi derrubado por reação popular. Um segundo, no Haiti, em 2004, teve sucesso. Os EUA e a França - o Canadá ajudou - sequestraram o presidente, o enviaram para a África Central, não permitindo que seu partido concorresse às eleições. Aquele foi um golpe bem-sucedido. Em Honduras, sob o governo Obama, houve um golpe militar, derrubaram um presidente reformista. Os EUA foram quase os únicos a praticamente legitimarem o golpe, você sabe, alegando que as eleições sob o regime golpista eram legítimas. Honduras, com uma sociedade sempre muito pobre, reprimida, tornou-se uma total câmara dos horrores. Um fluxo enorme de refugiados - nós os jogamos de volta na fronteira, de volta para a violência, que nós ajudamos a criar. Paraguai, houve uma espécie de semi-golpe. O que está acontecendo - também tentam se livrar de um pregador progressista que estava governando o país havia pouco tempo.

O que está acontecendo no Brasil agora é muito lamentável de várias maneiras. Primeiro de tudo, tem havido um grande nível de corrupção. Lamentavelmente, o Partido dos Trabalhadores, o partido de Lula, que teve uma oportunidade real de alcançar algo extremamente significativo e fez algumas mudanças positivas consideráveis, no entanto, se juntou ao resto - à elite tradicional, na roubalheira em grande escala. E isso que deveria - que deveria ser punido. Por outro lado, o que está acontecendo agora, como você citou sobre El Salvador, penso eu, é bastante preciso. É uma espécie de golpe brando. A elite detestava o Partido dos Trabalhadores e está usando esta oportunidade para livrar-se do partido que ganhou as eleições. Eles não estão esperando as eleições, que eles provavelmente perderiam, mas eles querem se livrar dele, explorando uma recessão econômica, que é séria, e a corrupção maciça que tem sido exposta. Mas como até mesmo o *The New York Times* ressaltou, Dilma Rousseff é talvez a única política que não - a única política no governo que não roubou para se beneficiar. Ela está sendo acusada de manipulações no orçamento, que são práticas

comuns em muitos países, tirar de um bolso para colocar em outro. Talvez seja uma prática ruim de alguma maneira, mas certamente não justifica um *impeachment*. Na verdade, ela está - nós temos a única líder política que não roubou para enriquecer a si mesma, que está sendo expulsa por uma gangue de ladrões, que o fizeram. Isso conta como um tipo de golpe brando. Eu acho que é isso mesmo.

Transcript

This is a rush transcript. Copy may not be in its final form.

AMY GOODMAN: What about what's happening right now in Brazil, where protests are continuing over the Legislature's vote to suspend President Dilma Rousseff and put her on trial? Now El Salvador has refused to recognize the new Brazilian government. The Brazilian—the Salvadoran president, Cerén, said Rousseff's ouster had, quote, «the appearance of a coup d'état.» What's happening there? And what about the difference between—it looked like perhaps Bush saved Latin America simply by not focusing on it, totally wrapped up in Iraq and Afghanistan. It looks like the Obama administration is paying a bit more attention.

NOAM CHOMSKY: Well, I don't think it's just a matter of not paying attention. Latin America has, to a significant extent, liberated itself from foreign—meaning mostly U.S.—domination in the past 10 or 15 years. That's a dramatic development in world affairs. It's the first time in 500 years. It's a big change. So the so-called lack of attention is partly the fact that the U.S. is kind of being driven out of the hemisphere, less that it can do. It used to be able to overthrow governments, carry out coups at will and so on. It tries. There have been three—maybe it depends how you count them—coups, coup attempts this century. One in Venezuela in 2002 succeeded for a couple of days, backed by the U.S., overthrown by popular reaction. A second in Haiti, 2004, succeeded. The U.S. and France—Canada helped—kidnapped the president, sent him off to Central Africa, won't permit his party to run in elections. That was a successful coup. Honduras, under Obama, there was a military coup, overthrew a reformist president. The United States was almost alone in pretty much legitimizing the coup, you know, claiming that the elections under the coup regime were legitimate. Honduras, always a very poor, repressed society, became a total horror chamber. Huge flow of refugees, we throw them back in the border, back to the violence, which we helped create. Paraguay, there was a kind of a semi-coup. What's happening—also to get rid of a progressive priest who was running the country briefly.

What's happening in Brazil now is extremely unfortunate in many ways. First of all, there has been a massive level of corruption. Regrettably, the Workers' Party, Lula's party, which had a real opportunity to achieve something extremely significant,

and did make some considerable positive changes, nevertheless joined the rest—the traditional elite in just wholesale robbery. And that should—that should be punished. On the other hand, what’s happening now, what you quoted from El Salvador, I think, is pretty accurate. It’s a kind of a soft coup. The elite detested the Workers’ Party and is using this opportunity to get rid of the party that won the elections. They’re not waiting for the elections, which they’d probably lose, but they want to get rid of it, exploiting an economic recession, which is serious, and the massive corruption that’s been exposed. But as even *The New York Times* pointed out, Dilma Rousseff is maybe the one politician who hasn’t—leading politician who hasn’t stolen in order to benefit herself. She’s being charged with manipulations in the budget, which are pretty standard in many countries, taking from one pocket and putting it into another. Maybe it’s a misdeed of some kind, but certainly doesn’t justify *impeachment*. In fact, she’s—we have the one leading politician who hasn’t stolen to enrich herself, who’s being impeached by a gang of thieves, who have done so. That does count as a kind of soft coup. I think that’s correct.

UM NOVO DISPOSITIVO DE SUGESTÃO: OS MEIOS MASSIVOS DE COLONIZAÇÃO

Nora Merlin²³⁰

O poder político, econômico, com seus meios de comunicação corporativo, e parte da Justiça, está levando a cabo em alguns países da América Latina uma nova modalidade antidemocrática. Buscam desestabilizar governos democráticos realizando golpes de Estado institucionais, com o objetivo de implementar políticas neoliberais. Os meios de comunicação corporativos assumem um papel crucial: configuram a realidade, operam sobre as subjetividades, manipulam significações; definitivamente, colonizam a opinião pública. Na América Latina, os meios concentrados geram uma ordem homogênea oposta ao que se entende como uma política democrática, que deve implicar dissenso e pluralidade.

O Brasil está atravessando um momento de maior gravidade institucional, no qual se joga o destino deste grande país. Os veículos de comunicação como Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Rede Globo, Editora Abril, Revista Veja e diferentes rádios e televisões, como a Rede Globo, produzem e impõem sentidos e saberes que por efeito de identificação se transformam em comuns, formando a opinião pública. Os meios concentrados realizam uma manipulação do pensamento: as informações que transmitem funcionam como verdades irrefutáveis, diante da ausência de vozes alternativas. Trata-se de um dispositivo que opera sobre a subjetividade: condiciona-a através da sugestão e da reiteração de mensagens, que terminam se impondo como se fossem certezas. No Brasil, isso se voltou à produção de desprestígio da direção do PT, repetindo até a exaustão o argumento falacioso da corrupção de seus líderes, para

230 Psicanalista. Professora da Facultad de Psicología da Universidade de Buenos Aires (UBA). Magister em Ciências Políticas, Universidade de San Martín (UNSAM – IDAES). Autora do livro *Populismo y psicoanálisis*, Editorial Letra Viva, e de inúmeros capítulos de livros e publicações de referência. Colaboradora no jornal *Tiempo Argentino*, na sessão de Política e psicanálise. Tradução: Katarina Peixoto

desestabilizar a Presidenta Dilma Rousseff, apesar de sua legitimidade por ter sido eleita democraticamente, conseguindo impulsionar um processo de *impeachment*.

Os meios de comunicação de massas, denominados de “quarto poder”, foram se instalando falaciosamente como garantidores da “verdade”. A crença em uma suposta realidade objetiva e exterior que um sujeito pode representar-se é uma concepção moderna, que coincide com o surgimento da ciência. Na pós-modernidade sabemos que a realidade é uma produção subjetiva, que não é exterior, objetiva e alheia ao agente que a produz. O conceito de realidade psíquica, inventado por Freud, que a instituiu como fantasmática, ficcional e subjetiva, resultou crucial para dar esse salto epistemológico. No entanto, e contra isso, na atualidade se mantém o preconceito e a crença em que os meios registram de maneira objetiva uma suposta realidade exterior, que se representa de maneira transparente e pode ser fielmente registrada, filmada. As faculdades cognitivas, a argumentação racional, resultam insuficientes para justificar o dispositivo de instalação de crenças que funcionam ao modo de certezas. Qual é o mecanismo psíquico e social que dá conta da captura que os meios de comunicação produzem? Em que está radicada a fascinação de um poder que determina identificações, eleições e enfeitiça? Por que as pessoas terminam cumprindo ordens e se subordinando a mandamentos distintos, independentemente de seus conteúdos?

Segundo a teoria psicanalítica, as relações sociais se normatizam com a instauração de um operador simbólico denominado de ideal do eu. O indivíduo espectador situa os meios de comunicação no lugar desse ideal, e depois põe em jogo um mecanismo de identificação. Isso produz uma idealização dos meios e uma identificação entre os espectadores, dando como resultado uma psicologia das massas: uma hipnose adormecedora na qual o sujeito se torna um objeto cativo, que se submete de maneira inconsciente às mensagens e às imagens que se lhe oferecem. O sujeito da cultura de massas é passivo, servil, sugestionado; com um eu empobrecido, obedece a um “senhor” que articula ideologias e ideais. Ao operar essa captura, as mensagens que os meios emitem terminam se impondo. Condicionando opiniões, valores e pertencimentos, que redundam numa manipulação da subjetividade.

Na democracia é fundamental regular o poder de influência dos meios sobre a subjetividade, baseado no marketing político, e derivado de técnicas de vendas exitosas que, em consequência da rápida expansão dos meios, chegou a abarcar quase todos os aspectos da cultura. Consiste em um dispositivo planejado de sugestão, cujo fim é que o cidadão se torne um consumidor que compra um objeto ou mensagem política. Mediante técnicas que implicam uma produção calculada de subjetividade, constroem consenso, convencem, conseguem eleitores, impõem valores, hábitos, posicionam um produto, uma ideia ou um candidato. Muitas vezes se adquire uma

marca, uma identificação e um pertencimento sem se dar conta que, por trás disso, há um projeto econômico ou político.

A partir de Freud e Lacan, sabemos que as demandas não são necessidades naturais, básicas ou biológicas, mas que são construções discursivas: a mercadotecnia impõe demandas que depois aparecem como uma livre escolha do cidadão. O atual modelo dos meios de comunicação de massas produz gente seriada por efeito de identificação, o que joga por terra a suposta liberdade que outorgam à informação e às mensagens comunicacionais. Embora na aparência ampliem a liberdade individual, em sentido estrito impõem, condicionam os eleitores, chegando a colonizar e adoecer a toda uma cultura. Freud viu no rebanho, na fascinação coletiva e na homogeneização da psicologia das massas um prolegômeno do totalitarismo.

A democracia não pode se definir pelo senso comum, nem pelo consenso de uma massa de autômatos, produzidos por um dispositivo de sugestão dos meios de comunicação concentrados. Uma concepção democrática deve incluir a pluralidade de vozes, evitando a monopolização da palavra e a instalação de um discurso único, tendendo a que as mensagens se transmitam livremente, buscando assegurar o direito que os cidadãos têm a uma informação veraz, vertida de maneira responsável e racional.

Em consequência, torna-se urgente considerar o que se apresenta como uma ameaça para a sociedade: os meios de comunicação geram diversas formas de mal estar, como sentimentos negativos e inibições, e fomentam a ruptura dos laços sociais ao alimentarem a intolerância e a segregação. Grande parte do espaço público ocupado pelos meios de comunicação se transformou em sede do ódio e da agressão entre as pessoas. Nesta versão, o direito à livre expressão se confunde com uma liberdade de agressão na cena pública. De forma desmedida e insistente, emitem mensagens agressivas, hostis, que incrementam o medo, a angústia, o terror e o ódio. Os noticiários e os programas de “informação” produzem relatos falsos e teorias conspiratórias, não comprovadas, de suspeita e complô, instalando o significante “corrupção” sobre os dirigentes do PT, tomando o adversário político como se ele devesse ser tratado como um inimigo. Esta modalidade vai dando sustentação à hostilidade entre os membros da cultura, provocando sentimentos persecutórios e instalando os afetos assinalados, que vão funcionar como desencadeantes de enfermidade psíquica. O “inimigo” é o próximo que se torna um objeto hostil, o qual se pode humilhar, degradar, maltratar, etc. Produz-se como resultado uma sociedade transformada em um campo minado pela violência e pelo ódio em suas variadas expressões. A agressão, assim com estabeleceu Freud, é a manifestação da pulsão de morte dirigida ao exterior. Quando dita pulsão está pouco acompanhada por seu oposto, Eros, opera de forma dissolvente no registro cultural, pois tende à desagregação, atentando contra o comum. Apresenta-se

como uma irrupção violenta, desregulada, sem medida, que fomenta a ruptura, a dissolução dos laços entre os seres falantes; em definitivo, a desintegração do sistema social em geral. Uma cultura assim erguida está em risco.

Frente a este panorama, surgem algumas questões: onde ficam as categorias da verdade, da decisão racional e da autonomia do sujeito, para filtrar e administrar a informação e os afetos que ela instala? Quem responde pelos efeitos patológicos que se constata na subjetividade e nos laços sociais? Diante da constatação da patologia que os meios produzem, e com o objetivo de proteger a saúde da população e a democracia, torna-se imperioso desmascarar os dispositivos com que operam. Não se trata, aqui, de uma prática de censura nem um questionamento de natureza moral, mas de assumir uma decisão responsável fundamental a favor de preservar a saúde da comunidade.

O Estado, seus representantes e instituições, devem encarnar uma função simbólica de contenção e pacificação social, garantindo o bem comum, o exercício democrático, a diminuição da violência e da hostilidade entre semelhantes. Isso supõe limitar a ação dos meios de comunicação de massas, para que deixem de calcular, manipular a subjetividade, instalando o ódio e a agressividade. Uma cultura não submetida a um processo de sugestão homegeneizante, capaz de reconhecer o lugar e a dignidade das diferenças, significará um grande avanço em defesa da democracia e contra o totalitarismo.

OUR LESSON

Oscar Guardiola-Rivera²³¹

Ours is a time without masters, without heroes or exemplars. If the events of the last months, weeks, and days, in Brazil and abroad, are any indication of the malaise that weakens the spirit of our time then it is true that arounds us we see a seemingly unending assortment of villains stepping onto the stage of history, and no heroes.

Temer, Bolsonaro, Cunha, Johnson, Gove, Farage, Hillary Benn, Juncker, Le Pen, Trump, are in this sense the rightful inheritors of one Louis Bonaparte. All of them conspirators and seducers, the champions of Caesar, ready to knife him and each other once the putative figurehead of the coup has served its timely purpose. All of them parasites, part of a system of financialized, accelerated, rentier capitalism, which even old-fashioned capitalists no longer recognise as such, ready to kill the body politic host they have attached themselves to for the sole purpose of asexual reproduction. These are the villains of our unheroic times.

Their motto: “Fingers everywhere, fingerprints nowhere”. A technique they learned from their dark precursors: the farcical Napoleon III, a reanimated Metternich corpse named Henry Kissinger, and the self-styled patriots of the Condor days who did the dirty deed for the reanimated corpse back in 1964, like the brilliantly named Colonel Carlos Alberto Brilhante Ulstra to whom Bolsonaro dedicated his vote during the farce called *impeachment*. Their historical role can be described using the metaphor of the Great Vampire Squid: wrapped around the face of humanity, “relentlessly jamming its blood funnel into anything that smells like money” and in the process making time empty and homogeneous.

231 Senior Lecturer in Law Assistant Dean for Teaching & Learning School of Law Birkbeck, University of London.

Emptied of its content, history now seems barely historical at all. Entire peoples, who once imagined that by means of an unarmed, democratic, even digital revolution had given birth to an accelerated impetus in motion like nothing that had been seen before, suddenly find themselves set back into an undead epoch. To make sure that no relapse of hope is possible, the old white males rise again, the old chronologies and stories of economic stability, growth and development come back, the old names, the old laws that had long become a spiritless form lacking any mythical force or a body politic, which as such returns to us staggering along as the zombie-subject of an antiquarian erudition, an icon, a *trompe-l'oeil* contraption eliciting a perverse desire and devotion.

And with it return also the old minions of the law, the parasitical magistrates whose silk and dusty bodies smell of decay. Alongside them are the ruined and reckless cast-offs of the bourgeoisie, white mid-to-high class couples going to street protests in Rio or Sao Paulo with their black nannies pushing prams on tow, financial swindlers, playboy vagabonds, former torturers of the *golpista* military, jailbirds, escaped ideological slaves, impostors, bamboozlers, gamblers, pickpocket evangelist pastors, brothel regulars, knife-grinders, beggars for six months of political crack-cocaine and power *lazzaroni*, tinker thinkers and literary hacks turned mercenary media – in short, the whole amorphous, disintegrated, motley cast of the tragic-comic play that the Brazilian tropicalists rightly termed *panis et circensis*.

Neither tragedy nor comedy, but farce emerges as the proper genre of our time. Its medium is the stage and the image, which is why neither literature nor journalism can cope or catch up with it. Current literature is trapped in the nineteenth century romance with the early institutions of coffeehouse, salon, and dinner society, which it emerged from. In that respect, Ricardo Piglia has got it right when he pointed out that Garcia Marquez and the other anthropophagites have been side-lined in favour of a certain anarchic pessimism as the mainstream force in the cultural landscape of the Americas. Only that the latter's figurehead cannot be Jorge Luis Borges, but rather, the bad readers of Michel Foucault, Francois Furet, Jacques Derrida, and Borges himself, among us. I mean the likes of Jorge Volpi, Vargas Llosa father and son, or the McOndo writers anthologized by Alberto Fuguet. They're held together by the mediation of the press (the glossy, celebrity-fuelled press, such as Spain's *El Pais*, or Brazil's *Folha*, *O Globo* as well as *Isto e*) and its "professional criticism".

Only that the latter has now been totally emptied of its negative side for the sake of an alleged positive constructivism that is in fact the obverse of a much more fundamental power-averse pessimism, as can be witnessed, chiefly, in the stance of pseudo- or ex-intellectuals like Moises Naim, Jorge Castañeda, or Fernand Henrique

Cardoso, as well as in the more recent, disillusioned work of the Argentine critic Beatriz Sarlo or in Mabel Moraña's take on Borges. The symptom of the malaise that affects this anti-anthropological, post-humanist and post-political genre is the intention to leave the (voice and history of) the other (that is, indigenous peoples and land-related movements) on the side of silence, and to supplement or fill this vacuum with a supposedly grounding gesture towards ethics, Levinasian ethics not politics. The end result is a farcical genre which in its absurdity elicits tears unknown to classical tragedy, all the while substituting itself for the comedic, the minor, the testimonial, the nomad, the political experience of becoming-alliance as well as the subaltern's intellectual experience, which it judges unserious, foreign, and a fetish, a lumpen proletariat or a migrant in the class society of appearances.

What is to be done? Are we to remain hopeless and disillusioned? If ours is a time without exemplars then we must make some examples of our own. In Brazil, where strange things happen to art, politics, and philosophy, a group of children grew up to form a post-Punk counter-cultural movement. They were into funk, rock, and hip-hop. They were into concrete poetry and tropicalist music, manifesto writing, and the anthropophagites. In a country forever haunted by the spectre of a nascent globalization, they are known as the Manguê Bit poets. From them, I and others have learned a lesson: the whole world has now become Brazilian. There is a phrase in their manifesto which repeats and sabotages the wisdom of the ancient philosopher Anacharsis and Roman poet Ennius's warning: "I have Pernambuco before my feet and my mind's searching out in the immensity" above.²³² (I may add, with a nod to CSS: "Let's Make Love and Listen to Death From Above").

That phrase of the Manguê Bit poet sums up the key move in what must become our permanent war strategy. Against all importers of canned consciousness. For the issue at stake in their refrain is what South African and Caribbean or South American archaeologists of violence, psychoanalysts of racism and hunger, anthropologists of the evolution of southern Europe into Africa, manifesto writers, chroniclers of the double history of the Caribbean, and some historians have been calling for a while "the problem of ideas out of place".

For us, however, the problem is not the ideas but the place. The problem is with autochthony, borders, and the moral authority of place: the narcissistic delusion that

232 Chico Science, "Mateus Enter", in *Afrociberdelia*, Sony Music, 1996. See also Fred Zero Quatro. *Manifesto Manguê 1, Carangueiros com Cérebro*, July 1992, included in the liner notes of Chico Science & Nação Zumbi's *Lama ao Caos*, 1994, and available in <http://mangubeat.forumeiros.com> The phrase is cited during an interview with Eduardo Viveiros de Castro included in the collective volume, *Cultura Digital.br*, ed. by R Savazoni & S Cohn, Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2009, 79-95, at 83.

“us, the creators” have sprung originally from the earth and established civilization while “them, the creatures of the south”, *les damnés de la terre*, are nothing but bad copies, artifices, fetishes and institutions. Following the Mangué Bit poets, but also the cosmopolitics of Amerindians, we must understand the difference between establishment and institution.

Contrary to Anglo-saxon use, for which the institution is the hospital, the asylum, and the tribunal before which madmen, the aborigenes, the migrants and asylum seekers must appear, in French, Portuguese or Spanish, *institution*, *instituição*, or *institución* designates first the action of instituting and then “everything that is invented by humans”,²³³ that is to say, *feticho* in Brazilian Portuguese, in opposition to given facts or invariable laws of nature. Thus, what Anglophones think of as institutions, in Spanish or Brazilian Portuguese is best captured by the term *estabelecimento*, or *el establecimiento* (in French *établissement*). “The establishment”, says a disciple of institutional analyst François Tosquelles, the half-forgotten Catalanian émigré who mentored both Frantz Fanon and Félix Guattari, “is a structure that is plunged into global society”, and which relates to state-bureaucratic or business criteria. “It must answer to a large quantity of necessary administrative conditions; whereas institutions are something that can develop inside the establishment: they are quasi-infinite in number and variety”.²³⁴

On the basis of such a distinction and of the kind of institutional and negative critique that it allows, we can formulate the following propositions. Think of them as provocations, rather than axioms:

People do not leave or depart and de-link from institutions. Under the premises of accelerated capitalism and neoliberal frameworks, institutions depart from people. The question, therefore, isn’t de-linking, retreating or departing to some autonomous zone, though instituting some temporary ones might be necessary, since in the specific condition of contemporary coloniality-capitalism it is the state and the establishment that retreat from the public sphere into the alleged autonomy of the private realm. They depart from people leaving them *exposed*. In contrast, the question is how to produce a public and/or a people inside the commons, ready to creatively institute them.

Instead of refusing critique because of its negativity, embrace it while engaging in transversal, radical critique: this means decolonizing critique while criticalizing

233 J Ayme, “Essai sur l’histoire de la Psychothérapie Institutionnelle”, in *Institutions. Revue de la Psychotérapie Institutionnelle* 44, October 2009, 113.

234 J Oury, *Onze heures du soir à la Borde*, Paris: Galilée, 1980, xx.

post-colonial (and other “post”) theoretical practices. The model here is to take institutions like shamanism, alliance, or divination seriously, as political anthropology does when it “starts to confront head-on the empirical (ethnographic) deconstruction of the transcendental dialectics”, in Eduardo Viveiros de Castro’s parlance. As he says, we should be studying the ideas of savage reason. A crucial part of such a study aims to recognize and learn from the failure of the (transcendental) dialectics of recognition upon which liberal (Levinasian) ethics, the rule of law, and representative democratic politics are based. Another model may be related to the aesthetic justice of Colombian/British artist Oscar Murillo’s gesture. Rip it up, and start again.

Engage on the negative, transversal critique of global, self-colonizing, accelerated capitalism’s obsession with innovation, (copyright) originality, and what works, as well as its coupling with a notion of the south as what does not work: the bad copy. Thematize institutional failure, including the failure of dialectics of recognition as well as the established distinction between North and South, and aim for critical regionalism as well as departure from departure. Question the Europocentric notions of people without writing and history, or the “gift” of cosmopolitan ethical universalism. Critical regionalism opposes ethical universalism as well as the departure from politics into the private sphere it involves.

Apropos of this, of calls for an “ethical turn” and, related to it, of the current accusations of “corruption” and “selling out” alleged against the left in government in the Americas and elsewhere, let us remember that, unconvincing though his global geography was, Immanuel Kant did introduce a convincing distinction between *gemeines Wesen* and *Staat* that remains relevant. It means you cannot adjudicate an ethical state from above. Ethics interrupts the artificiality and historicity of the institutions of the state from a supposedly “natural” or “transcendentally irreducible” stance. However, institutions are neither “natural” nor grounded on some “irreducible” transcendence. They “are legal, they cannot adjudicate justice but they serve justice and we must protect them”.²³⁵ It is crucial to keep this in mind in order to understand what the obscene gesture of the Congressmen voting for Dilma’s *impeachment* while appealing to “Family, Tradition, God, or Property” as grounds really meant: an alleged “ethical” interruption of the legal and democratic institutional processes of judgment via an appeal to a supposedly higher, “natural” or “transcendental” Law that is no law at all. To clarify, such an obscene gesture emerges from as bad a reading of Natural Law as it is of Positive Law doctrines, rather than opposing the former to the latter,

235 G C Spivak, in *Who Signs the Nation-State? Language, Politics, Belonging*. Co-authored by J Butler & G C Spivak, London, New York, Calcutta: Seagull Books, 2007, 100.

since it actually forecloses the possibility of both judgment and futurity that both Natural Law and Posited Law doctrines guarantee, in the name of some pre-political and pre-theoretical or practical normative “otherness”. This is in fact the essence of the coup, as well as the demonstration that it was a coup: it had nothing to do with proper political theology or any super-speculative judgment, let alone with proper political legality. For it was in fact an escape from both, and as such, an interruption of the reasonableness and truthfulness of institutions as well as historicity and normative orientation (i. e. the fuller realisation of freedom and liberty). In short, it was a farce and a sad lesson.

Yet we need a new concept of law and politics beyond mere recognition, if we are to move towards the fuller realisation of liberty and freedom for all, and rid ourselves from the parasites.

DESFILES CONTRA DILMA ROUSSEFF SÃO TAMBÉM A REAÇÃO DE UMA CLASSE MÉDIA ABASTADA CONTRA SUAS POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO

Par Collectif. Movimento Democrático 18 de março (MD18)²³⁶

Assinam este texto:

Aline Dell’Orto Carvalho Romon, doutoranda em história, EHESS-PUC-Rio, Brasil ; **Filipe Galvon**, documentarista e escritor; **Gabriel Rocha Gaspar**, mestre em literatura negra brasileira e jornalista independente; Juliette Dumont, historiadora, Institut des hautes études de l’Amérique latine - université Sorbonne-Nouvelle-Paris-III ; **Larissa Ramina**, jurista, professora de direito na Universidade Federal do Paraná e pesquisadora convidada na universidade Paris-Sorbonne 1 ; **Vanessa Oliveira**, jornalista e doutoranda em Ciência da informação e da Comunicação, Universidade Paris-VIII/UFABC, Brasil.

Quem tenta seguir, da França, a crise política que assola o Brasil há semanas, pode ter a impressão de assistir a uma novela. Afinal, é possível encontrar nos últimos acontecimentos todos os elementos próprios desse tipo de produto televisivo: paixão, ódio, mocinhos e malvados. A seguir um rápido retrato dos principais personagens, de acordo com a grande mídia brasileira.

No olho do furacão está o Partido dos Trabalhadores (PT), cuja figura central, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República de 2003 a 2011, e Dilma Rousseff, sua sucessora, seriam os grandes chefes da corrupção do país. Face a eles, no papel do herói que enfrenta destemidamente os poderosos, está o juiz Sergio Moro. Como

236 LE MONDE | 16.04.2016 à 07h48 • Mis à jour le 16.04.2016 à 13h15 | Par Collectif. Texto produzido pelo Movimento Democrático 18 de março (MD18), coletivo de brasileiros residentes na França e franceses amantes ou estudiosos do Brasil mobilizados contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. (md18.org). Todos os signatários deste texto são membros do Movimento Democrático 18 de março (MD 18), que reúne brasileiros residentes na França, mas também franceses mobilizados contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em sua grande maioria, eles não são membros do Partido dos Trabalhadores.

cenário temos, claro, o escândalo que abalou a companhia nacional de petróleo, a Petrobras. A trama se desenvolve entre as cenas política, jurídica e midiática, mas também nas ruas onde, não raras vezes, vemos oposto “o Brasil” e “Os aliados de Dilma e Lula”, de acordo com o jornal O Globo.

De fato, os grandes veículos de comunicação, e em particular, o império Globo, que, como as revistas *Veja* (cuja capa de novembro 2015, trazia Lula vestido de prisioneiro) e *Isto é* (que trazia também na capa as «explosões nervosas» de Dilma Rousseff, ilustrada por uma imagem em que a Presidenta assistia a um jogo da Copa do Mundo), denunciam incansavelmente a corrupção – principalmente quando ela envolve o PT – e apoiam com todas as forças e recursos o processo de destituição da Presidenta.

Se a ficção pode ajudar a decifrar a realidade, ela se torna perigosa quando serve a mascarar as verdadeiras questões por trás de tamanha crise. Começamos pela corrupção, real, grave e que envolve a maioria dos partidos políticos brasileiros: Eduardo Cunha (PMDB, centro), presidente da Câmara dos Deputados e autor da abertura do processo de *impeachment*, está sob a mira da Justiça e aparece no escândalo do «Panamá papers».

Entre os 65 membros da comissão parlamentar de *impeachment*, 36 são ou já foram investigados por corrupção. E se o PT também aparece citado em certos casos de corrupção, isso tem relação direta com sua chegada no poder, que outorgou ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal, graças a um decreto-lei, maior independência na condução de operações anticorrupção (2 226 processos foram abertos contra 48 durante os 8 anos de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso).

Trata-se, na verdade, de um golpe de Estado contra a esquerda. Como explicar o fervor dos manifestantes que têm como estandarte a luta contra a corrupção e o *impeachment* de Dilma Rousseff? Esses desfiles estão longe de representar a luta pura de um povo contra seus dirigentes corruptos. Eles são principalmente a reação de uma classe média abastada e de membros da oposição, para quem as políticas de redistribuição de renda iniciadas por Lula e ampliadas por Dilma Rousseff – e responsáveis pela saída de 40 milhões de pessoas da miséria –, não passam de assistencialismo e má gestão de recursos públicos. Muitos não aceitam também, entre outras coisas, o fato de ver chegar à universidade, graças à implementação de ações afirmativas no campo da educação (cotas e financiamentos estudantis), estudantes negros ou vindos das camadas mais populares da sociedade.

O que o jornal O Globo faz questão de denominar «os aliados de Lula e Dilma», porém, defendem principalmente essas políticas de inclusão social iniciadas por Lula. Denunciam o processo de destituição da Presidenta, a parcialidade da mídia e da justiça brasileiras. Alertam assim, para uma forma de golpe de Estado que pretende

acabar com as possibilidades da esquerda no poder; questionar os avanços sociais dos últimos anos, privatizar a Petrobras e, no caso da direita, conseguir se livrar das investigações por corrupção.

Os pro-*impeachment* não pensam duas vezes em chamar de « Teoria do Complô » essas mobilizações. Essa análise, porém, não resiste a um exame superficial de todo esse roteiro: o argumento central do processo que promete derrubar Dilma Rousseff. A um tema menor (as famosas pedaladas fiscais) se somam a vontade de proteger Lula da jurisdição de Sergio Moro nomeando o ex-Presidente Lula para a Casa Civil*. A suposta intenção é atestada por quatro palavras pronunciadas em uma conversa privada, gravada ilegalmente e imediatamente difundida pelos principais jornais brasileiros. A nomeação do ex-Presidente Lula não é ilegal e não o livra da Justiça, uma vez que, caso o ex-Presidente se torne ministro, ele será julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, por suposta ligação com o escândalo da Petrobras.

Um episódio decisivo dessa novela estava programado para o fim de semana do 16 e 17 de abril deste ano, quando a Câmara dos deputados votou o encaminhamento do processo de destituição de Dilma Rousseff. Convencidos de que as questões centrais que alimentam esse espetáculo midiático é a desestabilização da democracia brasileira e que isso representa uma fragilização do conceito de democracia em escala global, os membros do MD18, que assinam esta tribuna, concentram sua batalha no campo da informação por um debate internacional sereno e construtivo no qual a ficção não deve se impor à realidade.

PASSO ATRÁS

Paulo Sérgio Pinheiro²³⁷

O governo federal interino instalou um ministério de apenas homens brancos com a divisa “Ordem e Progresso”, que encerra o que há de mais conservador no pensamento político brasileiro. Seria bom alguém dizer a esse governo que estamos em 2016, e não em 1889.

O seu primeiro ato foi mandar para o espaço a ciência, a cultura e os direitos humanos. Nessa área, extinguiu as secretarias da Igualdade Racial, das Mulheres e a dos Direitos Humanos. Assim fazendo o governo interino revela uma sesquipedal ignorância em duas vertentes. Primeiro na esfera do direito internacional e, em segundo, quanto à política de Estado de direitos humanos, relegando-a a uma divisãozinha de Cidadania no Ministério da Justiça.

Depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e a partir dos dois pactos internacionais de direitos civis e políticos e aquele dos econômicos, sociais e culturais, progressivamente foram reconhecidos os direitos das crianças, das mulheres, dos indígenas, dos migrantes, dos idosos e de temas como a tortura, as execuções sumárias pelas polícias, a pedofilia, a homofobia. O conceito de cidadania que o governo provisório resolveu enfiar no Ministério da Justiça não dá absolutamente conta dessa complexidade que a garantia dos direitos humanos assumiu na segunda metade do século 20.

Por sua vez, a decisão da extinção das secretarias de Estado põe abaixo a continuidade, acima dos partidos políticos, da política de Estado de direitos humanos no Brasil. Pode-se dizer que todos os governos depois da volta ao governo civil em 1985 contribuíram, cada um à sua maneira, para a promoção e proteção desses direitos.

237 Ex-ministro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Governo FHC, Professor Titular aposentado de Ciência Política da USP. Texto publicado no Estado de São Paulo em 15 de maio de 2016, republicado com a autorização do autor. <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,passo-atras,10000051530DI-REITOS HUMANOS>

Sarney na sua ida à Assembleia da ONU assinou a convenção da tortura e o Pacto Internacional de Direito Humanos. Collor enviou uma circular aos postos diplomáticos brasileiros obrigando-os a responder às cobranças das organizações de direitos humanos e, da tribuna da ONU, afirmou que a soberania nacional não pode ser o escudo de proteção das violações desses direitos no Brasil. Itamar formulou com a sociedade civil a agenda brasileira para a Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena em 1993, na qual o Brasil teve um papel protagonista com a presidência do comitê de redação da declaração e programa de ação de Viena.

Fernando Henrique cria a secretaria de Estado de direitos humanos, para dar mais visibilidade a eles, como registra em seu Diários da Presidência. Foram preparados os Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1), com ênfase nos direitos civis e políticos, e o PNDH 2, com ênfase nos direitos econômicos e sociais. Pela primeira vez na República foi criado um programa e organismo de combate ao trabalho escravo. Foi reconhecida a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que permitiu que mais tarde fosse exarada a sentença sobre as operações de extermínio da guerrilha do Araguaia pela ditadura militar.

Lula transformou a secretaria de Estado em Secretaria Especial da Presidência da República e criou as secretarias especiais também na presidência das políticas da mulher e da igualdade racial. Preparou o PNDH 3, alargando nacionalmente as bases da sua elaboração nos Estados da Federação, inusitadamente publicando as duas introduções de Fernando Henrique aos dois PNDH anteriores. Apesar de enorme resistência, propôs e sancionou a lei contra o castigo corporal das crianças e enviou ao Congresso um projeto de lei criando a Comissão Nacional da Verdade, sobre os crimes da ditadura militar. A presidenta Dilma Rousseff foi na mesma direção. Por convocação de seu governo, todos ministros e secretários de Estado de Direitos Humanos se mobilizaram para defender a aprovação da lei sobre a Comissão Nacional da Verdade no Congresso Nacional. Instalou a Comissão Nacional da Verdade, a qual garantiu todo o apoio sem jamais fazer nenhuma interferência nos seus trabalhos, somente tomando conhecimento do relatório quando estava impresso.

Afinal, qual o impacto dessa política de Estado de direitos humanos? Essas frestas abertas pelo mais alto escalão do governo federal, especialmente a partir de 1995, fizeram entrar nas políticas do governo federal direitos e temas na defesa daqueles tradicionalmente excluídos, que outrossim jamais teriam podido ter sido promovidos. Tortura, racismo, homofobia, execuções sumárias pelas polícias militares, violência contra a mulher, trabalhadores escravos, portadores de deficiência, federalização dos crimes de direitos humanos, programas de proteção às vítimas, passaram a ser alvos de políticas públicas de garantia e prevenção. Enfim, uma infinidade de pautas que

nunca tiveram espaço nem na ditadura militar nem no autoritarismo socialmente implantado que prevalece na democracia.

Essa liquidação da política de Estado e dos mecanismos nela construídos corresponde por sua vez aos projetos de lei de desmonte da constitucionalidade de 1988, como a destruição do Estatuto do Desarmamento, a redução da idade laboral e da maioridade penal, o cerceamento dos direitos das mulheres, o enfraquecimento da definição de trabalho escravo. Não esqueçamos a já sancionada lei antiterrorismo, abrindo caminho para a criminalização dos movimentos sociais, que certamente esse governo não hesitará em usar, se levarmos em conta o novo ministro da Justiça, que classifica protestos populares como “guerrilhas” (sic).

O desaparecimento das secretarias de direitos humanos convida a um prognóstico profundamente alarmante em relação a todos esses temas, pois vai acarretar na destruição de estruturas e mecanismos construídas a duras penas, em parceria com a sociedade civil, durante todos os governos democráticos para implementação dos direitos dos pobres e excluídos.

Quanto aos direitos humanos, com esse governo extremamente conservador que ora aparece, nunca no Brasil foi tão atual o ditado de que o pior ainda está por vir.

BRASIL, DEMOCRACIA E RUTURA CONSTITUCIONAL

Pedro Carlos da Silva Bacelar de Vasconcelos²³⁸

I. O “CRIME”

O processo de destituição – “*impeachment*” - da Presidente eleita do Brasil, confronta-se, desde o início, com uma questão incontornável: qual é afinal o crime de que é acusada? A longa maratona eleitoral de que resultou a instauração do processo foi inconclusiva: de entre os mais deploráveis incidentes e brutalidades impróprias da mais alta instância da representação democrática, as declarações de voto dos deputados não conseguiram identificar um facto, uma acusação, nem sequer um argumento capaz de justificar a instauração de um procedimento constitucional de natureza absolutamente excepcional, com vista à destituição do Presidente sufragado nas urnas como legítimo representante do Estado, para chefiar o poder executivo e conduzir os destinos do país.

A manipulação das contas públicas com o intuito de dissimular dificuldades financeiras, em tempos de grave crise económica e social, é uma prática corrente nas democracias europeias que, apesar de censurável, não merece na tradição constitucional da generalidade das democracias ocidentais, a qualificação constitucional de “crime”. Os indícios de que tal comportamento pudesse ter ocorrido enredam-se em tais complexidades técnicas que, em condições normais, apenas conseguiriam atrair as atenções de

238 Professor de Direito Constitucional da Universidade do Minho. Enviado Especial da União Europeia para o processo de transição para a Democracia na República Democrática do Congo. Membro do Conselho de Administração do Observatório Europeu do Racismo, Xenofobia e Anti-Semitismo em Viena e Vice-Presidente da Convenção para a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Pedro Bacelar é ainda membro do Conselho Superior do Ministério Público. Integrou a Comissão Nacional do 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem; é membro honorário da União Romani, associação nacional que representa a comunidade cigana em Portugal. Foi mandatário da candidatura do Professor Guimarães Rodrigues ao cargo de Magnífico Reitor da Universidade do Minho (2002).

círculos restritos de contabilistas ou auditores financeiros. O que de facto assustou e precipitou a reação dos promotores do “*impeachment*”, foi o receio do regresso de Lula da Silva à esfera da governação. Dilma Rousseff foi então dada como suspeita de uma alegada tentativa de obstruir o trabalho da justiça ao nomear Lula da Silva para o seu Governo e acusada de o fazer com o único intuito de prejudicar a averiguação de eventuais crimes de corrupção por que o antigo Presidente do Brasil estava a ser investigado. Contudo - tal como se demonstra pelas sucessivas demissões de membros do atual governo transitório, e pela detenção de titulares de governos anteriores, deputados, líderes partidários e gestores de empresas públicas - a “temida” imunidade ministerial de Lula não impedia a continuidade da operação “Lava Jato” nem o dispensava de responder perante a justiça. Revelava-se, pelo contrário, uma relação perversa entre a pronta iniciativa judicial contra a nomeação de Lula e a iniciativa parlamentar pela destituição de Dilma. Uma perversidade que atingiu foros de obscenidade quando o juiz que desconfiava das intenções da Presidenta se juntou aos manifestantes que, nas ruas e nas redes sociais, a insultavam e exigiam o derrube do seu Governo!

II. A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL

A independência que as democracias constitucionais de todo o mundo reconhecem ao poder judicial, tem como única justificação a garantia de isenção e de imparcialidade de quem tem o poder de julgar os outros cidadãos, de prender, condenar ou absolver, para assegurar que a força da lei prevaleça sobre quaisquer outros poderes ou interesses. Não há memória de que, alguma vez, um tribunal tenha derrubado qualquer ditadura ou que algum ditador tenha caído por força de uma sentença judicial. Por isso, o poder de julgar, que no passado era apenas uma das prerrogativas do “Príncipe”, se transformou em competência soberana de tribunais independentes e num pilar essencial do Estado de Direito.

É verdade que o “ativismo judicial” cresceu no Brasil ao abrigo da nova Constituição democrática, em defesa dos direitos sociais e da proteção do ambiente, previstos e garantidos pela Lei Fundamental. Nenhum governo brasileiro se empenhou tanto na promoção destes valores como a presidência de Lula da Silva. Contudo, resistiu o arcaísmo mais difícil de erradicar, um vício que degrada o sistema político brasileiro e ameaça a generalidade das democracias contemporâneas - a corrupção. Os juizes brasileiros que em nome da militância cívica comprometem a sua irrenunciável neutralidade política, estão a contribuir para o fracasso do combate contra a corrupção e a cavar a sepultura do próprio regime democrático a que devem a dignidade e o prestígio que legitimamente alcançaram.

III. A TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES

O modelo presidencialista adotado pela Constituição americana é correntemente apresentado como a mais fiel concretização histórica da teoria da separação dos poderes, tal como Charles de Montesquieu a caracterizou no seu tratado sobre “O Espírito das Leis”, no capítulo em que pretendia descrever, aparentemente, de forma bastante imprecisa, o que seria a “Constituição de Inglaterra”, no século XVIII. Além da sua notável justificação da “independência judicial”, que preserva uma perene atualidade, seria o presidencialismo americano que encarnaria a fórmula mais adequada da separação ali postulada entre o poder legislativo e o poder executivo. Abstraindo das controvérsias históricas e dogmáticas que isso possa suscitar, a verdade é que o “parlamentarismo” e o “presidencialismo” - com as modalidades intermédias que combinam em doses variáveis elementos típicos de um e de outro sistemas - estão presentes na generalidade das democracias constitucionais do nosso tempo. Contudo, no sentido original que a modernidade lhe conferiu, a palavra “Democracia” designa um modo de organização política da sociedade em que a legitimidade do Governo - dos seus titulares e das suas decisões - depende da vontade do povo e dos seus representantes. A fórmula mais difundida e duradoura deste sistema é o parlamentarismo britânico, imposto pela “Revolução Gloriosa”, já no final do século XVII, e que teve em John Locke o seu mais lídimo arauto. O Parlamento é o órgão de representação própria do povo soberano, não apenas porque os seus membros são escolhidos diretamente pelos cidadãos mas também porque a diversidade de correntes, de tendências, de preferências culturais, políticas ou ideológicas, encontram na pluralidade dos representantes - escolhidos através de eleições livres e justas - a possibilidade da mais ampla expressão.

IV. O GOLPE

A Constituição americana viria aqui introduzir um elemento perturbador, ao conferir legitimação democrática a um Presidente a quem é confiada a responsabilidade da chefia do governo, ao lado da Câmara de Representantes, titular de uma legitimação da mesma natureza. Estava criado o modelo presidencialista que, além de uma distinção mais rígida entre as competências da cada órgão de soberania, reclama uma limitação mais complexa das oportunidades de recíproca interferência entre o poder legislativo e o poder executivo. É do mandato presidencial, exclusivamente, que o Governo recebe a sua legitimidade democrática. Em caso de conflito, nem o Parlamento pode demitir o Governo, nem o Presidente pode dissolver o Parlamento

e convocar eleições legislativas antecipadas. Há apenas uma única exceção para uma situação limite: o crime de responsabilidade – “*Impeachment*”, na tradição constitucional anglo-saxónica - que implica o procedimento de destituição do Presidente.

No Brasil, a substituição da Presidente Dilma Roussef, por força do procedimento de destituição em curso, deu origem a um governo parlamentar, ainda que a título meramente transitório, que subverte o regime presidencialista e o seu delicado sistema de “checks and balances”. O sistema político brasileiro foi desacreditado pelos inúmeros escândalos de corrupção que atingem, indiscriminadamente, titulares de vários órgãos de soberania oriundos dos mais diversos quadrantes partidários e confronta-se também com um “ativismo judiciário” que se credibilizou, inicialmente, pela defesa dos direitos sociais antes de começar a “dizimar” deputados, governantes e o conjunto da chamada “classe política”. A capacidade do sistema para gerar alternativas políticas viáveis afunilou-se dramaticamente e a Lei Fundamental, fiel à sua matriz presidencialista, nem sequer contempla a única solução democrática que esta situação paradoxal parece reclamar com a maior urgência: - a convocação urgente de eleições antecipadas!

LA ÓPERA DE LOS MALANDROS

Pedro de la Hoz²³⁹

A los cubanos no es ajena la actualidad brasileña. Si no fuera por la tragedia que representaría la consumación de un golpe de estado como el que pretende derrocar a una presidenta legitimada por la voluntad popular, cabría calificar la maniobra urdida contra Dilma Rousseff como una burda y pésima *chanchada*.

El guión del *impeachment* —hasta hubo que apelar a una palabra ajena a la cultura idiomática lusobrasileña— rezuma los peores tópicos de una ópera bufa. Acusadores acusados, cazadores cazados en una trama de corrupción que los ha llevado a la desesperación. Politiqueros que se hacen pasar por políticos, personajes que medran al amparo de ciertos poderes, lobos disfrazados de corderos.

Yo estaba en Brasilia en diciembre del año pasado cuando comenzó a moverse la maquinaria del impedimento contra la Presidenta. Para quienes asistíamos a un foro sobre el Decenio Internacional de los Afrodescendientes, nos pareció un despropósito la jugada, pero no imaginamos que las cosas llegaran tan lejos.

Advertimos la turbiedad de los manejos de Eduardo Cunha. Las miserias de este personaje salieron a la luz. No es la izquierda la que ha aportado el dato, sino las autoridades suizas: el suspendido Presidente de la Cámara de Diputados guarda cinco millones de dólares en cuentas secretas en bancos de ese país. Perjura acerca de que esos dineros provienen de fondos de inversión que él no controlaba. Cunha debería leer mejor la Biblia que tanto gusta citar y verse en el espejo de los mercaderes expulsados del templo por Jesús.

Nunca se ha visto en este mundo a un mandatario interino que de golpe y porrazo, luego de actuar como segundo de la fórmula presidencial, pretenda hacer *tabula rasa* de las pautas de su predecesora. Es tanta la voracidad de Michel Temer que se ha creído el presidente real de todos los brasileños, cuando no es más que un advenedizo,

239 La Habana. Periodista y crítico de arte. Poseedor de la Distinción por la Cultura Nacional.

rodeado de oligarcas, oportunistas y corruptos. Un dato revelador: el 30% de su equipo está investigado por corrupción, el 70% tienen un total de 250 000 hectáreas de tierra y un tercio es propietario de diversos medios de comunicación

A duras penas Temer reconoció su propia imagen política disminuida al enterarse, a menos de un mes de su amañada ascensión, que solo un 2% de la población votaría por él en las urnas, mientras un 60% pide su renuncia.

Agnese Marra, corresponsal del semanario uruguayo Brecha en Sao Paulo, dibujó Temer con una imagen a tomar en cuenta: Un tipo frío, sibilino, anodino, que apenas cambia el gesto y que no suele decir lo que piensa. Aseguran que ni siquiera es seguidor de algún equipo de fútbol, un hecho que en Brasil se entiende como algo poco menos que sospechoso”.

Un notable escritor latinoamericano, el nicaraguense Sergio Ramírez, ha comparado la puesta en escena de los enemigos de Dilma, el Partido de los Trabajadores y las grandes mayorías brasileñas, con *La ópera del malandro*, renombrada obra dramática musical de Chico Buarque. Ramírez, como se sabe, está libre de toda sospecha de ser afín a la izquierda radical. Después de su cercanía al sandinismo en los años de la insurrección contra Somoza, escoró inexorablemente hacia el antisandinismo. Pero como tiene ojos para ver y mente para discernir, describió el espectáculo golpista con estas palabras: “Un alegre y ruidoso escenario de vodevil. Hay en las cámaras 28 partidos políticos, que los electores no saben distinguir porque tienen nombres muy parecidos, entre los que se repite la denominación ‘cristiano’, pues no pocos son apéndices de sectas religiosas. El payaso Tiririca ganó su asiento de diputado con bastante más de un millón de votos, y su mensaje electoral fue simple: ‘¿Qué hace un diputado? La verdad no lo sé, pero si votas por mí, te lo diré’. La sesión donde se desaforó a la presidenta Rousseff fue un reality show insuperable, transmitida en vivo y seguida como si fuera un partido de fútbol en los hogares, plazas y bares, cada voto de los diputados cantado a viva voz, en versos rimados o en prosa, y dedicado a ‘la familia cuadrangular’, a la secta evangélica de pertenencia, a la madre querida, al hijo por nacer, al cumpleaños de la tía solterona. Y a los torturadores del tiempo de la dictadura”.

No es poco lo que está en juego. Dilma lo ha dicho alto y claro: “Este golpe tiene dos motivos: detener la investigación del caso Lava Jato e impedir que continúen las políticas de inclusión social”. A lo que cabría añadir: retrotraer a Brasil a épocas pasadas, cuando por obra y gracia de la oligarquía local era una de las piezas mimadas del imperialismo.

Ante tal estado de cosas, en Cuba muchos hemos recordado, sin embargo, otra canción de Chico Buarque que hizo época allá y aquí: “A pesar de usted mañana será otro día”. En la construcción de esa nueva mañana los brasileños no están solos.

MANIFESTO DE POLÍTICOS E INTELLECTUAIS BRITÂNICOS CONTRA O GOLPE NO BRASIL

Políticos e Intelectuais Britânicos

Renomados intelectuais e políticos de diversos pontos do Reino Unido se uniram e divulgaram um manifesto em apoio à luta contra o golpe no Brasil. Em carta divulgada pelo The Guardian, eles ressaltam a fragilidade do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a importância de batalhar pela democracia em nosso país. Confira:

Tentativa de remover Dilma Rousseff é antidemocrática

Manifesto²⁴⁰

Estamos extremamente apreensivos com os constantes esforços por parte de setores da oposição brasileira de direita para desestabilizar – e derrubar – um governo constitucionalmente eleito, por meio da tentativa de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Essa campanha tem envolvido manifestações em favor de uma “mudança de regime”, por meio da remoção da presidenta antes do término de seu mandato. Esta campanha tem até mesmo reivindicado abertamente uma intervenção militar para liderar um golpe de estado.

Há também uma campanha grosseira, que visa desacreditar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que Dilma planeja nomear como ministro em seu governo. O objetivo aqui parece ser não só remover Dilma, mas também impedir legalmente a potencial candidatura de Lula em 2018.

Enquanto isso, sindicatos e movimentos sociais vêm denunciando episódios de agressões físicas contra aqueles que apoiam o governo. Nós nos opomos a essa tentativa golpista, reiteramos o apoio dado ao Brasil pela União de Nações Sul-Americanas e defendemos a democracia brasileira.

240 <http://www.pt.org.br/intelectuais-estrangeiros-condenam-ameaca-a-democracia-brasileira/>
<http://www.pt.org.br/jornal-britanico-the-guardian-publica-apoio-de-artistas-a-dilma/>

Assinado por:

- Brian Eno Michael Mansfield QC, Advogado sênior
- Dr Francisco Dominguez, Diretor do grupo de pesquisa dos estudos sobre Brasil e América Latina, Universidade de Middlesex
- Grahame Morris, Membro do parlamento britânico
- Kelvin Hopkins, Membro do parlamento britânico
- Roger Godsiff, Membro do parlamento britânico
- Jeff Cuthbert, Membro da assembleia nacional galesa
- Manuel Cortes, Secretário-geral, TSSA – Associação dos Funcionários Assalariados do Transporte
- Doug Nicholls, Secretário-geral, GFTU – Federação Geral Sindical
- Mick Cash, Secretário-geral, RMT – Sindicato Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Marítimos e do Transporte
- Kevin Courtney, Secretário-geral adjunto, Sindicato Nacional dos Professores
- Tony Burke, Vice-secretário geral, Unite the Union
- Dr Derek Wall, Coordenador internacional do Partido Verde da Inglaterra e do País de Gales
- Salma Yaqoob
- Martin Mayer, Membro da executiva nacional do Partido Trabalhista
- Dra Julia Buxton, Universidade da Europa Central
- Oscar Guardiola-Rivera, Birkbeck, Universidade de Londres
- Francisco Panizza, Professor de política latino-americana e política comparada – London School of Economics
- Dr Peter Hallward, Professor da Universidade de Kingston

NOTA DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA ALEMÃO PROTESTA CONTRA GOLPE NO BRASIL

Partido Socialdemocrata Alemão

A socialdemocracia Alemã Cerra Fileiras com a Democracia Brasileira. Um dos principais partidos alemães, o SPD, partido socialdemocrata, que integra o governo do país, divulgou um manifesto à imprensa internacional em que se põe ao lado das forças democráticas brasileira que lutam contra o golpe. O SPD é o maior partido social-democrata da Europa e um dos maiores do mundo.

A nota reproduzida por diversos sites no Brasil, inclusive O Cafezinho com tradução ao português, está disponível no site oficial do SPD: <http://www.spdfraktion.de/presse/pressemitteilungen/deutsche-sozialdemokratie-steht-seite-brasilianischen-demokratie>

A socialdemocracia Alemã Cerra Fileiras com a Democracia Brasileira

*Niels Annen, porta-voz do Grupo Parlamentar de Trabalho sobre
Política Externa*

Klaus Barthel, relator do caso

A bancada do Partido Socialdemocrata Alemão apoia todas as forças democráticas no Brasil, que se colocam contra as ideologias antipolíticas e antidemocráticas, e faz votos que se encontre uma saída da crise num processo. É imperioso que a oposição no Brasil retorne a princípios fundamentais comprometidos com a democracia. Isso significa respeitar os resultados das eleições e lutar pela mudança política nas urnas.

“No domingo passado a Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil decidiu pela abertura do processo de *impeachment* contra a presidente em exercício, Dilma Rousseff.

A bancada do Partido Socialdemocrata Alemão no Parlamento Federal acompanha o desenrolar dos acontecimentos no Brasil com muita apreensão. Os graves casos de corrupção na empresa petrolífera paraestatal Petrobrás abalaram a confiança da população no sistema político e nos partidos. Ficou comprovado que também o Partido dos Trabalhadores beneficiou-se de financiamentos ilegais. Apesar das apurações intensas já realizadas, inexistem indícios incriminadores do envolvimento de Dilma Rousseff ou seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva no escândalo da Petrobrás. Não obstante, o PT e suas lideranças se vêem expostos a uma campanha difamatória movida por amplos segmentos da mídia brasileira com o objetivo de destruir a credibilidade e a reputação do partido, da presidente em exercício e do seu antecessor. A mídia não reconhece, porém, que somente os governos do PT sob as presidências de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva criaram as condições no Judiciário e nos órgãos investigadores para uma apuração efetiva da corrupção. Em uma sociedade democrática, cabe ao Judiciário assegurar que a apuração da corrupção não degenere em revanchismo político.

As acusações contra Dilma Rousseff não constituem uma base jurídica sólida para um processo de *impeachment*. É significativo ver que elas também não tiveram nenhuma importância na discussão e na votação nominal, realizadas na Câmara dos Deputados em 17 de abril.

Apelando ao processo de *impeachment*, a oposição abusa de um importante instrumento democrático, previsto na constituição, para expulsar do cargo uma presidenta democraticamente eleita. Sabemos que Dilma Rousseff amarga perdas quanto à aprovação do seu governo pela população e pelo Congresso Nacional. No entanto, o emprego abusivo do processo de *impeachment* é um precedente perigoso para a democracia brasileira. Permite que resultados de pesquisas de opinião e marchas de protesto pesem mais do que princípios constitucionais e eleições democráticas.”

Texto original:

**Die deutsche Sozialdemokratie steht an der Seite der
brasilianischen Demokratie**

21.04.2016

Niels Annen, außenpolitischer Sprecher;

Klaus Barthel, zuständiger Berichterstatter:

Die SPD-Bundestagsfraktion unterstützt alle demokratischen Kräfte in Brasilien, die sich antipolitischen und antidemokratischen Ideologien entgegenstellen und hofft, dass in einem Dialogprozess ein Ausweg aus der Krise gefunden wird. Die Opposition in Brasilien muss zu demokratischen Grundprinzipien zurückkehren. Das bedeutet, Wahlergebnisse zu respektieren und den politischen Wechsel an den Wahlurnen zu erkämpfen.

„Am vergangenen Sonntag hat das brasilianische Abgeordnetenhaus beschlossen, ein Amtsenthebungsverfahren gegen die amtierende Staatspräsidentin Dilma Rousseff einzuleiten.

Die SPD-Fraktion beobachtet die Entwicklungen in Brasilien mit großer Sorge. Die schwer wiegenden Korruptionsfälle beim parastaatlichen Erdölkonzern Petrobras haben das Vertrauen der Bevölkerung in das politische System und die Parteien erschüttert. Es ist erwiesen, dass auch die Arbeiterpartei PT von der illegalen Finanzierung profitiert hat. Trotz intensiver Ermittlungen gibt es jedoch keine belastbaren Indizien dafür, dass Dilma Rousseff oder ihr Amtsvorgänger Luiz Inácio Lula da Silva in den Petrobras-Skandal verwickelt wären. Dessen ungeachtet sehen sich die Arbeiterpartei PT und ihr Führungspersonal einer Diffamierungskampagne durch weite Teile der brasilianischen Medien ausgesetzt, die die Glaubwürdigkeit und das Ansehen der Partei, der amtierenden Präsidentin Rousseff und ihres Vorgängers beschädigen sollen. Nicht gewürdigt wird hingegen in der öffentlichen Darstellung, dass erst die PT-Regierungen unter Rousseff und da Silva die Voraussetzungen bei Justiz und Ermittlungsbehörden für eine effektive Aufarbeitung der Korruption geschaffen haben. Es ist Aufgabe der Justiz in einem demokratischen Gemeinwohl, sicherzustellen, dass aus der Aufarbeitung von Korruption kein politischer Revanchismus wird.

Die Vorwürfe gegen Rousseff stellen keine belastbare juristische Basis für das Amtsenthebungsverfahren dar. Sie spielten in der Debatte und namentlichen Abstimmung im Abgeordnetenhaus bezeichnenderweise auch keine Rolle.

Mit dem Amtsenthebungsverfahren missbraucht die Opposition ein wichtiges demokratisches Instrument der Verfassung, um eine demokratisch legitimierte Präsidentin aus dem Amt zu entfernen. Wir wissen, dass Dilma Rousseff an Zustimmung in der Bevölkerung und im Kongress eingebüßt hat. Der Missbrauch des Amtsenthebungsverfahrens allerdings stellt einen gefährlichen Präzedenzfall für die brasilianische Demokratie dar. Er lässt zu, dass Meinungsumfragen und Protestmärsche schwerer wiegen als verfassungsrechtliche Grundsätze und demokratische Wahlen.“

CRÓNICA DE UM GOLPE ANUNCIADO

Ricardo Franco Pinto²⁴¹

Golpes estão proibidos. Esta pequena frase, há muito pouco tempo poderia ser perfeitamente proferida em uníssono pela imensa maioria dos brasileiros. Não apenas pelos que sentiram em suas próprias carnes o terrorismo de Estado no marco do Golpe de Estado anterior (de 1964), mas também pelos brasileiros nascidos pós ditadura militar.

Parecia que a democracia, recuperada plenamente com a Constituição Federal de 88 se encontrava em um estágio maduro e que todos éramos democratas. Apenas parecia. De alguma forma, e impulsionado por parte das forças políticas da direita, renascia o desejo de sombras e trevas, que tanto dano fizeram ao Brasil nos 20 anos que durou a sangrenta ditadura a que nos referimos. Pouco a pouco, emergiram figuras antide-mocráticas, e que somente por esta característica poderiam ser consideradas odiosas. Mas estas figuras ademais se posicionaram contra muitos coletivos historicamente oprimidos, como os negros, pobres e LGBTTT, apenas para reunir poucos exemplos.

Ainda assim, se entendia que tais figuras, ainda que tivessem chegado ao Congresso Nacional, estavam bem localizadas, e por isto o perigo que representavam era mínimo. Infelizmente, este perigo começou a crescer sem que os democratas se precatassem, crescimento este auspiciado por diversos poderes. Alguns destes poderes são bem conhecidos e facilmente reconhecidos em qualquer democracia, e faremos referência aos mesmos mais adiante. Mas entendemos que existiu um poder especificamente que tomou proporções enormes talvez impossíveis de antever, e que permitiu sem resistência que esta visão reacionária e de retorno à um passado que parecia há muito superado se alastrasse de forma silenciosa. Este foi o poder das redes sociais.

241 Professor e Advogado junto ao Tribunal Penal Internacional. Doutor Internacional pela Universidad de León (Espanha), e especialista em Direito e Política Internacional, nas áreas de Terrorismo, Terrorismo de Estado e Direitos Humanos. Email: ricardofranco@gmx.com - Tel +34 637154921 - León (Espanha).

Creemos importante fazer um pequeno parêntesis aqui para esclarecer que não somos contrários às redes sociais. Nossa visão é precisamente oposta. Entendemos, ao menos hoje, que as redes sociais são um instrumento comunicativo poderoso, como a internet em geral, e que não se pode classificá-las como “boas” ou “más”. Isto seria tão ingênuo como dizer que os computadores podem ser “bons” ou “maus”. Em realidade, a internet e as redes sociais são instrumentos que podem ser utilizados amplamente por todo o tipo de pessoas e objetivos, e entendemos que isto é e deve ser sempre muito bem-vindo. Nossa observação foi que não se concedia às mesmas a importância necessária desde o ponto de vista de convencimento e debate político.

Voltando ao nosso raciocínio, parece claro que utilização das redes sociais para questões políticas se fazia timidamente, e no Brasil, houve um exponencial crescimento nesta área a partir das eleições presidenciais de 2014. E o poder deste crescimento foi o que não se detectou com precisão, pois as funções políticas das mesmas sofreram uma alteração importante, ou seja, antes se utilizavam para comunicar questões políticas, basicamente era uma forma de levar ao eleitor alguma informação que se pudesse considerar relevante; agora se transformaram em verdadeiros instrumentos para fazer política.

Observando desde certa distância esta questão, pois nos encontramos radicados na Europa há mais de uma década, víamos com muita tristeza que o debate de ideias, a partir daquelas eleições, experimentou uma forte modificação: começava uma espécie de “vale tudo”, em que inicialmente o candidato derrotado começou a manifestar dúvidas sobre a honestidade da Presidenta eleita, dúvidas sobre o sistema eleitoral, e até mesmo dúvidas sobre a fiabilidade das urnas eletrônicas. Este posicionamento irresponsável, quiçá, tenha sido o estopim necessário para que a força das redes sociais fosse utilizada para fazer o “jogo sujo” que parte da direita, que seguia na oposição depois de quatro eleições, pretendia.

O que era inimaginável é que muitas das falácias, que tinham sua origem em focos do poder oposicionista (agora já golpista), pudessem se alastrar tão rapidamente. Neste momento, longe da necessária responsabilidade de Estado, o que se observou foi que a máquina de mentiras, falácias e boatos golpistas começou a operar com uma avidez descontrolada. As publicações nas redes sociais eram uma fonte inesgotável de desgaste governamental. Nunca na história do Brasil o termo “irresponsabilidade de Estado” teve tanto sentido.

A partir desta irresponsabilidade, ocorreu uma polarização muito intensa e os brasileiros se viram arrastados para uma discussão política simplificada e perigosa, na qual deveriam “escolher” um lado, ou seja, o lado do governo ou o lado da oposição golpista. Chamava muito a atenção os argumentos de quem estava contra o governo,

pois ademais de serem muito simples eram outras vezes claramente fascistas, tais como: “se você está a favor do governo, deve estar sendo financiado pelo mesmo, é um corrupto ou apoia a corrupção”. Estas acusações foram sentidas por muitas pessoas: artistas, intelectuais, cientistas, analistas, jornalistas, sociólogos. Argumentar era inútil. E quando o argumento perde sua importância, o fascismo ocupa seu lugar.

Em meio à toda esta situação, muitos “movimentos sociais” foram criados, declarando-se “pró-democráticos”. Em realidade, foram rapidamente desmascarados e se revelou que tais movimentos eram em realidade golpistas e de ultradireita. Sua criação se viu facilitada com a força gratuita das redes sociais, e foram espalhando rapidamente seu argumentário²⁴², como dizemos aqui na Espanha. Ainda que atualmente já se saiba que os mesmos foram financiados por partidos da oposição, naquele momento esta informação não tinha vindo à tona, e os movimentos, protegidos pelo manto do “apartidarismo”, começaram a repetir alguns mantras bem conhecidos como “fora PT”, “fora Dilma” ou “fora Lula”.

Mas nenhum destes movimentos e nem a oposição irresponsável foram (ou são) realmente democráticos. Diversos seriam os argumentos que poderiam embasar este entendimento, mas vamos eleger apenas um, pela simplicidade e amplitude: não queriam esperar que terminasse o Mandato da Presidenta Dilma e tentar democraticamente, assumir o poder. E estavam dispostos ao que fosse necessário para que ela não terminasse o Mandato.

Os ataques contra a Presidenta Dilma Rousseff começaram então com outro dos mantras muito reproduzidos nas redes sociais: “*Impeachment* já! ”. A partir de sua força de articulação, conseguiram mobilizar grande parte da população para ir às ruas gritando palavras de ordem contra o governo. Nas ruas, as vozes que defendiam a volta da ditadura militar se fizeram mais claras e havia uma clara tentativa de “seduzir” as forças armadas para que tomassem o poder pela força, uma vez mais. Começava a fazer efeito o desejo do retorno às sombras e trevas a que aludimos ao princípio. Isto teve, curiosamente, um efeito positivo, ao menos de forma temporal, pois esqueceram-se que as ruas, historicamente, são um espaço legitimamente ocupado pela esquerda, pois suas ideologias são mais próximas das minorias, dos pobres e dos trabalhadores, com os respectivos protestos que se desencadeiam contra as desigualdades e, por conseguinte, contra o capital especulativo nacional e internacional que as sustentam. Assim, os brasileiros que realmente queriam defender a democracia foram às ruas apoiando o governo Dilma, e a reocupação deste espaço foi decisiva,

242 A palavra espanhola *argumentario* significa o conjunto dos argumentos utilizados e que são destinados principalmente a defender uma posição política determinada.

pois em pouco tempo as ruas se viram esvaziadas, e os golpistas necessitaram recuar para tentar um ataque mais incisivo.

Houve então, por parte de quem queria o golpe a todo custo, a compreensão de que através das ruas não conseguiriam derrubar o Governo da Presidenta Dilma, e chegaram à conclusão que o mais lógico seria resgatar o exemplo do Golpe de 1964, que protagonizou a tomada do poder de dentro para fora (como em qualquer golpe militar), mas de forma adaptada, pois não tinham o apoio expresso dos militares. É neste momento que os outros poderes que comentávamos anteriormente entram em cena, cada um com ações muito específicas. O Poder Judiciário, através da chamada “operação lava-jato”, primou neste momento por vazamentos seletivos de informação, incluindo conversações gravadas em que um dos interlocutores era a Presidenta da República e por uma espécie de “espetáculo pirotécnico” ao conduzir coercitivamente o ex-Presidente Lula, de forma desnecessária e absurda, a prestar depoimento, lembrando que o mesmo nunca havia se negado a tanto, comparecendo sempre que notificado. Isto tudo causou em parte da população uma sensação de que o Brasil estava governado por uma Presidenta desonesta, cercada por políticos desonestos. Por sua vez, o Poder Executivo, através de alguns de seus membros, mais especificamente vários Ministros do PMDB, esvaziaram o governo, renunciando em massa a seus respectivos cargos. Mas não todos, pois o Vice-Presidente, que deveria ter sido o primeiro a renunciar a seu cargo (afinal, seu partido estava abandonando o governo), mantém-se nesta condição, pois seria ele quem assumiria a Presidência em caso de afastamento de Dilma Rousseff. Finalmente, o Poder Legislativo, que através de seu Presidente acusado de corrupção (atualmente em vias de ter seu mandato cassado) prepara um outro espetáculo mediático vergonhoso para o afastamento inicial da Presidenta Dilma. Aliado à tudo isto, o Ministério Público abria inquéritos e linhas de investigação inócuas e absurdas contra políticos aliados do governo, focando especificamente no ex-presidente Lula, somado à uma representação mediática enormemente negativa sobre qualquer ação governamental, criaram a “tormenta perfeita”. Com este panorama, a Câmara dos Deputados votaria o afastamento da Presidenta Dilma.

Na Europa, acompanhamos a votação na Câmara dos Deputados pela internet, e o que vimos foi escandaloso: nenhuma alusão à algum possível crime de responsabilidade, nenhum argumento jurídico a respeito. Se votava por questões pessoais e não jurídicas ou políticas. Um dos Deputados ultrapassou todos os limites democráticos, ao proferir seu voto a favor do afastamento de Dilma, homenageando a um torturador, provavelmente o maior que o país já conheceu.

Aliás, é importante salientar que nenhuma das acusações efetuadas contra Dilma configuraria crime de responsabilidade. Mas nada disto deveria importar demasiado

para o futuro, pois as ações do governo golpista atualmente já obedecem a uma outra clara estratégia: retirar o foco do debate que deve ser fomentado, pois é evidente que o objetivo é tirar definitivamente do poder um governo de esquerda, para reconduzir ao poder um governo que retirará todos os direitos sociais duramente alcançados pela cidadania, com a intenção de fazer lucrar os que sempre exploraram. Por isto, quem pensa que a luta não é de classes, se equivoca rotundamente. Nunca deixou de ser. E neste momento, o governo golpista está encaminhando a questão neste sentido.

A situação que descrevemos poderá desaguar perigosamente em uma nova era ditatorial, pois a resistência será muito ampla. Assim, temos, todos os democratas, a obrigação de defender a democracia, e é imperativo que o façamos neste momento, utilizando os instrumentos de sempre: o conhecimento, a intelectualidade, a justiça e o voto. Mas também os novos instrumentos, como as redes sociais. Uma grande batalha, aliás, se travará neste campo. Façamos agora, pois o auto desgaste do governo golpista está mantendo os próprios golpistas em silêncio. E muitos brasileiros estão entendendo que foram manipulados e enganados. Portanto, é o momento de ocupar também este espaço virtual, como sempre foi feito nas ruas, para que muitos apoiadores do golpe possam retornar à democracia e aos ideais democráticos anteriormente compartilhados pela imensa maioria da população. Velhas lições não aprendidas não podem voltar a ser ensinadas.

Por isto, o que ocorre claramente neste momento no Brasil é que se está fraguando um verdadeiro Golpe de Estado. E é dever de todos os democratas resistir.

TRIBUNAL INTERNACIONAL SENTENCIA QUE *IMPEACHMENT* DE DILMA É GOLPE DE ESTADO

Ricardo Lodi Ribeiro²⁴³

Nos dias 19 e 20 de julho de 2016, se reuniu no histórico palco do Teatro Casagrande no Rio de Janeiro, que abrigou tantos atos de resistência à ditadura militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964, o Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil, integrado por nove juristas e personalidades estrangeiras e presidido pelo Professor Juarez Tavares, para julgar o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, afastada provisoriamente pelo Senado Federal, que deverá julgá-la em definitivo nas próximas semanas pela suposta prática de crime de responsabilidade. Na oportunidade, tivemos a honra de participar do evento na qualidade de testemunha da acusação ao *impeachment*, ressaltando o que já havíamos afirmado nas comissões especiais da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como em laudo pericial apresentado juntamente com o Rodrigo Octávio Orair, como assistentes técnicos da defesa do mandato presidencial: que a Presidenta Dilma Rousseff não cometeu qualquer crime de responsabilidade.

A sentença unânime do Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil reconheceu que o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff é golpe de estado que contraria a Constituição do Brasil, a Convenção Americana de Direitos Humanos (*Pacto de San Jose da Costa Rica*) e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. De fato, como reconheceu o Tribunal, a articulação que levou à aprovação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal da autorização e da abertura do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff reproduziu um arco de alianças de certos setores conservadores políticos, empresariais midiáticos e de classe média, sempre dispostos a resistir aos mínimos avanços sociais. Tal aliança, engendrada em 1954, culminou com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, o que adiou em dez anos a ascensão dos anseios golpistas. A história repetiu-se como tragédia, em 1964, com

243 Professor Adjunto de Direito Financeiro da UERJ.

a deposição do Presidente João Goulart pelo golpe civil-militar, abrindo o caminho para a introdução de uma ditadura militar que durou 21 anos e ceifou a vida, a esperança e a liberdade de milhares de brasileiros. Dando razão a Karl Marx, na obra *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, a história, que da primeira vez reproduziu-se como tragédia, volta a repetir-se como farsa em 2016, consagrada no espetáculo de horrores que se viu na sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a abertura do processo contra Dilma, em que não faltou a ode aos torturadores e à ditadura militar.

Porém, como reconheceu o Tribunal Internacional, os golpes não são mais como nos anos da Guerra Fria. É preciso dar uma roupagem jurídica a eles, como ocorreu, em 2012, no Paraguai, onde se derrubou o Presidente Fernando Lugo por ato do Congresso, e em 2009 em Honduras, onde o Presidente Manuel Zelaya foi deposto por ordem da Suprema Corte. Assim, nos golpes pós-modernos, os militares são substituídos por outros atores institucionais nesse arco de alianças conservadoras.

No atual caso brasileiro, embora não esteja presente a rapidez com que forma intentadas as ações no Paraguai e Honduras, o que se deve ao apoio que o mandato da Presidenta Dilma Rousseff ainda encontra em importantes segmentos sociais, revelam-se grande semelhança com os precedentes latino-americanos pela mitificação do simulacro jurídico utilizado para modificação dos anseios populares revelados pelas urnas, no afã de viabilizar a imposição de uma agenda política derrotada pelos eleitores.

Por aqui, o pretexto jurídico utilizado para dar um ar de civilidade ao desejo político inconfessável, diante da inexistência de comprovação de qualquer ato de favorecimento pessoal da Presidenta da República nesse cenário de corrupção endêmica que não poupa qualquer dos grandes partidos nacionais, foi, a partir das brechas oferecidas pelo ordenamento jurídico nacional, a adoção de bruscas alterações, sem qualquer amparo doutrinário, na forma de interpretar as normas orçamentárias, a fim de caracterizar condutas, até então aceitas pela corte de contas e referendadas pelo parlamento, como crime de responsabilidade.

Vale registrar que o processo de *impeachment* só apura condutas praticadas no atual mandato da Presidenta da República, em razão de decisão da presidência da Câmara dos Deputados, das Comissões Especiais da Câmara e do Senado e do Supremo Tribunal Federal ao fundamentar a denegação do mandado de segurança nº 34.130, impetrado pela Chefe de Estado contra a inserção no processo de dados estranhos à decisão que recebeu a denúncia, a partir do reconhecimento pela Corte da desnecessidade de provimento jurisdicional diante da evidente restrição do objeto do *impeachment* às pedaladas fiscais relativas ao Plano Safra e à abertura dos créditos suplementares por decreto.

Em relação às pedaladas fiscais, que não se confundem com operações financeiras vedadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, cumpre considerar que a sua regulação compete ao Conselho Monetário Nacional, ficando a execução a cargo do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil. Aqui, a Presidenta da República, de acordo com as normas legais do Projeto, não possui qualquer atribuição. Nesse caso, se a norma que prevê o crime de responsabilidade atribuído pelos autores da denúncia ao caso em questão tipifica, no art. 10. 6 da Lei nº 1.079/50, a conduta de ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal, é de se perquirir: que atos praticados pela Presidenta da República são imputados como criminosos? Nenhum, conforme constatou a junta pericial nomeada pela Comissão Especial do Senado que aprecia o pedido de *impeachment*. É que a gestão do Plano Safra não está na competência presidencial, o que a impede de promover ou determinar a abertura de operação de crédito. Até em razão disso, os denunciantes ou os relatores na Câmara e no Senado não foram capazes de apontar qualquer ato de abertura de crédito à Presidenta da República, já que a prática deste não é a ela legalmente atribuída, sendo conduta estranha ao exercício das suas funções, o que, por si só, inviabiliza a responsabilização da Chefe de Estado, nos termos do art. 86, §4º da Constituição Federal. Portanto, em relação ao Plano Safra, não há que se falar em autoria no suposto crime de responsabilidade.

Por outro lado, como reconheceu o próprio Ministério Público Federal, a determinar o arquivamento do inquérito em que se apurava a realização de operações de crédito ilegais no âmbito do Plano Safra, o inadimplemento de obrigações legais, como as subvenções econômicas devidas pelo Governo ao Banco do Brasil, por este realizar empréstimos com taxas de juros menores que as de mercado aos agricultores, nem se longe pode se subsumir no conceito de operação de crédito conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, também não há tipicidade em relação a essa prática.

No que se refere à abertura de créditos suplementares por decreto, não se pode considerar que seja medida violadora da lei orçamentária, uma vez que o art. 4º da LOA/15 a autoriza sob a condição de sua compatibilidade com o atingimento da meta de superávit primário, o que, em virtude do princípio da anualidade orçamentária, só pode ser verificado no final do exercício, quando a meta primária já havia sido alterada pelo Congresso Nacional e atendida pelo governo.

Tal compatibilidade, como sempre fora interpretado pela doutrina e jurisprudência quando os atos foram praticados, se insere no âmbito da gestão financeira, relativa à execução dos gastos, cujo instrumento de atuação do Governo para o atingimento

da meta é o decreto de contingenciamento. Assim, a obtenção da meta não está associada com a abertura de créditos suplementares que, por si só, não envolve a autorização para o aumento das despesas e nem compromete o atingimento da meta primária, já que a abertura de tais decretos não promove o afastamento do contingenciamento na realização de despesas, inafastável quando a arrecadação de receitas frustra as expectativas na avaliação bimestral.

Por outro lado, restou evidenciado ao longo de todo o processo que os relatórios bimestrais de acompanhamento de receitas e despesas não têm o condão de estabelecer, como quis a denúncia, a conclusão de que a meta primária teria deixado de ser cumprida caso as receitas fossem menor que as despesas no início do ano, mas, tão somente de vedar a realização de despesas discricionárias. Tendo sido a meta primária alterada com a aprovação do PLC nº05/15, não há que se falar em descumprimento do artigo 4º da LOA/15, pois a condição nele prevista, cujo implemento poderia, em caso de descumprimento do contingenciamento, retirar a validade dos decretos que abriram créditos suplementares, jamais foi realizada. Por outro lado, qualquer vício que porventura existisse na conduta presidencial teria sido sanado pela aprovação do referido projeto de lei pelo Congresso Nacional. Assim, não faz sentido que este considere criminosa uma conduta que foi por ele referendada.

Vale destacar que o próprio TCU, em 2010, já considerou que a modificação da meta de superávit antes do final do exercício produz efeitos em relação a todo o exercício, inclusive para legitimar decretos de contingenciamento que na época de sua edição eram incompatíveis com a meta original, embora estivessem agasalhados pela nova meta. Ora, se o entendimento vale para os decretos de contingenciamento, que estão diretamente vinculados à gestão financeira, com mais razão não podem deixar de ser aplicado em relação aos decretos de abertura de créditos suplementares que não autorizam o aumento do gasto de cada órgão ou ministério e nem o limite geral da União. Logo, a alteração da jurisprudência não pode atingir a atos anteriores à alteração do entendimento com o objetivo de suprimir o mandato presidencial conferido pelas urnas, sob pena de restar violada não só a segurança jurídica, mas também a soberania popular.

Por outro lado, ainda que tais atos não fossem há muito considerados legais pela jurisprudência do TCU, não se pode atribuir dolo à Presidenta da República, uma vez que a assinatura em tais decretos é o ato final de um procedimento composto de vários outros, a cargo de diversos agentes da Administração Pública, inclusive, como identificou a Junta Pericial nomeada pela Comissão Especial do Senado, de pareceres jurídicos e técnicos que, lastreados na jurisprudência então dominante na corte de contas, afiançavam a juridicidade da medida, ressaltando expressamente que a

abertura de cada um desses créditos era compatível com a meta e autorizada pela lei orçamentária. Evidentemente se a Presidenta da República assina decretos como atos finais de todo um procedimento rotineiro que segue as práticas reiteradamente observadas pela Administração, e que foram consideradas legítimas pelos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, que, em sintonia com a posição do TCU naquele momento, avalizavam juridicamente a conduta, não há que se falar em dolo da Presidenta da República de atentar contra a Constituição e contra a lei orçamentária.

Deste modo, não havendo a caracterização do crime de responsabilidade nas condutas imputadas pelos denunciantes à primeira mulher eleita Presidenta da República em nosso país, a autorização para abertura de processo de *impeachment* por outras razões não encontra amparo constitucional, constituindo uma grande farsa.

No caso em questão, fica claro que, apesar de ter sido estabelecida pela instituição constitucionalmente competente, as decisões do Congresso Nacional que aprovaram a abertura do processo de *impeachment* não guardam qualquer gota de juridicidade que ultrapasse a alegoria meramente formal encobridora de suas reais finalidades, uma vez que não promoveu a mais singela apreciação sobre a subsunção aos dispositivos legais que tratam de crime de responsabilidade das condutas imputadas à Presidenta da República. Evidenciou-se que a quase totalidade dos parlamentares sequer chegou a compreender a questão em discussão. E também que isso pouco era relevante para eles. Era preciso suprimir o mandato da Presidenta da República por qualquer razão, e foram apresentadas as mais variadas, ainda em flagrante desvio de finalidade, como destacado pelas fundamentações reveladas expressamente pelos próprios parlamentares, cuja argumentação não passou nem perto das questões orçamentárias em discussão, que serviram de mero pretexto mal engendrado para a abertura do processo, mas que depois foram solenemente abandonadas pelos deputados e senadores.

Ao abandonar a apreciação sobre os supostos crimes de responsabilidade na aprovação do processo de *impeachment*, o Congresso Nacional arvorou-se em detentor de um papel que a Constituição Federal não lhe conferiu para mudar o governo da República. Trata-se de uma intervenção política que se traduz em golpe parlamentar.

Por esses motivos, a sentença do Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil, que reconheceu a existência do golpe parlamentar, constitui uma importante ferramenta a fundamentar a mobilização popular, para assegurar que os mesmos vícios não sejam perpetrados pela decisão final do Senado Federal, a fim de que, como diria Chico Buarque, a nossa Pátria-mãe tão distraída finalmente possa perceber que vem sendo subtraída por tenebrosas transações.

IMPEACHMENT, GOLPE DE ESTADO E DITADURA DE 'MERCADO'

Samuel Pinheiro Guimarães²⁴⁴

O *impeachment* é a tentativa de anular, por via legislativa, pelo voto de 513 deputados e 81 senadores, os resultados das eleições de novembro de 2014 que refletiram a vontade da maioria do povo brasileiro ao eleger a Presidenta Dilma Rousseff, por 53 milhões de votos.

Desde 2003, as televisões, em especial a TV Globo; os maiores jornais, como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo e o Globo; e as principais revistas, quais sejam a Veja, Isto É e Época, se empenham em uma campanha sistemática para desmoralizar o Partido dos Trabalhadores e os partidos progressistas e para tentar “provar” a ineficiência, o descalabro e a corrupção dos Governos do PT, inclusive de seus programas sociais, que retiraram 40 milhões de brasileiros da miséria e da pobreza.

Agora, com a ajuda providencial de membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, os meios de comunicação, tendo seu candidato perdido as eleições, tentam criar um clima político e de opinião que venha a derrubar ou imobilizar a Presidenta e, assim, anular a vontade da maioria do povo brasileiro.

Fazem isto divulgando dia a dia as declarações de delatores, criminosos confesos, e de procuradores, policiais e juízes que as “vazam”, seletivamente, para os meios de comunicação, cometendo notória ilegalidade, e publicando notícias sobre o extraordinário descalabro e corrupção em que viveria o país.

Diante da instabilidade política gerada por esta campanha, a Presidenta Dilma, com o objetivo de conter as manobras golpistas (recontagem de votos, acusações de fraude, ameaças diversas, etc.) e de apaziguar o “mercado”, anunciou um programa de austeridade, de equilíbrio orçamentário, de contração de gastos do Estado, de redução

244 Diplomata brasileiro, foi secretário-geral das Relações Exteriores e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Governo Lula.

de investimentos, na esperança de conquistar a “confiança dos investidores”, seu principal objetivo, e de “acalmar” seus opositores políticos.

É preciso notar que o “mercado” não é uma entidade da sociedade civil, mas sim, na realidade, um ínfimo grupo de multimilionários, investidores, especuladores e rentistas, e seus “funcionários”, quais sejam os chamados economistas-chefe de bancos e fundos, os jornalistas e articulistas de economia, e seus associados no exterior.

Há economistas e jornalistas que são notável exceção a esta afirmação, mas são eles pequena minoria.

Quando foi apresentado o Plano Levy, declarou-se, com ênfase, que ele não iria afetar as conquistas dos trabalhadores (a legislação sobre horário de trabalho, férias, aposentadoria, seguro desemprego etc.), mas que iria ele equilibrar o orçamento através do contingenciamento, da contenção de despesas e do aumento de impostos, com o objetivo de fazer um superávit primário que permitisse pagar os juros da dívida pública e conquistar a “confiança do mercado, a confiança dos investidores”.

Conquistar a “confiança dos investidores” significa fazer com que tomem a decisão de realizar investimentos (para obter lucros) e assim ampliar a capacidade instalada, gerar empregos, condição essencial para a retomada do desenvolvimento.

A “confiança dos investidores”, todavia, tem a ver com a expansão da demanda, pois só com essa expansão (sustentada) podem surgir oportunidades de investimentos lucrativos.

A construção de “confiança” e a realização de investimentos são improváveis em uma conjuntura em que se elevam os juros dos títulos públicos e das aplicações financeiras para torná-los os mais altos do mundo, o que atrai os capitais para o setor financeiro, especulativo ou rentista, e os afasta do setor produtivo e, portanto, dos investimentos.

Outros fatores que afetam negativamente a “confiança” dos investidores são a competição predatória e destrutiva das importações; taxas cambiais inadequadas; a redução dos investimentos públicos em infraestrutura; o aumento das taxas de juros dos financiamentos de longo prazo do BNDES; a redução da demanda e o eventual aumento do desemprego (que alguns saúdam como a oportunidade para criar um clima favorável ao *impeachment*) devido à redução da atividade econômica.

Há um mantra, repetido sem cessar, sobre competitividade e produtividade, entoado por autoridades públicas, acadêmicos, jornalistas “especializados”, economistas-chefe de consultoras, de empresas, de bancos, que são, na realidade, empregados do “mercado”.

Segundo esses “especialistas”, a solução dos problemas internos, isto é a retomada do crescimento, e o afastamento para diante da crise externa latente e cada vez

mais ameaçadora, dependeriam do aumento da produtividade (isto é, da produção por trabalhador) e do aumento da competitividade das empresas brasileiras diante das chinesas, americanas e europeias, e da redução do “Custo Brasil”.

No caso da produtividade, alguns afirmam que seu aumento resultaria de um grande investimento sustentado em educação, como teriam feito os países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Coreia e que teria sido, segundo eles, uma razão importante, e talvez a principal, para explicar o seu desenvolvimento.

Os paladinos da educação defendem a educação primária geral, a atenção especial à primeira infância, a inclusão de todas as crianças e jovens (e os adultos?) no sistema. Não se fala muito na preparação de professores nem no horário integral nem nos efeitos, negativos, da televisão e da internet sobre o sistema de ensino em seu cerne, que é o tempo dedicado aos estudos pelos jovens. Pode-se perguntar quando estes brasileiros, hoje infantes e jovens, entrariam no mercado de trabalho para tornar a mão de obra mais produtiva e o Brasil mais competitivo: daqui a 10 anos? Daqui a 15? E até lá?

Outros argumentam que os “custos do trabalho” no Brasil seriam muito elevados (em comparação com os “custos” em que países? Na China? Nos Estados Unidos? Na Alemanha?) e que, portanto, seria necessário reduzir esses “custos”, impedindo aumentos “artificiais” do salário mínimo (já que não haveria escassez de mão de obra), reduzindo os benefícios da legislação trabalhista, estimulando a rotatividade da mão de obra, etc.

Quanto ao “Custo Brasil”, argumentam com os altos custos de transporte e de energia, com a carga tributária elevada, com a multiplicidade de impostos, com a burocracia “infernai”.

Reclamam, também, da intervenção “excessiva” do Estado (empresas estatais e regulamentação) e pedem, ainda que até agora apenas insinuem, a privatização dessas empresas e a “desburocratização”, isto é, menos lei e mais liberdade para o capital.

Segundo os defensores do programa de austeridade, em decorrência do aumento da produtividade interna, a competitividade internacional seria alcançada, com todas as suas vantagens, tais como um superávit comercial estável, a diversificação dos mercados e o aumento das exportações de manufaturados.

Assim, a crise atual seria superada. Todavia, a verdade é outra.

Toda a crise atual, em parte verdadeira e em parte fabricada, decorre da revolta conservadora devido ao fato de a Presidenta Dilma ter cometido dois “pecados mortais” à luz dos interesses do “mercado”, isto é, daqueles indivíduos beneficiários da concentração de riqueza, de renda e de poder político no Brasil, que são os grandes

multimilionários, os latifundiários rurais e urbanos, os rentistas, os banqueiros e os grandes industriais, e seus representantes na mídia, no Congresso, no Judiciário.

O primeiro “pecado” foi a redução, ainda que temporária, das taxas de juros; o segundo “pecado” foi o apoio, ainda que tímido, à democratização dos meios de comunicação.

O sistema financeiro e bancário é o principal instrumento de concentração de riqueza no Brasil. Ao reduzir as taxas de juros dos bancos públicos e ao forçar a redução dos juros dos bancos privados (que foi logo compensada pelo aumento das “taxas” de administração) a Presidenta diminuiu a transferência de riqueza da sociedade e do Estado para os bancos privados, seus acionistas e os detentores de títulos públicos e, assim, a Presidenta atingiu o cerne do mecanismo de concentração do sistema econômico e provocou a ira dos setores conservadores que hoje pedem a privatização dos bancos públicos.

O sistema de comunicações no Brasil é o instrumento das classes dominantes para construir o imaginário do povo, para manipular as informações e para justificar o sistema econômico e social vigente e desmoralizar aqueles que lutam por mais igualdade, mais liberdade, mais fraternidade e pelos direitos das minorias, em um contexto de desenvolvimento.

A concentração do poder midiático “condena” os que ele acusa ao difundir e repetir incansavelmente “informações” antes do julgamento e transformou o mensalão em julgamento prévio contra o qual não soube resistir o STF ao aceitar a conduta imprópria de seu Presidente e a campanha de imprensa.

O mesmo ocorre com a operação Lava Jato. Não há nenhuma iniciativa do Poder Judiciário para impedir a formação de uma opinião pública contra os acusados, gerada pelas denúncias sem provas feitas por criminosos confessos que denunciam a torto e a direito quando, no caso dos procedimentos de delação premiada, as investigações deveriam ser feitas sob o maior sigilo, já que se trata de denúncias feitas por criminosos em busca de vantagens pessoais.

Ao ameaçar esses dois fundamentos da ordem conservadora, o sistema financeiro e a mídia, a Presidenta Dilma se tornou “culpada” e a oposição insiste em que deve ser punida pela destituição do cargo por um processo de *impeachment*.

Seria importante que o Governo compreendesse que o que está de fato ocorrendo é uma manobra política cujos objetivos são pela ordem:

- fazer o Governo adotar o programa econômico e social do “mercado”, isto é, da minoria multimilionária e de seus “associados” externos;
- ocupar os cargos da administração pública (Ministérios, Secretarias executivas, agências reguladoras) com representantes do “mercado”;

- enfraquecer política e economicamente o Governo;
- enfraquecer o PT e os partidos progressistas;
- aprovar leis de interesse do “mercado”;
- e, se nada disso ocorrer, fazer o Governo “sangrar” e aí, então, se necessário e possível, exigir o *impeachment* da Presidenta.

Contra esta enorme e múltipla ofensiva econômica, midiática e política do “mercado”, de seus “funcionários” e representantes somente há uma estratégia possível: a ação política intensa junto aos movimentos populares, junto às organizações da sociedade civil, junto ao Congresso, junto à Administração Pública e aos Governadores, enfim, a mobilização da sociedade pelo seu esclarecimento para a defesa da democracia em toda sua integridade.

É indispensável que, na distribuição de suas verbas de publicidade, o Governo leve em consideração a existência de televisões comunitárias, universitárias, educativas, de rádios comunitárias, de blogs e sites, e dos pequenos e médios jornais e emissoras regionais e deixe de concentrar a distribuição de verbas e anúncios na grande mídia, o que fortalece os oligopólios que atuam de forma ostensivamente partidária e contra a enorme maioria do povo, estimulando inclusive antagonismos violentos.

O *impeachment* é o golpe de Estado do “mercado”. Aqueles que defendem hoje o *impeachment* e criam o clima de instabilidade e de radicalização são os mesmos golpistas históricos de 1954 e de 1964: as classes privilegiadas que temem o progresso e os resultados da democracia e não os aceitam, apesar de ter o Brasil uma concentração de renda que se encontra entre as dez piores do mundo, enquanto seu PIB é um dos dez maiores do mundo, e de ser urgente deter o processo de concentração de renda (que a crise acentua) para que seja possível construir uma sociedade mais justa, mais democrática, mais próspera, mais estável. Para que este objetivo possa ser alcançado, é preciso que a sociedade brasileira não se submeta à ditadura do “mercado”, cujos integrantes tem sido os grandes beneficiários da crise, que se iniciou em 2008 e não apresenta sinais de fim.

MANIFESTO DOS SENADORES FRANCESES CONTRA O GOLPE NO BRASIL

Senadores Franceses

Parlamentares cobram posicionamento do presidente francês François Hollande
Conforme publicado em diversos sites e blogs no Brasil, cerca de 28 senadores franceses divulgaram no dia 13 de junho um manifesto contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Brasil. Integrantes de diversas forças políticas na França, os parlamentares também cobram um posicionamento de François Hollande.

No documento os senadores afirmam que o *impeachment* “foi uma tomada de poder sem legitimidade popular por parte daqueles que perderam as eleições presidenciais, com o objetivo de implantar o programa largamente rejeitado pelas urnas”, e realizado por “parlamentares que procuram escapar de processos judiciais por corrupção”.

O documento destaca ainda que o governo interino não representa a diversidade da sociedade brasileira, por ser composto exclusivamente de homens. Os senadores condenaram as primeiras ações de Temer, como a extinção do Ministério da Cultura e o fim de programas sociais como “Minha Casa, Minha Vida”, e afirmaram que o “golpe de estado visa a destruição de todas as reformas sociais dos 13 anos de governo de esquerda, que permitiram que mais de 40 milhões de brasileiros saíssem da miséria”.

Ao final do manifesto os senadores reiteram que esperam que o Supremo Tribunal Federal (STF) condene o procedimento de afastamento de Dilma e denunciem que este é o terceiro golpe de estado institucional ocorrido nos últimos tempos na América Latina, contando com a destituição dos presidentes eleitos de Honduras e Paraguai. “Afirmamos nosso compromisso com o respeito pelo voto popular como a única forma de acesso à direção de um país. É grave para todo o sul do Continente que o maior país da América Latina mergulhe em um impasse político, econômico e social”, diz o manifesto.

Dilma Rousseff, Vítima de uma Vil Manobra Parlamentar

No Brasil, as máscaras caem. De conhecidas escutas telefônicas partem as manobras que desvendam o processo de destituição da Presidenta brasileira Dilma Rousseff. Descobre-se que certos parlamentares procuraram escapar de processos judiciais por corrupção, obtendo a destituição de Dilma Rousseff, reeleita em 2014 com 54 milhões de votos (51.64%). Nós estamos assistindo à tomada do poder sem legitimidade popular por parte daqueles que perderam as eleições presidenciais, com o objetivo de implantar o programa largamente rejeitado pelas urnas. Eles formaram um governo composto exclusivamente por homens, sem nenhuma representação da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira.

As primeiras decisões desse executivo interino, dirigido por Michel Temer, são claras: supressão dos ministérios da cultura, da igualdade homem-mulher, da diversidade e de um organismo independente de controle do aparelho de estado (Controladoria Geral da União). Em seguida, são anunciados o fim de programas sociais “Minha Casa, Minha Vida” - programa de acesso à propriedade pelos mais pobres - e o “Mais Médicos”, programa que viabiliza a instalação de médicos estrangeiros em áreas desfavorecidas, e a instauração de um plano econômico de austeridade. Trata-se de um golpe de Estado institucional que visa destruir todas as reformas sociais que permitiram, durante treze anos de governos de esquerda, que mais de 40 milhões de brasileiros saíssem da miséria. Os homens deste governo interino querem andar rápido e não se preocupam com a instabilidade política, econômica e social na qual o Brasil pode mergulhar.

Governo indesejável

Nós, parlamentares franceses eleitos, afirmamos que o processo constitucional de destituição foi instrumentalizado por uma maioria parlamentar circunstancial. Tal procedimento, que não pode ser aplicado senão para crimes ou delitos graves, foi instaurado em função de simples decretos orçamentários de 2015, utilizados pelo governo de Dilma Rousseff. Ela modificou tais decretos, na metade de dezembro de 2015,

ainda dentro do ano fiscal e antes mesmo do exame e da validação do orçamento pelo Tribunal de Contas e pelas duas Casas do Congresso.

Nós sublinhamos que a presidenta afastada não está envolvida em nenhum dos inumeráveis casos de corrupção que afeta a classe política, notadamente o escândalo da Petrobras. Entretanto, esse não é o caso de sete ministros do Governo Temer. Dentre eles, Romero Jucá, ministro do Planejamento, que aparece enredado no caso das escutas, revelando a realidade da destituição, estando já demissionário. Também é o caso de Fabiano Silveira, Ministro da Transparência, igualmente envolvido no caso das escutas telefônicas. O próprio presidente interino foi declarado inelegível pela justiça de São Paulo por fraudes em suas contas de campanha. Outra marca distintiva e significativa deste governo indesejável: o Ministro da Justiça (equivalente ao Ministério do Interior Francês) Alexandre de Moraes foi advogado do grupo criminoso mafioso PCC (“Primeiro Comando Capital” ou “Primeiro Comando da Capital de São Paulo”).

Nós nos inquietamos igualmente com o envolvimento no golpe de Estado das grandes empresas de comunicação que pertencem a importantes grupos financeiros, que desencadearam uma campanha extremamente violenta em favor da destituição e da criminalização da esquerda brasileira. Essas mesmas empresas apoiaram o golpe de Estado de 1964, a partir do qual construíram verdadeiros impérios midiáticos.

Nós estamos chocados com as explicações dos votos dos parlamentares a favor da destituição da presidenta, que invocavam Deus e suas famílias, enquanto um deles fazia apologia do Coronel Brilhante Ustra, torturador já falecido de Dilma Rousseff.

Aos milhares, os brasileiros se mobilizam através do país para a defesa da democracia, exigindo a saída desse governo ilegítimo e o retorno da presidenta democraticamente eleita.

Nós os apoiamos.

Nós, parlamentares, esperamos que o Supremo Tribunal Federal, que ainda não se pronunciou sobre o mérito do processo, condene esse procedimento de destituição.

Nós, parlamentares franceses, solicitamos ao governo François Hollande que se pronuncie e condene o golpe contra a democracia.

Nós, parlamentares, denunciemos que, nessa região do mundo, e após a destituição dos presidentes eleitos de Honduras e do Paraguai, este é o terceiro golpe de Estado institucional a ocorrer e afirmamos nosso compromisso com o respeito pelo voto popular como única forma de acesso à direção de um país.

Nós demandamos à comunidade internacional que condene o golpe de Estado. É grave para todo o sul do Continente que o maior país da América Latina mergulhe em um impasse político, econômico e social.

Patrick Abate, Senador de Moselle (CRC)

Aline Archimbaud, Senadora de Seine-Saint-Denis (Les Verts)

Eliane Assassi, Senadora de Seine-Saint-Denis (Presidente do CRC)

Marie-France Beaufrils, Senadora de Indre-et-Loire (CRC)

Esther Benbassa, Senadora de Val-de-Marne (EELV)

Michel Billout, Senador de Seine-et-Marne (CRC)

Marie Blandin, Senadora do Nord (groupe écologiste)

Eric Bocquet, Senador do Nord (CRC)

Jean-Pierre Bosino, Senador de L'Oise (CRC)

Corinne Bouchoux, Senadora de Maine-et-Loire (groupe écologiste)

Laurance Cohen, Senadora de Val-de-Marne (CRC)

Cécile Cukierman, Senadora de la Loire (CRC)

Ronan Dantec, Senador de Loire-Atlantique (EELV)

Annie David, Senadora de L'Isère (CRC)

Karima Dell, Deputada Europeia (EELV)

Michelle Demessine, Senadora do Nord (CRC)

Evelyne Didier, Senadora de Meurthe-et-Moselle (CRC)

Christian Favier, Senador do Val-de-Marne (CRC)

Thierry Foucaud, Senador de Seine-Maritime (CRC)

Brigitte Gonthier-Maurin, Senadora de Hauts-de-Seine (CRC)

Pierre Laurent, Secretário Nacional do PCF e Senador de Paris (CRC)

Michel Le Scouarnec, Senador de Morbihan (CRC)

Noël Mamère, Deputado de Gironde (groupe écologiste)

Christine Prunaud, Senadora de Côtes-d'Armor (CRC)

Jean-Louis Roumégas, Deputado de L'Hérault (groupe écologiste)

Bernard Vera, Senador de L'Essonne (CRC)

Paul Vergès, Senador de Réunion (CRC)

Dominique Watrin, Senador de Pas-de-Calais (CRC)

A CRISE E AS CLASSES

Sérgio Costa²⁴⁵

Já se transformou num lugar comum dizer que a luta política observada no Brasil desde 2015 é um conflito de classes, isto é, uma disputa entre os mais ricos contra os mais pobres beneficiados pela política social implementada pelo PT. A tese parece fazer sentido. Afinal, desde a chegada de Lula ao poder em 2003, a pobreza no Brasil foi reduzida à metade, o salário mínimo subiu consideravelmente e milhões de postos de trabalho formais foram criados principalmente na base da pirâmide ocupacional. No plano político, a base eleitoral do PT, ao menos nas eleições presidenciais, mudou completamente no período. A cartografia dos votos de 2014 mostra esta tendência com inequívoca nitidez: enquanto Dilma Rousseff recebeu preponderantemente o voto dos mais pobres, do Nordeste e das cidades menores, a votação de Aécio Neves esteve concentrada nos grupos de renda mais alta do Sul e Sudeste do país. Mesmo entre os votos dos que vivem no exterior houve reflexos desta divisão de classes. O caso de Miami é anedótico mas expressivo: Recorde-se que, na meca dos velhos e novos ricos brasileiros, Neves obteve nada menos que 91,79% dos votos válidos.

Quando saímos, contudo, das evidências mais superficiais para discutir a crise através da análise sociológica da estrutura social, a relação entre luta política e classes já não é tão fácil de ser comprovada. Afinal, não há razões materiais para o descontentamento dos mais ricos com o governo do PT. Por injunções próprias ao modelo de crescimento adotado que combinou políticas sociais com a tributação pouco progressiva que grava salários e consumo mas poupa os ganhos do capital, os mais ricos, particularmente em setores como o agronegócio e o sistema financeiro, viveram, durante os governos PT, uma das fases de maiores ganhos em toda a história do capitalismo brasileiro. Por outro lado, se se observa o perfil dos que resistem às investidas

245 Sérgio Costa é professor titular de Sociologia no Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Livre de Berlim. Artigo escrito em Berlim, junho de 2016.

de retirar do poder a presidente legitimamente eleita pelo voto popular, não são os mais pobres mas os grupos de alta renda e escolaridade que vem saindo às ruas ou se articulando politicamente para defender o mandato de Dilma Rousseff. Do ponto de vista econômico, apresentam um perfil muito similar ao daqueles que querem cassar a presidente como mostraram os levantamentos feitos com manifestantes pró e contra *impeachment*.

Onde estão afinal as classes nesta luta política? Para responder a esta pergunta, este breve artigo resume uma pesquisa bem mais ampla. Apresenta, primeiramente, uma discussão sobre as múltiplas dimensões que definem classes sociais e propõe a identificação dos grupos de classe no Brasil, as quais ajudam a explicar, na compreensão adotada, as disputas políticas presentes. Na segunda parte, explora-se a relação entre estes grupos e as lutas distributivas entre trabalho assalariado, capital e estado.

CLASSES SIM, MAS QUAIS, EXATAMENTE?

Desde a análise pioneira e iluminadora feita por Karl Marx da dinâmica capitalista como movida pelas disputas entre duas classes sociais, os capitalistas, donos dos meios de produção, e os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho, o capitalismo mudou muito e, com ele, também a análise das classes. Particularmente relevante é a emergência do Estado como polo de poder que não pode ser completamente subsumido nem no fator capital nem no fator trabalho. É este novo lugar da política e do Estado que levou Max Weber a ampliar a noção de classe desenvolvida por Karl Marx, estabelecendo como fator determinante da pertença de classe não apenas a posse ou não dos meios de produção, mas também o poder social e as posições de prestígio ocupadas. Ao longo do Século XX, weberianos e marxistas desenvolveram tradições distintas da análise de classe que só seriam reconciliadas na virada para o Século XXI, quando surgem então contribuições extremamente agudas, capazes de combinar as virtudes das duas tradições.

Este é o caso das abordagens desenvolvidas pelo sociólogo alemão Reinhard Kreckel e pelo sociólogo sueco Göran Therborn para o estudo das desigualdades sociais tanto no plano nacional quanto global. Baseando-me no trabalho dos dois e inspirado por outro autor clássico da sociologia, qual seja, Norbert Elias, busquei, primeiro, estabelecer as várias dimensões que importam no momento de definir as posições de classe no Brasil, chegando a uma matriz com cinco variáveis: i) riqueza materializada na forma de renda ou patrimônio e outros ativos; ii) posição em organizações e espaços hierárquicos: trata-se aqui tanto de posições em organizações do mercado do trabalho (diretores, chefes vs. trabalhadores menos qualificados) e da vida social e

política quanto em espaços de consumo ou lazer desenhados hierarquicamente, com suas barreiras de acesso, suas salas VIP e diferentes categorias de consumidores; iii) conhecimento socialmente valorizado, normalmente traduzido em certificados e diplomas; iv) associações seletivas: diz respeito a acordos explícitos ou implícitos que levam à exclusão e à discriminação de grupos com menor poder (pobres, negros, mulheres etc.) do acesso a determinadas vantagens e privilégios; v) direitos existenciais: referem-se à autonomia e à capacidade de auto realização pessoal.

Levando em conta estas cinco dimensões, podem ser definidos quatro grupos de classe na estrutura social brasileira cuja posição passou por transformações importantes nos últimos anos. Em primeiro lugar estão aqueles que vivem abaixo ou em torno da linha da pobreza e que, inspirado por Nancy Fraser, gostaria de chamar de precariado. O aumento real do salário mínimo, os programas sociais e principalmente o bolsa família, entre outros fatores, levaram a que este grupo se reduzisse muito no período que vai de 2003 até 2013. Este grupo não subiu de posição hierárquica, ainda que tenha aumentado consideravelmente sua escolaridade. Seus direitos existenciais foram incrementados no período com a maior formalização do trabalho e outras garantias mínimas asseguradas pelo Estado. Não obstante, a precariedade existencial continua, na medida em que neste grupo estão os primeiros a serem vitimizados pela violência policial ou pelo abuso de poder de agentes públicos e privados. Com a crise econômica que se aprofunda a partir de 2014, este grupo volta a crescer, com o corte de empregos menos qualificados.

O segundo grupo de classe relevante são os outsiders. A expressão remete ao livro clássico de Elias e Scotson que, ao estudarem uma pequena cidade suburbana inglesa no final dos anos 1950, mostram como os moradores já estabelecidos no local rechaçam os novos moradores, valendo-se de todos os meios para impedir que os recém-chegados tivessem acesso aos bens e espaços sociais que os estabelecidos consideravam seus. Assim, os estabelecidos ridicularizavam os recém-chegados, inventavam boatos e injúrias e os boicotavam ostensivamente, tudo isto para afugentá-los dos espaços que os estabelecidos haviam apropriado pelo simples fato de terem chegado primeiro ao local. Algo similar se dá no Brasil, quando a ascensão social de parte do segmento mais pobre permite que este compre bens (de televisões de plasma a automóveis) e utilizem-se de serviços (viagens turísticas, aeroportos) que os estabelecidos consideram exclusivos seus. Além de melhorar sua situação com relação à riqueza, os outsiders também melhoram sua posição com relação à escolaridade e aumentam significativamente sua participação nas universidades tanto públicas quanto privadas. Desde 2014, contudo, a crise econômica tem provocado perdas para este grupo, que é o mais afetado pelo desemprego crescente.

O terceiro grupo são os estabelecidos, ou seja, aqueles que já eram classe média antes do PT chegar ao poder. Este grupo também ganha materialmente e sua riqueza e patrimônio crescem bastante desde 2003. Da mesma forma, seu nível de escolaridade continua subindo e os direitos existenciais sempre os teve assegurados. Não obstante, este grupo perde posição no contexto de espaços e relações hierárquicas. Nas universidades, nos aeroportos, nos shopping centers e no trânsito, espaços hierárquicos em que experienciavam sua identidade de classe média, os estabelecidos vão sofrendo cada vez mais a concorrência dos outsiders. O que lhes parecia um espaço exclusivo, no sentido de classe, vai sendo agora compartilhado por pessoas que, até há pouco, lhes eram subservientes. Por outro lado, a regulação mais adequada e o salário mínimo mais alto impedem que este grupo continue explorando, sem qualquer limite, pessoas ocupadas no emprego doméstico, o que é experienciado pelos estabelecidos como perda de posição social. A condição de estabelecido apresenta também um viés de raça e gênero. Isto é, através de suas “associações seletivas”, homens brancos logram reservar espaços de poder para si eliminando a presença e a concorrência de mulheres e negros, seja em cargos importantes, seja em espaços de lazer. Os indicadores sociais apontam uma ligeira redução da desigualdade de raça e gênero no período de governos do PT o que significa que as associações seletivas dos homens brancos perderam parte de sua eficácia. Desde 2014, a crise reduz os ganhos materiais dos estabelecidos mas constitui uma ameaça menor para estes que para o precariado e os outsiders.

Por fim, cabe mencionar os milionários, isto é, os 1% mais ricos, entre os quais se incluem tanto proprietários dos meios de produção, no sentido de Marx, quais sejam, banqueiros, industriais, fazendeiros, grandes varejistas, mas também uma pequena parcela dos funcionários públicos e administradores de grandes empresas. De forma geral, este grupo manteve ou melhorou sua condição de classe em todos os aspectos considerados desde a chegada do PT ao poder. Sua participação total na distribuição da renda subiu e eles agora se apropriam de cerca de 25% da renda total como mostram estudos recentes de Marc Morgan Milá, Fábio Ávila Castro, Marcelo Medeiros e outros, valendo-se dos dados das declarações de renda. Em termos de riqueza, isto é, patrimônio e outros ativos, a concentração nas mãos dos 1% é ainda maior. Cerca de 400 mil declarantes, ou seja, 1,5% do total de declarantes e menos de 0,2% da população brasileira detêm praticamente metade de toda a riqueza declarada no Brasil.

É verdade que, com a crise, os milionários perdem um pouco materialmente. Perdem mais, contudo, numa outra dimensão da desigualdade, na qual desfrutavam de uma posição claramente privilegiada, a saber, a associação seletiva. Através de suas associações criminosas com políticos e agentes do estado, este grupo, sobretudo aquela parte abrigada em construtoras, agências de publicidade, na medicina e na

educação privadas, mantinha um canal de acesso a recursos públicos completamente exclusivo, do qual nem mesmo os estabelecidos compartilhavam. As investigações sobre corrupção vêm sucessivamente fechando estes canais, reduzindo os ganhos ilegais deste grupo.

Os ganhos e perdas de cada grupo de classe, conforme descritos até aqui, podem ser visualizados no quadro abaixo:

Deslocamentos na estrutura social brasileira
2003-2013 e desde 2014

	Riqueza		Posições em contextos hierárquicos		Conhecimento		Associação seletiva		Direitos existências	
	2003-13	2014-16	2003-13	2014-16	2003-13	2014-16	2003-13	2014-16	2003-13	2014-16
Precariado	↑	↓	→	→	↑	↑	→	→	↑	↓
Outsiders	↑	↓	↑	↓	↑	↑	→	→	↑	↓
Estabelecidos	↑	↓	↓	↓	↑	→	↓	↓	→	→
Millionários	↑	↓	→	→	→	→	→	↓	→	→

Legenda: ↑: ganho ; ↓: perda; →: estabilidade

CLASSES, POLÍTICA E O SISTEMA DE DESIGUALDADES SOCIAIS

Os arranjos distributivos entre capital, trabalho e Estado estão apoiados e dependem das negociações entre partidos, dos acordos informais entre agentes destes três polos de poder e também da dinâmica do espaço público, no âmbito do qual se constrói a legitimidade da equação distributiva existente num determinado período. Durante os governos do PT, a participação do Estado no jogo distributivo aumentou ligeiramente, na medida em que subiu o percentual do PIB representado pela arrecadação tributária.

Concretamente, o arranjo distributivo que permitiu a melhoria de vida dos mais pobres sem afetar a riqueza e, sobretudo, a posição dos milionários, estava, politicamente, calçado sobre duas bases. A primeira base era o debate público que permitiu aos eleitores formarem suas preferências eleitorais e suas opiniões sobre o governo. A equação das preferências eleitorais permitiu, como se sabe, a eleição por quatro vezes consecutivas de presidentes do PT, que chegaram a atingir recordes de popularidade. Nem mesmo a massiva campanha contrária ao governo fundamentada na identidade de classe entre os estabelecidos e a maior parte da mídia brasileira conseguiu pôr fim

à hegemonia petista. Com o agravamento da crise política e da crise econômica a partir de 2014, contudo, a popularidade da presidente petista Dilma Rousseff começa a cair sucessivamente. A segunda base de sustentação do arranjo distributivo existente foram as negociações da maioria parlamentar. Como se sabe, o PT, depois de alguma relutância, aderiu à lógica de formação de maiorias parlamentares reinante na política brasileira, segundo a qual se distribui cargos, ministérios e diretorias de empresas públicas a partidos e políticos aliados, para que estes constituam suas associações seletivas criminosas sobretudo com o grupo de milionários, dirigentes de empresas em vários setores. Os termos desta sociedade criminosa são igualmente conhecidos: a fim de garantir acesso privilegiado ao Estado e aos políticos através de contratos superfaturados, políticas que lhe beneficiam ou leis que lhe são favoráveis, empresas alimentam os cofres dos partidos e a conta bancária de políticos. Este sistema vai ruindo, particularmente, a partir de 2015, dadas as investigações sobre corrupção.

CONCLUSÕES

Projetada sobre o pano de fundo das mudanças observadas na estrutura social brasileira desde a chegada do PT ao poder em 2003 e do sistema de sustentação dos arranjos distributivos existentes, a dinâmica seguida pelo processo de *impeachment* adquire um sentido claro. Num primeiro momento, o pedido de *impeachment* é sustentado apenas pelos estabelecidos cujo ressentimento anti-petista era menos alimentado por perdas materiais que pela ligeira redução das hierarquias vigentes na sociedade, em geral, e em alguns espaços que os estabelecidos consideram de seu uso exclusivo. Apesar da reverberação do discurso rancoroso dos estabelecidos nos meios de comunicação e nas mídias sociais, esta manifestação, ainda que ruidosa, não tem, num primeiro momento, qualquer efeito prático. É quando os representantes do grupo milionário começam a se manifestar – a campanha pro-*impeachment* encabeçada pela FIESP é o exemplo emblemático deste movimento – que o clamor pelo *impeachment* começa a adquirir densidade na esfera pública.

Ao mesmo tempo, parlamentares do PMDB e de outros partidos do chamado Centrão, que até então vinham dando sustentação parlamentar ao arranjo distributivo estabelecido pelo PT, vão sendo encurralados pelas investigações contra corrupção. A caça aos corruptos não apenas mata sua galinha dos ovos de ouro, isto é, suas associações criminosas com os milionários, mas começa a ameaçar seus mandatos e até sua liberdade. As revelações feitas por antigos sócios nas organizações criminosas, no âmbito dos acordos de delação premiada, disseminam o pânico entre estes

políticos e seus aliados milionários. Cresce a convicção de que havia chegado a hora de pôr fim à sangria, como formulou Romero Jucá.

A suspensão da presidente Rousseff, aprovada tanto na Câmara como no Senado, sela um novo arranjo distributivo com o objetivo de restabelecer a ascensão material dos milionários e restaurar suas associações seletivas. Os estabelecidos aplaudem, mesmo que não lucrem, materialmente, com isso. Imaginam, contudo, que o novo pacto de classes lhes vai restituir os espaços exclusivos, levar de volta sua empregadas domésticas ao lugar nas hierarquias de onde, em sua visão ressentida, nunca deveriam ter saído. Imaginam também que seus filhos não terão mais que disputar o espaço na universidade ou na pista de dança com negros e outsiders. Visto por esta lente, o ministério de homens brancos escolhido por Temer não é apenas fruto de sua incompetência política e de seu desconhecimento da sociedade. É um flerte com os estabelecidos de sorte a seduzi-los para continuarem a atuar no papel de coadjuvantes e massa de manobra de milionários e políticos corruptos.

O GOLPE BRASILEIRO VISTO DE LONDRES

Sue Branford
Hilary Wainwright²⁴⁶

Como escritoras e jornalistas inglesas que acompanham o Brasil há muitos anos, estamos profundamente consternadas com que está se passando no país hoje. O espúrio *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e a consolidação do ilegítimo governo Temer serão não apenas um passo atrás na construção da democracia no Brasil, mas também um grave revés para a esquerda no cenário internacional. Suas consequências repercutirão para além do Brasil, até América Latina e o resto do mundo.

Há pouca dúvida de que a derrubada de Dilma favoreça o que o vencedor do prêmio Nobel Pérez Esquivel, da vizinha Argentina, chamou de “projeto estadunidense de recolonização do continente”. Durante seus anos no governo, o PT fez avanços sociais importantes, retirando milhões de famílias da pobreza absoluta e reduzindo significativamente a desigualdade social. Essas conquistas foram amplamente reconhecidas mundo afora, inclusive por algumas figuras proeminentes nos EUA. A política externa do PT, no entanto, particularmente nos governos Lula, foi recebida de maneira menos favorável em Washington. O PT se moveu, deliberadamente, para fortalecer a sua presença na América Latina, adotando políticas independentes que pouco a pouco se chocaram com os interesses de Washington. O apoio do PT ao Presidente Evo Morales foi decisivo, quando a província de Santa Cruz, o coração do setor energético do país, tentou separar-se, com o apoio do governo dos EUA. O PT apoiou fortemente Hugo Chávez contra as tentativas americanas de desestabilizá-lo

246 Sue Branford é uma jornalista que trabalhou como repórter para o Financial Times no Brasil nos anos 70. Depois fez reportagem em América Latina para a BBC, The Times, The Economist e The Guardian. Publicou cinco livros, incluindo um (com Jan Rocha) sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Hilary Wainwright é associada ao think tank internacional pelo pensamento progressista, o Transnational Institute. É fundadora, editora e agora coeditora da revista Red Pepper e tem escrito extensivamente sobre a emergência de novas formas de responsabilização democrática. colabora com o The Guardian, The Nation, New Statesman e o OpenDemocracy, assim como aparece como comentarista na BBC e na Sky News. Tradução: Katarina Peixoto

e destituí-lo. O governo também se mobilizou com êxito contra a expansão de bases militares estadunidenses na Colômbia. A política externa lulista nem sempre deu certo: não conseguiu reverter o golpe, apoiado pelos EUA, em Honduras.

Essas e outras ações claramente irritaram as sucessivas administrações dos EUA, embora a relação entre os dois países tenha permanecido superficialmente cordial. Outros países na América do Sul conseguiram, de maneiras distintas, contestar o domínio dos EUA e domesticar o capitalismo corporativo – Venezuela, Argentina, Uruguai, Equador e Chile – mas foi o Brasil, de longe, a nação maior e de mais influência que desafiou o império do norte. O Brasil começou a emergir como uma superpotência regional (não sempre para o agrado dos países vizinhos): enquanto os EUA dominavam a América Latina ao norte do canal do Panamá, o Brasil se impunha na América do Sul, sobre tudo no cone sul. Há pouca dúvida de que nos últimos anos os EUA se tornou cada vez mais ansioso para reimpôr seu domínio sobre esse seu velho quintal.

Se Dilma tivesse perdido as eleições em 2014, o Brasil já teria voltado para o domínio do EUA. Aécio Neves teria retirado o país do Mercosul e o Brasil, e provavelmente toda a América do Sul, teriam se subsumido a uma enorme área de livre comércio, estendendo-se do Alaska até Tierra del Fuego, na qual os termos do comércio seriam ditados pelos EUA e por interesses corporativos. O sonho do Presidente Bush Sr. de impor hegemonia sobre todas as Américas teria se realizado. O capital financeiro, já muito poderoso no Brasil, teria apertado o seu controle.

Mas Dilma, de uma maneira inesperada, venceu as eleições de 2014, por uma pequena margem. Frustrado, Washington começou a buscar maneiras de apressar a destituição do PT antes que terminasse o seu quarto mandato. Assim como outros, Rui Falcão, presidente do PT, apontou uma nova tendência: “há uma operação se espalhando pela América Latina, através da qual golpes, que eram levado a cabo pelos militares, agora ocorrem com uma fachada legal, por meio de processos constitucionais. Isso aconteceu em Honduras [com a derrubada de Manuel Zelaya, em 2009] e no Paraguai [contra Fernando Lugo, em 2012]”. Mesmo que seja altamente improvável que os EUA cogitassem intervenção direta, há alguma evidência de ação indireta, imiscuída nos bastidores. Dois dos novos momentos de rua contra Dilma – Movimento Brasil Livre e Os Estudantes pela Liberdade – foram financiados pelos irmãos Koch, os donos das Indústrias Koch, a segunda maior companhia privada dos EUA. É o tipo de financiamento que durante anos os EUA fizeram para grupos dissidentes cubanos – inclusive o movimento hip hop – numa tentativa de desestabilizar o regime de Fidel Castro.

Embora o financiamento dos EUA possa ter desempenhado um papel, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff não teria ocorrido se o PT não tivesse cometido graves erros. Como parte de um estudo mais amplo das novas formas de democracia

pelo mundo, uma de nós (Hilary Wainwright) viajou várias vezes para Porto Alegre e para Santo André no começo dos anos 00 para ver na prática a “democracia participativa” do PT implementada nos níveis municipal e estadual.²⁴⁷ Em 2005, ela queria saber se os princípios do orçamento participativo influenciavam a administração de Lula: por exemplo, queria saber se Olívio Dutra, um pioneiro na experiência em nível estadual, aplicava os princípios do orçamento participativo em nível federal, agora que era o ministro das cidades de Lula. Por isso, ela retornou ao Brasil – exatamente no momento em que se explodiu a crise do mensalão com a revelação de corrupção em enorme escala e aparentemente endêmica. Ela descobriu que muitos dos pioneiros do PT já tinham deixado o partido, alarmados com a maneira pela qual a liderança tinha passado por cima do radicalismo originário do partido e se adaptado às práticas corruptas que faziam parte da rotina política tanto no Congresso como na disputa para chegar no Palácio do Planalto.

Ela falou com Chico de Oliveira, o sociólogo marxista, que tinha acabado de escrever uma carta de desfiliação do PT por conta da política econômica do governo. Seu descontentamento com o PT era profundo. Ele disse que, desde o começo, lhe parecia claro que o PT tinha de enfrentar dois problemas interligados. O primeiro se relacionava com o estado brasileiro, que confere mais privilégios aos seus políticos do que qualquer outro país do mundo, oferecendo grandes oportunidades ao clientelismo. Como presidente do Brasil, Lula dispunha de 25.000 cargos de nomeação direta; em contraste, o presidente socialista François Mitterrand tinha 150. O segundo problema se relacionava com o sistema eleitoral, no qual as pessoas votavam, não para partidos, mas para indivíduos, o que enfraquecia os partidos. Como resultado, o privilégio e a corrupção se tornaram um meio normal de se negociar no Congresso e nos parlamentos municipais e estaduais, que espelham o sistema presidencial.

Foi exatamente por causa desse sistema que o PT inventou a ideia do “orçamento participativo”, ele disse, que se introduziu com algum sucesso em Porto Alegre. A ideia era, em vez de negociar em base de vantagens e propinas, o prefeito e o governador (e, imaginava-se, finalmente o presidente) compartilhariam com os eleitores o processo de tomada de decisões e, efetivamente, o poder. Este sistema se sustentaria por um processo de democracia direta e representativa, em que vereadores e deputados estaduais não poderiam não considerar as opiniões dos eleitores porque estes últimos seriam parte do sistema. A visita de Hilary a Porto Alegre confirmou o que

247 See Hilary Wainwright, *Reclaim the State: Experiments in Popular Democracy* (Seagull Books 2003); ‘Lula’s Lament’ *Red Pepper*, October 2005; and, with Sue Branford, ‘In the Eye of the Storm’, TNI, 2006, online at www.tni.org.

afirmou Chico de Oliveira. “Governamos por 16 anos sem propina”, disse Ubiratan de Souza, um dos arquitetos do orçamento participativo, tanto em Porto Alegre como no estado do Rio Grande do Sul.

O princípio central que orientava Ubiratan, Olívio e os pioneiros do orçamento participativo, era o reconhecimento de que o sucesso eleitoral não produz por si só poder suficiente para iniciar um processo de transformação social, mas que uma vitória eleitoral pode ser usada para ativar uma fonte mais profunda de poder popular, enraizada na capacidade transformativa do povo. Uma abordagem dessas, mesmo sem desenvolver imediatamente novas instituições, teria ao menos levado ao tipo de mobilização que os petistas esperavam de Lula, na relação com o FMI, com o Congresso e com a elite brasileiro. Na verdade, uma fonte interna do governo disse a Hillary, até os banqueiros esperavam mobilização popular e se preparavam para negociações difíceis. O que, na prática, não aconteceu.

Da derrota eleitoral de Lula em 1994 à campanha bem sucedida em 2002, a liderança do partido não se compunha de pessoas seriamente comprometidas com a democracia participativa. Para José Dirceu, uma força central de Lula nesse período (e agora na prisão condenado por corrupção), a única maneira de fazer Lula chegar à presidência era seguir fielmente as regras do jogo político existente. Durante as eleições, a velha prática de chamar para as ruas milhares de ativistas cedia ao modelo convencional de pagar pessoas a distribuir propaganda eleitoral. Enquanto isso, Lula bebia garrafas de uísque com os donos da Globo, o símbolo do monopólio mediático, pensando que poderia convencer-los a apoiar a sua candidatura. O PT tinha se estabelecido como primeiro partido de massa de acordo com sua ética da democracia popular, mas depois da derrota de 1994 – e mais ainda em 1998 – aceitou as regras do sistema político corrupto.

A reputação democrática do PT residia parcialmente no reconhecimento das diferentes correntes políticas internas, em todos os níveis do partido. Mas, na metade dos anos noventa, de acordo com César Benjamin e outros, José Dirceu começou a usar o financiamento obtido por meio de acordos corruptos com grandes empresas que venciam contratos em prefeituras administradas pelo PT, para fortalecer a posição da sua corrente, chamada de “Campo Majoritário”, construindo assim uma rede de líderes locais dependentes dele. Isso, junto a autonomia reivindicada e garantida pelo grupo ligado a Lula, significava que a democracia do PT se tornou menos efetiva, na medida em que o Campo Majoritário monopolizava o controle central, fora do controle de qualquer mecanismo de fiscalização.

As pessoas que tentaram abertamente alertar e denunciar os acordos corruptos com companhias privadas, como César Benjamin, um dirigente do partido até 1994, foram

tratadas como “desleais”. “Acreditamos demais em Lula”, admitiu Orlando Fantazzini, um deputado por São Paulo. Católico radical, Fantazzini tinha feito parte do “Bloco de Esquerda”, um grupo de aproximadamente 20 deputados e alguns senadores, que deixou o partido para exigirem investigação nas denúncias de corrupção. Muitos desses depois se filiaram em outros partidos, mais notavelmente no PSOL, um partido formado por deputados do PT que saíram do partido por causa da reforma da previdência.

Hilary escutou militantes e ex-militantes de todos os níveis do partido. Ela visitou Fortaleza, onde uma representante do PT radical, Luizianne Lins, ganhou a nomeação do partido para ser candidata a prefeito contra a vontade da liderança nacional do partido. José Dirceu até viajou de São Paulo para fazer campanha contra ela. Mas, apesar das pressões, ela venceu na eleição. Aqui, a 4.000 quilômetros de Porto Alegre, Hilary encontrou uma administração participativa que aprofundava o processo de participação, indo mais longe do que na cidade gaúcha que tinha idealizado o conceito. Hilary assistia reuniões onde cidadãos decidiram as prioridades para a cidade. A participação popular era grande, pressionando as políticas municipais numa direção mais igualitária. O coordenador do Gabinete de Democracia Participativa, Neiara de Moraes, explicou como desenvolveram políticas de participação: “A participação democrática diz respeito a mais do que ao orçamento. Nós pretendemos estendê-la a todos os aspectos da municipalidade”, ela disse. Havia também um processo de formação, onde se discutia o funcionamento da máquina do governo, dessa forma “ajudando as pessoas a se tornarem plenamente conscientes do processo, melhorando-lhe e assumindo controle sobre ele”.

Todas essas experiências, do encontro com os organizadores da recém-nascida democracia participativa à conversa com um veterano assessor de Lula, no Palácio do Planalto, deixaram claro para Hilary que os dois processos se interligavam: o neoliberalismo do governo e a corrupção sistemática na organização do partido. O estrangulamento da democracia – que é, afinal, o que a corrupção faz – significava que o partido havia perdido autonomia em relação ao governo. Também significava que todos os mecanismos ligando o partido aos movimentos sociais, e portanto agindo como canal político para as suas expectativas, sua pressão e sua raiva foram fechados. Até Marco Aurélio Garcia, co-fundador do PT e assessor de Lula para assuntos de política internacional, admitiu que não tinha como exigir prestação de contas ao ministro da economia.

Depois da visita de Hilary, os problemas que espreitavam o PT se tornaram piores. Quando Sue esteve de volta ao Brasil em 2013, vastos setores da população não se identificavam mais com o PT. O alarme deveria ter soado após centenas de milhares tomaram as ruas naquele ano, para protestar contra a falta de investimento público,

particularmente em transporte, saúde e educação. Mas mesmo aí o PT não agiu decisivamente, com a presidenta Dilma se recusando a incorporar as demandas dos movimentos sociais e até mesmo em recebê-los regularmente. A direita aproveitou a sua chance: em 2015 aumentou o seu controle sobre os protestos de rua, que, até então, não miravam especificamente o PT. Com a assistência da manipuladora e extremamente conservadora grande imprensa, que retratava – injustamente -- o PT como o mais corrupto dos partidos, a direita politizou, progressivamente, as manifestações e introduziu na pauta a exigência do *impeachment* da presidenta Dilma. Tudo isso preparou o caminho para o processo de impedimento no Congresso, já dominado mais fortemente pela direita após as eleições de 2014.

O PT está longe de ser o único partido de esquerda que cometeu erros graves. No nosso país, o Partido Trabalhista inglês, que só fez fracas tentativas de democracia participativa, perdeu terreno em muitos lugares do país, especialmente naqueles severamente afetados pela desindustrialização. Grandes setores da população acham que o Partido Trabalhista não entende os seus problemas com a queda na sua renda e com as suas condições precárias do trabalho. Mesmo o novo líder radical do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, que recebe o apoio entusiasmado de ativistas na base do partido mas é visto com enorme desconfiança pela grande maioria dos parlamentares, até agora não conseguiu em reverter essa erosão. Alguns dos velhos membros do Partido Trabalhista filiaram-se no partido de extrema direita UKIP, cuja bandeira central é culpar a “imigração descontrolada” pelos problemas que a classe trabalhadora enfrenta, mesmo após numerosos estudos terem demonstrado, inequivocamente, que os imigrantes trazem benefícios à Grã Bretanha. Outros ex-membros simplesmente dizem que perderam a confiança em todo o sistema político.

A preponderante desconfiança nos líderes políticos – tomados conjuntamente como uma elite distante – é talvez a principal razão por que o Partido Trabalhista encontrou extrema dificuldade em mobilizar a sua base para votar para o país permanecer dentro da União Europeia, no referendo do dia 23 de junho. Aproveitando de argumentos simplistas e, às vezes, desonestos, o UKIP e a ala direita do Partido Conservador venceram o referendo por uma pequena margem, com consequências extremamente graves para a esquerda britânica e europeia.

O que une as experiências inglesa e brasileira é o crescimento das forças políticas de extrema direita, aliadas ao capital financeiro global, que conseguiram capitalizar o desencantamento disseminado com a política. O governo Temer está tão empenhado em desregular tanto o mercado de trabalho como o meio ambiente, que pode levar ao retorno da escravidão e à destruição desenfreada de ecossistemas. Com o crescimento das forças de direita, a Inglaterra pode, da mesma maneira, confrontar-se com a

privatização do sistema nacional de saúde, admirado pelo mundo todo, e com cortes selvagens no padrão de vida dos segmentos mais pobres da sociedade. Se no final deste ano Donald Trump for eleito presidente dos EUA, o mundo terá de lidar com uma guinada sem precedentes à direita e com a emergência, possivelmente, de governos neo-fascistas em grandes áreas do planeta.

O que torna a crise brasileira diferente e mais grave é que o que está em jogo é a frágil democracia política do país. Uma das autoras (Sue Branford) trabalha no Brasil desde os anos 70 e acompanhou diretamente a corajosa mobilização dos sindicatos pelos direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, no sul do país, os camponeses sem-terra começavam a ocupar terras para demandar a reforma agrária. Associações de bairro, frequentemente com o apoio da Igreja Católica, mobilizaram-se pelo direito melhor moradia, transporte, educação e tratamento público de saúde.

Esses eram tempos de grande mobilização com a conquista de importantes direitos sociais e políticos. Se culminou na constituição progressista de 1988, que reconheceu, pela primeira vez, os direitos de grupos excluídos, como os dos afro-brasileiros, das comunidades campesinas e dos povos indígenas. Erros foram cometidos – olhando em retrospectiva, um dos maiores foi permitir ao Congresso se tornar uma Assembleia Constituinte, o que significou que a nova Constituição não introduziu importantes reformas políticas e eleitorais. Mas o progresso foi inegável.

Embora o *impeachment* de Dilma Rousseff seja tecnicamente permitido sob a Constituição, ele é ilegítimo: ela não está sendo forçado a sair da presidência por irregularidades fiscais (as famosas pedaladas fiscais), mas porque não suspendeu a Operação LavaJato, que ameaça derrubar muitos políticos ligados ao governo interino, e porque ela não acelerou as reformas ultra-neoliberais exigidas pela direita. A despeito dos erros cometidos pelo PT, ele trouxe benefícios reais para os pobres e, como resultado, ela foi legitimamente reeleita em 2014. Ela está sendo substituída por um político altamente impopular e ilegítimo. Esses acontecimentos minam as raízes da democracia no Brasil. Um novo precedente foi criado, segundo o qual uma força política poderosa não precisa mais respeitar os resultados das urnas, mas pode manipular a constituição para destituir um presidente de quem não gosta.

Neste momento sombrio, a única fonte de esperança é que, no Brasil como na Grã Bretanha, está crescendo muito o debate político. Novos tempos estão nascendo e, com isso, novos riscos e novas possibilidades. Não seja talvez por nada que vimos citado, no Brasil e na Grã Bretanha, em dias recentes uma famosa citação de Antonio Gramsci: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.”

O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA E O PAPEL (NÃO) EXERCIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO

Tânia Maria S. de Oliveira²⁴⁸

“As varas do poder, quando são muitas, elas mesmo se comem, como famintas sempre de maiores postos.” (Pe. Antonio Vieira – obras escolhidas)

Na dinâmica de controle dos atos legislativos no Brasil, apesar de reconhecer a possibilidade de controle judicial quando há desrespeito às regras constitucionais, o Supremo Tribunal Federal tem se manifestado no sentido de que o monitoramento não alcança os atos *interna corporis*, sob pena de ofensa ao postulado da separação dos poderes, donde se extrai que a correção ou controle de atos exclusivamente regimentais escapam ao controle judicial quando inexistente situação configuradora de transgressão da ordem constitucional. O princípio, muitas vezes tratado como dogma da separação dos poderes, termina por inibir a possibilidade de intervenção jurisdicional dos magistrados e tribunais na indagação dos critérios interpretativos dos preceitos regimentais orientadores da resolução proferida pelos órgãos de direção das casas do Congresso Nacional.

Doutrinária e jurisprudencialmente é possível o controle judicial dos atos do Poder Legislativo em geral desde que se alegue afronta formal à Constituição ou quando causarem lesão ou ameaça de direito constitucionalmente assegurado.

O “*impeachment*” é um instituto constitucional de natureza complexa, que possui as dimensões política e jurídica entrelaçadas. Dessa premissa, verifica-se que não há uma vontade soberana do parlamento, por maioria expressiva que seja, desgarrada do cumprimento de ritos, pressupostos e etapas, além da demonstração inequívoca de cometimento de crime de responsabilidade por um presidente da República.

Na atual quadra histórica brasileira, o processo deflagrado contra a presidenta Dilma Rousseff nasceu viciado. Chantagem e vingança foram as tônicas usadas pelo

248 Assessora jurídica no Senado Federal.

então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha para aceitar o pedido de *impeachment* em evidente desvio de poder e finalidade.

No dia 21 de outubro de 2015, o Sr. Hélio Bicudo, o Sr. Miguel Reale Jr. e a Sra. Janaína Conceição Paschoal apresentaram denúncia por suposta prática de crime de responsabilidade da dirigente da Nação. Após diversas declarações públicas e envio de mensagens antirepublicanas ao governo, a decisão de acatamento de Eduardo Cunha somente foi tomada no dia 02 de dezembro de 2015, horas depois de os três integrantes do Partido dos Trabalhadores - PT no Conselho de Ética anunciarem que votariam pela admissibilidade do seu pedido de cassação de mandar apresentado pelo Partido Socialismo e Liberdade – Psol.

O ato em represália foi tão evidente que reconhecido, inclusive, pelo advogado Miguel Reale Junior, como já dito um dos autores da denúncia contra Dilma, que afirmou ao Jornal O Estado de S. Paulo no dia 03 de dezembro de 2015: “não foi coincidência que Cunha tenha decidido acolher o *impeachment* no momento em que deputados do PT decidiram votar favoravelmente à sua cassação no Conselho de Ética. Foi uma chantagem explícita, mas Cunha escreveu certo por linhas tortas”.

Por seu turno, ao acatar a denúncia do procurador-geral da República contra, cinco meses depois de ajuizada a Ação Cautelar nº 4.070/DF, o ministro Teori Zavascki suspendeu Eduardo Cunha do exercício do mandato de deputado federal e, por consequência, da função de presidente da Câmara dos Deputados, decisão referendada pelo plenário do STF, por unanimidade, em sessão plenária realizada em 5 de maio de 2016.

Ressaltou, então, o ministro Teori Zavascki que os elementos fáticos e jurídicos denunciavam que a permanência do deputado federal Eduardo Cunha, no livre exercício de seu mandato parlamentar e à frente da função de presidente da Câmara dos Deputados “*é um peyorativo que conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada. Nada, absolutamente nada, se pode extrair da Constituição que possa, minimamente, justificar a sua permanência no exercício dessas elevadas funções públicas. Pelo contrário, o que se extrai de um contexto constitucional sistêmico, é que o exercício do cargo, nas circunstâncias indicadas, compromete a vontade da Constituição, sobretudo a que está manifestada nos princípios de probidade e moralidade que devem governar o comportamento dos agentes políticos*”. E mais adiante: “*há indícios mais recentes, trazidos pelo Procurador-Geral da República, de que o Deputado Federal Eduardo Cunha continua atuando com desvio de finalidade e promovendo interesses espúrios*”

O relatório é enfático no sentido de que restou caracterizada a prática de atos eivados de desvio de finalidade por parte de Eduardo Cunha. A decisão do Supremo

Tribunal Federal, contudo, apresentou-se tardia para garantir a ordem constitucional. Àquela altura, o plenário da Câmara dos Deputados já havia protagonizado o circo de horrores consubstanciado na bizarra e lamentável votação de autorização de instauração do processo do *impeachment* no dia 17 de abril de 2016.

A oportunidade do STF de corrigir a injustificada morosidade viria em ato contínuo, ao apreciar o Mandado de Segurança impetrado pela Advocacia-Geral da União no dia 10 de maio de 2016, véspera da votação de admissibilidade do pedido de *impeachment* no Senado. Naquele momento, por dever constitucional e em coerência com o anteriormente deliberado, deveria a Corte apreciar a ilegalidade, ilegitimidade e falta de pertinência do principal ato de desvio de poder praticado por Eduardo Cunha no exercício da função de dirigente da Câmara dos Deputados, configurado no recebimento da denúncia contra a presidenta da República. Nada obstante, o mesmo magistrado, ministro Teori Zavascki, ao apreciar o pedido de liminar, tergiversou em enxergar a ausência de probidade e moralidade no ato, assentindo que *“tais vícios, diretamente relacionados ao princípio da moralidade administrativa, exsurtem de causas inerentes a impulsos subjetivos do agente que pratica o ato, de difícil demonstração probatória, ainda mais quando se trata de ato também revestido de natureza política.”*

Os “impulsos subjetivos” são evidentemente contraditórios com o “pejorativo que conspira contra a própria dignidade da instituição por ele liderada”, embora sejam fundamentos emanados de decisões do mesmo juiz sobre os mesmos atos da mesma autoridade. Os “evidentes indícios de desvio de poder” não serviram para anular o mais público e inequívoco de todos os atos de Cunha, onde indubitavelmente buscou alcançar fim diverso do que a lei lhe permitia. Negou, assim, o ministro Zavascki, os próprios alicerces de seu anterior veredito, negando a própria possibilidade de controle judicial do desvio de finalidade dos atos estatais, por via de mandado de segurança, sob o argumento de que se trata de questão subjetiva, subvertendo a jurisprudência do próprio tribunal de que decisões dos representantes do poder público possam ser não jurisdicionáveis, mesmo contrariando princípios constitucionais.

Na fria observação dos fatos, não há como apartar-se da manifesta realidade de que o Supremo Tribunal Federal foi infiel ao seu papel de guardião da Constituição, imiscuiu-se no jogo político, esperou Eduardo Cunha fazer sua grande jogada para, só então, afastá-lo.

Quando se permite que agentes públicos ajam a seu livre arbítrio, sem julgar seus efeitos sobre a sociedade e o Estado, corre-se o risco de violar preceito básico do estado democrático de direito que diz respeito à noção de supremacia da Constituição. Para atuar em conformidade com a disposição da nossa Carta Política, assiste ao STF conferir racionalidade às decisões do poder público, ai incluído o Poder Legislativo.

O ato de Eduardo Cunha, fruto de resposta a uma chantagem, afrontou tanto a Constituição quanto a preservação da ordem democrática.

A postura do Supremo Tribunal Federal de ação omissiva clara quanto às ilegalidades do processo de *impeachment* – e o exemplo aqui dado foi apenas uma faceta do comportamento da Corte ao longo do processo – coloca a ordem jurídica interna em questão e obriga aos organismos internacionais que se debrucem sobre o que está acontecendo no Brasil no atual momento histórico.

Desse modo é que cinco parlamentares brasileiros (quatro deputados e um senador) ingressaram, no dia 10 de agosto de 2016, com denúncia junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH apontando todas as irregularidades do processo de *impeachment* contra a Presidenta eleita do Brasil. O pedido assinala que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou rechaçando qualquer possibilidade de revisão por parte da vítima. Nos exatos termos do advogado de defesa da presidenta, José Eduardo Cardozo, “é um processo blindado”.

A crença induzida pela farsa de uma denúncia injustificada não transforma o inconstitucional em legítimo ou uma ruptura institucional em ação democrática. Na maior parte das vezes é apenas uma questão de tempo para que o embuste institucional seja percebido e repudiado por instituições comprometidas com os valores superiores que regem a sociedade. Há um processo em curso no Brasil cujos vícios insanáveis não mais possuem caminho de solução interna diante da postura das instituições.

A palavra, pois, está com a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

MORO E CARPENTIER DENTRO DA DEMOCRACIA

Tarso Genro²⁴⁹

O admirável livro “O Continente Submerso” (1988) de Leo Gilson Ribeiro, autor que já tinha publicado em 1964, um outro grande livro denominado “Os cronistas do absurdo - Kafka, Brecht, Büchner, Ionesco” - traz “perfis e depoimentos” de grandes escritores da América Latina, independentemente das suas posições políticas pessoais. São posições verbalizadas ou escritas que -pela sua grandeza literária e humana- de algum modo contribuem para responder a uma pergunta axial, que ainda nos desafia: “para onde vai a América Latina?”. Para onde vai nossa democracia, para onde vão as nossas experiências de luta, até onde nosso continente aguenta a dependência subordinada, gerada por uma dívida pública nascida de décadas de apropriação privada do Estado?

Lá estão Borges, Vargas Llosa, Juan Rulfo, Carpentier, Cabrera Infante, Octávio Paz, Neruda, Manuel Scorza, entre outros grandes do Continente. Livro admirável, porque acima das contingências políticas que viveram cada um desses autores -alguns em conflito com a Revolução Cubana, outros com as ditaduras ou governos oligárquico-autoritários- Leo Gilson conseguiu extrair de cada biografia literária ou de obras desses autores, algo de grandioso para a questão da nossa cultura. E, em consequência, para a questão democrática latino-americana, que se aguçou fortemente nos últimos 50 anos.

Quando Leo Gilson trata de Alejo Carpentier, depois de referi-lo como um autor que acumula séculos, “talvez milênios mesmo, de cultura” (a semelhança do mexicano Octávio Paz), lembra uma citação de Goethe, feita por Carpentier (extraída do Fausto) destinada a situar o nascimento recente do continente: “Acabamos de chegar e não sabemos como foi. Não nos pergunteis de onde viemos: baste-nos saber que aqui

249 Político do Partido dos Trabalhadores.

estamos”. E estamos cada vez mais dramaticamente acossados, pelas novas formas de império e por novos protocolos de dominação.

De certa forma, a resposta de Carpentier resume a “questão democrática” que estamos vivendo hoje no Brasil e no Continente. Nos países da América Latina, a crise da democracia -diferentemente dos países que amadureceram revoluções burguesas cujas democracias estão definhando- expressa-se como verdadeiro parto. É um “nascimento” democrático, em confronto com a decadência definitiva do liberalismo político tardio. Aqui, portanto, não se trata de uma reforma ou do “renascimento” democrático, mas do parto de novas formas democráticas, em condições históricas adversas, dentro de uma revolução que, nos seus lugares de origem, não renovou nem criou novas instituições em mais de duzentos anos de vida.

Aquela frase de Saint-Just sobre a Revolução Francesa, citada por um personagem de Manoel Scorza, bem serviria para interpretar o desejo de democracia e de efetividade dos direitos, que permeia a nossa questão democrática: “A Revolução só deve deter-se na felicidade”. Tomando historicamente a felicidade coletiva como “plenitude democrática” (não um remoto socialismo) pode-se dizer que, enquanto nos países de democracia política madura, o que bloqueia a felicidade é o “ajuste” (que pode ser feito sem alterar as velhas instituições políticas) aqui, o que bloqueia a democracia é a radicalização da “exceção”. Dentro da crise, a “exceção” se completa, para poder promover o “ajuste” por fora da instituições tradicionais do Estado de Direito.

Em 2008 o grande jurista Luigi Ferrajoli -teórico do direito e da democracia como são os verdadeiros juristas- publicou o seu livro “Democracia e Garantismo” (Editorial Trotta, Madrid), através do qual reúne seu legado teórico e doutrinário, onde constatando a insuficiência da formas jurídicas e políticas atuais do Estado Constitucional, propugna por novas instituições e técnicas de garantia dos direitos fundamentais, “que ainda estamos longe de ter elaborado e assegurado”. A democracia constitucional, para Ferrajoli, é fruto de uma mudança radical de paradigmas sobre o papel do direito nos últimos 50 anos, que ainda não tomamos consciência suficientemente. Os dirigentes nacionais e regionais da OAB, especialmente o seu Presidente do Conselho Federal, em regra deveriam ser “apenados” por assembleias gerais de advogados, nos Estados, para uma leitura compulsória desta obra.

A “exceção” no Brasil, por exemplo -poderiam se dar conta eles- se infiltra no tecido constitucional com um apoio social bastante amplo, pelos “resultados” que oferece, imediatamente, na luta contra a corrupção. O seu objeto, porém, não é a luta contra a corrupção, mas estabelecer um nexos, entre a corrupção e a necessidade do “ajuste”, ele mesmo a suprema corrupção das funções do públicas do Estado. E o “ajuste” não pode ser feito sem esta decomposição, que passa pela manutenção do sistema político,

ofertante gracioso de uma Confederação de Investigados e Denunciados, dispostos -pela sua situação penal precária- a cumprirem a trajetória do “ajuste”.

Isso, certamente, não poderia ser feito sem um controle da opinião pela mídia oligopolizada, numa democracia em que as amplas massas de cidadãos e famílias estão no limite da pobreza e, se perderem algo do seu poder aquisitivo, chegam à miséria. A mídia oligopolizada, antiesquerda, antiPT e antidemocrática, encarrega-se de instalar um Tribunal Político, que precede as condenações e absolvições penais, as prisões e conduções coercitivas e a manutenção indefinida de prisões preventivas. Estas, mantidas sem condenação -para buscar delações premiadas e manipuladas- são o atestado mais evidente de uma “exceção”, não juridicamente declarada, mas de fato instalada.

O que deve nos opor à «Síndrome de Moro», que afeta o nosso Estado Constitucional, não é o seu resultado contingente de ataque à corrupção, que é sempre bem-vindo e sempre terá alguns resultados positivos, ainda que limitados a um período e a algumas facções sociais e políticas. O que deve nos opor a esta doença da democracia, semelhante ao que ocorreu na República de Weimar, que inclusive se fez à luz da indiferença de determinados setores democráticos covardes e parte (minoritária) da comunidade judia, também covardes politicamente, é a sua manipulação, falta de profundidade e instrumentalização para fins políticos imediatos e eleitoreiros.

Na verdade, estes processos anticorrupção estão sendo feitos dentro da dialética “amigo-inimigo” (da formulação pró-nazista de Schmit), distantes das formulações de Ferrajoli, pela instalação de novos paradigmas para afirmação dos direitos fundamentais. Por isso é golpe, não revolução moralizadora, o que está ocorrendo no país. E este, assim deve ser tratado, pelos verdadeiros democratas, socialistas, centristas democráticos ou quaisquer outros que defendem -para hoje- a democracia social, contra a barbárie neoliberal. Jessé Souza, num livro que celebra a obra e a vida do grande Raymundo Faoro -que felizmente não acompanha os procedimentos dos seus sucessores atuais- lembra que, se quisermos ir além das aparências, devemos ir além do que as instituições “dizem de si mesmas”. E o que a democracia diz de “si mesma”, hoje, é decidido não pelo contencioso político democrático, na esfera pública da Constituição, mas pelo oligopólio da mídia, que percorre o caminho do “ajuste”, como uma versão do “Sendero Luminoso” do rentismo liberal.

REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS DO GOLPE DE 2016 NO BRASIL

Tatyana Scheila Friedrich²⁵⁰

No ano de 2016, o Brasil viveu um duro golpe jurídico-político através de um amplo conjunto de ações organizadas e realizadas por pessoas e grupos conservadores que culminaram com o afastamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, com abertura de processo de *impeachment*.

O Brasil, com os governos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, eleitos democraticamente, vinha passando por reformas estruturais profundas, garantindo ascensão e inclusão social a milhares de pessoas que viviam na pobreza ou outra forma de vulnerabilidade, optando pela pluralidade e diversidade na condução das políticas públicas internas e pela aproximação com países não centrais na condução da política externa. Não foram poucas as dificuldades inerentes à implantação desse tipo de medida, com resistência das classes abastadas, com a manipulação sistemática da concentrada mídia brasileira e com uma base aliada e oposição fisiológicas - mas o fato que é muito avanço foi conquistado e isso incomodou muito.

A elite política e econômica que até então, desde os tempos coloniais, praticamente havia predominado em todas as decisões e ações governamentais, sempre pautada em seus interesses pessoais e não nos da nação, sentiu-se prejudicada e sua insatisfação foi estrategicamente se capilarizando em todos os setores das camadas mais privilegiadas da população, como os empresários, profissionais liberais, funcionários da burocracia estatal, incluindo as polícias e o poder judiciário, além das camadas mais pobres, em função da manipulação intensiva e diária da mídia.

Esse foi o fértil terreno encontrado para as articulações que culminaram com a retirada da Presidenta do poder, através de ações planejadas e estrategicamente executadas, que contaram com a passividade, e anuência, da suprema corte do país.

250 Tatyana Scheila Friedrich: Doutora, Professora Associada de Direito Internacional Privado da UFPR - Universidade Federal do Paraná, com pós-doutorado em Migração e Trabalho na Fordham University/ New York.

Um verdadeiro golpe que gerou indignação e repercussão imediatas, dentro e fora do Brasil, o que foi impulsionado com a tomada do poder pelo governo interino, formado por homens, brancos e abastados, representantes da velha política oligárquica e corrupta que já em seus primeiros atos iniciaram a desconstrução do Estado plural e inclusivo e a retomada das privatizações.

No plano internacional, que é o objeto da presente análise, a reação apareceu no contexto político latino-americano e mundial, na mídia e no posicionamento de figuras públicas e pensadores referenciais.

Cuba, Venezuela e México, através de seus presidentes, foram os primeiros países a repudiar publicamente o afastamento da Presidente brasileira, seguido de manifestação da Nicarágua, da Bolívia, do Ministro de Relações Exteriores do Uruguai e do secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). El Salvador, Equador e a Venezuela não só se manifestaram como convocaram seus embaixadores de volta. Essas reações foram recebidas, e até respondidas, com muitas críticas pelo ministro interino de Relações Exteriores do Brasil, ele mesmo um conservador que já havia perdido duas vezes a eleição para presidente do Brasil e que só chegou ao poder pela via do golpe. Mas isso não intimidou as notas oficiais da Comissão Econômica para a América Latina - Cepal, nem da Organização dos Estados Americanos - OEA.

O posicionamento da grande maioria dos parlamentares reunidos na Assembleia Parlamentar Euro-Latino Americana (EuroLat), na semana do dia 17 de maio 2016, em Lisboa, foi muito importante para divulgar na Europa o que de fato estava acontecendo no Brasil. No Parlamento Europeu, eurodeputados de esquerda apresentaram pedido para que a União Europeia suspendesse as negociações comerciais com o Mercosul, em função da carência de legitimidade do governo interino, numa clara demonstração de como a situação do Brasil pode ter influências negativas nos demais países do bloco e de toda América Latina (27 de maio de 2016).

A mídia internacional, que até então se limitava basicamente a reproduzir os meios de comunicações formais brasileiros, todos *pró-impeachment*, começou a mostrar o outro lado da situação. Destacam-se os editoriais como os do New York Times (18 de abril e 12 de maio) e do The Guardian (18 de abril e novamente em 13 de maio), os posicionamentos de La Jornada, do México (14 de maio), The Economist (28 de maio), além de El País, CNN, Der Spiegel, as constantes coberturas do Huffington Post, inclusive denunciando o interesse dos EUA no golpe (reportagem de 27 de maio, por exemplo). A publicação on-line The Intercept, através do jornalista Glenn Greenwald, radicado no Brasil, foi fundamental para a mudança na perspectiva da abordagem dos acontecimentos em curso no país pela mídia internacional. Os blogueiros nacionais e estrangeiros também contribuíram para isso.

Muitas organizações da sociedade civil, de diversos países, isoladamente ou em rede, também se posicionaram, solidarizando-se com a presidente afastada e denunciando a tomada de poder pelos interinos. Foi o caso da Red em Defensa de la Humanidad e das redes de vários movimentos sociais internacionais. Até organizações internacionais de juízes se mobilizaram, como a Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho.

Dentre as personalidades que são referências no pensamento científico internacional, foi imediata a reação do sociólogo português Boaventura de Souza Santos, e do penalista e juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Eugenio Raúl Zaffaroni. Adolfo Peres Esquivel rodou o Brasil denunciando o golpe e repercutindo-o. Na sequência, houve posicionamentos de muitos outros referenciais teóricos de grande prestígio regional e mundial, muitos dos quais assinam artigos na presente obra.

Eventos internacionais não ficaram imunes a manifestações de apoio à retomada da democracia no Brasil, tal como ocorreu na sessão da Conferência da Organização Internacional do Trabalho - OIT (3 de junho), na abertura da LASA - Associação de Estudos Latino-Americanos (27 de maio).

O lançamento do livro “A Resistência ao Golpe de 2016”, organizado por Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum e Wilson Ramos Filho, também levou a realidade brasileira além das fronteiras nacionais, tendo sido entregue, festejado e fotografado com várias referências mundiais, como Pepe Mujica e o próprio Papa. O Festival de Cannes também teve seu papel, sobretudo a partir das manifestações do elenco brasileiro do filme *Aquarius*.

As repercussões internacionais são importantes, dão um outro tipo de visibilidade. Elas podem ser um instrumento a mais para a resistência. Situações como a que vive o Brasil atualmente não são isoladas, fazem parte de um contexto geopolítico muito determinante e de uma guinada conservadora mundial. O que está acontecendo no Brasil em muito se assemelha aos golpes contra Manuel Zelaya em Honduras, em 2009, e Fernando Lugo no Paraguai, 2012, e ao que vem vivendo o Equador. Na Argentina, o plano parece ser o mesmo, planejado e estruturado para agir rapidamente, acabar com governos de esquerda e tomar o poder para imediatamente reduzir políticas inclusivas e direitos alcançados, tendo sempre presente a pauta das privatizações. A diferença é que essa transição se deu pela via institucional na Argentina, onde o primeiro ato do governo de Macri teve o objetivo de beneficiar as grandes mineradoras. Um detalhe revelador.

Ora, se a estratégia pela via do golpe é internacional, sua resistência também deve sê-lo. E a solidariedade coletiva dos povos, além das fronteiras, é o caminho.

CRÍTICA O FIM DO MINISTÉRIO DA CULTURA²⁵¹

Wagner Moura²⁵²

A extinção do Minc é só a primeira demonstração de obscurantismo e ignorância dada por esse Governo ilegítimo.

O pior ainda está por vir.

Vem aí a pacoteira de desmonte de leis trabalhistas, a começar pela mudança de nossa definição de trabalho escravo, para a alegria do sorridente pato da FIESP, que pagou a conta do golpe.

Começaram transformando a Secretaria de Direitos Humanos num puxadinho do Ministério da Justiça.

Igualdade Racial e Secretaria da Mulher também: tudo será comandado pelo cara que no Governo Alckmin mandou descer a porrada nos estudantes que ocuparam as escolas e nos manifestantes de 2013.

Sob sua gestão, a PM de São Paulo matou 61% a mais.

Sabe tudo de direitos humanos o ex-advogado de Eduardo Cunha, o senhor Alexandre de Moraes.

Mas claro, a faxina não estaria completa se não acabassem com o Ministério da Cultura, que segundo o genial entendimento dos golpistas, era um covil de artistas comunistas pagos pelo PT para dar opiniões políticas a seu favor (?!!!).

Conseguiram difundir essa imbecilidade e ainda a ideia de que as leis de incentivo tiravam dinheiro de hospitais e escolas e que os impostos de brasileiros honestos sustentavam artistas vagabundos.

251 Texto originariamente publicado no Blog do Juca Kfoury, em 17/05/2006, disponível em: < <http://blog-dojuca.uol.com.br/2016/05/wagner-moura-critica-o-fim-do-ministerio-da-cultura/> >, com atual reprodução autorizada pelo autor.

252 O autor é ator. Protagonizou os filmes “Tropa de Elite” (2007) e “Tropa de Elite 2” (2010). Foi indicado ao prêmio Globo de Ouro neste ano pela série “Narcos” (Netflix).

Os pró-impeachment compraram rapidamente essa falácia conveniente e absurda sem ter a menor noção de como funcionam as leis (criadas no Governo Collor!) e da importância do Minc e do investimento em Cultura para o desenvolvimento de um país. É muito triste tudo.

Ontem vi um post em que Silas Malafaia comemorava a extinção “do antro de esquerdopatas”, referindo-se ao Minc. Uma negócio tão ignóbil que não dá pra sentir nada além de tristeza. Predominou a desinformação, a desonestidade e o obscurantismo.

Praticamente todos os filmes brasileiros produzidos de 93 para cá foram feitos graças à lei do Audiovisual. Como pensar que isso possa ter sido nocivo para o Brasil?!

Como pensar que o país estará melhor sem a complexidade de um Ministério que cuidava de gerir e difundir todas as manifestações culturais brasileiras aqui e no exterior?

Bradar contra o Minc e contra as leis (ao invés de contribuir com ideias para melhorá-las) é mais que ignorância, é má fé mesmo.

E agora que a ordem é cortar gastos, o presidente que veio livrar o Brasil da corrupção e seu ministério de homens brancos, com sete novos ministros investigados pela Lava Jato, começa seu reinado varrendo a Cultura da esplanada dos Ministérios... Faz sentido.

Os artistas foram mesmo das maiores forças de resistência ao golpe. Perdemos feio.

Acabo de ler que vão acabar também com a TV Brasil.

Ótimo. Pra que cultura?

Posso ouvir os festejos nos gabinetes da Câmara, nos apartamentos chiques dos batedores de panela, na Igreja de Malafaia e na redação da Veja:

“Acabamos com esse antro de artistazinhos comprados pelo PT! Estão pensando o que? Acabamos a mamata da esquerda caviar! Chega de frescura! Viva o Brasil!”

Trevas amigo... E o pior ainda está por vir.

PELA LEGALIDADE²⁵³

Wagner Moura²⁵⁴

Ser legalista não é o mesmo que ser governista, ser governista não é o mesmo que ser corrupto. É intelectualmente desonesto dizer que os governistas ou os simplesmente contrários ao impeachment são a favor da corrupção.

Embora me espante o ódio cego por um governo que tirou milhões de brasileiros da miséria e deu oportunidades nunca antes vistas para os pobres do país, não nego, em nome dessas conquistas, as evidências de que o PT montou um projeto de poder amparado por um esquema de corrupção. Isso precisa ser investigado de maneira democrática e imparcial.

Tenho feito inúmeras críticas públicas ao governo nos últimos 5 anos. O Brasil vive uma recessão que ameaça todas as conquistas recentes. A economia parou e não há mais dinheiro para bancar, entre outras coisas, as políticas sociais que mudaram a cara do país. Ninguém é mais responsável por esse cenário do que o próprio governo.

O esfacelamento das ideias progressistas, que tradicionalmente gravitam ao redor de um partido de esquerda, é também reflexo da decadência moral do PT, assim como a popularidade crescente de políticos fascistas como Jair Bolsonaro.

É possível que a esquerda pague por isso nas urnas das próximas eleições. Caso aconteça, irei lamentar, mas será democrático. O que está em andamento no Brasil hoje, no entanto, é uma tentativa revanchista de antecipar 2018 e derrubar na marra, via Judiciário politizado, um governo eleito por 54 milhões de votos. Um golpe clássico.

O país vive um Estado policialesco movido por ódio político. Sergio Moro é um juiz que age como promotor. As investigações evidenciam atropelos aos direitos

253 Texto originariamente publicado na Folha de São Paulo, em 30/03/2016, disponível em: < <http://m.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/03/1755375-pela-legalidade.shtml> >, com atual reprodução autorizada pelo autor.

254 O autor é ator. Protagonizou os filmes “Tropa de Elite” (2007) e “Tropa de Elite 2” (2010). Foi indicado ao prêmio Globo de Ouro neste ano pela série “Narcos” (Netflix).

consagrados da privacidade e da presunção de inocência. São prisões midiáticas, condenações prévias, linchamentos públicos, interceptações telefônicas questionáveis e vazamentos de informações seletivas para uma imprensa controlada por cinco famílias que nunca toleraram a ascensão de Lula.

Você que, como eu, gostaria que a corrupção fosse investigada e políticos corruptos fossem para a cadeia não pode se render a esse vale-tudo típico dos Estados totalitários. Isso é combater um erro com outro.

Em nome da moralidade, barbaridades foram cometidas por governos de direita e de esquerda. A luta contra a corrupção foi também o mote usado pelos que apoiaram o golpe em 1964.

Arrepio-me sempre que escuto alguém dizer que precisamos “limpar” o Brasil. A ideia estúpida de que, “limpando” o país de um partido político, a corrupção acabará remete-me a outras faxinas horrendas que aconteceram ao longo da história do mundo. Em comum, o fato de todos os higienizadores se considerarem acima da lei por fazerem parte de uma “nobre cruzada pela moralidade”.

Você que, por ser contra a corrupção, quer um país governado por Michel Temer deve saber que o processo de impeachment foi aceito por conta das chamadas pedaladas fiscais, e não pelo escândalo da Petrobras. Um impeachment sem crime de responsabilidade provado contra a presidente é inconstitucional.

O nome de Dilma Rousseff não consta na lista, agora sigilosa, da Odebrecht, ao contrário dos de muitos que querem seu afastamento. Um pedido de impeachment aceito por um político como Eduardo Cunha, que o fez não por dever de consciência, mas por puro revide político, é teatro do absurdo.

O fato de o ministro do STF Gilmar Mendes promover em Lisboa um seminário com lideranças oposicionistas, como os senadores Aécio Neves e José Serra, é, no mínimo, estranho. A foto do juiz Moro com o tucano João Doria em evento empresarial é, no mínimo, inapropriada.

E se você também achar que há algo de tendencioso no reino das investigações, não significa que você necessariamente seja governista, muito menos apoiador de corruptos. Embora a TV não mostre, há muitos fazendo as mesmas perguntas que você.

MANIFESTO IN DEFENSE OF THE DEMOCRATIC RULE OF LAW IN BRAZIL

Yara Frateschi
Miriam Madureira (organizadoras)²⁵⁵

Com o objetivo de ampla divulgação e pelo interesse internacional, reproduzimos o documento lançado por acadêmicas brasileiras ganhou adesões como a do filósofo alemão Habermas e da filósofa feminista norte-americana Nancy Fraser, manifesto em que intelectuais expressam solidariedade ao povo brasileiro em relação ao afastamento de Dilma Rousseff.

O documento, lançado pela professora de Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Unicamp Yara Frateschi e pela professora de Filosofia da UFABC Miriam Madureira foi apresentado pela primeira vez durante a Conferência Internacional de Filosofia e Ciências Sociais em Praga, na República Tcheca em maio. Segundo Frateschi, o documento teve adesão rápida da maioria dos participantes do evento, o que constitui um apoio importante na resistência contra o golpe.

“Tivemos uma adesão de pessoas que têm estado por toda a sua vida defendendo a democracia”, disse Frateschi a Opera Mundi. “Não se tratava ali de uma adesão partidária, mas de uma clara manifestação de solidariedade aos brasileiros”.

O apoio dos intelectuais estrangeiros à democracia no Brasil, segundo ela, “explicita o que parte significativa dos acadêmicos e intelectuais brasileiros não fez [a condenação ao golpe]. Eles [brasileiros] silenciaram diante do golpe”.

O documento critica o processo de *impeachment* de Dilma, qualificado como um “golpe branco” e diz que a oposição, formada por partidos de direita, aproveitou-se da crise econômica para levar adiante uma campanha “violenta” contra a mandatária.

O texto afirma também que o objetivo do *impeachment* é atacar direitos sociais garantidos pelo governo de Dilma, desregular a economia e frear as investigações de corrupção.

255 Professora de Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Unicamp e professora de Filosofia da UFABC respectivamente. Adaptação Carol Proner.

A partir da receptividade em Praga, as acadêmicas decidiram ampliar a proposta para contar com o apoio de outros estudiosos contrários ao processo de *impeachment*. Até o momento, mais de cem intelectuais de várias instituições aderiram ao documento.

Outro ponto importante, para Frateschi, é o nível de informação dos acadêmicos a respeito da situação política do Brasil. Segundo a acadêmica, isso se deve à informação veiculada pela mídia estrangeira, que tem se mostrado mais crítica e informativa do que a brasileira.

“Eles [acadêmicos] estavam perfeitamente informados de que era um golpe ‘branco’”, afirma Frateschi.

Ela diz que, entre as mensagens de apoio recebidas, a maioria faz menção ao processo de justiça social que esteve em curso nos últimos anos e que será interrompido se o *impeachment* se concretizar.

Segundo a professora da Unicamp, os acadêmicos manifestam que “o Brasil nos últimos anos foi capaz de iniciar um processo de transformação social dentro das regras democráticas”, afirma.

Abaixo-assinado

Artistas e intelectuais estrangeiros também manifestam solidariedade ao Brasil em um manifesto assinado por mais de mil pessoas.

Segundo o texto, os movimentos sociais “estão sujeitos a uma ofensiva política de grande magnitude que leva o Brasil a um período de grande retrocesso democrático”.

O manifesto lembra que Dilma, eleita com 54 milhões de votos, foi afastada temporariamente da presidência da República por supostas irregularidades fiscais, que não constituem crime de acordo com a Constituição brasileira.

Leia abaixo, em inglês, o manifesto lançado pelas acadêmicas Yara Frateschi e Miriam Madureira :

Manifesto In Defense Of The Democratic Rule Of Law In Brazil

On the 31st of March 1964, a coup d'état installed a civil-military dictatorship in Brazil, inaugurating a dark 21-year period of suspension of civil and political guarantees. Today, 52 years after, the Brazilian people face once more a break of the democratic order. As a result of the acceptance by the Senate of an *impeachment* process based on accounting irregularities, Dilma Rousseff, who had been elected in 2014 for a mandate of 4 years, was forced, on the 12th of May 2016, to stand down

as President of the Republic. Even though this removal is supposed to be temporary, lasting up to 180 days, period during which the senators should reconvene to evaluate the motives that have resulted in the *impeachment* process, it is unlikely that Dilma should return to office.

Dilma Rousseff's temporary removal from office is the culmination of a process characterised by unprecedented arbitrariness and polarisation in democratic Brazilian society, perceptible at least since her re-election in 2014. By attributing the recent corruption scandals exclusively to the Worker's Party's (PT) administrations (although they were the only ones who had the courage to investigate them through, even when investigations turned against their own) and by manipulating public opinion against the supposed risks of a left-wing takeover of the country, the right-wing opposition to Dilma Rousseff's government took advantage of the economic crisis that emerged after years of stability and growth and led a violent media campaign against it. It managed to aggregate against the Workers' Party (PT) and Lula's and Dilma's governments large sections of business elites and conservative middle classes, as well as authoritarian sectors represented in Congress and in the Judiciary, evidently aiming the hammering down of the social rights secured by Dilma's government and the deregulation of economy. Besides, once in power, they will probably decline to further investigate corruption as it is likely to involve their own people, as opposed to Dilma Rousseff, whose probity in the administration of public affairs is not doubted, as corruption charges are not part of the *impeachment* process.

The *impeachment* is a juridical tool of extremely restricted scope in Brazilian presidentialism. It is regulated by Art.85 of the Brazilian Constitution of 1988, and its use is restricted to cases involving serious offenses (crimes de responsabilidade, "responsibility crimes") carried out by the President. As the accounting irregularities in the administration of public funds that Dilma Rousseff is accused of are not serious offenses in the sense prescribed by the Constitution, it is evident that this *impeachment* is not legitimately grounded. Furthermore, the whole process was full of questionable aspects, which contribute to add further illegitimacy to its results. Therefore, it is not an exaggeration to consider the present *impeachment* process against Dilma Rousseff a

white coup, which will yield long-lasting consequences to the democratic Rule of Law in Brazil.

In the face of all this, we consider necessary to state our absolute repudiation of the illegitimate destitution of President Dilma Rousseff, and our strong support for the maintenance of the Rule of Law in Brazil.

Albena Azmanova – University of Kent, Belgium
Alessandro Ferrara – University of Rome Tor Vergata, Italy
Alina Valjent – Witten/Herdecke University – Germany
Allan Breedlove – Loyola University Chicago, USA
Alois Blumentritt – University Wien, Austria
Amy Allen – Pennsylvania State University – USA
Anahi Wiedenburg – London School of Economics, Argentina/UK
Andreas Niederberger – Universität Duisburg-Essen, Germany
Anna Dißmann – Witten/Herdecke University – Germany
Arthur Oliveira Bueno – University of Erfurt, Germany
Asger Sorensen – Aarhus University, Denmark
Axel Honneth – University of Frankfurt/Columbia University, Germany/USA
Aysen Candas – Bogazici University, Istanbul, Turkey
Barbara Fultner – Denison University, USA
Bernat Riutort Serra – University of Illes Balears – Spain
Brian Milstein – Goethe University Frankfurt, USA/Germany
Carlos Henrique Santana – TU Darmstadt, Germany
Charles Taylor – Mc Gill University, Canada
Christopher Zurn – University of Massachusetts/Boston, USA
Cora McKeena – Trinity College, Ireland
Cristina Sánchez – Autonomous University of Madrid, Spain
Dan Swain – Czech University of Life Sciences, Czech Republic
Daniele Santoro – CNR, National Research Council of Italy, Italy
David Alvarez – University of Minho/Braga, Portugal
David Rasmussen – Boston College, USA
Debora Spini – Syracuse University in Florence, Italy
Dónal O’Farrell – Trinity College Dublin, Ireland
Elisabeth v. Thadden – University of Jena, Germany
Felicia Herrschaft – Goethe University Frankfurt, Germany

Filip Vostal – Czech Academy of Sciences, Czech Republic
 Firica Stefan – University of Bucharest, Romania
 Francisco Naishtat – Universidad de Buenos Aires –Argentina
 François Calori – Université de Rennes 1, France
 Gesche Keding – Jena University, Germany
 Giulia Lasagni – Università de Parma, Italy
 Giuseppe Ballacci – University of Minho, Portugal
 Gorana Ognjenovich – University of Oslo, Norway
 Gustavo Leyva Martínez – Universidad Autónoma Metropolitana,
 México
 Hans-Herbert Kögler – University of North Florida, USA
 Hartmut Rosa – Jena University, Germany
 Heikki Ikäheimo – University of New South Wales, Australia
 Igor Shoikhedbrod – University of Toronto, Canada
 Isadora Henrichs – Trinity College Dublin, Ireland
 Italo Testa – Parma University, Italy
 Jazna Jozelic – University of Oslo, Norway
 João Honoreto – University of Witten/Herdecke, Germany
 Joaquín Valdivielso-Navarro – Universitat Illes Balears, Spain
 Johan Söderberg – Göteborg University, Sweden
 Johanna Oksala – University of Helsinki, Finland
 Johannes Schulz – Frankfurt University, Germany
 John Lumsden – University of Essex, UK
 Jonathan Bowman – University of Arkansas, USA
 Julian Culp – University of Frankfurt, Germany
 Jürgen Habermas – J.W. Goethe Universität Frankfurt, Germany
 Karoline Rhein – Witten/Herdecke University – Germany
 Kendralyn Webber –University of California Riverside, USA
 Lenny Moss – University of Exeter, UK
 Leonardo da Hora Pereira – Université Paris Ouest Nanterre La Dé-
 fense, France
 Lorenz Mrones – University of Witten/Herdecke, Germany
 Luiz Gustavo de Cunha de Souza – Institut für Sozialforschung/
 Frankfurt –Germany
 Marco Solinas – Florence University, Italy
 Marek Hrubec – Czech Academy of Sciences, Czech Republic
 Maria Ines Bergoglio – Universidad nacional de Córdoba, Argentina

María José Guerra – Universidad de Laguna –Spain
 María Pía Lara – Universidad Autónoma Metropolitana, Mexico
 Marjan Ivkovic – University of Belgrade, Serbia
 Mark Haugaard – University Galway – Ireland
 Marlon Urizar Natareno, Universidad Rafael Landívar, Guatemala
 Martin Javornicky – University of Galway, Ireland
 Martin Sauter – n/a –Ireland
 Martin Seel – J.W.Goethe Universität Frankfurt, Germany
 Masao Higarashi – Ritsumeikan University –Japan
 Matteo Bianchin – University of Milano, Italy
 Matthias Kettner – University of Witten/Herdecke, Germany
 Matthias Lutz-Bachmann – J.W. Goethe Universität Frankfurt, Germany
 Melis Menent – University of Sussex, UK
 Miriam Mesquita Sampaio de Madureira – Universidad Autónoma Metropolitana, México
 Mykhailo Minakov – Kiev-Mohyla Academy, Ukraine
 Nancy Fraser –New School for Social Research, USA
 Nancy Love –Appalachian State University, USA
 Natalia Frozel Barros –University of Paris 1, France
 Nathan Cogné – Trinity College Dublin, Ireland
 Nicola Patruno – Goethe University Frankfurt, Germany
 Niklas Angebauer – University of Essex, UK
 Odin Lysaker – Agder University, Norway
 Ojvind Larsen – Copenhagen Business School, Denmark
 Onni Hirvonen – University of Jyväskylä, Finland
 Pablo Gilabert – Concordia University, Canada
 Patrick O'Mahonny – University College Cork –Ireland
 Philipp Schink – J.W. Goethe Universität Frankfurt, Germany
 Philippe Sonnet – Université Catholique de Louvain, Belgium
 Pierre Schwarzer – Universität Witten/Herdecke, Germany
 Radu Neculau – University of Windsor, Canada
 Rahel Jaeggi – Humboldt University Berlin, Germany
 Rainer Forst – University of Frankfurt, Germany
 Richard Stahel – University of Constantin the Philosopher in Nitra, Slovak Republic
 Robert Fine – Warwick University, UK

Robin Celikates – University of Amsterdam, The Netherlands
Rodrigo Cordero – Universidad Diego Portales –Chile
Ronan Kaczynski – Goethe University, Germany
Rosie Worsdale – University of Essex, UK
Ruy Fausto – USP/Université de Paris 8, Brazil/France
Steven L. White – Wayne State University, USA
Susan L. Foster – UCLA, USA
Thomas Fossen – Leiden University, The Netherlands
Valerio Fabbri – University of Rome, Tor Vergata, Italy
Wolfgang Heuer – Freie Universität Berlin, Germany
Zuzana Uhde – Czech Academy of Sciences, Czech Republic

Sobre o livro

Formato 15,5 x 23 cm

Tipologia Impact (títulos)
Minion Pro (textos)

Papel Pólen 80g/m² (miolo)
Supremo 250g/m² (capa)

Projeto Gráfico Canal 6 Editora
www.canal6.com.br

Diagramação Erika Woelke